

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**PROCESSO SIAD: Nº 73/2020
UNIDADE: 1091012
PROCESSO SEI: Nº 19.16.2255.0011935/2019-14**

PROPOSTA COMERCIAL - LOTE 1

**AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Prezados Senhores (as),

A **OI MÓVEL S.A em recuperação judicial**, inscrita no **CNPJ/CGC (MF) n.º 05.423.963/0001-11**, apresenta sua Proposta Comercial, visando Contratação de serviços de conectividade de acesso à Internet, incluindo o fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte técnico, a serem executados de forma contínua, nas diversas unidades do Ministério Público de Minas Gerais. Esta proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Edital PROCESSO SIAD: Nº 73/2020 e seus ANEXOS, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Conforme especificação do Edital, abaixo os dados de nossa Proposta Comercial

1) IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

OI MÓVEL S/A (em recuperação judicial)	
CNPJ:	05.423.963/0001-11
Inscrição Estadual:	07.441.356/001-93
Inscrição Municipal:	não tem
Endereço:	Setor Comercial Norte, Qd. 03, BL. A
	Andar Térreo-Parte 2
	Edifício Estação Tel. Centro Norte
Cidade:	Brasília-DF
CEP.:	70.713-900
Telefone:	0800318031
Fax:	031 31 3229-4721
Banco	N.º 001 - Banco do Brasil
Agencia :	3070-8
Conta Corrente:	105068-0

2) DECLARAMOS QUE:

- ✓ Esta proposta corresponde exatamente às especificações descritas no Edital e seus Anexos, às quais aderimos formalmente;
- ✓ Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação.
- ✓ O **PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA** é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação
- ✓ O **PRAZO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, para início da prestação dos serviços;
- ✓ O **PRAZO DE CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES** nas localidades discriminadas no APENSO II será de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- ✓ O **PRAZO DE REFAZIMENTO DOS SERVIÇOS - PRAZO PARA ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS** será de até 04 (quatro) horas, contadas do recebimento da solicitação;
- ✓ **PARA INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, ACEITE DO SERVIÇO DO LINK**, estamos DE ACORDO com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a instalação e ativação do link, para a contratada dar aceite no serviço do link;
- ✓ A garantia contratual consiste na adequação da qualidade e no bom funcionamento dos serviços prestados para a consecução das expectativas estipuladas nos Níveis Mínimos de Serviço durante todo o prazo da vigência contratual. Existindo a Garantia do fabricante.
- ✓ **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE:** deverá ser apresentada, juntamente com esta Proposta, a Declaração de Regularidade, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital;
- ✓ A **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** está em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo I do Edital), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, correspondente, nesta data, ao valor de R\$ 100.244,32. (Cem mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) na modalidade de Seguro-garantia;

3) O PREÇO E AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

LOTE 1 – SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE ACESSO À INTERNET – MACRORREGIÕES: ALTO PARNAÍBA, CENTRO-OESTE, METROPOLITANA BELO HORIZONTE E TRIÂNGULO MINEIRO.					
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total - COM ICMS - para o serviço de internet banda larga – links de comunicação (36 meses)
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO	80390	R\$ 2.785.447,85
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total - SEM ICMS - para o serviço de internet banda larga – links de comunicação (36 meses)
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO	80390	R\$ 2.004.886,44
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total para a instalação dos links
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO (INSTALAÇÃO)	80390	R\$ 0,00
OBSERVAÇÃO: O detalhamento do objeto, as cidades compreendidas, bem como as especificações técnicas, respectivos endereços e provisionamentos de velocidades constam no Termo de Referência (sobretudo item 6) e seus Apensos I e II (Anexo VII do Edital).					
PREÇO TOTAL DO LOTE SEM DEDUÇÃO DO ICMS (Serviço de internet banda larga 36 MESES + valor da instalação dos links)				PREÇO TOTAL DO LOTE COM DEDUÇÃO DO ICMS (Serviço de internet banda larga 36 MESES + valor da instalação dos links)	
R\$ 2.785.447,85				R\$ 2.004.886,44	

PREÇO TOTAL GLOBAL (36 MESES) SEM ICMS: Dois milhões, quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos.

PREÇO TOTAL GLOBAL (36 MESES) COM ICMS: Dois milhões, setecentos e oitenta e cinco reais, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos

A TABELA a seguir refere-se ao Lote 01 e servirá como referência para a formação de preços dos itens relacionados no serviço de conectividade de acesso à Internet. A contratação para este serviço deverá prever o fornecimento total de 151 (cento e cinquenta e um) links de acesso exclusivo, dedicado, simétrico e determinístico de velocidades distintas e não fracionadas. **A empresa vencedora, para fins de liquidação mensal, deverá preencher a planilha abaixo com valores unitários e totais de cada subitem e incluí-la em sua proposta** (na hipótese de incidência de dedução do ICMS, a planilha já deve ser preenchida com os preços resultantes da dedução):

Abaixo a Tabela de Formação de Preços do Lote 1

TABELA DE FORMAÇÃO DO PREÇO - COM IMPOSTOS SEM ICMS – LOTE 01						
	(a)		(b)	(c)	(d)	
Item	Qtde	Velocidade	Valor da Instalação por link	Preço Un. Mensal	Preço Un. Anual (c)x12	Preço Total 36 meses ((axC)x36)+(bxa)
1	13	2 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 193,63	R\$ 2.323,56	R\$ 90.618,84
2	77	4 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 292,40	R\$ 3.508,80	R\$ 810.532,80
3	30	6 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 424,96	R\$ 5.099,52	R\$ 458.956,80
4	13	8 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 467,84	R\$ 5.614,08	R\$ 218.949,12
5	6	10 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 518,53	R\$ 6.222,36	R\$ 112.002,48
6	12	20 Mbps	R\$ 0,00	R\$ 726,45	R\$ 8.717,40	R\$ 313.826,40
VALOR GLOBAL DO SERVIÇO:						R\$ 2.004.886,44

Belo Horizonte, 04 de Maio de 2020.



EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA
Executivo de Negócios
RG: M 3085788 SSP/MG
CPF: 561.967.176-34



MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA
Executivo de Negócios
RG: MG-4.151.643 SSP/MG
CPF: 780.285.666-34

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO SIAD: Nº 73/2020
UNIDADE: 1091012
PROCESSO SEI: Nº 19.16.2255.0011935/2019-14

PROPOSTA COMERCIAL - LOTE 3

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Prezados Senhores (as),

A **OI MÓVEL S.A em recuperação judicial**, inscrita no **CNPJ/CGC (MF) n.º 05.423.963/0001-11**, apresenta sua Proposta Comercial, visando Contratação de serviços de conectividade de acesso à Internet, incluindo o fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte técnico, a serem executados de forma contínua, nas diversas unidades do Ministério Público de Minas Gerais. Esta proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Edital PROCESSO SIAD: Nº 73/2020 e seus ANEXOS, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Conforme especificação do Edital, abaixo os dados de nossa Proposta Comercial

1) IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

OI MÓVEL S/A (em recuperação judicial)	
CNPJ:	05.423.963/0001-11
Inscrição Estadual:	07.441.356/001-93
Inscrição Municipal:	não tem
Endereço:	Setor Comercial Norte, Qd. 03, BL. A
	Andar Térreo-Parte 2
	Edifício Estação Tel. Centro Norte
Cidade:	Brasília-DF
CEP.:	70.713-900
Telefone:	0800318031
Fax:	031 31 3229-4721
Banco	N.º 001 - Banco do Brasil
Agencia :	3070-8
Conta Corrente:	105068-0

2) DECLARAMOS QUE:

- ✓ Esta proposta corresponde exatamente às especificações descritas no Edital e seus Anexos, às quais aderimos formalmente;
- ✓ Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação.
- ✓ O **PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA** é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação
- ✓ O **PRAZO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, para início da prestação dos serviços;
- ✓ O **PRAZO DE CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES** nas localidades discriminadas no APENSO II será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- ✓ O **PRAZO DE REFAZIMENTO DOS SERVIÇOS - PRAZO PARA ATENDIMENTO DE CHAMADOS TÉCNICOS** será de até 02 (duas) horas, contadas do recebimento da solicitação;
- ✓ **PARA INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, ACEITE DO SERVIÇO DO LINK**, estamos DE ACORDO com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação;
- ✓ A garantia contratual consiste na adequação da qualidade e no bom funcionamento dos serviços prestados para a consecução das expectativas estipuladas nos Níveis Mínimos de Serviço durante todo o prazo da vigência contratual. Existindo a Garantia do fabricante.
- ✓ **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE:** deverá ser apresentada, juntamente com esta Proposta, a Declaração de Regularidade, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital;
- ✓ A **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** está em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo I do Edital), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, correspondente, nesta data, ao valor de R\$ 19.567,55. (Dezenove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) na modalidade de Seguro-garantia;

3) O PREÇO E AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

LOTE 3 – SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE ACESSO À INTERNET – LOCAL: BELO HORIZONTE					
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total - COM ICMS - para o serviço de internet banda larga – links de comunicação (36 meses)
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO	80390	R\$ 543.715,43
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total - SEM ICMS - para o serviço de internet banda larga – links de comunicação (36 meses)
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO	80390	R\$ 391.350,96
Item	QTD	UND	Especificações do Item	COD. SIAD	Preço Total para a instalação dos links
1	1	Unid	SERVICOS DE INTERNET BANDA LARGA - LINKS DE COMUNICACAO (INSTALAÇÃO)	80390	R\$ 0,00
OBSERVAÇÃO: O detalhamento do objeto, as cidades compreendidas, bem como as especificações técnicas, respectivos endereços e provisionamentos de velocidades constam no Termo de Referência (sobretudo item 6) e seus Apensos I e II (Anexo VII do Edital).					
PREÇO TOTAL DO LOTE SEM DEDUÇÃO DO ICMS				PREÇO TOTAL DO LOTE COM DEDUÇÃO DO ICMS	
R\$ 543.715,43				R\$ 391.350,96	

PREÇO TOTAL GLOBAL (36 MESES) SEM ICMS: Trezentos e noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos.

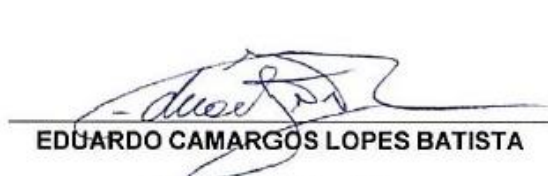
PREÇO TOTAL GLOBAL (36 MESES) COM ICMS: Quinhentos e quarenta e três mil, setecentos quinze reais e quarenta e três centavos.

A TABELA a seguir refere-se ao Lote 03 e servirá como referência para a formação de preços dos itens relacionados no serviço de enlace digital que deverá ser provisionado através de circuitos ópticos independentes, transparentes e redundantes. **A empresa vencedora, para fins de liquidação mensal, deverá preencher a planilha abaixo com valores unitários e totais de cada subitem e incluí-la em sua proposta** (na hipótese de incidência de dedução do ICMS, a planilha já deve ser preenchida com os preços resultantes da dedução):

Abaixo a Tabela de Formação de Preços do Lote 3

TABELA DE FORMAÇÃO DO PREÇO – COM IMPOSTOS E SEM ICMS - LOTE 03						
	(a)		(b)	(c)		
Item	Qtde	Descrição do serviço	Preço Unitário Mensal	Preço Unitário Anual ((b)x12)	Preço Unitário Total 36 meses (cx3)	Preço Global 36 meses
1	21	Velocidade 100 Mbps	R\$ 517,66	R\$ 6.211,92	R\$ 18.635,76	R\$ 391.350,96
Item	Qtde	Descrição do serviço	Preço Unitário	Preço Total (a x b)		
2	2	Valor da Instalação do link	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
VALOR GLOBAL DO SERVIÇO				R\$ 391.350,96		

Belo Horizonte, 04 de Maio de 2020.



EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA

Executivo de Negócios
 RG: M 3085788 SSP/MG
 CPF: 561.967.176-34



MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA

Executivo de Negócios
 RG: MG-4.151.643 SSP/MG
 CPF: 780.285.666-34



SAUS, Quadra 6, Bloco E, 9º Andar, Ala Norte - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940
Telefone: (61) 2312-2391 - <http://www.anatel.gov.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.066726/2017-97

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 1611/2020/ORLE/SOR-ANATEL

Para

Diretoria de Assuntos Regulatórios

OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Rua Humberto de Campos, 425 - 5º andar, Leblon

CEP: 22.430-190 – Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Declaração.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.066726/2017-97.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Em atenção à petição protocolizada em 13/03/2020 (SEI 5333156), declaramos que OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, sucessora por incorporação da TNL PCS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.164.616/0001-59, é autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia em decorrência do Ato nº 3.185, de 19/03/2014, publicado no DOU de 25/03/2014, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação todo o território nacional.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações**, em 30/03/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5391966** e o código CRC **141EB58D**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.066726/2017-97

SEI nº 5391966





TERMO DE AUTORIZAÇÃO

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO
MULTIMÍDIA

TNL PCS S.A.

ANEXO I

TERMO PVST / SPV N.º 014/2006 – ANATEL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA, DE INTERESSE COLETIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E TNL PCS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, doravante denominada ANATEL, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, com CNPJ/MF nº 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente Substituto PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 181 8065-IFP/RJ e CPF/MF nº 025.211.057-91, em conjunto com o Conselheiro LUIZ ALBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, RG nº 322.597-SSP/DF e CPF/MF nº 001.265.786-72, e de outro TNL PCS S.A., CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, ora representada por seu Presidente, LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORRÊA, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 6.056.736-SSP/SP e CPF/MF nº 052.425.988-75 e por seu Diretor de Estratégia Regulatória, CARLOS ALBERTO MACEDO CIDADE, brasileiro, casado, advogado, RG nº 16.800- OAB/DF e CPF/MF nº 323.614.320-72, doravante denominada AUTORIZADA, celebram o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO, Ato n.º 54.551, Processo Anatel n.º 5300.0010659/1994, que será regido pelas seguintes regras e condições:

Capítulo I - Do Serviço Autorizado, da Área de Prestação e do Valor da Autorização

1.1. O presente Termo ratifica, nos termos do Ato supracitado, a autorização expedida à empresa TNL PCS S.A., acima qualificada, para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade, doravante denominado SCM.

1.1.1. O SCM é o serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço.

1.1.1.1. Entende-se por assinante a pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a AUTORIZADA, para a fruição do SCM.



1.2. Este Termo não confere à AUTORIZADA nenhum direito ou prerrogativa de exclusividade, nem privilégio na exploração do SCM.

1.3. A Autorização objeto deste Termo, tem como área de prestação de serviço o território nacional e é expedida por prazo indeterminado.

1.4. O valor da Autorização para exploração do SCM é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Capítulo II – Da Legislação Aplicável

2.1. Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 9.472/97, e a regulamentação dela decorrente. A AUTORIZADA deverá observar as condições estabelecidas nas leis, regulamentos, normas e planos aplicáveis ao serviço, entre elas:

- a) Decreto nº 2.617, de 5 de junho de 1998;
- b) Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998;
- c) Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999;
- d) Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001;
- e) Súmula nº 006, de 24 de janeiro de 2002;
- f) Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2000;
- g) Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998;
- h) Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 155, de 16 de agosto de 1999;

2.1.1. Os demais instrumentos normativos aplicáveis aos serviços substituídos pelo SCM, permanecem em vigor até que sejam substituídos, nos termos do art. 214 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT, naquilo que não conflitarem com a Regulamentação do SCM.

Capítulo III - Dos Direitos e Condicionamentos da AUTORIZADA

3.1. A AUTORIZADA tem direito à livre exploração do serviço objeto deste Termo, prestado em regime privado e no interesse coletivo, devendo observar os direitos e condicionamentos estabelecidos nos Capítulos II e III do Título II do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e na regulamentação específica do serviço.

3.2. É vedado à AUTORIZADA condicionar a oferta do SCM à aquisição de qualquer outro serviço ou facilidade, oferecido por seu intermédio ou de suas coligadas, controladas ou



controladoras, ou condicionar vantagens ao assinante à compra de outras aplicações ou de serviços adicionais ao SCM, ainda que por terceiros.

3.2.1. A AUTORIZADA poderá, a seu critério, conceder descontos, realizar promoções, reduções sazonais e reduções em períodos de baixa demanda, entre outras, desde que o faça de forma não discriminatória e segundo critérios objetivos.

3.3. A AUTORIZADA não pode impedir, por contrato ou por qualquer outro meio, que o assinante seja servido por outras redes ou serviços de telecomunicações.

3.4. É vedado à AUTORIZADA efetuar a transmissão, emissão e recepção de informações de qualquer natureza que possam configurar a prestação de Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), assim como fornecer sinais de vídeo e áudio, de forma irrestrita e simultânea para os assinantes, na forma e condições previstas na regulamentação daqueles serviços.

3.4.1. Na prestação do SCM é permitido o fornecimento do transporte de sinais de vídeo e áudio, de forma não permanente e por meio de contrato específico ou pelo pagamento por evento, como transmissão de TV Executiva, videoconferências, transporte de sinais de empresas produtoras ou distribuidoras de programação para prestadoras de Serviços de Radiodifusão ou de serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH e transmissão de programação entre estações de radiodifusão.

3.4.2. Na prestação do SCM não é admitido que o sinal transportado seja recebido direta e livremente pelo público em geral como o do Serviço de Radiodifusão, ou seja distribuído de forma simultânea para os assinantes, como o dos serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH.

3.5. Na prestação do SCM não é permitida a oferta de serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC.

3.6. A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o assinante, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede.

3.7. A AUTORIZADA deverá prestar à Anatel, sempre que solicitado, informações técnico-operacionais ou econômicas, em particular as relativas ao número de assinantes e à área de cobertura e aos valores aferidos pela AUTORIZADA em relação aos parâmetros indicadores de qualidade, bem como franquear aos representantes da Anatel o acesso às suas instalações ou à documentação quando solicitado.

3.7.1. A Anatel dispensará tratamento confidencial, quando for o caso, às informações prestadas, nos termos do artigo 39, da Lei n.º 9.472, de 1997 e do artigo 64, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto 2.338, de 1997.

3.8. Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao serviço objeto deste Termo, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas



apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

3.8.1. Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155 da Anatel, de 5 de agosto de 1999.

3.9. A AUTORIZADA compromete-se ao pagamento dos encargos decorrentes da exploração do SCM, dentre outros, as Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, nos termos da regulamentação.

3.10. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, a AUTORIZADA está obrigada ao cumprimento dos compromissos assumidos perante os seus usuários, em data anterior à assinatura deste Termo, observadas as condições dos contratos firmados e as obrigações estabelecidas neste Termo, prevalecendo, em caso de conflito, o que for favorável ao usuário.

3.10.1. A AUTORIZADA está obrigada, especialmente, à manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência.

Capítulo IV - Dos Direitos e Deveres dos Assinantes

4.1. O assinante do SCM tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

- I – de acesso ao serviço, mediante contratação junto a AUTORIZADA;
- II – ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- III – à informação adequada sobre condições de prestação do serviço, em suas várias aplicações, facilidades adicionais contratadas e respectivos preços;
- IV – à inviolabilidade e ao segredo de comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- V – ao conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente;
- VI – ao cancelamento ou interrupção do serviço prestado, a qualquer tempo e sem ônus adicional;
- VII – a não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de deveres constantes do artigo 4º da Lei nº 9.472, de 1997;
- VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão e cessação do serviço;
- IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;
- X – de resposta eficiente e pronta às suas reclamações, pela AUTORIZADA;
- XI – ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA, junto à Anatel ou aos organismos de defesa do consumidor;



- XII – à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;
- XIII – à substituição do seu código de acesso, se for o caso, nos termos da regulamentação;
- XIV – a não ser obrigado ou induzido a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação;
- XV – a ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da purgação da mora, ou de acordo celebrado com a AUTORIZADA, com a imediata exclusão de informação de inadimplência sobre ele anotada;
- XVI – a ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, o acesso a comodidades ou utilidades solicitadas;
- XVII – à continuidade do serviço pelo prazo contratual;
- XVIII – ao recebimento de documento de cobrança com discriminação dos valores cobrados.

4.1.1 No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, o assinante tem direito, sem prejuízo dos demais já enumerados:

- I – a manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência;
- II – a opção pelo encerramento do contrato de prestação do serviço substituído e contratação do novo serviço;

4.2. O assinante do SCM têm os seguintes deveres, dentre outros:

- I – utilizar adequadamente o serviço, os equipamentos e as redes de telecomunicações;
- II – preservar os bens da AUTORIZADA e aqueles voltados à utilização do público em geral;
- III – efetuar o pagamento referente à prestação do serviço, observadas as disposições estabelecidas no Regulamento do Serviço;
- IV – providenciar local adequado e infra-estrutura necessários à correta instalação e funcionamento de equipamentos da AUTORIZADA, quando for o caso;
- V – somente conectar à rede da AUTORIZADA, terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel.

Capítulo V - Das Prerrogativas da ANATEL

5.1. A Anatel poderá impor condicionamentos à prestação do SCM, nos termos do art. 128 da LGT.

5.2. A Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA faça cessar imediatamente as transmissões de qualquer estação de telecomunicações que esteja causando interferência prejudicial nos serviços de telecomunicações regularmente instalados, até que seja erradicada a causa da interferência.

5.3. A Anatel poderá fazer realizar pesquisa de satisfação dos assinantes do serviço prestado pela AUTORIZADA, divulgando os resultados à sociedade.



Capítulo VI - Das Condições de Exploração do Serviço

6.1. A AUTORIZADA deverá iniciar a exploração comercial do serviço no prazo de dezoito meses, contado a partir da data de publicação do ato de autorização para a prestação do serviço no Diário Oficial da União - D.O. U.

6.1.1. O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

6.1.2. O prazo para início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, será contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência no D.O.U.

6.1.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA obedecerá as seguintes regras:

6.1.3.1. A AUTORIZADA que já tiver iniciado a exploração comercial do serviço não poderá interrompê-la em função da adaptação.

6.1.3.2. A AUTORIZADA que, quando da publicação do seu Ato de Adaptação, ainda não tiver iniciado a exploração comercial do serviço, deverá fazê-lo dentro do prazo previsto no Termo de Autorização do serviço que está sendo adaptado.

6.1.3.3. A adaptação será efetuada assegurando, se for o caso, o direito de uso de radiofrequência pelo prazo remanescente do antigo instrumento de autorização, mantida a possibilidade de prorrogação.

6.2. As condições para outorga de autorização e coordenação de uso de radiofrequências estão estabelecidas no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.

6.3. A AUTORIZADA deverá, num prazo máximo de cento e oitenta dias a partir do ato de autorização, entregar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, como condição para a emissão de autorização para instalação do sistema.

6.3.1. O Projeto de Instalação deverá ser compatível com o Projeto Básico anexo a este Termo de Autorização.

6.3.2. O resumo do Projeto de Instalação será apostado ao presente Termo de Autorização, entendido como um complemento ao Projeto Básico.

6.3.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA deverá, em um prazo máximo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação do Ato de Adaptação, apresentar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, na forma prevista no Anexo III do Regulamento do SCM.

6.4. A AUTORIZADA nesta qualidade não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo inclusive observar os novos



condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pelos regulamentos a serem editados pela Anatel, nos prazos estabelecidos na regulamentação.

6.5. Cabe à AUTORIZADA quando da instalação de estação:

I - observar as posturas municipais e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas em logradouros públicos;

II - assegurar que a instalação de suas estações esteja em conformidade com a regulamentação pertinente;

III - obter a consignação da radiofrequência necessária, caso não utilize apenas meios confinados ou meios de terceiros.

6.6. A AUTORIZADA é responsável, perante o assinante e a Anatel, pela exploração e execução do serviço.

6.6.1. A AUTORIZADA será integralmente responsável pela exploração e execução do serviço perante o assinante, inclusive quanto ao correto funcionamento da rede de suporte ao serviço, mesmo que esta seja de propriedade de terceiros, sendo-lhe garantido, neste caso, direito de regresso.

6.6.2. A responsabilidade da AUTORIZADA perante a Agência compreenderá igualmente o correto funcionamento da rede de suporte à prestação do serviço, inclusive nos casos em que esta seja de propriedade de terceiros.

6.7. É assegurado aos interessados o uso das redes de suporte do SCM para provimento de serviços de valor adicionado (SVA), de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.7.1. A Anatel deverá estabelecer regras que assegurem a utilização das redes de SCM para suporte ao provimento de SVA, dispondo também sobre o relacionamento entre provedores destes serviços e prestadoras do SCM, conforme previsto no § 2º do art. 61, da Lei nº 9.472, de 1997.

6.8. A AUTORIZADA tem direito ao uso de redes ou de elementos de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.8.1. A AUTORIZADA deve possibilitar o uso de suas redes ou de elementos dessas redes a outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.9. A remuneração pelo uso de redes deve ser livremente pactuada entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

6.10. Na prestação do SCM é vedada a utilização de equipamentos sem certificação expedida ou aceita pela Agência, quando esta for exigida pela regulamentação.

6.11. São parâmetros de qualidade para o SCM, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos pela Anatel:



I – o fornecimento do transporte de sinais respeitando as características estabelecidas na regulamentação;

II – a disponibilidade do serviço nos índices contratados;

III – a emissão de sinais eletromagnéticos nos níveis estabelecidos em regulamentação;

IV – a divulgação de informações aos seus assinantes, de forma inequívoca, ampla e com antecedência razoável, quanto a alterações de preços e condições de fruição do serviço;

V – a rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos assinantes;

VI – o número de reclamações contra a AUTORIZADA;

VII – o fornecimento das informações necessárias à obtenção dos indicadores de qualidade do serviço, de planta, bem como os econômico-financeiros, de forma a possibilitar a avaliação da qualidade na prestação do serviço.

6.12. Devem constar do contrato de prestação do serviço com o assinante:

I - os direitos e deveres da AUTORIZADA;

II - os direitos e deveres dos assinantes;

III - o número do Centro de Atendimento ao Assinante, bem como o endereço eletrônico da AUTORIZADA na Internet, onde o usuário possa encontrar informações sobre o serviço, inclusive especificações para conexão de terminais de telecomunicações a redes de suporte;

IV – o endereço da Anatel, bem como o endereço eletrônico de sua biblioteca, onde as pessoas poderão encontrar cópia integral do regulamento do serviço;

V – o telefone da Central de Atendimento da Anatel;

VI - os parâmetros de qualidade do serviço, dispostos no item 6.11 deste Termo de Autorização.

6.13. A AUTORIZADA deve manter um centro de atendimento telefônico para seus assinantes, com discagem direta gratuita durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

6.14. Em caso de interrupção ou degradação da qualidade do serviço, a AUTORIZADA deve descontar da assinatura o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a trinta minutos.

6.14.1. A necessidade de interrupção ou degradação do serviço por motivo de manutenção, ampliação da rede ou similares deverá ser amplamente comunicada aos assinantes que serão afetados, com antecedência mínima de uma semana, devendo os mesmos terem um desconto na assinatura à razão de 1/30 (um trinta avos) por dia ou fração superior a quatro horas.

6.14.2. A interrupção ou degradação do serviço por mais de três dias consecutivos e que atinja mais de dez por cento dos assinantes deverá ser comunicada à Anatel com uma exposição dos motivos que a provocaram e as ações desenvolvidas para a normalização do serviço e para a prevenção de novas interrupções.

6.14.3. A AUTORIZADA não será obrigada a efetuar o desconto se a interrupção ou degradação do serviço ocorrer por motivos de caso fortuito ou de força maior, cabendo-lhe o ônus da prova.



Capítulo VII – Das Disposições sobre Interconexão

7.1. É obrigatória, quando solicitada, a interconexão entre as redes de suporte do SCM e entre estas e as redes de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo, observado o disposto na Lei nº 9.472, de 1997 e no Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998.

Capítulo VIII – Da Vinculação às Normas Gerais de Proteção à Ordem Econômica

8.1. A AUTORIZADA compromete-se a prestar o serviço ora autorizado em estrita conformidade com as normas que coíbam o abuso do poder econômico sem prejudicar a livre concorrência, não aumentando arbitrariamente os lucros ou exercendo abusivamente posição dominante no mercado.

8.1.1. Diante de situação concreta ou de reclamação fundamentada sobre abuso de preço, imposição de condições contratuais abusivas, tratamento discriminatório ou práticas tendentes a eliminar deslealmente a competição, a Anatel poderá, após análise, assegurado o direito à prévia e ampla defesa à AUTORIZADA, determinar a implementação das medidas cabíveis, sem prejuízo de o reclamante representar o caso perante outros órgãos governamentais competentes.

Capítulo IX – Das Formas de Contraprestação pelo Serviço Prestado

9.1. A AUTORIZADA deverá estabelecer os preços relativos à prestação do SCM de forma justa e não discriminatória, competindo à Anatel a repressão às práticas comerciais abusivas e ao abuso do poder econômico.

9.2. A AUTORIZADA deve, nos termos do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiros, tornando disponíveis, mediante remuneração, os meios necessários à adequada comunicação destas autoridades.

9.3. É dever da AUTORIZADA assegurar o acesso gratuito dos seus assinantes aos serviços de emergência, na forma da regulamentação.

9.4. É dever da AUTORIZADA colocar a disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vista a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas, na forma da regulamentação.

Capítulo X - Da Transferência

10.1. A transferência da autorização para exploração de SCM e da autorização para uso de radiofrequência a ele associada exige prévia anuência da Anatel, observadas as exigências regulamentares.



10.2. A transferência da autorização somente poderá ser efetuada após três anos contados do início efetivo da operação comercial do serviço.

10.2.1. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, será computado, para efeito do disposto no item 10.2, o tempo de operação anterior a essa adaptação.

10.3. Para transferência da autorização do SCM, a interessada deve:

I – atender às exigências compatíveis com o serviço a ser prestado, em relação à qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica e regularidade fiscal, apresentando a documentação enumerada no Anexo I do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia;

II – apresentar declaração firmada por seu representante legal, comprometendo-se a cumprir todas as cláusulas do termo de autorização em vigor, sub-rogando-se nos direitos e obrigações da primitiva autorizada.

10.4. A transferência da autorização entre empresas controlada e controladora entre si e nos casos decorrentes de cisão, será efetivada pela Anatel a qualquer momento, mediante solicitação das partes interessadas e com observância do disposto na cláusula 10.3.

10.5. A transferência da autorização para exploração do SCM estará sujeita a cobrança de preço público, pela Anatel.

10.6. A transferência do controle societário da AUTORIZADA está sujeita à posterior aprovação pela Anatel, visando a manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação, devendo a AUTORIZADA enviar à Agência, no prazo de até sessenta dias contados da data de registro no órgão competente, requerimento contendo sua composição societária anterior, a operação efetuada e o quadro resultante da operação, além da documentação prevista na regulamentação do SCM.

10.6.1. As alterações societárias ou de controle que necessitem de aprovação por parte da Anatel deverão incluir, no instrumento legal que as formalize, cláusula determinando que tal alteração está condicionada à aprovação da Agência.

10.7. A transferência da autorização ou do controle societário da AUTORIZADA não será admitida se prejudicar a competição ou colocar em risco a execução dos compromissos assumidos, observadas as normas gerais de proteção à ordem econômica e, especialmente, o artigo 7º da Lei n.º 9.472, de 1997.

10.8. A transformação do tipo societário e a modificação da denominação social da AUTORIZADA e de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser comunicadas à Agência, no prazo de vinte dias, após o registro do ato no órgão competente.

10.9. Os acordos de sócios, que regulam as transferências de quotas e ações, bem como o exercício do direito de voto, da AUTORIZADA e os de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser encaminhados à Agência em até quinze dias, após o registro no órgão competente.



Capítulo XI – Das Disposições sobre Fiscalização

11.1. A AUTORIZADA fica sujeita à fiscalização da Anatel, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, devendo, quando lhe for exigido, prestar contas da gestão, permitindo o livre acesso aos seus recursos técnicos e registros contábeis.

11.2. A AUTORIZADA poderá indicar preposto para acompanhar os agentes da fiscalização nas suas visitas, inspeções e atividades.

Capítulo XII - Das Sanções

12.1. O descumprimento de disposições legais e regulamentares, bem como de condições ou de compromissos associados à autorização, sujeitará a AUTORIZADA às sanções previstas na regulamentação, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

12.2. Sem prejuízo de outras situações estabelecidas na regulamentação, consideram-se infrações graves:

I – não iniciar a exploração do serviço no prazo estabelecido no presente Termo;

II - o não pagamento das taxas ou encargos incidentes sobre o serviço;

III – ofertar serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC;

IV– ofertar serviço com as características do Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

Capítulo XIII - Da Extinção da Autorização

13.1. Extinguir-se-á a Autorização, bem como o presente Termo de Autorização, mediante cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação conforme disposto na Lei nº 9.472, de 1997.

13.2. Quando houver perda das condições indispensáveis à expedição ou manutenção da autorização, a Agência poderá extingui-la mediante ato de cassação, assegurado ao interessado neste caso, durante o processo administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3. A declaração de extinção da Autorização não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA, de conformidade com o disposto na regulamentação e no presente Termo de Autorização.

Capítulo XIV - Da Vigência, Eficácia e Foro

14.1. O presente Termo terá vigência e eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.




11

14.2. Para dirimir eventuais questões futuras relativas a este Termo de Autorização, deverão ser envidados esforços visando à obtenção de solução amigável, somente se devendo recorrer à solução judicial, em caso de insucesso dessa via, hipótese em que será, competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Cidade de Brasília, Distrito Federal.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente Termo, as partes o assinam em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


Brasília, Distrito Federal, 22 de fevereiro de 2006.

ANATEL


Plínio de Aguiar Júnior
Presidente Substituto
Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel



Luiz Alberto da Silva
Conselheiro
Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

AUTORIZADA

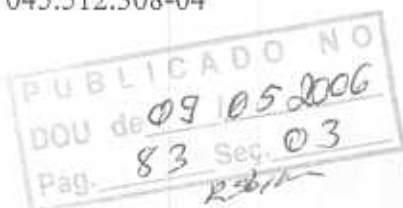

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
Diretor Presidente
TNL PCS S.A.


Carlos Alberto Macedo Cidade
Diretor de Estratégia Regulatória
TNL PCS S.A.

TESTEMUNHAS:


Dirceu Baraviera
RG n.º 5.380.723-SSP/SP
CPF n.º 045.512.308-04


Wilma Dantas Trindade Mautoni
RG n.º 3.393.336-7- IFP/RJ
CPF n.º 387.267.857-49



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO (REGULARIDADE)

Processo Licitatório nº 73/2020

Objeto: Contratação de serviços de conectividade de acesso à Internet, incluindo o fornecimento de equipamentos em comodato, serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte técnico, a serem executados de forma contínua, nas diversas unidades do Ministério Público de Minas Gerais

DECLARAMOS sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Procuradoria da República em Minas Gerais, que a **OI MÓVEL S/A**, (sucessora por incorporação da TNL PCS S/A), em recuperação judicial, sociedade anônima, com sede no Setor Comercial Norte, quadra 03, Bloco A, Ed. Estação Telefônica – Térreo – Parte 2, Brasília – CEP: 70.713-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, através de seus representantes legais **EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº M 3085788 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 561.967.176-34 e **MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA**, brasileiro, portador da identidade nº MG-4.151.643 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF o nº 780.285.666-34, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sob controle de grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, já participante desta licitação como controlador de outra empresa.

DECLARA ainda, em cumprimento ao disposto na Resolução 37/09 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 172/17, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, inclusive no período compreendido entre os 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital até a presente data.

Belo Horizonte/MG, 04 de maio de 2.020.


EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA

Executivo de Negócios

RG: M 3085788 SSP/MG

CPF: 561.967.176-34


MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA

Executivo de Negócios

RG: MG-4.151.643 SSP/MG

CPF: 780.285.666-34



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO (NÃO EMPREGA MENOR)

Processo Licitatório nº 73/2020


Objeto: Contratação de serviços de conectividade de acesso à Internet, incluindo o fornecimento de equipamentos em comodato, serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte técnico, a serem executados de forma contínua, nas diversas unidades do Ministério Público de Minas Gerais

DECLARAMOS sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Procuradoria da República em Minas Gerais, que a **OI MÓVEL S/A**, (sucessora por incorporação da TNL PCS S/A), em recuperação judicial, sociedade anônima, com sede no Setor Comercial Norte, quadra 03, Bloco A, Ed. Estação Telefônica – Térreo – Parte 2, Brasília – CEP: 70.713-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, através de seus representantes legais **EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº M 3085788 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 561.967.176-34 e **MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA**, brasileiro, portador da identidade nº MG-4.151.643 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF o nº 780.285.666-34, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(X) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Belo Horizonte/MG, 04 de maio de 2.020.



EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA
Executivo de Negócios
RG: M 3085788 SSP/MG
CPF: 561.967.176-34



MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA
Executivo de Negócios
RG: MG-4.151.643 SSP/MG
CPF: 780.285.666-34

05.423.963/0001-11
OI MÓVEL S/A
SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA
03, BL. A - ANDAR TERREO-PARTE 2
ED. ESTACAO TEL. CENTRO NORTE
ASA NORTE CEP 70713-900
BRASILIA DF



054/2019

Livro nº 3948
Fls nº 163
Ato nº 094

P R O C U R A Ç Ã O, bastante que faz,
na forma abaixo:-----

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2019 (dois mil e dezenove), neste 15º Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro, situado na Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, perante mim, Flávia Jochem Ribeiro Calazans Baroni, Tabeliã Substituta, Matrícula nº 94/9586, do Cartório do 15º Ofício de Notas, na Rua do Ouvidor, nº 89, *Tabeliã Fernanda de Freitas Leitão*, compareceu como **OUTORGANTE: OI MÓVEL S.A. “em recuperação Judicial”** (sucessora por incorporação da TNL PCS S/A.), sociedade anônima com sede em Brasília/DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A – Ed. Estação Telefônica – Térreo – Parte 2 – Asa Norte, CEP: 70713-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores, **CARLOS AUGUSTO MACHADO PEREIRA DE ALMEIDA BRANDÃO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG-6.832.979, expedida pelo SSP/MG em 08/02/1999, inscrito no CPF sob o nº 987.611.886-20 e **JOSÉ CLAUDIO MOREIRA GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, maior, Diretor Operação de Rede – matrícula 38617, portador da carteira de identidade nº 068859297, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; ambos com endereço comercial nesta Cidade, na Rua Humberto de Campos nº 425, 8º andar, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ. Identificado (s) conforme os documentos apresentados cujas xerocópias, ficam arquivadas nesta Serventia, devendo da presente ser enviado nota ao 5º Ofício de Distribuição, e pela forma solene do presente instrumento público nomeia e constitui seus bastante (s) **procurador (es): 1) BERNARDO KOS WINIK**, brasileiro, divorciado, Administrador de Empresas – matrícula 312060, portador da identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76, com endereço eletrônico: bernardo.winik@oi.net.br; 2) **ADRIANA COUTINHO VIALI**, brasileira, casada, Administradora de Empresas – matrícula 058521, portadora da identidade nº 22.937.380 – X, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 114.951.458-24, com endereço eletrônico: adriana.viali@oi.net.br; 3) **KARIN CAMBA DE OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, Engenheira Eletricista – matrícula 406692, portadora da identidade nº 22.680.380-6, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 169.651.958-60, com endereço eletrônico: karin.camba@oi.net.br; 4) **SERGIO TULIO LAVARINI VIEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecânico – matrícula 062965, portador da identidade nº M 1.290.813, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.425.896-53, com endereço eletrônico: sergio.lavarini@oi.net.br; 5) **FERNANDA DE MAGALHAES QUEIROZ**, brasileira, casada, Engenheira Química – matrícula 65976, portadora da identidade nº M6.863.289, expedida pela SSP-MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 001.497.036-86, com Rua do Ouvidor, 89 - Centro - CEP 20040-030 - Tel.: 55 21 3233-2600 - Av. das Américas, 500 - Bl. 11 - Lj 106 - Downtown - Barra da Tijuca Tel.: 55 21 3154-7161 - CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - E-mail: faleconosco@cartorio15.com.br - www.cartorio15.com.br

054/2019

endereço eletrônico: fernanda.queiroz@oi.net.br; 6) **PAULO BASÍLIO DE OLIVEIRA PEREIRA**, brasileiro, divorciado, Engenheiro – matrícula 061577, portador da identidade nº 06068968-4, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 958.167.397-00, com endereço eletrônico: paulo.basilio@oi.net.br; 7) **RUGERPE MARQUES NEVES**, brasileiro, casado, Tecnólogo em redes de Telecomunicações – matrícula 286120, portador da identidade nº 02323655585, expedida pela DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 682.796.397-72, com endereço eletrônico: rugerpe.neves@oi.net.br; 8) **CLAUDIA BRAGA MONTEIRO**, brasileira, casada, Advogada - matrícula 340506, inscrita na OAB/RJ sob o nº 94071, e inscrita no CPF/MF sob o nº 747.163.537-49, com endereço eletrônico: claudia.monteiro@oi.net.br; 9) **GUILHERME NAPOLEÃO PORTELA SOUZA**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 120581, portador da identidade nº 01725014940, expedida pela DETRAN/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.050.176-05, com endereço eletrônico: guilherme.souza@oi.net.br; 10) **MITSUO ORLANDO NONAKA**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista - matrícula 59884-7, portador da identidade nº M-9-063.318, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.455.116-40, com endereço eletrônico: mitsuo@oi.net.br; 11) **JULIANA GERMELLO DE MARCA PRESTON KRUG**, brasileira, casada, Engenheira – matrícula 119251, portadora da identidade nº 00066149459, expedida pela DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 028.330.416-24, com endereço eletrônico: juliana.marca@oi.net.br; 12) **MARCIO MIRANDA PAULINELLI**, brasileiro, solteiro, Administrador – matrícula 260008288, portador da identidade nº 11690448, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 054.602.666-45, com endereço eletrônico: marcio.paulinelli@oi.net.br; 13) **JANE MALAFAIA SOUZA CRUZ**, brasileira, casada, Pedagoga - matrícula 37819, portadora da identidade nº 09649560-1, expedida pela IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 022.395.937-50, com endereço eletrônico: malafaia@oi.net.br; 14) **RAVAN DE ALMEIDA GOMES**, brasileiro, casado, Licenciatura em Física – matrícula 14782, portador da identidade nº 01569461390, expedida pela DETRAN/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 721.567.756-72, com endereço eletrônico: ravan@oi.net.br; 15) **LUIZ MARCEL ALONSO LEVY NOTARI**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, - matrícula 319610, portador da identidade nº 16.247.107-5, expedida pela SSP/SP, e inscrito CPF/MF sob o nº 259.671.658-51, com endereço eletrônico: luiz.notari@oi.net.br; 16) **RENATO LARA NASCIMENTO**, brasileiro, em união estável, Tecnólogo de Telecomunicação - matrícula 319610, portador da identidade nº 09868838-5, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025 698 007-16, com endereço eletrônico: Renato.lara@oi.net.br; 17) **JOHN CHARLES VIEIRA DE SOUSA**, brasileiro, casado, Bacharel em Matemática – matrícula 12970, portador da identidade nº M3 033 753, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 574.938.126-91, com endereço eletrônico: jcharles@oi.net.br; 18) **EDUARDO**

054/2019



CAMARGOS LOPES BATISTA, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 14836, portador da identidade nº M3085788, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.967.176-34, com endereço eletrônico: elopes@oi.net.br; **19) RICARDO CAMERON**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 273566, portador da identidade nº 921.955, expedida pela SSP/SE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 512.165.745-53, com endereço eletrônico: ricardo.cameron@oi.net.br; **20) BRUNO FERREIRA ALEGRO**, brasileiro, casado, Mercadólogo – matrícula 404146, portador da identidade nº MG 11.739.943, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.627.406-55, com endereço eletrônico: bruno.alegro@oi.net.br; **21) JULIANA PINHEIRO AMORIM**, brasileira, solteira, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 319458, portadora da identidade nº 04631151453, expedida pela DETRAN/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 069.360.716-51, com endereço eletrônico: juliana.amorim@oi.net.br; **22) AUGUSTO DEL-FRARO BARROS**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista – matrícula 13661, portador da identidade nº M2-877.372, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 489.476.526-87, com endereço eletrônico: delfraro@oi.net.br; **23) ANA PAULA RABELO MARTINS MOREIRA**, brasileira, casada, Tecnóloga em Processamento de Dados – matrícula 14966, portadora da identidade nº MG 6.000-316, expedida pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 721.567.756-72, com endereço eletrônico: anamoreira@oi.net.br; **24) LEONARDO MACIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletrônico e de Telecomunicações – matrícula 399504, portador da identidade nº MG 8.752.385, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.003.686-06, com endereço eletrônico: leonardo.maciell@oi.net.br; **25) MARCUSE MOREIRA SANTOS**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 196168, portador da identidade nº 1.669.277, expedida pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.546.597-99, com endereço eletrônico: marcuse.santos@oi.net.br; **26) ANTÔNIO EUSTÁQUIO DINIZ MELO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista – matrícula 14347, portador da identidade nº M 4376012, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 715.013.556-00, com endereço eletrônico: admelo@oi.net.br; **27) GUSTAVO HENRIQUE FANTONI NAURATH**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Eletricista – matrícula 14901, portador da identidade nº MG-6.402.858, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 953.489.566-00, com endereço eletrônico: naurath@oi.net.br; **28) TARCISIO MESQUITA MONTEIRO**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 368102, portador da identidade nº 01426111105, expedida pela DETRAN/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 979.160.806-72, com endereço eletrônico: tarcisio.monteiro@oi.net.br; **29) LILIANA DE OLIVEIRA SANMARTIN**, brasileira, solteira, Jornalista – matrícula 61769, portador da identidade nº 05336793-4, expedida pela

054/2019

IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 678.272.097-34, com endereço eletrônico: liliana.sanmartin@oi.net.br; **30) CAROLINA VIEIRA GEOVANINI AMORIM**, brasileira, Engenheira de Telecomunicações – matrícula 113283, casada, portadora da identidade nº 27.469.577-4, expedida pela DETRAN, e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.344.896-10, com endereço eletrônico: carolina.geovanini@oi.net.br; **31) ISA MARIA MELLO DE CNOP**, brasileira, separada judicialmente, Professora – matrícula 82976, portadora da identidade nº 04741205-1, expedida pela DETRAN RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 806.576.567-04, com endereço eletrônico: isa.mello@oi.net.br; **32) TATIANA ZOUAIN DUTRA DO SOUTO**, brasileira, casada, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 117252, portadora da identidade nº 03370641602, expedida pela DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 873.658.127-53, com endereço eletrônico: tatiana.zouain@oi.net.br; **33) RENATO SOUZA DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, casado, Gestor Ambiental – matrícula 273539, portador da identidade nº 09987635-1, expedida pela DIC/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.252.597-07, com endereço eletrônico: renato.conceicao@oi.net.br; **34) LUIS CLAUDIO PEREIRA DERBLY**, brasileiro, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 356389, casado, portador da identidade nº 06.387.089-3, expedida pela DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 923.433.257-15, com endereço eletrônico: luis.derbly@oi.net.br; **35) GRAZIELA ALHADAS DE SOUZA PLATENIK**, brasileira, casada, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 91255, portadora da identidade nº 12742588-2, expedida pela IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 056453807-89, com endereço eletrônico: graziela.platenik@oi.net.br; **36) PEDRO PAULO POLLY DE FREITAS**, brasileiro, casado, Tecnólogo – matrícula 280232, portador da identidade nº 08788994-5, expedida pela DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.676.737-67, com endereço eletrônico: pedro.freitas@oi.net.br; **37) MANUEL VANDA**, Angolano, casado, Engenheiro Eletricista – matrícula 273538, portador da identidade nº V159428-2, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 011.799.986-50, com endereço eletrônico: manuel.vanda@oi.net.br; **38) VALÉRIA GOMES DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, Analista de Sistemas – matrícula 272878, portadora da identidade nº 07067714-1, expedida pela DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 957.059.457-87, com endereço eletrônico: valeria.santos@oi.net.br; **39) FERNANDO LOPES PINHEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro de Telecomunicações – matrícula 403637, portador da identidade nº 07284336-0, expedida pela Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 887.368.657-53, com endereço eletrônico: fernando.pinheiro@oi.net.br; **40) EMILSON FERNANDES DE SIQUEIRA**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração Industrial – matrícula 404494, portador da identidade nº 11.154.236-1, expedida pela DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 052.402.137-63, com endereço eletrônico: emilson.siqueira@oi.net.br; **41) ALEX ROCHA**



054/2019

PINHEIRO, brasileiro, casado, Bacharel em Sistemas de Informação – matrícula 404059, portador da identidade nº 02691855973, e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.477.696-57, com endereço eletrônico: alex.pinheiro@oi.net.br; **42) ALESSANDRO LIMA FONSECA**, brasileiro, casado, Comunicação, portador da identidade nº 021.822.737.20, expedida pela Detran/MG, e inscrito CPF/MF sob nº 059.975.656-02, com endereço eletrônico: alessandro.fonseca@oi.net.br; **43) WALLACE LINCOLN SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Publicidade e Propaganda – matrícula 405782, portador da identidade nº 05475113710, expedida pela DETRAN-MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 113.941.176-47, com endereço eletrônico: wallace.santos@oi.net.br; **44) JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS JÚNIOR**, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Econômicas – matrícula 405817, portador da identidade nº 03082126605, expedida pela DETRAN-MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 054.709.816-22, com endereço eletrônico: josesantos@oi.net.br; **45) KELLY CHRISTINA DE PAULA SOUZA**, brasileira, solteira, Bacharel em Tecnologia em Informática – matrícula 357859, portadora da identidade nº M-9032325, expedida pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 056.130.176-03, com endereço eletrônico: kelly.souza@oi.net.br; **46) ERALDO VILELA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Tecnólogo em Redes, - matrícula 228686, portador da identidade nº MG.5 955-539, expedida pela SSP-MG, e inscrito CPF/MF sob nº 030.669.136-19, com endereço eletrônico: eraldo.santos@oi.net.br; **47) VINICIUS MARCELINO XAVIER DA ROCHA**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas – matrícula 405812, portador da identidade nº 01549511387, expedida pela DETRAN-MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.952.316-21, com endereço eletrônico: vinicius.rocha@oi.net.br; **48) MARCELO DE AZEREDO PEDROSA**, brasileiro, solteiro, matrícula 305177, portador da identidade nº 03638847178, expedida pela Detran-MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.719.556-00, com endereço eletrônico marcelo.pedrosa@oi.net.br; **49) SANDRO JOSE DA SILVA PORTO**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, matrícula 402628, portador da identidade nº M-4.408.666, expedida pela SSP-MG, e inscrito no CPF/MF sob nº 750.354.996-34, com endereço eletrônico: sandro.porto@oi.net.br; **50) FERNANDA COSTA DA SILVA**, brasileira, solteira, Profissional de Marketing – matrícula 406234, portadora da identidade nº 22388252-3, expedida pela DETRAN-RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 123.672.597-20, com endereço eletrônico: fernanda.costa@oi.net.br; **51) BRUNO DE AZEVEDO LINHARES**, brasileiro, solteiro, publicitário, - matrícula 405815, portador da identidade nº 1291.353, expedida pela DIC/ES, e inscrito CPF/MF sob nº 046.679.107-04, com endereço eletrônico: bruno.linhares@oi.net.br; **52) BRUNO GASPARINI RIBEIRO**, brasileiro, casado, Administrador - matrícula 406318, portador da identidade nº 1.313.639, expedida pela SSP-ES, e inscrito CPF/MF sob nº 046.683.867-07, com endereço eletrônico:

054/2019

bruno.gasparini@oi.net.br; **53) RENATA MACEDO**, brasileira, casada, Engenheira de Produção - matrícula 411068, portadora da identidade nº MG 10.388.090, expedida pela SSP/MG, e inscrita CPF/MF sob nº 065.891.006-08, com endereço eletrônico: renata.macedo@oi.net.br; **54) CESAR AUGUSTO MOREIRA**, brasileiro, solteiro, Tecnólogo de Redes de Computadores, - matrícula 411068, portador da identidade nº MG 13.275.374, expedida pela SSP/MG, e inscrito CPF/MF sob nº 065.221.876-80, com endereço eletrônico cesar.moreira@oi.net.br; **55) MARCELO BARBOSA DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Direito, portador da identidade nº MG12.161.053, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 052.594.256-42, com endereço eletrônico: marcelocarvalho@oi.net.br; **56) PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Bacharel em Administração de Empresas - matrícula 341960, portador da identidade nº MG 13.063.382, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 067.420.646-09, com endereço eletrônico: paulohenrique@oi.net.br; **57) ALEX ROCHA PINHEIRO**, brasileiro, casado, Bacharel em Sistemas de Informação, Executivo de Vendas – matrícula 404059, portador da identidade nº 02691855973, e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.477.696-57, com endereço eletrônico: alex.pinheiro@oi.net.br; **58) FÁBIO HIROSHI LUIZ PEREIRA COUTINHO**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresa, portador da identidade nº 29090106-5, expedida pelo DETRAN, e inscrito no CPF/MF sob o nº 16266708701, com endereço eletrônico: fabio.coutinho@oi.net.br; **59) CAROLINA ALVAREZ MAGIONI**, brasileira, solteira, Engenheira Química, portadora da identidade nº 21.159.568-1, expedida pela DIC/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 110.755.787-95, com endereço eletrônico: carolina.magioni@oi.net.br; **60) EDUARDO PONCIONI DA SILVA**, brasileiro, casado, Publicitário, portador da identidade nº 26.289.729-5, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.334.318-06, com endereço eletrônico: eduardo.silva@oi.net.br; **61) ALEXANDRE GONÇALVES CORRÊA**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas – matrícula 318890, portador da identidade nº 10125089-2, expedida pela DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.370.967-13, com endereço eletrônico: alexandre.correia@oi.net.br; **62) FÁBIO SIMÕES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, Jornalista – matrícula 410470, portador da identidade nº 08683816-6, expedida pela IFP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.232.957-95, com endereço eletrônico: fabio.farias@oi.net.br; **63) FÁBIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, portador da identidade nº 119831279, expedida pela IFP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.709.087.30, com endereço eletrônico: fabiodossantos@oi.net; **64) TATIANA FERREIRA GUILHON**, brasileira, solteira, Advogada – matrícula 406072, inscrita na OAB/RJ sob o nº 157.413 e no CPF/MF sob o nº 104.776.457-12, com endereço eletrônico: tatiana.guilhon@oi.net.br; **65) JACQUELYNE BIA ARAÚJO SOUZA**, brasileira, casada, Advogada – matrícula 342759,

054/2019



portadora da identidade nº MG15.483.262, expedida pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 087.165.546-20, com endereço eletrônico: jacquelyne.souza@oi.net.br; **66) ALESSANDRA ROCHA ARAUJO**, brasileira, em união estável, Advogada - Matrícula 301022, inscrita na OAB/SC sob o nº 20.686B e no CPF/MF sob o nº 948.186.570-34, com endereço eletrônico: alessandraaraujo@oi.net.br; **67) DENISE CRISTINA PARANHOS MELCHIADES**, brasileira, casada, Advogada - Matrícula 300843, portadora da identidade nº 1074280494, expedida pela SJS/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 963.522.210-68, com endereço eletrônico: denise.paranhos@oi.net.br; **68) JOSÉ ROBERTO KLEINA**, brasileiro, casado, Advogado - Matrícula 304163, portador da identidade nº 4.358.138-4, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 598.502.219-68, com endereço eletrônico: kleina@oi.net.br; **69) TEREZA ELIZABETH BATISTA MENDONÇA MACHADO**, brasileira, casada, Administradora de Empresas - matrícula 25011, portadora da identidade nº 97026003832, expedida pela SSP/CE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 426.580.713-53, com endereço eletrônico: tereza.elizabeth@oi.net.br; **70) FELIPE GÓES MENEZES**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, - matrícula 858492, portador da identidade nº 06703501 93, expedida pela SSP/BA, e inscrito CPF/MF sob nº 793.351.285-20, com endereço eletrônico: felipe.menezes@oi.net.br ; **71) MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES CANTARINO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista - matrícula 14788, portador da identidade nº M4 110.020, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.096.566-68, com endereço eletrônico: marcus.cantarino@oi.net.br; **72) ALEXANDRE HENRIQUE FALCÃO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista - matrícula 81371, portador da identidade nº 1147741, expedida pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.029.077-00, com endereço eletrônico: alexandrefalcao@oi.net.br; **73) RAFAEL MARTINS DA MATTA**, brasileiro, em União Estável, Bacharel em Administração de Empresas - matrícula 16672, portador da identidade nº 1354472, expedida pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076970857-98, com endereço eletrônico: rafaelmatta@oi.net.br; **74) MARCUS VINICIUS FONSECA DE ARAÚJO SILVA**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista - matrícula 34295, portador da identidade nº 00057314996, expedida pela DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 740.292.747-49, com endereço eletrônico: marcus.araujo@oi.net.br; **75) FLAVIO GONÇALVES ROCHA**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, portador da identidade nº 00613766112, expedida pela DETRAN/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 882.594.126-91, com endereço eletrônico: flavio.rocha@oi.net.br; **76) WANDA BATISTA DE ALMEIDA NEVES DE SOUZA**, brasileira, casada, Engenheira Eletricista - matrícula 16607, portadora da identidade nº MG-5.505.070, expedida pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 843.273.836-00, com endereço eletrônico: wandab@oi.net.br; **77) FABRÍCIO DE PENA FORTE NONATO**, brasileiro, casado, Engenheiro de Telecomunicações - matrícula 274688,

054/2019

portador da identidade nº MG 10334062, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 050.469.326-36, com endereço eletrônico: fabricao.pena@oi.net.br; **78) MAURO TÚLIO BACELETTE DOS SANTOS**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletrônico, - matrícula 225965, portador da identidade nº 02449065752, expedida pela Detran/MG, e inscrito CPF/MF sob nº 037.138.966-66, com endereço eletrônico: mtulio@oi.net.br; **79) MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, - matrícula 395551, portador da identidade nº MG-4.151.643, expedida pela SSP-MG, e inscrito CPF/MF sob nº 780.285.666-34, com endereço eletrônico: marcelo.castanheira@oi.net.br; **80) RENATO SOARES DE LIMA**, brasileiro, em União Estável, Tecnólogo em Redes de Telecom – matrícula 335760, portador da identidade nº 11128459-2, expedido pelo IFP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 082.312.027-90, com endereço eletrônico: renato.lima@oi.net.br; **81) ALEX DA SILVA FARIA**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas – matrícula: 403901, portador da identidade nº 21.371.790-3, expedida pelo DETRAN-RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.450.047-18, com endereço eletrônico: alex.faria@oi.net.br; aos quais confere poderes para representarem a Outorgante perante quaisquer Órgãos da Administração pública Direta e/ou Indireta, Federal, Estadual e/ou Municipal e/ou Distrito Federal, bem como perante Concessionárias, Permissionárias, Autorizatórias de Serviços Públicos, Fundações, Autarquias ou quaisquer outras pessoas de Direito Público ou Privado pertencentes ou não à Administração Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, em Licitações, Pregões e Registros de Preços, inclusive por meios eletrônicos ou tecnologia da informação, esteja a Outorgante participando do(s) mesmo(s) sozinha ou em consórcio(s) (líder ou não) de empresas, podendo para tanto adquirir editais, requerer e juntar documentos, solicitar e prestar quaisquer esclarecimentos ou consultas, de forma verbal ou escrita, formular propostas e/ou lances, que poderão ser verbais ou escritos, desistir de direitos, interpor impugnações e recursos e declarações, receber intimações e/ou notificações, proceder a registros, solicitar certidões e/ou esclarecimentos junto a Cartórios, Entidades Cíveis e/ou Banco de Dados, participando, enfim, de processos licitatórios e atos relacionados, em todas as suas fases, sendo certo que, em atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Outorgante, os Outorgados apenas poderão representá-la em conjunto com outro Outorgado ou com um Diretor Estatutário da Outorgante; incluindo mas não se limitando nos de formulação de propostas e/ou lances, que poderão ser verbais ou escritos, desistência de direitos, negociação e assinatura propostas comerciais e declarações. Além dos poderes acima outorgados, também poderão os 24 (vinte e quatro) primeiros Outorgados, sempre em conjunto de 02 (dois), ou com um Diretor Estatutário da Outorgante, firmar CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS decorrentes das licitações, para fornecimento de produtos e serviços vinculados ao portfólio da Outorgante, incluindo instrumentos contratuais decorrentes de Inexigibilidade ou Dispensa de licitação e Instrumentos



054/2019

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

de Consórcio. Todos os documentos assinados pelos Outorgados constituídos na forma deste instrumento obedecerão aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Outorgante, sendo vedado o seu subestabelecimento. Os Outorgados ora constituídos devem, durante a consecução do presente mandato, conduzir seus atos de forma ética e em conformidade com os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente instrumento, em especial o *Foreign Corrupt Practices Act*, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq. - ("FCPA") dos Estados Unidos da América e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e sua respectiva regulamentação ("Regras Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições das Regras Anticorrupção. Na execução deste mandato, os Outorgados não estão autorizados pela Outorgante a dar, oferecer, pagar, prometer pagar ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros ou quaisquer terceiros, bem como assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa em violação às Regras Anticorrupção. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção por qualquer dos Outorgados, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente mandato com relação àquele Outorgado que as descumpriu, podendo a Outorgante tomar as medidas administrativas e judiciais cabíveis contra os Outorgados que descumpram o referido preceito anticorrupção.

VALIDADE: O presente instrumento de procuração terá validade de 1 (um) ano, sendo que o Outorgado que tiver o seu contrato de trabalho ou de prestação de serviço rescindido com a Outorgante ou com sua(s) controladora(s), controlada(s) ou coligada(s), diretas ou indiretas, conforme o caso, terá o presente mandato imediatamente extinto. Este ato revoga e substitui todo e qualquer outro anteriormente outorgado com a mesma finalidade, mesmo que ainda em vigor. (lavrada Sob minuta). Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, item II, letra "b" no valor de **R\$254,20**, comunicação para o CENSEC no valor de R\$12,46, comunicação para o distribuidor no valor de R\$12,46, arquivamento no valor de R\$10,74, acrescida da comunicação para a JUCERJA, no valor de R\$12,46 acrescidas dos 20% para o FETJ (Lei nº 3217/99 de 27.05.99), no valor de R\$60,46, acrescidas, de 5% para o FUNDPERJ (Ato 04/2006), no valor de R\$15,11, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei 111/2006), no valor de R\$15,11, acrescida de 5% ISS para a Lei 7128/2015, no valor de R\$16,17 acrescidas de 4% para o FUNARPEN (Lei 6281/2012), no valor de R\$12,09, acrescida de 2% para a PMCMV (Atos gratuitos – Lei Estadual 6370/12) no valor de R\$5,08, que serão recolhidos no Banco Bradesco S/A, na forma determinada pela Corregedoria Geral de Justiça, acrescido de distribuição no valor de R\$138,66, que serão recolhidos no prazo e na forma da Lei. Certifico que a qualificação do(a)s procurador(a)(es) e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelo(a)s outorgante(s), o(a)s qual(is) se responsabiliza(m) civil e

AAA 015072393

Associação dos Notários
e Registradores do Estado
do Rio de Janeiro

054/2019

criminalmente por sua veracidade, DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR. Eu, FLÁVIA JOCHEM RIBEIRO CALAZANS BARONI, (Tabeliã Substituta), lavrei, e li o presente ato ao(s) Outorgante(s), que dispensam a apresentação das testemunhas, e colho as assinaturas. (a.a) **CARLOS AUGUSTO MACHADO PEREIRA DE ALMEIDA BRANDÃO - JOSÉ CLAUDIO MOREIRA GONÇALVES**. TRASLADADA nesta mesma data por mim, JK (Tabeliã Substituta) através de sistema de computação, conforme Artigo 41, da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, subscrevo.

EM TESTE



DA VERDADE.



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDAR14451-POA

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1093968096

NOME
EDUARDO CAMARGOS LOPES BATISTA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
13725 SSP MG

CPF
561.967.176-34

DATA NASCIMENTO
19/03/1965

FILIAÇÃO
AMADEU LOPES BATISTA
DAISY CAMARGOS LOPES BATISTA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03540064877

VALIDADE
22/05/2020

1ª HABILITAÇÃO
20/08/1983

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
25/05/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
Andrea Vacchiano
Diretora Detran/ MG

74104994070
MG473451727

DETRAN - MG (MINAS GERAIS)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1093968096



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME
MARCELO DOS SANTOS CASTANHEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
MG4151643 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
780.285.666-34 22/03/1969

FILIAÇÃO
PAULO CESAR BATISTA
CASTANHEIRA
SONIA DOS SANTOS
CASTANHEIRA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04650616880

VALIDADE
03/02/2025

1ª HABILITAÇÃO
07/11/1987

OBSERVAÇÕES

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1991762960



Castanheira

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
04/02/2020

Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG

84123548806
MG570527147

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
1991762960



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR - CRC - Lei 8.666/93

Nº DO CADASTRO:	90897	SITUAÇÃO:	Ativo	VALIDADE:	30/04/2021
------------------------	-------	------------------	-------	------------------	------------

LEGISLAÇÃO

Este cadastro é regido pela Lei 8.666/1993 e Decreto nº 47.524/2018. Demais exigências elencadas no processo de contratação, não contempladas neste cadastro, ou documentos com vigência expirada deverão ser apresentados no ato da licitação/contratação.

IDENTIFICAÇÃO

Inscrito no CAFIMP	Não	Inscrito no CADIN	Sim
CNPJ	05.423.963/0001-11	Data de Abertura	09/05/2013
Nome Empresarial	OI MOVEL S/A "EM RECUPERACAO JUDICIAL"		
Nome Fantasia	OI		
Natureza Jurídica	Sociedade Anônima	Porte da Empresa	Outro

Contatos

Telefone(s) do Fornecedor

Tipo de Telefone	Telefone
Celular/Whatsapp	(31)8522-8805
Principal	(48)3401-1186

Página de Internet	www.oi.com.br
E-mail Principal	alessandraaraujo@oi.net.br

Representante(s) Legal(is)

CPF	Nome	Tipo de Assinatura
045.050.176-05	GUILHERME NAPOLEAO PORTELA SOUZA	Em Conjunto
105.112.858-76	BERNARDO KOS WINIK	Em Conjunto
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO	Em Conjunto
087.165.546-20	JACQUELYNE BIA ARAUJO SOUZA	Em Conjunto
034.455.116-40	MITSUO ORLANDO NONAKA	Em Conjunto

ENDEREÇO

SETOR COMERCIAL NORTE, QD 03, BL A, SN, ASA NORTE, BRASILIA, DF, CEP: 70.713-900

CONTRATO SOCIAL

Objetivo Social	PRESTACAO DE SERVICOS DE TELECOMUNICACOES NO BRASIL E NO ESTRANGEIRO EM QUAISQUER DE SUAS MODALIDADES E AMBITOS INCLUSIVE A PRESTACAO DE SERVICOS MOVEL PESSOAL - SMP DO SERVICO MOVEL CELULAR- SMC DO SERVICO DE TELEFONICO FIXO COMUTADO - STFC E DO SERVICO DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - SCM A COMPANHIA PODERA INCORPORAR AO SEU PATRIMONIO OUTROS BENS E DIREITOS DE TERCEIROS BEM COMO: PARTICIPAR DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES COMERCIAIS OU CIVIS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS COMO QUOTISTA OU ACIONISTA CONTROLADORA OU NAO PROMOVER A IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE BENS E EQUIPAMENTOS RELACIONADOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES PRESTAR SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E DE CONSULTORIA PERTINENTE AO RAMO ELABORAR
------------------------	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

PROJETOS EXECUTAR IMPLEMENTAR COMERCIALIZAR OPERAR EXECUTAR A MANUTENCAO E FATURAR SISTEMAS
RELACIONADOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES PRESTAR SERVICOS DE VALOR ADICIONADO E EXERCER OUTRAS
ATIVIDADES AFINS E CORRELATAS AO SEU OBJETO SOCIAL

LINHA(S) DE FORNECIMENTO

A Linha de Fornecimento não substitui os atestados de capacidade técnica que devem ser apresentados quando solicitados no processo licitatório.

Código	Descrição
506	LOCACAO DE CANAIS PARA TRANSMISSAO DE SINAIS VIA SATELITE
603	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS, PERIODICOS E TV POR ASSINATURA
641	SERVICOS DE TELEFONIA FIXA, MOVEL E COMUNICACAO DE DADOS
1618	SERVICO DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA

DOCUMENTAÇÃO

Credenciamento do Representante	Validade	Situação
CPF do representante do fornecedor	-	Aceito
Identidade do representante do fornecedor	-	Aceito
Procuração para credenciamento do representante do fornecedor	-	Aceito
Habilitação Jurídica	Validade	Situação
Declaração de menores e fato superveniente	-	Aceito
Estatuto Social e sua última alteração registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	-	Aceito
Última Ata de eleição dos diretores/gerentes/administradores, registrada na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei	-	Aceito
Regularidade Fiscal Básica	Validade	Situação
Certificado de Regularidade de Situação - CRS (FGTS)	11/07/2020	Vigente
Inscrição no CNPJ	-	Aceito
Prova de quitação com a Fazenda Estadual (ICMS), do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	14/05/2020	Vigente
Regularidade Fiscal Complementar e Trabalhista	Validade	Situação
Certidão de Débitos Tributários - CDT (SEF-MG)	14/05/2020	Vigente
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT)	16/10/2020	Vigente
Prova de Inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica	-	Aceito
Prova de quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa)	14/05/2020	Vigente
Prova de quitação com a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica	14/05/2020	Vigente
Qualificação Econômico-Financeira	Validade	Situação
Certidão Negativa de Falência, Insolvência Civil ou Recuperação Judicial da Empresa, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa	14/05/2020	Vigente
Balço Patrimonial e Demonst. Contábeis registrado na Junta Comercial ou estabelecimento	30/04/2021	Vigente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

competente, na forma da lei					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ano de Referência	2019	Índice:			
		Liquidez Geral	0.57	Liquidez Corrente	0.96
DADOS DA UNIDADE CADASTRADORA					
Sigla	CAGEF/SEPLAG	Nome	CADASTRO DE FORNECEDORES/SCSCLP		
Endereço	RODOVIA PAPA JOAO PAULO II, 4001				
Telefone	3916-9755				
A aceitação deste certificado está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.compras.mg.gov.br					
Código de verificação: 01139648827					

OI MÓVEL S.A.

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**Ata da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
realizada no dia 01 de fevereiro de 2014**

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. **LOCAL, HORA E DATA:** Na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10hs do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2014.
2. **ORDEM DO DIA:** (i) Ratificar a nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua da Assembleia, 35 – 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apsis"), como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), a ser incorporado ao patrimônio da Companhia ("Laudo de Avaliação"); (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre o referido Laudo de Avaliação preparado pela Apsis; (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A., bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL PCS pela Companhia, acompanhado dos documentos pertinentes ("Protocolo e Justificação"); (iv) Deliberar sobre a proposta de incorporação da TNL PCS pela Companhia, na forma dos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."); (v) Autorizar o consequente aumento do capital social da Companhia, em razão da incorporação supramencionada, com a adequação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vi) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização da incorporação da TNL PCS pela Companhia; e (vii) Consolidar o texto do Estatuto Social da Companhia.
3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei das S.A., face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
4. **PRESENCAS:** Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Bayard De Paoli Gontijo e Daniella Geszikter Ventura, representantes da Companhia, bem como os Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, representantes da Apsis.
5. **MESA:** Como Presidente, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
6. **DELIBERAÇÕES:** Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem



do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia:

- (i) Ratificar a nomeação e contratação da Apsis, acima qualificada, representada na Assembleia pelos Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, a qual procedeu à avaliação do patrimônio líquido da TNL PCS, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Companhia.
- (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da TNL PCS levantadas em 30/11/2013 ("Data Base"), cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. A esse respeito, foi consignado que, tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da TNL PCS, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da TNL PCS e da Companhia, a preços de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A.
- (iii) Aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da TNL PCS e da Companhia em 29 de Janeiro de 2014, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL PCS pela Companhia. O Protocolo e Justificação ora aprovado ficará arquivado na sede da Companhia, e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte da presente ata.
- (iv) Aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a operação de incorporação da TNL PCS pela Companhia, na forma do disposto nos artigos 224 a 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item (iii), supra.
- (v) Em decorrência da deliberação tomada conforme o item (iv), supra, aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ R\$ 5.141.853.854,59 (cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), passando o mesmo de R\$ 2.336.381.387,15 (dois bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) para R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), em razão da incorporação do patrimônio líquido da TNL PCS, com emissão de 9.736.138 (nove milhões, setecentas e trinta e seis mil, cento e trinta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Consequentemente, fica aprovada também a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:



"Artigo 5º - O capital social é de R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), representado por 14.209.581 (quatorze milhões, duzentas e nove mil e quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal."

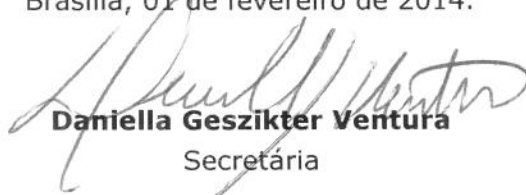
Parágrafo Único - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."

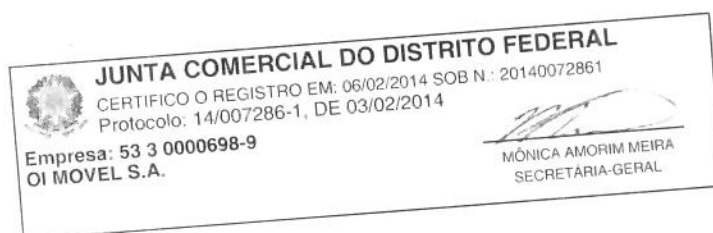
- (vi) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização da incorporação da TNL PCS pela Companhia, inclusive, mas não apenas, o arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes.
- (vii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme ANEXO I à presente ata, recepcionando as aprovações deliberadas nas Assembleias Gerais realizadas nos dias 30/11/2012 e 15/05/2013 e a matéria deliberada no item (v) desta Assembleia.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A., representada por Eurico de Jesus Teles Neto e Bayard De Paoli Gontijo.

A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio.

Brasília, 01 de fevereiro de 2014.


Daniella Geszikter Ventura
Secretária



OI MÓVEL S.A.
CNPJ/MF nº. 05.423.963/0001-11
NIRE nº. 53300006989

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA



Artigo 1º - A Oi Móvel S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto e pelas leis e usos do comércio.

Artigo 2º - A Companhia tem sede o foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar a localização de sua sede, abrir, manter e encerrar filiais e/ou escritórios.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, do Serviço Móvel Celular – SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, e do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço DTH (Direct to Home) e de TV a Cabo, e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá, ainda:

- I. incorporar ao seu patrimônio outros bens e direitos de terceiros;
- II. atuar no comércio varejista e atacadista especializado de serviços de telecomunicação e de equipamentos de telefonia e comunicação;
- III. atuar no comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
- IV. comercializar (incluindo, mas não se limitando a, alienar, comprar, vender, dar em comodato, alugar, doar) bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações, bem como promover a importação, exportação e comercialização de bens e equipamentos relacionados ao implemento de seus objetivos;
- V. ser representante comercial e agente do comércio de mercadorias em geral não especializado;
- VI. realizar o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, customizáveis ou não;

- VII. efetuar o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;
- VIII. prestar serviços de edição, impressão, venda e distribuição de músicas por quaisquer meios admitidos em Direito;
- IX. realizar a edição, impressão, venda e distribuição de composições musicais e litero-musicais, assim como de livros técnicos ou didáticos;
- X. adquirir, administrar e negociar direitos autorais sobre composições musicais;
- XI. contratar intérpretes para fixações fonomecânicas em discos, matrizes, fitas magnéticas, vídeo-tapes, cassetes, CD's e DVD's, video-discos e quaisquer outros suportes materiais usados para registros de obras e reproduções musicais, artísticas e educacionais;
- XII. compilar fonogramas, distribuir e vender suas reproduções;
- XIII. licenciar e sublicenciar marcas e contratos;
- XIV. produzir, gravar, fazer mixagem, publicar, editar, distribuir e licenciar obras fonográficas ou videofonográficas;
- XV. prestar serviços de assistência técnica, de manutenção, de atendimento ao cliente e de consultoria pertinentes ao ramo de telecomunicações e outras atividades comuns;
- XVI. elaborar projeto, executar, implementar, comercializar, operar, executar a manutenção e faturar sistemas relacionados aos serviços de telecomunicações;
- XVII. prestar serviços de valor adicionado;
- XVIII. prestar serviços em geral e fornecer equipamentos;
- XIX. participar do capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como quotista ou acionista, controladora ou não;
- XX. constituir subsidiárias integrais para executar as atividades compreendidas no seu objeto; e
- XXI. exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Parágrafo Segundo – As atividades conduzidas nos termos dos itens VIII a XIV do parágrafo anterior desta Cláusula não poderão integrar a cadeia de atividades realizadas em âmbito do SeAC.”

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), representado por 14.209.581 (quatorze milhões, duzentas e

nove mil e quinhentas e oitenta e uma)) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) diretores, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica, todos residentes no país e eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - A Diretoria é o órgão executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência estabelecida pelo presente Estatuto.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão de cada Diretor será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 3º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado em livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", dispensadas quaisquer outras formalidades.

Parágrafo 4º - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

Artigo 7º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o estatuto e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que legalmente admitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia.

Parágrafo 1º. Compete à Diretoria como órgão colegiado:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pela Assembleia Geral;
- II. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os a aprovação da Assembleia Geral;
- III. elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a de distribuição de dividendos, a serem submetidas à Assembleia Geral;



- IV. elaborar e propor à Assembleia Geral as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- V. criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações;
- VI. autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Companhia, podendo estabelecer normas e delegar poderes, conforme as alçadas de Diretoria estabelecidas pela Assembleia Geral;
- VII. estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados para a Diretoria, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade;
- VIII. deliberar sobre a estrutura organizacional da Companhia;
- IX. elaborar e propor à Assembleia Geral as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- X. gerir as participações societárias em sociedades controladas e coligadas, observadas as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral; e
- XI. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pela Assembleia Geral.

Artigo 8º - A Companhia será representada ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia: (i) através da assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii) através da assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou (iii) através da assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá validamente constituir procuradores, mediante a assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores.

Parágrafo 2º - A Diretoria poderá autorizar a outorga de procuração a 01 (um) só Diretor, ou a 01 (um) só procurador, mediante a assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, e com objetivo específico e determinado;

Parágrafo 3º - Os instrumentos de procuração definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados aos procuradores e as procurações "ad negotia" terão sempre prazo determinado;

Parágrafo 4º - As procurações com cláusula "ad judicia" poderão ser outorgadas a um só procurador, desde que assinadas por dois Diretores, podendo ter prazo indeterminado de duração.



Artigo 9º - A remuneração global dos Diretores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Artigo 10 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, pelo Diretor de Finanças ou na forma do Parágrafo 5º deste Artigo.

Parágrafo 1º - As reuniões serão sempre convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º - Para que a Diretoria possa se reunir e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de 02 (dois) diretores, se só houver 02 (dois) diretores em exercício.

Parágrafo 3º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 4º - Nas ausências e impedimentos do Presidente, este será substituído pelo Diretor De Finanças.

Parágrafo 5º - No caso de faltas e impedimentos simultâneos do Presidente e do Diretor De Finanças, a Presidência é exercida pelo Diretor designado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 6º - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto, ficando o ato sujeito à aprovação do Diretor Presidente.

Parágrafo 7º - O substituto aprovado exercerá todas as funções, com todos os poderes, inclusive o direito de voto e deveres do diretor substituído.

Parágrafo 8º - O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Parágrafo 9º - Ocorrendo vaga em qualquer dos cargos de Diretor, o substituto será escolhido pela Assembleia Geral e completará o prazo de gestão do substituído.



CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 11 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros.

CAPÍTULO V

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 12 - A Assembleia Geral, nos termos da lei, reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social para:
 - I. discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - II. eleger o Conselho Fiscal, quando for o caso; e
 - III. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso.
- b) Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Artigo 13 - A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um Presidente escolhido pela Acionista. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia.

Artigo 14 - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:



- I. autorizar a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ou vendê-las, se em tesouraria;
- II. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- III. aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;
- IV. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições deste estatuto;
- V. fixar a remuneração, global ou individual, dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando em funcionamento;
- VI. deliberar sobre o aumento do capital social;
- VII. aprovar a proposta da Diretoria sobre o Regimento da Companhia, com sua respectiva estrutura organizacional, inclusive a competência e atribuição dos Diretores da Companhia;
- VIII. aprovar o orçamento anual da Companhia, o plano de metas e de estratégia de negócios da Companhia para o período de vigência do orçamento;
- IX. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais ("commercial papers");
- X. aprovar a realização de investimentos e desinvestimentos, inclusive no capital de outras sociedades, em montante superior à alçada da Diretoria;
- XI. estabelecer alçadas de Diretoria para a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, prestação de garantias em geral, celebração de contratos, realização de investimentos e desinvestimentos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, contratação de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e emissão de notas promissórias (excetuada a hipótese do inciso IX deste artigo);
- XII. autorizar a aquisição de bens para o ativo permanente ou ainda a celebração de contratos, cujo valor individual seja superior à alçada da Diretoria;
- XIII. autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja superior à alçada de Diretoria;
- XIV. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros cujo valor ultrapasse a alçada da Diretoria;
- XV. autorizar investimentos em novos negócios ou a criação de subsidiária;
- XVI. autorizar a Companhia a celebrar, alterar ou rescindir acordo de acionistas;
- XVII. aprovar a política de patrocínios da Companhia, assim como autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício de empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação da Assembleia Geral;
- XVIII. escolher, destituir e decidir a remuneração dos auditores independentes; e

XIX. desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Diretoria, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na lei.

Parágrafo 1º - As alçadas de Diretoria serão revisadas a cada exercício social, segundo as atribuições previstas neste artigo.

Parágrafo 2º - Em quaisquer das hipóteses dos incisos X, XI, XII e XIII deste artigo, em que o valor do ato ou contrato for inferior a cinco milhões de reais (corrigidos anualmente pela variação do IGP-M, a partir de 10 de abril de 2007), aplica-se o disposto no artigo 13 do presente Estatuto, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 15 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

Artigo 16 - Ao final de cada exercício social a Diretoria elaborará o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.


Artigo 17 - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 18 - Ao fim de cada exercício social, a Assembleia Geral aprovará proposta sobre a destinação total do lucro líquido do exercício, observando as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

(a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;

(b) A Assembleia Geral determinará a importância a ser destinada à formação de Reservas para Contingências e reversão daquelas constituídas em exercícios anteriores, observando o Parágrafo 1º do Artigo 195 da Lei 6.404/76; e

(c) A Assembleia Geral determinará o montante a ser destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.



Parágrafo 1º - A acionista da Companhia receberá, como dividendo obrigatório, em cada exercício, o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado na forma prevista neste estatuto.

Parágrafo 2º - As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo Único - Ainda por deliberação da Assembleia, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 20 - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais e conforme as determinações da Lei das Sociedades por Ações, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.

Parágrafo Único - A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, atribuir aos trabalhadores participação nos lucros ou resultados da empresa, na forma da Lei n.º 10.101/2000.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 21 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação assim como elegerá o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.



TNL PCS S.A.

CNPJ/MF 04.164.616/0001-59

NIRE 33 3 00 26725-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da TNL PCS S.A. ("Companhia"), realizada no dia 01 de fevereiro de 2014, às 16hs, lavrada na forma de sumário, de acordo com o art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme faculta o parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social.

1. **Local, Data e Hora:** Realizada na sede social da Companhia, na Rua dos Jangadeiros, nº 48, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2014, às 16hs.
2. **Ordem do Dia:** 1) ratificar a nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua da Assembleia, 35, 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.681.365/0001-30 ("Apsis"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") ("Laudo de Avaliação"); 2) examinar, discutir e deliberar sobre o referido Laudo de Avaliação elaborado pela Apsis; 3) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A., bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Companhia pela Oi Móvel, acompanhado dos documentos pertinentes ("Protocolo e Justificação"); 4) deliberar sobre a proposta de incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A. ("Incorporação"); e 5) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação.
3. **Convocação:** Dispensada, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das S.A., em face à presença da acionista detentora das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
4. **Presenças:** Presente as acionistas detentoras das ações representando 100% do capital social da Companhia, conforme registro e assinatura constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Bayard De Paoli Gontijo e Daniella Geszikter Ventura, representantes da Companhia, bem como os Srs.

Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, representantes da Apsis.

5. Mesa: Verificado o quórum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo assumido a presidência o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e a secretaria dos trabalhos a Sra. Daniella Geszikter Ventura.

6. Deliberações: Por proposta do Presidente, as acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas das acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. As acionistas deliberaram também pela dispensa da leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos. Com relação aos itens constantes da Ordem do Dia, as acionistas deliberaram:

6.1. ratificar a nomeação e contratação da Apsis, acima qualificada, representada na Assembleia pelos Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, a qual procedeu à avaliação do patrimônio líquido da Companhia, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel.

6.2. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o Laudo de Avaliação previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de Novembro de 2013 ("Data-Base"), cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. A esse respeito, foi consignado que, tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da Oi Móvel, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da Oi Móvel e da Companhia, a preços de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A.

6.3. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da Companhia e da Oi Móvel em 29 de Janeiro de 2014, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação. O Protocolo e Justificação ora aprovado ficará arquivado na sede da Companhia, e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata.



6.4. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a operação de Incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma do disposto nos arts. 224 a 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item 6.3 acima.



6.5. autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e formalização da Incorporação, inclusive, mas não apenas, o arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes.



7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pela acionista presente, que constituiu o quórum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente da Mesa); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A. e BrT Serviços de Internet S.A., ambas neste ato representadas por Bayard De Paoli Gontijo e Eurico de Jesus Teles Neto.

A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2014.


Daniella Geszikter Ventura
Secretária

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : TNL PCS S/A	
Nire : 33.3.0026725-5	
Protocolo : 00-2014/022624-9	
CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA TEM O MESMO VALOR DO ORIGINAL DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 78 DECRETO 1.800 DE 30 DE JANEIRO DE 1996 SOB O Nº 00002591077	
DATA: 04/02/2014	 Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : TNL PCS S/A	
Nire : 33.3.0026725-5	
Protocolo : 00-2014/022624-9	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO.	
00002591077 DATA : 04/02/2014	03/02/2014 04/02/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL



7

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA TNL PCS S.A. PELA OI MÓVEL S.A.

TNL PCS S.A., sociedade anônima com sede na Rua dos Jangadeiros, nº 48, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.164.616/0001-59 e com seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0026725-5, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("TNL PCS"); e,

OI MÓVEL S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11 e com seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) sob o NIRE 53.3.0000698-9, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Oi Móvel");

TNL PCS e Oi Móvel, conjuntamente, denominadas simplesmente como "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a TNL PCS é uma sociedade anônima controlada diretamente pela Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar") e indiretamente pela Oi S.A. ("Oi"), e tem por objeto, dentre outros, a prestação de serviços de telecomunicações, em quaisquer de suas formas, tais como, mas não se limitando, ao Serviço Móvel Pessoal - SMP, Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, Serviço de DTH (*Direct to Home*), TV a cabo, Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e outros, incluindo-se as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas;
- (ii) a Oi Móvel é uma sociedade anônima controlada diretamente pela Telemar e indiretamente pela Oi e tem por objeto, dentre outros, a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, do Serviço Móvel Celular - SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço DTH (*Direct to Home*) e de TV a Cabo, e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC);
- (iii) a incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel constitui etapa de um processo de reestruturação societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi ("Companhias Oi"); e



- (iv) a unificação das operações de mobilidade, dados móveis e TV das Regiões I, II e III, mediante a consolidação das Partes em uma única companhia e a verticalização das atividades das operadoras em uma sociedade, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, através da concentração dos serviços de mobilidade, dados móveis e de TV em uma só companhia com abrangência nacional, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia, possibilitando maior eficiência na oferta dos referidos serviços.

Resolvem as Partes, tendo entre si certo e ajustado, celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A. ("Protocolo e Justificação"), de acordo os artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OPERAÇÃO PROPOSTA E JUSTIFICAÇÃO

1.1. Operação Proposta. A operação consiste na incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel, com a versão da integralidade do patrimônio da TNL PCS para a Oi Móvel, que sucederá aquela a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 e seguintes da Lei das S.A. ("Incorporação").

1.2. Justificação da Incorporação. A Incorporação em tela tem como objetivos simplificar a estrutura acionária das companhias envolvidas e unificar as operações de mobilidade, dados móveis e TV das Regiões I, II e III, mediante a consolidação das Partes em uma única companhia e a verticalização das atividades das operadoras em uma sociedade, o que trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, através da concentração dos serviços de mobilidade, dados móveis e de TV em uma só companhia com abrangência nacional, com a redução de custos e a geração de ganhos de sinergia, possibilitando maior eficiência na oferta dos referidos serviços.

1.3. Os saldos das contas credoras e devedoras da TNL PCS passarão para as correspondentes contas nos livros contábeis da Oi Móvel, fazendo-se as necessárias adaptações. Desta forma, o acervo da TNL PCS, representado por seu ativo e passivo, passará ao patrimônio da Oi Móvel, e a sociedade TNL PCS se extinguirá.

CLÁUSULA SEGUNDA - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA TNL PCS

2.1. Avaliação do Patrimônio Líquido da TNL PCS. O patrimônio líquido da TNL PCS foi avaliado com base em seu valor contábil, conforme demonstrações financeiras não auditadas da TNL PCS e elaboradas na data-base de 30/11/2013 ("Data-Base"). Em observância ao disposto nos artigos 226 e 227 da Lei das S.A., foi escolhida a empresa



9

especializada Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apsis"), para proceder à avaliação do acervo líquido da TNL PCS, o qual será incorporado pela Oi Móvel. A escolha e a contratação da Apsis deverão ser ratificadas e aprovadas pela acionista da TNL PCS e da Oi Móvel. Conforme previsto no laudo de avaliação constante do Anexo I ("Laudo Patrimonial"), o valor contábil do patrimônio líquido da TNL PCS foi avaliado, na Data-Base, em R\$ 5.653.724.923,57 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos).

2.2. Avaliação a Preços de Mercado. Tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da TNL PCS, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da TNL PCS e da Companhia, a preços de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A.

2.3. Tratamento das Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas na TNL PCS a partir da Data-Base serão apropriadas na Oi Móvel, à conta de Lucros Acumulados e a conta de Reserva de Incentivos Fiscais.

CLÁUSULA TERCEIRA – AÇÕES DE UMA SOCIEDADE DETIDAS POR OUTRA E AÇÕES EM TESOURARIA

3.1. Tratamento das Ações de uma Sociedade Detidas por Outra. Com a aprovação da Incorporação e a consequente extinção da TNL PCS, a totalidade das ações de emissão da TNL PCS será cancelada. Não há ações de emissão da Oi Móvel detidas pela TNL PCS, nem tampouco ações de emissão da TNL PCS detidas pela Oi Móvel.

3.2. Tratamento das Ações em Tesouraria. A TNL PCS e a Oi Móvel não possuem ações mantidas em tesouraria.

CLÁUSULA QUARTA – NÚMERO, ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÕES A SEREM ATRIBUÍDAS

4.1. Número, Espécie e Classe de Ações a Serem Atribuídas. Tendo em vista que a 99,99% das ações de emissão da TNL PCS e a totalidade das ações de emissão da Oi Móvel são detidas pela Telemar, será atribuída a esta, em decorrência da Incorporação, 1 (uma) ação ordinária de emissão da Oi Móvel para cada lote de 636,393979 (seiscentas e trinta e seis unidade e fração) ações ordinárias de emissão da TNL PCS ("Relação de Substituição").

4.2. Critérios Utilizados para Determinar a Relação de Substituição da Incorporação. A Relação de Substituição da Incorporação foi determinada entre as administrações da TNL PCS e da Oi Móvel tendo como premissas o valor patrimonial da ação da Oi Móvel.

Handwritten signature and mark.



10

4.3. Frações de Ações. As frações de ações de emissão da Oi Móvel serão arredondadas para cima, para o número inteiro mais próximo, se a fração resultante for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) de ação; ou para baixo, para o número inteiro mais próximo, se a fração resultante for inferior a 0,5 (cinco décimos) de ação.]

CLÁUSULA QUINTA – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA OI MÓVEL

5.1. Aumento do Capital Social da Oi Móvel. A Incorporação resultará em um aumento do capital social da Oi Móvel no valor de R\$ 5.141.853.854,59 (cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), mediante a absorção do acervo líquido da TNL PCS, conforme o Laudo Patrimonial e nos termos do art. 227, §1º, da Lei das S.A. Serão emitidas 9.736.138 (nove milhões, sessenta e trinta e seis mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Oi Móvel (“Ações”), que serão atribuídas à Telemar, em substituição a suas ações da TNL PCS que serão canceladas.

5.2. Acervo Líquido da TNL PCS. O valor contábil do acervo líquido do patrimônio da TNL PCS a ser incorporado pela Oi Móvel é de R\$ 5.653.724.923,57 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos), sendo R\$ 5.141.853.854,59 (cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) destinados ao aumento do capital social da Oi Móvel e R\$ 511.871.068,98 (quinhentos e onze milhões, oitocentos e setenta e um mil, sessenta e oito reais e noventa e oito centavos) serão destinados à reserva de incentivos fiscais.

5.3. Composição do capital social da Oi Móvel após a Incorporação. Em decorrência da Incorporação e do aumento de capital mencionado na Cláusula 5.1, supra, o capital social da Oi Móvel passará a ter o valor de R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), representado por 14.209.581 (quatorze milhões, duzentas e nove mil e quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

CLÁUSULA SEXTA – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA OI MÓVEL

6.1 Alteração Estatutária da Oi Móvel. Em decorrência da Incorporação, o Estatuto Social da Oi Móvel deverá ser alterado, de forma a refletir a alteração do valor do seu capital social. Dessa forma, será submetida à acionista da Oi Móvel a seguinte proposta de alteração do artigo do Estatuto Social:



11

"Artigo 5º - O capital social é de R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), representado por 14.209.581 (quatorze milhões, duzentas e nove mil e quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."

CLÁUSULA SÉTIMA - APROVAÇÃO PELAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS DA TNL PCS E DA OI MÓVEL

7.1. Assembleias Gerais. Para a aprovação da Incorporação serão realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da TNL PCS e da Oi Móvel, que deliberarão sobre a Incorporação.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Direito de Retirada. Consoante o disposto no artigo 137 da Lei das S.A., é garantido o direito de retirada aos acionistas da TNL PCS, na qualidade de sociedade incorporada, que forem dissidentes da deliberação que aprovar a Incorporação. Tendo em vista que a TNL PCS tem como únicas acionistas a Telemar e a BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTSI") e que a BrTSI é subsidiária integral da Telemar, a incorporação contemplada neste Protocolo e Justificação será aprovada pelas acionistas das sociedades, que já concordaram com a operação, não haverá o exercício do direito de recesso em decorrência da Incorporação.

8.2. Extinção da TNL PCS. Com a efetivação da Incorporação, a TNL PCS será extinta, e a Oi Móvel absorverá os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da TNL PCS.

8.3. Autorização aos Administradores da Oi Móvel. Uma vez aprovada a Incorporação pelas Assembleias Gerais de Acionistas das Partes, os administradores da Oi Móvel estarão autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação e formalização da Incorporação, inclusive com a transferência, para a Oi Móvel, dos elementos patrimoniais, ativos e passivos, da TNL PCS, independentemente de qualquer outro ato dos administradores da TNL PCS.

8.4. Sobrevivência de Cláusulas Válidas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerado inválido, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados por essa invalidação permanecerão válidos.



8.5. Foro. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, assinam este Protocolo e Justificação em 6 (seis) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2014.

TNL PCS S.A.

Nome: Eurico de Jesus Tele Neto
Cargo: Diretor

Nome: Bayard De Paoli Gontijo
Cargo: Diretor

OI MÓVEL S.A.

Nome: Eurico de Jesus Tele Neto
Cargo: Diretor

Nome: Bayard De Paoli Gontijo
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome: Carolina Ohana Marques da Cunha
CPF: 073.315.917-62

Nome: Rosimere Barcellos Gonçalves
CPF: 971.911.837-72

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA e(s) firma(s) de:

EURICO DE JESUS TELES NETO

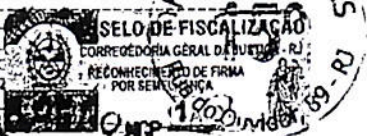
SELO(S): SOC47588

FETJO.84FUNPERJ.0.21FUNARPEN.16 PMC

RJ, 29 de Janeiro de 2014 - Rua do Ouvidor, 89, Centro (02)

Em Testemunho

MAT.94-1260-CLAUDIO JOSE DE BRITO-ESCREVENTE



DOCS - 641237v1 - 72121

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA e(s) firma(s) de:

BAYARD DE PAOLI GONTIJO

SELO(S): SOC47596

FETJO.84FUNPERJ.0.21FUNARPEN.16 PMC

RJ, 29 de Janeiro de 2014 - Rua do Ouvidor, 89, Centro (02)

Em Testemunho

MAT.94-1260-CLAUDIO JOSE DE BRITO-ESCREVENTE





Anexo I

**Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da
TNL PCS S.A.**

13

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Laudo de Avaliação

RJ-0203/13-01

TNL PCS S.A.



12

LAUDO:	RJ-0203/13-01	DATA BASE:	30 de novembro de 2013
--------	---------------	------------	------------------------

SOLICITANTE:

OI MÓVEL S.A., doravante denominada OI MÓVEL.

Sociedade anônima fechada, com sede ao Setor Comercial Norte, S/N, Quadra 3, Bloco A, Térreo (Parte 2), Asa Norte, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11.

OBJETO:

TNL PCS S.A., doravante denominada TNL PCS.

Sociedade anônima fechada, com sede à Rua Jangadeiros, nº 48, Ipanema, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.164.616/0001-59.

OBJETIVO:

Determinação do valor do Patrimônio Líquido contábil de TNL PCS, para fins de incorporação por OI MÓVEL, nos termos do artigo 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS	4
3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE	5
4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	6
5. AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL DE TNL PCS	7
6. CONCLUSÃO.....	8
7. RELAÇÃO DE ANEXOS.....	9

14



1. INTRODUÇÃO

A APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA., doravante denominada APSIS, com sede à Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 08.681.365/0001-30, foi nomeada para constatar o valor do Patrimônio Líquido contábil de TNL PCS, para fins de incorporação por OI MÓVEL, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas utilizadas neste processo estão baseadas nos documentos e informações, os quais incluem, entre outros, o seguinte:

- Balancete Patrimonial analítico de TNL PCS, encerrado em 30 de novembro de 2013.

A APSIS realizou recentemente avaliações para companhias abertas para diversas finalidades nas seguintes empresas:

- AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A
- BANCO PACTUAL S/A
- CIMENTO MAUÁ S/A
- ESTA-EMPRESA SANEADORA TERRITORIAL AGRÍCOLA S/A.
- GEODEX COMMUNICATIONS DO BRASIL S/A
- GERDAU S/A
- HOTÉIS OTHON S/A
- IBEST S/A
- L.R. CIA. BRAS. PRODS. HIGIENE E TOUCADOR S/A
- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
- LOJAS AMERICANAS S/A
- REPSOL YPF BRASIL S/A
- TAM TRANSPORTES AÉREOS MERIDIONAL S/A
- WAL PETROLEO S/A



A equipe da APSIS responsável pela realização deste trabalho é constituída pelos seguintes profissionais:

- ANA CRISTINA FRANÇA DE SOUZA
Vice-Presidente (CREA/RJ 1991103043)
- ANTONIO LUIZ FEIJÓ NICOLAU
Diretor
- EDUARDO DE CASTRO ROSSI
Diretor
- ERIVALDO ALVES DOS SANTOS FILHO
Contador (CRC/RJ-100990/O-1)
- LUIZ PAULO CESAR SILVEIRA
Vice-Presidente (CREA/RJ 1989100165)
- MARCIA APARECIDA DE LUCCA CALMON
Diretora Técnica (CRC/SP-143169/O-4)
- MÁRCIA MOREIRA FRAZÃO DA SILVA
Diretora (CRC/RJ-106548/O-3)
- RENATA POZZATO CARNEIRO MONTEIRO
Vice-Presidente
- RICARDO DUARTE CARNEIRO MONTEIRO
Presidente (CREA/RJ 1975102453)
- SERGIO FREITAS DE SOUZA
Vice-Presidente (CORECON/RJ 23521-0)

2. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

As informações a seguir são importantes e devem ser cuidadosamente lidas.

O Relatório objeto do trabalho enumerado, calculado e particularizado obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir:

- Os consultores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.
 - Os honorários profissionais da APSIS não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste Relatório.
 - No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Relatório são baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.
 - Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que as fontes das mesmas estão contidas e citadas no referido Relatório.
 - Para efeito de projeção, partimos do pressuposto da inexistência de ônus ou gravames de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, atingindo as empresas em questão, que não os listados no presente Relatório.
 - O Relatório apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas no mesmo.
 - O Relatório foi elaborado pela APSIS e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões.
- A APSIS assume total responsabilidade sobre a matéria de Avaliações, incluindo as implícitas, para o exercício de suas honrosas funções, precipuamente estabelecidas em leis, códigos ou regulamentos próprios.
 - O presente Relatório atende a recomendações e critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice* (USPAP) e *International Valuation Standards Council* (IVSC), além das exigências impostas por diferentes órgãos, como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Regulamento do Imposto de Renda (RIR), Comitê Brasileiro de Avaliadores de Negócios (CBAN) etc.
 - O controlador e os administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste trabalho.



3. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

- Para elaboração deste Relatório, a APSIS utilizou informações e dados de históricos auditados por terceiros ou não auditados, fornecidos por escrito pela administração da empresa ou obtidos das fontes mencionadas. Sendo assim, a APSIS assumiu como verdadeiros e coerentes os dados e informações obtidos para este Relatório e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
- O escopo deste trabalho não incluiu auditoria das demonstrações financeiras ou revisão dos trabalhos realizados por seus auditores. Sendo assim, a APSIS não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras da Solicitante.
- Não nos responsabilizamos por perdas ocasionais à Solicitante e suas controladas, a seus sócios, diretores, credores ou a outras partes como consequência da utilização dos dados e informações fornecidos pela empresa e constantes neste Relatório.
- Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para o uso dos Solicitantes e seus sócios, visando ao objetivo já descrito.

19





4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Exame da documentação de suporte já mencionada, objetivando verificar uma escrituração feita em boa forma e obedecendo às disposições legais regulamentares, normativas e estatutárias que regem a matéria, de acordo com as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil".

Foram examinados os livros de contabilidade de TNL PCS e todos os demais documentos necessários à elaboração deste laudo, que foi realizado a partir do balancete patrimonial analítico de TNL PCS, encerrado em 30 de novembro de 2013 (Anexo 1).

Apuraram os peritos que os ativos e os passivos de TNL PCS encontram-se devidamente contabilizados.



20

4

5. AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL DE TNL PCS

Foram examinados os livros de contabilidade de TNL PCS e todos os demais documentos necessários à elaboração deste laudo.

Apuraram os peritos que o valor do Patrimônio Líquido contábil de TNL PCS, para fins de incorporação por OI MÓVEL, é de R\$ 5.653.724.923,57 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos), em 30 de novembro de 2013, conforme tabela ao lado.

TNL PCS S.A.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$)	SALDOS EM 30/11/2013
ATIVO CIRCULANTE	3.926.396.196,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.660.058.552,43
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.634.336.237,12
INVESTIMENTOS	170.318.715,81
IMOBILIZADO	6.740.252.684,64
INTANGÍVEL	2.115.150.914,86
TOTAL DO ATIVO	14.586.454.748,86
PASSIVO CIRCULANTE	5.155.597.604,41
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.777.132.220,88
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.777.132.220,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.653.724.923,57
TOTAL DO PASSIVO	14.586.454.748,86

6. CONCLUSÃO

À luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que o valor do Patrimônio Líquido contábil de TNL PCS, para fins de incorporação por OI MÓVEL, é de R\$ 5.653.724.923,57 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos) em 30 de novembro de 2013.

Estando o laudo RJ-0203/13-01 concluído, composto por 09 (nove) folhas digitadas de um lado e 02 (dois) anexos, a APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., empresa especializada em avaliação de bens, CRC/RJ-005112/O-9, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2014.

**ANTONIO
LUIZ FEIJÓ
NICOLAU
8156676734**

Assinado de forma digital por
ANTONIO LUIZ FEIJÓ
NICOLAU 8156676734
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por AR CNB CF,
cn=ANTONIO LUIZ FEIJÓ
NICOLAU 8156676734
Dados: 2014.01.27 18:04:55
-02'00'

Diretor

**ERIVALDO
ALVES DOS
SANTOS
FILHO:0786-
2185765**

Assinado de forma digital por
ERIVALDO ALVES DOS
SANTOS FILHO:07862185765
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por AR CNB CF,
cn=ERIVALDO ALVES DOS
SANTOS FILHO:07862185765
Dados: 2014.01.27 18:04:28
-02'00'

Contador (CRC/RJ-100990/O-1)

7. RELAÇÃO DE ANEXOS

1. DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE
2. GLOSSÁRIO E PERFIL DA APSIS

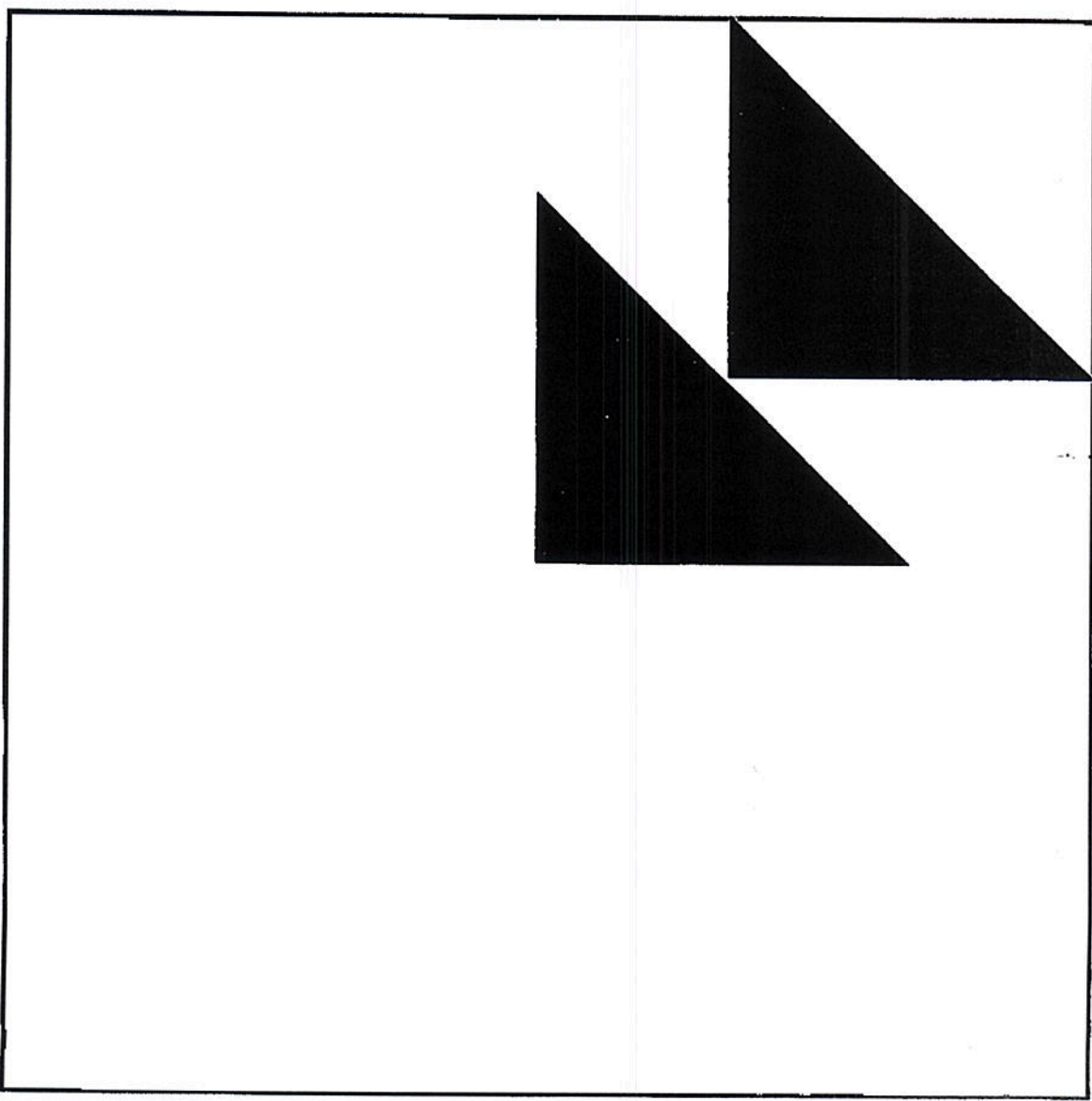
RIO DE JANEIRO - RJ
Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar
Centro, CEP 20011-001
Tel.: + 55 (21) 2212-6850 Fax: + 55 (21) 2212-6851

SÃO PAULO - SP
Av. Angélica, nº 2.503, Conj. 42
Consolação, CEP 01227-200
Tel.: + 55 (11) 3666-8448 Fax: + 55 (11) 3662-5722



24

ANEXO 1





Período: 01 A 11

Contas

1 - ATIVO

11 - ATIVO CIRCULANTE

111 - DISPONIBILIDADES

1111 - CAIXA

11010000 - CAIXA

1112 - CONTAS BANCÁRIAS

11100062 - BANCO DO BRASIL FOLHA DE PAGAMENTO

11100065 - BANCO DO BRASIL FOLHA DE PAGAMENTO

11100102 - BCO DO BRASIL - PAGADORA CTA DE CO

11100105 - BCO DO BRASIL - PAGADORA VLR A CLA

11100121 - BCO DO BRASIL - RECEBTO DIVS CONTA

11100151 - BCO DO BRASIL - CENTRAL ARREC CTA

11100162 - BCO DO BRASIL - REL COM EMPREG CTA

11100165 - BCO DO BRASIL - REL COM EMPREG VLR

11100171 - BCO DO BRASIL - BLOQUEIO JUDICIAL

11100175 - BANCO DO BRASIL - BLOQUEIO JUDIC V

11100181 - BCO DO BRASIL - MOV FINANCEIRA CON

11100182 - BCO DO BRASIL - MOV FINANCEIRA CTA

11100185 - BANCO DO BRASIL - MOV FINANCEIRA V

11100186 - BANCO DO BRASIL - VALORES REMANESC

11100199 - CARGA INICIAL SALDO - BANCO DO BRA

11104151 - BANRISUL - ARREC. CTA MOVTO

11110441 - CAIXA - ARREC NOVAS FILIAIS - CONT

11110446 - RETIFICADORA - BLOQUEIOS DA CAIXA

11110456 - RETIFICADORA - BLOQUEIOS DA CAIXA

11110471 - CAIXA - DEP. RECURSAL - CONTA MOVI

11110472 - CAIXA - DEP. RECURSAL - CONTA DE C

11110475 - CAIXA - DEP RECURSAL - VALORES A C

11110491 - CAIXA - BANCO ARRECADADOR CONTA MO

11110499 - CARGA INICIAL SALDO - CAIXA ECONÔM

11120705 - BB RECARGA VIRTUA 5984-6

11120707 - BB RECEBTO DIVS 6466-1

11120710 - BB CENTRAL ARRECADACAO 6639-7

11120713 - CEF - BANCO ARRECADADOR 771446-0

11120715 - BRADESCO - ARRECADACAO 383105-1

11120716 - BRADESCO - ARRECADACAO 361-1

11120717 - BANCO ITAU - CENTRAL ARRECADACAO 1

11120718 - CITIBANK - CARTÃO INDUTIVO 9970046

11120794 - BANRISUL - C/C:06.334257.0-1 - Ag:

11120851 - BB - BLOQUEIO JUDICIAL 6538-2

11120852 - CEF - DEP. RECURSAL 003416-5

11120868 - BANCO ITAU - FOLHA DE PAGAMENTO 13

11120910 - BB TESOURARIA MOV FIN 505618-7

11120913 - BANCO ITAU - 11074-0

11120927 - CEC - BANCO DO BRASIL. REC. AG 307

11123751 - BRADESCO - ARREC CE CONTA MOVIMENT

11123752 - BRADESCO - ARREC CE CTA DE CONCILI

11123799 - CARGA INICIAL SALDO - BRADESCO

Moeda: BRL

TCS /

14.586.454.748,86

3.926.396.196,43

585.349.042,95

8.392,37

8.392,37

36.311.652,63

(1.003.045,65)

74.694,95

(64.508,99)

(127.017,38)

4.776.702,64

28.355.498,89

7.588,93

(456.973,10)

1.043.554,64

(15.413,20)

(18.011.677,45)

656.139,87

(274.604,36)

2.270.150,71

(2.977.594,97)

503.368,52

23.162,21

(39.584,14)

(3.505,68)

821.808,19

31.505,90

(265.724,03)

173.555,32

603.804,29

(558,20)

(4.776.702,64)

(28.355.498,89)

(2.227,82)

(5.854.807,56)

1.330.657,43

30.750,38

13.691.232,65

1.305.266,17

533.806,24

378.934,87

(4.297,72)

13.771.632,07

(201.910,84)

32.968,43

5.917.944,28

1.200,00

879.588,44



Período: 01 A 11

Contas

11134151 - BCO ITAÚ - CENTRAL ARREC CTA MOVIM	10.803,63
11134161 - BANCO ITAÚ - FOLHA DE PAGAMENTO CO	5.165.882,70
11134162 - BANCO ITAÚ S/A - FOLHA DE PAGAMENT	(4.536,00)
11134165 - BANCO ITAÚ S/A - FOLHA DE PAGAMENT	121,60
11134181 - BANCO ITAÚ S/A - CONTA MOVIMENTO	1.923.038,40
11134182 - BANCO ITAÚ S/A - CONTA DE CONCILIA	(6.960,72)
11134185 - BANCO ITAÚ S/A - VALORES A CLASSIF	5.853,72
11134186 - BANCO ITAÚ - VALORES REMANESCENTES	(82.318,32)
11134187 - RETIFICADORA - BLOQUEIOS ITAÚ	(3.037.803,72)
11134199 - CARGA INICIAL SALDO - BANCO ITAÚ	9.943,46
11138986 - BCO MERCANTIL DO BRASIL - VLRS REM	463,93
11140999 - CARGA INICIAL SALDO - UNIBANCO	2.425.849,49
11142299 - CARGA INICIAL SALDO - SAFRA	315.155,28
11150705 - TRANSITORIA BB RECARGA VIRTUA 5984	(65.958,25)
11150708 - TRANSITORIA BB RECEBTO DIVS 50562	5.260,20
11150713 - TRANSITORIA CEF - BANCO ARRECADADO	(2.141.345,15)
11150715 - TRANSITORIA BRADESCO - ARRECADACAO	(1.588,51)
11150718 - TRANSITORIA CITIBANK - CARTÃO INDU	2.075.816,56
11150807 - TRANSITORIA BB - PAGADORA 505620-9	1.266.891,45
11150852 - TRANSITORIA CEF - DEP. RECURSAL O	329.603,06
11150867 - TRANSITORIA BB FOLHA DE PAGAMENTO	1.002.927,92
11150892 - TRANSITORIA BB - REL COM EMPREG 50	(2.709,69)
11150893 - TRANSITORIA BB - REL COM EMPREG 47	3.697,41
11150910 - TRANSITORIA BB TESOURARIA MOV FIN	501.380,20
11150913 - TRANSITORIA BANCO ITAU - 11074-0	(0,02)
11150927 - TRANSITÓRIA - BANCO DO BRASIL. REC	(32.968,43)
11152013 - BB - PROJETO IPI TCS - AG 3070-8	196.657,71
11174591 - CITIBANK - CARTÃO INDUTIVO CTA EXT	10.827.167,61
11175699 - CARGA INICIAL SALDOS - BANCOOB	841.463,71
1114 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	549.028.997,95
11190025 - APLIC.FINANC.-CDB-PR	84.607.928,81
11190030 - APLIC.FINANC.-CDB-JR	153.474,47
11190055 - APLICAÇÃO FINANC.-FN	501.768.957,46
11190096 - RETIF.APLIC.FIN.	(37.501.362,79)
112 - CRÉDITOS	2.115.158.700,33
1121 - SERVIÇOS FATURADOS	1.631.233.920,56
11150200 - TRANSIT BAIXA MANUAL	(72.031.794,14)
11200000 - CLIENTES PRÓPRIOS - FAT PRÓP	1.253.895.912,88
11200030 - CLIENTES PRÓPRIOS ARBOR	(1.827,06)
11200060 - RETIF. CONTAS A RECEBER - SPE - CP	(73.574.713,39)
11200100 - CLIENTES-VALORES DE TERCEIROS EMPR	612.518.143,12
11200150 - CLIENTES-VLR TERCEIROS EASSOC.	690.843,85
11200200 - CLIENTES - VENDAS DE MERCADORIAS F	652.344.455,10
11200300 - CLIENTES - RECARGA DE CARTÕES PRÉ-	(12.608.205,20)
11200301 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS-CLIENTES PR	60.922.022,11
11200502 - CLIENTES TMAR - FATURADO EM CONTA	0,04
11200999 - CARGA DE SALDO INICIAL - SISRAF FA	29.532,22
11201130 - CLIENTES CARTÃO INDUTIVO CODIFICAD	16.742,85

Moeda: BRL

TCS /

26



Período: 01 A 11

Contas

11201202 - CLIENTES TMAR - N FAT PRÓP	(7.213.670,96)
11201203 - CLIENTES TELEMAR-MG - N FAT PRÓP	7.395.420,66
11201230 - RELAC. COM PROVEDORES E.ASSOC.	134.273.327,81
11201234 - RELACION C/ PROVEDORES - EASSOC.	12.184.464,19
11201235 - CLIENTES BRT - N FAT PRÓP	(2.145.484,01)
11201304 - REPASSE DE TRANSPORTE DE TERCEIROS	7.026.567,61
11201305 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES - AP	144.791.175,43
11201307 - RELAC C/PROV. CO-BILLING EASSOC	511.832,12
11201308 - RELACIONAMENTO C/ PROVEDORES - EMP	56.924.278,89
11201309 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES ACOR	(25.158.444,25)
11201310 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES - FA	53.020.664,28
11201316 - RELACIONAMENTO C/PROVEDORES-CO-BIL	(40.751,18)
11201317 - RELAC. C/PROV.-CO-BILLING EASSOC	29.817.632,15
11201321 - RELAC C/ PROVEDORES EA - COBILING	12.741.204,98
11201322 - RELAC C/ PROVEDORES - COBILING ENA	10.168.809,44
11201351 - CONTA CORRENTE MAC - ROAMING	49.614.794,59
11201390 - CONTESTAÇÃO DE PROVEDORES	(37.629,31)
11201393 - CONTESTAÇÃO DE PROVEDORES EX-REGUL	(67.872.221,48)
11201400 - CLIENTES EVENTUAIS - N FAT PRÓP	216.597.370,69
11201401 - CLIENTES EVENTUAIS - RETIFICADORA	(4.140.694,83)
11201410 - CLIENTES EVENTUAIS - AR	(391.975,48)
11201411 - CLIENTES EVENTUAIS - SAP RE	20.924,54
11201500 - CLIENTES A IDENTIFICAR - N FAT PRÓ	(621.662.405,19)
11201501 - CLIENTES A IDENTIFICAR - ROAMING I	(41.634.104,02)
11201502 - CLIENTES A IDENTIFICAR - COBILING	(9.498.579,78)
11201503 - RECEBIME DIVERSOS E SUCATA A IDENT	(27.206.445,03)
11201504 - RECEBIMENTOS SISRED -CONTAS AGLUTI	(62.565.983,90)
11201505 - RECEBIMENTO CARTÃO INDUTIVO A IDEN	(3.630.422,92)
11201506 - RECEBIMENTO SALDO REMANESCENTE	(13.775.593,20)
11201511 - CLIENTES A IDENTIFICAR WAY TV	(1.323.831,21)
11201512 - CLIENTES A IDENTIFICAR - TERCEIROS	(622.666,66)
11201750 - CLIENTES - VALORES REJEITADOS	4.547.328,13
11201755 - VALORES REJEITADOS PENDENTES DE RE	(6.367.760,40)
11201760 - CLIENTES - VLRS PENDENTES DE APURA	838.666,00
11201761 - CLIENTES - VLRS PENDENTES DE APURA	(16.218,51)
11201770 - CLIENTES - VALORES A REFATURAR	31.966.877,88
11201771 - CLIENTES - VALORES A REFATURAR - R	(3.129.559,14)
11201772 - CLIENTES - VALORES A REFATURAR DE	12.006,55
11204000 - CHEQUES DEVOLVIDOS	2.152.241,68
11208000 - CLIENTES INADIMPLENTES - RETIFICAD	(93.242.941,05)
11208020 - CLIENTES INADIMPLENTES-RETIFICADOR	(6.630.822,92)
11208021 - CLIENTES INADIMPLENTES-RETIF REVEN	(10.428.007,25)
11392100 - PROGRAMA DE RELACIONAMENTO	512.786,18
21153760 - REPASSES EMPRESAS ASSOCIADAS	(55.230.860,05)
21153761 - REPASSE EMPRESAS ASSOCIADAS - NOVO	(43.377.081,44)
21153762 - REPASSE EMPRESAS ASSOCIADAS - SVA	(43.916.048,37)
21153790 - REPASSE OUTROS CSP's	(73.123.634,02)
21153791 - REPASSE DE TRANSPORTE A TERCEIROS	(0,19)

Moeda: BRL

TCS /

27



Período: 01 A 11

Contas

21153792 - REPASSE OUTROS CSP'S - DETRAF-EMPR	(673.995,09)
21153793 - REPASSE OUTROS CSP'S-CO-BILLING-EM	(344.784.389,50)
21153794 - REPASSE OUTROS CSP'S-CO-BILLING-EM	3.801.091,07
21153999 - VALORES A REPASSAR PARA TERCEIROS	(44.435,35)
1122 - SERVIÇOS NÃO FATURADOS	605.065.664,56
11203000 - CLIENTES PRÓPRIOS	381.367.191,14
11203100 - CLIENTES-VALORES DE TERCEIROS EMPR	195.117.868,01
11203150 - CLIENTES-VALORES DE TERCEIROS EMPR	(1.055.960,95)
11203700 - CLIENTES EVENTUAIS - PROV N FAT TE	19.793,80
11205000 - CLIENTES - ESTIMATIVAS	25.828.479,62
11205001 - CLIENTES - ESTIMATIVAS EMPRESAS AS	3.387.535,13
11205100 - CRÉDITOS CONCEDIDOS A FATURAR	404.521,04
21153740 - PROVISÃO OUTROS REPASSES	(3.763,23)
1123 - PROVISÃO P/CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUV	(121.140.884,79)
11209000 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇ	(140.056.254,86)
11209800 - RETIFICADORA DE PDD OUTRAS CONTAS	18.915.370,07
113 - ESTOQUES	259.825.729,70
11800000 - ESTQ MAT CONSUMO	54.081.412,38
11800020 - ESTOQUE DE MATERIAL PARA REVENDA	220.463.540,36
11800023 - CONTA TRANSITÓRIA - ESTOQUE CRÉDITO	(1.274.529,37)
11800025 - ESTOQUE DE MATERIAL MODEM	4.411.727,37
11800040 - ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS	11.820.583,28
11800800 - ESTOQUE EM TRANSITO	(8.394.668,68)
11800900 - PROVISÃO PARA REDUÇÃO A VALOR DE ME	(14.786.960,44)
11800910 - PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE ESTOQUES	(3.196.903,23)
11899999 - CARGA INICIAL DE SALDOS - ESTOQUES	(3.298.471,97)
114 - OUTROS	966.062.723,45
1141 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	312.839.793,24
11411 - IMPOSTO DE RENDA A RECUPERAR	167.952.823,12
11330010 - I.R. POR EST ANO COR	167.817.031,10
11330015 - I.R. POR ESTIMATIVA DE EXERCÍCIOS	180.831,12
11330020 - I.R. A RECUPERAR	908,13
11330030 - I.R S/ CONTINGÊNCIAS	(45.947,23)
11412 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	73.454.314,59
11330110 - C.S. POR EST ANO COR	73.411.085,16
11330115 - C.S. POR ESTIMATIVA DE EXERCÍCIOS	43.040,08
11330120 - C.S. A RECUPERAR	189,35
11413 - IMPOSTO RETIDO NA FONTE	63.373.049,12
11320000 - IRF S/ APLIC FINANC	1.808.213,42
11320005 - IRF S/ APLIC FINANC	2.183.287,35
11320006 - IRF S/ RENDIMENTOS DEPÓSITOS JUDI	517.535,71
11320010 - IRF S/ SERVIÇOS	(762,95)
11320015 - IR RETIDO MÚTUOS	21.259.930,65
11320025 - IMP RENDA RETENÇÃO ÓRGÃOS PÚBLICO	26.463.762,05
11320026 - IR ORG PÚBL LEI 9430	3.565.330,54
11320027 - IRRF LEI 10.833/03 ART 29 E 30	1.134.484,96
11320080 - IRRF s/Aplicações Fi	6.441.267,39
11414 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDA NA FONTE	8.059.606,41

Moeda: BRL

TCS /

28



29

Período: 01 A 11	
Contas	Moeda: BRL
	TCS /
11320030 - CONTR SOCIAL RETENÇÃO ÓRGÃOS PÚBL	5.530.347,61
11320035 - CS ORG PÚBL LEI 943	502.935,50
11320075 - CSLL LEI 10833/03 ART 30 E 34 - A	13.591,40
11320076 - CSLL LEI 10833/03 ART 30 E 34 - A	(7.771,17)
11320077 - CSLL LEI 10.833/03	2.020.503,07
1142 - OUTROS TRIBUTOS	254.829.338,60
1142.1 - ICMS A RECUPERAR	174.325.420,56
11330050 - ICMS A RECUPERAR	34.432.573,60
11330051 - ICMS A RECUPERAR - TRANSFERENCIA	(5.764.562,94)
11330056 - ICMS ANTECIPADO	30.966.316,55
11330057 - ICMS - DECRETO ANTECIPAÇÃO	78.611.443,73
11330070 - ICMS A RECUPERAR (CP) LC 102/2000	30.018.408,75
11330092 - ICMS A RECUPERAR - VALORES A RESS	6.531.398,05
11330096 - ICMS ANTECIPAÇÃO DIFERENCIAL ALÍQ	856.934,54
11330805 - ICMS A RECUPERAR S/ ATIVO PERMANE	(1.327.091,72)
1142.3 - OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR	80.503.918,04
11320040 - COFINS RETENÇÃO ÓRGÃO PÚBLICOS LE	16.681.615,93
11320045 - COFINS ORG PÚBL 9430/	205.156,16
11320050 - PIS RETENÇÃO ÓRGÃOS PÚBLICOS LEI	3.604.386,65
11320055 - PIS ORG PÚBL 9430/97	188.977,42
11320060 - INSS FONTE	21.732,20
11320065 - PIS LEI 10833/03 ART 30 E 34 -	(89.771,27)
11320067 - PIS LEI 10.833/03 AR	1.624.876,54
11320070 - COFINS LEI 10833/03 ART 30 E 34 -	56.729,81
11320072 - COFINS LEI 10.833/03	7.367.187,24
11330060 - ISS A RECUPERAR	1.751.218,82
11330150 - COFINS	26.517.615,55
11330160 - PIS/PASEP	6.345.183,57
11330170 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	16.229.009,42
1143 - CRÉDITOS A RECEBER	14.184.641,83
11350200 - OUTRAS CONTAS A RECE	16.244.162,70
11350400 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - IMOBILIZ	2.140.479,13
11350505 - PROVISÃO PARA PERDA	(4.200.000,00)
1146 - ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	3.659.124,76
11310200 - ADTO SALÁRIOS	467.696,45
11310210 - ADTO FÉRIAS	(62.160,87)
11310220 - ADTO 13º SALÁRIO	3.664.099,49
11310230 - FGTS S/ 13º SALÁRIO	259.010,72
11310240 - ADTO VIAGENS	163.061,47
11310250 - OTRS ADIANT EMPR	(1.165.987,64)
11310260 - EMPRÉSTIMOS DE FÉRIAS	333.405,14
1147 - ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	197.846.653,00
11310000 - ADTO FORN MER INT	36.404.168,60
11310010 - ADIANTo FORNECEDORES MERCADO EXTER	182.629,08
11310040 - ADIANTo FORNECEDORES - OPERAÇÕES R	2.731.423,96
11310045 - ADIANTO FORNECEDORES - REEMBOLSO D	48.279,21
11310060 - ADIANTAMENTO A FORNECEDOR - MANUAL	157.465.621,17
11310099 - CARGA INICIAL SALDOS - ADIANTO FOR	1.014.530,98



Período: 01 A 11

Contas

1149 - DESPESAS ANTECIPADAS	144.881.446,41
11483 - TAXA FISTEL	28.800.466,61
11900081 - FISTEL	28.800.466,61
11484 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.207.387,02
11900010 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.207.387,02
11485 - SEGUROS	7.972.092,76
11900000 - PRÊMIO DE SEGURO	7.972.092,76
11486 - OUTRAS	98.901.500,02
11900030 - ALUGUÉIS	(231.968,57)
11900070 - PROPAGANDA E PUBLICIDADE	4.264.139,05
11900075 - DESPESAS ANTECIPADAS COM PATROCÍN	58.752.305,62
11900080 - OUTRAS DESPESAS ANTECIPADAS	13.283.352,30
11900083 - DESP ANTEC FIANÇA BANCARIA	(291.671,36)
11900110 - DESP ANTEC VL TRANSP	52.138,02
11900160 - DESP ANTEC COMISSÃO CARTÃO INDUTI	23.073.204,96
1151 - APLIC FINANC EM TITULOS/FUN	37.501.362,79
11191010 - APLICAÇÕES FINANCEIR	37.501.362,79
1153 - OUTROS	320.362,82
11330190 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	248.759,00
11330205 - CAUÇÕES PARA LICITAÇÃO	71.603,82
12 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.660.058.552,43
12.1 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.634.336.237,12
12.11 - CRÉDITOS DIVERSOS	540.539.086,11
12.111 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	292.553.248,61
12.1112 - IMP. DE RENDA S/ ADIÇÕES TEMPORÁRI	184.818.631,68
12200010 - IMPOSTO DE RENDA - CONTINGÊNCIAS	26.677.035,35
12200020 - IRPJ S/ OTRS VLRS	158.141.596,33
12.1113 - CONTRIB. SOC.S/ADIÇÕES TEMPORÁRIAS	48.200.214,21
12200100 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONTINGÊNC	13.433.588,95
12200110 - CSSL S/ OTRS VLRS	34.766.625,26
12.1114 - IMPOSTO RENDA S/ PREJUÍZOS FISCAIS	29.102.154,04
12200065 - IRPJ DIFERIDO RTT	29.102.154,04
12.1115 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/BASE NEGATIV	10.476.775,44
12200165 - CSSL DIFERIDA RTT	10.476.775,44
12.1116 - IMPOSTO DE RENDA A RECUPERAR	17.709.441,06
12200050 - I.R. A RESTITUIR LP	17.709.441,06
12.1117 - CSLL A RECUPERAR	2.246.032,18
12200160 - CSLL - Contribuição	2.246.032,18
12.112 -OUTROS TRIBUTOS	186.809.141,57
12.112.1 - ICMS A RECUPERAR	186.809.141,57
12200030 - ICMS A RECUPERAR (LP) LC 102/200	165.287.402,44
12200035 - ICMS A RECUPERAR (LP)	21.521.739,13
12.113 - CRÉDITOS A RECEBER	61.176.695,93
12300005 - BENS DESTINADOS A VENDA	4.480.536,51
12300030 - OUTRAS CONTAS A REC - PARCERIA OI	56.696.159,42
12.12 - CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	502.365.580,02
12.122 - COM CONTROLADAS	502.365.580,02
12600040 - EMPRÉSTIMOS PAGGO ACQUIRER MN	0,01

Moeda: BRL

TCS /

70



Período: 01 A 11

Contas

12600252 - EMPRÉSTIMOS EMPRESAS	502.365.580,01
12.13 - OUTROS	591.431.570,99
12.132 - DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS	505.362.917,10
12400200 - BLOQUEIOS JUDICIAIS	9.759.482,64
12400205 - BLOQUEIOS JUDICIAIS - ACUM 2006	5.906.041,78
12400220 - BLOQUEIO VIRTUAL	(256.222,57)
12400296 - TRANSITORIA BLOQUEIO	88.569,31
12500000 - DEP JUD TRABALHISTA	17.767.790,10
12500010 - DEPÓSITOS JUDICIAIS FISCAIS	39.229.330,80
12500011 - ATM DEPOSITO JUD FISCAIS - LP	4.297.768,26
12500013 - DEPÓSITOS JUD FISCAIS PARC.ESP-PR	9.064.468,84
12500014 - DEPÓSITOS JUDICIAIS FISCAISATM JU	22.491.992,72
12500015 - DEPOSITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPE	223.170.539,32
12500016 - ATM DEP JUD FISCAIS COM EXIG. SUS	56.223.625,78
12500020 - DEPÓSITOS JUDICIAIS CÍVEIS	95.867.005,73
12500021 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	(5.815.185,53)
12500022 - DEPÓSITOS JUDICIAIS CÍVEIS - CÍVE	(889.328,63)
12500023 - DEPÓSITOS JUDICIAIS CÍVEIS - CONS	(134.895,36)
12500025 - DEPÓSITOS JUDICIAIS CÍVEIS - ACUM	9.454.592,49
12500026 - DEPÓSITOS JUDICIAIS CÍVEIS ANATEL	4.237.490,00
12500027 - ATM DEP JUD CÍVEIS ANATEL - LP	382.684,47
12500030 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	(443.620,64)
12500031 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	(1.109.118,10)
12500034 - ATM DEPOSITO JUDICIA	1.064.915,99
12500035 - ATM DEPOSITO JUDICIA	15.004.989,70
12.133 - OPERAÇÕES FINANCEIRAS	60.986.374,45
12900200 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	60.986.374,45
12.134 - DESPESAS ANTECIPADAS	24.741.804,73
12.1341 - ENCARGOS FINANCEIROS	24.741.804,73
12000000 - DESPESAS APÓS PERÍODO SEGUINTE	3.391.036,14
12000020 - OUTRAS DESPESAS ANTECIPADAS L.P	21.350.768,59
12.136 - OUTROS	340.474,71
12300015 - VALORES A IDENTIFICAR	(36.257,00)
12400000 - CAUÇÕES E RETENÇÕES CONTRATUAIS	376.731,71
12.2 - INVESTIMENTOS	170.318.715,81
12.212 - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS	155.013.764,78
12.212.1 - INVESTIMNETOS EM CONTROLADAS	147.074.543,14
13110088 - INVESTIMENTOS PGE	147.074.543,14
12.212.2 - AGIOS COM CONTROLADAS	7.939.221,64
13110138 - ÁGIO S/ INVESTIMENTOS WAY TV	19.848.056,05
13120138 - AMORTIZAÇÃO ÁGIO S/ INVEST. WAY T	(11.908.834,41)
12.213 - PARTICIPAÇÕES PELO MÊTODO DE CUSTOS	8.913,52
13130000 - VALOR DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	8.913,52
12.214 - OUTROS INVESTIMENTOS	15.296.037,51
12.2141 - INCENTIVO FISCAL	15.219.037,53
13130010 - INCENTIVOS FISCAIS	15.219.037,53
12.2142 - OUTROS	76.999,98
13130020 - OUTROS INVESTIMENTOS	76.999,98

Moeda: BRL

TCS /

31



Período: 01 A 11

Contas

12.3 - IMOBILIZADO

13210000 - EQUIPAMENTO TERMINAIS

13210010 - REDE DE ACESSO

13210020 - EQUIPAMENTO DE COMUTAÇÃO

13210021 - ENCARGOS FINANC EQUIPAMENTO DE COMU

13210030 - EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO

13210031 - ENCARGOS FINANC EQUIPAMENTO DE TRAN

13210032 - ARRENDAMENTO MERCANTIL EQUIPTO DE T

13210034 - EQUIP CEDIDOS ACESSO 4G

13210040 - MEIOS DE TRANSMISSÃO - ENTROCAMENTO

13210050 - TERRENOS

13210060 - PRÉDIOS

13210070 - EQUIPAMENTO DE ENERGIA

13210071 - ENCARGOS FINANC EQUIPAMENTO DE ENER

13210080 - EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO

13210090 - TORRES

13210091 - ENCARGOS FINANCEIROS TORRES

13210100 - POSTES

13210120 - EQUIPTO DE SUPERVISÃO E SEGURANÇA

13210121 - ENCARGOS FINANC EQUIPAMENTO SUPERVI

13210130 - PLATAFORMAS ESPECIAIS

13210131 - ENCARGOS FINANC PLATAFORMAS ESPECIA

13210140 - FERRAMENTAL E INSTRUMENTAL

13210150 - INFORMÁTICA

13210152 - ARRENDAMENTO MERCANTIL INFORMÁTICA

13210160 - VEÍCULOS

13210170 - MOBILIÁRIO

13210190 - BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS

13210202 - CIAP - ESTORNO DE DESPESA

13210210 - EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO/ENERGIA

13210211 - ENCARGOS FINANC EQUIPAMENTOS CLIMAT

13220000 - OBRAS EM ANDAMENTO

13220010 - OBRAS EM ANDAMENTO

13220030 - IMOB.-BENS E INSTALAÇÕES A CLASSIFI

13230000 - MATERIAL PARA APLICAÇÃO

13230035 - PROVISÃO PARA PERDAS DE MATERIAIS

13246000 - BENS INTERMEDIÁRIOS PROVISIONADOS

13250000 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO TERMINAIS

13250010 - DEPREC ACUMUL REDE DE ACESSO

13250020 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO DE COMUTA

13250021 - D ACUM ENC FINANC EQUIPTO COMUTAÇÃO

13250030 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO DE TRANSM

13250031 - D ACUM ENC FINANC EQUIPTO DE TRANSM

13250032 - ARRENDAMENTO MERC DEPREC ACUMUL EQU

13250040 - DEPREC ACUMUL MEIOS TRANSMISSÃO ENT

13250060 - DEPREC ACUMUL PRÉDIOS

13250070 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO DE ENERGI

13250071 - D ACUM ENC FINANC EQUIPTO ENERGIA

Moeda: BRL

TCS /

6.740.252.684,64

17.455.092,14

240.053.750,72

2.438.328.770,51

56.566.096,50

6.722.275.844,67

104.914.703,31

1.788.080,92

(37.550.717,07)

26.089.290,84

638.176,98

177.645.413,40

117.982.383,64

640.197,22

459.871,75

232.346.003,09

9.662.693,46

132.176,50

323.695.529,04

14.957.235,97

344.540.673,58

13.813.944,51

12.082.310,23

462.873.578,74

8.216.019,84

1.262.902,65

28.046.452,12

809.948.440,80

8.141.208,46

153.336.165,60

7.189.779,60

1.146.063.790,66

15.439.015,23

18.667.557,54

39.956.969,16

(436.456,19)

122,24

(15.406.163,15)

(168.285.257,34)

(1.357.612.770,65)

(49.657.239,61)

(3.462.456.205,81)

(92.784.889,55)

(1.788.080,92)

(7.720.890,52)

(82.301.919,55)

(30.304.319,34)

(344.641,12)



Período: 01 A 11

Contas

13250080 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO DE CLIMAT	(331.548,91)
13250090 - DEPREC ACUMUL TORRES	(61.876.683,28)
13250091 - D ACUM ENC FINANC TORRES	(4.385.353,28)
13250100 - DEPREC ACUMUL POSTES	(55.050,64)
13250120 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO SUPERVISÃ	(162.765.882,05)
13250121 - D ACUM ENC FINANC EQUIPTO SUPERVISÃ	(14.957.235,97)
13250130 - DEPREC ACUMUL PLATAFORMAS ESPECIAIS	(277.242.438,56)
13250131 - D ACUM ENC FINANC PLATAFORMAS ESPEC	(13.813.944,51)
13250140 - DEPREC ACUMUL FERRAMENTAL E INSTRUM	(10.136.694,58)
13250150 - DEPREC ACUMUL INFORMÁTICA	(305.444.473,76)
13250152 - ARRENDAMENTO MERC DEPREC ACUMUL INF	(8.216.019,84)
13250160 - DEPREC ACUMUL VEÍCULOS	(399.582,48)
13250170 - DEPREC ACUMUL MOBILIÁRIO	(26.738.737,76)
13250190 - AMORT ACUMUL BENFEITORIAS EM BENS D	(559.601.354,74)
13250202 - DEPREC. ACUMUL ESTORNO CIAP	(2.703.371,19)
13250210 - DEPREC ACUMUL EQUIPAMENTO DE CLIMAT	(55.979.556,75)
13250211 - D ACUM ENC FINANC EQUIPTO CLIMATIZA	(3.659.421,91)
13290030 - ENCARGOS FINANCEIROS - CONTA TRANSI	(655,95)
12.4 - INTANGÍVEL	2.115.150.914,86
13215000 - SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.549.499.945,65
13215010 - MARCAS E PATENTES	14.023.917,00
13215020 - ESTRADAS DE ACESSO	2.960.871,80
13215030 - CONTRATO DE CONCESSÃO	2.744.151.715,92
13215034 - DIREITO DE USO ACESSO 4G	24.252.133,75
13215046 - AVP - LEI 11.638/07 - RETIFICADORA	(11.625.007,62)
13215051 - ÁGIO S/ INVESTIMENTO WAY TV	37.689.892,62
13215052 - ÁGIO S/ INVESTIMENTO PAGGO	36.211.090,65
13215062 - ÁGIO S/ INVESTIMENTOS SPE SÃO PAULO	5.827,59
13215075 - PPDUR	1.323.211,34
13215080 - DISPÊNDIOS COM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	173.943.380,37
13215100 - FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES - HANDSET	426.644.768,46
13216010 - BENS INTANGÍVEIS EM ANDAMENTO	40.187.587,05
13250240 - DEP. DE DISPÊNDIOS COM INOVAÇÃO TEC	(173.943.380,37)
13255000 - AMORTIZAÇÕES ACUM SIST PROC DADOS S	(936.121.056,64)
13255010 - AMORTIZAÇÕES ACUM MARCAS E PATENTES	(7.706.803,88)
13255020 - AMORTIZAÇÕES ACUM ESTRADAS DE ACES	(2.957.171,08)
13255030 - AMORTIZAÇÕES ACUM CONTRATO DE CONCE	(1.506.460.990,29)
13255034 - AMORT. DIREITO DE USO ACESSO 4G	(75.922,86)
13255046 - AMORTIZAÇÃO ACUMULADA AVP - LEI 11.	4.585.419,70
13255075 - AMORTIZAÇÕES ACUM PPDURATO DE CONCE	(225.962,67)
13255100 - AMORT. FIDELIZAÇÃO CLIENTES - HANDS	(301.212.551,63)
2 - PASSIVO	(14.586.454.748,86)
21 - PASSIVO CIRCULANTE	(5.155.597.604,41)
211 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(874.804.980,59)
2111 - MOEDA NACIONAL	(875.928.552,00)
21112 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	(862.711.691,94)
21151610 - EMPRESTIMO PRINCIPAL BNDES ENA	(816.636.839,12)
21151611 - EMPRESTIMO PRINCIPAL BNB ENA -	(46.074.852,82)

Moeda: BRL

TCS /

33



Período: 01 A 11

Contas

21113 - ENCARGOS FINANCEIROS	(13.216.860,06)
21151710 - JUROS BNDES ENA MN	(12.318.618,42)
21151711 - JUROS BNB ENA MN	(898.241,64)
2114 - CUSTO DE CAPTAÇÃO	1.123.571,41
21153280 - RETIFICADORA - CUSTOS E COMISSÕES	1.123.571,41
212 - FORNECEDORES	(2.921.512.675,09)
2121 - FORNECEDORES GERAIS	(2.526.112.208,15)
21120002 - FORNECEDORES GERAIS TMAR	(45.043.898,52)
21120021 - FORNECEDORES GERAIS TNL CONTAX	(935.781,48)
21120024 - FORNECEDORES GERAIS PCS	(2.956,31)
21120100 - FORNEC MERC INT	(819.126.618,56)
21120110 - FORNECEDORES MERCADO EXTERNO	(13.609.549,29)
21120120 - FORNECEDORES - PESSOA FÍSICA	(2.531.974,13)
21120130 - FORNEC MANUAIS	(214.912.531,98)
21120135 - FORNECEDORES - CONTRATOS MANUAIS	(15.748.486,09)
21120136 - FORNEC MANUAIS EA	(1.102.297.526,56)
21120140 - FORNEC EM - EF	(111.614.011,13)
21120141 - FORNECEDORES VALORES NÃO RECORREN	37.547.965,65
21120143 - TRANSITÓRIA DE PAGAM	21.546,49
21120190 - FORNECEDORES-MATERIAL CONSIGNADO-E	(224.780,28)
21120200 - FORNECEDORES - OPERAÇÃO RODOTICKET	(1.901.527,96)
21120210 - FORNECEDORES - OPERAÇÃO BBCARTÕES	(17,18)
21120220 - FORNEC - BBTUR	(126.275,38)
21120260 - FORNECEDORES - REBATE/BONIF (RETIF	0,23
21130100 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES EMPR	(12.161.496,43)
21130106 - RELACIONAMENTO C/ PROVEDORES - EMP	(7.496.105,76)
21130204 - RELAC.C/PROV.ENC.CONTAS INTERCONEX	(70.518.938,62)
21130205 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES - AP	907.003,89
21130206 - RELACIONAMENTO C/ PROVEDORES - EÑ.	(7.179.080,21)
21130210 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES - PA	(60.630.619,67)
21130211 - RELACIONAMENTO COM PROVEDORES - RO	(40.861.667,84)
21130290 - CONTESTAÇÃO COM PROVEDORES	(37.624.041,57)
21130295 - CONTESTAÇÃO COM PROVEDORES - INTER	(40.839,46)
2122 - AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR	(395.400.466,94)
21120170 - FORNECEDORES - AUTORIZAÇÕES/CONCES	(161.116.091,86)
21120171 - FORNECEDORES - AUTORIZAÇÕES/CONCES	(234.284.375,08)
213 - TRIBUTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(332.103.823,48)
2131 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(98.905.383,77)
21311 - IMPOSTO DE RENDA	(68.893.932,86)
21140000 - IRPJ S/ RES ANO CORR	(68.893.932,86)
21312 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(30.011.450,91)
21140100 - CSSL S/ O RESULTADO DO ANO CORREN	(30.011.450,91)
2132 - OUTROS TRIBUTOS	(232.397.325,65)
21325 - ICMS	(183.822.351,40)
21140300 - ICMS SOBRE VENDAS	(894.336.476,11)
21140301 - ICMS VALORES APROPRIADOS	(90.206.631,07)
21140303 - ICMS EM TRÂNSITO	(1.302.161,09)
21140305 - ICMS SOBRE TRANSFERENCIA ENTRE FI	(28.596.080,75)

Moeda: BRL

TCS /

3h



Período: 01 A 11

Contas

21140310 - ICMS S/ DIFER ALIQUO	14.862.280,70
21140319 - ICMS-VLRS.DEVIDOS-APURAÇÃO E RECO	815.756.820,34
21140360 - ICMS S/DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA-EX	(103,42)
21323 - PIS E COFINS	(48.817.112,87)
21140400 - COFINS	(41.377.763,42)
21140403 - ICMS COBILLING	1.681.366,81
21140410 - PIS	(9.120.716,26)
21322 - OUTROS	324.712,89
21140199 - IMP DIRETOS A PAGAR	2.248,50
21140200 - ISS	244.617,29
21140201 - ISS VALORES PROV	(172.521,17)
21140202 - ISS S/ OPERAÇÃO DE CAMBIO	(61.648,91)
21140205 - ISS DIFERENÇA DE ALIQUOTA	(680,71)
21140320 - OTRS IMP IND A PAG	380.474,04
21140399 - IMP INDIRETOS A PAG	(3.343.679,76)
21140420 - FISTEL	11.684.218,71
21140430 - FUST	(3.799.235,38)
21140440 - FUNTTEL	(1.980.282,20)
21140450 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE TE	(5.795,14)
21140460 - IOF A PAGAR	73.095,51
21140499 - TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	(2.696.097,89)
21326 - IMPOSTO DE RENDA	(82.574,27)
21140020 - IRRF SOBRE JUROS	(5.000,00)
21140040 - IR RETIDO MÚTUOS	(77.574,27)
2133 - TRIBUTOS PARCELADOS (REFIS)	(801.114,06)
21140504 - INSS/SAT - PARCELAMENTO PROGRAMA R	(52.242,07)
21140600 - PARCELAMENTO PAES - LEI 11.941 CP	(748.871,99)
215 - PROV. P/PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS	(32.814.336,66)
2151 - CONTINGÊNCIA TRABALHISTA	(4.141.135,68)
21180000 - PROV CONTING TRAB	(4.141.135,68)
2152 - CONTINGÊNCIA FISCAL	(15.394.663,76)
21180100 - PROVISÃO PARA CONTIN	(14.891.886,88)
21180101 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAI	(57.877,02)
21180102 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAI	(32.439,99)
21180110 - PROV MULTAS N DEDUT - AUTO INFRAÇÃO	(396.926,34)
21180111 - PROV MULTAS N DEDUT - AUTO INFRAÇÃO	(14.600,56)
21180112 - PROV MULTAS N DEDUT - AUTO INFRAÇÃO	(932,97)
2153 - CONTINGÊNCIA CÍVEL	(12.648.730,17)
21180200 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEI	(6.480.192,56)
21180210 - PROV P/ CONTING JUIZADOS ESPECIAIS	(6.052.296,51)
21180220 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEI	(116.241,10)
2154 - CONTINGÊNCIA ANATEL	(629.807,05)
21180300 - PROVISÕES MULTAS ANATEL NÃO DEDUTÍ	(629.807,05)
216 - DIVIDAS COM PESSOAS LIGADAS	(520.499.041,87)
2162 - DIVIDENDOS/JCP À PAGAR EMP. ASSOCIADAS	(520.499.041,87)
21170002 - DIVIDENDOS TMAR	(227.249.041,87)
21170302 - JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO TMAR	(293.250.000,00)
217 - OUTROS	(473.862.746,72)

Moeda: BRL

TCS /

33



Período: 01 A 11

Contas

2171 - PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS	(71.878.699,67)
21711 - ORDENADOS E SALÁRIOS	(27.518.978,24)
21110010 - SALÁR E ADICIONAIS	(6.528.688,94)
21110020 - PROVISÃO DE FÉRIAS	(12.935.981,56)
21110030 - PROV 13º SALÁRIO	(7.810.033,78)
21110040 - ORDENADOS NÃO RECLAMADOS	(206.392,85)
21110050 - RESC.CONTRATUAIS	(2.979,42)
21110998 - OUT.OBR.C/PES.PAGAR	(34.901,69)
21712 - ENCARGOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	(8.135.219,18)
21111012 - VL A PAGAR PREV SOC-	(2.421.456,92)
21111020 - CTR PREV PROV FÉR	(3.536.319,46)
21111030 - CTR PREV PR 13º SAL	(2.177.442,80)
21713 - BENEFÍCIOS SOCIAIS	(276.413,31)
21112000 - SEGURO VIDA GRP	(38.484,44)
21112012 - VL A PAGAR PREV PRIV	(17.823,29)
21112030 - CONTRIBUIÇÃO FUNDAÇÃO S/ 13º SALÁ	(220.105,58)
21714 - RETENÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO	(3.800.561,61)
21153799 - CARGA INICIAL SALDOS - REPASSE PA	(33.966,05)
21153811 - CONTR PREV INTERF FP	37,30
21153812 - VL A PAGAR PREV SOC-	(592.877,08)
21153821 - IRRFO FPW	(235.892,47)
21153823 - VL A PAGAR IRRF	(5.698.517,80)
21153860 - CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOC DE EMPREG	(1.010,00)
21153870 - OUTRAS RETENÇÕES	(446.185,43)
21153875 - VL A PAGAR CLASSE SI	(1.361,80)
21153880 - IRRFO S/ FÉR E RESC	3.486.911,20
21153890 - TERMO DE COOPERAÇÃO SESI - SENAI	(10.420,49)
21153895 - TERMO DE COOPERAÇÃO - SENAI	(267.278,99)
21715 - PARTICIPAÇÃO FUNC. NO RESULTADO	(28.714.656,47)
21170200 - GRAT PART EMPREG	(28.714.656,47)
21716 - OUTROS	(3.432.870,86)
21111041 - VL A PAGAR SENAI	(111.941,91)
21111051 - VL A PAGAR SESI	(136.873,16)
21111080 - CONTRIB.SAT LIMINAR	(1.766.887,96)
21111110 - FGTS SALAR / ADIC	810.259,29
21111111 - FGTS S/ SALÁRIOS E ADICIONAIS INT	(28.576,45)
21111112 - VL A PAGAR FGTS	(798.896,47)
21111120 - FGTS PROV FÉRIAS	(776.124,36)
21111130 - FGTS PROV 13º SAL	(623.829,84)
2172 - CONSIGNAÇÃO A FAVOR DE TERCEIROS	(11.875.583,60)
21153900 - IRF S/ SERV PREST	(1.442.708,03)
21153910 - CONTR PREVID TERC-PJ	(2.232.140,87)
21153915 - CONTR PREVID TERC-PF	10.665,77
21153920 - ISS TERCEIROS	(6.205.136,43)
21153940 - SEST/SENAI	(24,04)
21153950 - CSLL - MP 135/2003	(431.595,47)
21153960 - COFINS - MP 135/2003	(1.293.157,19)
21153970 - PIS - MP 135/2003	(281.487,34)

Moeda: BRL

TCS /

36



Período: 01 A 11

Contas

2175 - RECEITAS A APROPRIAR	(176.088.886,57)
21135100 - RECEITAS A APROPRIAR	(287.848.504,28)
21135110 - ICMS S/VENDAS A APROPRIAR (RET)	86.187.960,82
21135120 - DESCONTOS CONCEDIDOS A APROPRIAR (31.307.464,50
21135130 - ISS S/ VENDAS A APROPRIAR (RET)	(67.532,19)
21135150 - RECEITAS A APROPRIAR ROLAGEM DE MI	(5.668.275,42)
2177- OUTROS	(214.019.576,88)
21135000 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES	(46.402.766,64)
21135200 - RECARGA DE PRÉ PAGO (RECEITA)	(358.570,87)
21135210 - ICMS RECARGA DE PRÉ PAGO (RET)	107.149,31
21139999 - CARGA INICIAL SALDOS - CONTAS A P	(1.424.127,93)
21155100 - CCL-TRANSFERENCIA ENTRE FILIAIS -	72.683.417,16
21190000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	(237.301.658,03)
21190006 - OUTRAS OBRIGAÇÕES-AVAL TELEMAR	(571.754,54)
21190007 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - AVAL OI S.A.	(10.186.454,22)
21190015 - OUTRAS OBRIGAÇÕES MANUAIS	(1.006.064,15)
21190035 - RECEBIMENTO EM DUPLICIDADE/CONTEST	11.833.603,00
21190040 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - FIANÇA	(519.559,04)
21190057 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - TRIBUTOS - CP	(862.564,56)
21190069 - VALORES PAGAR	(10.226,37)
22 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(3.777.132.220,88)
22.1 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	(3.777.132.220,88)
22.11 - FORNECEDORES	(484.881.216,53)
22.111 - AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR	(484.881.216,53)
22130100 - FORNECEDORES - AUTORIZAÇÕES/CONCE	(258.570.575,39)
22130110 - FORNECEDORES - AUTORIZAÇÕES/CONCE	(226.310.641,14)
22.12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(2.762.682.871,71)
22.121 - MOEDA NACIONAL	(2.767.422.820,42)
22111 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	(2.767.422.820,42)
22150252 - EMPRÉSTIMOS EMPRESAS ASSOCIADAS	(171.245.271,67)
22151310 - EMPRESTIMO PRINC BNDES ENA MN L	(2.400.359.427,24)
22151311 - EMPRESTIMO PRINC BNB ENA MN LP	(195.818.121,51)
22.124 - CUSTO DE CAPTAÇÃO	4.739.948,71
22152900 - RETIFICADORA - CUSTOS E COMISSÕES	4.739.948,71
22.13 - PROV. P/PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS	(112.299.421,48)
22.131 - CONTINGÊNCIA TRABALHISTA	(16.107.242,36)
22180000 - PROV CONTING TRAB	(16.107.242,36)
22.132 - CONTINGÊNCIA FISCAL	(27.308.800,96)
22180100 - PROVISÃO PARA CONTIN	(668.289,92)
22180101 - PROVISÃO PARA CONTIN	(1.925.283,68)
22180102 - PROVISÃO PARA CONTI	(8.306.930,36)
22180103 - ATM - CONTINGÊNCIAS	(1.471.011,55)
22180104 - ATM - CONTINGÊNCIAS	(86.285,15)
22180105 - ATM - CONTINGÊNCIAS	(343.300,82)
22180110 - PROV MULTAS N DEDUT	(13.303.300,77)
22180111 - PROV MULTAS N DEDUT - AUTO INFRAÇ	(391.777,80)
22180112 - PROV MULTAS N DEDUT	(812.620,91)
22.133 - CONTINGÊNCIA CÍVEL	(38.933.624,15)

Moeda: BRL
TCS /

37



Período: 01 A 11

Contas

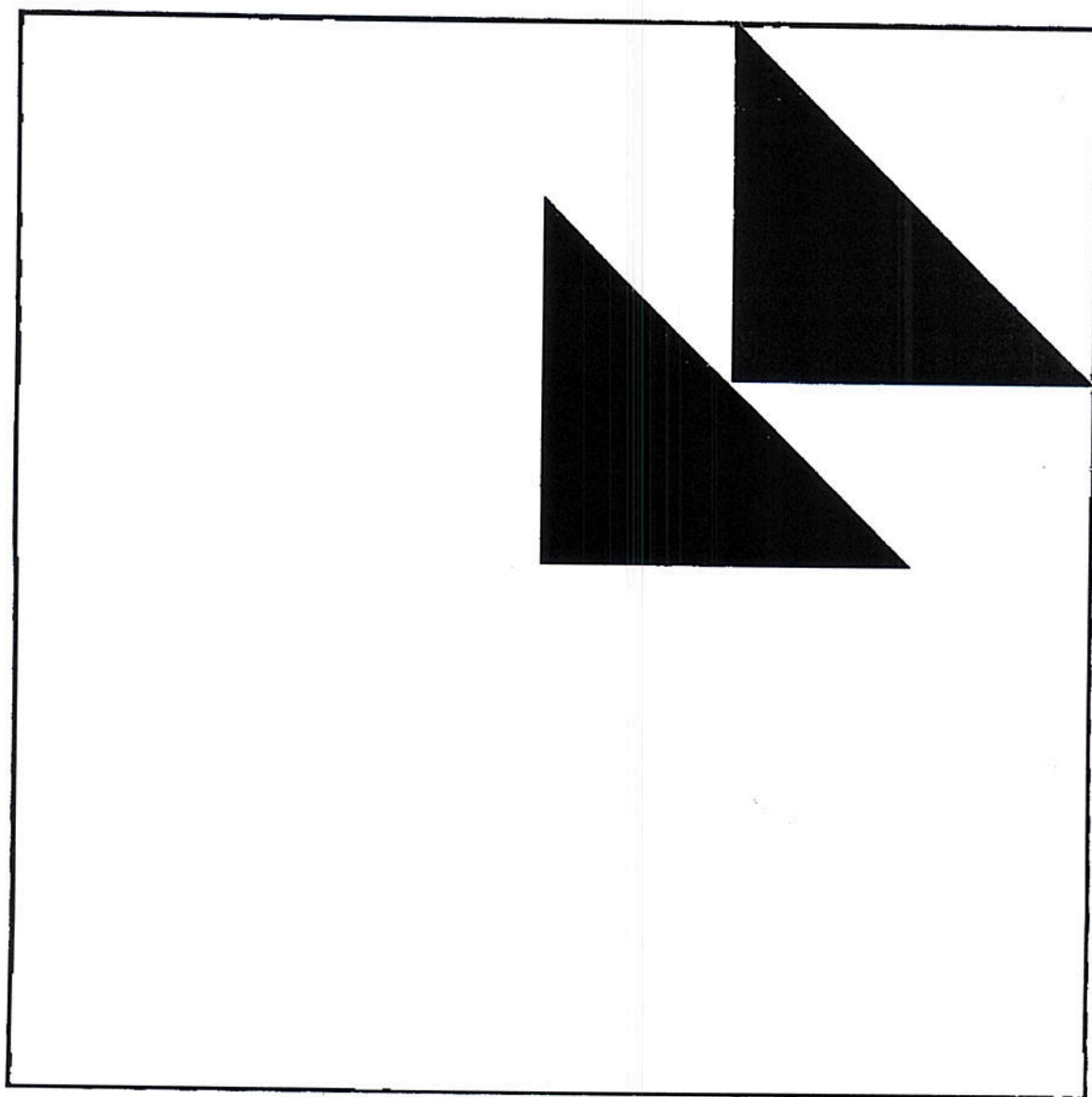
22180200 - PROV CONT CÍV CONS	(10.778.810,81)
22180210 - PROV CONT CÍV JEC	(23.396.989,08)
22180215 - PROV CONT CÍV ESTR	(4.757.824,26)
22.134 - CONTINGÊNCIA ANATEL	(29.949.754,01)
22180300 - PROV MULTAS ANATEL	(19.392.704,09)
22180320 - EST MULTAS ANATELND	(10.557.049,92)
22.15 - OUTROS	(417.268.711,16)
22.151 - TRIBUTOS NÃO PARCELADOS	(340.039.140,23)
22.1512 - OUTROS TRIBUTOS	(340.039.140,23)
22.15121 - ICMS	(71.297.267,27)
22110150 - ICMS CONVÊNIO 69 / ALUGUEL DE P	(69.249.810,02)
22110151 - ATM - ICMS CONVÊNIO 69 / ALUGUE	(2.047.457,25)
22.15122 - TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPE	(268.741.872,96)
22195000 - Tributos com Exigibi	(215.376.648,36)
22195001 - ATM -TRIBUTOS COM EX	(53.365.224,60)
22.152 - TRIBUTOS PARCELADOS (REFIS)	(7.301.501,90)
22110300 - PIS - PARCELAMENTO PROGRAMA REFIS	0,01
22110400 - PARCELAMENTO PAES - LEI 11.941 LP	(7.301.501,91)
22.154 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO	(327,59)
22185050 - PROVISÃO P/PASSIVO DESCOBERTO - S	(327,59)
22.155 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	(69.927.741,44)
22190000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	(31.343.469,17)
22190010 - REINVESTIMENTO	(15.364.038,64)
22190057 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - TRIBUTOS - LP	(646.923,42)
22192100 - PROGRAMA DE RELACIONAMENTO	(22.573.310,21)
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(5.653.724.923,57)
251 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO	(4.719.204.474,45)
2511 - CAPITAL SOCIAL	(4.719.204.474,45)
29110000 - AÇÕES ORDINÁRIAS	(4.719.204.474,45)
252 - RESERVAS DE CAPITAL	(18.568.998,35)
29210100 - DOAÇ PESS JUR PUB	(1.117.969,26)
29210120 - INCENTIVO FISCAL - LUCRO DA EXPLORA	(17.451.029,09)
254 - RESERVAS DE LUCROS	(779.665.479,93)
2541 - RESERVA LEGAL	(267.794.410,95)
29220000 - RESERVA LEGAL	(267.794.410,95)
2549 - RESERVA DE INCENTIVO FISCAL	(511.871.068,98)
29220060 - RES.INCENTIVO FISCAL	(511.871.068,98)
255 - LUCROS ACUMULADOS	76.919.944,25
29310000 - LUCROS/PREJ ACUM	(1.745.705.351,72)
29310010 - LUCROS/PREJ EXERC	1.822.625.295,97
256 - LUCRO OU PREJUÍZO DO PERÍODO	(213.205.915,09)
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	(247.028.460,77)

Moeda: BRL
TCS /

29



ANEXO 2





Glossário

ABL - área bruta locável.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abordagem da renda - método de avaliação pela conversão a valor presente de benefícios econômicos esperados.

Abordagem de ativos - método de avaliação de empresas onde todos os ativos e passivos (incluindo os não contabilizados) têm seus valores ajustados aos de mercado. Também conhecido como patrimônio líquido a mercado.

Abordagem de mercado - método de avaliação no qual são adotados múltiplos comparativos derivados de preço de vendas de ativos similares.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill) - benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.

Amortização - alocação sistemática do valor amortizável de ativo ao longo de sua vida útil.

Amostra - conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

Aproveitamento eficiente - aquele recomendável e tecnicamente possível para o local, em uma data de referência, observada a tendência mercadológica nas circunstâncias, entre os diversos usos permitidos pela legislação pertinente.

Área equivalente de construção - área construída sobre a qual é aplicada a equivalência de custo unitário de construção correspondente, de acordo com os postulados da ABNT.

Área homogeneizada - área útil, privativa ou construída com tratamentos matemáticos, para fins de avaliação, segundo critérios baseados no mercado imobiliário.

Área privativa - área útil acrescida de elementos construtivos (tais como paredes, pilares etc.) e hall de elevadores (em casos particulares).

Área total de construção - resultante do somatório da área real privativa e da área comum atribuídas a uma unidade autônoma, definidas conforme a ABNT.

Área útil - área real privativa subtraída a área ocupada pelas paredes e outros elementos construtivos que impeçam ou dificultem sua utilização.

Arrendamento mercantil financeiro - o que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios vinculados à posse do ativo, o qual pode ou não ser futuramente transferido. O arrendamento que não for financeiro é operacional.

Arrendamento mercantil operacional - o que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo. O arrendamento que não for operacional é financeiro.

Ativo - recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados dos quais se esperam benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ativo imobilizado - ativos tangíveis disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, na locação por outros, investimento, ou fins administrativos, esperando-se que sejam usados por mais de um período contábil.

Ativo intangível - ativo identificável não monetário sem substância física. Tal ativo é identificável quando: a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, tanto individualmente quanto junto com contrato, ativo ou passivo relacionados; b) resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Ativos não operacionais - aqueles não ligados diretamente às atividades de operação da empresa (podem ou não gerar receitas) e que podem ser alienados sem prejuízo do seu funcionamento.

Ativos operacionais - bens fundamentais ao funcionamento da empresa.

Ativo tangível - ativo de existência física como terreno, construção, máquina, equipamento, móvel e utensílio.



Avaliação - ato ou processo de determinar o valor de um ativo.

BDI (*Budget Difference Income*) - Benefícios e Despesas Indiretas. Percentual que indica os benefícios e despesas indiretas incidentes sobre o custo direto da construção.

Bem - coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

Benefícios econômicos - benefícios tais como receitas, lucro líquido, fluxo de caixa líquido etc.

Beta - medida de risco sistemático de uma ação; tendência do preço de determinada ação a estar correlacionado com mudanças em determinado índice.

Beta alavancado - valor de beta refletindo o endividamento na estrutura de capital.

Campo de arbitrio - intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual se pode arbitrar o valor do bem desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

CAPEX (*Capital Expenditure*) - investimento em ativo permanente.

CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) - modelo no qual o custo de capital para qualquer ação ou lote de ações equivale à taxa livre de risco acrescida de prêmio de risco proporcionado pelo risco sistemático da ação ou lote de ações em estudo. Geralmente utilizado para calcular o Custo de Capital Próprio ou Custo de Capital do Acionista.

Capital investido - somatório de capital próprio e de terceiros investidos em uma empresa. O capital de terceiros geralmente está relacionado a dívidas com juros (curto e longo prazo) devendo ser especificadas dentro do contexto da avaliação.

Capitalização - conversão de um período simples de benefícios econômicos em valor.

Códigos alocados - ordenação numeral (notas ou pesos) para diferenciar as características qualitativas dos imóveis.

Combinação de negócios - união de entidades ou negócios separados produzindo demonstrações contábeis de uma única entidade que reporta. Operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação.

Controlada - entidade, incluindo aquela sem personalidade jurídica, tal como uma associação, controlada por outra entidade (conhecida como controladora).



Controladora - entidade que possui uma ou mais controladas.

Controle - poder de direcionar a gestão estratégica política e administrativa de uma empresa.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Custo - total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem em uma determinada data e situação.

Custo de capital - taxa de retorno esperado requerida pelo mercado como atrativa de fundos para determinado investimento.

Custo de reedição - custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

Custo de reprodução - gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

Custo de substituição - custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

Custo direto de produção - gastos com insumos, inclusive mão de obra, na produção de um bem.

Custo indireto de produção - despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Dado de mercado - conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

Dano - prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, defeitos, sinistros e delitos, entre outros.

Data base - data específica (dia, mês e ano) de aplicação do valor da avaliação.

Data de emissão - data de encerramento do laudo de avaliação, quando as conclusões da avaliação são transmitidas ao cliente.

DCF (*Discounted Cash Flow*) - fluxo de caixa descontado.



D&A - Depreciação e Amortização.

Depreciação - alocação sistemática do valor depreciável de ativo durante a sua vida útil.

Desconto por falta de controle - valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de parte ou da totalidade de controle.

Desconto por falta de liquidez - valor ou percentual deduzido do valor pró-rata de 100% do valor de uma empresa, que reflete a ausência de liquidez.

Dívida líquida - caixa e equivalentes, posição líquida em derivativos, dívidas financeiras de curto e longo prazo, dividendos a receber e a pagar, recebíveis e contas a pagar relacionadas a debêntures, déficits de curto e longo prazo com fundos de pensão, provisões, outros créditos e obrigações com pessoas vinculadas, incluindo bônus de subscrição.

Documentação de suporte - documentação levantada e fornecida pelo cliente na qual estão baseadas as premissas do laudo.

Drivers - direcionadores de valor ou variáveis-chave.

EBIT (*Earnings Before Interests and Taxes*) - lucro antes de juros e impostos.

EBITDA (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) - lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empreendimento - conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica. Pode ser: imobiliário (ex.: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (ex.: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

Empresa - entidade comercial, industrial, prestadora de serviços ou de investimento detentora de atividade econômica.

Enterprise value - valor econômico da empresa.

Equity value - valor econômico do patrimônio líquido.

Estado de conservação - situação física de um bem em decorrência de sua manutenção.



Estrutura de capital - composição do capital investido de uma empresa entre capital próprio (patrimônio) e capital de terceiros (endividamento).

Fator de comercialização - razão entre o valor de mercado de um bem e seu custo de reedição ou substituição, que pode ser maior ou menor que 1 (um).

FCFF (*Free Cash Flow to Firm*) - fluxo de caixa livre para a firma, ou fluxo de caixa livre desalavancado.

Fluxo de caixa - caixa gerado por um ativo, grupo de ativos ou empresa durante determinado período de tempo. Geralmente o termo é complementado por uma qualificação referente ao contexto (operacional, não operacional etc.).

Fluxo de caixa do capital investido - fluxo gerado pela empresa a ser revertido aos financiadores (juros e amortizações) e acionistas (dividendos) depois de considerados custo e despesas operacionais e investimentos de capital.

Fração ideal - percentual pertencente a cada um dos compradores (condôminos) no terreno e nas coisas comuns da edificação.

Free float - percentual de ações em circulação sobre o capital total da empresa.

Frente real - projeção horizontal da linha divisória do imóvel com a via de acesso.

Gleba urbanizável - terreno passível de receber obras de infraestrutura urbana, visando o seu aproveitamento eficiente, por meio de loteamento, desmembramento ou implantação de empreendimento.

Goodwill - ver Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill).

Hipótese nula em um modelo de regressão - hipótese em que uma ou um conjunto de variáveis independentes envolvidas no modelo de regressão não é importante para explicar a variação do fenômeno em relação a um nível de significância pré-estabelecido.

Homogeneização - tratamento dos preços observados, mediante a aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

IAS (*International Accounting Standard*) - Normas Internacionais de Contabilidade.



IASB (International Accounting Standards Board) - Junta Internacional de Normas Contábeis.
Idade aparente - idade estimada de um bem em função de suas características e estado de conservação no momento da avaliação.

IFRS (International Financial Reporting Standard) - Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

Imóvel - bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

Imóvel de referência - dado de mercado com características comparáveis às do imóvel avaliando.

Impairment - ver Perdas por desvalorização

Inferência estatística - parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.
Infraestrutura básica - equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de acesso.

Instalações - conjunto de materiais, sistemas, redes, equipamentos e serviços para apoio operacional a uma máquina isolada, linha de produção ou unidade industrial, conforme grau de agregação.
Liquidação forçada - condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que a média de absorção pelo mercado.

Liquidez - capacidade de rápida conversão de determinado ativo em dinheiro ou em pagamento de determinada dívida.

Loteamento - subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes.

Luvas - quantia paga pelo futuro inquilino para assinatura ou transferência do contrato de locação, a título de remuneração do ponto comercial.

Metodologia de avaliação - uma ou mais abordagens utilizadas na elaboração de cálculos avaliatórios para a indicação de valor de um ativo.



Modelo de regressão - modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base em uma amostra, considerando-se as diversas características influenciantes.
Múltiplo - valor de mercado de uma empresa, ação ou capital investido, dividido por uma medida da empresa (EBITDA, receita, volume de clientes etc.).

Normas Internacionais de Contabilidade - normas e interpretações adotadas pela IASB. Elas englobam: Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

Padrão construtivo - qualidade das benfeitorias em função das especificações dos projetos, de materiais, execução e mão de obra efetivamente utilizados na construção.

Parecer técnico - relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico, emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado, sobre assunto de sua especificidade.

Passivo - obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, em que se espera que a liquidação desta resulte em fluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.

Patrimônio líquido a mercado - ver Abordagem de ativos.

Perdas por desvalorização (impairment) - valor contábil do ativo que excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo; ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Perícia - atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

Pesquisa de mercado - conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

Planta de valores - representação gráfica ou listagem dos valores genéricos de metro quadrado de terreno ou do imóvel em uma mesma data.

Ponto comercial - bem intangível que agrega valor ao imóvel comercial, decorrente de sua localização e expectativa de exploração comercial.

Ponto influenciente - ponto atípico que, quando retirado da amostra, altera significativamente os parâmetros estimados ou a estrutura linear do modelo.



População - totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.
Preço - quantia pela qual se efetua uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

Prêmio de controle - valor ou percentual de um valor pró-rata de lote de ações controladoras sobre o valor pró-rata de ações sem controle, que refletem o poder do controle.

Profundidade equivalente - resultado numérico da divisão da área de um lote pela sua frente projetada principal.

Propriedade para investimento - imóvel (terreno, construção ou parte de construção, ou ambos) mantido pelo proprietário ou arrendatário sob arrendamento, tanto para receber pagamento de aluguel quanto para valorização de capital, ou ambos, que não seja para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, como também para fins administrativos.

Rd (Custo da Dívida) - medida do valor pago pelo capital provindo de terceiros, sob a forma de empréstimos, financiamentos, captações no mercado, entre outros.

Re (Custo de Capital Próprio) - retorno requerido pelo acionista pelo capital investido.

Risco do negócio - grau de incerteza de realização de retornos futuros esperados do negócio, resultantes de fatores que não alavancagem financeira.

Seguro - transferência de risco garantida por contrato, pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de sinistro coberto pela apólice.

Sinistro - evento que causa perda financeira.

Taxa de capitalização - qualquer divisor usado para a conversão de benefícios econômicos em valor em um período simples.

Taxa de desconto - qualquer divisor usado para a conversão de um fluxo de benefícios econômicos futuros em valor presente.

Taxa interna de retorno - taxa de desconto onde o valor presente do fluxo de caixa futuro é equivalente ao custo do investimento.

Testada - medida da frente de um imóvel.



Tratamento de dados - aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.
Unidade geradora de caixa - menor grupo de ativos identificáveis gerador de entradas de caixa que são, em grande parte, independentes de entradas geradas por outros ativos ou grupos de ativos.

Valor atual - valor de reposição por novo depreciado em função do estado físico em que se encontra o bem.

Valor contábil - valor em que um ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial.

Valor da perpetuidade - valor ao final do período projetivo a ser adicionado no fluxo de caixa.

Valor de dano elétrico - estimativa do custo do reparo ou reposição de peças, quando ocorre um dano elétrico no bem. Os valores são tabelados em percentuais do Valor de Reposição e foram calculados através de estudos dos manuais dos equipamentos e da experiência em manutenção corretiva dos técnicos da Apsis.

Valor de investimento - valor para um investidor em particular, baseado em interesses particulares no bem em análise. No caso de avaliação de negócios, este valor pode ser analisado por diferentes situações tais como sinergia com demais empresas de um investidor, percepções de risco, desempenhos futuros e planejamentos tributários.

Valor de liquidação - valor de um bem colocado à venda no mercado fora do processo normal, ou seja, aquele que se apuraria caso o bem fosse colocado à venda separadamente, levando-se em consideração os custos envolvidos e o desconto necessário para uma venda em um prazo reduzido.

Valor de reposição por novo - valor baseado no que o bem custaria (geralmente em relação a preços correntes de mercado) para ser reposto ou substituído por outro novo, igual ou similar.

Valor de seguro - valor pelo qual uma companhia de seguros assume os riscos e não se aplica ao terreno e fundações, exceto em casos especiais.

Valor de sucata - valor de mercado dos materiais reaproveitáveis de um bem, na condição de desativação, sem que estes sejam utilizados para fins produtivos.

Valor depreciável - custo do ativo, ou outra quantia substituta do custo (nas demonstrações contábeis), menos o seu valor residual.



Valor em risco - valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar e que pode corresponder ao valor máximo segurável.

Valor em uso - valor de um bem em condições de operação no estado atual, como uma parte integrante útil de uma indústria, incluídas, quando pertinentes, as despesas de projeto, embalagem, impostos, fretes e montagem.

Valor (justo) de mercado - valor pelo qual um ativo pode ser trocado de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma está sob pressão de fazê-lo.

Valor justo menos despesa para vender - valor que pode ser obtido com a venda de ativo ou unidade geradora de caixa menos as despesas da venda, em uma transação entre partes conhecedoras, dispostas a tal e isentas de interesse.

Valor máximo de seguro - valor máximo do bem pelo qual é recomendável que seja segurado. Este critério estabelece que o bem com depreciação maior que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual a duas vezes o Valor Atual; e aquele com depreciação menor que 50% deverá ter o Valor Máximo de Seguro igual ao Valor de Reposição.

Valor presente - estimativa do valor presente descontado de fluxos de caixa líquidos no curso normal dos negócios.

Valor recuperável - valor justo mais alto de ativo (ou unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda comparado com seu valor em uso.

Valor residual - valor do bem novo ou usado projetado para uma data, limitada àquela em que o mesmo se torna sucata, considerando estar em operação durante o período.

Valor residual de ativo - valor estimado que a entidade obteria no presente com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas desta, se o ativo já estivesse com a idade e condição esperadas no fim de sua vida útil.

Variáveis independentes - variáveis que dão conteúdo lógico à formação do valor do imóvel objeto da avaliação.

Variáveis qualitativas - variáveis que não podem ser medidas ou contadas, apenas ordenadas ou hierarquizadas, de acordo com atributos inerentes ao bem (por exemplo, padrão construtivo, estado de conservação e qualidade do solo).



Variáveis quantitativas - variáveis que podem ser medidas ou contadas (por exemplo, área privativa, número de quartos e vagas de garagem).

Variáveis-chave - variáveis que, a priori e tradicionalmente, são importantes para a formação do valor do imóvel.

Variável dependente - variável que se pretende explicar pelas independentes.

Variável dicotômica - variável que assume apenas dois valores.

Vício - anomalia que afeta o desempenho de produtos e serviços, ou os torna inadequados aos fins a que se destinam, causando transtorno ou prejuízo material ao consumidor.

Vida remanescente - vida útil que resta a um bem.

Vida útil econômica - período no qual se espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que se espera obter do ativo pela entidade.

Vistoria - constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam.

Vocação do imóvel - uso economicamente mais adequado de determinado imóvel em função das características próprias e do entorno, respeitadas as limitações legais.

WACC (Weighted Average Cost of Capital) - modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros).

25

Diferente

A diferença está em uma equipe de profissionais multidisciplinares com experiência de mais de 30 anos de mercado. Atuamos junto a clientes de diversos portes e dos mais variados setores da economia.

Simples

Queremos simplificar as coisas para você. Somos um time do tamanho das suas necessidades. Somos ágeis, precisos e diretos ao ponto. Aqui você fala com quem decide.

Inteligente

Inteligência se traduz na capacidade de entender rapidamente o seu problema e transformá-lo em solução. Utilizando criatividade, conhecimento e experiência. Somos uma empresa sempre em movimento. E pronta para atender a sua empresa.

SERVIÇOS APSIS

Avaliação para Reestruturação Societária

- Relatórios Independentes de Avaliação
- Laudos para Fusão, Cisão e Incorporação
- Avaliação de Ativos em Fundos de Investimento em Participação e Imobiliário
- Aumento de Capital
- Oferta Pública de Ações (OPA)
- Patrimônio Líquido a Mercado (Relação de Troca)
- Resolução Alternativa de Disputas (ADR)

Avaliação para Demonstrações Financeiras Valor Justo (Fair Value)

- Combinação de Negócios (Ativos Intangíveis e Ágio/Goodwill)
- Teste de Impairment (Redução ao Valor Recuperável de Ativos)
- Ativos Intangíveis (Marcas, Softwares e Outros)
- Vida Útil Econômica, Valor Residual e Valor de Reposição
- Propriedade para Investimento
- Alocação de Preço de Aquisição (PPA - Purchase Price Allocation)
- Ativos Biológicos

Corporate Finance

- Avaliação de Empresas, Marcas e Outros Intangíveis
- Fusões & Aquisições
- Fairness Opinion
- Prospeção de Investidores e Oportunidades
- Estudos de Viabilidade
- Modelagem Financeira Estratégica
- Análise de Indicadores de Desempenho

Gestão de Ativo Imobilizado

- Inventário e Conciliação Contábil
- Outsourcing Patrimonial

Avaliação Imobiliária

- Valor de Compra & Venda/Locação
- Garantia Bancária/Dação em Pagamento
- Seguro
- Revisão de Tributos (IPTU/ITBI)

Informações detalhadas sobre os nossos serviços e cases estão disponíveis no site www.apsis.com.br

ALGUNS CLIENTES APSIS

ACÚCAR GUARANI (GRUPO TEREOS)
 ALIANSCÉ SHOPPING CENTERS
 ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
 AMBEV
 ANDRADE GUTIERREZ
 ANHANGUERA
 AQUILLA ASSET MANAGEMENT
 ARCELOR MITTAL
 AYESA INTERNATIONAL
 BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH
 BHG - BRAZIL HOSPITALITY GROUP
 BIAH GESTÃO DE CAPITALIS
 BMA - BARBOSA, MUSSNICH & ARAGÃO ADVOGADOS
 BM&F BOVESPA
 BNDES
 BNY MELLON
 BRAZIL PHARMA
 BR MALLS
 BR PROPERTIES
 BRASIL FOODS
 BRASKEM
 BROOKFIELD INCORPORAÇÕES (BRASCAN)
 BTG PACTUAL
 BUNGE FERTILIZANTES
 CAMARGO CORRÊA
 CAMIL ALIMENTOS
 CARLYLE BRASIL
 CARREFOUR
 CASA & VIDEO
 CCX - EBX - IMX - LLX - MMX
 CEG
 CIELO
 CLUB MED
 COCA-COLA
 COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO - COB
 CONTAX
 CPFL
 CSN - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
 EMBRAER
 EMBRATEL
 ENERGISA
 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES
 ESTALEIRO ALIANÇA
 ETERNIT
 FEMSA BRASIL
 FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
 FGV - PROJETOS
 FOZ DO BRASIL
 FRESH START BAKERIES (EUÁ)
 GAFISA
 GENERAL ELETRIC DO BRASIL (GE)
 GERDAU
 GETNET
 GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES
 GOUVEA VIEIRA ADVOGADOS
 GP INVESTIMENTOS

HYPERMARCAS
 IDEASNET
 INBRANDS
 IOCHPE MAXION
 JBS
 KRAFT FOODS
 L'ORÉAL
 LAFARGE
 LAVAZZA
 LEADER MAGAZINE
 LIGHT
 LIQUIGÁS
 LOBO & IBEAS ADVOGADOS
 LOJAS AMERICANAS
 LORINVEST (LORENTZEN)
 MACHADO, MEYER, SENDACZ & OPICE ADVOGADOS
 MAGNESITA
 MARFRIG
 MATTOS FILHO ADVOGADOS
 MG A.A. DE INVESTIMENTOS
 MICHELIN
 MULTIPLAN
 OI S.A.
 OWENS ILLINOIS AMERICA LATINA
 PATRIA INVESTIMENTOS
 PEIXE URBANO
 PETROBRAS
 PINHEIRO GUIMARÃES ADVOGADOS
 PINHEIRO NETO ADVOGADOS
 PONTO FRIO (VIA VAREJO S.A.)
 PROCTER & GAMBLE
 PSA PEUGEOT CITROEN
 QUATTOR
 REPSOL YPF
 REXAM
 RIO BRAVO
 ROTHSCCHILD & SONS
 SHELL
 SHV
 SOUZA, CESCION ADVOGADOS
 TAURUS
 TELOS FUNDAÇÃO EMBRATEL
 TIM BRASIL
 TOTVS
 TRENCH, ROSSI & WATANABE ADVOGADOS
 ULHÔA CANTO, REZENDE & GUERRA ADVOGADOS
 ULTRAPAR
 UNIMED
 VEIRANO ADVOGADOS
 VEREMONTE
 VIVO
 VOTORANTIM
 W. TORRE
 WHEATON DO BRASIL
 WHITE MARTINS
 XP INVESTIMENTOS


Apsis
 A DIFERENÇA EM CONSULTORIA
 Simples e Inteligente

Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 35 - 12º andar
 Centro - CEP 20011-001
 Tel.: +55(21) 2212-6850
 Fax: +55(21) 2212-6851
 apsis.rj@apsis.com.br

São Paulo

Av. Angélica, 2503 - Conj. 42
 Consolação - CEP 01227-200
 Tel.: +55(11) 3666-8448
 Fax: +55(11) 3662-5722
 apsis.sp@apsis.com.br

www.apsis.com.br



An independent member of
Morison International

27



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 84, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Após a leitura da Nota Técnica nº 410 da Coordenação Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/Cidades nº 275, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 448/2013, cuja ementa é: "Altera a Resolução CONTRAN nº 407/2012, que autoriza a utilização temporária de sinalização de orientação de destino específica para a "Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014" e para a "Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013", de acordo com os padrões estabelecidos nesta Resolução". 5) Processo nº: 80000.021431/2013-71; Interessado: DENATRAN; Assunto: Sinalização Semafórica - Volume V do Manual de Sinalização de Trânsito e alteração do Anexo I do CTB constante da Resolução CONTRAN nº 160/2004. O Conselho representante do Ministério dos Transportes manifestou por e-mail o pedido de vista, o que lhe foi concedido. 6) Processo nº: 80000.011200/2009-63; Interessado: DETRAN/SP; Assunto: Alteração na Resolução CONTRAN nº 331/2009 que dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, por órgãos ou entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme disposto no Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)". 7) Processo: 08654.000.793/2010-64; Interessado: Eduardo Arruda Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 815/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 8) Processo: 08654.004.720/2009-16; Interessado: Mario Mariano Bezerra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 816/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 9) Processo: 08658.004.023/2009-17; Interessado: Katie Sebastiana Christensen Iki; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 817/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 10) Processo: 08655.009.374/2009-44; Interessado: Carlos Frederico Magalhães Monteiro de Carvalho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 818/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 11) Processo: 08653.001.384/2011-76 e 08653.004.624/2011-94; Interessado: Ariovaldo da Silva Machado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 819/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 12) Processo: 08660.008.377/2008-19; Interessado: Luiz Marcelo Algarve; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 820/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 13) Processo: 08660.022.676/2008-58; Interessado: Tiago Pinto Zen; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 821/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 14) Processo: 08652.002.006/2009-03; Interessado: Erick Alexandre Martins Miranda; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 822/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada à lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Ministério da Justiça

DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Ministério da Defesa

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CÉSAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

LUIZA GOMIDE DE FARIA VIANNA
Ministério das Cidades

PORTARIA Nº 232, DE 6 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.034004/2009, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2010, a concessão outorgada ao ESTADO DE GOIÁS, para executar, sem direito de exclusividade, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM, o serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, no município de Goiânia, estado de Goiás, serviço esse outorgado anteriormente por meio do Decreto nº 92.570, de 17 de abril de 1986, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 1986, renovado pelo Decreto de 19 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2001, e referendado pelo Decreto Legislativo nº 642, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2003.

Art. 2º Revogar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a Portaria nº 255, de 30 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2011, Seção 1, página 91, por vício de competência, de acordo com a redação à época do art. 6º, § 1º, e art. 114 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIAS DE 28 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve:

Outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
259	53000.032824/2007	Associação Cultural e Comunitária de Inúbia	Inúbia Paulista/SP
258	53000.059155/2007	Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul	Caraguatatuba/SP
260	53000.053470/2011	Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM de Iraceminha	Iraceminha/SC
261	53000.065457/2011	Associação Professor Heitor Nunes da Matta	Guanhães/MG
262	53000.028224/2012	Associação Comunitária de Radiodifusão Tocomoiense	Tocos do Moji/MG
263	53000.03939/2011	Associação Comunitária e Cultural de Panamá	Panamá/GO
264	53640.000317/1999	Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA	Angical/BA
265	53000.045054/2007	Associação Comunitária de Cultura e Informação Pauiniense	Pauini/AM

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53504.013520/2006

Nº 280 - Conselheiro Relator: Roberto Pinto Martins. Fórum Deliberativo: Reunião nº 709, de 15 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SPB). RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 6º, § 1º, DO REGULAMENTO SOBRE ÁREAS LOCAIS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 373/2004. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO E COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. 1. A Concessionária sustenta que a decisão recorrida é nula, que a prescrição quinquenal se consumou e que o cálculo da multa apresenta impropriedades. Alegações não acolhidas. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACORDAO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 252/2013-GCRM, de 9 de agosto de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES, em face de decisão da Superintendência de Serviços Públicos (SPB) substanciada no Despacho nº 7.696/2012/PBCPP/PBCP/SPB, de 21 de dezembro de 2012, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

Processo nº 53500.013651/2011

Nº 283 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 709, de 15 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Sergipe (CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11)

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ART. 65 DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO. 1. O Pedido de revisão não será conhecido quando não preenchidos os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento Interno da Anatel, uma vez que não foram apresentados fatos novos e circunstâncias relevantes que justificassem a inadequação da sanção aplicada no âmbito do PADO a que se submete a revisão. 2. Não conhecer do Pedido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 375/2013-GCMB, de 9 de agosto de 2013, integrante deste acórdão, não conhecer do Pedido de Revisão por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento da Anatel.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

ACÓRDÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.024446/2012

Nº 320 - Conselheiro Relator: Roberto Pinto Martins. Fórum Deliberativo: Reunião nº 710, de 22 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TNL PCS S/A (CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59) e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11)

EMENTA: ANUÊNCIA PRÉVIA. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA INTERNA. TRANSFERÊNCIA DE OUTORGAS. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO. AUSÊNCIA DE ÔBITOS REGULATÓRIOS E CONCORRENCIAIS. CONCESSÃO CONDICIONADA À REGULARIDADE FISCAL. 1. As operações que possam implicar transferência de outorga de Serviço Móvel Pessoal, Serviço de Comunicação Multimídia e Serviço de Acesso

Condicionado devem ser submetidas previamente à Anatel, nos termos da regulamentação específica. 2. Competência do Conselho Diretor, em conformidade com o disposto no art. 133 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 3. A documentação acostada aos autos comprova que a reorganização societária proposta não representa prejuízos à competição, nem risco à prestação dos serviços. 4. Proposta de concessão de anuência prévia para promover a reorganização societária pretendida, condicionada à apresentação de todas as certidões comprobatórias de regularidade fiscal, devidamente válidas.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 267/2013-GCRM, de 16 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conceder anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, que deverá ser realizada nas etapas abaixo descritas, observado o disposto no art. 37 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012: - ETAPA 1: cancelamento do registro da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES como companhia aberta, mediante a realização de oferta pública para a aquisição, pela própria TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES, da totalidade de ações em circulação no mercado, conforme detalhado no Fato Relevante de fls. 12 a 14; - ETAPA 2: incorporação da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES pela TELEMAR NORTE LESTE, de forma que esta passe a deter diretamente 100% (cem por cento) do capital social da TNL PCS S/A, na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; - ETAPA 3: transferência do investimento detido por OI S/A na 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A para a TELEMAR NORTE LESTE, que passará a deter 100% (cem por cento) das ações da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A e irá preparar a estrutura societária para a próxima etapa; e, - ETAPA 4: incorporação da TNL PCS S/A pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, também na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, resultando na extinção da TNL PCS S/A, com a incorporação de seu patrimônio pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, que assumirá todos os direitos e obrigações da incorporada a título de sucessão universal, resultando inclusive na transferência: (i) dos Atos e Termos de Autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e dos respectivos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências associados ao Serviço Móvel Pessoal; (ii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Comunicação Multimídia; e, (iii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Acesso Condicionado, detidos por TNL PCS S/A, para a 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A. b) condicionar a anuência prévia a que se refere a alínea "a" desta decisão à apresentação, pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal, devidamente válidas; c) determinar que, após a expedição do instrumento deliberativo que concede a anuência prévia, cada uma das outorgas alcançadas pela operação de reestruturação societária deverá ser transferida por meio de Ato próprio, conforme as etapas previstas na alínea "a" desta decisão forem sendo efetivadas e comprovadas perante a Anatel, sendo necessário o encaminhamento de documentação atualizada que confirme a regularidade fiscal das empresas envolvidas; e, d) ratificar que a anuência prévia concedida pela Anatel não exime as empresas do GRUPO OI do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontram submetidas perante outros órgãos.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 5.229, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.020773/2009 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa WI - PROVEDOR DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 10.683.576/0001-54, constante da Segunda Alteração Contratual

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.231, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.016249/2009 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa TELEXPERTS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 07.625.852/0001-13, constante da Terceira Alteração Contratual

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.285, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.028801/2010 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa FLASH NET BRASIL TELECOM LTDA.-ME, CNPJ nº 10.374.369/0001-18, constante da Segunda Alteração Contratual.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.289, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.029106. Anui previamente com a transferência do controle societário da empresa VSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 05.915.278/0001-02, prestadora do SeAC, em âmbito nacional, que passará a ser compartilhado entre todos os sócios, nos termos da minuta da sua 5ª Alteração Contratual. Art. 2.º A presente anuência, relativa aos Serviços de TV por Assinatura, valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez, por igual período, se mantidas as condições societárias, de acordo com o disposto no art. 37 do Regulamento do SeAC.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 29 de agosto de 2013

Nº 4.330 - 53500.013653/2006 - Homologa o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Alpha Nobilis Consultoria e Serviços Ltda. - ALPHA NOBILIS, na modalidade Local.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 5.070, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53000.010962/2012. REDE JUIZ DE FORA DE RADIODIFUSÃO LTDA- OM - Juiz de Fora/MG - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.288, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.006827/2002 - ELO COMUNICAÇÃO LTDA - TV - Caruaru/PE - Canal 4+ - Autoriza novas características técnicas.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.103, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.031421/2012. Expede autorização à TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA CNPJ/MF nº 06.860.022/0001-08, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.113, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 535000011381999. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 29 de Novembro de 2020, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.125, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.011046/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ROVERI OPCAO PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA. ME, CNPJ nº 05.017.291/0001-44, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.134, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.007107/2013. Expede autorização à SERCOMPE DATACENTER LTDA, CNPJ/MF no 12.495.265/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.142, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.013580/2013. Expede autorização à FAST FIBRA TELECOM LTDA ME - ME, CNPJ/MF no 17.016.927/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.143, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.013552/2013. Expede autorização à CARRANDAINET SERVICOS DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF no 09.283.990/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.145, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.003219/2013. Expede autorização à MARIA DAS DORES LEITE - ME, CNPJ/MF no 10.175.041/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.146, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.015027/2013. Expede autorização à MV COMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF no 17.874.135/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.147, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.015119/2013. Expede autorização à ROZIVAN DOS SANTOS ANDRADE - ME, CNPJ/MF no 10.407.460/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.156, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.018339/2012. Expede autorização à BRASREDE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 05.896.206/0001-65, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.206, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.008402/2013. Expede autorização à MASTER TELECOM LTDA ME, CNPJ/MF nº 17.289.913/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 3.185, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), e no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgada à TNL PCS S/A por meio do Ato nº 54.551, de 6 de dezembro de 2005, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.

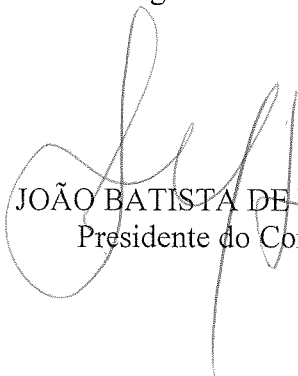
Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no *caput* deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.



Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 3.185, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgada à TNL PCS S/A por meio do Ato nº 54.551, de 6 de dezembro de 2005, bem como o respectivo Termo de Autorização.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 3.186, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado), e no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Barbacena-MG, Belo Horizonte-MG, Poços de Caldas-MG e Uberlândia-MG, e para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), em âmbito nacional, todas adaptadas ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como os respectivos Termos de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.



Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no *caput* deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 3.186, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Barbacena-MG, Belo Horizonte-MG, Poços de Caldas-MG e Uberlândia-MG, e para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), em âmbito nacional, todas adaptadas ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como os respectivos Termos de Autorização.


JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 3.187, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, e no Plano Geral de Outorgas (PGO), aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.

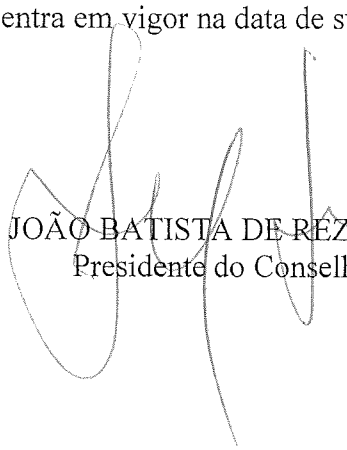
Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.



Parágrafo único. O valor referido no *caput* deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



2 0 1 4 9 0 0 4 1 2 7 3

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 3.187, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização.


JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho





		São Cristóvão-SE			25/nov	Porto Velho	Candeias do Jamari-RO
		Siriri-SE					Porto Velho-RO
		Demerval Lobão-PI					
		Nazária-PI				Macapá	Macapá-AP
		Teresina-PI					Mazagão-AP
		Timon-MA					Santana-AP
	26/ago	Campo Grande	Campo Grande-MS				
		Cuiabá	Terenos-MS			Rio Branco	Rio Branco-AC
			Cuiabá-MT				Senador Guiomard-AC
			Nossa Senhora do Livramento-MT				
			Santo Antônio do Leverger-MT			Boa Vista	Boa Vista-RR
			Várzea Grande-MT				Cantá-RR
			Barrolândia-TO				Mucajai-RR
		Palmas	Palmas-TO				
			Porto Nacional-TO			Demais Cidades	Demais Cidades não Listadas Acima

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014

Nº 77/2014-CD - Processo nº 53500.025694/2013
Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 731, de 13 de fevereiro de 2014. Recorrente/Interessado: CLARO S/A (CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47)
EMENTA: PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. PROCESSO DE ANULAÇÃO. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA SÚMULA Nº 13, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012, DA ANATEL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO À EFICÁCIA DO ATO IMPUGNADO ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO DO PEDIDO DE ANULAÇÃO. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. REQUISITOS NECESSÁRIOS NÃO ATENDIDOS. INDEFERIMENTO. 1. Trata-se de Pedido de Concessão de Medida Cautelar, com o fim de atribuir efeito suspensivo à eficácia da Súmula nº 13/2012 até o julgamento definitivo do Pedido de Anulação, interposto incidentalmente no bojo do Processo de Anulação nº 53500.000608/2013. 2. A peticionante não logrou demonstrar a presença dos requisitos necessários à concessão de tutela cautelar, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora. 3. Denegação do pedido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 35/2014-GCRZ, de 5 de fevereiro de 2014, integrante deste acórdão, denegar o Pedido de Concessão de Medida Cautelar, com o fim de atribuir efeito suspensivo à eficácia da Súmula nº 13/2012, de 31 de outubro de 2012, da Anatel, interposto por CLARO S/A no bojo do Processo de Anulação nº 53500.000608/2013, devido ao não atendimento dos requisitos necessários.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 2 DE JULHO DE 2014

Nº 229/2014-CD - Processo nº 53500.015818/2012
Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 746, de 18 de junho de 2014. Recorrente/Interessado: FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO (CNPJ/MF nº 61.277.273/0001-72) e NET SÃO PAULO LTDA. (CNPJ/MF nº 65.697.161/0001-21)

EMENTA: PAVD. SCO. RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO. VIOLAÇÃO À LEI Nº 12.485/2011 E AO REGULAMENTO DO SeAC PELA NET SÃO PAULO LTDA. TEMPESTIVIDADE. PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A Prestadora NET SÃO PAULO LTDA. foi denunciada pela FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO por suposto descumprimento à Lei nº 12.485/2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, e seu respectivo Regulamento. 2. Em suas razões recursais, a denunciante sustenta que haveria obrigação imposta à Prestadora NET, no sentido da adoção de critérios isonômicos e não discriminatórios na recepção e tratamento de sinais dos canais de programação de distribuição obrigatória. 3. A NET, em Contrarrazões, argui que efetua a transmissão da programação da TV GAZETA nas tecnologias analógica e digital para os assinantes da cidade de São Paulo, porém entende que a transmissão na tecnologia digital HD depende de sua concordância. 4. Os argumentos da Recorrente não foram acolhidos. 5. Recurso Administrativo conhecido e, no mérito, improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 56/2014-GCRZ, de 7 de abril de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso interposto pela FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da referida análise, concluindo que: i) a TV GAZETA tem direito ao carregamento obrigatório de sua programação pela NET SÃO PAULO; ii) a TV GAZETA poderá exigir a distribuição da sua programação em sistema digital compatível com a qualidade do sinal por ela gerada (digital HD), desde que a tecnologia de transmissão empregada pela Prestadora e de recepção disponível pelo Assinante assim o permita; e, iii) a Prestadora NET SÃO PAULO poderá, caso a TV GAZETA opte pela transmissão no sistema digital, descontinuar a transmissão da programação da recorrente em tecnologia analógica.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 3.186, de 19 de março de 2014, publicado no DOU de 25 de março de 2014, Seção 1, pág. 29, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê:
"Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Barbacena-MG, Belo Horizonte-MG, Poços de Caldas-MG e Uberlândia-MG, e para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), em âmbito nacional, todas adaptadas ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como os respectivos Termos de Autorização."

Leia-se:
"Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), em âmbito nacional, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização."

No Ato nº 3.187, de 19 de março de 2014, publicado no DOU de 25 de março de 2014, Seção 1, pág. 29, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê:
"Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização."

Leia-se:
"Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) na Região I do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como o respectivo Termo de Autorização."

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO PARÁ, MARANHÃO
E AMAPÁ

ATO Nº 6.300, DE 7 DE JULHO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CLICFACIL COMPUTADORES, SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 11.588.782/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO WAGNER DUARTE ROLIM
Gerente

ATO Nº 6.379, DE 9 DE JULHO DE 2014

Expede autorização à BELEM RIO SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.433.496/0001-90 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

MARCIO WAGNER DUARTE ROLIM
Gerente

ATO Nº 6.383, DE 9 DE JULHO DE 2014

Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) LIDIA MORAES DO AMARAL, CPF nº 415.698.492-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO WAGNER DUARTE ROLIM
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS
À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.367, DE 8 DE JULHO DE 2014

Processo no 53500.009972/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA., CNPJ no 08.184.812/0001-46, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.369, DE 8 DE JULHO DE 2014

Processo no 53500.027311/2011. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à NETCETERA TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ no 10.207.510/0001-98, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 11 de Abril de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.392, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 535000133072013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à W3 NETWORK LTDA, CNPJ nº 05.230.079/0001-60, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 11 de Dezembro de 2028, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.377, DE 9 DE JULHO DE 2014

Autorizar a(o) Embaixada da Federação da Rússia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, Fortaleza/CE e Brasília/DF, no período de 08/07/2014 a 16/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.388, DE 9 DE JULHO DE 2014

Autorizar UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campos do Jordão/SP, , no período de 18/07/2014 a 03/08/2014

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.390, DE 9 DE JULHO DE 2014

Autorizar UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campos do Jordão/SP, , no período de 18/07/2014 a 03/08/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.391, DE 9 DE JULHO DE 2014

Autorizar RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG, , no período de 08/07/2014 a 14/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Poços de Caldas-MG, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.404, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, e no Plano Geral de Outorgas (PGO), aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) na Região III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.612, DE 21 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 86 da Lei nº 9.472, de 1997, que prevê a prestação de outros serviços de telecomunicações diretamente pela concessionária, desde que seja garantida a transferência integral dos ganhos econômicos que não decorram da eficiência ou iniciativa empresarial, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 108 desta Lei;

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor da Anatel, em sua Reunião nº 698, de 20 de maio de 2013, anuiu previamente com a reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA;

CONSIDERANDO que a Anatel foi comunicada pela TELEFÔNICA BRASIL S/A da efetivação da operação de reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA, por meio da carta CT* RJ nº 756/2013, de 3 de julho de 2013;

CONSIDERANDO a sentença proferida no bojo do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.000369-4, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide contribuição ao FUST sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida no bojo do Mandado de Segurança Coletivo nº 48689-41.2013.4.01.3400, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CIDE - FUNTEL) sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO as decisões proferidas no bojo do Agravo de Instrumento nº 61855-58.2013.4.01.0000/DF e do Agravo de Instrumento nº 0025109-60.2014.4.01.0000/DF, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide Ônus do Contrato de Telefonia Fixa sobre as receitas de interconexão do Serviço Móvel Pessoal;

CONSIDERANDO que, na Assembleia Geral do dia 1º de julho de 2013, foi encerrado o processo de reestruturação societária da TELEFÔNICA BRASIL S/A;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 3º do Ato nº 3.043/2013 determinou que, caso a empresa optasse em realizar a operação de incorporação antes da finalização do procedimento de revisão tarifária, deveria ser indicado o montante e a forma de transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação societária e a conclusão do processo administrativo de revisão tarifária aos usuários;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.005979/2012;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.012324/2013;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 743, de 29 de maio de 2014;

CONSIDERANDO a Nota nº 90/2014/VIT/PGF/PFE-Anatel, de 11 de julho de 2014;

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 2.122, de 17 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Revogar o Anexo I do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos do Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, modalidade de Serviço Local, da Concessionária do STFC TELEFÔNICA BRASIL S/A, líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valores em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)
TELEFÔNICA BRASIL S/A
SETOR 31 - SP (Exceto Setor 33)

ÍTEM TARIFÁRIOS	VALORES EM R\$
Habilitação Residencial	82,20
Habilitação Não Residencial	82,17
Habilitação Tronco	81,62
Assinatura Residencial	23,45
Assinatura Não Residencial	40,11
Assinatura Tronco	40,07
MIN	0,07527
VCA	0,15056
Mudança de Endereço Residencial	82,20
Mudança de Endereço Não Residencial	82,17
Mudança de Endereço Tronco	81,62
Tarifa de Completamento	0,15056
Assinatura Classe Especial	7,73
Habilitação Classe Especial	82,20
Mudança de Endereço Classe Especial	82,20

Setor 33 - SP = Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritzal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guaiúba, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Higuelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 5 de março de 2014

Nº 1.121 -

Processo nº 53500.011744/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011744/2013, instaurado em face das empresa Global Village Telecom Ltda - GVT, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 44/2014/COQL, de 25/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Em 14 de março de 2014

Nº 1.242 -

Processo nº 53500.011739/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011739/2013, instaurado em face das empresas Oi S.A. e Telemar Norte Leste S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 53/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.246 -

Processo nº 53500.011737/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011737/2013, instaurado em face das empresas TIM S.A., para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 46/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.247 -

Processo nº 53500.025519/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.025519/2013, instaurado em face das empresas VIVO S.A. e Telefônica S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 48/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.249 -

Processo nº 53500.025367/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.025367/2013, instaurado em face das empresas CLARO S.A., Embratel S.A. e NET Serviços de Comunicações S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 50/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.251 -

Processo nº 53500.011741/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011741/2013, instaurado em face das empresas CLARO S.A., Embratel S.A. e NET Serviços de Comunicações S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 51/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

ROBERTO PINTO MARTINS



CNPJ/MF nº 84.626.571/0001-26, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado decorrente da concessão do Serviço de TV a Cabo detida por EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ/MF nº 63.763.296/0001-12, na Área de Prestação de Serviço Ji-Paraná, no estado de Rondônia; i) conceder anuência prévia referente à transferência para a AMAZÔNIA PUBLICIDADE LTDA., CNPJ/MF nº 84.626.571/0001-26, da outorga de exploração de Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal detida por EDITORA DIÁRIO DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ/MF nº 63.763.296/0001-12, na Área de Prestação de Serviço Toledo, no estado do Paraná; j) determinar que a AMAZÔNIA PUBLICIDADE LTDA., CNPJ/MF nº 84.626.571/0001-26, assumo o compromisso previsto no art. 83 da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012; k) condicionar as anuências prévias à apresentação, pelas Requerentes, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal em conformidade com o inciso IV do art. 1º do Anexo II do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, devidamente válidas; e, l) determinar à AMAZÔNIA PUBLICIDADE LTDA., CNPJ/MF nº 84.626.571/0001-26, o pagamento do valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) como preço público devido por cada transferência de outorga, nos termos da Resolução nº 595, de 20 de julho de 2012, que altera o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 21 DE JULHO DE 2014

Nº 250/2014-CD - Processo nº 53500.012324/2013

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.122, de 17 de julho de 2014. Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S/A

EMENTA: CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. REVISÃO TARIFÁRIA. SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. CONCESSIONÁRIA DO STFC. ART. 86 DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES. REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS DO GRUPO TELEFÔNICA. TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DOS GANHOS ECONÔMICOS QUE NÃO DECORRAM DA EFICIÊNCIA OU INICIATIVA EMPRESARIAL. NECESSIDADE DE AJUSTES NO CÁLCULO, NOS TERMOS DA DECISÃO JUDICIAL. 1. O Conselho Diretor, em sua Reunião nº 743, de 29 de maio de 2014, resolveu aprovar a revisão tarifária da TELEFÔNICA BRASIL S/A no montante de 24,32%, conforme constou do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014. 2. Na mesma oportunidade, foi avertida a existência de uma decisão favorável à Concessionária e esclarecido que ela poderia impactar nos valores calculados. A Anatel foi intimada acerca dessa decisão, a qual foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região no bojo do Agravo de Instrumento nº 0025109-60.2014.4.01.0000/DF. Por sua vez, a Concessionária comprovou a realização de depósito caução para todos os biênios até o fim da Concessão, conforme valor apurado pela Superintendência de Controle das Obrigações (SCO), com acréscimo de 30% de praxe. 3. Pela aprovação da revisão tarifária no montante de 21,53%, uma vez que, realizados os devidos cálculos por parte da Superintendência de Competição (SCP), de forma a desconsiderar a verba de ônus sobre as receitas de interconexão do Serviço Móvel Pessoal na revisão tarifária, chegou-se a este novo patamar. 4. Pelo indeferimento das petições protocolizadas sob os n. 53500.012872/2014 e 53500.013255/2014, devendo a Concessionária aplicar os valores tarifários constantes do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014, desde sua publicação, e aplicar os novos valores apresentados agora somente a partir da publicação do novo Ato. Em razão disso, pela determinação à Superintendência de Controle de Obrigações (SCO) no sentido de que averigue se a Concessionária efetuou cobrança de valores tarifários diversos dos homologados no período entre a publicação do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014, e a publicação do novo Ato.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 80/2014-GCMB, de 17 de julho de 2014, integrante deste acórdão: a) aprovar a revisão tarifária da TELEFÔNICA BRASIL S/A no montante de 21,53%, conforme tabela constante da minuta de Ato anexa à referida análise; b) indeferir o pedido das petições protocolizadas sob os n. 53500.012872/2014 e 53500.013255/2014, devendo a Concessionária aplicar os valores tarifários constantes do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014, desde sua publicação, e aplicar os novos valores apresentados agora somente a partir da publicação do novo Ato; e, c) determinar à TELEFÔNICA BRASIL S/A que dê ampla publicidade à revisão tarifária concedida pela Anatel, por meio de jornais de grande circulação e divulgação em sua página na internet.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.393, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado), e no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Uberlândia-MG, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.395, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado), e no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Barbacena-MG, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.398, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado), e no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Belo Horizonte-MG, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.399, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (Lei de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado), e no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;



ATO Nº 3.185, DE 19 DE MARÇO DE 2014	ATO Nº 3.186, DE 19 DE MARÇO DE 2014	ATO Nº 3.187, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgada à TNL PCS S/A por meio do Ato nº 54.551, de 6 de dezembro de 2005, bem como o respectivo Termo de Autorização.	Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Barbacena-MG, Belo Horizonte-MG, Poços de Caldas-MG e Uberlândia-MG, e para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Audio por Assinatura via Satélite (DTH), em âmbito nacional, todas adaptadas ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como os respectivos Termos de Autorização.	Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, as outorgas detidas pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização.
JOÃO BATISTA DE REZENDE Presidente do Conselho	JOÃO BATISTA DE REZENDE Presidente do Conselho	JOÃO BATISTA DE REZENDE Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, nos termos dos arts. 82, inciso IX e 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos e as decisões finais proferidas nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

Nome	CPF/CNPJ	Pado nº	Despacho	Data do Despacho	Decisão do Recurso	Decisão Final	Valor (R\$)	Enquadramento legal
Wanderley Missias	000.720.218-02	53504.000690/2011	4.032	20/05/2011	Conhecimento e não provimento	Multa	11.700,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97 e art. 55, V, "b", da Resolução nº 242/00
Celso Jefferson Messias Paganelli EPP	96.252.069/0001-81	53504.012560/2004	4.508	09/06/2011	Não conhecimento	Multa	2.114,91	Art. 27 do Anexo à Resolução nº 272/00
Carlos Wagner	052.066.208-31	53504.015112/2010	3.242	20/04/2011	Não conhecimento	Advertência	- o -	Art. 55, V, da Resolução nº 242/00 e art. 34 da Resolução nº 449/06
Empresa Brasileira de Comunicações S/A	33.530.486/0001-29	53504.022021/2004 e 53504.022459/2004	8.495	16/09/2010	Conhecimento e provimento	Arquivamento	- o -	Art. 55 da Resolução nº 270/01
Associação Comunitária Cultural Planeta de Rafard	08.596.122/0001-02	53504.028965/2010	5.115	01/07/2011	Conhecimento e não provimento	Multa	2.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

O Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, nos termos dos arts. 82, inciso IX e 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos e as decisões finais proferidas nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

Nome	CPF/CNPJ	Pado nº	Despacho	Data do Despacho	Decisão do recurso	Decisão final	Valor (R\$)	Enquadramento legal
Elson de Castro Trajano	563.248.477-72	53504.019177/2011	4.757	17/07/2012	Não conhecimento	Multa	2.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97
Vivo S/A	02.449.992/0001-64	53504.022385/2010	5.133	01/08/2012	Conhecimento e provimento parcial	Multa	5.040,00	Art. 37, II, do Anexo à Resolução nº 73/98 c/c art. 26, § 8º c/c art. 53 do Anexo à Resolução nº 259/01 c/c art. 99 do Anexo à Resolução nº 477/07
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	45.543.915/0001-81	53504.023247/2010 e 53504.023248/2010	1.131	20/02/2013	Conhecimento e não provimento	Multa	261.950,00	Art. 55, IV, "c", da Resolução nº 242/00
Moas Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda.	05.388.725/0001-12	53504.023406/2011	2.225	08/04/2013	Não conhecimento	Multa	25.605,00	Art. 55, IV, "c", da Resolução nº 242/00
Ginformática Ltda. - ME	10.708.876/0001-40	53504.021847/2011	2.251	09/04/2013	Não conhecimento	Multa	3.510,08	Art. 10 do Anexo à Resolução nº 272/01 c/c art. 55, V, "b", da Resolução nº 242/00 e § 2º do art. 162 da Lei nº 9.472/97
Tapuzim Comercial Ltda.	00.513.418/0001-00	53504.023403/2011	2.261	09/04/2013	Não conhecimento	Multa	1.207,50	Art. 55, IV, "c", da Resolução nº 242/00
Otacílio Lourenço Fortes Filho	048.759.348-07	53504.015664/2011	6.465	19/10/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	3.010,08	Art. 131 da Lei nº 9.472/97
Thiago Henrique de Lima	297.943.978-90	53504.016671/2011	4.758	17/07/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	3.010,08	Art. 10 do Anexo à Resolução nº 272/01 c/c art. 52 do Anexo à Resolução nº 73/98 e art. 131 da Lei nº 9.472/97
Polícia Militar do Estado de São Paulo	04.198.514/0082-10	53504.021782/2011	4.563	10/07/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	1.200,00	Itens 9.4 e 10.1 da Norma 13/97 e art. 18 c/c art. 61 da Resolução nº 303/02
Techtronics Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	10.959.388/0001-06	53504.008011/2011	5.413	20/08/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	19.950,00	Art. 55, IV, "c", da Resolução nº 242/00
CBS Brasil Sat Ltda.	00.131.919/0001-14	53504.004405/2011	2.854	11/04/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	3.192,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97 c/c art. 4º c/c art. 55, V, "b", da Resolução nº 242/00
Edson Ferreira do Nascimento	095.333.538-05	53504.022632/2007	4.869	20/07/2012	Não conhecimento	Multa	3.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97 c/c art. 55, V, "b", da Resolução nº 242/00

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

O Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização Substituto, nos termos dos arts. 82, inciso IX e 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos e as decisões finais proferidas nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

Nome	CPF/CNPJ	Pado nº	Despacho	Data do Despacho	Decisão do Recurso	Decisão Final	Valor (R\$)	Enquadramento legal
Polícia Militar do Estado de São Paulo	04.198.514/0082-10	53504.021781/2011	285	17/01/2013	Conhecimento e não provimento	Advertência	- o -	Art. 18 c/c art. 61 da Resolução nº 303/2002
Baytec Tecnologia Ltda.	25.313.800/0001-93	53504.016989/2006	34	17/01/2013	Conhecimento e não provimento	Multa	4.200,00	Art. 4º e art. 55, IV, "c" da Resolução nº 242/2000
Associação Comunitária de Itapacerica da Serra - ACIS	03.587.945/0001-40	53504.010560/2011	246	16/01/2013	Não conhecimento	Multa	1.000,00	Arts. 78 e 82 da Resolução nº 259/2001, item 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 01/04 e art. 18 da Resolução nº 303/02
Anderson Rodrigues de Oliveira	321.971.948-10	53504.018227/2011	6.749	05/11/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	6.850,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97 c/c art. 55, V, "b", da Resolução nº 242/2000
TNL PCS S/A	04.164.616/0001-56	53504.000826/2011	6.752	05/11/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	7.695,00	Art. 102 da Resolução nº 477/2007 c/c art. 39 da Resolução nº 73/1998
A.G.S. Antenas Ltda. ME	04.350.887/0001-07	53504.000636/2011	6.845	12/11/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	3.010,08	Art. 10 da Resolução nº 272/01 c/c art. 131 da Lei nº 9.472/97
Laticínios Tio Don Don Ltda.	07.084.352/0001-11	53504.021661/2011	6.602	25/10/2012	Conhecimento e não provimento	Multa	1.938,22	Art. 163 da Lei nº 9.472/97

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

O Gerente-Geral de Fiscalização, nos termos dos arts. 82, inciso IX e 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos e as decisões finais proferidas nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

Nome	CPF/CNPJ	Pado nº	Despacho	Data do Despacho	Decisão do Recurso	Decisão Final	Valor (R\$)	Enquadramento Legal
TNL PCS S/A	04.164.616/0001-59	53504.018971/2009	5.902	07/07/2010	Conhecimento e provimento parcial	Multa	4.560,00	Arts. 72 e 102 da Resolução nº 477/2007
Ronaldo Alyes da Silva	116.524.248-65	53504.020235/2006	5.980	12/07/2010	Não conhecimento	Multa	1.752,93	Art. 163 da Lei nº 9.472/97
Royal Comércio de Instrumentos Musicais Ltda.	74.355.413/0001-25	53504.019022/2006	5.881	07/07/2010	Conhecimento e não provimento	Advertência	- o -	Art. 4º c/c art. 55, IV, "c", da Resolução nº 242/2000

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 84, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Após a leitura da Nota Técnica nº 410 da Coordenação Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/Cidades nº 275, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 448/2013, cuja ementa é: "Altera a Resolução CONTRAN nº 407/2012, que autoriza a utilização temporária de sinalização de orientação de destino específica para a "Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014" e para a "Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013", de acordo com os padrões estabelecidos nesta Resolução". 5) Processo nº: 80000.021431/2013-71; Interessado: DENATRAN; Assunto: Sinalização Semafórica - Volume V do Manual de Sinalização de Trânsito e alteração do Anexo I do CTB constante da Resolução CONTRAN nº 160/2004. O Conselho representante do Ministério dos Transportes manifestou por e-mail o pedido de vista, o que lhe foi concedido. 6) Processo nº: 80000.011200/2009-63; Interessado: DETRAN/SP; Assunto: Alteração na Resolução CONTRAN nº 331/2009 que dispõe sobre uniformização do procedimento para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos, a qualquer título, por órgãos ou entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme disposto no Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)". 7) Processo: 08654.000.793/2010-64; Interessado: Eduardo Arruda Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 815/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 8) Processo: 08654.004.720/2009-16; Interessado: Mario Mariano Bezerra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 816/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 9) Processo: 08658.004.023/2009-17; Interessado: Katie Sebastiana Christensen Iki; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 817/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 10) Processo: 08655.009.374/2009-44; Interessado: Carlos Frederico Magalhães Monteiro de Carvalho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 10ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 818/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 11) Processo: 08653.001.384/2011-76 e 08653.004.624/2011-94; Interessado: Ariovaldo da Silva Machado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 819/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 12) Processo: 08660.008.377/2008-19; Interessado: Luiz Marcelo Algarve; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 820/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 13) Processo: 08660.022.676/2008-58; Interessado: Tiago Pinto Zen; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 821/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 14) Processo: 08652.002.006/2009-03; Interessado: Erick Alexandre Martins Miranda; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: José Antonio Silvério - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Após apresentação do Parecer 822/2013, o mesmo foi aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada à lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Ministério da Justiça

DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Ministério da Defesa

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CÉSAR DE MACEDO
Ministério do Meio Ambiente

LUIZA GOMIDE DE FARIA VIANNA
Ministério das Cidades

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n. 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n. 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53000.034004/2009, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2010, a concessão outorgada ao ESTADO DE GOIÁS, para executar, sem direito de exclusividade, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM, o serviço de radiodifusão sonora em onda curta, no município de Goiânia, estado de Goiás, serviço esse outorgado anteriormente por meio do Decreto n. 92.333, de 27.1.1986, publicado no Diário Oficial da União de 28.1.1986, renovado pelo Decreto n. 11.111 de 19.9.2001, publicado no Diário Oficial da União de 20.9.2011, e referendado pelo Decreto Legislativo n. 881, de 19.11.2003, publicado no Diário Oficial da União de 20.11.2003.

Art. 2º Revogar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a Portaria n. 254, de 30.6.2011, publicada no Diário Oficial da União de 20.7.2011, Seção 1, página 91, por vício de competência, de acordo com a redação à época do art. 6º, § 1º, e art. 114 do Decreto n. 52.795/63.

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIAS DE 28 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve:

Outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
259	53000.032824/2007	Associação Cultural e Comunitária de Inúbia	Inúbia Paulista/SP
258	53000.059155/2007	Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul	Caraguatatuba/SP
260	53000.053470/2011	Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM de Iraceminha	Iraceminha/SC
261	53000.065457/2011	Associação Professor Heitor Nunes da Matta	Guanhães/MG
262	53000.028224/2012	Associação Comunitária de Radiodifusão Tocomoiense	Tocos do Moji/MG
263	53000.03939/2011	Associação Comunitária e Cultural de Panamá	Panamá/GO
264	53640.000317/1999	Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA	Angical/BA
265	53000.045054/2007	Associação Comunitária de Cultura e Informação Pauiniense	Pauini/AM

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53504.013520/2006

Nº 280 - Conselheiro Relator: Roberto Pinto Martins. Fórum Deliberativo: Reunião nº 709, de 15 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESPP (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SPB). RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 6º, § 1º, DO REGULAMENTO SOBRE ÁREAS LOCAIS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 373/2004. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO E COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. 1. A Concessionária sustenta que a decisão recorrida é nula, que a prescrição quinquenal se consumou e que o cálculo da multa apresenta impropriedades. Alegações não acolhidas. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACORDAO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 252/2013-GCRM, de 9 de agosto de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESPP, em face de decisão da Superintendência de Serviços Públicos (SPB) substanciada no Despacho nº 7.696/2012/PBCCPP/PBCC/SPB, de 21 de dezembro de 2012, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

Processo nº 53500.013651/2011

Nº 283 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 709, de 15 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Sergipe (CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11)

PORTARIA Nº 232, DE 6 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo no 53000.034004/2009, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2010, a concessão outorgada ao ESTADO DE GOIÁS, para executar, sem direito de exclusividade, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM, o serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, no município de Goiânia, estado de Goiás, serviço esse outorgado anteriormente por meio do Decreto no 92.570, de 17 de abril de 1986, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 1986, renovado pelo Decreto de 19 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2001, e referendado pelo Decreto Legislativo no 642, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2003.

Art. 2º Revogar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a Portaria nº 255, de 30 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2011, Seção 1, página 91, por vício de competência, de acordo com a redação à época do art. 6º, § 1º, e art. 114 do Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ART. 65 DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO. 1. O Pedido de revisão não será conhecido quando não preenchidos os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento Interno da Anatel, uma vez que não foram apresentados fatos novos e circunstâncias relevantes que justificassem a inadequação da sanção aplicada no âmbito do PADO a que se submete a revisão. 2. Não conhecer do Pedido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 375/2013-GCMB, de 9 de agosto de 2013, integrante deste acórdão, não conhecer do Pedido de Revisão por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento da Anatel.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

ACÓRDÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.024446/2012

Nº 320 - Conselheiro Relator: Roberto Pinto Martins. Fórum Deliberativo: Reunião nº 710, de 22 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TNL PCS S/A (CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59) e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11)

EMENTA: ANUÊNCIA PRÉVIA. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA INTERNA. TRANSFERÊNCIA DE OUTORGAS. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO. AUSÊNCIA DE ÔBITOS REGULATÓRIOS E CONCORRENCIAIS. CONCESSÃO CONDICIONADA À REGULARIDADE FISCAL. 1. As operações que possam implicar transferência de outorga de Serviço Móvel Pessoal, Serviço de Comunicação Multimídia e Serviço de Acesso

Condicionaldo devem ser submetidas previamente à Anatel, nos termos da regulamentação específica. 2. Competência do Conselho Diretor, em conformidade com o disposto no art. 133 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 3. A documentação acostada aos autos comprova que a reorganização societária proposta não representa prejuízos à competição, nem risco à prestação dos serviços. 4. Proposta de concessão de anuência prévia para promover a reorganização societária pretendida, condicionada à apresentação de todas as certidões comprobatórias de regularidade fiscal, devidamente válidas.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 267/2013-GCRM, de 16 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conceder anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, que deverá ser realizada nas etapas abaixo descritas, observado o disposto no art. 37 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012: - ETAPA 1: cancelamento do registro da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES como companhia aberta, mediante a realização de oferta pública para a aquisição, pela própria TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES, da totalidade de ações em circulação no mercado, conforme detalhado no Fato Relevante de fls. 12 a 14; - ETAPA 2: incorporação da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES pela TELEMAR NORTE LESTE, de forma que esta passe a deter diretamente 100% (cem por cento) do capital social da TNL PCS S/A, na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; - ETAPA 3: transferência do investimento detido por OI S/A na 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A para a TELEMAR NORTE LESTE, que passará a deter 100% (cem por cento) das ações da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A e irá preparar a estrutura societária para a próxima etapa; e, - ETAPA 4: incorporação da TNL PCS S/A pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, também na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, resultando na extinção da TNL PCS S/A, com a incorporação de seu patrimônio pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, que assumirá todos os direitos e obrigações da incorporada a título de sucessão universal, resultando inclusive na transferência: (i) dos Atos e Termos de Autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e dos respectivos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências associados ao Serviço Móvel Pessoal; (ii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Comunicação Multimídia; e, (iii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Acesso Condicionado, detidos por TNL PCS S/A, para a 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A. b) condicionar a anuência prévia a que se refere a alínea "a" desta decisão à apresentação, pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal, devidamente válidas; c) determinar que, após a expedição do instrumento deliberativo que concede a anuência prévia, cada uma das outorgas alcançadas pela operação de reestruturação societária deverá ser transferida por meio de Ato próprio, conforme as etapas previstas na alínea "a" desta decisão forem sendo efetivadas e comprovadas perante a Anatel, sendo necessário o encaminhamento de documentação atualizada que confirme a regularidade fiscal das empresas envolvidas; e, d) ratificar que a anuência prévia concedida pela Anatel não exime as empresas do GRUPO OI do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontram submetidas perante outros órgãos.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 5.229, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.020773/2009 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa WI - PROVEDOR DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 10.683.576/0001-54, constante da Segunda Alteração Contratual

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.231, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.016249/2009 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa TELEXPERTS TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 07.625.852/0001-13, constante da Terceira Alteração Contratual

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.285, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.028801/2010 - Aprova a posteriori a transferência de controle societário da empresa FLASH NET BRASIL TELECOM LTDA.-ME, CNPJ nº 10.374.369/0001-18, constante da Segunda Alteração Contratual.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 5.289, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.029106. Anui previamente com a transferência do controle societário da empresa VSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 05.915.278/0001-02, prestadora do SeAC, em âmbito nacional, que passará a ser compartilhado entre todos os sócios, nos termos da minuta da sua 5ª Alteração Contratual. Art. 2.º A presente anuência, relativa aos Serviços de TV por Assinatura, valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez, por igual período, se mantidas as condições societárias, de acordo com o disposto no art. 37 do Regulamento do SeAC.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 29 de agosto de 2013

Nº 4.330 - 53500.013653/2006 - Homologa o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Alpha Nobilis Consultoria e Serviços Ltda. - ALPHA NOBILIS, na modalidade Local.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 5.070, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53000.010962/2012. REDE JUIZ DE FORA DE RADIODIFUSÃO LTDA- OM - Juiz de Fora/MG - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.288, DE 30 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.006827/2002 - ELO COMUNICAÇÃO LTDA - TV - Caruaru/PE - Canal 4+ - Autoriza novas características técnicas.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.103, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.031421/2012. Expede autorização à TCD PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA CNPJ/MF nº 06.860.022/0001-08, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.113, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 535000011381999. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 29 de Novembro de 2020, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.125, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.011046/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ROVERI OPCAO PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA. ME, CNPJ nº 05.017.291/0001-44, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.134, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.007107/2013. Expede autorização à SER-COMPE DATACENTER LTDA, CNPJ/MF no 12.495.265/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.142, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.013580/2013. Expede autorização à FAST FIBRA TELECOM LTDA ME - ME, CNPJ/MF no 17.016.927/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.143, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.013552/2013. Expede autorização à CA-RANDAINET SERVICOS DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF no 09.283.990/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.145, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.003219/2013. Expede autorização à MARIA DAS DORES LEITE - ME, CNPJ/MF no 10.175.041/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.146, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.015027/2013. Expede autorização à MV COMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF no 17.874.135/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.147, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo no 53500.015119/2013. Expede autorização à ROZIVAN DOS SANTOS ANDRADE - ME, CNPJ/MF no 10.407.460/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.156, DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.018339/2012. Expede autorização à BRASREDE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 05.896.206/0001-65, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 5.206, DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.008402/2013. Expede autorização à MASTER TELECOM LTDA ME, CNPJ/MF nº 17.289.913/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ACÓRDÃO Nº 320/2013-CD

Processo nº 53500.024446/2012

Conselheiro Relator: Roberto Pinto Martins

Fórum Deliberativo: Reunião nº 710, de 22 de agosto de 2013

Recorrente/Interessado: TNL PCS S/A (CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59) e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11)

EMENTA

ANUÊNCIA PRÉVIA. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA INTERNA. TRANSFERÊNCIA DE OUTORGAS. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO. AUSÊNCIA DE ÓBICES REGULATÓRIOS E CONCORRENCIAIS. CONCESSÃO CONDICIONADA À REGULARIDADE FISCAL.

1. As operações que possam implicar transferência de outorga de Serviço Móvel Pessoal, Serviço de Comunicação Multimídia e Serviço de Acesso Condicionado devem ser submetidas previamente à Anatel, nos termos da regulamentação específica.
2. Competência do Conselho Diretor, em conformidade com o disposto no art. 133 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.
3. A documentação acostada aos autos comprova que a reorganização societária proposta não representa prejuízos à competição, nem risco à prestação dos serviços.
4. Proposta de concessão de anuência prévia para promover a reorganização societária pretendida, condicionada à apresentação de todas as certidões comprobatórias de regularidade fiscal, devidamente válidas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 267/2013-GCRM, de 16 de agosto de 2013, integrante deste acórdão:

a) conceder anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, que deverá ser realizada nas etapas abaixo descritas, observado o disposto no art. 37 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012:

- ETAPA 1: cancelamento do registro da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES como companhia aberta, mediante a realização de oferta pública para a aquisição, pela própria TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES, da

201390149447

totalidade de ações em circulação no mercado, conforme detalhado no Fato Relevante de fls. 12 a 14;

- ETAPA 2: incorporação da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES pela TELEMAR NORTE LESTE, de forma que esta passe a deter diretamente 100% (cem por cento) do capital social da TNL PCS S/A, na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

- ETAPA 3: transferência do investimento detido por OI S/A na 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A para a TELEMAR NORTE LESTE, que passará a deter 100% (cem por cento) das ações da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A e irá preparar a estrutura societária para a próxima etapa; e,

- ETAPA 4: incorporação da TNL PCS S/A pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, também na forma do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, resultando na extinção da TNL PCS S/A, com a incorporação de seu patrimônio pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, que assumirá todos os direitos e obrigações da incorporada a título de sucessão universal, resultando inclusive na transferência: (i) dos Atos e Termos de Autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e dos respectivos Termos de Autorização de Uso de Radiofrequências associados ao Serviço Móvel Pessoal; (ii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Comunicação Multimídia; e, (iii) do Ato e do Termo de Autorização para prestar o Serviço de Acesso Condicionado, detidos por TNL PCS S/A, para a 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A.

b) condicionar a anuência prévia a que se refere a alínea “a” desta decisão à apresentação, pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal, devidamente válidas;

c) determinar que, após a expedição do instrumento deliberativo que concede a anuência prévia, cada uma das outorgas alcançadas pela operação de reestruturação societária deverá ser transferida por meio de Ato próprio, conforme as etapas previstas na alínea “a” desta decisão forem sendo efetivadas e comprovadas perante a Anatel, sendo necessário o encaminhamento de documentação atualizada que confirme a regularidade fiscal das empresas envolvidas; e,


d) ratificar que a anuência prévia concedida pela Anatel não exime as empresas do GRUPO OI do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontram submetidas perante outros órgãos.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaiika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2013.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho


201390149447

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300006989	Código da Natureza Jurídica 2054	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 DFE1900200684

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	019	1	ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA
Local

5 Dezembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ _____
Data Vogal

Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



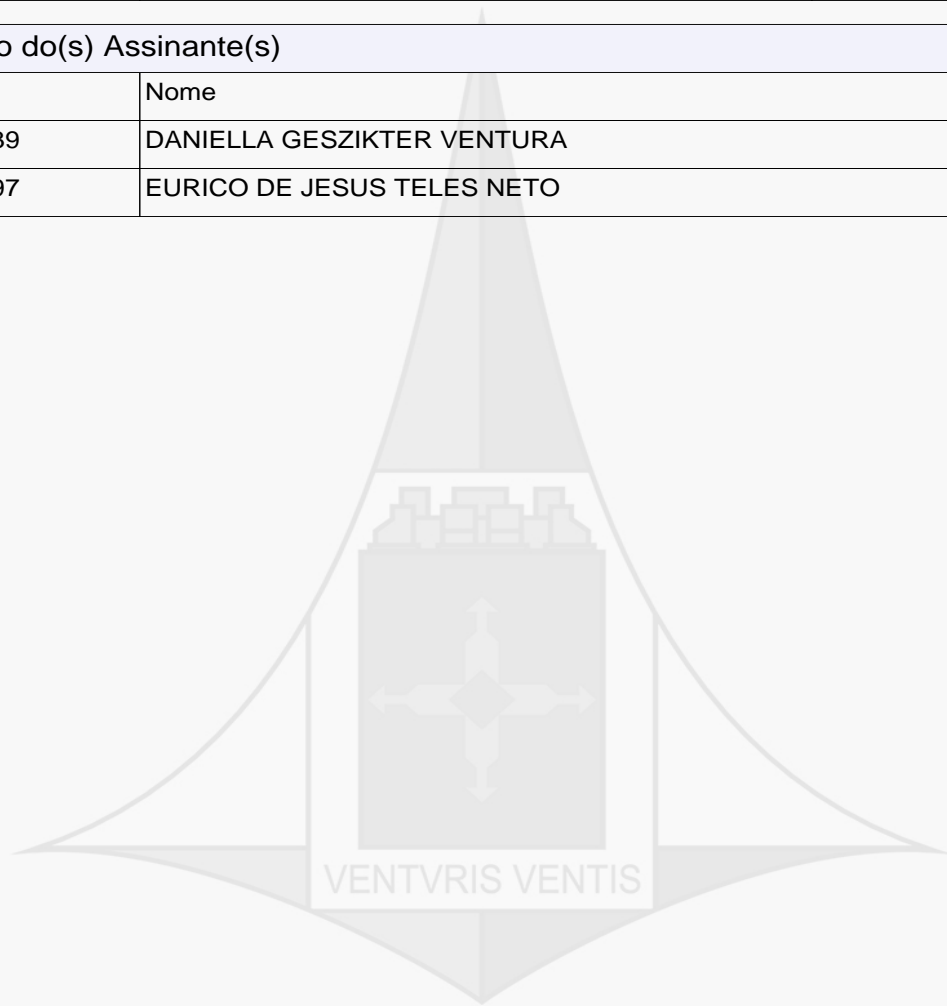
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/190.255-1	DFE1900200684	27/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO



OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2019**

- 1. LOCAL, HORA E DATA:** Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10h, do dia 06 de setembro de 2019.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- 3. PRESENCAS:** Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- 4. MESA:** Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
- 5. ORDEM DO DIA: (1)** Alteração do artigo 14 do Estatuto Social; **(2)** Alteração do artigo 7º do Estatuto Social; e **(3)** Consolidação do texto do Estatuto Social.
- 6. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, a Acionista indicou a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela Acionista representando 100% do capital social da Companhia:

- (1)** A Acionista aprovou a alteração do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a fim de excluir o parágrafo 2º do referido artigo. Em razão da deliberação ora aprovada, a Acionista também aprovou que o parágrafo 1º do artigo 14 passará a ser o “parágrafo único”, conforme abaixo:

“Artigo 14º - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

(...)

Parágrafo único - As alçadas de Diretoria serão revisadas a cada exercício social, segundo as atribuições previstas neste artigo.”

- (2)** A Acionista aprovou a alteração do artigo 7º do Estatuto Social, a fim de incluir no referido artigo um parágrafo 2º, que contará com a seguinte redação:

“Artigo 7º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o estatuto e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que legalmente admitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia.

(...)



Parágrafo 2º - Em quaisquer das hipóteses dos incisos X e XI deste artigo 7º, em que o valor do ato ou contrato for inferior a cinco milhões de reais (corrigidos anualmente pela variação do IGP-M, a partir de 10 de abril de 2007), aplica-se o disposto no artigo 8 do presente Estatuto, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria.”

(3) Em decorrência das deliberações acima, a Acionista aprovou a consolidação do texto do Estatuto Social da Companhia, conforme o Anexo I da presente ata.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A.

A presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio

Brasília, 06 de setembro de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Presidente

Daniella Geszikter Ventura
Secretária



ANEXO I – ESTATUTO SOCIAL

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA

Artigo 1º - A Oi Móvel S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto e pelas leis e usos do comércio.

Artigo 2º - A Companhia tem sede o foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar a localização de sua sede, abrir, manter e encerrar filiais e/ou escritórios.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, do Serviço Móvel Celular – SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, e do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço DTH (Direct to Home) e de TV a Cabo, e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Parágrafo 1º - A Companhia poderá, ainda:

- I. incorporar ao seu patrimônio outros bens e direitos de terceiros;
- II. atuar no comércio varejista e atacadista especializado de serviços de telecomunicação e de equipamentos de telefonia e comunicação;
- III. atuar no comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
- IV. comercializar, incluindo, mas não se limitando a, alienar, comprar, vender, dar em comodato, alugar, doar: (i) bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações; e/ou (ii) produtos, bens e/ou serviços próprios ou de terceiros através da internet, telefone ou qualquer outro canal de vendas, incluindo serviços de representação, intermediação e agenciamento do fornecimento de bens e serviços, bem como promover a importação, exportação e comercialização de bens e equipamentos relacionados ao implemento de seus objetivos;
- V. ser representante comercial e agente do comércio de mercadorias em geral não especializado;
- VI. atuar como representante ou estipulante de seguros, de forma não concomitante;
- VII. promover, comercializar e distribuir produtos securitários em geral de terceiros;
- VIII. faturar, arrecadar e repassar valores relacionados a serviços em geral prestados por terceiros;



- IX. realizar o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, customizáveis ou não;
- X. efetuar o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, serviços de provimento de acesso à internet e de hospedagem na internet;
- XI. prestar serviços de edição, impressão, venda e distribuição de músicas por quaisquer meios admitidos em Direito;
- XII. realizar a edição, impressão, venda e distribuição de composições musicais e litero-musicais, assim como de livros técnicos ou didáticos;
- XIII. adquirir, administrar e negociar direitos autorais sobre composições musicais;
- XIV. contratar intérpretes para fixações fonomecânicas em discos, matrizes, fitas magnéticas, vídeo-tapes, cassetes, CD's e DVD's, videodiscos e quaisquer outros suportes materiais usados para registros de obras e reproduções musicais, artísticas e educacionais,
- XV. compilar fonogramas, distribuir e vender suas reproduções;
- XVI. licenciar e sublicenciar marcas e contratos;
- XVII. produzir, gravar, fazer mixagem, publicar, editar, distribuir e licenciar obras fonográficas ou videofonográficas;
- XVIII. prover conteúdos digitalizados via internet, sob a forma de dados, voz e imagem, em formatos digitais existentes e que venham a ser desenvolvidos
- XIX. realizar pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias relativas ao tratamento de informação digital;
- XX. elaborar e executar projetos na área de tecnologia da informação, incluindo internet, intranet, "e-commerce", "e-business", "business to business", entre outros;
- XXI. captar, analisar, tratar, organizar, processar, armazenar, divulgar e comercializar dados, informações, sons e imagens, inclusive mediante processos de digitalização;
- XXII. organizar e administrar banco de dados de sua propriedade e de terceiros;
- XXIII. criar, comercializar e transmitir publicidade e propaganda através da internet, bem como prestar serviços de promoção e marketing;
- XXIV. prestar serviços de integração de soluções e automação na área de informática, assessoria e consultoria, assistência técnica, programação e desenvolvimento de programas de computador (softwares/aplicativos), licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computador (softwares/aplicativos), implantação, suporte e manutenção de programas de computador, elaboração de projetos, planejamento e outras atividades conexas;
- XXV. prestar serviços de faturamento e cobrança de seus clientes e terceiros;
- XXVI. todos e quaisquer relacionamentos com o usuário final e derivado das atividades da Companhia;
- XXVII. prestar serviço de assinatura de locação de filmes "online", de titularidade de terceiros e/ou própria, através da internet, mediante a utilização de infraestrutura física e lógica própria e/ou de terceiros.
- XXVIII. prestar serviços de assessoria, capacitação, assistência técnica, manutenção, treinamento, atendimento ao cliente e consultoria pertinentes ao ramo de telecomunicações e outras atividades comuns e matérias conexas com o objeto social;
- XXIX. elaborar projeto, executar, implementar, comercializar, operar, executar a manutenção e faturar sistemas relacionados aos serviços de telecomunicações;
- XXX. prestar serviços de valor adicionado;



- XXXI. prestar serviços em geral e fornecer equipamentos;
- XXXII. participar do capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como quotista ou acionista, controladora ou não;
- XXXIII. constituir subsidiárias integrais para executar as atividades compreendidas no seu objeto; e
- XXXIV. exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Parágrafo 2º - As atividades conduzidas nos termos dos itens XI a XVII do parágrafo anterior desta Cláusula não podem ser desenvolvidas objetivando veiculação no SeAC ou no serviço da radiodifusão sonora de sons e imagens, nos termos da legislação vigente;

Parágrafo 3º - A Companhia não poderá, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual para veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, (i) adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional, nem tampouco (ii) contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais, salvo, em qualquer hipótese, quando a aquisição ou a destinação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 7.377.436.085,87 (sete bilhões, trezentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), representado por 13.897.760 (treze milhões, oitocentas e noventa e sete mil, setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) diretores, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica, todos residentes no país e eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - A Diretoria é o órgão executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência estabelecida pelo presente Estatuto.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão de cada Diretor será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.



Parágrafo 3º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado em livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", dispensadas quaisquer outras formalidades.

Parágrafo 4º - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

Artigo 7º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o estatuto e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que legalmente admitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia.

Parágrafo 1º - Compete à Diretoria como órgão colegiado:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pela Assembleia Geral;
- II. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os a aprovação da Assembleia Geral;
- III. elaborar em cada exercício, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a de distribuição de dividendos, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- IV. elaborar e propor à Assembleia Geral as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- V. criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações;
- VI. autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Companhia, podendo estabelecer normas e delegar poderes, conforme as alçadas de Diretoria estabelecidas pela Assembleia Geral;
- VII. estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados para a Diretoria, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade;
- VIII. deliberar sobre a estrutura organizacional da Companhia;
- IX. elaborar e propor à Assembleia Geral as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- X. gerir as participações societárias em sociedades controladas e coligadas, observadas as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral; e
- XI. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Em quaisquer das hipóteses dos incisos X e XI deste artigo 7º, em que o valor do ato ou contrato for inferior a cinco milhões de reais (corrigidos anualmente pela variação do IGP-M, a partir de 10 de abril de 2007), aplica-se o disposto no artigo 8º do presente Estatuto, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria.

Artigo 8º - A Companhia será representada ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia: (i) através da assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii) através da assinatura de 1 (um) Diretor em



conjunto com um procurador, ou (iii) através da assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá validamente constituir procuradores, mediante a assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores.

Parágrafo 2º - A Diretoria poderá autorizar a outorga de procuração a 01 (um) só Diretor, ou a 01 (um) só procurador, mediante a assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, e com objetivo específico e determinado;

Parágrafo 3º - Os instrumentos de procuração definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados aos procuradores e as procurações "ad negotia" terão sempre prazo determinado;

Parágrafo 4º - As procurações com cláusula "ad judicia" poderão ser outorgadas a um só procurador, desde que assinadas por dois Diretores, podendo ter prazo indeterminado de duração.

Artigo 9º - A remuneração global dos Diretores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Artigo 10º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, pelo Diretor de Finanças ou na forma do Parágrafo 5º deste Artigo.

Parágrafo 1º - As reuniões serão sempre convocadas por qualquer Diretor.

Parágrafo 2º - Para que a Diretoria possa se reunir e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de 02 (dois) diretores, se só houver 02 (dois) diretores em exercício.

Parágrafo 3º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 4º - Nas ausências e impedimentos do Presidente, este será substituído pelo Diretor De Finanças.

Parágrafo 5º - No caso de faltas e impedimentos simultâneos do Presidente e do Diretor De Finanças, a Presidência é exercida pelo Diretor designado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 6º - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto, ficando o ato sujeito à aprovação do Diretor Presidente.



Parágrafo 7º - O substituto aprovado exercerá todas as funções, com todos os poderes, inclusive o direito de voto e deveres do diretor substituído.

Parágrafo 8º - O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Parágrafo 9º - Ocorrendo vaga em qualquer dos cargos de Diretor, o substituto será escolhido pela Assembleia Geral e completará o prazo de gestão do substituído.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 11º - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros.

CAPÍTULO V

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 12º - A Assembleia Geral, nos termos da lei, reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social para:
 - I. discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - II. eleger o Conselho Fiscal, quando for o caso; e
 - III. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso.
- b) Extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Artigo 13º - A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um Presidente escolhido pela Acionista. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia.



Artigo 14º - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. autorizar a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ou vendê-las, se em tesouraria;
- II. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- III. aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;
- IV. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições deste estatuto;
- V. fixar a remuneração, global ou individual, dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando em funcionamento;
- VI. deliberar sobre o aumento do capital social;
- VII. aprovar a proposta da Diretoria sobre o Regimento da Companhia, com sua respectiva estrutura organizacional, inclusive a competência e atribuição dos Diretores da Companhia;
- VIII. aprovar o orçamento anual da Companhia, o plano de metas e de estratégia de negócios da Companhia para o período de vigência do orçamento;
- IX. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais ("commercial papers");
- X. aprovar a realização de investimentos e desinvestimentos, inclusive no capital de outras sociedades, em montante superior à alçada da Diretoria;
- XI. estabelecer alçadas de Diretoria para a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, prestação de garantias em geral, celebração de contratos, realização de investimentos e desinvestimentos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, contratação de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e emissão de notas promissórias (excetuada a hipótese do inciso IX deste artigo);
- XII. autorizar a aquisição de bens para o ativo permanente ou ainda a celebração de contratos, cujo valor individual seja superior à alçada da Diretoria;
- XIII. autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja superior à alçada de Diretoria;
- XIV. autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros cujo valor ultrapasse a alçada da Diretoria;
- XV. autorizar investimentos em novos negócios ou a criação de subsidiária;
- XVI. autorizar a Companhia a celebrar, alterar ou rescindir acordo de acionistas;
- XVII. aprovar a política de patrocínios da Companhia, assim como autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício de empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação da Assembleia Geral;
- XVIII. escolher, destituir e decidir a remuneração dos auditores independentes; e
- XIX. desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Diretoria, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na lei.



Parágrafo único - As alçadas de Diretoria serão revisadas a cada exercício social, segundo as atribuições previstas neste artigo.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 15º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

Artigo 16º - Ao final de cada exercício social a Diretoria elaborará o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Artigo 17º - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 18º - Ao fim de cada exercício social, a Assembleia Geral aprovará proposta sobre a destinação total do lucro líquido do exercício, observando as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

(a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;

(b) A Assembleia Geral determinará a importância a ser destinada à formação de Reservas para Contingências e reversão daquelas constituídas em exercícios anteriores, observando o Parágrafo 1º do Artigo 195 da Lei 6.404/76; e

(c) A Assembleia Geral determinará o montante a ser destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.

Parágrafo 1º - A acionista da Companhia receberá, como dividendo obrigatório, em cada exercício, o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado na forma prevista neste estatuto.

Parágrafo 2º - As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 19º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo Único - Ainda por deliberação da Assembleia, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.



Artigo 20º - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais e conforme as determinações da Lei das Sociedades por Ações, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.

Parágrafo Único - A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, atribuir aos trabalhadores participação nos lucros ou resultados da empresa, na forma da Lei nº 10.101/2000.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 21º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação assim como elegerá o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.





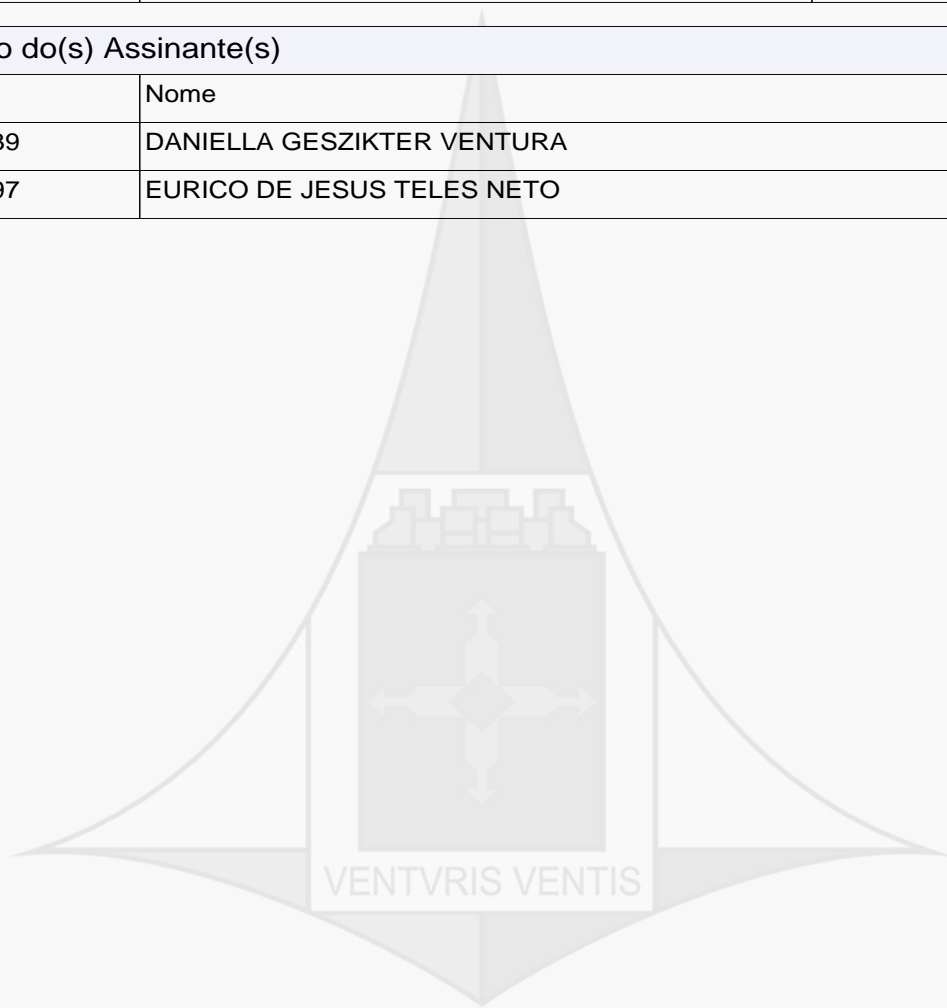
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/190.255-1	DFE1900200684	27/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, de NIRE 5330000698-9 e protocolado sob o número 19/190.255-1 em 27/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1341065, em 09/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gabriela Sales da Cunha.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO

Brasília. Segunda-feira, 09 de Dezembro de 2019



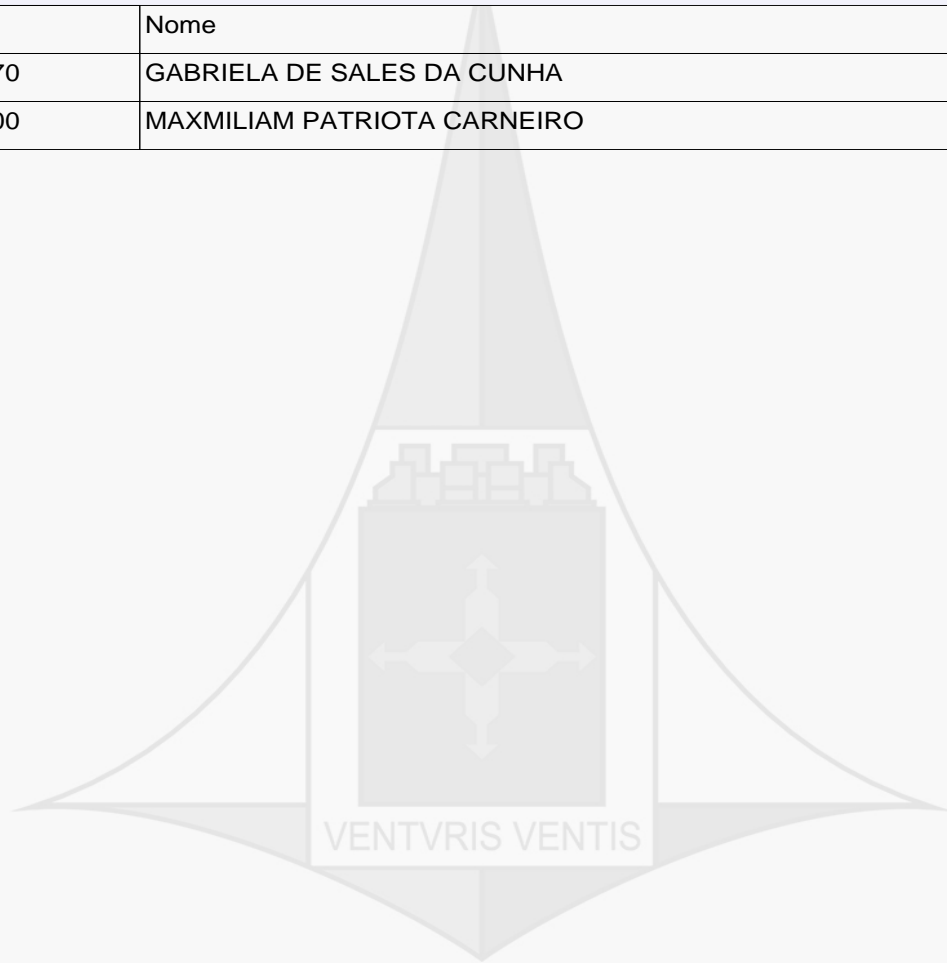


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.060.351-70	GABRIELA DE SALES DA CUNHA
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. Segunda-feira, 09 de Dezembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1341065 em 09/12/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFE1900200684 - 27/11/2019. Autenticação: 2115C3D96B622CB9C854EA26DE1A4E15211BA439. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/190.255-1 e o código de segurança SxTU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

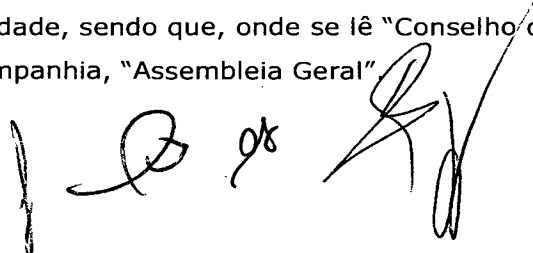
OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2019**

1. **LOCAL, HORA E DATA:** Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 16h, do dia 18 de abril de 2019.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
3. **PRESENCAS:** Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
4. **MESA:** Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
5. **ORDEM DO DIA:** Matriz de Alçadas da Diretoria.
6. **DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, a acionista decidiu eleger a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Colocado em discussão o **único item** da Ordem do Dia, foi aprovada a adoção, pela Sociedade, da atual Matriz de Alçadas da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi”), conforme aprovada em Reunião do Conselho de administração da Oi realizada em 21 de fevereiro de 2019, e de acordo com o disposto no Artigo 14, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Sociedade. Desse modo, as alçadas da Diretoria da Sociedade passam a vigorar na forma do Anexo I desta Ata no que não divergir com o Estatuto Social da Sociedade, sendo que, onde se lê “Conselho de Administração” deve-se ler, em referência à Companhia, “Assembleia Geral”



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1275979 em 23/05/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190947497 - 21/05/2019. Autenticação: D8A9D601FABB9A6C71618FC451C01EC61DF69C. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/094.749-7 e o código de segurança T69d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. ASSINATURAS: Eurico de Jesus Teles Neto (Presidente); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Bernardo Kos Winik e José Cláudio Moreira Gonçalves.

A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

Brasília, 18 de abril de 2019.


Eurico de Jesus Teles Neto
Presidente


Daniella Geszikter Ventura
Secretária

ACIONISTA:

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL


Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente e Jurídico


Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças


Bernardo Kos Winik
Diretor


José Cláudio Moreira Gonçalves
Diretor



OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**Ata da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
realizada no dia 18 de abril de 2019**

**ANEXO I
MATRIZ DE ALÇADAS**

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2015, 18 de maio de 2016, 24 de maio de 2017 e 21 de fevereiro de 2019, com base na Lei e nas disposições dos arts. 34 e 38 do Estatuto Social da Companhia, resolveu, para os devidos fins de direito, aprovar a seguinte Matriz de Alçadas, aplicável à Companhia e a todas suas sociedades controladas (em conjunto, “Sociedades”):

Art. 1º. Além das atribuições previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto em seu art. 34, Parágrafo 3º, bem como o previsto no art. 38, compete à Diretoria da Companhia, como órgão colegiado:

I. Autorizar a alienação, pela Companhia ou suas controladas, de bens para integrar ou integrantes do seu ativo imobilizado, conforme o caso, no valor individual de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a oneração, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), de bens integrantes do respectivo ativo imobilizado;

II. Autorizar contratações em geral, incluindo celebração de aditivos, acordos ou convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos, no curso ordinário dos negócios da Companhia e de suas controladas, cujo valor individual ou cumulativo represente responsabilidade por parte da Companhia de: i) até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) quando destinadas a OPEX e até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) quando destinadas a CAPEX;

II.a. Especificamente no que se refere à constituição de consórcio para execução de determinado empreendimento, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de consórcio, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando o respectivo contrato de consórcio for celebrado com terceiros (empresas que não sejam sociedades controladoras, controladas ou coligadas à Companhia);

III. Autorizar a prestação de garantias em geral pela Companhia ou suas controladas, em favor de terceiros, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por transação;

IV. Deliberar sobre a renúncia de direitos e transações (art. 840 e seguintes do Código Civil) de qualquer natureza, pela Companhia ou suas controladas, que isolada ou cumulativamente represente o valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

V. Deliberar sobre a realização pela Companhia ou suas controladas de contratação de empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1275979 em 23/05/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190947497 - 21/05/2019. Autenticação: D8A9D601FABB9A6C71618FC451C01EC61DF69C. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/094.749-7 e o código de segurança T69d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Companhia ou de suas controladas, arrendamentos mercantis e emissão de notas promissórias, no valor individual ou cumulativo com a mesma contraparte, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

VI. Autorizar a prática, pela Companhia ou suas controladas, de atos gratuitos em benefício (i) de seus empregados e/ou (ii) da comunidade, no valor conjunto de até R\$ 3 milhões por exercício social, observada a Política de Doação da Companhia, devendo-se destacar em cada caso aprovado se a parte beneficiada se enquadra no (i) ou (ii) deste inciso VI.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VI deste artigo, em se tratando de mais de uma operação com o mesmo objeto, inclusive por meio da celebração de termos aditivos, deverá ser considerado o valor global de tais operações a cada 12 meses, para fins de aplicação das alçadas da Diretoria.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VI deste artigo, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), aplica-se o disposto no Art. 38 do Estatuto Social, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria. Nos casos em que o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será sempre exigível deliberação colegiada da Diretoria.

§ 3º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VI deste artigo, a aprovação competirá à Diretoria, não sendo necessária a aprovação pelo Conselho de Administração sempre que se tratar de ato ou contrato *intercompany*, incluindo Consórcios, observado o disposto no art. 3º abaixo. Uma operação será considerada *intercompany* sempre que envolver única e exclusivamente a Companhia e/ou suas controladas, diretas ou indiretas. Competirá também à Diretoria a celebração de operações de câmbios para a constituição de disponibilidade no exterior, realizadas entre conta correntes com a mesma titularidade, independentemente do valor.

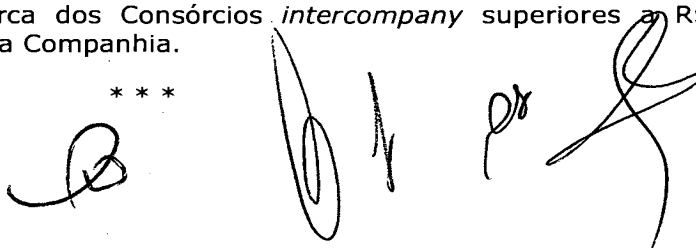
§ 4º A aprovação da realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades compete ao Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido.

§ 5º Cabe à Diretoria ainda, por deliberação colegiada, estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria nos termos deste artigo, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

Art. 2º Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre atos, contratos, transações ou operações de qualquer natureza que excedam os limites fixados nesta Matriz de Alçadas para a Diretoria.

Art. 3º Trimestralmente, a Diretoria deverá elaborar relatório, para conhecimento do Conselho de Administração, acerca dos Consórcios *intercompany* superiores a R\$50 milhões, realizados no período pela Companhia.

* * *



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) <div style="text-align: center;"> JCDF - SEDE SEDE - JCDF </div> <div style="text-align: right; margin-top: -20px;"> 21 MAI 2019 </div> <div style="text-align: center; margin-top: 10px;"> 19/094.748-9 </div>	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">53300006989</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">2054</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio 		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal

Nome: OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
DF2201900039551

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	008			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

BRASILIA
Local

16 Maio 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: CARLOS R. P. DE NOVAIS

Assinatura:

Telefone de Contato: 3381-2843

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ **DECISÃO SINGULAR**
☐ **DECISÃO COLEGIADA**

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ **SIM**

☐ **SIM**

☐ **NÃO**

☐ **NÃO**

Data Responsável

Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1275978
EM 23/05/2019 DA EMPRESA: 5330000698-9.

#OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL#
Protocolo: **19/094.748-9 EM 21/05/2019**

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

Maria da Socorro Souza Vale
Vogal Suplente da JCDF

23 MAI 2019
Data

Jose Pereira de Araújo
Vogal Suplente da JCDF
Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1275978 em 23/05/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190947489 - 21/05/2019. Autenticação: 443010755EE95EC4CE321D46A2954951699D916. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/094.748-9 e o código de segurança HfNA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019.**

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. **LOCAL, HORA E DATA:** Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP: 70.713-900, às 13hs do dia 30 de abril de 2019.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.
3. **PRESEÇA:** TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, Acionista detentora de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas (a "Acionista").
4. **MESA:** Como Presidente, o Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
5. **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: **(1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(2)** Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e **(3)** Fixar a verba global anual de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(4)** Reeleição dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia
6. **DELIBERAÇÕES:** Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela Acionista representando 100% do capital social da Companhia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1)** Inicialmente, foi dispensada a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, por já serem do conhecimento da acionista, tendo em vista que foram integralmente publicados na edição do dia 30 de abril de 2019 do Jornal de Brasília, páginas 5 a 13. Na oportunidade, foi esclarecido que tais documentos também serão publicados na edição do dia 2 de maio de 2019 do Diário Oficial da União, nas páginas 147 a 154. A falta de publicação dos anúncios comunicando a disponibilidade dos documentos da Administração acima referidos foi considerada sanada, conforme artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, a Acionista aprovou as contas dos administradores e o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Fica consignada a concordância da Acionista quanto à não-consolidação das



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1275978 em 23/05/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190947489 - 21/05/2019. Autenticação: 443010755EE95EC4CE321D46A2954951699D916. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/094.748-9 e o código de segurança HfNA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

demonstrações financeiras das entidades controladas pela Companhia, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3).

(2) Quanto ao item 2 da Ordem do Dia, em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2018, aprovar a destinação do Lucro Líquido do Exercício correspondente ao montante de R\$ 6.526.303.860,21 (seis bilhões, quinhentos e vinte e seis milhões, trezentos e três mil, oitocentos e sessenta reais e vinte e um centavos), do qual será deduzido o valor correspondente ao prejuízo acumulado, no montante de R\$ 727.057.769,26 (setecentos e vinte e sete milhões, cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos), e o montante de R\$ 379.738.523,50 (trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), referente aos Juros Sobre Capital Próprio cuja declaração foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2018 (e sobre os quais incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 56.960.778,53 (cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos). A destinação do lucro líquido ora aprovada se dará da seguinte forma: (1) de R\$ 289.962.304,55 (duzentos e oitenta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) para constituição da Reserva Legal; (2) R\$ 604.872.927,77 (seiscentos e quatro milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos) para reconstituição da Reserva de Incentivo Fiscal; (3) R\$ 3.197.276.551,90 (três bilhões, cento e noventa e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) para constituição da Reserva de Investimento; (4) R\$ 986.395.783,23 (novecentos e oitenta e seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) para constituição da Reserva de Lucros a Realizar; e (5) R\$ 341.000.000,00 (trezentos e quarenta e um milhões de reais) para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

(3) No que se refere ao item 3 da Ordem do Dia, considerando que os membros da Diretoria renunciam à percepção de remuneração ao tomarem posse, conforme Termos de Posse firmados pelos mesmos, a Acionista decidiu aprovar, neste momento, um valor global de remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2019 igual a R\$ 0,00, sendo certo que tal aprovação deverá ser revista pela Acionista caso, antes da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, se verifique alguma modificação no cenário atual de renúncia à percepção de remuneração pelos Administradores.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(4) Por proposta do Presidente, a Acionista aprovou a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão da assinatura da acionista nos termos do Artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. Em seguida, relativamente ao **item (1)** da Ordem do Dia, tendo em vista que o mandato da Diretoria Estatutária vai até a realização desta Assembleia Geral, a Acionista decidiu reeleger os membros da Diretoria Estatutária para um novo mandato de 3 anos, conforme § 2º do art. 6º do Estatuto Social, que se inicia na presente data e se encerra em 30 de abril de 2022. Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária da Companhia, a mesma segue integrada pelos seguintes membros: (i) como Diretor Presidente, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; (ii) como Diretor de Finanças, o Sr. **CARLOS AUGUSTO MACHADO PEREIRA DE ALMEIDA BRANDÃO**, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 6832979, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.611.886-20; (iii) como Diretor sem designação específica, na função de Diretor de Operações, o Sr. **JOSÉ CLÁUDIO MOREIRA GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de




identidade nº 068859297, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; e **(iv)** como Diretor sem designação específica, na função de Diretor Comercial, o Sr. **BERNARDO KOS WINIK**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76; todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro. Os Diretores ora eleitos firmaram os respectivos Termos de Posse e a Declaração de Desimpedimento, que ficam arquivados na Companhia, declarando não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foram indicados.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. ASSINATURAS: Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Presidente); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Bernardo Kos Winik e José Cláudio Moreira Gonçalves.

A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

Brasília, 30 de abril de 2019.


Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Presidente da Mesa


Daniella Geszikter Ventura
Secretária

Acionista:

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Neste ato representada por:


Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente


Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças


Bernardo Kos Winik
Diretor


José Cláudio Moreira Gonçalves
Diretor



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1275978 em 23/05/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190947489 - 21/05/2019. Autenticação: 443010755EE95EC4CE321D46A2954951699D916. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/094.748-9 e o código de segurança HfNA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DE PROTOCOLO 19/099.730-3



JCDF - SEDE
SEDE - JCDF

30 MAI 2019



19/099.730-3

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

53300006989

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal

Nome: OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DF2201900043628

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	048	1	RE-RATIFICACAO

BRASILIA
Local

10 Junho 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: ALBERTO HAZZA CESAR

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de Contato: (21) 3388-6019

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1283648
EM 18/06/2019 DA EMPRESA: 53300006989-9.

OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL

Protocolo: 19/099.730-3 EM 30/05/2019

[Assinatura]
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

10 JUN 2019

Data

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

[Assinatura]
Luiz Eugênio Fernandes Duarte
Vogal Suplente JCDF

Vogal

Presidente da Turma

[Assinatura]
Rosângela de Fátima S. Bastos
Vogal Suplente JCDF

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1283648 em 18/06/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190997303 - 30/05/2019. Autenticação: 10F1BCCA3F7F94ADEC1C67BC35DE4E14FB48F62. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/099.730-3 e o código de segurança mbcQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

[Assinatura]
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**Ata da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019**

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. LOCAL, HORA E DATA: Na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10hs do dia 22 (vinte e dois) de maio de 2019.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

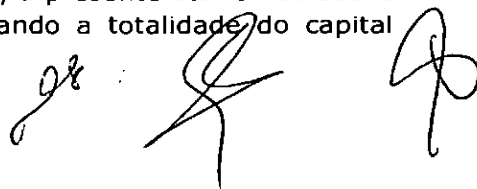
3. PRESENÇA: Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

4. MESA: Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto e, como Secretária, a Sra. Luciana de Assis Serra Alves.

5. ORDEM DO DIA: Rerratificação da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária datada de 30 de abril de 2019.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciada a reunião, a acionista indicou a Sra. Luciana de Assis Serra Alves para secretariar os trabalhos. Passando ao **único item** da Ordem do Dia, a acionista consignou a identificação de erro formal na ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") que teve como Ordem do Dia deliberar sobre as seguintes matérias: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(2)** examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(3)** fixar a verba global anual de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2019; e **(4)** reeleição dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia. Tendo em vista que a ata de tal AGOE foi datada de 30 de abril de 2019, mas a AGOE efetivamente ocorreu somente em 03 de maio de 2019, a acionista aprovou a rerratificação da referida ata da AGOE, para que nela passe a contar a data correta de realização, ou seja, 03 de maio de 2019, ficando ratificadas todas as deliberações constantes da referida ata de AGOE. A acionista também autorizou a adoção, pela Diretoria ou por procuradores regularmente constituídos, de todas as providências necessárias à efetivação da deliberação tomada nesta Ata, inclusive, mas não apenas, as medidas cabíveis junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) e Junta Comercial, dentre outros órgãos públicos competentes.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1283648 em 18/06/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo 190997303 - 30/05/2019. Autenticação: 10F1BCCA3F7F94ADEC1C67BC35DE4E14FB48F62. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/099.730-3 e o código de segurança mbcQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/06/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. ASSINATURAS: Eurico de Jesus Teles Neto (Presidente); Luciana de Assis Serra Alves (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Bernardo Kos Winik e José Cláudio Moreira Gonçalves.

A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio.

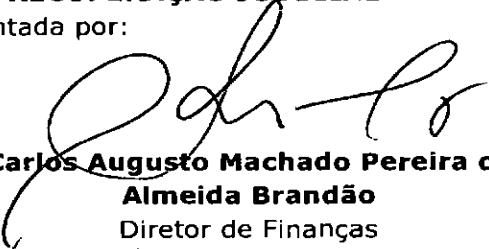
Brasília, 22 de maio de 2019.


Eurico de Jesus Teles Neto
Presidente da Mesa


Luciana de Assis Serra Alves
Secretária

Acionista:
TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Neste ato representada por:



Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente


Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças


Bernardo Kos Winik
Diretor


José Cláudio Moreira Gonçalves
Diretor




 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300006989	Código da Natureza Jurídica 2054	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 DFE1900201618

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

BRASILIA
Local

5 Dezembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ ☐ ☐ ☐

____/____/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ ☐ ☐ ☐

____/____/____ _____ _____ _____
 Data Vogal Vogal Vogal
 Presidente da ____ Turma

OBSERVAÇÕES



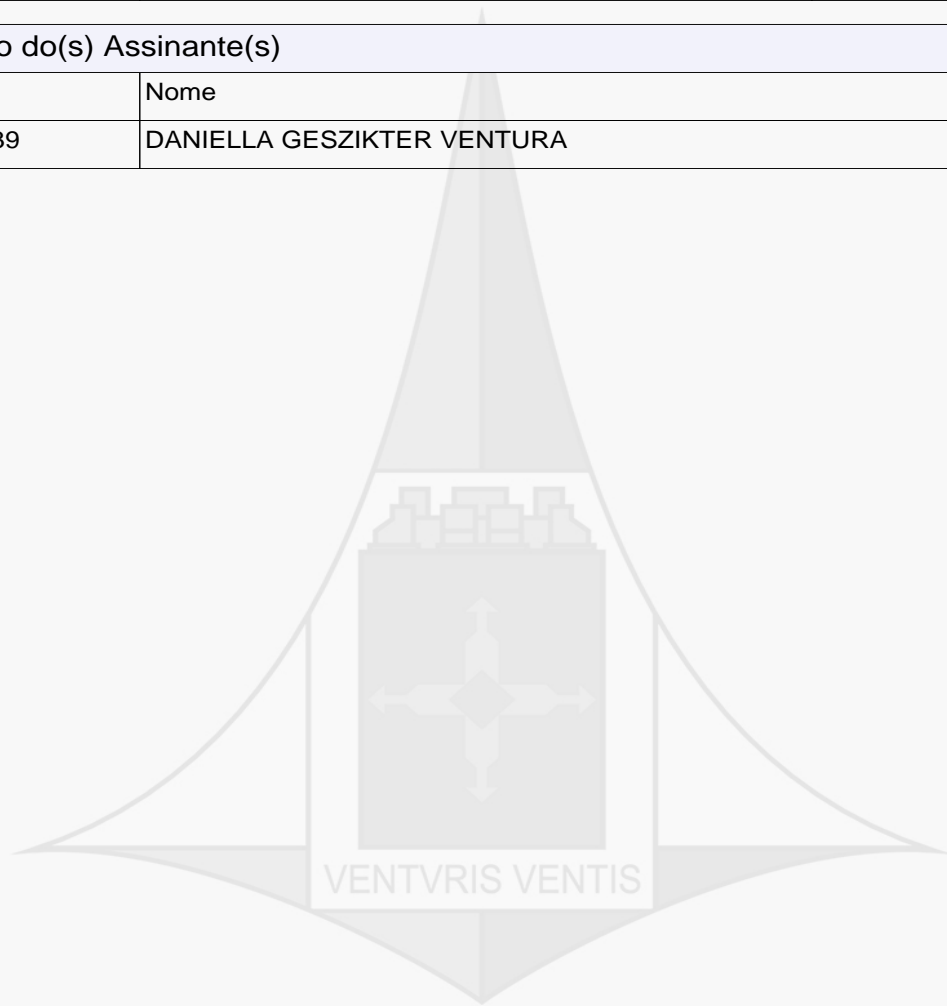
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/192.289-7	DFE1900201618	29/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA



OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

- 1. LOCAL, HORA E DATA:** Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10h, do dia 1º de novembro de 2019.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da Acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- 3. PRESENCAS:** Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- 4. MESA:** Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
- 5. ORDEM DO DIA:** Alteração na composição da Diretoria Estatutária da Companhia.
- 6. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, a Acionista indicou a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Passando ao **único item** da Ordem do Dia, conforme orientação da Diretoria Estatutária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, em reunião realizada em 30 de outubro de 2019, a Acionista aprovou a substituição do Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão pela Sra. **CAMILLE LOYO FARIA**, abaixo qualificada, para o cargo de Diretora de Finanças da Companhia, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. A Diretora ora eleita firmou, na presente data, o respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, que fica arquivado na Companhia, no qual declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer o cargo para o qual foi eleita neste ato. Considerando a alteração na Diretoria, a Acionista decidiu consolidar a composição da Diretoria Estatutária da Companhia, que, a partir desta data, fica integrada pelos seguintes membros: **(i)** como Diretor Presidente, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; **(ii)** como Diretora de Finanças, a Sra. **CAMILLE LOYO FARIA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 08046038-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 016748137-16; **(iii)** como Diretor sem designação específica, na função de Diretor de Operações, o Sr. **JOSÉ CLÁUDIO MOREIRA GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 068859297, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; e **(iv)** como Diretor sem designação específica, na função de Diretor Comercial, o Sr. **BERNARDO KOS WINIK**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76; todos com



endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela Acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da Acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. Assinaturas: Presidente da Mesa: Eurico de Jesus Teles Neto; Secretária da Mesa: Daniella Geszikter Ventura; Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, José Cláudio Moreira Gonçalves e Bernardo Kos Winik.

Brasília, 01 de novembro de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Presidente

Daniella Geszikter Ventura
Secretária





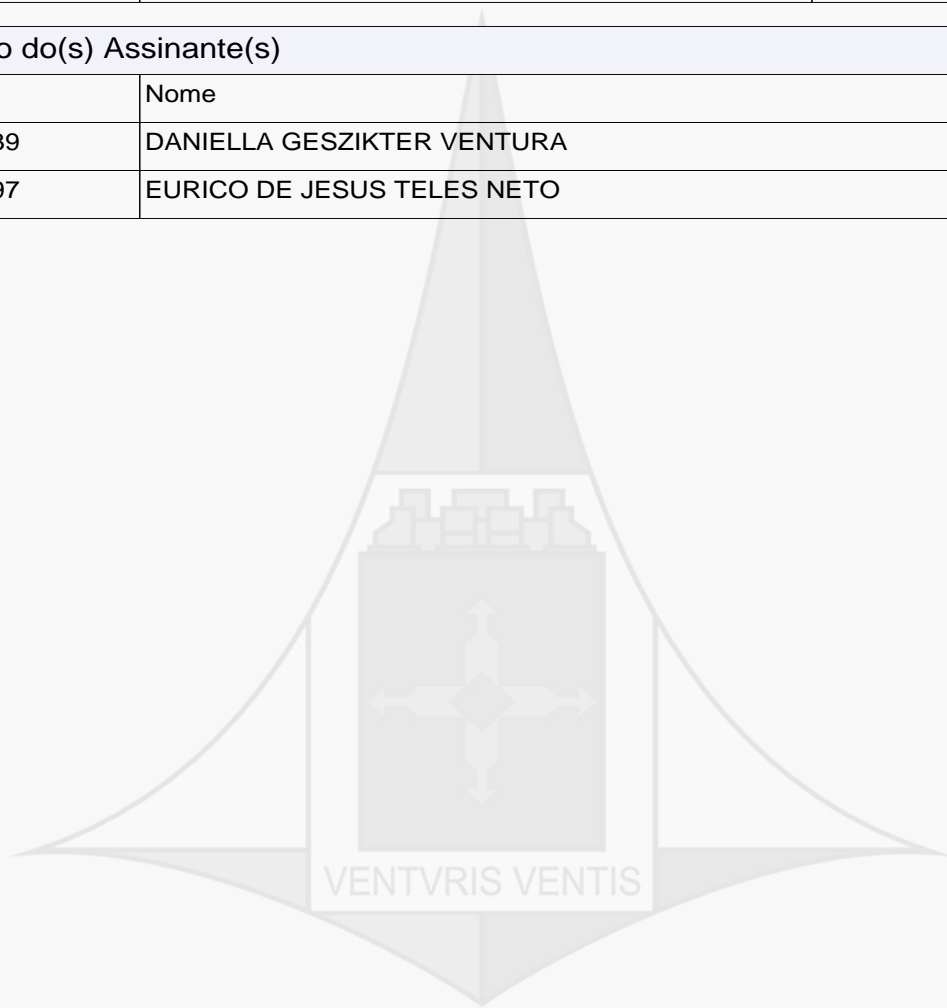
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/192.289-7	DFE1900201618	29/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, de NIRE 5330000698-9 e protocolado sob o número 19/192.289-7 em 29/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1340582, em 06/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Gabriela Sales da Cunha.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO

Brasília. Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019



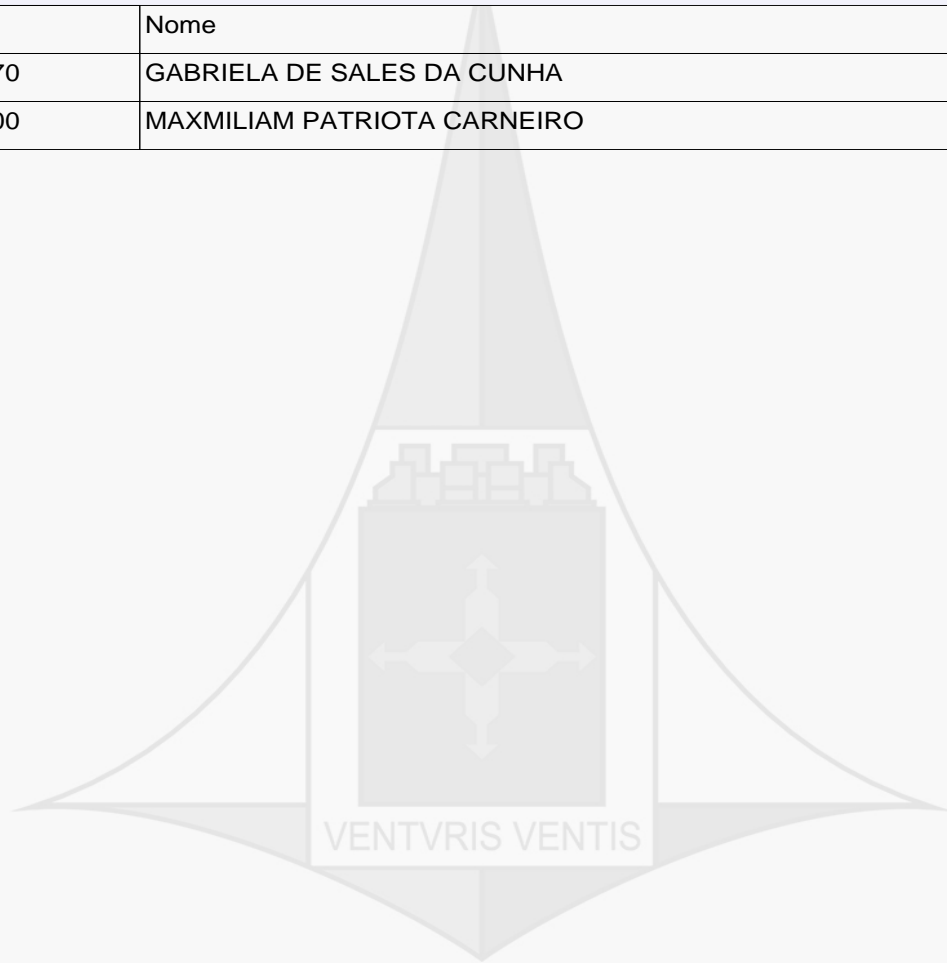


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.060.351-70	GABRIELA DE SALES DA CUNHA
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1340582 em 06/12/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFE1900201618 - 29/11/2019. Autenticação: D74A97C860DAD7A031F8FDA0488C955E6F8B6F3. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/192.289-7 e o código de segurança PuUE Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



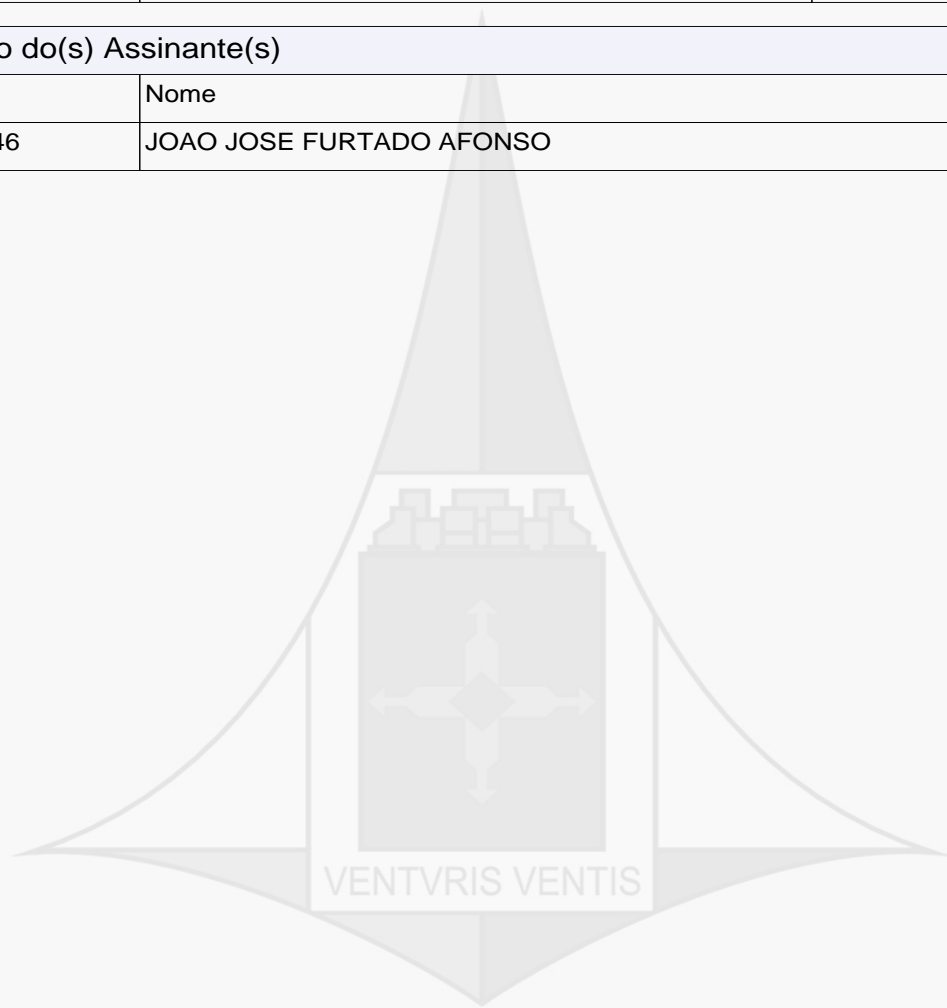
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/197.346-7	DFN1949286388	17/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
009.318.157-46	JOAO JOSE FURTADO AFONSO



OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2019

1. LOCAL, HORA E DATA: Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10h, do dia 22 de novembro de 2019.
2. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da Acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
3. PRESENCAS: Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
4. MESA: Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
5. ORDEM DO DIA: Alteração na composição da Diretoria Estatutária da Companhia.
6. DELIBERAÇÕES: Iniciada a reunião, a Acionista indicou a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Passando ao único item da Ordem do Dia, a acionista aprovou a eleição do Sr. RODRIGO MODESTO DE ABREU, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 12.754-381 expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 116.437.828-78, como Diretor sem designação específica, na função de *Chief Operational Office*, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. O Diretor ora eleito firmou, na presente data, o respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, que fica arquivado na Companhia, no qual declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi eleito neste ato. Considerando a alteração na Diretoria, a Acionista decidiu consolidar a composição da Diretoria Estatutária da Companhia, que, a partir desta data, fica integrada pelos seguintes membros: (i) como Diretor Presidente, o Sr. EURICO DE JESUS TELES NETO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; (ii) como Diretora de Finanças, a Sra. CAMILLE LOYO FARIA, brasileira, casada em regime de separação total de bens, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 08046038-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 016748137-16; (iii) como Diretor sem designação específica, na função de Diretor de Operações, o Sr. JOSÉ CLÁUDIO MOREIRA GONÇALVES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 068859297, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; (iv) como Diretor sem designação específica, na função de Diretor Comercial, o Sr. BERNARDO KOS WINIK, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP e



inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76; (v) como Diretor sem designação específica, na função de *Chief Operational Office*, o Sr. RODRIGO MODESTO DE ABREU, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 12.754-381 expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 116.437.828-78; todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela Acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da Acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. Assinaturas: Presidente da Mesa: Eurico de Jesus Teles Neto; Secretária da Mesa: Daniella Geszikter Ventura; Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, José Cláudio Moreira Gonçalves e Bernardo Kos Winik e Camille Loyo Faria; e o Diretor ora eleito, Sr. Rodrigo Modesto Abreu.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Presidente

Daniella Geszikter Ventura
Secretária





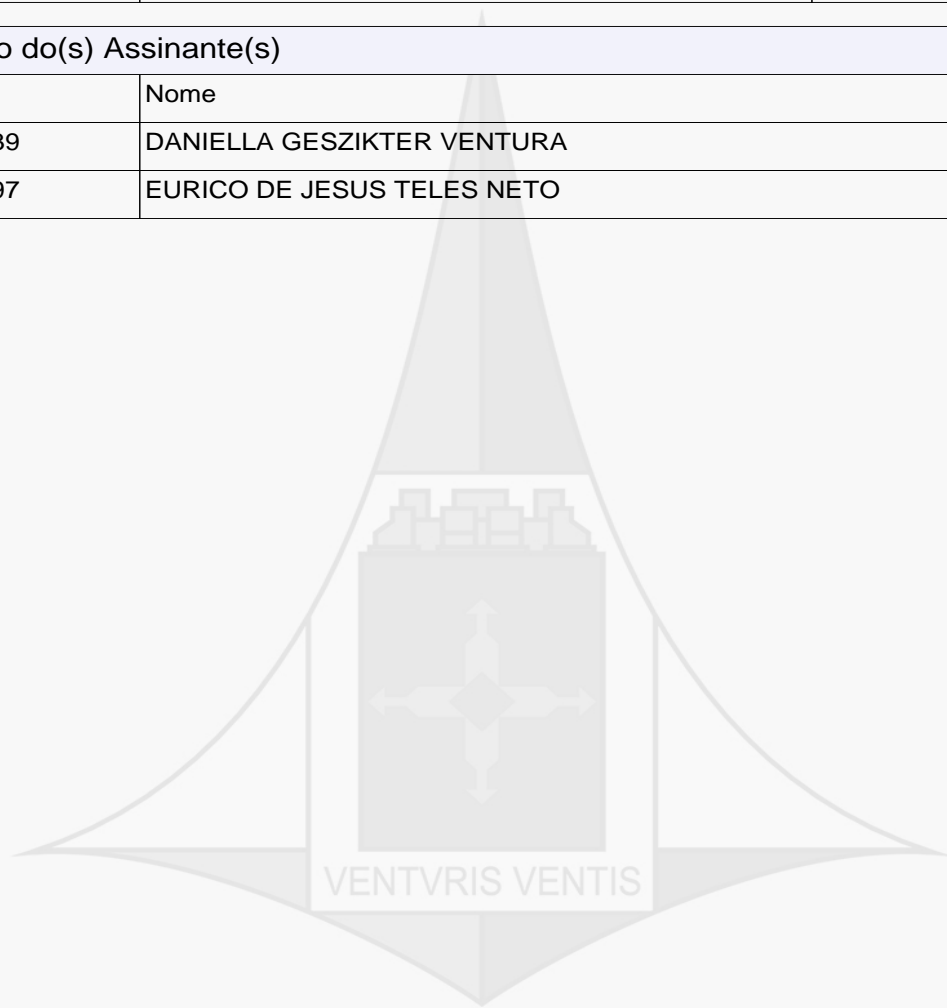
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/197.346-7	DFN1949286388	17/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL

REGISTRO DIGITAL

Eu, JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO, BRASILEIRA, DIVORCIADO, DESPACHANTE, DATA DE NASCIMENTO 15/05/1968, RG Nº 093573962 DETRAN RJ-RJ, CPF 009.318.157-46, RUA SANTA LUZIA, Nº 651, 28, BAIRRO CENTRO, CEP 20030-041, RIO DE JANEIRO - RJ, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 27 de Dezembro de 2019.

JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1345038 em 30/12/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFN1949286388 - 17/12/2019. Autenticação: 41BA2F989189B6E6FC4E7D9825159F601828A983. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/197.346-7 e o código de segurança Z3NY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/12/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa OI MOVEI S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, de NIRE 5330000698-9 e protocolado sob o número 19/197.346-7 em 17/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1345038, em 30/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Willian Jonathan Alves De Alencar.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.318.157-46	JOAO JOSE FURTADO AFONSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.318.157-46	JOAO JOSE FURTADO AFONSO

Brasília. Segunda-feira, 30 de Dezembro de 2019



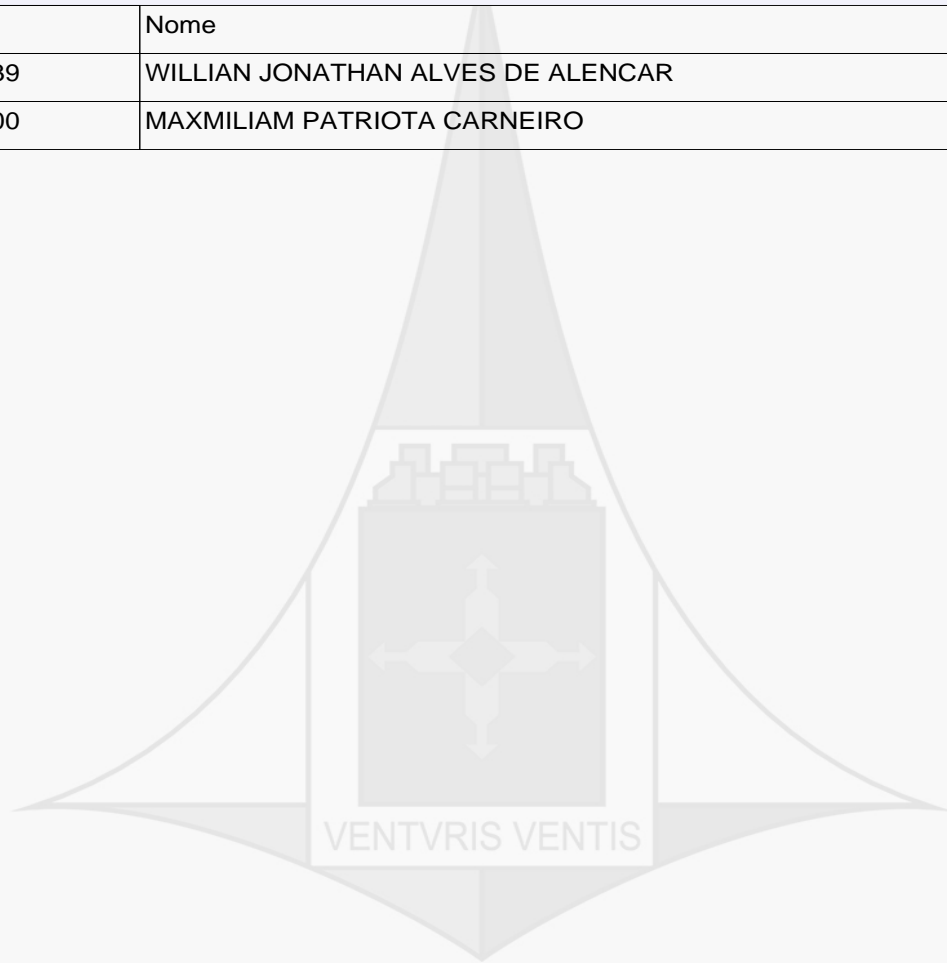


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.906.321-39	WILLIAN JONATHAN ALVES DE ALENCAR
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO




Brasília. Segunda-feira, 30 de Dezembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal


Certifico registro sob o nº 1345038 em 30/12/2019 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFN1949286388 - 17/12/2019. Autenticação: 41BA2F989189B6E6FC4E7D9825159F601828A983. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/197.346-7 e o código de segurança Z3NY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/12/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300006989	Código da Natureza Jurídica 2054	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 DFN2033365134

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

BRASILIA
Local

5 Fevereiro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ ☐ ☐ ☐

____/____/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ ☐ ☐ ☐

____/____/____ _____ _____ _____
 Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





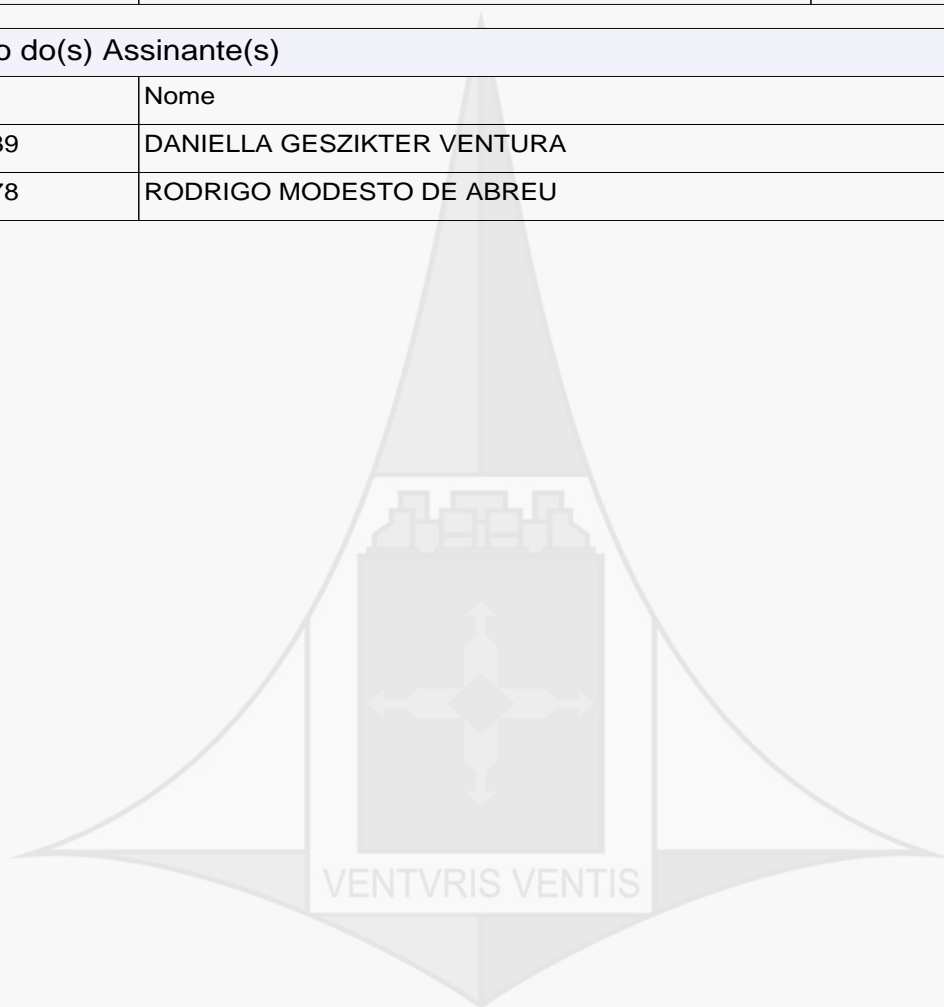
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/014.938-5	DFN2033365134	05/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
116.437.828-78	RODRIGO MODESTO DE ABREU



OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11

NIRE 53300006989

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JANEIRO DE 2020**

1. LOCAL, HORA E DATA: Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi Móvel”), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 15h, do dia 06 de janeiro de 2020.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), face à presença da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar” ou “Acionista”), acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

3. MESA: Presidente da Mesa: o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu; e Secretária: Sra. Daniella Geszikter Ventura.

4. ORDEM DO DIA: (1) Alteração na composição da Diretoria Estatutária da Companhia; e (2) Constituição do Consórcio “REDE CORREIOS_2019”.

5. DELIBERAÇÕES: Iniciada a reunião, a Acionista indicou a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Passando ao **item (1)** da Ordem do Dia, a Acionista aprovou a eleição do Sr. **ANTONIO REINALDO RABELO FILHO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº. 505251906, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 917.413.785-91, como Diretor, sem designação específica, na função de *Diretor Jurídico*, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. O Diretor ora eleito firmou, na presente data, o respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, que fica arquivado na Companhia, no qual declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi eleito neste ato. Considerando a eleição ora aprovada, a Acionista decidiu consolidar a composição da Diretoria Estatutária da Companhia, que, a partir desta data, fica integrada pelos seguintes membros: **(i)** como Diretor Presidente, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; **(ii)** como Diretora de



Finanças, a Sra. **CAMILLE LOYO FARIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 08046038-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 016748137-16; **(iii)** como Diretor, sem designação específica, na função de Diretor de Operações, o Sr. **JOSÉ CLÁUDIO MOREIRA GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 068859297, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47; **(iv)** como Diretor, sem designação específica, na função de Diretor Comercial, o Sr. **BERNARDO KOS WINIK**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76; **(v)** como Diretor, sem designação específica, na função de *Chief Operacional Office*, o Sr. **RODRIGO MODESTO DE ABREU**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 12.754-381 expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 116.437.828-78; e, **(vi)** como Diretor, sem designação específica, na função de Diretor Jurídico, o Sr. **ANTONIO REINALDO RABELO FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº. 505251906, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 917.413.785-91, todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro. Por fim, quanto ao **item (2)** da Ordem do Dia, a acionista ratificou a constituição do Consórcio REDE CORREIOS_2019, entre a Companhia, com participação de 35,78% (trinta e cinco vírgula setenta e oito por cento), a Claro S.A., líder do consórcio, com participação de 50,14% (cinquenta vírgula quatorze por cento) e a Telefônica Brasil S.A., com participação de 14,08% (quatorze vírgula dezoito por cento), para prestação dos serviços licitados no Pregão ocorrido em 22/11/2019, qual seja, prestação de serviço de telecomunicações com a finalidade de interligar Unidades Prediais por meio de uma Rede de Comunicação de Dados IP – MPLS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. A acionista aprovou a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia e autorizou a adoção, pela Diretoria ou por procuradores regularmente constituídos, de todas as providências necessárias à efetivação da matéria deliberada nesta Ata, inclusive, mas não apenas, as medidas cabíveis junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), e Junta Comercial, dentre outros órgãos públicos competentes.



6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela Acionista representando a totalidade do capital social.

7. **ASSINATURAS:** Mesa: Rodrigo Modesto de Abreu (Presidente); Daniella Geszikter Ventura (Secretária). Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Rodrigo Modesto de Abreu e Camille Loyo Faria.

A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

Brasília, 06 de janeiro de 2020.

Rodrigo Modesto de Abreu
Presidente

Daniella Geszikter Ventura
Secretária





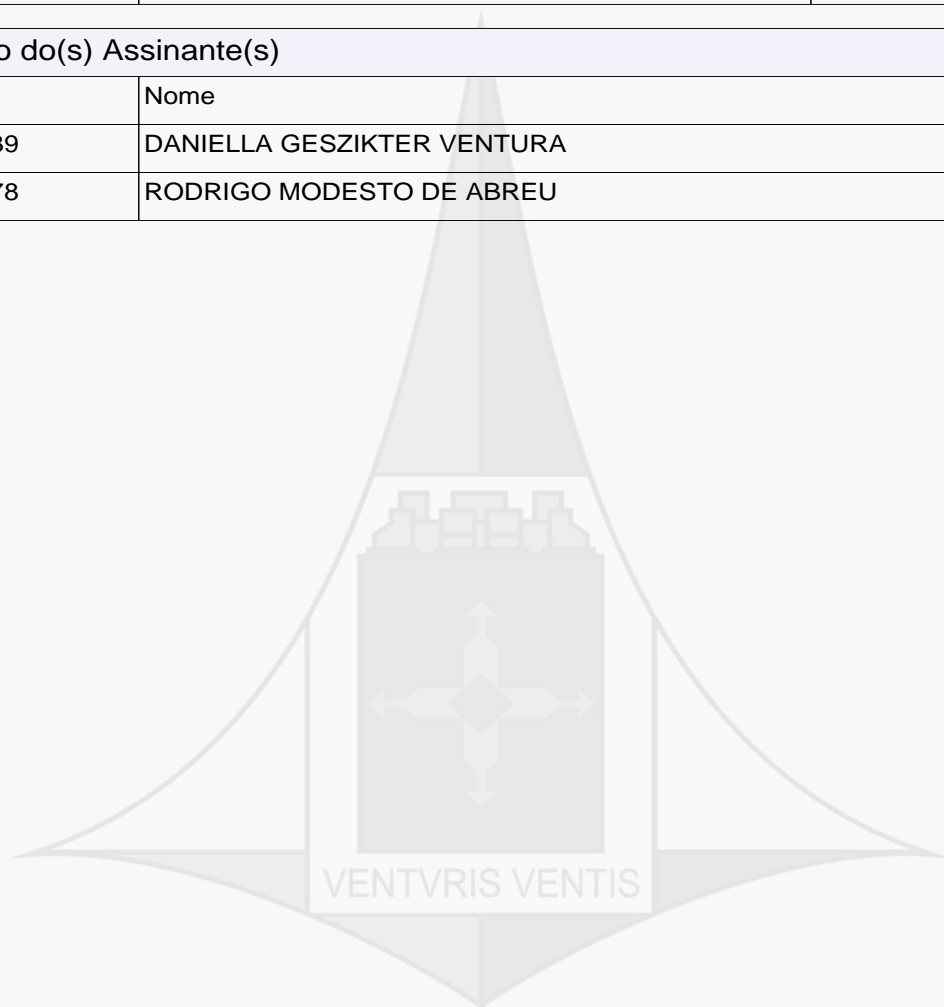
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/014.938-5	DFN2033365134	05/02/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
116.437.828-78	RODRIGO MODESTO DE ABREU





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa OI MOVEEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, de NIRE 5330000698-9 e protocolado sob o número 20/014.938-5 em 05/02/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1359261, em 06/02/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Willian Jonathan Alves De Alencar.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA
116.437.828-78	RODRIGO MODESTO DE ABREU

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
116.437.828-78	RODRIGO MODESTO DE ABREU
078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA

Brasília, Quinta-feira, 06 de Fevereiro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Willian Jonathan Alves De Alencar, Servidor(a) Público(a), em 06/02/2020, às 15:35 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucis](http://portalservicos.jucis.df.gov.br) informando o número do protocolo 20/014.938-5.

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1359261 em 06/02/2020 da Empresa OI MOVEEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFN2033365134 - 05/02/2020. Autenticação: 4FB4E59C561A0F983A3DF18134ED3314C441BE8. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 20/014.938-5 e o código de segurança B3UH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

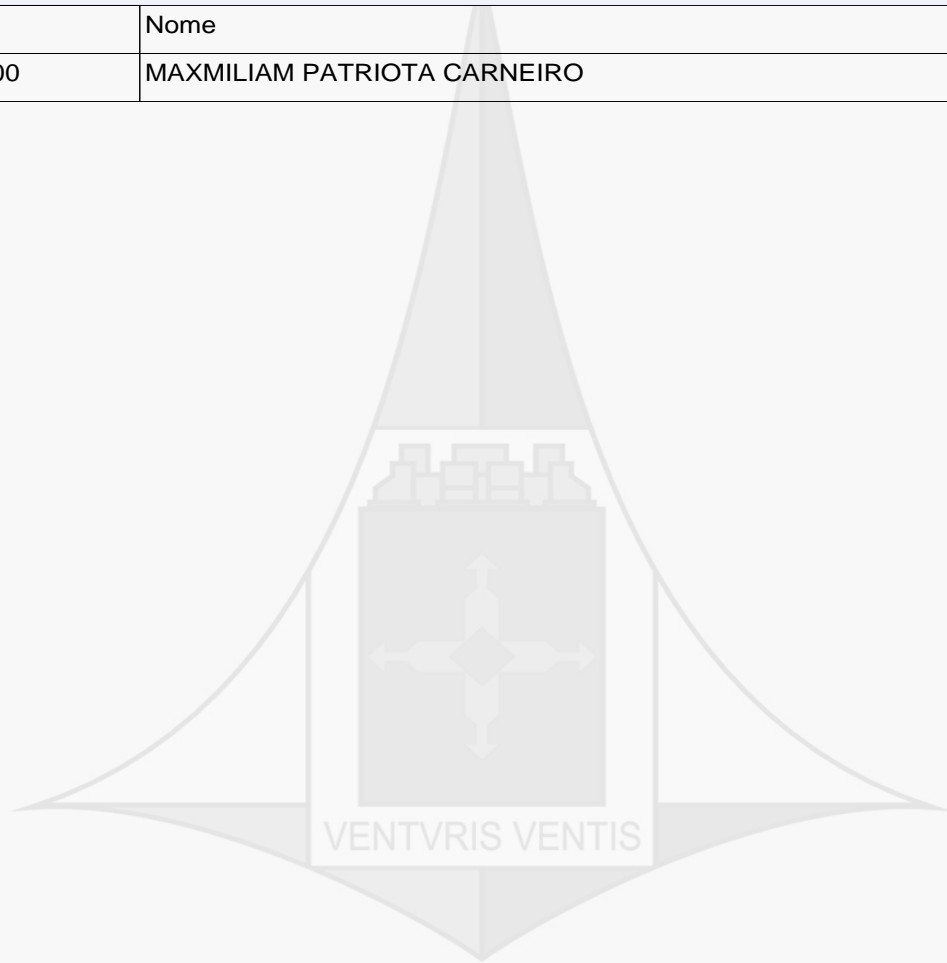


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. Quinta-feira, 06 de Fevereiro de 2020



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1359261 em 06/02/2020 da Empresa OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL, Nire 53300006989 e protocolo DFN2033365134 - 05/02/2020. Autenticação: 4FB4E59C561A0F983A3DF18134ED3314C441BE8. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 20/014.938-5 e o código de segurança B3UH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.423.963/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/12/2002
NOME EMPRESARIAL OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OI	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.30-0-01 - Reprodução de som em qualquer suporte 18.30-0-02 - Reprodução de vídeo em qualquer suporte 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO ST SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 03, BL. A	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ANDAR TERREO-PARTE 2 ED. ESTACAO TEL. CENTRO NORTE
CEP 70.713-900	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LD-ATENDIMENTOAFISCALIZACAO-DIRETOS@OI.NET.BR	TELEFONE (21) 3131-3589/ (21) 3131-3100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 29/06/2016	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/04/2020** às **14:54:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.423.963/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/12/2002	
NOME EMPRESARIAL OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada				
LOGRADOURO ST SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 03, BL. A		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ANDAR TERREO-PARTE 2 ED. ESTACAO TEL. CENTRO NORTE	
CEP 70.713-900	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO LD-ATENDIMENTOAFISCALIZACAO-DIRETOS@OI.NET.BR		TELEFONE (21) 3131-3589/ (21) 3131-3100		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 29/06/2016	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/04/2020** às **14:54:23** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 21/06/2016

Decisão

Destaco de plano que a presente decisão se limitará à análise do pedido de tutela de urgência formulado na exordial - notadamente o pedido de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, e pedido de dispensa de apresentação de certidões negativas - ficando as demais questões afetas ao provimento inicial do pleito de recuperação judicial (art. 52 da Lei 11.101/05) postergadas para melhor exame tão logo os autos retornem conclusos, após a publicação deste decisum. Tal providencia se justifica por conta do notório impacto social e repercussão econômica que a demora de apreciação da tutela de urgência poderá gerar no mercado global.

Informam as requerentes terem origem na junção das gigantes nacionais no setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS em 1998.

Expõem que seu ramo de operação é o da prestação de serviço público, por meio de concessão, cuja essencialidade é ínsita à própria natureza pública do serviço, levando em conta ser: i) A maior prestadora de serviços de telefonia fixa do País, atendendo em todo território nacional; ii) ter como base 47,8 milhões clientes usuários de telefonia móvel até março de 2016; iii) 8,7 milhões de acessos à internet banda larga; iv) 1,2 milhões de assinaturas de TV e v) 2 milhões de hotspost wifi, em locais públicos, como aeroportos e shopping centers.

Afirmam, que por atuarem em um ramo estratégico para economia, eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.

O gigantismo do Grupo gera em torno de 138 mil postos de trabalhos diretos e indiretos no Brasil,

dos quais 37 mil somente no Estado do Rio de Janeiro, os quais poderão estar em risco, caso qualquer evento coloque em risco a capacidade de recuperação das empresas OI.

Prosseguem dizendo que diante do grave cenário que se abateu sobre as empresas do Grupo, não restou alternativa senão a propositura do pedido de recuperação judicial, que, porém, ao se desencadear, provocará reações dos seus diversos credores e parceiros, cujas consequências podem inviabilizar o pedido.

Isto porque, afirmam, diversos são os contratos estratégicos firmados pelas requerentes em que figura a cláusula rescisória em caso de pedido de recuperação judicial, fato que se efetivamente ocorrer irá diminuir drasticamente os ativos das empresas OI, necessitando assim que sua eficácia seja suspensa.

Igualmente aduz ser necessário, para fins da continuidade de suas atividades empresariais, seja concedida autorização para funcionar sem que haja necessidade da apresentação das certidões negativas.

Por último, informam que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas.

Fincadas tais prefaciais, analiso de plano a postulação liminar.

O ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.101/2005 introduziu a Recuperação Judicial dos empresários e sociedades empresárias, definindo os escopos para concessão deste benefício legal, o qual visa viabilizar o enfrentamento de crise econômico-financeira pela sociedade empresária ou empresário, com vista à manutenção da fonte produtora do emprego, preservando interesses sociais e dos credores.

Tem a lei, portanto, como principal foco a preservação da empresa e a proteção do mercado, de modo que este possa se desenvolver de modo sadio, potencializando benefício à sociedade como um todo.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Partindo desta premissa, um dos objetivos mediatos da norma é o de fixar os meios necessários ao desenvolvimento da recuperação e do cumprimento do plano apresentado, dentre elas a sujeição à recuperação judicial de todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49) e a suspensão da prescrição e de todas as ações, execuções em face do devedor (art. 6º).

In causa, trata-se do pedido de recuperação judicial o maior grupo nacional de exploração da telefonia fixa, tendo ainda ampla atuação no mercado da telefonia móvel e TV por assinatura.

Dispõem assim o art. 6º e seu § 4º da LFRE:

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

...

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Partindo de uma interpretação apenas literal, somente o deferimento do processamento da recuperação judicial impõe aos credores o que alguns doutrinadores têm denominado de automatic stay, que deve ser observado por todos sem exceção.

Verifica-se, portanto, ser a suspensão uma determinação legal, ou seja, efeito do próprio deferimento do pedido de recuperação judicial, com vista a oportunizar ao devedor um período salvaguardado da influência dos credores, para que possa organizar e melhor expor suas soluções de mercado.

Outro efeito do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público.

Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbra essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida. Vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e, que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa.

De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, coma utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Destaca-se, que em ambos os lados do conflito, ora em análise, depreende-se a existência de direitos sociais.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muitas das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Dentre as muitas alterações, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei

11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas .

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

Dita posição encontra-se corroborada, nos termos do eloquente aresto proferido pelo Ministro Luís Felipe Salomão, em sede de Recurso Especial, cuja ementa assim foi descrita:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN (2010/0003787-4) RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS ADVOGADOS : THIAGO CEZAR COSTA AVELINO E OUTRO(S) MARCELLE VIEIRA DE MELLO MOREIRA E OUTRO(S) RECORRIDO : ENGEQUIP - ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA ADVOGADO : KRAUS JOSÉ RIBEIRO OLIVEIRA EMENTA DIREITO EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL COM A PETROBRAS. PAGAMENTO DO SERVIÇO PRESTADO. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. IMPOSSIBILIDADE. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTS. 52 E 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. Segundo entendimento exarado pela Corte Especial, em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessária comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal

e previdenciária de empresas em recuperação judicial (REsp. 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

3. Dessarte, o STJ, para o momento de deferimento da recuperação, dispensou a comprovação de regularidade tributária em virtude da ausência de legislação específica a reger o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial. Nessa linha de inteligência, por óbvio, parece ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público.

4. Na hipótese, é de se ressaltar que os serviços contratados já foram efetivamente prestados pela ora recorrida e, portanto, a hipótese não trata de dispensa de licitação para contratar com o Poder Público ou para dar continuidade ao contrato existente, mas sim de pedido de recebimento dos valores pelos serviços efetiva e reconhecidamente prestados, não havendo falar em negativa de vigência aos artigos 52 e 57 da Lei n. 11.101/2005.

5. Malgrado o descumprimento da cláusula de regularidade fiscal possa até ensejar, eventualmente e se for o caso, a rescisão do contrato, não poderá haver a retenção de pagamento dos valores devidos em razão de serviços já prestados. Isso porque nem o art. 87 da Lei n. 8.666/1993 nem o item 7.3. do Decreto n. 2.745/1998, preveem a retenção do pagamento pelo serviços prestados como sanção pelo alegado defeito comportamental. Precedentes.

6. Recurso especial a que se nega provimento.

O Ministério Público, em eloquente parecer, fez recordar igual posicionamento adotado por este magistrado em decisão proferida em outra recuperação judicial apreciada neste juízo, a qual fora chancelada pelo STJ em recente decisão proferida novamente pelo E. Ministro Luiz Felipe Salomão, nos autos do Resp. 1207117/MG.

Ademais, a esses argumentos soma-se ainda decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.) lembra que "a crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária".

Neste contexto, afigura-se, segundo os dados obtidos, que a crise anunciada é meramente econômica, e que somente com a execução das soluções futuramente apresentadas no plano, somada ao contínuo exercício pleno de suas atividades comerciais, é que efetivamente será superada a crise combatida por meio do processo de recuperação.

Por tudo, considero a medida é perfeitamente possível de ser conferida em sede de recuperação judicial, a partir do momento em que não se trata de isenção ou moratória fiscal - matéria não afeta ao juízo da recuperação, mas sim, tutela de direito com fulcro nos princípios acima elencados, a possibilitar de maneira plena e absoluta a efetivação do procedimento de recuperação judicial prevista no ordenamento jurídico pátrio.

Destarte, os pedidos formulados em sede de tutela de urgência, são efeitos da decisão que poderá conferir deferimento do processamento do pedido de recuperação, sendo sua antecipação previsível, com base na conjugação subsidiária do NCPC, que em seu art. 300, diz:

"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A probabilidade do deferimento do pedido de recuperação judicial se demonstra da própria leitura da petição inicial e da vasta documentação anexada, já que nesta fase não compete ao juízo fazer qualquer juízo de valor quanto à viabilidade econômica das sociedades que ingressaram com o pedido, porém, a necessária análise de cerca de 89.000 páginas, que instruem o pedido inicial, demandará um período de tempo, o que recomenda a imediata apreciação, ainda que em parte, do pedido de tutela antecipada, até porque estão configurados todos os pressupostos necessários ao acolhimento do pleito de urgência.

Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

- a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.
- b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).

Publique-se, com urgência, e voltem imediatamente conclusos para análise dos documentos que instruem a inicial, e do parecer ministerial como um todo, para efeito de proferir o despacho previsto no art. 52 da Lei 11.101/05.

Rio de Janeiro, 21/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4UBV.13B1.M5F8.8NQE**

Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do>

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL
Representante Legal: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 23/02/2018

Decisão

1- Fls. 249.570/249.579 (Pet. OI): Oficiem-se aos órgãos mencionados informando que os termos das decisões de fls. 89.330/89.336 e 89.496/89.525, que dispensaram as recuperandas da apresentação das negativas fiscais para o exercício de suas atividades e participações em licitações com o Poder Público, ainda estão em vigor, devendo o expediente seguir com as respectivas cópias das decisões, bem como com cópia de fls. 98.172/98.175, que explicitou o seu alcance. Recolhidas as custas, cumpra-se.

2- 256.195/256.196 (Ofício 4ª Vara do Trabalho da 1ª Região): O crédito informado está sujeito ao regime da recuperação judicial, uma vez que o ingresso da referida ação que culminou com sua constituição precede ao início da R.J., essa datada do dia 20/06/2016. Com efeito, não procede a solicitação de penhora no rosto dos autos, devendo o referido crédito ser habilitado na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, sob pena de quebra do pars conditio creditorum. Deixo de acolher a ressalva feita pelo MP no item 12 do parecer Ministerial de fls. 268.262/268.269, uma vez que o crédito já é líquido e certo, devendo assim ser devidamente habilitado. Oficie-se,

informando.

3- Fls. 256.209/256.214; 256.362/256.367; 256.775/259.015; 259.036/ 259.050; 259.071/259.081; 259.187/259.558; 259.564/259.611; 259.630/259.777; 259.830/259.855; 259.889/260.277; 260.281/260.494; 260.498/261.238; 261.275/261.368; 261.370/261.403; 261.416/261.261.505; 261.510//261.966; 261.983/261.986; 261.987/2612.051; 262.053/262.062; 262.100/262.262.126; 262.216/263.555; 263.749/263.759; 264.019/264.023; 264.038/264.045; 264.074/264/264.298; 264.332/264.422; 264.435/264.443; 267.067/267.091; 267.142/267.208; 267.659/267.668; 270.136/270.141; 275.194/275.203.: De acordo com os termos da decisão de fls. 199.000/199.001, deixo de receber todas as habilitações e impugnações apresentadas de forma intempestiva e diretamente nos autos da presente recuperação judicial. Com efeito, cumpra o cartório os exatos termos do comando ali proferido.

4- Fls. 256.216/256.227 (pet. Phoenix Tower Participações S. A): Digam as devedoras e Administrador Judicial.

5- Fls. 259.016/259.035; 259.082/259.186; 259.559/259.563; 259.856/259.888; 260.278/260.280; 261.239/261.274; 261.506/261.509; Indefero, mediante os termos contidos nos itens XVIII e XIX da decisão que concedeu o processamento da recuperação.

6- Fls. 259.067/259.070 (Ofício 5ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre-RS): Levando em conta que a fase administrativa de inscrição dos créditos há muito já se esgotou, e que não é possível promover esta ex-offício, haja vista que isto daria tratamento diferenciado a determinado credores, em evidente quebra da pars conditio creditorum, indefiro o pedido. Oficie-se informando.

7- Fls. 259.612/259.621 (pet. Adriana Montes): Digam as devedoras.

8- Fls. 259.622/ 259.629: Ciente da mediação e do acordo realizados.

9- Fls. 259.778/259.780 (Pet. Jean Guilherme): Promova a devida habilitação de crédito nos termos dos art. 9º e ss. da Lei 11.101/2005, em apartado como determinado na decisão de fls. 199.000/199.001.

10- Fls. 259.781/259.829 (Pet. Petrobrás): Diante da realização da AGC, o pedido perdeu seu objeto. Aguarde-se alguma eventual impugnação ao ato para fins de verificação.

11- Fls. 261.404/261.415 (Pet. Edecio Wagner): Verifique o cartório se há incidente de habilitação autuado em apenso, oportunidade em que deverão ser anexados os documentos apresentados.

12- Fls. 263.758/263.822 (Pet. Companhia Energética do Maranhão): Por ora mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se eventual pedido de informações.

13- Fls. 263.823/263.893 (Pet. Centrais Elétricas do Pará): Por ora mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se eventual pedido de informações.

14- Fls. 264.093/264.298 (pet BRATEL): Ciente da interposição do agravo de instrumento. Considerando que a interlocutória desafiada pelo recurso em tela, ao menos no plano da motivação e fundamentação, está em consonância com a exigência inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, esclareço que a decisão agravada está mantida por este juízo. Aguarde-se eventual pedido de informações.

15- Fls. 264.299/264.331 (Pet. Capricorn Capital Ltd): Sobre a questão em foco, já se encontra nos autos eloquente parecer Ministerial de fls. 268.262/268.269. Determino a intimação, com urgência, do Administrador Judicial para manifestação. Após, conclusos.

16- Fls. 264.578/266.537 (Associação dos Investidores Minoritários): Sobre os fatos narrados, digam as devedoras.

17- Fls. 266.631/266.681 (Pet. Telenge): Diga o administrador judicial.

18- Fls. 266.682/266.685 (Pet. Netcracher Technology): Diga o administrador Judicial.

19- Fls. 268.102/268.135 (Pet. Administrador Judicial): Ciente do RMA referente ao mês de dezembro de 2017. Dê-se ciência de sua apresentação aos interessados.

20- Fls. 270.859/270.888 (Pet. Ol.): I- intinem-se os credores indicados, na forma requerida; II- nada a prover diante do contido nos itens 2 e 4 da presente decisão; III- assiste razão às devedoras, uma vez que o pagamento deverá observar a forma escolhida dentre as opções ensejadas no Plano de Recuperação homologado; IV- informem as próprias devedoras a perda de interesse à Câmara de mediação.

21- Fls. 274.010/274.082 (Pet. Sky Serviços de Banda Larga Ltda): Digam as devedoras.

22- Fls. 274.723/274.724 (Ofício Auditoria da 9ª CJM): Oficie-se informando que a decisão de fls. 98.172/98.175, que dispensou as empresas aqui em recuperação judicial, a participarem de processo de licitação com o Poder Público, independentemente da apresentação das negativas fiscais e de distribuição de feitos falimentares e de recuperação judicial, ainda está em vigor, ressaltando, porém, a necessidade de as recuperandas atenderem a todos os demais requisitos legais exigidos no Edital de Licitação publicado.

23- Fls. 275.127/275.131 (Pet. Ol): Diga o Administrador Judicial.

Por fim, voltem os autos imediatamente conclusos para apreciação das demais questões, inclusive os diversos embargos de declaração interpostos.

Rio de Janeiro, 25/02/2018.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4ISQ.8T41.NQTR.KVJV**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 29/06/2016

Decisão

I- RELATÓRIO

Trata-se de pedido de recuperação judicial com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05 formulado pela OI S.A. ("OI"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; TELEMAR NORTE LESTE S.A. ("TNL"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; OI MÓVEL S.A. ("OI MÓVEL"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro e sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 4"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua Teodoro da Silva nº 701/709 B, 4º andar, Vila Isabel, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20560-000; COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 5"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua Siqueira Campos nº 37, 2º andar, Copacabana, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22031-072; PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ("PTIF"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ("OI COOP"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Schipol, Schipol Boulevard 231, 1118 BH, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (indicadas apenas por OI, TNL, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP), que se inserem no conglomerado econômico denominado de "GRUPO OI", que se dedica às atividades na prestação de serviços de telefonia

fixa e móvel, internet e TV por assinatura dentre outros.

Aduzem ter origem na junção das gigantes nacionais do setor de telecomunicações, quais sejam, a TNL e a Brasil Telecom S.A., em 2009, tendo essas sociedades antes nascidas a partir da privatização da TELEBRÁS ocorrida em 1998.

Em sua narrativa histórica, afirma que, em pouco tempo, se tornou o primeiro provedor de serviços de telecomunicações do Brasil com presença nacional totalmente integrada em uma só marca "OI", e que hoje está presente, com no mínimo um serviço, em todos os 5.570 municípios brasileiros, atendendo aproximadamente 70 milhões de clientes.

No desenvolver de suas atividades, atingiu estrutura operacional com cerca de 330 mil km de cabos de fibra ótica, a um investimento aproximado de R\$ 14,9 bilhões, o que a alçou como uma das maiores operadoras de telefonia fixa da América do Sul, sendo a maior neste ramo no Brasil, com parcela de 34,4% espalhada por todo território nacional, por meio de linhas privadas e públicas.

Com relação à telefonia móvel o "GRUPO OI" alcançou 47,8 milhões de usuários em março de 2016, dos quais 45,6 milhões no segmento de mobilidade pessoal e 2,2 milhões no segmento corporativo/empresarial, o que representa aproximadamente 18,52% de market share em telefonia móvel, cuja cobertura abrange perto de 93% da população brasileira.

No setor de internet banda larga o "GRUPO OI" detém 5,7 milhões de acessos, disponibilizando ainda 2 milhões de hotspots wifi, mantidos em locais públicos, como aeroportos e shopping centers, estendendo ainda seu campo de atuação para o ramo de TV por assinatura, com aproximadamente 1,2 milhões de clientes.

Descreve-se um dos maiores conglomerados empresariais do país, com relevância em múltiplas áreas da economia e da sociedade como um todo, valendo destacar a prestação de serviços ao setor bancário, de transporte aéreo, entre outros que dependem de sistemas de telecomunicações criados e operados pelo "GRUPO OI".

Afirma que, diante do seu gigantismo, recolheram entre o ano de 2013 e 2016 mais de R\$ 30 bilhões de reais aos cofres públicos em tributos, acrescentando que presta serviços essenciais que viabilizam a apuração eletrônica de votos nas eleições municipais e estaduais realizadas no país, visto ser por meio do seu sistema operacional que são transmitidas as informações das 2.238 Zonas e 12.969 Seções Eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais de 21 Estados da Federação.

As atividades do "GRUPO OI", incluindo os serviços que presta e as tarifas que cobra, estão sujeitas a uma regulamentação abrange sob a Lei Federal n.º 9.247/1997 (Lei de Telecomunicações), decretos regulamentadores (como aqueles que estabelecem Políticas Públicas de Telecomunicações, o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado em regime público e o Plano Geral de Metas de Universalização), a Lei Federal n.º 12.485/2011 (Lei do SeAC) e a um quadro regulamentar global para a prestação de serviços de telecomunicações, editado pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), de acordo com as políticas públicas do Ministério das Comunicações, sendo que todos esses serviços dependem da prévia outorga concessiva da ANATEL.

Informa assim operar o "GRUPO OI" sob:

- uma concessão para prestar serviços locais de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC) na Região I (exceto em 57 municípios do Estado de Minas Gerais, que são excluídos da

área de concessão da Região I) detida pela TNL e uma concessão para prestar serviços locais de telefonia fixa na Região II (exceto em nove municípios nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, que são excluídos da área de concessão da Região II) detida pela OI;

- uma concessão para prestar serviços de longa distância nacional na Região I (exceto em 57 municípios do Estado de Minas Gerais, que são excluídos da área de concessão da Região I) detida pela TNL e uma concessão para prestar serviços de longa distância nacional na Região II (exceto em nove municípios nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, que são excluídos da área de concessão da Região II) detida pela OI;

o autorizações de prestação de serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP) nas Regiões I, II e III, detidas pela OI MÓVEL;

- autorizações de direito de uso de radiofrequência para a prestação de serviços 3G nas Regiões I, II e III (exceto 23 municípios do interior do Estado de São Paulo, que incluem a cidade de Franca e arredores), e licenças de radiofrequência para fornecer serviços móveis 4G nas Regiões I, II e III;

- autorizações para uso de recursos de numeração associados a telefonia fixa e a telefonia móvel;

- autorizações de prestação de telefonia fixa local e de serviços de longa distância nacional (i) nos 57 municípios do Estado de Minas Gerais que são excluídos da área de concessão da Região I, (ii) nos nove municípios nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná que são excluídos da área de concessão da Região II e (iii) na Região III;

o autorizações outorgadas à OI para prestar serviços de telefonia de longa distância internacional originados de qualquer local do Brasil;

Na sua estrutura organizacional as empresas OI MÓVEL e COPART 4 são subsidiárias integrais da TNL, que, por sua vez, junto com PTIF, OI COOP e COPARTE5 são subsidiárias integrais da controladora OI, sendo que todas as decisões gerenciais do GRUPO OI emanam de sua controladora, a OI, no Brasil, inclusive com relação as sociedades empresárias constituídas no exterior, apenas como veículos de captação e investimento de recursos.

Afirma ser notório funcionar nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, o verdadeiro centro administrativo, operacional e financeiro de todo o "GRUPO OI", concentrando: i) o centro de gestão operacional da infraestrutura de telecomunicações (Centro de Gerência de Redes - CGR), ii) o principal ponto de conexão de transmissão internacional via cabo submarino e iii) a base de captação de sinal de satélite para transmissão do sinal de TV por assinatura.

Declara que a PTIF e OI COOP criadas apenas como veículos de investimento do GRUPO OI, e constituídos de acordo com as Leis da Holanda, por não exercem atividades operacionais, atuam apenas como longa manus para captação de recursos no mercado internacional, recursos esses que são revertidos para financiamento de atividades do grupo no Brasil, o que torna sua inclusão como litisconsorte no processo de recuperação judicial necessária, uma vez que a consecução de um dos objetivos da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira de todo o GRUPO OI, cujas atividades operacionais se desenvolvem exclusivamente no Brasil.

Expõe que, embora não haja ocorrência de um grupo societário de direito, na forma do art. 265 da Lei 6.404/1996, o são de fato, o que é muito comum no Brasil, pois independentemente da manutenção da personalidade jurídica de cada empresa formadora do grupo, com patrimônio e personalidade jurídicas próprias, existe a toda evidência fortes e inseparáveis interligações econômica e operacional que decorrem, em especial, da interdependência e complementaridade das atividades e dos serviços que prestam, restando comprovada a necessária formação do litisconsórcio ativo.

Sobre a crise financeira, declinam ser fruto da combinação de inúmeros fatores que, ao longo do tempo, agravaram a situação das empresas que compõem o grupo, operando-se esta em três momentos específicos na sua trajetória após a privatização: i) em 2000 financiando o plano de antecipação de metas; ii) em 2009, com a aquisição da Brasil Telecom e a posterior identificação

de determinados passivos relevantes; iii) em 2013, no contexto do processo de expansão internacional do GRUPO OI nos países de língua portuguesa, com a fusão e incorporação da dívida da Portugal Telecom, que tiveram como propósito a transformação do GRUPO OI em um player nacional e internacional.

Crise que se agravou em razão da retenção de mais de R\$ 14 bilhões em depósitos judiciais, o que afeta demasiadamente sua liquidez, sendo que o fato decorre da sujeição à fiscalização nas diversas esferas governamentais, por aspectos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

Paralelamente, existem ainda muitas administrativas impostas pela agência reguladora, atualmente no valor de cerca de R\$10,6 bilhões, o que elevou demasiadamente o seu passivo, em vista das frequentes penhoras em dinheiro requeridas em Juízo pela agência.

Denuncia, ainda, como ponto marcante para o aprofundamento da crise, a evolução tecnológica, o que fez cair a procura e o interesse das pessoas em possuir linha telefônica fixa, ao contrapasso de ainda existir a necessidade do cumprimento de diversas obrigações previstas na Lei Geral de Telecomunicações, dentre as quais se destacam as obrigações de universalização do serviço de telefonia fixa em todo o vastíssimo território nacional, o que demanda considerável discrepância entre o valor necessário a ser investido para cumprimento da obrigação e o retorno efetivo, mediante a observada falta de demanda.

Sobre essa situação, o Ministério das Comunicações, responsável pela edição de políticas públicas, já teria inclusive reconhecido a necessidade de revisar profundamente o marco regulatório do STFC, visto que tais entraves e alterações de mercado são fatores alheios à vontade das requerentes, porém, representam significativo impacto negativo na situação econômica do Grupo ao longo dos últimos anos.

Destaca, ainda, a concorrência com players internacionais, a exemplo da TIM - integrante do Grupo Telecom Itália - da Claro (pertencente ao grupo mexicano Telmex) e da VIVO - subsidiária da Telefônica S. A., empresa espanhola com abrangência global, empresas que se capitalizam no exterior por um custo mais baixo, enquanto as requerentes quase que por obrigação tendem a buscar no mercado nacional recursos sobre altas taxas de juros, haja vista o custo de proteção cambial para captações externas, o que representa enorme desvantagem frente aos concorrentes, prejudicando sua expansão e rentabilidade.

Diz que suas maiores dívidas são financeiras e decorrem de empréstimos, emissão de bonds e debêntures, representando os débitos trabalhistas e aqueles com fornecedores e prestadores de serviços uma parcela mínima do passivo submetido à recuperação judicial.

Como passivo total do GRUPO OI, informou o valor R\$ 65.382.611.780,34 (sessenta e cinco bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e onze mil, setecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos), sendo que deste valor, R\$ 1.652.137.056,16 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões, cento e trinta e sete mil, cinquenta e seis reais, e dezesseis centavos) são de débitos trabalhistas.

Sustenta, contudo, que apesar de todos os obstáculos, que culminaram na atual crise financeira, o GRUPO OI conta com uma receita bruta de 40 bilhões e líquida de cerca de R\$ 27 bilhões por ano, possuindo todas as condições de reverter o atual cenário de crise.

Como forma de conduzir e soerguer o Grupo empresarial, afirma já estar implementando importante e sério plano de reestruturação interna, que compreende uma gama de iniciativas que objetivam aumento da participação no mercado, corte de custos e, sobretudo, eficiência operacional, que visa a difundir na empresa uma cultura nova de aumentos de produtividade e

redução de gastos.

Afirmam todas que atendem às exigências contidas no art. 48 da LFR, declarando na oportunidade: I) Que exercem regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos; II) que não são falidas e jamais tiveram a sua falência decretada; III) que jamais obtiveram a concessão de recuperação judicial e IV) que não foram, assim como nenhum de seus administradores ou controladores, condenadas por qualquer dos crimes previstos na Lei n.º 11.101/05.

Inicial instruída com os documentos de fls. 49/89.228.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Depara-se o Poder Judiciário com o pedido de recuperação judicial de um dos maiores conglomerados empresariais do mundo, com magnitude de operações em todos os Estados brasileiros, e com forte impacto social em todas as estruturas da sociedade.

O GRUPO OI tem receita líquida expressiva e desempenha serviços públicos e privados inequivocamente essenciais para a população brasileira. Ademais, gera dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos, bem como recolhe, ao Poder Público, bilhões de reais a título de tributos.

As referidas peculiaridades revelam a necessidade de este Juízo exercer o seu mister constitucional de preservação da empresa, fonte de empregos e de riquezas para toda a sociedade. Afinal, ao se socorrerem do Poder Judiciário, neste momento de crise global, as requerentes pretendem superar as dificuldades, a fim de atingir os seus objetivos sociais.

Para que uma recuperação seja viável, cabe ao Magistrado, além de observar o ordenamento jurídico, adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento do dever legal de viabilizar a preservação da empresa, seja ela uma sociedade empresária de pequeno porte ou, como ocorre neste caso, um relevante grupo econômico, com ramificações internacionais, que movimenta bilhões de reais, anualmente.

Feitas essas relevantes considerações, mas antes da análise dos requisitos objetivos para concessão do deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, necessário o enfrentamento de questões processuais preliminares, que dizem respeito à possibilidade: a) da concessão do pedido recuperacional à sociedade estrangeira e b) da formação do litisconsórcio ativo.

II.1- Da Insolvência Transacional

A inicial invoca com proficiência a questão relativa ao cross-border insolvency, trazendo em seu bojo tema abordado a partir do processo de globalização, mediante o inevitável crescimento das relações comerciais internacionais, haja vista a necessidade cada vez maior da criação de sociedades empresárias, cujas relações comerciais se desenvolvem em diversos países, com evidente modificação em suas estruturas operacionais, as quais se tornam volúveis para com o Estado de sua constituição original, relativizando assim o conceito clássico de soberania.

O problema surge a partir da falta de legislação específica para tratar da matéria relativa à insolvência transnacional ou transfronteiriça, visto que a Lei 11.101/2005, em seu art. 3º, dispôs apenas que, para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou

decretar a falência, é competente o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil. Adotou-se, desta forma, a teoria territorialista.

Em comentário ao art. 3º da LRE, Campinho (2006) assevera que "deflui do preceito o "sistema da territorialidade" como critério ou princípio para inspirar a regra de competência. Limitam-se os efeitos da falência ou da recuperação ao próprio país, reconhecendo-se a supremacia da Justiça Nacional para conhecer das matérias." (CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 40).

Diante disso, preconiza-se que o legislador fixou que a lei abrange, além das empresas nacionais, as estrangeiras, contudo é necessário, para isso, que ela esteja representada no Brasil através de filial.

"[...] em se tratando de sociedade estrangeira, o foro competente também será o do seu principal estabelecimento, mas para determina-lo serão levados em conta apenas os estabelecimentos localizados em território nacional. Dentre esses, enfim, vê-se em qual deles a sociedade estrangeira concentra o maior volume de negócios, sendo ele, então, o foro competente para a ação falimentar a ser ajuizada contra ela (Ramos, 2010, p.656, Homologação de sentenças estrangeiras no brasil: breves considerações." (Revista Direito e Desenvolvimento, <http://unipe.com.br/periodicos/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/95/96>).

Por este caminho trilhado, assevera-se que, quanto à competência internacional, em sentido de aplicação dos efeitos da sentença que decreta a falência em outro país, a LFRE é ausente de tal previsão. A propósito, leciona a boa doutrina que as questões atinentes a esta problemática ficam reguladas pelo art. 105, I, alínea "i" da Constituição Federal, que prevê como solução a homologação de sentença (vide: ARAÚJO, José Francelino de. Comentários à lei de falências e recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva, 2009. estrangeira pelo STJ.).

Tem-se assim uma vacância legislativa nos casos em que o pedido é veiculado em razão de sociedade empresária estrangeira, sem filial em território nacional, que, porém, faça parte de grupo econômico, cujo controlador tem reconhecida sede no país, e perante o qual esteja vinculado econômica ou societariamente.

A busca por novos mercados, seja para diversificação de atividades ou mesmo somente para capitalização de investimentos, é feita por meio da criação de formas societárias complexas, tais como a criação de holdings, subsidiárias e afiliadas.

Muitas das vezes são criadas empresas que se afiliam ou mesmo são criadas para integrarem determinado grupo econômico de "fato", vez que não constituído na forma prevista no art. 265 e seguintes da Lei 6.404/76, mas que, porém, funcionam somente como braços operacionais de sua controladora, sem desenvolverem qualquer atividade empresarial, posto que atuam, basicamente, na captação e gerenciamento de investimentos.

É exatamente essa situação apresentada pelas requerentes, no tocante às empresas PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ("PTIF") e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ("OI COOP"), pessoas jurídicas de direito privado constituídas de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam (Naritaweg 165, 1043 BW e Schipol, Schipol Boulevard 231, 1118 BH, respectivamente), nos termos da peça vestibular:

"No que tange à PTIF e à OI COOP, cumpre reiterar que não são sociedades operacionais, mas sim veículos de investimento para captação de recursos no exterior, voltados ao financiamento das atividades do GRUPO OI, cujo principal estabelecimento, como se sabe, está localizado nesta cidade do Rio de Janeiro."

Nota-se, portanto, que a questão a ser conhecida se afigura justamente na possibilidade da aceitação do pedido e do processamento da recuperação judicial de sociedades estrangeiras -- sem filial no Brasil -- sobre o crivo da justiça nacional, mediante falta de previsão legal neste sentido.

Tais questionamentos, impensáveis tempos atrás, representam um desafio ao sistema jurídico, na medida em que a nossa normatização falimentar e de recuperação judicial de sociedades empresárias foi formatada ainda sobre um contexto em que as empresas eram estruturadas de forma menos complexas - na maioria das vezes correspondendo a uma única pessoa jurídica - diferentemente da realidade vivenciada nos dias atuais, em que os grupos econômicos complexos protagonizam a economia global.

De um modo geral, a prática empresarial econômica deixou de ser baseada em um modelo exclusivamente unissocietário, constituído pelas habituais sociedades empresariais individuais, cuja atuação antes se restringia ao âmbito de um único país, passando a refletir a realidade contemporânea composta por grupos e empresas essencialmente plurissocietárias.

Surgidas, então, questões empresariais que extrapolam a competência da legislação territorial do foro da constituição das sociedades, torna-se imperiosa a busca de solução jurídica pelos operadores do direito, para suprir a lacuna legal, através da interpretação sistemática e analítica do ordenamento e, notadamente, dos princípios constitucionais aplicáveis.

Vale dizer, busca-se uma solução de direito para uma empresa estrangeira que, sem bens de capital no seu Estado constituinte, e criada apenas para servir de longa manus de sua controladora com sede no Brasil, passa por dificuldades financeiras pelos mais diversos motivos, e precisa se socorrer do instituto da recuperação judicial ou extrajudicial.

Tal qual o sistema jurídico-falimentar pretérito, a atual lei de falências silencia sobre a temática em comento, não dispondo sobre processos que envolvam casos de insolvência transnacional, causando insegurança jurídica para a recuperação judicial de grupos societários multinacionais.

A ONU, atenta ao crescente número de questões surgidas a partir da criação de gigantes multinacionais petrolíferas, criou no ano de 1966 a United Nations Commission International Trade Law (UNCITRAL), com objetivo de pacificar questões conflituosas do direito empresarial, fixando premissas para uma lei modelo para as questões falimentares, já tendo esta sido inserida em diversos ordenamentos jurídicos estrangeiros, com base para uma provável competência universal para a matéria.

Referida norma, inspirada na tendência universalista da antiga Section 304 do Bankruptcy Code dos Estados Unidos e dos Protocolos de Cooperação, tinha como objetivo primordial auxiliar os Estados a solucionar, de forma mais eficiente e satisfatória, casos envolvendo insolvências de grandes grupos multinacionais, com credores, patrimônios e estabelecimentos espalhados pelo mundo. A norma foi elaborada por um grupo composto por especialistas de numerosos países europeus e contou, ainda, com o auxílio de organizações não governamentais, tais como a International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals.

Por esse viés, possibilita-se que, a partir do princípio da cooperação jurídica entre as nações, desenvolvam-se procedimentos a tornar o procedimento falimentar mais universalizado (vide Lei modelo UNCITRAL e o regulamento EU 1.346).

Os dois regulamentos preveem a abertura da jurisdição nacional dos países ao âmbito de competência internacional. Por este plano, seria a solução mais adequada para reorganizar a

legislação falimentar nacional, já que propiciaria a credores, e ao próprio Estado, uma maior segurança jurídica, e estaria em conformidade com o procedimento da duração razoável do processo, previsto no nosso ordenamento jurídico.

Contudo, a Lei modelo UNCITRAL não contém um "hard law", um caráter cogente, de observância obrigatória pelos Estados, pois se trata, na realidade, de um corpo normativo tido como exemplar e referencial, destinado apenas a orientar os poderes Legislativo e Judiciário dos Estados no que tange à disciplina do direito falimentar transnacional.

Portanto, para alguns países que adotaram a Lei Modelo da UNCITRAL, e outros que editaram normas influenciadas e baseadas na visão universalista da Lei referencial, o problema gerado pela Insolvência Transnacional viu-se solucionado - o que não é o caso do Brasil.

A doutrina, então, busca solução através de dois modelos acadêmico-teóricos antagônicos de insolvência transnacional, que preconizam o territorialismo e o universalismo.

No territorialismo, o juízo de cada Estado teria jurisdição exclusiva sobre os bens do devedor nele localizados e, como resultado, o sistema jurídico de cada um desses Estados disciplinaria a arrecadação dos ativos e a distribuição dos ativos aos credores.

Já no universalismo, temos um juízo, aquele do Estado no qual o devedor possui seu centro de interesses principais, que teria jurisdição mundial para administrar sua insolvência, o qual irá abranger todo e qualquer bem do devedor independente de sua localização, com aplicação do *lex fori concursus global* - princípio da universalidade - reconhecida como a mais aplicada.

No presente caso, em tese, as duas teorias poderiam ser conjugadas, ao passo que as sociedades empresárias estrangeiras não possuem efetivamente bens no exterior, mas apenas dívidas com garantias de pagamento ofertadas pela holding brasileira - sua controladora - atraindo a teoria territorialista; e por serem apenas subsidiárias integrais atuando como longa manus para captação de recursos no mercado internacional para aplicação direta no mercado brasileiro, aplicar-se-ia a teoria universalista.

Contudo, diante da vacância legislativa, tem o julgador que buscar outras fontes de direito para dar solução à questão, tal como suscitado nas razões de decidir em acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, quando do enfrentamento de questão similar nos autos do agravo de instrumento processo nº 0064568-77.2013.8.19.0000 (Relator Desembargador Gilberto Guarino), objetivando que o julgador, diante da lacuna normativa, deve observar e decidir com base no art. 4º da Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro:

"34. Isso estando bem claro, não se está erigindo o Estado Juiz à condição de legislador positivo. A ausência de previsão normativa quanto à aplicação do instituto da recuperação judicial além dos limites territoriais, se não o autoriza, por outro lado não o veda. A hipótese desafia a decisão de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, conforme prevê o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de aplicação cauta e excepcional, em situações que, a seu turno, demandem cautela e sejam, por igual, excepcionais. Até porque são os princípios gerais os responsáveis pela atuação do Ordenamento Jurídico à feição de um todo, integrando-lhe setores comunicantes, de outra forma tornados estanques."

Diz o art. 4º do Decreto-Lei 4.657/42 (LICC) que "quando da lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito."

Sobre a equidade, socorremo-nos da lição de Carlos Maximiliano, em sua obra "Hermenêutica e

Aplicação do Direito" (19ª edição, pg. 140 e 141, Editora Forense, 2001), destacando-se o trecho em que trata da equidade:

"183. Desempenha a Equidade o duplo papel de suprir as lacunas dos repositórios de normas, e auxiliar a obter o sentido e alcance das disposições legais. Serve, portanto, à Hermenêutica e à Aplicação do Direito... A Equidade judiciária compele os juízes, "no silêncio, dúvida ou obscuridade das leis escritas, a submeterem-se por um modo esclarecido à vontade suprema da lei, para não cometerem em nome dela injustiças que não desonram senão os seus executores". A frase - *summum jus, summa injuria* - encerra o conceito de Equidade. A admissão desta, que é o justo melhor, diverso do justo legal e corretivo do mesmo, parecia aos gregos meio hábil para abrandar e polir a ideia até então áspera do Direito; neste sentido também ela abriu brecha no granito do antigo romanismo, humanizando-o cada vez mais (3). "Fora do *oequum* á somente o rigor *juris*, o *jus durum*, *summum*, *callidum*, a *angustissima formula* e a *summa crux*. A *oequitas* é *jus benignum*, *temperatum*, *naturalis justitia*, *ratio humanitatis* - "fora da equidade há somente o rigor do Direito, o Direito duro, excessivo, maldoso, a fórmula estreitíssima, a mais alta cruz. A equidade é o Direito benigno, moderado, a justiça natural, a razão humana (isto é, inclinada à benevolência)".

Com intuito inovador, a Lei 11.101/2005 trouxe ao nosso mundo jurídico um instituto que, diferentemente da antiga concordata, busca satisfazer o maior número de credores da empresa devedora, contudo, sobre um ângulo mais amplo, onde se visa também a proteção jurídica do mercado, que deve, sempre que possível, se desenvolver de um modo sadio em benefício da sociedade e do crescimento econômico num todo, mediante a preservação da empresa (art. 47).

Segundo Manoel Justino Bezerra Filho "Esta lei pretende trazer para o instituto da falência e da recuperação judicial nova visão, que leva em conta não mais o direito dos credores, de forma primordial, como ocorrerá na anterior. A lei anterior, de 1945, privilegiava sempre o interesse dos credores, de tal forma que um exame sistemático daqueles artigos demonstra a ausência de preocupação com a manutenção da empresa como unidade produtiva, criadora de empregos e produtora de bens e serviço, enfim, como atividade de profundo interesse social, cuja manutenção de ser procurada sempre que possível". (Nova lei de recuperação e falência comentada. 3 ed. São Paulo, RT, 2005, pág. 129)

Neste contexto ideológico da LFRE, deve a lacuna legislativa ser preenchida, com observância da equidade e dos princípios gerais do direito, com vista atender ao seu propósito vital, externado no seu art. 47, que declina ser princípio basilar da recuperação judicial a preservação da empresa, vista agora como um mecanismo de desenvolvimento social, gerador de empregos e riquezas - com destacada função social.

Nesta linha de posicionamento, o precedente jurisprudencial do caso da OGX, acima já citado, concluiu pela concessão da recuperação das subsidiárias estrangeiras - não operacionais - conjuntamente com o do grupo empresarial que integrava:

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0064658-77.2013.8.19.0000 AGRAVANTES: OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S/A., OGX PETRÓLEO E GÁS S/A., OGX INTERNATIONAL GMBH e OGX ÁUSTRIA GMBH HSBC CTVM S/A. RELATOR: DESEMBARGADOR GILBERTO CAMPISTA GUARINO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DO REQUERIMENTO DAS DUAS PRIMEIRAS AGRAVANTES, QUE TÊM SEDE NO BRASIL, REJEITANDO, CONTUDO, A POSTULAÇÃO DAS TERCEIRA E QUARTA RECORRENTES, AMBAS COM SEDE NA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA. IRRESIGNAÇÃO. REJEIÇÃO DA RECUPERAÇÃO CONJUNTA QUE NÃO SE AFIGURA SUSTENTÁVEL.

FINALIDADE DO INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL CALCADA NA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E DE SUA FUNÇÃO SOCIAL, ALÉM DE TER POR ESCOPO O ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 47 DA LEI N.º 11.101/2005). A EMPRESA NÃO INTERESSA APENAS A SEU TITULAR (EMPRESÁRIO), MAS A DIVERSOS OUTROS ATORES DO PALCO ECONÔMICO (TRABALHADORES, INVESTIDORES, FORNECEDORES, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E ESTADO). OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S/A. QUE É A SOCIEDADE HOLDING E NÃO OPERACIONAL, CONTROLADORA DA OGX PETRÓLEO E GÁS S/A., TITULAR DE 99,99% DO SEU CAPITAL SOCIAL. CONTROLE EXERCIDO DIRETA E INTEGRALMENTE TAMBÉM SOBRE A OGX INTERNATIONAL GMBH E A OGX ÁUSTRIA GMBH CTVM S/A.. SOCIEDADES DE HOLDING COM RESPALDO NOS ARTS. 2º, § 3º, E 243, § 3º, DA LEI N.º 6.404/76. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS ESTRANGEIRAS, NOTORIAMENTE SUBSIDIÁRIAS, QUE APENAS CONSTITUEM A ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DE SUA CONTROLADORA NACIONAL, SERVINDO COMO VEÍCULO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS, VISANDO A EMISSÃO DE "BONDS" E RECEBIMENTO DE RECEITAS NO EXTERIOR. CONFIGURAÇÃO DE UM GRUPO ECONÔMICO ÚNICO, EM PROL DE UMA ÚNICA ATIVIDADE EMPRESARIAL, CONSISTENTE NA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM TERRITÓRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS CREDORES CONTRÁRIA A UM PLANO COMUM DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEGISLAÇÃO AUSTRIACA SOBRE INSOLVÊNCIA QUE ADMITE O RECONHECIMENTO DOS EFEITOS DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA ESTRANGEIRO, QUANDO O CENTRO DE PRINCIPAL INTERESSE DO DEVEDOR (COMI) ESTÁ LOCALIZADO NO ESTADO ESTRANGEIRO E O PROCESSO É, EM ESSÊNCIA, COMPARÁVEL AO AUSTRIACO. ESTUDO DE VIABILIDADE ANEXADO AOS AUTOS. FALTA DE PREVISÃO NORMATIVA QUANTO À APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ALÉM DOS LIMITES TERRITORIAIS QUE, SE NÃO O AUTORIZA, POR OUTRO LADO, NÃO O VEDA. LACUNAS LEGISLATIVAS DECIDIDAS DE ACORDO COM A ANALOGIA, OS COSTUMES E OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO (ART. 4º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO). PREDOMÍNIO DA EQUIDADE, QUE BUSCA ADEQUAR A LEI ÀS NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS, A FIM DE QUE O ÓRGÃO JURISDICIONAL ACOMPANHE AS VICISSITUDES DA REALIDADE CONCRETA. INOCORRÊNCIA DE TRANSMUTAÇÃO DO ESTADO JUIZ EM ESTADO LEGISLADOR POSITIVO. QUESTÃO VERSADA QUE, POR SER DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL, NÃO PODE FICAR À MARGEM DA ANÁLISE JURISDICIONAL, BEM PONDERADOS OS ASPECTOS DO CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, COLIMANDO TRATAR DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL. PROVIMENTO DO RECURSO, CONFIRMANDO-SE O DEFERIMENTO DO EFEITO SUSPENSIVO ATIVO, PARA REVOGAR A INTERLOCUTÓRIA AGRAVADA E DETERMINAR O PROCESSAMENTO CONJUNTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS AGRAVANTES."

Recentemente, inclusive, foi amplamente divulgado acórdão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, relatado pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, no julgamento da SEC 11.277, o qual, por unanimidade de votos, negou homologação de decisão estrangeira que desafiava o juízo universal de recuperação judicial em curso no Brasil.

O Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), por outro lado, através do seu artigo 926, preconiza a valorização dos precedentes jurisprudenciais como norte para o julgamento dos processos. A respeito desta dogmática, a lição de MARINONI:

"Alguém poderia dizer que decisões várias para um mesmo caso não significa desordem, mas o reflexo de uma natural diversidade de opiniões. É certo que essa péssima praxe se solidificou por muito tempo em nosso direito, mas não há como deixar de ver, se se pretende analisar a situação do judiciário de modo crítico, que isso atenta contra a igualdade, a imparcialidade e a segurança jurídica. Não há como admitir decisões diferentes para casos semelhantes, a menos que se

imagine que os juízes e tribunais não fazem parte de um só sistema e Poder." (MARINONI, Luiz Guilherme, Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 2.073)

Nesta linha de raciocínio, levando-se em consideração que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já decidiu, em hipótese análoga, que é legalmente possível o deferimento do processamento da recuperação judicial, com a extensão dos seus efeitos, às subsidiárias estrangeiras da empresa recuperanda, entendo que esse entendimento deve ser aplicado ao caso dos autos.

Vale destacar, ainda, que o atual Código de Processo Civil nos artigos 26 e 27 adotou, como princípio geral, a Cooperação Internacional, cujo objetivo foi a sistematização de normas e princípios majoritariamente aceitos pela doutrina processual internacional, de sorte a facilitar a solução de conflitos civis transacionais, principalmente os decorrentes do comércio global, pois a necessidade da produção de atos em um país para o cumprimento em outro e vice-versa decorre de crescente internacionalização da economia, cujo fortalecimento é de indiscutível interesse universal.

Tudo isso estreita a possibilidade do processamento da recuperação de sociedade empresária estrangeira, sem filial no Brasil, pois a ideia reforça o princípio constitucional da segurança jurídica, ao passo que a preocupação em se tutelar, adequadamente, os direitos e interesses de todos os envolvidos, numa dimensão individual ou coletiva, estará facilitada e amplamente simplificada.

NIKLAS LUHMAN informa que o fundamento da cooperação internacional repousa na confiança mútua entre os Estados cooperantes, cuja necessidade é gerada pela complexidade social, fruto da intensa mutabilidade das relações humanas no tempo e no espaço, e cuja utilidade decorre do significativo aumento das possibilidades para experiências e para as ações (LUHMAN, Niklas. Confianza. Anthropos. México: Universidad Iberoamericana, 1996).

Por seu turno, ADELA CORTINA sustenta a ideia de que a construção da confiança impõe o exercício do valor solidariedade, o qual constitui fundamento dos direitos, e que significa uma relação entre pessoas, que participam com o mesmo interesse em certa coisa, e que retrata a atitude de uma para com a outra quando se coloca o esforço num determinado tema delas (CORTINA, Adela. Ética sin moral. Madrid: Tecnos, 1990. p. 288).

O Ministério Público, em seu substancial parecer emitido nestes autos, visualizou a possibilidade da cooperação internacional como forma de transpor a barreira da lacuna legislativa, opinando favoravelmente ao deferimento do pedido com relação às subsidiárias estrangeiras, nos termos ora reproduzidos:

"Com efeito, a forma inédita como foi requerida a recuperação judicial atende a tais preceitos, buscando a solução da questão iuris no direito comparado. Permito-me transcrever trecho de estudo realizado por esse membro do Ministério Público sobre o tema. As empresas internacionais que possuem algum tipo de estabelecimento localizado no território brasileiro, ao amargarem dificuldades econômicas e financeiras serão submetidas à lei nacional. A jurisdição é desenvolvida tanto para o reconhecimento e determinação do direito discutido, entendido pelo processo de conhecimento da falência, como para arrecadação dos ativos e execução do devedor. Assim, a norma brasileira será aplicada, cuja decisão judicial será acatada nos países em que o grupo econômico estiver situado, mediante a abertura de processos secundários, podendo-se, inclusive, estabelecer-se protocolo entre os juízos (insolvency protocol), dispensadas as formalidades de cartas rogatórias e tradução juramentada, respeitada a jurisdição (soberania) de cada Estado."

Por todo o exposto, com observância na jurisprudência, na interpretação sistemática do

ordenamento e na equidade - na sua dupla função de supressão da lacuna legislativa e de auxílio na obtenção do sentido e alcance nas disposições legais para servir à aplicação do direito -, a fim de que seja atendido assim o espírito maior da preservação da atividade empresarial previsto na Lei 11.101/2005, atrelada a perspectiva surgida a partir da aplicação da Cooperação Jurídica Internacional no Direito Brasileiro, DECLARO a legitimidade ativa das subsidiárias estrangeiras formadoras do "GRUPO OI" para formularem o pedido de recuperação judicial no Estado-sede da constituição de sua controladora, este fixado na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

III.2- Do Litisconsórcio Ativo

Ao contrário dos grupos societários de direito, cuja formação a lei impõe características próprias para constituição, dificuldade encontra-se para identificação dos grupos societários de fato, haja vista a possibilidade de se materializarem por meio de diversas e intrincadas relações econômicas entre as entidades, apesar de continuarem dotadas de personalidade e patrimônio próprios, e aparentemente independentes.

Sustentam alguns doutrinadores que nos grupos econômicos formais existe apenas uma empresa e várias pessoas jurídicas atuando como empresárias, formando uma espécie de "sociedade em comum" de pessoas jurídicas.

Os grupos econômicos de fato são formados por sociedades que mantêm, entre si, firmas e intrincados laços empresariais através de participações acionárias, sem necessidade de se organizarem juridicamente, mantendo-se isoladas e relacionando-se sob a forma de coligadas, controladas e controladoras, sem necessidade de maior estrutura organizacional.

É necessário, quase sempre, para verificarmos a existência desse fenômeno, apurarmos a configuração de três elementos fundamentais, quais sejam: contribuição individual com esforços ou recursos, atividade para lograr fins comuns e participação em lucros e prejuízos.

Nesse aspecto, as sociedades empresárias que formam o polo ativo do pedido enquadram-se dentro da descrição acima realizada.

Com efeito, ao analisarmos não só a estrutura organizacional do grupo - essencialmente voltado para dar sustentabilidade a Holding controladora -, é evidente o entrelace de direitos e obrigações surgidas na formação dos contratos com terceiros, tais como i) emissão de bonds pelas subsidiárias estrangeiras, garantidos pela controladora OI; ii) emissão de CCI por parte da COPART 4 e COPART 5, com lastro na renda de imóveis de sua propriedade locadas à própria OI e a TNL; iii) contratos de mútuo intercompany e de dívida firmados entre OI, TNL e OI MÓVEL.

Com propriedade, a inicial destaca que apenas o processamento único de recuperação judicial das empresas integrantes do GRUPO OI é capaz de viabilizar o reerguimento do conglomerado.

Para sustentar esta assertiva, a peça vestibular elenca uma série de características que convencem este Juízo do necessário litisconsórcio ativo, como, por exemplo, a ligação intrínseca -- dos pontos de vista operacional e comercial -- das concessões e autorizações referentes aos serviços de telecomunicações prestados pelas sociedades OI, TNL e OI MÓVEL.

Chama a atenção, neste sentido, o compartilhamento das infraestruturas físicas indispensáveis para a distribuição de dados, telefonia fixa, móvel, internet e sinal de televisão, prática comum no setor de telecomunicações, o que inviabilizaria, inclusive, eventual separação dos ativos. Este fato é notório e pode ser constatado com o oferecimento, para os usuários, de planos comerciais que englobam diversos serviços ("Oi Total").

Há, ademais, segundo relatado pela petição inicial, convergência organizacional corporativa do GRUPO OI, com a unificação e o processamento conjunto da folha de pagamento e a interligação de altos executivos do conglomerado empresarial.

A comunhão de desígnios com vista objetivar o fortalecimento do grupo é evidente quando se verifica, ainda, a outorga de inúmeras garantias recíprocas entre as suas formadoras nos mais variados contratos, o que concretiza o indubitável entrelaçamento de fins, atividades e participação nos lucros entre as integrantes do grupo.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já enfrentou, em mais de uma oportunidade, o cabimento do litisconsórcio ativo em recuperação judicial de grupo empresarial/econômico de fato. Neste sentido:

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OITAVA CÂMARA CÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0049722-47.2013.8.19.0000 RELATORA: DESEMBARGADORA. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - Julgamento: 04/02/2014. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO."

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0005927-83.2016.8.19.0000 RELATOR: DESEMBARGADOR. SERGIO RICARDO A FERNANDES - Julgamento: 26/04/2016. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO (GRUPO BSM). POSSIBILIDADE. COMUNHÃO DE DIREITOS E DE OBRIGAÇÕES (ART. 113, I DO NCPC). COMPETÊNCIA DO JUÍZO EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL PARA PROCESSAR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ART. 3º DA LEI 11.101/05), VEZ QUE O PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO GRUPO ECONÔMICO ESTÁ LOCALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. ACERTO DO DECISUM RECORRIDO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (...)Cuida-se de controvérsia acerca do processamento conjunto da recuperação judicial de empresas integrantes do mesmo grupo econômico (Grupo BSM) e do seu ajuizamento no foro do principal estabelecimento da empresa controladora, ora 1ª Agravada. Os Agravantes insurgem-se contra a r. decisão que indeferiu o pleito de separação do processamento da recuperação judicial, sob o fundamento de a 2ª Agravada ser companhia totalmente independente da sua controladora (1ª Agravada). Sustentam as partes agravantes que, ao requerer a recuperação judicial, a 2ª Agravada não se encontrava em situação de crise econômico-financeira e que apenas fez o

requerimento com o objetivo de salvar a sua controladora (1ª Agravada) e seus sócios. Todavia, o exame detido dos autos revela que não assiste razão aos Agravantes. Inicialmente, cumpre esclarecer que o fato da Lei 11.101/05 não prever expressamente a possibilidade de litisconsórcio ativo, no pedido de recuperação judicial, não impede a sua utilização, uma vez o artigo 189 da referida lei autoriza a aplicação do Código de Processo Civil ao procedimento de recuperação judicial, no que couber. Sendo assim, o artigo 46, inciso I do CPC/73 (aplicável à época), correspondente ao atual artigo 113, inciso I do NCPC1, autoriza a pluralidade de pessoas no polo ativo do processo quando houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, o que parece existir na hipótese dos autos, já que as Agravadas integram o mesmo grupo econômico (Grupo BSM). Nesse passo, tendo em vista que as Empresas agravadas prestam serviços de forma integrada de modo a evidenciar a presença de um único empreendimento visto globalmente, a despeito das particularidades de cada empresa, temos como justificável o processamento conjunto da recuperação judicial dessas sociedades empresárias. Ademais, a reunião das Empresas agravadas no polo ativo do pedido de recuperação, ao que tudo indica, facilitaria o cumprimento do plano de recuperação, possibilitando o pagamento dos credores, dentro dos prazos estabelecidos, não havendo comprovação de qualquer conduta fraudulenta por parte das Agravadas. A propósito, destaca-se trecho do parecer da dd. Procuradoria de Justiça (index 00127): "(...) No mundo globalizado, a atividade empresarial é organizada, em regra, sob a forma de grupos econômicos e as relações jurídicas desses agrupamentos societários com terceiros não podem ser encaradas, nem resolvidas sob o prisma simplista do interesse isolado de cada uma das sociedades. As sociedades agem como um grupo econômico e assim devem ser consideradas. Deste modo, recomendável que a sociedade legitimada a propor a recuperação judicial seja tomada em sua acepção ampla, englobando também o conceito de grupo econômico, de fato ou de direito. (...) Há, inclusive, precedente deste Tribunal de Justiça sobre o tema: "RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDITORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO." (0049722-47.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - OITAVA CÂMARA CÍVEL) E, na mesma linha: TJ-RS - Agravo de Instrumento AI 70065841918 RS (TJ-RS) Data de publicação: 28/08/2015 Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. APRESENTAÇÃO DE PLANO INDIVIDUALIZADO. MANUTENÇÃO DA POSSE DOS BENS. 1. Comprovada a existência de formação de grupo econômico, correto o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 48 da Lei n. 11.101 /2005. 2. A intenção jurídica e social da recuperação judicial é exatamente viabilizar que a empresa monte um plano para saldar suas dívidas e prosseguir operando normalmente. Aplicação do princípio da preservação da empresa. 3. Necessidade de apresentação de plano individualizado para cada uma das recuperandas, sobretudo diante da observância ao princípio da pars conditio creditorum, a fim de preservar a votação somente pelos credores de cada empresa. 4. Possibilidade de

manutenção da posse dos bens objeto de alienação fiduciária durante o período da recuperação. Observância ao princípio da preservação da empresa e manutenção da atividade produtiva (art. 47 da Lei n. 11.101 /05). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70065841918, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 25/08/2015) (...) Por conta de tais considerações, nega-se provimento ao agravo de instrumento."

Irrefragável que, a despeito da ausência de previsão na lei vigente, a formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial é absolutamente viável, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico, de fato ou de direito. Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir a dinamicidade do mercado e no atual estágio do capitalismo com abrangência de grupos econômicos), para os fins da LRF, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade do grupo de sociedades.

Os doutrinadores destacam, a esse respeito, que o litisconsórcio ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao princípio basilar da preservação da empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores.

Assim sendo, e atento ao parecer favorável do MP, conheço e defiro a formação do litisconsórcio ativo postulado pelas recuperandas.

III.3- Da suspensão da cláusula resolutiva e da autorização para participação em licitações

As requerentes informam à inicial que grande parte de seus contratos que estão em vigor, inclusive os operacionais, contam com cláusulas de rescisão e de vencimento antecipado em caso de pedido de recuperação judicial por uma das partes.

Essas cláusulas, comumente chamadas de ipso facto da insolvência, justamente por estabelecer que, mediante a declaração do estado de insolvência, como do pedido de recuperação judicial de uma das partes, há por si só a resolução do contrato de pleno direito, ainda que nenhuma obrigação nele tenha sido inadimplida.

Sustentam as requerentes que, para prestar aos seus clientes os serviços de comunicação, contratam com fornecedores a prestação de inúmeros serviços, tais como a interconexão, constituição de redes de telecomunicações, direitos de passagem, além de outros cuja eventual rescisão pode afetar adversamente a prestação desses serviços.

Neste passo, entendem que eventual rescisão dos contratos, por conta do ajuizamento do presente pedido de recuperação judicial, impactaria sua atividade-fim com reflexos no sucesso da recuperação judicial e, em última análise, prejuízo aos consumidores que ficariam privados de tais serviços, pelo que requerem a concessão de tutela de urgência para o fim de ser decretada a suspensão da eficácia das cláusulas contratuais que preveem o ajuizamento de recuperação judicial como causa de rescisão contratual.

É preciso destacar de plano, o fato de não raras vezes o estado de insolvência está ligado tão somente à uma falta momentânea de liquidez, situação que neste momento prefacial parece ser o que levou as devedoras a formularem o seu pedido de recuperação judicial. Contudo, tal fato não pode se configurar, sem uma análise mais detida das relações contratuais existentes, a plena e clara configuração de que as devedoras não possuem meios para a satisfação dos contratos por

elas firmados, devendo, com isso haver uma relativização do contido no art. 477 do CC.

Somado a isto, quase sempre é possível se configurar que diversos dos contratos firmados com aquela que postula o pedido de recuperação judicial, estão diretamente ligados às atividades essenciais da mesma, principalmente aqueles de duração diferida no tempo, de modo tal que, sua extinção implicará no agravamento da crise, podendo tornar a mesma insuperável.

A questão, portanto, deve ser enfrentada sob dois enfoques. No primeiro, deve-se avaliar se a cláusula contratual que permite a rescisão da avença em razão do ajuizamento de pedido de recuperação judicial deve ser interpretada sob a ótica da função social do contrato, na esteira do que dispõe o art. 421 do Código Civil.

Tal dispositivo representa uma tendência do direito civil moderno, que tem por escopo o afastamento das concepções individuais em prol da socialização do contrato, subordinando a liberdade de contratar à sua função social, com prevalência das questões de ordem pública.

A melhor doutrina leciona que "a função social do contrato serve precipuamente para limitar a autonomia da vontade quando tal autonomia esteja em confronto com o interesse social e esta deva prevalecer, ainda que essa limitação possa atingir a própria liberdade de não contratar, como ocorre nas hipóteses de contrato obrigatório". (GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 25.)

Mamede (2014, pag.122) trata do tema: Uma das metanormas que orienta o Direito Empresarial viu-se no primeiro volume desta coleção, é o princípio da preservação da empresa, cujos alicerces estão fincados no reconhecimento de sua função social. Por isso, a crise econômico-financeira da empresa é tratada juridicamente como um desafio passível de recuperação, ainda que se cuide de atividade privada, regida por regime jurídico privado. (MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas, 2014).

A função social do contrato, portanto, é considerada tanto pela doutrina como pela jurisprudência, como uma cláusula geral - regra de conduta que não consta do sistema normativo - dirigida ao Juiz, o que ao mesmo tempo que o vincula, também lhe dá liberdade para decidir.

Neste aspecto dispõe o parágrafo único do art. 2.035 do Código Civil que "nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos."

É justamente neste aspecto que se insere a questão objeto do pedido, já que, no confronto entre a aplicabilidade da cláusula que prevê a rescisão contratual e as consequências danosas da interrupção de serviços essenciais e contínuos, prestados e direcionados a consumidores, deve prevalecer aquele que atende à função social do contrato, vale dizer, prevalece a suspensão da eficácia da referida cláusula contratual.

Aliado a isto, o § 2º do art. 49 da LFRE dispõe que "as obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente controladas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecidos no plano de recuperação judicial", o que demonstra a possibilidade da manutenção dos contratos e suas obrigações para fins de garantir os princípios estampados no antecedente art. 47 do citado diploma legal.

Não se pretende com isso, dizer que, a todo custo, estará aquele que contratou com empresário ou sociedade empresária na condição referida, obrigado a manter em vigor os contratos firmados, com a possibilidade de haver por parte daqueles o descumprimento de obrigação contratual essencial, o que tornaria letra morta a previsão contida no art. 477 do Código Civil, que se traduz

na expressão "exceptio non adimpleti contractus".

Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0002437-24.2014.8.19.0000, AGRAVANTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS AGRAVADA: TQM SERVICE CONSULTORIA E MANUTENÇÃO LTDA. RELATOR: DES. HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR. PEDIDO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PELA DESTINATÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA REQUERENTE. VIABILIDADE DA EMPRESA. FUMUS BONI IURIS. PERICULUM IN MORA. MULTA. 1) A ampla gama de soluções admitidas pela Lei nº 11.101/2005 tem como destinatários os credores da empresa em recuperação, vale dizer, todos aqueles que se qualifiquem como titulares de créditos constituídos em desfavor do devedor. 2) A agravante, na verdade, se qualifica como consumidora dos serviços prestados pela agravada, não sendo possível, em princípio, lhe impor sacrifícios, mormente considerando que a sua atividade econômica envolve a execução de empreendimentos de grandes proporções e complexidade na área petroquímica, de grande repercussão para economia do País, sob pena de subverter a finalidade do instituto da recuperação judicial. 3) Deste modo, os contratos firmados pela empresa agravada anteriores ao seu pedido de recuperação judicial devem ser cumpridos por ambos os contratantes, com observância das condições originalmente pactuadas, a teor do disposto no art. 49, §2º, da Lei nº 11.101/2005, não havendo como negar o direito da agravante de rescindir o ajuste por descumprimento da correlata contraprestação. 4) Ademais, constitui afronta ao princípio da autonomia da vontade exigir que a agravante celebre novos contratos com a agravada. 5) Contudo, a atividade empresarial desempenhada pela agravada tem como destinatária exclusiva a agravante, em virtude do que a possibilidade de rescisão em razão unicamente do pedido de recuperação judicial, tal como previsto no contrato, coloca a recorrida em posição de extrema desvantagem, rompendo com a presunção de igualdade contratual que, a rigor, permeia os contratos empresariais, o que pode frustrar a salvação da empresa agravada, mesmo que esta se revele viável. 6) Assim, deve-se suprimir a determinação imposta à agravante no sentido de que esta celebre novos contratos de prestação de serviços com a agravada e restringir a ineficácia das rescisões contratuais àquelas que tenham por fundamento o mero ajuizamento da ação de recuperação judicial pela agravada, persistindo, entretanto, tal possibilidade na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas. 7) Uma vez admitida a possibilidade de rescisão contratual pela agravante quando fundada em inadimplemento da agravada, e considerando que, pelo teor do provimento jurisdicional impugnado, a sanção é, na verdade, dirigida às instituições financeiras por ela alcançadas, impõe-se a exclusão da multa diária de R\$10.000,00 fixada para a hipótese de descumprimento da decisão relativamente à Petrobrás. 8) Recurso ao qual se dá parcial provimento."

Sob um segundo enfoque, tem-se que as requerentes são empresas prestadoras de serviços, e a manutenção dos contratos em vigor afigura-se condição sine qua non para o sucesso da recuperação judicial, sendo certo que a abrupta rescisão dos contratos inviabilizará a atividade empresarial desenvolvida.

Interpretar a validade e eficácia da cláusula, apenas pela rigidez da ótica civilista, é seguir em sentido oposto, e violaria flagrantemente o espírito do legislador ao editar a lei de recuperação judicial, e colocaria em risco não só o sucesso da salvaguarda das empresas, como, em última análise, o interesse dos consumidores que sub-repticiamente ficariam aliçados de serviços de natureza essencial e continua.

Na frente da evolução do direito falimentar está a preservação da atividade econômica produtiva, e, sobretudo à tão decantada função social, de modo a acompanhar flexibilização da rigidez do antigo conceito pragmático civilista, quando da promulgação da CRFB/88, quando se inaugurou

uma nova ordem jurídica no país, passando a proteger interesses para além da esfera individualista.

Com efeito, a simples distribuição do pedido de recuperação judicial por si só não pode ser motivo ensejador a resolver o contrato, pois estaríamos a presumir a "exceptio non adimpleti contractus", conferindo autonomia privada poderes tais, ao ponto de se sobrepor ao bem coletivo. Conclui-se, portanto, a se manter a eficácia da cláusula resolutiva no âmbito falimentar/recuperação, não se estará pondo em observância a função social dos contratos, princípio limitador da autonomia privada.

Pelas mesmas razões de decidir, torna-se necessário autorizar que as requerentes participem, sem restrições, de certames licitatórios, ainda que os respectivos editais vedem a habilitação de empresas que estejam em recuperação judicial. Justifica-se a providência diante do exposto na peça vestibular, no sentido de que grande parte das atividades desempenhadas pelas empresas devedoras são oriundas de contratações com o Poder Público, as quais, via de regra, devem ser precedidas das respectivas licitações.

Não é incomum, todavia, que certos editais não admitam a apresentação de propostas por sociedades empresárias que estejam submetidas ao regime da recuperação judicial, o que, conforme exposto acima, não parece, na visão deste Juízo, lícito, pois incompatível, não só com o próprio instituto recuperacional, mas, também, com o princípio constitucional da preservação da empresa.

Com efeito, soaria como um contrassenso permitir que uma empresa que passa por dificuldades financeiras se socorresse do Poder Judiciário para se reestruturar, porém, ao mesmo tempo, vedar a sua participação em certames licitatórios, indispensáveis para a continuidade do desenvolvimento das suas atividades, o que constitui, justamente, o objetivo do procedimento de recuperação judicial.

Registro que, com base nos princípios da efetividade e da celeridade processual, também consagrados pelo Novo Código de Processo Civil, não se faz necessário aguardar que as recuperandas venham a Juízo requerer, em cada caso, autorização para participar de determinado processo licitatório, o que somente assoberbaria estes autos, os quais já possuem, nesta fase incipiente, mais de 90 mil folhas. Este Magistrado, inclusive, enfrentou situação semelhante nos autos da recuperação judicial da empresa Tecnosolo Engenharia S.A. (Processo n.º 0314091-97.2012.8.19.0001), oportunidade em que, invocando o poder geral de cautela, permitiu que aquela sociedade empresária participasse de procedimentos licitatórios de quaisquer espécies.

Destarte, presentes os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, haja vista evidente risco de que a concessão do deferimento da recuperação judicial poderá trazer prejuízo da ordem a causar a própria inviabilidade da postulada recuperação judicial, há de ser acolhida a determinação de suspensão da eficácia da cláusula ipso facto, em consideração ao pedido de recuperação, inserida em todos os contratos firmados pelas devedoras.

Pelos mesmos motivos, defiro a permissão para que as requerentes participem de processos licitatórios de todas as espécies. A presente autorização somente diz respeito, por óbvio, a eventuais vedações relacionadas à submissão das empresas devedoras ao regime de recuperação judicial.

II.4- Da situação financeira do GRUPO OI e sua viabilidade econômica

Em uma visão global, há de se reconhecer que o presente pedido de proteção judicial é formulado por uma das maiores empresas de telecomunicações do mundo, que impacta fortemente a economia brasileira, já que alcança um universo colossais de 70 milhões de clientes, empregando mais de 140 mil brasileiros, com milhares de fornecedores, e ainda gera recolhimento de volume bilionário de impostos aos cofres públicos. Tudo isso fortalece a inextinguível receptividade do pedido de processamento da recuperação, posto que a atividade empresarial desenvolvida pelo GRUPO OI revela-se como um gigantesco complexo de operações, com magnitude de infraestrutura, investimento, geração de trabalho, recolhimento de tributos e fornecimento de relevante serviço público - em uma imensa área territorial que a coloca no patamar da 2ª maior rede de telefonia fixa do mundo.

A exordial e a farta prova documental trazida indicam os fatores que conduziram o GRUPO OI à atual crise econômico-financeira fortemente impactada pelo seu elevado nível de endividamento.

Fatores como a deterioração do cenário macroeconômico nacional e redução da capacidade de investimento diante do aumento da competitividade no setor, comprometeram a situação das empresas, e estão expressas em diversas causas, como a desvalorização da moeda nacional, o previsível aumento de inadimplência dos usuários do serviço e a perda do market share a partir de 2011.

Com efeito, não se duvida que a diminuição do poder de compra e consumo - derivado da crise econômica brasileira - impactou a demanda por serviços de telecomunicações. Aliado a isso, a pressão inflacionária e o aumento das taxas de juros costumam afetar, via de regra, as margens operacionais das empresas, juntamente com a estrutura de custos - sendo inelutável que a menor capacidade de investimento se traduz em perda de mercado.

Destaque-se os efeitos dos ônus decorrentes do atual quadro regulatório no setor. Desde a outorga das concessões do setor de telecomunicações, houve considerável evolução tecnológica que refletiu nos padrões de consumo dos usuários do sistema, com notória redução da atratividade do serviço de telefonia fixa frente aos serviços móveis. Por seu turno, o regime de concessões de serviço de telefonia fixa estabelece, para as concessionárias, diversas obrigações estabelecidas na Lei Geral de Telecomunicações, que estão direcionadas a uma universalização da telefonia fixa em toda a estrondosa amplitude do território nacional, vale dizer, são investimentos sem retorno financeiro adequado, notadamente quando se leva em conta a atuação da companhia em diversas regiões do país com baixa densidade demográfica e baixo poder aquisitivo.

Há também um histórico de imposição de multas milionárias aplicadas às empresas por questionadas exigências do setor regulatório - acrescendo a uma dívida impagável - que retratam elevado passivo exigido em ações ajuizadas pela Agência Reguladora.

O resultado desse quadro é uma dívida líquida superior à capacidade de geração operacional de caixa da companhia.

A continuidade de pagamento dos custos de financiamento e juros, além das possíveis constrições judiciais no caixa das empresas, levará o Grupo empresarial a uma situação financeira insustentável.

Não podem ser desconsideradas a favorável posição de caixa atual da companhia, e a notícia de que tramita proposta de termo de ajustamento de conduta relativo às multas aplicadas pela ANATEL, abrindo-se possibilidade de sua conversão em investimentos na própria companhia. Por outro lado, embora não se tenha, por ora, como aferir se as tendências de mercado são mais

favoráveis à telefonia OI do que aos seus concorrentes, e nem como proceder a análise de benchmark de mercado, há aspectos positivos, como a liderança na telefonia fixa e a oferta de telefonia fixa e móvel em um único pacote.

O soerguimento econômico do GRUPO OI, um dos maiores conglomerados empresariais do país, tem inegável importância econômica e social para o Brasil.

E, na medida em que as empresas integrantes do GRUPO OI atuam de forma coordenada e integrada no sistema brasileiro de telecomunicações, e sob controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial único - exercido pela sociedade controladora OI - inclusive com relação às sociedades-veículos financeiros não operacionais constituídas no exterior - a proteção judicial deve alcançar ao conglomerado como um todo.

II.5- Dos requisitos essenciais objetivos do pedido (art. 51 da LFRE)

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LFR destacou, no seu art. 47, como princípios básicos, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceitos que se fortalecem cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais do país.

Criada com o fim precípua de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa. Uma empresa, como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger relevante função social e estímulo à atividade econômica (art. 47 da LRF).

Assim o legislador, ao promulgar a referida lei dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, respondeu aos anseios das empresas que, em situação de justificada reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional, a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, sejam para as próprias empresas, sejam para os seus credores e a sociedade em um todo.

In causa, as requerentes apontam na petição inicial, de forma concisa e clara, as causas da crise econômico-financeira que se instalou sobre as empresas, expondo ainda a expectativa relativa de créditos a receber, instruindo a inicial de forma a atender os elementos objetivos exigidos na lei.

A vasta documentação carreada em seu bojo desponta o cumprimento dos critérios objetivos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/2005, ressaltando apenas a apresentação da relação integral dos empregados, lista de bens dos diretores das companhias e extratos das contas bancárias das devedoras, assim previstos nos incisos IV, VI, VII, do citado artigo, haja vista a necessidade de ser observado o sigilo das informações.

Sobre as formas das crises econômico-financeiras que recaem sobre as sociedades assim descreveu Fábio Ulhoa Coelho:

"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É

financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária." (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.)

Tratando-se, portanto, de sociedades em atividades essenciais por meio de concessão pública - exploração de telefonia fixa, móvel e TV por assinatura -, observa-se, dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é econômico financeira, uma vez que as sociedades necessitam equacionar o seu passivo, em conjugação com receitas futuras, situação a ser alcançada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas em juízo de recuperação judicial.

Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pelas requerentes notoriamente rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido considerável possibilidade de êxito.

Por fim, as empresas requerentes atenderam também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco anos, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei.

II.6- Da suspensão das ações e execuções

A suspensão das ações e execuções é uma importante medida característica do direito concursal e, na esteira do que ensina Luiz Roberto Ayoub (in "A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas". Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 127) tem origem no direito norte-americano, onde a distribuição da ação equivalente ao nosso pedido de recuperação judicial importa na suspensão automática de todas as ações e execuções contra a empresa devedora (automatic stay).

De fato, em nosso país, a suspensão não é automática e depende de determinação judicial, na forma prevista no art. 6º, da LRF. De qualquer forma, impõe esclarecer a extensão dos efeitos da decisão proferida em sede de tutela de urgência, de forma a deixar claro o seu alcance.

No tocante às execuções não há dúvidas, pois a lei não disciplina exceções. Assim, todas as execuções contra as requerentes deverão ser suspensas.

O mesmo não ocorre, entretanto, com as demais ações, já que descrito na lei de forma genérica no caput do art. 6º da LRF, mas com a regra excepcional prevista no par. 1º do dispositivo, in verbis: "§1º- Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida".

Aqui é que cabe delimitar a extensão. A medida de suspensão das ações afigura-se primordial para o sucesso da recuperação judicial, já que o prosseguimento de determinadas ações pode comprometer o patrimônio do Grupo empresarial, cuja proteção a lei visa garantir.

Neste passo, ganha relevância a concursalidade na recuperação judicial, baseada não na universalidade - ocorrente na falência -, mas com o nítido objetivo de preservar a empresa e evitar que seu patrimônio possa ser atingido por decisões oriundas de Juízos diversos do da recuperação, e assim comprometer o sucesso da empreitada recuperacional.

Não cabe, verbi gratia, o prosseguimento de ações de busca e apreensão de bens, reintegração de posse e aquelas em tenham visam a expropriação do patrimônio das sociedades empresárias, sob pena de subverter o futuro plano de recuperação da empresa.

Em sua essência, é justamente tal comprometimento que a LRF visa a impedir, e para endossar tal raciocínio, mais uma vez busca-se o ensinamento de Luiz Roberto Ayoub e Cassio Cavalli, que assim discorrem:

"...a suspensão das ações e execuções prevista no art. 6º da LRF apanha não apenas atos de constrição e expropriação judicial de bens, como a penhora on line, determinada em cumprimento de sentença ou em execução de título executivo extrajudicial, mas também qualquer ato judicial que envolva alguma forma de constrição ou retirada de ativos da empresa devedora, ordenada em sede de ação de conhecimento ou cautelar. Com efeito, arresto ordenado antes do deferimento do processamento da recuperação é mantido, mas o curso da medida cautelar é suspenso. Já reintegração de posse em contrato de arrendamento mercantil é suspensão se o bem arrendado for essencial à atividade da empresa devedora. Durante o stay period é vedada a determinação de penhora sobre o faturamento da empresa por crédito sujeito à recuperação. Ademais, para preservar a empresa, suspende-se o curso de ação de dissolução parcial de sociedade, ante o desfalque que pode importar ao patrimônio da sociedade empresária recuperanda. Por esse mesmo fundamento, a ordem de despejo contra a empresa, anterior ao pedido de recuperação, é suspensão pelo deferimento do processamento da recuperação. Não apenas atos processuais de execução são suspensos, pois também será suspensão qualquer ação de direito material que acarrete desfalque patrimonial à empresa devedora." (ob citada, p. 136).

Como se vê, a suspensão das ações é ampla e abrange toda ação que importe em ataque ao patrimônio das empresas em recuperação judicial.

A presente suspensão incluirá, ainda, as ações judiciais através das quais estejam sendo executadas as penalidades administrativas aplicadas em desfavor das empresas devedoras, por exemplo pela ANATEL, as quais, segundo consta da peça vestibular, atingem mais de R\$ 10 bilhões, representando parcela significativa do passivo das requerentes.

Portanto, o prosseguimento destas execuções acarretaria, ao fim e ao cabo, a inviabilidade do processamento da recuperação judicial, tendo em vista o considerável montante objeto de cobrança naquelas ações, tornando-se necessária a suspensão também das referidas demandas.

Estas multas administrativas, conquanto sejam cobradas por meio de execuções fiscais, não possuem natureza tributária, motivo pelo qual se revela, prima facie, inaplicável o parágrafo 7º do artigo 6º da Lei n.º 11.101/2005, conforme os diversos precedentes jurisprudenciais colacionados pelas devedoras em parecer anexado à petição inicial (TRF5, AG 436402320134050000, Relator Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão, Quarta Turma, Data de Julgamento: 21/01/2014, DJe 23/01/2014; TRF5, AP 00065068820134058300, Relator Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, Terceira Turma, Data de Julgamento: 04/12/2014, DJe 09/12/2014; e TRF3, AI 0012571-90.2014.4.03.0000, Relatora Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, Sexta Turma, Data de Julgamento: 03/03/2016, DJe 11/03/2016).

Some-se, a esses julgados, o acórdão lavrado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial n 623.023/RJ, categórico ao afirmar que as aludidas multas possuem natureza jurídica administrativa e não tributária:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - COBRANÇA DE MULTA PELO ESTADO - PRESCRIÇÃO - RELAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO - CRÉDITO DE NATUREZA

ADMINISTRATIVA - INAPLICABILIDADE DO CC E DO CTN - DECRETO 20.910/32 - PRINCÍPIO DA SIMETRIA.

1. Se a relação que deu origem ao crédito em cobrança tem assento no Direito Público, não tem aplicação a prescrição constante do Código Civil.
2. Uma vez que a exigência dos valores cobrados a título de multa tem nascedouro num vínculo de natureza administrativa, não representando, por isso, a exigência de crédito tributário, afasta-se do tratamento da matéria a disciplina jurídica do CTN.
3. Incidência, na espécie, do Decreto 20.910/32, porque à Administração Pública, na cobrança de seus créditos, deve-se impor a mesma restrição aplicada ao administrado no que se refere às dívidas passivas daquela. Aplicação do princípio da igualdade, corolário do princípio da simetria.
3. Recurso especial improvido." (REsp 623.023/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2005, DJ 14/11/2005, p. 251)

Ante o exposto, em complementação à decisão proferida em tutela de urgência, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:

- 1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
- 2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
- 3) As ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;
- 4) Os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, na forma do que foi arrazoadado acima, cabendo a este Juízo recuperacional a análise do caso concreto.
- 5) Com relação aos procedimentos arbitrais em que figurem como parte quaisquer das empresas devedoras, esclareço que deverão ser adotadas as mesmas premissas fixadas acima, ou seja, suspensão de todas as arbitragens nas quais já haja definição de quantias líquidas devidas pelas requerentes.

II.7- Da Nomeação do Administrador Judicial - O Dever de Colaboração do Órgão Regulador.

O exercício de quaisquer atividades econômicas no Brasil é livre, independente da autorização

dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei, conforme prescreve o art. 170, parágrafo único, da Constituição Federal. O empresário, que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para prestação de bens e serviços, atua albergado sob o princípio constitucional da livre iniciativa.

A exploração econômica de um serviço público, contudo, não se amolda com exatidão sob a rigidez dos conceitos legais. Serviço público, nas lições de Marçal Justen Filho, é "uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinada a pessoas indeterminadas e executada sob um regime de direito público" (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 487).

No texto constitucional, os serviços públicos estão disciplinados em regras esparsas, mas que ditam os limites da atuação do Estado na prestação ou delegação dos serviços públicos. Com efeito, existem i) serviços de prestação obrigatória pelo Estado e de concessão obrigatória, que é o caso do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens previsto no art. 223 da CF; ii) serviço de prestação obrigatória e exclusiva pelo Estado ou de concessão proibida, que é o caso do serviço postal e correio aéreo nacional previsto no art. 21, X da CF; iii) serviço de prestação obrigatória sem exclusividade e de concessão proibida, é o caso da educação e a saúde (foram chamados de serviços "mistamente públicos e privados" pelo STF na ADI nº 1923/DF); iv) serviços cuja prestação direta pelo Estado não é obrigatória, mas lhe incumbe incentivar e promover a atividade, a exemplo dos serviços de telecomunicações, transporte rodoviário, ferroviário, de navegação aérea, dentre outros previstos no art. 21, XI e XII, da CF, cuja numeração não é exaustiva.

Os serviços de telecomunicações, portanto, devem ser incentivados, promovidos e fiscalizados pela União, até porque incumbia a ela, até bem pouco tempo, a sua prestação através da Telebrás, que era a "concessionária-geral para exploração dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional", conforme Decreto nº 74.379/74. Cuida-se evidentemente de uma atividade econômica, mas que se sujeita ao princípio da continuidade (art. 6º, §1º, da Lei nº 8.987/95), à realização dos direitos fundamentais, sob a intensa regulamentação do direito público.

A partir da Emenda Constitucional nº 8/95, que viabilizou a privatização do sistema Telebrás, a prestação dos serviços de telecomunicações deixou de ser monopólio estatal, sendo viabilizada sua prestação particular mediante concessão, permissão e autorização, permitindo a competição entre si, sob a fiscalização e regulamentação normativa de uma autarquia federal independente, a ANATEL, que foi criada pela Lei nº 9.472/97 - a Lei Geral das Telecomunicações.

Com efeito, o Grupo requerente hoje é responsável por: i) 20% da telefonia celular do Brasil; ii) operação exclusiva a 300 municípios que só possuem a Oi como operadora; iii) prestação de serviço em 5.570 municípios brasileiros; iv) 70 milhões de usuários; v) 140 mil empregos; vi) interligação de 2.238 Zonas e 12.969 Seções eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais de 21 Estados da Federação, fundamental para a totalização dos resultados das eleições em todo o país.

Segundo Carlos Ari Sunfeld, "a LGT, embora tenha um conteúdo denso em termos de definições regulatórias, se comparada com as de outros países, preocupou-se mais com as grandes decisões de política setorial (como a opção pela competição), com os princípios e com o desenho de atos e processos de outorga. Ademais, vinculou tudo isso com os aspectos institucionais: criou a agência reguladora e disciplinou sua atuação (exigindo a realização de processo normativo para os regulamentos, por exemplo), além de definir seu relacionamento com o Poder Executivo e o CADE" (SUNFELD, Carlos Ari. "A regulamentação das telecomunicações", in FIGUEIREDO, Marcelo, Direito e regulação no Brasil e nos EUA. São Paulo: Malheiros, 2004, p.116).

A definição das modalidades de prestação permaneceu com o Poder Executivo, fora da competência da ANATEL, podendo sua prestação ocorrer também sob regime de direito privado ou de direito público, sujeitando-se, nesse último caso, ainda à obrigação de universalização, conforme arts. 62 à 65 da Lei nº 9.472/97:

"Art. 62. Quanto à abrangência dos interesses a que atendem, os serviços de telecomunicações classificam-se em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito.

Parágrafo único. Os serviços de interesse restrito estarão sujeitos aos condicionamentos necessários para que sua exploração não prejudique o interesse coletivo.

Art. 63. Quanto ao regime jurídico de sua prestação, os serviços de telecomunicações classificam-se em públicos e privados

Parágrafo único. Serviço de telecomunicações em regime público é o prestado mediante concessão ou permissão, com atribuição a sua prestadora de obrigações de universalização e de continuidade.

Art. 64. Comportarão prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar.

Parágrafo único. Incluem-se neste caso as diversas modalidades do serviço telefônico fixo comutado, de qualquer âmbito, destinado ao uso do público em geral.

Art. 65. Cada modalidade de serviço será destinada à prestação:

I - exclusivamente no regime público;

II - exclusivamente no regime privado; ou

III - concomitantemente nos regimes público e privado.

§ 1º Não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização.

§ 2º A exclusividade ou concomitância a que se refere o caput, poderá ocorrer em âmbito nacional, regional, local ou em áreas determinadas",.

É sob esse ambiente que as concessionárias exploram economicamente a prestação do serviço público de telecomunicações. E também é sob esse contexto que o incomum pedido de recuperação da empresa, que nasceu do processo de privatização de uma estatal, deve ser apreciado.

Ora, se caberia ao Poder Executivo e à sua agência reguladora fiscalizar a prestação dos serviços e até mesmo intervir nas empresas, não há dúvida que há -- diante da expertise e da discricionariedade técnica desenvolvidas por essas entidades -- o dever processual de colaborar com a prestação de informações, esclarecimentos e documentos para que este processo permita a realização i) dos direitos fundamentais, II) dos princípios que norteiam especificamente as telecomunicações, iii) da preservação da continuidade da atividade empresarial.

Se a autarquia poderia intervir na empresa, ela também pode colaborar com esse Juízo na sua recuperação judicial. Quem pode o mais, pode também o menos. Trata-se de um poder que lhe é implícito. Segundo o Ministro Celso de Mello (ADI nº 2.797/DF), "a formulação que se fez em torno dos poderes implícitos, cuja doutrina, construída pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América, no célebre caso McCULLOCH v. MARYLAND (1819), enfatiza que a outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios necessários à integral realização dos fins que lhe foram atribuídos (...) Nos Estados Unidos, é, desde MARSHALL, que essa verdade se afirma, não só para o nosso regime, mas para todos os regimes. Essa verdade fundada pelo bom senso é a de que - em se querendo os fins, se não de querer, necessariamente, os meios; a de que se conferimos a uma autoridade uma função, implicitamente lhe conferimos os meios eficazes para exercer essas funções. (...). Quer dizer (princípio indiscutível) que, uma vez conferida uma atribuição, nela se

consideram envolvidos todos os meios necessários para a sua execução regular. Este, o princípio; esta, a regra. Trata-se, portanto, de uma verdade que se estriba ao mesmo tempo em dois fundamentos inabaláveis, fundamento da razão geral, do senso universal, da verdade evidente em toda a parte - o princípio de que a concessão dos fins importa a concessão dos meios".

A colaboração da autarquia não é, ademais, nenhuma novidade. Já previa o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.469/97, que "as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes".

Aqui, esse poder se torna um dever. Há todo interesse de uma Nação na lisura, transparência e no acerto deste processo.

Por todo o exposto, diante das singularidades do caso, a de se determinar, com espeque no art. 6º do CPC, a intimação da ANATEL, na pessoa do procurador federal que a representa, para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, sob as cominações legais, até 5 (cinco) nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliados por esse Juízo para nomeação como administrador judicial deste caso.

III- DISPOSITIVO: Do deferimento do processamento da recuperação judicial

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL das empresas OI S.A. ("OI"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; TELEMAR NORTE LESTE S.A. ("TNL"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; OI MÓVEL S.A. ("OI MÓVEL"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro e sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 4"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua Teodoro da Silva nº 701/709 B, 4º andar, Vila Isabel, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20560-000; COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 5"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua Siqueira Campos nº 37, 2º andar, Copacabana, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22031-072; PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ("PTIF"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ("OI COOP"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Schipol, Schipol Boulevard 231, 1118 BH, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (indicadas como OI, TNL, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP), que se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo OI".

Diante do que determino:

I - nos termos do item II.7 acima, a intimação da ANATEL, na pessoa do procurador federal que a representa, para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, sob as cominações legais, até 5 (cinco) nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliados por esse Juízo para nomeação como administrador judicial deste caso;

II- ratificação da decisão que concedeu a medida de urgência, no sentido de dispensar as Recuperandas da apresentação de certidões negativas para que exerçam suas atividades;

III- rratificação da decisão que concedeu a medida de urgência, no tocante a suspensão de todas as ações e execuções, nos termos do item II.7 da presente decisão. A referida suspensão dos processos deverá, na forma do diploma processual em vigor (NCPC, art. 219), ter o seu respectivo prazo computado em DIAS ÚTEIS;

IV- suspensão da eficácia da cláusula ipso facto, em consideração ao pedido de recuperação, inserida em todos os contratos firmados pelas devedoras;

V- permissão para que as Recuperandas participem de processos licitatórios de todas as espécies;

VI- que as Recuperandas acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto no art. 69 da LRF;

VII- a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito - em face das Recuperandas, pelo prazo de 180 DIAS ÚTEIS;

VIII- a apresentação por partes da Recuperandas das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

IX- A expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05, onde conterà o resumo do pedido do devedor, a presente decisão que defere o processamento da recuperação judicial e a relação nominal dos credores, contendo o valor atualizado do crédito e sua classificação. Deverá, ainda, conter a advertência do inciso III do mesmo dispositivo legal. O prazo para a habilitação ou divergência aos créditos relacionados pela devedora é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, parágrafo 1º da Lei no 11.101/05), QUE CORRERÁ EM DIAS ÚTEIS. Ressalta-se que por se tratar de fase administrativa da verificação dos créditos, as referidas divergências e habilitações deverão ser apresentadas diretamente ao Administrador Judicial imprescindivelmente;

X- seja publicada pelo Administrador Judicial a relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial (art. 7º, parágrafo 2, da Lei no 11.101/05), no prazo de 45 DIAS ÚTEIS, contados do fim do prazo previsto no § 1º do art. 7º;

XI- que as eventuais impugnações à lista de credores apresentada pelo Administrador Judicial (§ 2ª do art. 7º) deverão ser protocoladas como incidentes - como processo secundário - à recuperação judicial e processada nos termos dos art. 13 e seguintes da Lei no 11.101/05, devendo, portanto, o cartório de ofício, desentranhar as peças protocoladas diretamente nos autos principais para formação do procedimento secundário;

XII- a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro;

XIII- comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as recuperandas detenham registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos

respectivos registros;

XIV- apresentem as recuperandas o plano de recuperação no prazo de 60 DIAS ÚTEIS da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005;

XV- sejam apresentados em mídia digital no prazo de 05 dias os documentos previstos no art. 51, incisos IV, VI, VII da Lei 11.101/2005, os quais deverão ser anexados aos autos em pasta sigilosa, cuja vista somente se dará mediante despacho;

XVI- seja oficiado a todas as Presidências e Corregedorias Gerais de Justiça do Brasil (Tribunais Superiores, Estaduais e Federais), e Corregedorias dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, com cópia da presente decisão, informando a suspensão das ações nos termos ora explicitados e solicitando seja expedido AVISO as suas respectivas serventias judiciais subordinadas, no sentido de que: I) a HABILITAÇÃO dos créditos sujeitos à recuperação judicial ora deferida deverá ser formalizada nos termos do arts 9º e ss. da Lei 11.101/2005, e não se processará de ofício, mas sim, mediante requerimento formal do próprio credor, instruído da devida certidão de crédito e II) Não há formação de Juízo Indivisível (art. 76 da Lei 11.101) mediante ser caso de recuperação judicial, mantido o processamento dos feitos perante o Juízo Natural da causa, devendo apenas haver a necessária comunicação ao juízo da recuperação nos casos de atos que visem a expropriação ou restrição de bens das recuperandas, mesmo após o decurso do período de suspensão. (art. 6º da LFRE);

XVII- Os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros, observado o disposto no §2º do art. 36 desta Lei.

XVIII- Que o Cartório promova, independentemente de despacho, A EXCLUSÃO DO PROCESSO DE TODAS AS PETIÇÕES que contenham pedidos de divergências, habilitações e impugnações de crédito, ingressadas diretamente nos autos, no prazo previsto no § 1º do artigo 7º da Lei 11.101/2005, diante da clara e evidente extemporalidade, haja vista que neste período não há judicialização desses procedimentos, que são administrativos e devem ser encaminhados DIRETAMENTE AO ADMINISTRADOR JUDICIAL NOMEADO.

XIX- Que o Cartório promova a EXCLUSÃO DO PROCESSO DE TODAS AS PETIÇÕES, que tem como pedido a simples anotação da qualidade de CREDOR e de seu PATRONO diretamente nos autos, pois, em sua maioria, as decisões proferidas nos autos da Recuperação Judicial atingem a coletividade dos credores a ela sujeitos, e por tal razão diversos dos chamamentos judiciais são realizados por meio de Editais e Avisos publicados aleatoriamente a todos.

XX- As demais manifestações individuais dos credores serão desentranhadas e remetidas ao Comitê de Credores. Enquanto e se o mesmo não for criado, ao Administrador Judicial. Esta atividade independerá de nova ordem deste juízo. Vale ressaltar, que há precedente neste Tribunal que corrobora este trecho da decisão, veja-se o Agravo de Instrumento n.º 0021412-60-2015.8.19.0000, julgado pela 14ª Câmara Cível, da relatoria do Des. José Carlos Paes:

"14ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RJ AGRAVO DE INSTRUMENTO PROCESSO Nº 0021412-60.2015.8.19.0000 AGRAVANTE: COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL AGRAVADOS: J.J. MARTINS PARTICIPAÇÕES S.A E OUTROS INTERESSADO: ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS PAES AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MANIFESTAÇÃO DOS CREDORES. AUTOS SUPLEMENTARES. COMITÊ DE CREDORES E ADMINISTRADOR JUDICIAL.

ATRI-BUIÇÕES LEGAIS. OBSERVÂNCIA QUE SE IMPÕE. 1. Da análise da decisão ora guerreada, constata-se que não se privou a parte credora de se manifestar sobre as questões ventiladas e decididas na recuperação judicial, não havendo de se falar em violação ao princípio da transparência e ativismo dos credores. Na verdade, o que se primou, frise-se, corretamente, foi-se evitar a balbúrdia processual, com manifestações dos mais variados tipos de credores e com pleitos e intentos diversos, nos autos da recuperação judicial. 2. Ademais, o Juízo a quo tão somente "abriu os olhos" ao disposto no artigo 27, inciso I, alínea "d", e artigo 28, ambos da Lei 11.101/ 2005, segundo os quais, na recuperação judicial, incumbe ao Comitê de Credores apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados e, na sua falta, ao Administrador Judicial e, ainda, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer tal atribuição, cuja observância se impõe. 3. Assim, não se está expurgando do processamento da recuperação judicial a parte credora, tampouco suas eventuais impugnações. Outrossim, em momento algum se proibiu ao credor o acesso aos autos ou o conhecimento acerca dos atos processuais que por ventura forem praticados nos autos principais, ressaltando-se que a mera determinação de que as reclamações sejam realizadas em autos suplementares não enseja violação a qualquer garantia constitucional. 4. Não se olvide que a recuperação encontra-se na fase postulatória, inexistindo notícia de deliberação acerca de eventual plano de recuperação, e, por isso, nada obsta que posteriormente apresentem os credores objeção ao plano apresentado, nos moldes do artigo 55 da Lei 11.101/2005. 5. Saliente-se que não há na Lei citada qualquer óbice à instauração de autos suplementares, tampouco determinação para que as objeções e/ou manifestações dos credores tenham que ser acostadas aos autos principais e decididas sem a participação do Comitê dos Credores ou até mesmo da Assembleia-Geral de Credores, a quem compete deliberar acerca da aprovação ou não do plano de recuperação (artigo 56). 6. Ora, no caso concreto, nítida a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como à legislação que trata a matéria, ao permitir as manifestações dos credores, ainda que em autos suplementares e com pronunciamento do Comitê ou do Administrador nomeado a respeito da pretensão manifestada, repita-se, titulares de atribuições expressamente previstas na Lei 11.101/2005. Precedente do TRJ. 7. Dessa forma, mantém-se a decisão recorrida, por guardar consonância com a legislação em comento e com os princípios do contraditório e da ampla defesa, além da economia e celeridade processual. 8. Recurso que não segue."

XXI- Defiro o sigilo da relação dos bens pessoais dos diretores das empresas, e documentos exigidos pelo artigo 51, incisos IV e VII da LFR, e determino seu acautelamento em Cartório. Com exceção do Ministério Público, o acesso a tais documentos só poderá se dar mediante requerimento justificado e autorização judicial. Comunique-se ao Ministério Público.

Rio de Janeiro, 29/06/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4INT.FM11.CSN8.HN2F**
Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do>

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br



Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A
Perito: RIO BRANCO SP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Representante Legal: MARCELO CURTI
Interessado: SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 16/05/2018

Decisão

Noticiam as recuperandas (fls. 298.069/298.564) a abertura de dois Pregões de Licitação, o primeiro promovido pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e o segundo pelo Estado de Pernambuco, cujo valor global envolvido em todos os contratos de serviços licitados alcança a monta de R\$ 1.729.851.245,29 (um bilhão, setecentos e vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Afirmam que a participação do Grupo OI em tais certames é vital e indispensável para o sucesso da recuperação judicial conferida neste juízo, razão pela qual necessitam da concessão de tutela de urgência incidental, com objetivo de viabilizar sua participação, sem que lhe seja exigido os requisitos de habilitação econômico-financeiro e alcance dos índices mínimos de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente obtidos com base no exercício social de 2017, junto ao Pregão

Eletrônico para Registro de Preços n.º 01/2018, do Ministério do Planejamento, e no Processo Licitatório n.º 0102.2018.CEL.PEC.PE.0063.SAD, do Estado de Pernambuco, sendo o objeto deste último inclusive já executado pelas recuperandas, o que demonstra não só a busca pela disputa de novas receitas, mas igualmente, a perda efetiva e direta de receitas já contabilizadas no seus ativos.

Explicitam que a necessidade da medida se deve em razão da adoção nos Editais de critérios de habilitação econômico-financeira que inviabilizam, em tese, a participação do Grupo empresarial, visto que em ambos certames há necessidade da apresentação de demonstrações contábeis referente ao último exercício social, ou seja, do ano de 2017, que indiquem a existência de um patrimônio líquido suficientemente positivo para que as razões de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente atinjam os índices mínimos previstos, o que, em razão de diversos fatores extraordinários e passageiros, as demonstrações contábeis da OI. S.A e da TELEMAR NORTE LEST S.A referente ao referido exercício social não irão alcançar, tornando-as inabilitadas, individualmente ou como integrantes de consórcios, caso elas se saírem vencedores da disputa.

Esclarecem que o resultado negativo do exercício social de 2017 da OI e da Telemar foi uma circunstância eventual e passageira decorrente da necessidade de ajustes de situações pretéritas que restaram superadas pelas sociedades, haja vista já constar no balancete trimestral do ano de 2018, aprovado em AGE, a reversão do cenário anterior com a indicação de patrimônio líquido positivo, sendo tal notícia de conhecimento do mercado através da mídia especializada.

Por fim, expõem fatos e fundamentos com intuito de demonstrarem a plausibilidade e risco ao resultado útil do processo para requererem, em caráter incidental, a tutela de urgência pretendia.

É o breve relatório. Decido.

A questão inerente à possibilidade de o juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial - da apresentação de determinados documentos quando da contratação daquela com o Poder Público, tem criado bastante tormenta aos operados do direito.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas.

Sendo assim, o contido no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que

expressamente reconheceu a possibilidade de a empresa em recuperação contratar com o ente público.

Deferida a recuperação, o cerne da questão se fixa na possibilidade de o juízo poder isentar a recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios Constitucionais, quais sejam, o da "preservação da empresa" (assim considerado por estar implicitamente conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerado como ente de relevante função social; e, do outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade de o Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim; subdividido pela doutrina em três outros princípios, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

Também chamado de princípio da idoneidade ou princípio da conformidade, o princípio da adequação reflete a ideia de que a medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida; vale dizer, deve haver a existência de relação adequada entre um ou vários fins determinados e os meios com que são determinados.

Quanto ao subprincípio da necessidade, ou princípio da exigibilidade, busca-se que a medida seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental, e que não possa ser substituída por outra de igual eficácia, e até menos gravosa. De acordo com este subprincípio, deve sempre ser observado se há outras formas de se obter o resultado garantido por determinado direito, de forma a se optar pela aplicação da forma que irá afetar com menor intensidade os direitos envolvidos na questão.

O último elemento caracterizador do princípio da proporcionalidade é o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito. Caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido. Isto quer dizer que o ônus imposto pela norma deve ser inferior ao benefício por ela engendrado. Trata-se da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos. Desta forma, este subprincípio exige uma equânime distribuição de ônus, coma utilização da técnica de ponderação de bens ao caso concreto.

Fincadas tais prefaciais, depreende-se a existência de direitos sociais, e que a empresa, como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 170 CF; art. 47 da LRF).

Do outro lado, a Lei de Licitações e o CTN buscam dar proteção ao interesse público em geral, determinando que o Administrador Público se atenha a determinadas formas e normas no momento da contratação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum.

Diante do enfrentamento de princípios, como acima declinado, deve o aplicador do direito valer-se, muita das vezes, do princípio da proporcionalidade para decidir.

Criada com o fim precípua de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF, inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Inovou o legislador ao promulgar a referida lei, dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, que respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Como antes dito, dentre as muitas alterações legislativas, figura a possibilidade da recuperanda licitar com o Poder Público, desde que sejam apresentadas no ato as certidões negativas de débitos fiscais (Art. 52, II da Lei 11.101/2005).

Mencionado dispositivo trouxe inovadora conquista, conquanto tenha se afigurado visivelmente inócuo, posto que dificilmente existirá empresa em situação de recuperação judicial, que não esteja também em débito fiscal.

Observar-se-á, então, o princípio da proporcionalidade, para mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND.

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima

informado, vemos que a medida é: a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar; b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público; c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas .

Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei.

A esses argumentos soma-se a decisão proferida pelo próprio TCU no Acórdão 8271/2011, que já havia recomendado ao DNIT do Estado do Espírito Santo tal orientação:

"1.51. dar ciência à Superintendência Regional do DINIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento nos termos da Lei 8.66/93".

Em igual sentido:

"1. Cuida-se de agravo de instrumento veiculado contra decisão proferida pelo Juízo da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital, que deferiu o requerimento do processamento da recuperação judicial da OI S/A e outras, determinando a adoção das medidas indicadas nos itens de I a XXI, de fls.89.521/89.524. 2. Pretende a agravante a reforma parcial da decisão no que diz respeito (i) a dispensa da apresentação de certidões negativas pelas recuperandas, sem excetuar sua necessidade para fins de contratação com o Poder; (ii) a suspensão das execuções fiscais ajuizadas pela ANATEL para a cobrança de créditos não tributários; (iii) a permissão para que as recuperandas participem de processos licitatórios de todas as espécies; (iv) a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito em face das recuperandas, pelo prazo de 180 dias úteis. 3. Com arrimo no art. 52, II, da Lei nº 11.101/05, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato, determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 desta Lei. 4. Não remanescem dúvidas quanto à possibilidade de contratação pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público, ou mesmo para o recebimento de incentivos fiscais por esta, desde de que apresentadas as certidões fiscais exigidas. 5. O Superior Tribunal de Justiça, em uma exegese teleológica à nova Lei de Falências, já manifestou sua orientação no sentido da desnecessidade de comprovação de regularidade tributária por empresa prestadora de serviços em recuperação judicial. 6. Tal orientação assentou-se na necessidade de se conferir operacionalidade à Recuperação Judicial,

com fundamento no art.47, da LREF. 7. De certo que o propósito da recuperação judicial deve ser o de possibilitar a reabilitação da empresa em crise financeira por intermédio do equilíbrio dos interesses públicos e privados, com a manutenção da unidade produtiva e dos empregos. 8. Não se afigura razoável que se limite as empresas recuperandas de participar de certames públicos, encontrando-se tal entendimento em consonância com o princípio da preservação da empresa, expressamente previsto no art.170, e parágrafo único, da CRFB/88. 9. Conquanto o art. 52, da LREF, exija a apresentação de certidões negativas para contratação com o poder público, ainda não existe, contudo, lei específica que permita o parcelamento especial de dívidas fiscais, na forma com que estabelece o art. 68, da LREF. 10. Diante da lacuna legislativa, é razoável dispensar-se a recuperanda da apresentação de certidões negativas de débitos para que exerça sua atividade, inclusive para contratação com o Poder Público, sob pena de inviabilização da reabilitação da empresa, bem como da caducidade do instituto jurídico. 11. Não parece plausível que o Estado crie um instituto jurídico e incentive a recuperação das empresas, cujo epicentro é o seu soerguimento com a manutenção da atividade produtiva e dos empregos, e, de outro lado, restrinja a própria atividade empresarial, impedindo, por conseguinte, a superação do estado de crise. 12. A legalidade estrita não pode comprometer todo o procedimento de recuperação judicial, devendo a dimensão social que a preservação da empresa encerra servir de norte para equacionar eventual dualidade na aplicação das normas jurídicas, devendo preponderar o princípio insculpido no art.47, da LREF, norteador de um novo paradigma do direito falimentar e que traduz um conteúdo ideológico social insuperável. 13. As disposições da LREF devem ser aplicadas de forma harmônica e sistemática, e não isoladamente, razão pela qual parece ser inexigível a apresentação de certidão negativa de débitos pela empresa em recuperanda, seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público, sob pena de, conferindo-se uma interpretação isolada ao art.52, II, da LREF, inviabilizar a superação da crise empresarial, com consequências maléficas ao objetivo de preservação da empresa economicamente viável. 14. Apesar de a recorrente registrar a existência de recente alteração normativa possibilitando a empresa em recuperação judicial de parcelar seus débitos, a previsão contida na Lei nº 10.522/01, especificamente nos art.10-A e 37B, incluídos pela Lei nº 13.043/2014 e pela Lei nº 11.941/2009, respectivamente, somente se referem a débitos inscritos em Dívida Ativa da União. 15. O parcelamento especial concebido pela Lei nº 13.043/2014, não atende a exigência contida na LREF, devendo, por conseguinte, ser mantida a jurisprudência prevalecente na Corte Superior a respeito do tema, no sentido de permitir a dispensa das certidões negativas para fins de homologação do plano de recuperação e de contração com o poder público. Inteligência do Enunciado 55, da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ. 16. As disposições da LREF devem dialogar com a Lei de Recuperação Judicial cujo escopo é permitir o soerguimento da empresa viável, preservando a fonte produtora e geradora de empregos, promovendo sua função social e estimulando a atividade econômica. 17. Necessidade de manutenção da decisão recorrida que, ponderando os princípios constitucionais envolvidos, mitigou a aplicação do art.52, II, da LREF, a fim de que seja obstada a necessidade de apresentação de certidões negativas de débitos tributários. 18. O mesmo raciocínio deve ser adotado no que concerne à permissão para que as recuperandas participem de processos licitatórios de todas as espécies, ainda que os respectivos editais vedem a habilitação de empresas que estejam em recuperação judicial. 19. De certo que ceifar a participação de uma empresa em recuperação judicial no processo licitatório iria de encontro ao disposto no art.47, da Lei de Falências que tem como primazia a preservação da empresa, especialmente quando se trata de pessoa jurídica cuja principal fonte de receitas advém de contratos firmados com o ente público, o que teria o condão de impactar direta e negativamente em sua capacidade produtiva. 20. Conquanto o art.31, II, da Lei nº 8666/93 determine a exigência de certidão negativa de falência ou concordata, este último instituto não pode ser equiparado à recuperação judicial, disciplinada por lei posterior (nº 11.101/05), e que em nada se assemelha, obrando-se em verdadeira interpretação extensiva. 21. A finalidade da Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária é de preservação da empresa e não de sua extinção, viabilizando a superação da situação de crise econômico-financeira, sendo certo que o Poder Público deve cooperar com sua recuperação,

principalmente quando a empresa necessita deste para desenvolver sua atividade. 22. Mais do que recuperar a empresa em crise, a Lei nº 11.101/05 também visa atender aos interesses coletivos (sociais e credores) envolvidos nessa relação jurídica, cabendo-se destacar que apenas uma empresa viável sob a ótica econômico-financeira possui condições de cumprir o plano de reestruturação empresarial. 23. Registre-se que a referida medida apenas afastou as vedações relacionadas à submissão das empresas devedoras ao regime de recuperação judicial a fim de possibilitar a participação das recuperandas nos processos licitatórios, não permitindo, contudo, que estas não apresentem os documentos previstos e exigidos na lei de regência. 24. No que tange à impossibilidade de suspensão das execuções fiscais ajuizadas pela ANATEL, deve ser sopesada a natureza jurídica das multas administrativas aplicadas em decorrência do exercício de poder de polícia pelas Agências Reguladoras. 25. Não se discute o fato de as ações de execução de natureza fiscal não serem suspensas com o deferimento da recuperação judicial, cabendo, contudo, ao Juízo Universal consentir com o prosseguimento dos atos de alienação e constrição dos bens que comprometam o patrimônio do devedor ou que alije parte dele do processo de recuperação judicial, sejam créditos fiscais ou trabalhistas. 26. A definição de tributo vem delineada pelo art. 3º, do CTN, que assim prescreve: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". 27. As execuções ajuizadas pela recorrente, apesar de submetidas à sistemática da Lei nº 6830/80, não ostentam natureza stricto sensu fiscal, uma vez que os créditos são de natureza não tributária, consistentes em multas administrativas aplicadas em reflexo ao poder de polícia do Estado. 28. Os valores cobrados a título de multa têm nascedouro num vínculo de natureza administrativa, não representando, por isso, a exigência de crédito tributário, não se amoldando a disciplina jurídica do CTN. 29. Nos termos do art.39, §2º, da Lei nº 4320/64, os créditos tributários constituem a Dívida Ativa Tributária e abrangem os tributos, adicionais e multas. Os créditos que não sejam tributários formam a Dívida Ativa não Tributária. 30. A Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais), em seu art.4º, §4º, restringe expressamente à aplicação do Código Tributário Nacional ao regime jurídico do crédito não tributário. 31. Por se tratar a hipótese trazida em voga de crédito não-tributário, descabida a exceção imposta pelo art.187 do CTN, que determina a exclusão do crédito tributário - e não fiscal- do âmbito da recuperação judicial, ao fazer alusão a quais créditos não estarão sujeitos a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento. 32. Parece adequada, portanto, a interpretação conferida ao artigo 6º, §7º da Lei de Falências, que sopesa a natureza substancial do crédito objeto da pretensão e não o veículo e tratamento processual utilizado para cobrança da dívida,

o que, provavelmente levou a opção do legislador de empregar o termo execução fiscal e não execução de natureza fiscal, as quais não possuem as multas administrativas, como o fez em vários outros dispositivos. 33. Diante das diferenças estabelecidas pela própria Lei nº 11.101/2005 entre os créditos tributários e os advindos de multas administrativas, inscritos em Dívida Ativa, não devem estas últimas, em linha de princípio, se submeterem à exceção estabelecida em seu art.6º, § 7º. 34. Inexistência de qualquer vício na decisão impugnada (ultra petita), uma vez que compete ao magistrado de origem, quando do deferimento do processamento da recuperação judicial, ordenar a suspensão das execuções, na forma do art.52, III, da lei nº 11.101/05. 35. Não se pode olvidar que o juízo universal é competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa em recuperação, sob pena de prejudicar seu funcionamento e inviabilizar seu restabelecimento. 36. Ademais, compete ao juízo da recuperação decidir se o crédito constituído anteriormente ao processo de soerguimento possui ou não natureza concursal e, também, concluir pela possibilidade de se postergar a execução da garantia, ante o princípio da preservação da empresa. 37. Hipótese em que não se está invadindo a competência do Juízo Federal para processar e julgar a cobrança de crédito público federal, mas sim decidindo-se acerca da natureza do crédito controvertido e se este possui natureza concursal ou extraconcursal para, ao final, decidir se está ele excepcionado ou não dos efeitos da recuperação. 38. Com o processamento da recuperaçãojudicial, incumbe ao Juízo determinar a suspensão temporária das ações e execuções, na forma disciplinada pelos arts.6º e 52, III, da LREF, as quais permaneceram

com a exigibilidade suspensa até que seja ultrapassado o termo legal previsto no art.6º, §4º, da LREF, ou que conceda a recuperação judicial ou seja decretada a falência, em decorrência da rejeição do plano. 39. No entanto, o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, subsistindo, assim, os débitos em desfavor da empresa devedora, razão pela qual devem ser mantidos os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, bem como nos tabelionatos de protestos. Inteligência do Enunciado nº 54, da Jornada de Direito Comercial I, do CJF/STJ. 40. Apenas com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial é que se dará a novação legal dos créditos sujeitos à recuperação e que efetivará a suspensão dos apontamentos que pendem sobre o nome das empresas recuperandas, cuja providência será adotada sob condição resolutiva. 41. Desta feita, somente após a concessão da recuperação judicial, com a homologação do plano e novação dos créditos, é que poderá ser promovida a retirada do nome das recuperandas dos cadastros de inadimplentes. 42. Necessidade de provimento do recurso no tocante à suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito em face das recuperandas, pelo prazo de 180 dias úteis. 43. Recurso parcialmente provido (0043065-84.2016.8.19.0000, Agravo de Instrumento, Des.Monica Maria Costa Di Piero, julgamento 29/08/2017, 8ª CC, TJRJ)".

" 1. Trata-se de agravo de instrumento manejado em face do deferimento do processamento de recuperação judicial e que traz ao debate questões de competência do Juízo e de tutela de urgência. 2. No que respeita à questão da competência, a decisão não é passível de agravo, pois não existe hipótese legal que o permita. 3. No que respeita à tutela de urgência, o agravo deve ser improvido, pois a dispensa de certidões negativas em favor da recuperanda, inclusive em contratação com o Poder Público, é exegese que se alinha à preservação da empresa. 4. Recurso ao qual se nega provimento (0006538-02.2017.8.19.0000 - Agravo de Instrumento, Des. Antonio Iloizio Barros Bastos, julgamento 17/5/2017, 4ª. CC, TJRJ)".

"Empresa em recuperação judicial - A intervenção do Ministério Público, em processo de recuperação judicial, é obrigatória, na forma do artigo 52, inciso V da Lei nº 11.101/2005, sendo-lhe conferida a prerrogativa de intimação pessoal dos atos do processo, nos termos do artigo 84, combinado com o parágrafo 2º do artigo 236, pena de nulidade absoluta, conforme artigo 246 do Código de Processo Civil. No tocante ao pedido para que conste das certidões que estão sendo expedidas pelo Juízo a quo a informação de que há recurso contra a decisão que permitiu a recuperanda participar das licitações sem a apresentação das CND's, mas que ela poderá ser eliminada do certame se não comprovar a sua idoneidade econômico-financeira, em igualdade de condições com as demais participantes da concorrência pública, trata-se de matéria já apreciada nos Agravos de Instrumento nº 0031568-78.2013.8.19.0000 e nº 0044743-42.2013.8.19.0000, cujos Acórdãos não proibiram o Poder Público de eliminar a recorrida do certame, caso ela descumpra determinações a que estão sujeitos os demais concorrentes, mas dispensou a apresentação de certidões para comprovação da idoneidade econômico-financeira para contratação com o Poder Público. A dispensa de apresentação de certidão negativa de débito fiscal e de comprovação da idoneidade econômico-financeira para contratação com o Poder Público se encontra em absoluta consonância com o princípio da preservação da empresa, expressamente contido no artigo 170 e parágrafo único da Constituição Federal, e no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, não havendo violação ao artigo 52, inciso II, da mesma Lei ou ao artigo 32, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/1993. Quanto ao pleito de anulação da Decisão recorrida, no ponto em que prorroga, pela terceira vez, a suspensão das ações e execuções em face da agravada, nada há a justificar sua reforma, diante da exiguidade do prazo de 180 dias, previsto no parágrafo

4º, do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, considerando-se o caso concreto - Mitigação da regra de não prorrogação das ações movidas em face do devedor - Provimento parcial do Agravo de Instrumento (0015971-98.2015.8.19.0000, Agravo de Instrumento, Des. Camilo Ribeiro Ruliere, julgamento 7/7/2015, 1ª CC, TJRJ)".

Ultrapassada a questão preambular - no que diz respeito a possibilidade do ingresso da participação em certames licitatórios por empresas em recuperação judicial - resta adentrar no mérito da controvérsia, no tocante a aferição pelo juízo da recuperação judicial quanto à situação econômico-financeira da sociedade empresária, a qual foi conferida a recuperação judicial.

Neste ponto, inicio transcrevendo ementa de acórdão proferido em parecer da AGU pertinente ao tema:

"PARECER Nº Olf /2015/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU PROCESSO Nº: 00407.000226/2015-22 INTERESSADO: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL ASSUNTO: Temas relativos a licitações e contratos administrativos tratados no âmbito da Câmara Permanente de licitações e contratos administrativos instituída pela Portaria/PGF n.º 98, de 26 de fevereiro de 2013. EMENTA: RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. PECULIARIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE EXIGE QUE O CONTRATADO TENHA CAPACIDADE DE SUPORTAR OS ÔNUS DA CONTRATAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DO PAGAMENTO ANTECIPADO. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E SUA PRESERVAÇÃO. DISTINÇÃO ENTRE A FASE POSTULATÓRIA E DELIBERATIVA DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO. DIFERENÇA ENTRE O ART. 52 E O ART. 58 DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS. NECESSIDADE DE ACOLHIMENTO DO PLANO PELO JUÍZO PARA ATESTAR A VIABILIDADE DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL EM LICITAÇÕES. NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO. I. A regra é que o fornecedor de bens e o prestador de serviços somente receba o pagamento da Administração após procedimento de execução de despesa orçamentária, que demanda tempo, e faz com que o particular tenha que suportar com recursos próprios o peso do contrato até que seja ultimado o pagamento, o que demonstra a importância da fase de habilitação econômico-financeira nas licitações públicas. II. O instituto da recuperação é voltado para empresas que possuam viabilidade econômico-financeira, em prestígio ao princípio da função social da empresa. II. Não cabe confundir duas situações processuais distintas na Lei de Recuperação de Empresas, já que quando a empresa devedora solicita a recuperação judicial e o juiz defere o seu processamento (art. 52, NLRJ). A requerente confessa seu estado de insolvência sem comprovar a sua viabilidade econômico-financeira, que somente se dará com a aprovação ou ausência de objeção ao plano de recuperação, quando o juiz concederá a recuperação em si (art. 58, NLRJ). IV. Apenas na fase do art. 58 da Lei 11.101, de 2005, é que existe a recuperação judicial em sentido material, quando os atos tendentes a superar a situação de crise serão efetivamente praticados. V. Quando a empresa está com sua recuperação deferida, há plausibilidade de que haja viabilidade econômico-financeira, em particular se houver previsão no plano da participação da empresa em contratações públicas. VI. Se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório. VII. A exigência de certidão negativa de recuperação judicial é ainda válida como forma do pregoeiro ou da comissão de licitação avaliar a capacidade

econômico-financeira, mas não em substituição à certidão negativa de concordata, e sim como um indicativo da situação em que se encontra a licitante. VIII. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira. IX. Na recuperação extrajudicial, uma vez homologado o plano, haverá plausibilidade de que a empresa possua viabilidade econômica, sendo condição de eficácia do plano que haja o acolhimento judicial do mesmo".

O referido Acórdão foi proferido no âmbito do projeto institucionalizado na Procuradoria-Geral Federal por intermédio da Portaria 359, de 27 de abril de 2012, que criou grupo de trabalho com objetivo de uniformizar questões jurídicas afetas a licitações e contratos, sendo constituída para tanto a Câmara Permanente de Licitações e Contratos, através da Portaria n.º 98, de 26/02/2013.

In causa, afigura-se aqui, exatamente os mesmos questionamentos analisados pela Procuradoria da AGU.

O "Grupo Oi", como é popularmente conhecido, constituiu-se como sendo um dos maiores conglomerados empresariais no ramo da telefonia fixa e móvel do mundo, sendo este a grande "tele" nacional.

Ingressada e, posteriormente, obtida a concessão de sua recuperação judicial, a superação de sua crise econômico-financeira permanece em curso e, se ainda não sanada, já se estabilizou. A maciça presença e aprovação pelos credores do Plano de Recuperação na AGE realizada em 19/12/2017, é outra vertente marcante para que se reconheça a importância estratégica da Companhia e sua real capacidade de soerguimento econômico-financeiro.

Inobstante essas constatações, é factível, conforme relatado, que a situação deficitária pretérita tenha se refletido nos exercícios sociais apurados antes e no decorrer do processo de recuperação, o que ainda assim não a torna uma empresa ineficiente.

Foi justamente com vista a sanear seu passivo e novamente se lançar de forma competitiva no mercado, é que se buscou o amparo judicial da recuperação judicial, obtendo pleno sucesso em seu objetivo, mediante a homologação da concessão do seu pedido de recuperação.

O gigantismo financeiro movimentado por esse conglomerado empresarial transnacional está devidamente relatado na decisão - fls. 89.496/89.525 - que deferiu o processamento de sua recuperação, não cabendo aqui, novamente dimensionar esses números.

Diante dessas considerações, impõe-se o acolhimento do pedido das recuperandas.

Isto porque as condições estipuladas nos Editais publicados, a toda evidência, não podem ser, por si só, consideradas para efeitos da verificação do alcance da capacidade dos índices mínimos de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente estipulados. A prova irrefutável da atual capacidade econômico-financeira do Grupo OI, figura em cláusula expressa do Plano de Recuperação Judicial homologado, que prevê o aporte por parte de credores colabores na ordem de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões) de reais, em seus ativos.

De qualquer sorte, importa ressaltar que há forte plausibilidade na alegação de que as demonstrações contábeis das recuperandas, referentes ao exercício social de 2017, apenas por fatores circunstanciais, indicaram um patrimônio líquido menor do que aquele necessário para atingir os índices exigidos nos editais, notadamente em razão da prévia aprovação do balancete em AGE.

Se o Grupo OI possui saúde financeira para cumprir suas obrigações maiores (estabelecidas no plano de recuperação judicial), com mais certeza pode-se dizer que possui condição financeira para se habilitar nos certames ofertados pelo Poder Público.

A formalidade não pode prevalecer sobre os princípios regentes. O Estado tem o dever de garantir a preservação da atividade empresarial, permitindo que as sociedades recuperandas tenham condições efetivas de superar sua crise econômico-financeira para que possam exercer sua função social.

Por todo o exposto, concedo tutela de urgência em caráter incidental para o fim de determinar aos Pregoeiros do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico acima referidos: i) que se abstenham de exigir das sociedades OI S.A, Telemar Norte Leste S. A e OI Móvel S.A, integrantes do Grupo OI, o atendimento aos requisitos de habilitação econômico-financeira previstos nas Cláusulas 15.5.3 a 14.5.6, do Edital de Pregão Eletrônico n.º 0102.2018.CEL.PEC.PE.0063.SAD, do Estado de Pernambuco, e das Cláusulas 9.61 a 9.63 do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço n.º 01/2018 do Ministério do Planejamento, como condição de habilitação para participar dos referidos procedimentos licitatórios. Esclareço que as referidas cláusulas de habilitação econômico-financeira previstas nos Editais do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, não poderão ser exigidas das sociedades integrantes do Grupo OI, que não poderão ser inabilitadas ou impedidas de participar de certames com fundamento nos critérios ali estabelecidos.

Intimem-se os Pregoeiros com urgência, inclusive por ofício, ficando autorizada a entrega dos ofícios aos representantes das recuperandas.

Intimem-se e dê-se ciência pessoal ao MP e demais órgãos com prerrogativa de intimação

peçoal.

Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 16/05/2018.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4NH2.22GJ.R7JB.N54Y**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A
Perito: RIO BRANCO SP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Representante Legal: MARCELO CURTI
Interessado: SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 06/06/2018

Decisão

1-Fls. 303.519/303.521; 303.525/303.533 (Pet. Vitor Souza Pontes): A individualização de créditos foi permitida aos credores bondholders, o que não é o caso do requerente. Compete ao interessado promover a habilitação do seu crédito, com observância do despacho procedimental de fls. 199.000/199.001.

2-Fls. 303.534/303.536 (Pet. Juliano Amboni): Nada a prover pois, ao que tudo indica, a petição em questão deveria ser ingressada nos autos da impugnação, a qual nem ao menos foi mencionada.

3- Fls. 303.537/303.547 (Pet. Marcelo de Paula): Sobre o relatado, diga o administrador judicial.

4- Fls. 303.548/303.549 (Pet. Ouro Verde): Nada a prover, pois se trata de mera comunicação quanto a opção de recebimento.

5- Fls. 303.550 (Pet. Valdecira Andrade): Diante do que consta no item XIX da decisão de fls. 89.496/89.525, indefiro o pedido.

6- Fls. 303.551/303.558 (Pet. José Fernando Silva Tirano): Uma vez que o requerimento foi protocolado em 02/03/2018, mas somente agora foi juntado aos autos - o que é escusável, diante volumoso número de peças que diariamente são dirigidas aos autos - determino a manifestação do administrador judicial sobre o pedido.

7- Fls. 303.559/303.567; 303.568/303.577 (Pet. Cirineu Dias e José Luiz Rossini): O pagamento dos credores deve obedecer ao contido no plano. Assim, aguarde-se a satisfação do crédito na forma aprovada.

8- Fls.303.578/303.5589 (Pet. Cornélio Roberto Bohnert): O credor deve promover a habilitação do seu crédito de acordo com o contido no art. 9º e ss da Lei 11.101/2005, bem como em observância ao contido no despacho procedimental de fls. 199.000/199.001.

9- Fls. 303.590 (Pet. Adelino Sacramento): A questão inerente à individualização dos créditos bondholders já se encontra encerrada, tendo o A.J. se manifestado sobre todos os requerimentos tempestivamente ingressados nos autos.

10- Fls. 303.614; 303.615 (Pet. VML Propaganda Ltda e MARKEDATA SOLUTIONS): Diante do que consta no item XIX da decisão de fls. 89.496/89.525, indefiro os pedidos.

11- Fls. 303.616/303.623 (Pet. BMC SOFTWARE): Digam as recuperandas.

12- Fls. 303.624/303.639 (Pet. OI.): Sobre o laudo apresentado, manifeste-se o A.J. e o MP.

13- Fls. 303.654/303.693; 303.694/303.746 (Pet. J.P.MORGAN e GMO CREDIT): Ciente da interposição dos agravos de instrumento. Considerando que a interlocutória desafiada pelos

recursos em tela, ao menos no plano da motivação e fundamentação está em consonância com a exigência inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, esclareço que as decisões agravadas estão mantidas por este juízo. Aguarde-se eventual pedido de informações.

14- 303.747/303.751 (Pet. Administrador Judicial): Atento às considerações trazidas pelo Administrador Judicial em relação às solicitações de constrições judiciais para garantia dos juízos das execuções de créditos extraconcursais, determino que o AJ, verificando as situações relatadas, assim proceda:

I- no caso da ausência de atribuição de valor específico para constrição patrimonial, deverá ser enviado à serventia planilha contendo os números dos ofícios, seus respectivos processos e juízos solicitantes. O cartório deste juízo, ao receber tal informação, oficiará às pertinentes serventias, no sentido de que devem responder ao solicitado diretamente ao AJ - indicar o endereço eletrônico no ofício;

II- nas hipóteses em que a solicitação da constrição derivar de feitos, cuja distribuição é contemporânea ou antecede ao pedido de recuperação, o administrador judicial deverá informar a situação ao juízo por meio de petição contendo os números dos ofícios, seus respectivos processos e juízos solicitantes, devendo o cartório, neste caso, fazer os autos conclusos;

III- doravante, nas situações em que a solicitação da constrição derivar de feitos, cuja distribuição é posterior ao pedido de recuperação, levando em conta o grande número de pedidos, o que impossibilita buscar uma apuração mais detalhada de cada caso, deverá ser o crédito considerado, a princípio, como sendo extraconcursal, e via de consequência, deve ser promovida a inserção da solicitação da constrição na lista, restando desde já ressalvado, que caberá nessas hipóteses às próprias recuperandas questionarem a natureza dos créditos diretamente nos respectivos juízos singulares.

15- Fls. 303.752/303.796 (Pet. OI):

I- No que tange às considerações quanto ao requerido pela credora SOUTH AMÉRICA - fls. 283.079283.100 - assiste razão às recuperandas, pois restou comprovado que a referida credora encontra-se enquadrada na Subclasse criada junto à Classe III, denominada de "credor parceiro fornecedor parceiro", condição que a impede de postular o pagamento por meio por meio da aquisição de debêntures (cláusula 4.3.1.2-iii do PRJ), uma vez que há condição específica criada para satisfação dos créditos assim enquadrados.

II- Ciente dos esclarecimentos prestados, providencie a COSERN o levantamento das verbas depositadas em seu favor na conta informada.

III- O desconto sobre o valor depositado vem da retenção obrigatória de impostos, o que justifica o valor líquido disponível a menor para o credor. Com efeito, não há que se falar em pagamento em desacordo com o Plano, não cabendo assim determinar sua complementação.

16- Fls. 303.797/303.800 (Pet. Wanda de Souza Alves): Deve a credora promover sua habilitação na forma do despacho procedimental de fls. 199.000/199.0001.

17- Fls. 303.801/303.812 (Pet. NETCRACKER TECHNOLOGY): Diante do que já foi esclarecido pelas recuperandas, em requerimento idêntico formulado pela Credora ORACLE às fls. 297.549/297.550, dispense nova manifestação das devedoras, pois o desconto sobre o valor depositado vem da retenção obrigatória de impostos, o que justifica o valor líquido disponível a menor para o credor. Não há que se falar em pagamento em desacordo com o Plano, não cabendo assim determinar sua complementação.

18- 303.813/303.858 (Pet. Administrador Judicial): Ciente da apresentação do RMA referente ao mês de março de 2018. Dê-se ciência ao MP e ao demais interessados.

19- Fls. 303.859 (Pet. da União): Nada a prover, uma vez que se trata de mera comunicação de ciência das decisões.

20- Fls. 303.860/303.945 (Pet. Espólio de Eleutério Strauss): Digam as recuperandas.

21- Fls. 303.946/303.960 (Pet. MARBLE RIDGE): Ciente da interposição do agravo de instrumento. Destarte, considerando que a interlocutória desafiada pelo recurso em tela, ao menos no plano da motivação e fundamentação está em consonância com a exigência inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, esclareço que a decisão agravada está mantida por este juízo. Aguarde-se eventual pedido de informações.

22- Fls. 305.687/305.688: Inexistindo a possibilidade de habilitação ex-officio, aguarde-se o interessado promover a devida habilitação do crédito contido na certidão anexada.

23- Fls. 305.689/305.710 (Pet. Jorge Miguel Simões): O pagamento do crédito concursal deve observar as condições contidas no PRJ aprovado e homologado, devendo o credor providenciar a habilitação do seu crédito, caso este ainda não esteja listado. Assim, verificada pelo credor sua condição, aguarde-se o pagamento na forma ajustada.

24- Fls. 305.711/305.712 (Pet. Marble Ridge Master): A decisão de fls. 289.277 já indicara o requerente na condição de credor backstop, o que garante sua participação no incidente

informado.

25- Fls. 305.713/305.714 (Pet. do A.J.):

I- Em relação à questão formulada pela credora Elektro Eletricidade, nada mais a prover, diante da inequívoca comprovação do pagamento por parte das recuperandas.

II- Diante dos esclarecimentos apresentados, e uma vez que se trata de direito disponível do credor, HOMOLOGO a desistência do pedido de individualização dos créditos bondholders detidos por LAURYN JANSING e FRANZ JOSEPH JANSING. Anote o administrador para que surtam os devidos efeitos, devendo, se for o caso, comunicar ao respectivo trustee.

III- Desnecessária é a manifestação da recuperanda, por ora, pois não há manifestação expressa da credora, podendo ter ocorrido o pagamento neste interregno de tempo.

IV- Ciente da alteração que será realizada, para constar a nova denominação do credor SEGURPRO VIGILIGÂNCIA PATRIMONIAL S.A.

26- Fls. 305.716/305.725 (Promoção Ministerial): Parecer do MP dando ciência das recentes decisões proferidas.

27- Fls. 305.727/305.735 (Ofício Vara única de Montanha): Trata-se de crédito extraconcursal. Assim, envie cópia do ofício ao administrador judicial para que proceda na forma do despacho de fls. 297.336. Sem prejuízo, oficie-se ao juízo da execução informando.

28- Fls. 305.736/305.738 (Ofício 3º Juizado de Curitiba): Oficie-se informando que, em razão das deprecatas não terem sido enviadas à distribuição, mas sim, remetidas diretamente a esse juízo da recuperação judicial, as mesmas foram recebidas na forma de solicitação, e estão sendo processadas e respondidas de acordo com a respectiva finalidade.

29- Fls. 305.738/305.739: Ao A.J. para manifestação, uma vez que se trata de credor bondholder.

30- Fls. 305.740 (Ofício Juizado de Gravatá/PE): Atenda-se enviando os termos do Aviso expedido por este Juízo.

31- Fls. 305.742/305.743 (Ofício 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro): Defiro a penhora no rosto dos autos, no que tange ao crédito listado em favor do credor MEGA X TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME. Anote-se onde couber, devendo o administrador judicial igualmente fazer a anotação junto ao crédito penhorado. Oficie-se ao Juízo da execução.

32- Fls. 303.961/305.686 (Pet. OI): Cuida-se de novo requerimento liminar formulado pelas recuperandas com vista a obterem respaldo do juízo da recuperação judicial, que lhes possibilite participar de novos pleitos licitatórios, agora no total de 39 procedimentos. Trazem como novo fundamento para sua proposição, o fato de já terem publicado, no último dia 28.05.2018, os resultados financeiros do Grupo OI referentes ao primeiro trimestre de 2018, onde se destaca uma substancial evolução no Patrimônio Líquido das recuperandas, que atingiu o patamar de R\$ 28,9 bilhões. Com efeito, estando presentes os mesmos motivos e razões anteriormente apresentados no requerimento de fls. 298.069/298.564, aliado ao fato de que as previsões quanto à substancial evolução do Patrimônio Líquido das devedoras se concretizaram, replico os mesmos fundamentos e razões contidos na decisão de fls. 298.639/298.642, para conhecer e deferir este novo pedido, estendendo os efeitos da decisão concessiva da tutela de urgência em caráter incidental conferida, aos certames licitatórios indicados na postulação. Oficie-se, na forma requerida nos itens (i) e (ii) de fls. 303.967, e intime-se como requerido às fls. 303.969.

Cumpra-se. Intimem-se e dê-se ciência pessoal ao MP.

Rio de Janeiro, 11/06/2018.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4BY6.334T.67VQ.2WSY**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA EMPRESARIAL
DA COMARCA DA CAPITAL

AV. ERASMO BRAGA, 115 – SALA 706 – lâmina central, Centro, Rio de Janeiro- RJ -
CEP: 20020.903

Rio de Janeiro, 8 de maio 2018.

INFORMAÇÃO

Mônica Pinto Ferreira, Mat.01/23655, Chefe de Serventia Judicial do Cartório da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, revendo em seu poder e cartório os assentamentos virtuais referentes à AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de OI S.A.—EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TELEMAR NORTE LESTE S.A. — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A —EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PORTUGAL TR1RCOM INTERNATIONAL PINANCE E. V. — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e O1 BRASIL HOLDINGS COÓPER4T7EF — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, distribuída a este juízo, em 20/06/2016, pelo 4º Ofício do Registro de Distribuição, tombada sob o nº0203711-65.2016.8.19.0001, em resposta ao solicitado informa que:*****

1. A decisão de fls. 89.496/89.525, que deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo OI, foi proferida em 29/06/2016 e publicada na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 06/07/2016;*****
2. O EDITAL PREVISTO NO PARÁGRAFO 2º do art.7º da Lei de Recuperação judicial, foi publicado no dia 29/05/2017 às fls. 16/17 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro na seção de Editais de Demais Publicações, e a lista de credores está disponibilizada diretamente no site do TJ/RJ – www.tjrj.jus.br – no link “Página Principal/Consulta/Relação Nominal de Credores/7ª Vara Empresarial /OI Relação Final de Credores (Administrador Judicial – maio 2017)”, estando o processo atualmente em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores que foi realizada no dia 19/12/17 e homologada por decisão judicial no dia 08/01/18.

3. Com a realização da Assembleia Geral de Credores os processos ajuizados em face do Grupo Oi/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso, sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (Constituídos antes de 20.06.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo juízo da Recuperação. *****
4. Não foi determinada por este juízo empresarial a abertura de conta ou qualquer determinação para envio de ativos das devedoras para este juízo, cabendo às próprias buscarem o referido ativo diretamente. Entretanto, permanece inalterada a decisão que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperanda antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execuções ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença. *****



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA EMPRESARIAL
DA COMARCA DA CAPITAL

**AV. ERASMO BRAGA, 115 – SALA 706 – lâmina central, Centro, Rio de Janeiro- RJ -
CEP: 20020.903**

5. Permanece em vigor a decisão exarada às fls. 89.330/89.336 e ratificada no item II do dispositivo da decisão de fls. 89.496/89.525 que dispensa a apresentação de certidões negativas em quaisquer circunstâncias relacionadas às Recuperandas quando da contratação com o Poder Público, ou ainda, para perceber créditos por serviços já prestados.*****

6. O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLD WALD ASSOCIADOS exerce o cargo de Administrador Judicial das Sociedades Empresarias do Grupo OI – Em Recuperação Judicial, tendo sua sede na Av. Franklin Roosevelt, 115 – 4º andar – CEP. 20.021-120, Centro, Rio De Janeiro – RJ. Fone (21) 2272-9328. *****

Mônica Pinto Ferreira – Mat. 01/23655

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBNET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL
Representante Legal: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 15/05/2017

Despacho

Fls. 196.187/196.203: Cuida-se de pedido de prorrogação do stay period formulado pelo Grupo OI, onde alega, em apertada síntese, não ser possível concluir todas as etapas do processo até a realização da AGC, antes do final do prazo concedido, cujo encerramento se opera no dia 16/05/2017, e que, o esgotamento do prazo sem sua prorrogação irá deixar as devedoras vulneráveis a atos de execução de bens de seu patrimônio, trazendo efetivo prejuízo para o desenvolvimento do processo e das negociações que estão em andamento com as diversas classes de credores. Conclui afirmando não ter dado causa ao retardo da conclusão do procedimento nos prazos assinados em Lei, o que lhe confere, segundo a melhor doutrina e jurisprudência, a possibilidade do presente requerimento.

Ouvido, o Ministério Público pugnou pela concessão da prorrogação do prazo em questão, sob o argumento de que não se pode imputar às devedoras a demora na realização da AGC, pois essas vêm cumprindo suas diligências devida e tempestivamente, o que, segundo o STJ, permite mitigar o prazo legal conferido no § 4º do art. 6º da Lei 11.101/2005.

Igualmente, o administrador judicial em sua manifestação de fls. 198.449/198.451, descreve as

peculiaridades da presente recuperação judicial, sobressaltando que, em momento algum, pode o atraso no procedimento ser imputado às devedoras, sendo que os Tribunais têm propugnado a viabilidade da prorrogação do período de proteção.

Relatados, decido.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LRF destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceito que se fortalece cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais.

Com base neste contexto, e cumpridas pelas interessadas as obrigações legais exigidas, foi deferido o processamento da recuperação da sociedade empresária, que se encontra na fase do recebimento da Lista de Credores elaborada pelo A.J. com base no § 2º do art. 7º da Lei 11.101/2005.

Ao longo desta recuperação, este Juízo já manifestou - o que, aliás, é do conhecimento de todos que militam na atividade forense - a magnitude e complexidade do processamento deste caso, considerado o maior processo de Recuperação Judicial em trâmite no País.

Verifica-se, portanto, que o procedimento está em delicada fase processual, na qual todo e qualquer ataque ao patrimônio das sociedades, poderá por termo aos esforços até aqui engendrados, tendo consequências drásticas não só para a sociedade empresária em si, mas também para uma grande coletividade que se utiliza dos serviços públicos prestados pelas devedoras por meio de concessão.

Neste aspecto, muito embora o legislador tenha considerado como razoável o prazo de 180 dias, contados a partir do deferimento do pedido de recuperação, para que houvesse a suspensão de todas as ações e execuções em face da empresa em recuperação judicial, e com isso pudesse aquela ter certa tranquilidade para elaborar e propor o plano de recuperação judicial, na prática diária não é o que se tem configurado.

Isto porque, devido aos embaraços enfrentados pelas interessadas, inclusive os de natureza processual, tal prazo não se tem mostrado suficiente para concluir, aprovar e iniciar o cumprimento do plano, o que tem levado o Judiciário a enfrentar diversos pedidos de prorrogação do prazo previsto em lei.

O Tribunal da Cidadania tem mantido entendimento no sentido de que, mostrando-se insuficiente o prazo legal de 180 dias e não tendo a devedora dado causa ao retardo processual, a suspensão das execuções individuais deve ser prorrogada em atenção ao princípio consagrado na nova lei de recuperação judicial e falência voltado para a preservação (ou continuidade) da empresa.

Em relação a esta questão o STJ assim se pronunciou:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.860 - PB (2016/0171448-5)RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHIRECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNBADVOGADO : FERNANDA HALIME FERNANDES GONÇALVES EOUTRO(S) - PB010829RECORRIDO : FELINTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EMRECUPERAÇÃO JUDICIALADVOGADO :

THÉLIO QUEIROZ FARIAS E OUTRO(S) - PB009162EMENTARECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO DE SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES INDIVIDUAIS MOVIDAS CONTRA O DEVEDOR. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1- Pedido de recuperação judicial formulado em 14/11/2013. Recurso especial interposto em 9/11/2015 e atribuído à Relatora em 1/9/2016. 2- Controvérsia que se cinge em definir se a suspensão das ações e execuções individuais movidas contra empresa em recuperação judicial pode extrapolar o limite legal previsto no § 4º do art. 6º da Lei 11.101/2005, ficando seu termo final condicionado à realização da Assembleia Geral de Credores. 3- Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração. 4- O mero decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da LFRE não é bastante para, isoladamente, autorizar a retomada das demandas movidas contra o devedor, uma vez que a suspensão também encontra fundamento nos arts. 47 e 49 daquele diploma legal, cujo objetivo é garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda. Precedentes. 5- O processo de recuperação é sensivelmente complexo e burocrático. Mesmo que a recuperanda cumpra rigorosamente o cronograma demarcado pela legislação, é aceitável supor que a aprovação do plano pela Assembleia Geral de Credores ocorra depois de escoado o prazo de 180 dias. 6- Hipótese em que o Tribunal de origem assentou que a prorrogação é necessária e que a recorrida não está contribuindo, direta ou indiretamente, para a demora na realização da assembleia de credores, não se justificando, portanto, o risco de se frustrar a recuperação judicial pela não prorrogação do prazo. 7- A análise da insurgência do recorrente, no que se refere à existência ou não de especificidades que autorizam a dilação do prazo de suspensão das ações e execuções em trâmite contra a recorrida, exigiria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pelo enunciado n. 7 da Súmula/STJ. 8- Recurso especial não provido.

AgRg no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 111.614 - DF (2010/0072357-6) RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. AGRAVANTE: SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTRO(S) ADVOGADO: FRANCISCO GONÇALVES MARTINS. AGRAVADO: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP - MASSA FALIDA E OUTROS. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E OUTROS. SUSCITANTE : AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADVOGADO: CLÁUDIO ALBERTO FEITOSA PENNA FERNANDEZ E OUTRO(S). SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL. SUSCITADO: JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP. EMENTA CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS. PRAZO DE 180 DIAS PARA A SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES AJUIZADAS EM FACE DA EMPRESA EM DIFICULDADES. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ADJUDICAÇÃO, NA JUSTIÇA DO TRABALHO, POSTERIOR AO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1 - O prazo de 180 dias para a suspensão das ações e execuções ajuizadas em face da empresa em dificuldades, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/05, pode ser prorrogado conforme as peculiaridades de cada caso concreto, se a sociedade comprovar que diligentemente obedeceu aos comandos impostos pela legislação e que não está, direta ou indiretamente, contribuindo para a demora na aprovação do plano de recuperação que apresentou. 2 - Na hipótese dos autos, a constrição efetuada pelo Juízo do Trabalho ocorreu antes da aprovação do plano de recuperação judicial apresentado pela suscitante e após o prazo de 180 dias de suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face da devedora. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.278.819 - DF (2011/0220670-8) RELATOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO AGRAVANTE : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA ADVOGADO : MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS E OUTRO(S) AGRAVADO : RANCISCO RICARDO DE PINHO

ADVOGADO : IVANIZE TAVARES PIMENTA EMENTA AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 180 DIAS. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSENTE O INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Ausente o interesse recursal quando a pretensão deduzida no recurso especial foi devidamente atendida no julgamento o agravo de instrumento, uma vez que o Tribunal de origem decidiu nos termos das razões e do pedido deduzido no recurso ora em julgamento. 2. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. 3. Agravo regimental não provido.

Nesta linha de entendimento nosso Tribunal também assim já se pronunciou:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0037633-84.2016.8.19.0000 AGRAVANTE: BANCO BRADESCO SA AGRAVADO: IPEÓLEO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA RELATOR: DES. CEZAR AUGUSTO RODRIGUES COSTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IPEÓLEO. STAY PERIOD. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA RECUPERANDA. Ação de recuperação judicial ajuizada por Ipeóleo Comércio de Combustíveis LTDA. A decisão agravada deferiu a prorrogação do prazo previsto no artigo 6º, §4º, da Lei 11.101/2005, por mais 90 (noventa) dias. Suspensão das ações no decorrer do processamento da recuperação judicial, lapso conhecido como "stay period". Apesar do período de "stay" ser legalmente estabelecido na Lei de recuperações de Empresas e Falências como sendo um prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a jurisprudência vem mitigando a norma em prestígio da saúde financeira da empresa, condicionando a prorrogação do prazo à inexistência de culpa desta na morosidade do processamento. A recuperanda atua de forma diligente e, portanto, a prorrogação é medida que se impõe, em homenagem à manutenção da atividade empresária. CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Direito Processual Civil. Recuperação Judicial. Prorrogação do prazo de 180 dias para a suspensão das ações e execuções ajuizadas em face da empresa em dificuldades, previsto no artigo 6º, § 3º, da Lei 11.101/05. Decisão fundamentada. Ausência de intimação do Ministério Público que não trouxe prejuízo ao interesse tutelado. Nulidades afastadas. Possibilidade de prorrogação. Decisão que não se mostra teratológica. Recurso a que se nega seguimento nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil (TJRJ, 7ª Camara Cível, Des. Cláudio Brandão, Agravo de Instrumento 0032235.93.2015.8.19.0000, julg. 11/12/15).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES EM CURSO. PRAZO. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. Agravo de instrumento contra decisão que prorrogou o prazo de suspensão dos processos de execução individual em face da Agravada. Embora o artigo 6º, § 4º da Lei 11.101/05 vede a prorrogação do prazo de suspensão da prescrição e das ações e execuções ajuizadas em face da recuperanda, doutrina e jurisprudência flexibilizam a regra em nome do princípio da preservação da empresa. Orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça. Recurso desprovido (TJRJ, 5ª Camara Cível, Agravo de Instrumento 0057345-31.2014.8.19.0000, Des Henrique de Andrade Figueira, julgamento 3/3/15)

In causa, as recuperandas têm atuado com lisura na conduta do processo, cumprindo fielmente

todas as determinações legais e judiciais que lhes são apresentadas, estando o processo, em razão de sua própria magnitude e especificidade, se desenvolvendo dentro do que se espera razoável, porém além dos prazos processualmente previstos, o que confere a necessidade prorrogação do ato de defesa dos ativos da devedora, de modo a evitar a possibilidade de alienação de seus bens que tenham sido objeto de constrição neste período, os quais inclusive podem ser vitais para futuro cumprimento dos termos ajustado no Plano de Recuperação.

Destarte, diante da jurisprudência dominante, e atento e coadunado com os argumentos elencados pelo Ministério Público, defiro a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 dias úteis, ou até a realização da AGC, valendo aquele que primeiro tiver o seu termo.

Ante o exposto, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:

- 1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
- 2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);
- 3) As ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art. 6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;
- 4) Os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial, também deverão ser suspensos, na forma do que foi arrazoado acima, cabendo a este Juízo recuperacional a análise do caso concreto.
- 5) Com relação aos procedimentos arbitrais em que figurem como parte quaisquer das empresas devedoras, esclareço que deverão ser adotadas as mesmas premissas fixadas acima, ou seja, suspensão de todas as arbitragens nas quais já haja definição de quantias líquidas devidas pelas requerentes.

Cumpra aqui por fim esclarecer que as referidas diretrizes foram mantidas em sede recursal quanto do julgamento do agravo de instrumento de nº 0034576-58.2016.8.19.0000, as quais, portanto, devem ser mantidas para o período de prorrogação.

Expeça-se Aviso a todas as Presidências e Corregedorias de Justiça do País comunicando a presente decisão, de modo que repassem aos seus subordinados órgãos julgadores.

Publique-se, e dê-se ciência ao administrador judicial e MP.

Rio de Janeiro, 15/05/2017.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4ART.M1E3.8NHJ.AFEN**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL

Administrador Judicial: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL

Administrador Judicial: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR

Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD

Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 24/10/2016

Decisão

1) Da dispensa de apresentação de certidões negativas (fls. 97.739/97.803)

Este juízo recuperacional já determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (fls. 89.336). Outrossim, também restou autorizado às recuperandas participarem, sem restrições, de certames licitatórios, ainda que os respectivos editais vedem a habilitação de empresas que estejam em recuperação judicial (fls. 89.496)

Conforme expressado na última decisão, soaria como um contrassenso permitir que uma empresa que passa por dificuldades financeiras se socorresse do Poder Judiciário para se reestruturar, porém, ao mesmo tempo, vedar a sua participação em certames licitatórios, indispensáveis para a continuidade do desenvolvimento das suas atividades, o que constitui, justamente, o objetivo do procedimento de recuperação judicial. Registrou-se, na oportunidade que, com base nos princípios da efetividade e da celeridade processual, também consagrados pelo Novo Código de Processo Civil, não se fazia necessário aguardar que as recuperandas viessem a Juízo requerer, em cada caso, autorização para participar de determinado processo licitatório.

No entanto, as devedoras (fls. 97.739/97.803) noticiam que o Governo do Amazonas, por meio de sua Procuradoria Geral, emitiu parecer restringindo os efeitos da mencionada decisão, motivo pelo

qual pugnou-se pela expedição de ofício àquela D. Procuradoria de modo a esclarecer o exato alcance do comando judicial.

O parecer da Procuradoria Geral assim consignou:

"No caso em tela, está-se diante de uma consulta interna feita pelo setor Gerência de Cadastro a esta Assessoria, motiva por questionamento feito pela empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, que certamente se utilizará das respostas ora fornecidas em ocasiões de cadastramento ou de atualização de cadastro com a finalidade de participar de futuros procedimentos de contratação com o Poder Público; no caso julgado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, contudo, dispensou-se a apresentação de quaisquer certidões de regularidade fiscal para empresas em Recuperação Judicial, não para que as mesmas participassem de nova licitação ou contratação direta com o Poder Público, nem para que pudessem ver prorrogado um contrato preexistente, mas para que pudessem receber valores por serviços efetiva e reconhecidamente prestados. Neste talante, faz-se mister mencionar a diferença abissal entre, de um lado, permitir novas contratações (sejam diretas ou por via de procedimento licitatório, ou ainda, de adiantamentos de contratos já existentes) independentemente de apresentação, pelas empresa em Recuperação Judicial, das Certidões de Regularidade Fiscal e, de outro, autorizar o pagamento - devido - por serviços já contratados e efetivamente prestados por um empresa que, a posteriori, restou impossibilitada de apresentar ditas Certidões."

Como se não bastasse as mencionadas decisões judiciais que autorizam as empresas do grupo OI a participarem, sem restrições de certames licitatórios, há de se registrar que é incontroverso o fato das recuperandas - maior prestadoras de serviço de telefonia do Brasil, e uma das maiores do mundo - disporem de toda estrutura operacional para a efetiva execução dos serviços a serem contratados em sua área de atuação. O atual estado econômico-financeiro do grupo econômico, em processo de reestruturação, não constitui óbice à assunção de novos serviços por meio de licitação, ainda mais se considerarmos o expressivo ativo que demonstrou ter a receber em razão de diversos contratos em execução.

Assim sendo, nos termos da decisão de fls. 89.336 e 89.496, e para o fim de assegurar o direito reconhecido naquele decisum, declaro que, apesar do estado de recuperação judicial, as sociedades empresárias OI S.A. ("OI"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; TELEMAR NORTE LESTE S.A. ("TNL"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; OI MÓVEL S.A. ("OI MÓVEL"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro e sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 4"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua Teodoro da Silva nº 701/709 B, 4º andar, Vila Isabel, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20560-000; COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 5"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua Siqueira Campos nº 37, 2º andar, Copacabana, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22031-072; PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ("PTIF"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ("OI COOP"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Schipol, Schipol Boulevard 231, 1118 BH, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (indicadas apenas OI, TNL, OI MÓVEL, COPART

4, COPART 5, PTIF e OI COOP), que se inserem no conglomerado econômico denominado "Grupo OI", estão todas aptas a participar de procedimentos licitatórios nos termos da Lei 8.666/93, estando assim dispensadas da apresentação das certidões negativas de qualquer natureza, sendo, portanto, expressamente vedada sua exclusão do processo licitatório em razão do fato de estarem submetidas ao regime da recuperação judicial, devendo as recuperandas, porém, atenderem aos demais requisitos estabelecidos no Edital de Licitação.

Oficie-se, com urgência, à PROCURADORIA DO ESTADO DO AMAPÁ, para ciência da presente decisão, bem como aos demais órgãos que se opuserem à participação das devedoras em qualquer certame licitatório, em face da não apresentação de certidões negativas.

2) Do termo de compromisso dos AJs

Às fls. 97.997/98.001, este Juízo fixou a remuneração dos dois administradores judiciais nomeados e determinou a intimação de ambos para, em 48 horas, informar se aceitavam o múnus sob pena de substituição, designando o dia 24/10/2016 para assinatura do termo de ratificação do compromisso firmado.

Às fls. 98.138/98.139, o AJ Escritório de Advocacia Arnoldo Wald (EAAW) aceitou a remuneração fixada e informou que seu representante compareceria no dia e hora designados para a assinatura do termo.

Às fls. 98.165/98.169, o AJ PricewaterhouseCoopers (PWC) aceitou o encargo, apresentando anexo no qual adequou seu escopo de trabalho.

É o relatório. Decido.

A leitura do referido anexo revela que o AJ PWC, fazendo uma análise equivocada do parecer do MP, e da decisão deste Juízo que acolheu a referida promoção ministerial, aceitou receber um valor bastante inferior àquele originalmente pleiteado porque entendeu em diminuir o escopo do seu trabalho.

Conforme ressaltado pelo Ministério Público e por este Juízo, as horas constantes da proposta de honorários da PWC (assim como aconteceu com a proposta do AJ EAAW) estavam superestimadas e por isso sofreram redução. Mas a diminuição das horas para fins de fixação da remuneração não poderia jamais importar em queda do trabalho a ser desempenhado.

O trabalho da PWC não mudou nem foi reduzido. O que houve foi um ajuste das horas estimadas para adequar a proposta à complexidade do trabalho, compatibilizando-a com os valores praticados pelo mercado.

Quando este Juízo entendeu às fls. 97.997/98.001 ser necessária uma significativa redução no número de horas proposto por ambos os AJs, não foi determinado encolhimento do escopo do trabalho de nenhum dos dois administradores.

Neste sentido, aliás, é o parecer do Ministério Público, que não opinou pela exclusão de nenhuma rubrica trazida pelo AJ PWC, mas tão somente pela redução do número de horas destinado a cada rubrica.

O AJ PWC, responsável pela elaboração de todos os cálculos que se fizerem necessários nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores, cobrou horas em demasia para fazê-los e revisá-los na fase extrajudicial e, em duplicidade, quando contemplou novamente sua

elaboração e revisão na fase judicial das impugnações. Por isso, este Juízo discordou da estimativa de horas apresentada para essa tarefa.

O anexo de fls. 98.170, no qual o AJ PWC apresenta sua nova área de atuação, é inaceitável. Ou o AJ aceita a remuneração fixada realizando as tarefas que constam da coluna "Comentários a respeito da estimativa original da PWC" do citado anexo, ou sua substituição será determinada.

Determino, então, a intimação do AJ PWC para, em 24 horas, dizer se aceita exercer o munus sem qualquer redução do escopo de trabalho e redesigno a assinatura do termo de ratificação do compromisso pelos dois AJs para o dia 25/10/2016, às 16hs.

Dê-se ciência a todos. Ciência pessoal ao Ministério Público. Publique-se.

3) Da mediação com a ANATEL

Fls. 96.689/96.695 - Designo audiência para o dia 16/11/2016, às 15h, para definição das questões atinentes ao procedimento de mediação entre as requerentes, a Anatel e a Advocacia Geral da União, conforme decisão de fls. 95.842/95.846. Intimem-se as requerentes, a Anatel, a Advocacia Geral da União, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e o Administrador Judicial.

Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 24/10/2016.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4NAC.3EK2.TPMU.RAFI**

Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNPJ/validacao.do>

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBNET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL
Representante Legal: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 08/01/2018

Decisão

Tratam os autos de ação da recuperação judicial das empresas OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI MÓVEL S.A., COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A., COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A., PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A do GRUPO OI.

Requerem as empresas em recuperação a concessão da recuperação judicial na forma do plano aprovado em Assembleia Geral de Credores, com a dispensa da apresentação das certidões referidas no art. 57 da Lei 11.101/05.

Remetidos os autos ao Ministério Público, o douto parquet apresentou parecer no qual, em síntese, afirmou que a evolução da redação do plano, nos termos aprovados, teria dissipado uma série de perplexidades previamente vislumbradas na proposta enviada no dia 19 de dezembro,

não havendo, no seu entender, mais previsão de tratamento diferenciado de credores, sem critérios razoáveis e objetivos.

Aponta, porém, o Parquet algumas cláusulas que devem ser pontualmente revistas, no seu entender, pelo Poder Judiciário. Mais especificamente, o MP requer:

- o afastamento da cláusula 4.3.4 do plano, que prevê os termos de pagamento dos créditos não tributários detidos pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por entender que os créditos só podem ser pagos nos termos da legislação vigente (Leis 10.522/2002 e 13.494/2017), cabendo à AGC apenas "optar por uma ou mais formas de pagamento já estabelecidas em lei, jamais inovar em relação às suas disposições para beneficiar o devedor com condições mais brandas";

- sejam as recuperandas proibidas de efetuarem reembolso de despesas suportadas pelos credores para o recebimento de seus créditos no processo de recuperação, declarando-se a invalidade daquelas previstas na Seção 11 do Anexo "Subscription and Commitment Agreement" do PRJ), por atentarem contra o art. 5º, II, da LRF;

- seja estendido o pagamento das "fees" previstas no mesmo Anexo a todos os credores integrantes da Classe III com o mesmo perfil (valor, origem do crédito e higidez de garantias de aporte), que se comprometam a investir novos recursos na companhia através da subscrição daquelas ações nas mesmas condições;

- seja determinado aos órgãos diretivos das Recuperandas que convoquem AGE com a finalidade de adequar os estatutos das companhias às decisões tomadas em AGC, bem como para formalmente implementar o aumento de capital e a emissão das ações ordinárias pertinentes.

Por fim, o MP considerou superável a exigência inscrita no art. 57 da LRF, tendo em vista a jurisprudência formada e consagrada sobre o assunto, inclusive no STJ.

A ANATEL também peticionou nos autos, alegando que "as disposições contidas no Plano de Recuperação Judicial da Oi, mormente a pretensão de parcelamento com o uso dos depósitos judiciais como entrada e descontos para os juros e multa de mora (Cláusula 4.3.4)" não possuem efeitos para a Agência em razão de suas ilegalidades. Ressaltou a Agência que as hipóteses de parcelamento dos seus créditos estão em desconformidade com a Lei 10.522/02 e MP 780/17 e com as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, que determinaram a participação da ANATEL na AGC desde que as legislações correlatas à autarquia fossem respeitadas.

Passo a decidir.

I - PLANO FRUTO DE NEGOCIAÇÃO COM CREDITORES

Fazendo um necessário intróito, cabe recordar que o objetivo principal de um plano de recuperação judicial é convencer a coletividade de credores da adoção de determinadas medidas que permitam a reorganização das atividades empresariais, com vista à continuidade do negócio desenvolvido.

Considerando que o plano de recuperação judicial é a peça fundamental para o sucesso da recuperação judicial, permiti, no início do processo, às devedoras que apresentassem aos credores o plano na forma que melhor lhes apossesse, dentro da realidade econômico-financeira que só elas conheciam bem.

Mas, sabendo-se que a negociação com os credores, especialmente com os que detêm créditos relevantes, é medida que se impõe para o sucesso da recuperação judicial (sucesso no sentido de satisfação máxima dos credores quanto ao recebimento dos seus créditos, atrelado ao soerguimento da própria empresa), entendi necessária a atuação firme do Poder Judiciário no momento conturbado pelo qual passavam as Recuperandas.

Relembrando que o foco do processo de recuperação deve estar na empresa e não no empresário, ainda mais quando se trata de sociedades que exercem atividades essenciais por meio de concessão pública, e que um ambiente de harmonia e independência entre credores e devedores era fundamental para que ocorressem as negociações, depois de diversas tentativas de negociação e pedidos de adiamento da assembleia, ultrapassado largamente o prazo assinalado pelo juízo, nomeei o atual Presidente do Grupo OI, Eurico Teles, eleito por sua Diretoria Executiva e ratificado pelo Conselho de Administração, como responsável pessoal para conduzir e concluir as negociações com os credores desta recuperação.

A este último foi conferida a missão de apresentar até o dia 12/12/2017 o plano de recuperação, independentemente de aprovação pelo Conselho de Administração, o que foi cumprido após intensas negociações.

A referida decisão do Juízo foi atacada por agravo de instrumento e por nova petição nos autos na qual o acionista Société Mondiale pediu inclusive o adiamento da AGC designada para o dia 19. Tanto em primeiro grau como em segundo grau, a decisão foi mantida. Nos termos da decisão proferida pela Des. Monica Maria Costa no AI 0072315-31.2017.8.19.0000:

"Não há como deixar de reconhecer que, no cenário de uma recupera  o judicial, o princípio da fun  o social da propriedade, bem como da empresa, devem balizar o exercício dos direitos dos acionistas, disciplinados notadamente nos art.116 e 154, ambos da LSA, que não mais se encontram adstrito ao interesse do empresário, mas sim da sociedade empresarial e do interesse social indissociável ao soerguimento da empresa viável, de forma a ser preservada a fonte produtora e geradora de empregos, bens e serviços, a fim de que seja promovida sua fun  o social e estimulando a atividade econômica. (...) As causas elencadas pelo magistrado de piso para a ado  o das medidas determinadas na condu  o da recupera  o judicial, quais sejam, a existência de indícios de abuso de poder, a possível interferência de terceiros potencialmente conflitados, eventual resistência a delibera  es já tomadas na recupera  o judicial e atua  o independente dos Diretores nomeados tanto em rela  o aos acionistas controladores, quanto aos credores, demandam dila  o probatória mínima, a qual desborda o juízo de cogni  o percuciente. De outro lado, não há qualquer prova no sentido de que a antiga Diretoria, que vem sendo a

responsável pela condução operacional da companhia ao longo de todo este processo recuperacional, esteja atuando em prejuízo e descompasso com os interesses sociais da empresa. Inclusive, conforme mencionado pelo juízo a quo, a diluição dos poderes da atual Diretoria não seria recomendável, e vai de encontro à orientação dada pela ANATEL, devendo ser preservada a autonomia e a independência da Diretoria das devedoras, que foi constituída, na sua maioria, antes da instauração do atual conflito entre credores e devedores, responsável pela condução operacional da companhia ao longo de todo este processo recuperacional, sendo capazes de preservar a prestação do serviço público de forma satisfatória. (...) Contudo, de fato, a divergência entre os acionistas acerca do plano de recuperação a ser apresentado em assembleia vem causando um notório tumulto na administração da companhia, tendo impedido o conclave por três vezes, ensejando uma insustentável prorrogação do stay period, além de ocasionar uma generalizada insatisfação entre os credores e uma densa instabilidade no seio desta recuperação."

A Assembleia Geral de Credores foi então realizada no dia 19/12/2017 e a prova de que um ambiente tranquilo era fundamental para que a Diretoria negociasse com os credores foram os pedidos de suspensão formulados no curso da AGC por relevantes credores das recuperandas, como os bondholders, bancos públicos e bancos de fomento estrangeiros, de forma a que últimas negociações e ajustes fossem feitos ao plano.

Como destacado pelo parecer do Ministério Público que opinou pelo indeferimento do pedido de adiamento da AGC formulado pelo referido acionista, o aprimoramento do plano e a dissipação dos impasses na negociação podem e devem ser realizados no curso da AGC:

"Ocorre, no entanto, que seu aprimoramento é possível até mesmo durante o conclave que se aproxima, sendo de responsabilidade de todos aqueles que dela participam produzir algo passível de aprovação pelo juízo. TAL INCOMPLETUDE NÃO DEVE SER ÓBICE À REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA, MAS SIM MAIS UM MOTIVO PARA QUE ELA SE INSTALE E DISSIPE UMA SÉRIE DE IMPASSES DE NEGOCIAÇÃO QUE SE MOSTRARAM EVIDENTES AO LONGO DESSES ÚLTIMOS MESES. Ademais, como é comum em processos dessa magnitude, nada impede que uma vez instaurada, obtenha-se avanço em pontos de consenso com a suspensão para discussões mais aprofundadas acerca dos entraves."

Dito e feito, como vaticinado pelo Ministério Público. As negociações ocorridas durante a AGC dissiparam diversos impasses, e, após as suspensões realizadas no curso do conclave, cujos trabalhos duraram cerca de 20 horas (o cadastramento dos credores se iniciou às 8:30h do dia 19/12 e a ata foi assinada às 4:45h do dia 20/12, como informado pelo AJ), o plano foi aprovado pela maioria esmagadora dos credores.

Assim, parece ter sido acertada a decisão que conferiu ao Presidente do Grupo OI a prerrogativa e a responsabilidade de negociar com os credores um plano que atendesse aos interesses da coletividade.

II - COMPARECIMENTO E APROVAÇÃO MACIÇOS

A presente recuperação, como já salientado nos autos, traz números nunca antes vistos em um processo de recuperação judicial. E esse gigantismo é obviamente um reflexo do tamanho das Recuperandas. Não custa lembrar que o Grupo Oi é um dos maiores conglomerados empresariais do Brasil, com forte impacto na economia brasileira e recolhedor de valores bilionários aos cofres públicos a título de impostos.

As Recuperandas têm mais de 70 milhões de usuários, geram mais de 140 mil empregos, é responsável por sistema de telecomunicações que viabilizam atividades fundamentais ao país, como as eleições estaduais, têm cerca de 3.000 municípios que dependem exclusivamente de sua rede e está presente em quase 100% do território nacional. Assim, por essas peculiaridades, o soerguimento do Grupo tem especial relevo no contexto sócio-político-econômico do país.

Por isso, reunir em AGC os inúmeros credores do Grupo que estão espalhados por todo o Brasil, e também no exterior, era uma tarefa complexa e que demandou uma primorosa atuação do Administrador Judicial, que desenhou, estruturou e organizou um evento que estivesse apto a receber todos os interessados.

Como se extrai do resumo da lista de presença anexado à ata da AGC e colacionado abaixo para facilitar a visualização, a Assembleia contou com a participação maciça dos credores das Recuperandas:

CLASSE I - TRABALHISTAS

Total de Credores: 4075 / Total de presentes 3383

83.02% dos credores presentes

Total do valor dos Credores: 883.824.793,07 / Total do valor dos presentes: 815.561,515,41

92,28% dos valores presentes

CLASSE II - GARANTIA REAL

Total de Credores: 1 / Total de Presentes: 1

100% dos credores presentes

Total do valor dos Credores: 3.326.951,525,30 / Total do valor dos Presentes: 3.326.951.525,30

100% dos valores presentes

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO

Total de Credores: 53365 / Total de Presentes: 31993

59.95% dos credores presentes

Total do valor dos Credores: 59.185.781.003,19 / Total do valor dos presentes: 58.339.009.803,27

98.57% dos valores presentes

CLASSE IV - MICROEMPRESA

Total de Credores: 1927 / Total de presentes: 994

51.58% dos Credores Presentes

Total do valor dos Credores: 50.704.412,75 / Total do valor dos presentes: 29.934.973,26

59,04% dos valores presentes

O resultado da votação revela que também foi maciço o apoio dos credores ao plano. Confira-se, por oportuno, o laudo de votação anexado pelo Administrador Judicial:

Você aprova o plano de recuperação judicial? Plano de recuperação:
Total SIM: 35.779 / 35.421.646.806,61 (74.6%) de 47.482.481.221,92
Total NÃO: 141 / 12.060.834.415,31 (25.4%) de 47.482.481.221,92

CLASSE I - TRABALHISTA

	Total de votos Cabeça	Total de Votos Crédito
Total SIM:	3104 (100%)	
	789.681.310,63 (100%)	
Total NÃO:	0 (0%)	
	0,00 (0%)	

CLASSE II - GARANTIA REAL

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Crédito
Total SIM:	1 (100%)	
	3.326.951.525,30 (100%)	
Total NÃO:	0 (0%)	
	0,00 (0%)	

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Crédito
Total SIM:	31.682 (99.56%)	31.275.158.047,64(72.17%)
Total NÃO:	139 (0.44%)	12.060.755.365,09 (27.83%)

CLASSE IV - MICROEMPRESA

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Crédito
Total SIM:	992 (99,8%)	29.855.923,04
	(99,74%)	
Total NÃO:	2 (0,2%)	79.050,22
	(026%)	

Ou seja, depois de mais de 20 horas de trabalhos, a AGC foi concluída com a expressiva aprovação do plano, em todas as classes de credores.

Computando-se o voto por cabeça, o plano foi aprovado por 100% dos credores das classes I e II,

por 99,5% da classe III e por 99,8% da classe IV.

Computando-se o voto por valor, o plano foi aprovado por 100% dos credores das classes I e II, por 72,17% da classe III e por 99,7% da classe IV

A classe III (valor) apenas não alcançou percentual próximo de 100, como as demais, em razão do voto desfavorável da ANATEL que desde o início do processo se insurge quanto (i) à submissão do seu crédito ao processo de recuperação, sendo certo de que já há decisão deste Juízo, confirmada pelo e. Tribunal de Justiça, afirmando que seu crédito está inteiramente submetido à recuperação judicial e (ii) ao parcelamento do crédito da Agência Reguladora.

Como ressaltou a ANATEL em sua manifestação apresentada ao AJ (Anexo 34 da ata), sua Procuradoria-Geral determinou que o representante da ANATEL votasse contra qualquer plano de recuperação do Grupo Oi "em razão de óbices jurídicos materiais e formais, uma vez que o parcelamento de crédito público se dá necessariamente nas condições definidas em lei pelos representantes do povo, em decisão de autoridade administrativa a partir de requerimento formulado pelo interessado no âmbito da Administração Pública, e não por meio de decisão de credores privados tomada em AGC". Tal alegação será tratada a seguir.

Dessa forma, tirante o descontentamento do órgão regulador, O PLANO FOI APROVADO EM TODAS AS CLASSES DE FORMA QUASE UNÂNIME, EM UMA ASSEMBLEIA QUE CONTOU COM MACIÇA ADESÃO E PARTICIPAÇÃO DOS CREDORES.

Este resultado mostra que a esmagadora maioria dos credores acredita que o plano apresentado irá soerguer as empresas que têm papel relevantíssimo para a economia do nosso país e, portanto, anseiam pela homologação do plano pelo Poder Judiciário.

Como se sabe, com intuito inovador, a Lei 11.101/2005 trouxe ao nosso mundo jurídico um instituto que, diferentemente da antiga concordata, busca satisfazer o maior número de credores da empresa devedora, contudo, sobre um ângulo mais amplo, onde se visa também a proteção jurídica do mercado, que deve sempre que possível se desenvolver de um modo sadio em benefício da sociedade e do crescimento econômico num todo, mediante a preservação da empresa (art. 47).

Segundo Manoel Justino Bezerra Filho "Esta lei pretende trazer para o instituto da falência e da recuperação judicial nova visão, que leva em conta não mais o direito dos credores, de forma primordial, como ocorrera na anterior. A lei anterior, de 1945, privilegiava sempre o interesse dos credores, de tal forma que um exame sistemático daqueles artigos demonstra a ausência de preocupação com a manutenção da empresa como unidade produtiva, criadora de empregos e produtora de bens e serviço, enfim, como atividade de profundo interesse sócia, cuja manutenção de ser procurada sempre que possível" (Nova Lei de Recuperação e Falência comentada, 3 ed, São Paulo, RT, 2005, pg 129).

Ao contrário, a nova lei priorizou, com destaque em seu art. 47, o princípio basilar da recuperação judicial, que é o da preservação da empresa, criando novos mecanismos para alcance deste objetivo, onde deixaram os credores de ter posição passiva, para participarem ativamente desse

novo procedimento.

De acordo com Lídia Valério Marzagão "a adesão dos credores às medidas preventivas de recuperação de empresas é de salutar importância passando estes a ter papel de destaque, relevante no procedimento da recuperação de empresas, na medida em que darão assentimento expresso, em assembleias de credores, sobre as condições propostas no plano de pagamento apresentado pelo devedor. O credor passa da condição passiva, que lhe era imposta na lei anterior, a ter voz ativa, participando do processo, concordando ou desaprovando as condições entabuladas no plano de recuperação apresentado pelo devedor" (A Recuperação Judicial. Comentários à nova lei de recuperação e falência de empresas: doutrina e prática. Coord Rubens Approbato Machado. São Paulo. Quartier Latim, 2005, pg. 80).

Temos, então, a inovadora participação ativa dos credores no projeto de recuperação a ser executado, ao mesmo tempo em que o legislador não olvidou em dar entusiástico destaque à preservação da empresa, como fonte geradora de empregos e recursos econômicos, e relevante função social.

No caso dos autos, os interesses dos credores são claros em aprovar o plano apresentado pelas devedoras, amplamente discutido e negociado, não cabendo ao juiz interferir na vontade manifestada no conclave, que é soberana.

Embora haja decisões, em sede de recuperação judicial, conferindo ao Judiciário a fiscalização sobre as decisões assembleares, certo é que tal mitigação do poder de decisão dos credores se restringe a impedir o desrespeito das garantias Constitucionais e a aprovação de medidas vedadas por lei, devendo, em regra, portanto, prevalecer a decisão do colegiado formado.

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.311 - SP (2012/0046844-8) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO RECORRENTE : BRAIDO-LEME INDUSTRIA QUIMICA LTDA "ADVOGADO : PAULO HOFFMAN E OUTRO(S) RECORRIDO : REI FRANGO ABATEDOURO LTDA ADVOGADO : JÚLIO KAHAN MANDEL E OUTRO(S) EMENTA: DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art. 58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2. O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito -, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ. 3. Recurso especial não provido."

A insatisfação pessoal de alguns credores faz parte do processo, mas deve se subjugar ao interesse do que fora decidido pela maioria do colegiado, sobretudo a maioria esmagadora que votou pela aprovação do plano em questão. No caso dos autos, mesmo diante da magnitude de credores e interesses envolvidos, o plano conseguiu agradar a quase todos, o que é raro e deve ser levado em consideração pelo julgador.

III - O CONTROLE DE LEGALIDADE

Como destaquei na decisão de fls. 250.141/250.147, doutrina e jurisprudência entendem que a AGC é soberana em suas decisões quanto ao conteúdo do plano de recuperação judicial, cabendo ao Poder Judiciário o controle de legalidade da decisão dos credores, como ocorre em qualquer ato de manifestação de vontade. Na oportunidade, colacionei diversos julgados do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema.

O Enunciado 44 do Conselho de Justiça Federal é exatamente neste sentido: "A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade."

O d. Ministério Público, com a competência que lhe é peculiar, apresentou parecer no qual pugnou pela homologação do plano aprovado, concedendo-se a Recuperação Judicial nos termos do art. 58, caput, reputando-se, todavia, como ilegais algumas cláusulas do plano, conforme acima relatado, cabendo, assim, a análise detida de cada um dos pontos levantados pelo Parquet.

a) Crédito da ANATEL

Como narrado, o d. representante do Ministério Público manifestou-se pela declaração de invalidade da cláusula 4.3.4 do PRJ, por contemplar forma de pagamento dos créditos não fiscais da ANATEL em discrepância com as disposições da Lei 13.494/17, que regula a matéria.

Entendo, contudo, que a aludida legislação não invalida a cláusula do plano, já que tal legislação apenas institui uma faculdade ao devedor, de submeter-se ou não a um programa que prevê a quitação parcelada do seu débito; não cria, pois, um limite de parcelamento ao crédito público a ser observado em casos de recuperação judicial.

Não há, pois, afronta à Lei 13.494/17, até porque o crédito da Agência não se sobrepõe ao interesse da coletividade de credores, pois se trata de crédito submetido a um regime de recuperação previsto em lei especial (LRJ). A Anatel deve se curvar à decisão soberana da Assembleia de Credores.

A submissão dos créditos da ANATEL à recuperação judicial já foi enfrentada à exaustão por esse juízo, que por diversas vezes já decidiu que a natureza do crédito da Agência não a coloca em posição de primazia em relação aos demais credores, sendo considerando dignos de tratamento privilegiado e específico apenas aqueles credores expressamente previstos na legislação de regência.

Não cabe, assim, reprimar matéria já decidida por esse juízo e que não foi objeto de reforma por órgão superior.

b) Reembolso de despesas dos credores

Têm razão o Ministério Público quando afirma a invalidade das cláusulas previstas na Seção 11 do Anexo denominado Subscription and Commitment Agreement do PRJ) que facultam às Recuperandas realizarem reembolso de despesas incorridas pelos credores na busca pela satisfação de seus créditos no processo de recuperação, por manifesta violação ao art. 5º, II, da LRF.

c) Extensão dos pagamentos de fees

Do mesmo modo, assiste razão ao MP quando vislumbra tratamento não isonômico injustificado no pagamento das fees previstas no mesmo Anexo. Tal como já decidi anteriormente, por força do art. 5º, II, da LRF, deve ser garantido a todos os credores integrantes da Classe III com o mesmo perfil (valor, origem do crédito e higidez de garantias de aporte), que se comprometam a investir novos recursos na companhia através da subscrição daquelas ações nas mesmas condições, o pagamento ali previsto.

d) Convocação da AGE para decidir sobre questões de governança e aumento de capital

Por fim, embora reconheça que os acionistas da companhia devem dar o devido cumprimento às medidas aprovadas pela AGC, sob pena de incorrerem no disposto no art. 64 da LRF e em sua responsabilização pelos prejuízos que assim causem as companhias, aos seus credores e demais acionistas, o MP entende necessária a convocação de AGE para obter a devida formalização e concretização das decisões dos credores relativas à governança e ao aumento de capital.

Considero, contudo, que as alterações pertinentes, inclusive do estatuto social da companhia, aprovadas no PRJ dispensam a realização de AGE e podem ser levadas a cabo pelos órgãos de direção da companhia, com base na autorização assemblear de credores, na forma prevista na LRF, que é lei especial em relação à LSA sobre a matéria.

Relembrando o acórdão acima transcrito, no cenário de uma recuperação judicial, o princípio da função social da propriedade, bem como da empresa, devem balizar o exercício dos direitos dos acionistas, que não mais se encontram adstrito ao interesse do empresário, mas sim da sociedade empresarial e do interesse social indissociável ao soerguimento da empresa viável, de forma a ser preservada a fonte produtora e geradora de empregos, bens e serviços, a fim de que seja promovida sua função social e estimulando a atividade econômica.

Submeter a eficácia das decisões da AGC à realização de AGE em que se vislumbra a real possibilidade de descumprimento do plano, convertendo-se eventual descumprimento em imposição de sanções a seus acionistas e ressarcimento por perdas e danos, seria medida, no entender desse juízo, contrária ao princípio da preservação da empresa, aos arts. 35, I, 50, III e IV,

e 64, VI, da LRF.

O art. 50 da Lei de Recuperação Judicial contém regra especial com relação à Lei das S/A. Tal regramento prevê legítimos instrumentos jurídicos que visam a reestruturação e ao soerguimento econômico da empresa recuperanda.

A cláusula do plano que regula a governança durante a fase de transição está em consonância com o citado artigo 50 da LRJ, e não viola a Lei das S/A, até porque visa conferir estabilidade institucional aos órgãos sociais e aos administradores das recuperandas para fins de cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pela manifestação soberana dos credores.

Portanto, a convocação de AGE é absolutamente desnecessária para dar eficácia à decisão soberana dos credores. Pelo contrário, a convocação de assembleia de acionistas, nesta hipótese, reinstalaria a instabilidade fortemente rejeitada pelo Judiciário durante todo esse processo de recuperação judicial.

A vontade dos credores deve ser respeitada, sendo até mesmo vedada a prática de qualquer ato - seja por acionista, membro do conselho ou administrador da companhia - que tenha o fim de inviabilizar o cumprimento do plano de recuperação aprovado na forma da lei. Cabe, inclusive, ao Presidente do Conselho de Administração dar imediato e efetivo cumprimento ao plano aprovado, tão logo homologado, assegurando, dentre outras, as condições provisórias de governança corporativa e conversão de dívida em ações, conforme decisão soberana dos credores.

No mais, não se vislumbra outra cláusula do plano que mereça questionamento. Nas lições de Luiz Roberto Ayoub e Cássio Cavalli, "na esteira do quanto se afirmou acerca da soberania de assembleia geral de credores, uma vez aprovado o plano em assembleia, o juiz deverá conceder a recuperação, sem que se lhe reserve grande margem de discricionariedade" (A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 296).

Assim sendo, entendo que o PRJ deve ser homologando, com as seguintes ressalvas:

- a) ser inválida a Seção 11 do Anexo denominado Subscription and Commitment Agreement do PRJ) que faculta às Recuperandas realizarem reembolso de despesas incorridas pelos credores na busca pela satisfação de seus créditos no processo de recuperação, por manifesta violação ao art. 5º, II, da LRF;
- b) devem as condições previstas no item 5 do mesmo Anexo, que preveem o pagamento de commitment fee, serem estendidas a todos os credores nas mesmas condições.

IV - CERTIDÕES DO ART. 57 DA LRF

Com relação ao pedido das Recuperandas para que seja concedida a recuperação independentemente da apresentação das certidões de que trata o art. 57 da LRF, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a referida norma.

Dispõe o art. 57 da Lei de Recuperação Judicial: "após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembleia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional".

Sobre este tema, tanto a jurisprudência do STJ como a dos Tribunais firmaram posicionamento inicial de que, diante da falta de políticas públicas que conferiam às empresas em recuperação judicial parcelamento dos créditos fiscais, atendendo assim o art. 68 da Lei 11.101/2005, não haveria necessidade do cumprimento da regra impositiva do art. 57.

Contudo, a solidez da referida construção jurisprudencial passou a ser dissolvida, a partir do advento da Lei 13.043/2014 que disciplinou o parcelamento especial para dívidas fiscais com a União de empresas em recuperação judicial, quando alguns julgados passaram a entender que a posição anteriormente solidificada somente deveria ser observada caso o pedido de recuperação judicial tivesse sido requerido antes do advento da referida lei, publicada em 14/11/2014, data que também entrou em vigor.

Neste sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0032818-78.2015.8.19.0000 AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO AGRAVADO: AMIR ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA RELATOR: DESEMBARGADOR PLÍNIO PINTO COELHO FILHO AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE PLANO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JURISPRUDÊNCIA QUE VINHA ADMITINDO A HOMOLOGAÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL SEM A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. EDIÇÃO RECENTE DA LEI DE N. 13.043/2014 QUE PREVÊ UM PROGRAMA DE PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE MODO QUE NÃO HÁ MAIS QUALQUER RAZÃO PARA QUE SEJA DISPENSADA A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES NEGATIVAS COMO REQUISITO PARA A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO. O STF E O STJ SE POSICIONARAM NO SENTIDO QUE A TÉCNICA DA MOTIVAÇÃO "PER RELATIONEM" NÃO VIOLA O DISPOSTO NO ARTIGO 93, IX DA CRFB/88. PROVIMENTO AO RECURSO. "

Não é o caso da recuperação judicial em apreço, que teve seu início em junho de 2016. Contudo, ainda assim, as certidões não podem ser exigida .

Conforme bem destacado pelo Ministério Público, "o tempo decorrido e a reflexão sobre a jurisprudência formada e consagrada inclusive no STJ tem levado a modificação do entendimento no âmbito das Promotorias de Justiça das Massas Falidas na Comarca da Capital. De fato, a exigência da apresentação de CND's no momento presente apenas levaria a esperada conclusão das controvérsias surgidas nesse processo para momento futuro e incerto. Não é demais prever

que a deterioração das atividades e das relações das recuperandas com seus credores e investidores seria um desdobramento inevitável. Enquanto não homologado o plano nenhum pagamento ou providência nele prevista seriam possíveis pois não se iniciaria a fase de cumprimento." (fl. 9 do parecer)

Ressalte-se inovadora posição lançada no mundo jurídico em acórdão deste Egrégio Tribunal, quando da apreciação do agravo de instrumento nº 0050788-91.2015.8.19.0000, assim ementado:

"DIREITO EMPRESARIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO AGRAVADA CONDICIONANDO A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO À APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS EXIGIDAS PELO ART. 57 DA LRF, CONSIDERANDO O ADVENTO DA LEI Nº 13.043/2014, QUE DISCIPLINA O PARCELAMENTO ESPECIAL PARA DÍVIDAS FISCAIS COM A UNIÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. REFORMA. 1. Antes da edição da referida Lei nº 13.043/2014, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se definiu assentando que a inexistência de lei específica acerca das regras de parcelamento de dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial autoriza a homologação do plano sem necessidade de apresentação de certidões negativas exigidas pelo art. 57 da LRF. 2. Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, "o art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN". E, ainda, "que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação". (REsp 1187404/MT, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, j. 19/06/2013). 3. No caso presente, o pedido de recuperação judicial foi protocolizado em 20/05/2013, antes, portanto, da edição da Lei nº 13.043/2014, que entrou vigor somente em 13/11/2014. Dessa forma, como não havia lei regulamentadora acerca do parcelamento especial na ocasião do ajuizamento da ação, a controvérsia deve ser decidida com base no princípio tempus regit actum, sem perder de vista outro princípio, da segurança jurídica. Assim, por tal motivo, o art. 57 da LRF não pode obstaculizar a homologação do plano de recuperação judicial, na linha de entendimento da Corte Superior. 4. Ademais disso, o parcelamento objeto da Lei nº 13.043/2014 alcança apenas os débitos federais, mantendo a lacuna legislativa em relação às dívidas fiscais estaduais e municipais, sendo ilógico, pelo prisma da razoabilidade, que apenas a certidão negativa de débitos fiscais federais seja relevante para efeito de homologação do plano de recuperação, em detrimento das dívidas fiscais estaduais e municipais, como se houvesse uma impensável ordem hierárquica para o recolhimento de tributos. Logo, o parcelamento especial concebido pela Lei nº 13.043/2014, por incompleto, não atende a exigência contida no art. 57 da LRF, devendo, por conseguinte, ser mantida a jurisprudência prevalecente na Corte Superior a respeito do tema, no sentido de permitir a dispensa das certidões negativas para fins de homologação do plano de recuperação. 5. Urge reconhecer que, em muitos casos, os artigos 47 e 57 da LRF são inconciliáveis, levando à inviabilização dos processos de recuperação judicial e, por consequência, impedindo o soerguimento da empresa em dificuldades financeiras. Embora a homologação do plano de recuperação esteja condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos fiscais (art. 57, LRF e art. 191-A, CTN), deve preponderar o princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47 da lei recuperacional, cujo propósito maior é proteger a fonte produtora, o emprego, a função social da empresa e o estímulo à atividade econômica. 6. As disposições da LRF devem ser aplicadas de forma harmônica e sistemática, e não isoladamente. O art. 47 expõe categoricamente seu objetivo de viabilizar a empresa viável,

com chance real de recuperação, preservando a fonte produtora e geradora de empregos, promovendo sua função social e estimulando a atividade econômica. O art. 57, por seu turno, limita-se à obrigatoriedade formal de assegurar a quitação fiscal, prestigiando a arrecadação. Ambos os interesses (preservação da empresa x arrecadação) militam em favor da coletividade; o primeiro pela manutenção de empregos e atividade produtiva; o segundo porque o produto da arrecadação, presumivelmente, reverte para o bem comum, de modo a atender as demandas da sociedade. 7. No caso concreto, com amparo nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, deve prevalecer a proteção ao interesse jurídico e social mais relevante, que é a preservação da empresa, mesmo porque, conforme art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, "na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum". Nesse contexto, deve predominar a proteção ao emprego, aos valores sociais do trabalho, à preservação da empresa com potencial de se reerguer e contribuir para o desenvolvimento da economia, inclusive gerando a continuidade da arrecadação, que seria interrompida em caso de decretação de falência. Por conclusão lógica, pode-se afirmar que a continuidade da empresa viável atende também ao interesse arrecadatório do próprio Fisco e, em última análise, da coletividade. 8. Doutrina e jurisprudência sobre o tema. 9. Provimento do recurso, dispensando-se a necessidade de apresentação de certidões negativas de débitos fiscais como condicionante à homologação do Plano de Recuperação Judicial, mesmo após a edição da Lei 13.043/2014 (Desembargador Luciano Saboia Rinaldi)"

Tal posicionamento tem respaldo não somente no princípio maior da norma específica analisada - da preservação da empresa, contido nos termos do art. 47 -, mas na convicção de que enquanto não sobressaírem normas práticas e eficazes no sentido de conceder efetivas medidas para que as empresas em dificuldade econômico-financeira saldem satisfatoriamente os seus créditos fiscais - em qualquer esfera estatal -, não há como impor a essas sociedades empresárias em crise obrigação de quase impossível cumprimento.

A Lei 13.043/2014 causa certa perplexidade, pois além de se referir ao parcelamento apenas de créditos fiscais da União, traz no seu bojo medidas de parcelamento de débitos bem mais desvantajosas para as sociedades em recuperação, do que as que supostamente estão com a saúde econômico-financeira em dia.

Não por outra razão parte da doutrina levanta dúvidas sobre a inconstitucionalidade da referida Lei, diante de dois pontos básicos: o primeiro, no que toca à exigência do contribuinte em incluir no parcelamento a totalidade de seus débitos tributários, inscritos ou não em dívida, mesmo que discutidos judicialmente; e o segundo, na necessidade da desistência expressa, e de forma irrevogável, de qualquer impugnação, ação ou recurso e, cumulativamente, a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as lides administrativas e judiciais.

Tais exigências, de fato, parecem ir de encontro à jurisprudência mansa e pacífica do STF no sentido da impossibilidade de se utilizar sanções políticas para cobrança de tributo.

De modo geral, com o advento da Lei 13.043/2014, a mitigação jurisprudencial construída não mais pode ser entendida como absoluta, cabendo assim interpretar a regra contida no artigo 57 como cogente apenas em casos em que não atente aos princípios informadores da recuperação: preservação e função social da empresa.

Não podemos olvidar que os créditos fiscais não são afetados pela Recuperação Judicial, e nem ao menos a ela se sujeitam, o que torna a exigência da apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito negativo por empresa em recuperação, de certa forma contrária ao objetivo maior da Lei.

Portanto, inobstante o advento da Lei 13.043/2014, que além de alcançar apenas os débitos fiscais da União, não atenta no caso, aos princípios norteadores da LRF, deve continuar a ser posto em sobreposição o objeto maior do processo de Recuperação Judicial que é a preservação da empresa pelo seu fim social, pela sua natural capacidade de gerar riquezas, empregos e de pagar tributos.

Com efeito, coadunado com o posicionamento firmado no referido acórdão acima exposto, e com a promoção do Ministério Público, afasto a exigibilidade da apresentação, por parte das devedoras, das certidões negativas fiscais exigidas na forma do art. 57 da Lei 11.101/2005.

V - CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Ante todo o exposto, considerando a aprovação do plano pela maioria expressiva dos credores das recuperandas, na AGC realizada em 19/12/2017, que aguardam a homologação do PRJ pelo Poder Judiciário, e uma vez examinados os aspectos de legalidade do plano, resta ao Juízo Recuperacional ratificar por homologação a decisão soberana dos credores.

A decisão de homologação deve ser imediata não apenas por força da lei, mas porque milhares de credores terão seus créditos satisfeitos mais rapidamente, lembrando que os credores que mediarão com o Grupo OI, que são mais de 30 mil, receberão o saldo residual em até 10 dias depois da homologação; e os credores trabalhistas começarão a receber em 180 dias contados da homologação. Confiram-se as cláusulas 4.4.1 e 4.1 do plano aprovado:

Também depende da homologação do plano o início do prazo para que os credores escolham entre as opções de pagamento de seus créditos na plataforma das Recuperandas, como se extrai da cláusula 4.5 do plano.

Assim, ante o exposto, cumpridas as exigências legais, **CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL e HOMOLOGO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** apresentado por OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI MÓVEL S.A., COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A., COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A., PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A., com as seguintes ressalvas:

- a) ser inválida a Seção 11 do Anexo (denominado Subscription and Commitment Agreement do PRJ), no que tange à faculdade conferida às Recuperandas de realizarem reembolso de despesas incorridas pelos credores na busca pela satisfação de seus créditos;
- b) serem as condições previstas no item 5 do mesmo Anexo, que preveem o pagamento de commitment fee, extensíveis a todos os credores nas mesmas condições.

Nos termos da fundamentação acima, e atento ao art. 50 da LRF, esclareço que a vontade soberana dos credores deve ser integralmente respeitada, sendo até mesmo vedada a prática de qualquer ato - seja por acionista, membro do conselho ou administrador da companhia - que tenha o fim de inviabilizar o cumprimento do plano de recuperação aprovado na forma da lei. Cabe, inclusive, ao Presidente do Conselho de Administração dar imediato e efetivo cumprimento ao plano aprovado, tão logo homologado, assegurando, dentre outras, as condições provisórias de governança corporativa e conversão de dívida em ações, conforme manifestação soberana dos credores.

Dispensar as certidões exigidas no art. 57 da LRF, na forma das razões acima expostas.

Publique-se, e dê-se ciência pessoal ao MP e demais órgãos com a mesma prerrogativa.

Intimem-se e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 08/01/2018.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **44K7.48FE.G9BV.UX8U**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Processo Eletrônico

Ofício : 1439/2017/OF

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2017

Processo Nº: **0203711-65.2016.8.19.0001**

Distribuição: 20/06/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A. e outros

Prezado(a) Senhor(a) ,

Sirvo-me do presente para comunicar a V.Sra. que, **por decisão de fls. 89.330/89.336, destes autos, foi deferida às Recuperandas a “dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância”**, conforme fundamentação com trechos descritos a seguir: (...)

“Um dos efeitos do deferimento do processamento, diz respeito à questão da possibilidade do juízo da recuperação isentar a sociedade empresária - em recuperação judicial- da apresentação das Certidões Negativas de Débitos Fiscais (CND), quando da contratação daquela com o Poder Público.

Inicialmente, deve ser esclarecido não haver mais dúvidas, quanto à possibilidade da contratação, pela empresa em recuperação judicial, com o Poder Público. Tal afirmação decorre da simples interpretação contida no art. 52, II da LRF, que aponta a possibilidade da contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios e incentivos fiscais por parte da Recuperanda, desde que apresentadas às negativas fiscais exigidas”. (...)

“Sendo assim, a certidão exigida no inciso II do art. 32 da Lei 8666/93, que aponta para necessidade da apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, está em parte derogada, pois neste caso prevalecerá a também lei especial 11.101/05, promulgada posteriormente, que expressamente reconheceu a possibilidade da empresa em recuperação contratar com o setor público. Assim, sendo deferida a recuperação, o cerne da presente questão se fixa na possibilidade do juízo da recuperação poder isentar a Recuperanda da apresentação das certidões negativas, tornando-a apta por completo a participar de licitações, receber créditos ou incentivos fiscais do Estado.

Em discussão está a ponderação sobre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam, o da “preservação da empresa” (assim considerado por estar implicitamente

conscrito no art. 170 da C.F.), hoje considerada como ente de relevante função social; e, de outro lado, em contrapartida, o "princípio do interesse público geral", que determina a necessidade do Poder Público observar a legalidade estrita no procedimento de licitação, a fim de evitar prejuízo ao bem comum." (...)

"Vislumbrada essa situação, imperioso será a utilização do princípio da proporcionalidade para fins de se fazer uma necessária ponderação entre valores equivalentes. Trata-se de um princípio com status constitucional, que busca ponderar direitos fundamentais que se conflitam, através da devida adequação dos mesmos com o binômio meio-fim." (...)

"Observar-se-á o princípio da proporcionalidade, para então mitigar a aplicação do art. 52, II da LRF, a fim de que seja obstada a necessidade da apresentação da CND. Assim, aplica-se o binômio meio-fim. Porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vê-se que a medida é:

- a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar;
- b) necessária porque de outra forma não poderá a recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;
- c) mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente - manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas."(...)

Assim, reitero, as Recuperandas estão isentas da apresentação de Certidões Negativas de Débitos em qualquer circunstância, inclusive para que façam jus à qualquer benefício fiscal e participem das licitações.

Atenciosamente,

Fernando Cesar Ferreira Viana

Juiz de Direito

Código de Autenticação: **4NN6.UWF7.Z2J1.LH2S**

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)



Ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Goiânia

A/C do Delegado Titular, Sr. José Aureliano Ribeiro de Matos e/ou da Delegada

Substituta, Sra. Simone Guimarães de Lima

Avenida Nona Avenida - Lote 01/11 Qd. A 34 - Setor Leste Universitário - Goiânia/GO -

CEP 74643-010



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:

cap07vemp@tjrj.jus.br



Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 34/2017/OF

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2017

Processo Nº: 0203711-65.2016.8.19.0001

Distribuição: 20/06/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Autor: OI MÓVEL S.A.

Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.

Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL

Administrador Judicial: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL

Administrador Judicial: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR

Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD

Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK COORPORATION

Prezado Senhor,

Informo que este juízo recuperacional já determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (fls. 89.336), seja para a participação em licitações ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Outrossim, também restou autorizado às recuperandas participarem, sem restrições, de certames licitatórios, ainda que os respectivos editais vedem habilitação de empresas que estejam em recuperação judicial (fls. 89.496), dispensando-as para tanto da apresentação de certidões negativas de qualquer natureza, nos termos das decisões de fls. 98.172/98.174 e 103.194/103.198 dos autos do processo em epígrafe.

Atenciosamente

Paulo Assed Estefan
Juiz de Direito

SENHOR SECRETÁRIO ESTADUAL DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4PHJ.QMPJ.IR7D.GU7K**

Este código pode ser verificado em: <http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do>





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA EMPRESARIAL
DA COMARCA DA CAPITAL

AV. ERASMO BRAGA, 115 – SALA 706 – lâmina central, Centro, Rio de Janeiro- RJ -
CEP: 20020.903

Rio de Janeiro, 7 de março 2018.

INFORMAÇÃO

Mônica Pinto Ferreira, Mat.01/23655, Chefe de Serventia Judicial do Cartório da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, revendo em seu poder e cartório os assentamentos virtuais referentes à AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de OI S.A.—EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TELEMAR NORTE LESTE S.A. — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPÁRT 4 PARTICIPAÇÕES S.A — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPÁRT 5 PARTICIPAÇÕES S.A —EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PORTUGAL TR1RCOM INTERNATIONAL PINANCE E. V. — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e 01 BRASIL HOLDINGS COÓPER4T7EF — EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, distribuída a este juízo, em 20/06/2016, pelo 4º Ofício do Registro de Distribuição, tombada sob o nº0203711-65.2016.8.19.0001, em resposta ao solicitado informa que:*****

1. A decisão de fls. 89.496/89.525, que deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo OI, foi proferida em 29/06/2016 e publicada na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 06/07/2016;*****

2. O EDITAL PREVISTO NO PARÁGRAFO 2º do art.7º da Lei de Recuperação judicial, foi publicado no dia 29/05/2017 às fls. 16/17 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro na seção de Editais de Demais Publicações, e a lista de credores está disponibilizada diretamente no site do TJ/RJ – www.tjrj.jus.br – no link “Página Principal/Consulta/Relação Nominal de Credores/7ª Vara Empresarial /OI Relação Final de Credores (Administrador Judicial – maio 2017)”, estando o processo atualmente em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores que foi realizada no dia 19/12/17 e homologada por decisão judicial no dia 08/01/18.

3. Com a realização da Assembleia Geral de Credores os processos ajuizados em face do Grupo Oi/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso, sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (Constituídos antes de 20.06.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo juízo da Recuperação.*****

4. Não foi determinada por este juízo empresarial a abertura de conta ou qualquer determinação para envio de ativos das devedoras para este juízo, cabendo às próprias buscarem o referido ativo diretamente. Entretanto, permanece inalterada a decisão que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperanda antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções ou trânsito em julgado de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA EMPRESARIAL
DA COMARCA DA CAPITAL

AV. ERASMO BRAGA, 115 – SALA 706 – lâmina central, Centro, Rio de Janeiro- RJ -
CEP: 20020.903

sentença de embargos à execuções ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença. *****

5. A homologação de ajustes nos acordos realizados em sede de mediação, autorizadas por este juízo, deverão ocorrer diretamente junto ao juízo natural das causas que geraram os créditos transacionados, cujo pagamento da parte final será realizada na forma do Plano de Recuperação Judicial. Destarte, nada a prover neste momento. *****

6. Permanece em vigor a decisão exarada às fls. 89.330/89.336 e ratificada no item II do dispositivo da decisão de fls. 89.496/89.525 que dispensa a apresentação de certidões negativas em quaisquer circunstâncias relacionadas às Recuperandas quando da contratação com o Poder Público, ou ainda, para perceber créditos por serviços já prestados. *****

7. O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLD WALD ASSOCIADOS exerce o cargo de Administrador Judicial das Sociedades Empresarias do Grupo OI – Em Recuperação Judicial, tendo sua sede na Av. Franklin Roosevelt, 115 – 4º andar – CEP. 20.021-120, Centro, Rio De Janeiro – RJ. Fone (21) 2272-9328. *****

Mônica Pinto Ferreira – Mat. 01/23655

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A
Perito: RIO BRANCO SP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Representante Legal: MARCELO CURTI
Interessado: SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 20/06/2018

Decisão

1- Fls. 305.759/305.764 (Pet. THAIS ENGELMANN TEIXIERA ALLES) SOLUTIONS BRASIL LTDA): Não compete ao Juízo, mas sim, ao próprio patrono renunciante, comunicar sua renúncia ao assistido, conforme dispõe o art. 112 do CPC. Já no que tange à reserva de crédito relativo à honorários contratuais, essa depende da prova da existência de contrato por escrito, para fins da aplicação do art. 22, § 4º do Estatuto da OAB.

2- Fls. 305.765/305.766 (Pet. Cleuza Marta da Silva Teixeira): Indefiro diante do contido no item XIX da decisão de fls. 89.496/89.525. Esclareço, contudo, que o acompanhamento do processo eletrônico por parte dos patronos dos credores, independe da anotação junto ao registro e autuação do nome do credor como do seu patrono, visto que as decisões e despachos - quando destinados a todos os interessados - são feitas por meio de Editais e Avisos, em geral.

3- Fls. 305.767/305.770 (Pet. Mairi Alves Neves): Tratando-se de crédito concursal, deve o mesmo ser devidamente habilitado, uma vez que sua satisfação ocorrerá na forma contida no plano já homologado.

4- Fls. 305.771/305.790 (Pet. OI.): Intimem-se como requerido.

5- Fls. 305.791/305.793 (Pet. OI): Recolhidas as custas, expeça-se a certidão requerida.

6- Fls. 305.794/305.795 (Pet. BB): Digam as recuperandas.

7- Fls. 305.796/305.799 (Pet. Administrador Judicial):

I- Assiste razão ao administrador judicial, no que tange a reiteração do pedido formulado por Adelino Sacramento dos Santos às fls. 296.108/296.117, uma vez que, como asseverado anteriormente às fls. 303.593, II, operou-se a preclusão temporal, não podendo mais o pedido ser aceito.

II- Acolho integralmente a manifestação do AJ no que diz respeito à submissão à recuperação judicial do crédito objeto do processo 0128281-30.2004.8.19.0001 em curso perante a 16ª VC/RJ. Como bem destacado pelo AJ, após minuciosa análise do processo "(i) o fato gerador do crédito é anterior ao ajuizamento da RJ; (ii) o crédito não se enquadra nas hipóteses previstas no acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000 - quais sejam: valores que foram 'espontaneamente depositados antes de 21/06/2016, com a finalidade de pagamento', ou, em caso de constrição judicial, se a discussão da matéria se esgotou 'seja pelo trânsito em julgado dos embargos à execução, seja pela preclusão da decisão da impugnação, antes de 21/06/2016, independentemente, de certidão cartorária". Oficie-se o Juízo da 16ª VC informando que o crédito está submetido à recuperação e, portanto, deverá ser pago na forma do plano de recuperação aprovado em AGC.

8- FLS. 305.801/305.816 (Ofício 5ª Vara de Execução Fiscal): Anote-se a penhora no rosto dos autos. Oficie-se informando.

9- Fls. 305.817; 305.823/305.824 (Ofício 1ª Vara Cível de Montenegro; Ofício JESP de Campo Mourão): O crédito informado está sujeito ao regime da recuperação judicial, uma vez que o ingresso da referida ação que culminou com sua constituição precede ao ingresso da R.J (20/06/2016), o que importa dizer que o fato jurídico que desencadeou a lide igualmente a

precede, condição que a jurisprudência mais atual do STJ tem adotado para declarar a concursabilidade (Resp 1.447.918 e 1.634.046). Com efeito, não procede a solicitação de penhora no rosto dos autos, devendo o referido crédito ser habilitado na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, sob pena de quebra do pars conditio creditorium. Oficie-se, informando.

10- Fls. 305.818; 305.825; 305.828 e 305.829 (Ofício 4ª Vara Cível de São Paulo e; Ofícios Comarca de Cerro Azul): Oficie-se informando que deverá ser verificado pelo juízo da execução se o crédito que se pretende garantir por meio da solicitada constrição judicial é concursal em relação à R.J. E, como concursal, esse juízo da recuperação judicial tem considerado todos os créditos, cuja demanda ilíquida tenha se iniciado em razão de fato jurídico que precede o deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorrido em 20/06/2016, ainda que a sentença ou trânsito em julgado sejam posteriores, posição adotada com base na jurisprudência mais atual do STJ (vide ex. Resp 1.447.918 e 1.634.046). Com efeito, definida a concursabilidade a penhora não poderá ser realizada, eis que deverá o crédito ser devidamente habilitado na forma prevista no art. 9º e ss da Lei 11.101/2005, e do contrário - ser for extraconcursal - informe-se a este juízo para fins da autorização na forma prevista no despacho procedimental relativo às penhoras em garantia das execuções que visam a satisfação dos créditos extraconcursais

11-Fls. 305.819 (Ofício Vara do Trabalho de Paranavaí): Indefiro, pois, os créditos Fiscais não estão sujeitos ao regime da Recuperação Judicial (§ 7º do art. 6º da Lei 11.101/2005, não cabendo assim sua habilitação ao regime.

12- Fls. 305.820/305.822 (Ofício Foro Regional de Mandaguari): O crédito informado está sujeito ao regime da recuperação judicial, uma vez que o ingresso da referida ação que culminou com sua constituição precede ao ingresso da R.J (20/06/2016), o que importa dizer que o fato jurídico que desencadeou a lide igualmente a precede, condição que a jurisprudência mais atual do STJ tem adotado para declarar a concursabilidade (Resp 1.447.918 e 1.634.046). Com efeito, inadequada é a manutenção da penhora realizada nas contas das Recuperandas, devendo o referido crédito ser habilitado na forma do art. 9º da Lei 11.101/2005, sob pena de quebra do pars conditio creditorium. Oficie-se, informando.

13- Fls. 305.826; 305.827 (Ofício JESP CERRO AZUL): Encaminhe-se o ofício ao Administrador Judicial na forma do despacho procedimental que tratou das penhoras para garantia dos créditos extraconcursais. Sem prejuízo, oficie-se informando.

14- Fls. 305.886/305.892 (Pet. Amanda Cristina Bahl Feijó): Caso seja confirmado realmente a extraconcursabilidade do crédito declinado, este será garantido na forma do despacho procedimental de fls. 297.336. Sem prejuízo, oficie-se ao 3º JEC de Curitiba, à vista do contido no documento de fls. 305.888, na forma determinada no item 10 deste despacho.

15- Fls. 305.949/306.078 - Como destaquei na decisão de fls. 294.576/294.577: "Este Juízo é um entusiasta da adoção de meios alternativos para solução de conflito, e confia que a mediação possa resolver o conflito societário. Não há dúvidas de que será melhor para todos que esse clima de instabilidade e desrespeito às decisões judiciais seja estancado para que o Grupo OI possa se recuperar e sair deste processo mais fortalecido." Diante da receptividade à sugestão do Juízo, determinei a instauração do procedimento de mediação para que Bratel, Société Mondiale e as Recuperandas resolvessem o conflito instaurado. Certamente que essa soluço não poderá implicar em qualquer altera  o ou modifica  o do Plano de Recupera  o Judicial que foi aprovado pelos credores reunidos em AGC e homologado por este Juízo. A postura da Pharol, controladora da Bratel, narrada pelas Recuperandas, de se utilizar da media  o instaurada para tentar impedir em Portugal a homologa  o do plano infelizmente revela que o objetivo deste Juízo não está sendo alcançado. Assim, suspenso por ora a media  o pelo prazo requerido pelas Recuperandas. Após, reanalisarei a matéria. Intime-se a Bratel para se pronunciar sobre o alegado pelas Recuperandas.

16- Fls. 306.252/306.386 - O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Oi foi aprovado pelos credores em AGC realizada em 19/12/2017, homologado por este Juízo em janeiro deste ano, tendo as Cortes americana e holandesa proferido recentes decisões reconhecendo a homologação do plano e permitindo que as disposições do plano produzam efeitos em suas jurisdições.

A Corte Portuguesa, no início deste processo de recuperação, reconheceu que no Brasil é que se processa o main proceeding, o que nos leva a crer que a Corte não terá dúvidas em agora reconhecer os efeitos do Plano em Portugal, na esteira das decisões de Nova Iorque e Holanda.

No entanto, diante da postura da Pharol e Bratel, defiro o pedido formulado pelas Recuperandas e determino a expedição de ofício ao Juízo de Comércio de Lisboa informando que: (i) o Plano foi aprovado pela esmagadora maioria dos credores reunidos em AGC; (ii) o PRJ foi homologado por este Juízo, não tendo sido proferida até o momento qualquer decisão em segundo grau modificando ou suspendendo a decisão homologatória, no todo ou em parte; (iii) a justiça de Nova Iorque e a justiça da Holanda já reconheceram que o PRJ pode produzir efeitos em suas jurisdições; (iv) os ativos das Recuperandas em Portugal estão contemplados no PRJ para fins de pagamento dos credores concursais e qualquer decisão da Corte Portuguesa que vise, de alguma forma, afetar esses ativos poderá prejudicar o cumprimento do plano.

Registro que a Pharol e a Bratel têm todo o direito de perseguir seus direitos, recorrer e ajuizar as demandas que entenderem necessárias à proteção de seus interesses, mas não pode o Juízo aceitar que as acionistas vão a Juízo estrangeiro afirmar que este Juízo tem favorecido as Recuperandas em razão de forte influência econômica, social e política e, ainda, afirmar que no procedimento de mediação instaurado por este Juízo o plano aprovado por decisão soberana dos credores pode ser modificado.

Oficie-se, com urgência.

17- Fls. 306.080/306.103 (Pet. Fernando José Dias e Outra): Diante do relatado, diga o Administrador Judicial.

18- Fls. 306.104/306.251 (SJR ASSESSORIA E TRADUÇÃO LTDA-ME): A irresignação quanto às condições propostas e a aprovação do Plano de Recuperação Judicial deve ser feita por via recursal própria - agravo de instrumento - Com efeito, se o credor não se ateve às disposições e condições estipuladas no PRJ, e se não há qualquer justificativa plausível para não ter ingressado a tempo na plataforma de escolha das formas de pagamento, não lhe resta alternativa, senão a de receber o restante do seu crédito, nos termos da Cláusula geral. Por fim, esclareço, que a adesão à mediação de créditos até 50.000,00, proposta pelas devedoras e autorizada pelo Juízo - realizada antes da AGC - em nada guarda relação, com as cláusulas do Plano, o que não pode ser conhecido como justificativa para autorizar a reabertura de prazo ao credor para escolher sua forma de pagamento. Isso posto, indefiro o pedido.

19- Fls. 306.387/306.392 (Pet. OI): Defiro, como requerido.

20- Fls. 306.393/306.440 (Pet. OI): Uma vez que os Embargos de Declaração apresentados pelo MP foram acolhidos justamente para correção do erro material apontado (decisão fls. 305.837/305.839), oficie-se ao pregoeiro, na forma requerida no item 17 de fls. 303.969.

21- Fls. 306.441/306.486 (Pet. Administrador Judicial): Ciente da apresentação do RMA do mês de abril/2018. Dê-se ciência ao MP e interessados por meio da publicação deste despacho.

22- Fls. 306.487/306.490 (Pet. SOCIÉTÉ MONDIALE): Anote-se.

23- Fls. 306.491/311.006 (Pet. OI): Mais uma vez as recuperandas informam a possibilidade de serem afastadas de processos de licitação, em vista da condição transitória que apontou, nos resultados do exercício social de 2017, índices insatisfatórios para que possam se credenciar pelo critério econômico-financeiro, agora em cerca de 94 novos certames.

Em recente oportunidade, assim fundamentei minha decisão:

"....Trazem como novo fundamento para sua proposição, o fato de já terem publicado, no último dia 28.05.2018, os resultados financeiros do Grupo OI referentes ao primeiro trimestre de 2018, onde se destaca uma substancial evolução no Patrimônio Líquido das recuperandas, que atingiu o patamar de R\$ 28,9 bilhões. Com efeito, estando presentes os mesmos motivos e razões anteriormente apresentados no requerimento de fls. 298.069/298.564, aliado ao fato de que as previsões quanto à substancial evolução do Patrimônio Líquido das devedoras se concretizaram, replico os mesmos fundamentos e razões contidos na decisão de fls. 298.639/298.642, para conhecer e deferir este novo pedido, estendendo os efeitos da decisão concessiva da tutela de urgência em caráter incidental conferida, aos certames licitatórios indicados na postulação. Oficie-se, na forma requerida nos itens (i) e (ii) de fls. 303.967, e intime-se como requerido às fls. 303.969."

Com efeito, inalterada a situação, e mantidas a motivação e razões, estendo mais uma vez a decisão liminar de fls. 298.639/298.642, agora para deferir na íntegra o pleito de fls. 306.941/311.006, determinando assim a expedição dos ofícios na forma requerida nos itens (i), (ii), (iii) e (iv).

24- Fls. 311.432/311.433 (Pet. Anatel): Ciente do Acórdão proferido, que anuiu com a reestruturação e pagamento dos créditos bondholders, nos termos da Cláusula 4.3.3.2 do PRJ. Dê-se ciência ao administrador judicial e MP.

25 - Fls. 305.794/305.795 - Diante da suspensão do procedimento de mediação determinado nesta decisão, por ora, nada a prover.

Publique-se e dê-se ciência pessoal ao MP.

Rio de Janeiro, 26/06/2018.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4Y5I.7U12.DYRG.W912**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

URGENTE

Processo nº 0203711.65.2016.8.19.0001

OI S.A. – em recuperação judicial (“OI”); TELEMAR NORTE LESTE S.A. – em recuperação judicial (“TNL”); OI MÓVEL S.A. – em recuperação judicial (“OI MÓVEL”); COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial (“COPART 4”); COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial (“COPART 5”); PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – em recuperação judicial (“PTIF”); e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – em recuperação judicial (“OI COOP”), nos autos da recuperação judicial que tem curso perante esse MM. Juízo, vêm, por seus advogados abaixo assinados, expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PELO ESTADO DO AMAZONAS:
EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PARA CONTRATAR COM
O PODER PÚBLICO

1. Ao antecipar, em 21.6.2016, liminarmente os efeitos do processamento da recuperação judicial, esse MM. Juízo, amparado pelo entendimento do e. STJ sobre o tema, dispensou as recuperandas da apresentação de Certidão Negativas de Débitos Fiscais – CND,

inclusive para a contratação com o Poder Público e participação em licitações, conforme trecho *in verbis*:

“Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

[...]

b) A dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionada às Recuperandas, inclusive para que exerçam suas atividades (incluindo certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial).” (fls. 89.330/89.336; grifou-se)

2. A dispensa de apresentação de CND foi, ainda, ratificada quando do efetivo deferimento do processamento da recuperação judicial, diante do evidente óbice que a exigência de tais certidões, no momento atual, representa ao soerguimento das recuperandas. Confira-se:

“III- DISPOSITIVO: Do deferimento do processamento da recuperação judicial

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL das empresas OI S.A. ("OI"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; TELEMAR NORTE LESTE S.A. ("TNL"), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; OI MÓVEL S.A. ("OI MÓVEL"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro e sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 4"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua Teodoro da Silva nº 701/709 B, 4º andar, Vila Isabel, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20560-000; COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. ("COPART 5"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua Siqueira Campos nº 37, 2º andar, Copacabana, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP

22031-072; PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ("PTIF"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ("OI COOP"), pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Schipol, Schipol Boulevard 231, 1118 BH, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (indicadas como OI, TNL, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP), que se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo OI".

Diante do que determino:

(...)

II - ratificação da decisão que concedeu a medida de urgência, no sentido de dispensar as Recuperandas da apresentação de certidões negativas para que exerçam suas atividades”;

3. Vale lembrar que a Desembargadora Mônica Di Piero, relatora do agravo de instrumento nº 00043065-84.2016.8.19.0000, interposto pela ANATEL, consignou, ao negar a concessão de efeito suspensivo ao recurso, o seguinte:

“No entanto, de acordo com as recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça, as empresas em recuperação judicial estariam dispensadas da apresentação de Certidão Negativa de Débitos para contratarem com o Poder Público, a despeito da exigência contida no art. 52, II, da Lei nº 11.101/05. Tal orientação assentou-se na necessidade de se conferir operacionalidade à Recuperação Judicial, com fundamento no art. 47, da LRF”.

4. Diante disso, e buscando o prosseguimento regular de suas atividades, as recuperandas informaram aos entes governamentais competentes – a quem prestam diversos tipos de serviço –, o deferimento do processamento da recuperação judicial, assim como a determinação expressa de dispensa de apresentação de certidões negativas **para o exercício de suas atividades.**

5. Ocorre que, o Governo do Estado do Amazonas, por intermédio de sua Procuradoria, conferiu interpretação restritiva ao conteúdo da decisão proferida por esse MM Juízo, e, por meio de parecer vinculante direcionado aos órgãos de sua estrutura direta e

indireta, firmou o entendimento de que “*não é possível dispensar as empresas em Recuperação Judicial da apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal, mas tão somente da Certidão Negativa de Falência*” (doc. 1).

6. Veja-se, nesse sentido, a evidente distorção do comando judicial promovida pelo Governo do Amazonas no parecer citado:

“No caso em tela, está-se diante de uma consulta interna feita pelo setor de Gerência de Cadastro a esta Assessoria, motivada por questionamento feito pela empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, que certamente se utilizará das respostas ora fornecidas em ocasiões de cadastramento ou de atualização de cadastro com a finalidade de participar de futuros procedimentos de contratação com o Poder Público; no caso julgado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, contudo, dispensou-se a apresentação de quaisquer certidões de regularidade fiscal para empresas em Recuperação Judicial, não para que as mesmas participassem de nova licitação ou contratação direta com o Poder Público, nem para que pudessem ver prorrogado um contrato preexistente, mas para que pudessem receber valores por serviços efetiva e reconhecidamente prestados. Neste talante, faz-se mister mencionar a diferença abissal entre, de um lado, permitir novas contratações (sejam diretas ou por via de procedimento licitatório, ou, ainda, de adiantamentos de contratos já existentes) independentemente de apresentação, pelas empresas em Recuperação Judicial, das Certidões de Regularidade Fiscal e, de outro, autorizar o pagamento – devido – por serviços já contratados e efetivamente prestados por uma empresa que, a posteriori, restou impossibilitada de apresentar as ditas Certidões”. (grifou-se).

7. Para corroborar tal entendimento, consignou o Governo do Estado do Amazonas que as decisões proferidas neste processo de recuperação judicial possuem “alcance meramente inter partes” e, portanto, para que sejam dispensadas da apresentação de Certidões Negativas de Débitos Fiscais para a contratação com o Estado do Amazonas, deveriam as recuperandas intentar semelhante pleito judicial naquele Estado.

8. A interpretação conferida pelo Governo do Estado do Amazonas não encontra respaldo em uma linha sequer das decisões proferidas por esse MM. Juízo e revela, em verdade, um deliberado descumprimento da determinação judicial. Ora, d.v., não se pode extrair da decisão proferida por esse MM. Juízo, mesmo com imenso esforço interpretativo, que a dispensa das certidões se deu apenas para que as recuperandas pudessem receber por

serviços já prestados. Ao revés, a decisão proferida não poderia ser mais clara: a dispensa das certidões se deu para que as recuperandas pudessem exercer suas atividades empresariais, incluindo “*certidão negativa de débitos referentes às receitas administradas pela ANATEL e certidão negativa de distribuição de pedidos de falência e recuperação judicial*”.

9. Não se pode perder de vista que o comando judicial exarado por esse MM. Juízo tem, justamente, o objetivo de permitir que as recuperandas – sociedades empresárias que participam rotineiramente de licitações públicas – possam continuar exercendo suas atividades prescindindo da apresentação de certidões negativas de débito. Isso porque, o pressuposto lógico para a formulação de pedido de proteção judicial é que a sociedade empresária esteja atravessando circunstancial crise econômico-financeira e, assim, intui-se, que exigir dela, nesse momento, a apresentação de certidões negativas será o mesmo que inviabilizar a continuidade de suas atividades.

10. Com todas as vênias que são devidas à ilustre Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, a interpretação por ela conferida não se sustenta lógica ou juridicamente. A bem da verdade, ao prevalecer o entendimento esposado no referido parecer, toda a lógica protecionista que informa o processo de recuperação judicial, com prevalência do princípio da preservação da empresa (art. 49 da Lei nº 11.101/05), irá por água abaixo, em franca violação ao objetivo da própria legislação.

11. A manutenção do entendimento firmado no citado parecer já traz e trará ainda mais, sem sombra de dúvidas, inúmeros prejuízos à empreitada de soerguimento das recuperandas, que se verão impedidas de prorrogar os contratos já existentes com o Governo do Estado do Amazonas, assim como participar de novos certames, uma vez que, conforme exposto, apenas a liberação de valores pelos serviços já prestados está autorizada pelo governo do referido Estado.

12. Os prejuízos mensais no caixa das recuperandas, apenas em uma primeira análise, já ultrapassam a quantia de **600 Mil Reais**, conforme se pode notar dos contratos

abaixo listados, cujo impacto é imediato, seja pela necessidade de renovação, seja pela impossibilidade de assinatura, vedadas pelo Governo do Amazonas:

CONTRATO	VALOR/MÊS	OBJETO	SITUAÇÃO ATUAL
SAÚDE	R\$ 128.000,00	Voz fixa e móvel	pendente de renovação
EDUCAÇÃO	R\$ 385.000,00	Voz fixa e móvel	pendente de renovação
SEAD	R\$ 35.000,00		aguardando licitação
POLÍCIA CIVIL	R\$ 60.000,00	Fixa e Móvel	pendente de renovação
BOMBEIROS	R\$ 15.000,00	Fixa e Dados	pendente de renovação
FCECON	R\$ 3.500,00	Fixa	pendente de renovação
CETAM	R\$ 4.000,00	Fixa	pendente de renovação
FCECON	R\$ 4.000,00	Móvel	pendente de assinatura
ADESS	R\$ 3.200,00	1 E1 + 30 linhas móveis	vigente
SNPH	R\$ 2.000,00	Venda de 4 IPS + Voice net	vigente
TOTAL	R\$ 639.700,00		

13. Como destacado por esse MM. Juízo na oportunidade do deferimento da liminar, em razão da natureza dos serviços prestados pelas recuperandas, a autorização para contratação com o Poder Público independente da apresentação de certidões negativas é vital para o prosseguimento das atividades empresariais e, assim, para o êxito do próprio processo de recuperação judicial do Grupo Oi.

14. Do mesmo modo, não se sustenta também o fundamento invocado pelo parecer no sentido de que as recuperandas deveriam formular, perante a Justiça Estadual do Amazonas, pleito análogo a esse, para que os efeitos das decisões judiciais pudessem atingir o ente público. Isso porque, o art. 3º da Lei nº 11.101/05 prevê, de forma expressa, que “*é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil*”. Desse modo, as recuperandas jamais poderiam formular pleito análogo em outro juízo que não o da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, âmbito da jurisdição em que mantêm seu principal estabelecimento (*rectius*, sua sede).

CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, confiam as recuperandas em que esse MM. Juízo, diante do evidente descumprimento, por parte do Estado do Amazonas, da ordem judicial proferida por esse MM. Juízo, determinará a expedição de ofício à d. Procuradoria do Estado do Amazonas, com cópia da r. decisão de fls. 89.330/89.336, a fim de esclarecer o exato alcance do comando judicial que dispensou as recuperadas da apresentação de Certidões Negativas de Débitos Fiscais para a contratação com Público, determinando-se, ainda, o seu imediato cumprimento, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nestes termos,
P. Deferimento
Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2016.

Eurico Teles
OAB/RJ nº 121.935

Paulo Penalva Santos
OAB/RJ nº 31.636

Ana Tereza Basilio
OAB/RJ nº 74.802

Felipe Evaristo dos Santos Galea
OAB/RJ nº 187.221

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A
Perito: RIO BRANCO SP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Representante Legal: MARCELO CURTI
Interessado: SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 03/03/2020

Decisão

I- ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 04/02/2020, completaram dois anos desde a concessão da recuperação judicial ao Grupo Oi, momento em que este processo deveria ser encerrado, nos termos da Lei de Recuperações e Falência. No entanto, às fls. 415.740/415.762, as recuperandas pedem a este Juízo que não encerre o processo de recuperação judicial, em razão do término do prazo legal de supervisão judicial.

Afirmam que "tanto a doutrina especializada, quanto a jurisprudência admitem, de forma robusta, a possibilidade de não encerramento da recuperação judicial, se demonstrado, no caso concreto, que o prazo inicialmente previsto não se adequa ao objetivo precípua da lei, que é a própria preservação da empresa". Os fundamentos para tal pedido são, em resumo, os seguintes:

- (i) Há medidas previstas no PRJ para o levantamento de recursos (levantamento de depósitos judiciais e alienação de bens do ativo permanente) que ainda não puderam ser integralmente implementadas, por razões alheias à vontade da Companhia;
- (ii) Ainda não foi concluída a implementação de uma estrutura societária mais eficiente;
- (iii) A Anatel, principal credora, continua se insurgindo contra a submissão do crédito não tributário à RJ;
- (iv) Há mais de 20 mil incidentes processuais ainda não julgados pelo Juízo recuperacional; milhares de ações que versam sobre créditos concursais, cujos valores ainda não foram liquidados, o que demandaria das recuperadas e de seus credores alterações ao Plano; e
- (v) As recuperandas precisam de mais tempo para que a regulamentação da norma legal seja editada e a racionalização dos recursos a serem investidos possam propiciar melhor flexibilidade de caixa e liquidez para o Grupo Oi.

Às fls. 423.700/423.723, o Ministério Público apresentou parecer contrário ao pedido de prorrogação do prazo de supervisão judicial sine die mas não se opôs à prorrogação por curto período de tempo, desde que aprovada pelos credores.

Às fls. 425.536/425.370, as recuperandas se manifestaram sobre o parecer do Ministério Público, reiterando o pedido de não encerramento e requerendo a convocação de nova AGC para deliberar acerca das alterações que se fazem necessárias ao PRJ.

Como se sabe, não é usual o devedor vir a Juízo pedir, antes do término do prazo de supervisão judicial de dois anos previsto no art. 61 da LRF, sua prorrogação.

Duas situações são as mais comuns. A primeira é o devedor vir a Juízo pedir o encerramento do processo, com a retirada da expressão "em recuperação judicial" do seu nome e a continuidade de suas atividades sem supervisão do Poder Judiciário. O cumprimento do plano é feito pelo devedor, com a fiscalização dos credores, que podem bater às portas do Judiciário sempre que o devedor descumprir uma obrigação do plano.

A segunda é o processo de recuperação seguir seu curso e ultrapassar o prazo de supervisão sem que haja um pedido formal de prorrogação ou de encerramento. O biênio legal se estende sem decisão nesse sentido.

Não é por outra razão que o tema da prorrogação é tão pouco enfrentado pela jurisprudência.

Mas essa recuperação judicial, como já manifestei em várias decisões, foge da normalidade, especialmente diante de importância do grupo em recuperação e da magnitude de credores e dos valores envolvidos.

A postura do grupo em recuperação de postular o não encerramento da RJ antes do término do prazo de supervisão mostra sua preocupação com o cumprimento do plano e com o pagamento dos seus milhares de credores. É uma postura não usual na prática forense.

No item 89 da petição de fls. 415.740/415.762 as recuperandas já deixaram claro seu desejo de discutir com os credores possíveis adequações necessárias ao atual Plano de Recuperação Judicial, tudo de forma a preservar a empresa -- princípio maior de qualquer recuperação empresarial, estampado no art. 47 da LRF --, e pagar seus credores.

Na recente manifestação de fls. 425.536/425.370, a necessidade de ajustes no PRJ para alienação de relevantes ativos das companhias e, portanto, de realização de uma nova Assembleia de Credores ficou mais clara ainda.

Nos termos do item 26: "o não encerramento da recuperação judicial neste momento permitirá que a empresa alcance as melhores alternativas de financiamento para o seu plano estratégico, incluindo eventual alienação de ativos relevantes do Grupo Oi de forma segura e eficiente. Ao alterar o PRJ para que a venda de ativos relevantes se dê na forma do art. 60 da LRF, será possível atrair um maior número de interessados em razão da proteção do adquirente em relação aos passivos das recuperandas, maximizando o valor dos bens a serem alienados e contribuindo para o êxito da reestruturação econômico-financeira que vem sendo implementada."

Considerando, então, a importância dos credores no processo de recuperação e a concreta necessidade de ajustes ao plano no que toca à alienação de ativos que dependem da aprovação dos credores, concordo com o posicionamento do Ministério Público quando afirma ser necessária a oitiva dos credores sobre o pedido de prorrogação.

Não é razoável que o Juízo decida, sem ouvir os maiores interessados no processo, uma

prorrogação do período de supervisão judicial. Nesse sentido, o art. 35, I, f, da LRF determina ser atribuição da AGC deliberar sobre "qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores".

Reunidos em nova Assembleia, os credores poderão decidir se querem que o grupo em recuperação permaneça sob supervisão deste Juízo e se aprovam ou não alterações no PRJ.

Sobre o tema, confira-se acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE ANUÊNCIA EXPRESSA DOS CREDITORES. Analisadas as peculiaridades do caso concreto, a jurisprudência pátria vem admitindo ser possível o deferimento da prorrogação do prazo da recuperação judicial, não obstante a ausência de previsão normativa nesse sentido. É necessária, contudo, a submissão de tal questão à Assembleia-Geral de credores, os quais serão diretamente atingidos pela medida." (AI nº 0011954-23.2013.8.07.0000, 2ª Turma Cível, Rel. Des. Carmelita Brasil, j. em 10/07/2013)

Pelo exposto, determino:

- a) Intimem-se as recuperandas para apresentarem em Juízo no prazo de 180 dias, contados da publicação da presente decisão, a proposta de aditamento ao PRJ, tempo suficiente para as negociações com todos os personagens envolvidos.
- b) Intime-se o Administrador Judicial para organizar a nova AGC que deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.
- c) Determino às recuperandas que contemplem no aditivo ao PRJ um ajuste a ser votado na assembleia que traga melhores condições de pagamento aos pequenos credores, especialmente os que detêm créditos resultantes de sentenças proferidas nos Juizados Especiais. São esses pequenos credores responsáveis pelo volumoso trabalho do cartório que já tem mais de 30 mil impugnações e habilitações de créditos para processar.

Como se sabe, está em curso a mediação dos incidentes processuais que incentiva os credores a acordarem com as devedoras o valor dos seus créditos. Mas, considerando que o pagamento só se dará em vinte anos, o Juízo tem notado pouca adesão dos credores à essa mediação - especialmente se comparada à adesão à primeira mediação onde os credores que mediarão receberam seus créditos em duas parcelas, uma pré AGC e outra pós AGC. Lá foram celebrados cerca de 36 mil acordos. Agora, são apenas 8 mil.

Com melhores condições de pagamento a esses pequenos credores, o interesse na mediação certamente vai aumentar, o que contribuirá para a celeridade do processo, com evidentes benefícios aos credores.

II- CONTROLE DO PAGAMENTO DOS CREDORES JUDICIAIS EXTRACONCURSAIS

Como dito em outras decisões, a ideia do Juízo com o controle do pagamento dos credores judiciais extraconcursais sempre foi organizar os milhares de ofícios recebidos pelo Juízo, pleiteando autorização para realização de penhoras, de forma a atender os credores extraconcursais de maneira justa (a cronológica), sem comprometer o cumprimento do plano e o pagamento dos credores concursais.

A ideia foi inspirada no Termo de Compromisso firmado entre o TJRJ, o CNJ e a CEDAE que criou o Fundo Cedae, onde parte do faturamento da empresa é destinado mensalmente ao Fundo para fazer frente aos pedidos de penhora.

O controle de pagamento dos credores judiciais extraconcursais vem sendo feito com a imprescindível colaboração do AJ que já planilhou mais de 24 mil ofícios. As recuperandas vêm pagando os credores conforme comprovantes mensais juntados aos autos do incidente processual administrativo nº 014947243.2018.8.19.0001, aberto para esse fim.

Mas, considerando que o prazo legal de supervisão judicial se encerrou e que eventual prorrogação será deliberada em breve pelos credores reunidos em AGC, acolho o parecer do MP para extinguir com essa forma de controle dos pagamentos. Tal decisão produzirá efeitos logo após a realização da AGC. Até lá, o controle permanece, devendo o cartório intimar o MP para fiscalizar o cumprimento pelas recuperandas dos pagamentos feitos nos autos do referido incidente processual.

O valor a ser destinado pelas recuperandas para pagamento desses credores deverá ser de R\$ 7 milhões mensais, mais R\$ 1 milhão para os mutirões, já no próximo mês de abril. Tal quantia, nos termos do estudo de viabilidade apresentado pelas recuperandas (fls. 423.627/423.629) não compromete o fluxo de caixa das empresas e já representa o dobro do valor que estava sendo destinado a esses credores.

III- PEDIDO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE HONORÁRIOS

Em fevereiro de 2019, o AJ apresentou manifestação com prestação de contas do trabalho realizado até aquela data e formulou pedido de complementação de honorários (fls. 366.144/366.152). O Ministério Público se manifestou de forma contrária ao pedido no parecer de fls. 368.089/368.105 e a matéria está pendente de apreciação.

Não obstante toda a eficiência e comprometimento e o enorme e volumoso trabalho que vem sendo feito pelo Escritório de Advocacia Arnaldo Wald, entendo que a remuneração inicialmente fixada foi suficiente para remunerar o trabalho desempenhado nesses três anos e sete meses de tramitação do processo.

Certamente que o sucesso do processamento desta recuperação, a maior do Brasil se considerarmos o número de credores concursais e extraconcursais, se deve muito à atuação do AJ. Profissionais altamente competentes e dedicados trouxeram organização, modernidade e tranquilidade para o processamento da RJ, cujo processo eletrônico principal tem mais de 420 mil páginas (mais de 2 mil volumes se o processo fosse físico) e que conta com mais de 30 mil incidentes ao processo principal.

Mas apesar do AJ estar trabalhando há um ano sem receber remuneração, concordo com o entendimento do MP quando afirma, no parecer de fls. 368.089/368.105 que, apesar de reconhecer a excelência do trabalho do AJ, a quantidade de parcelas foi uma escolha do próprio AJ. No parecer de fls. 423.700/423.723, o MP reiterou tal entendimento afirmando que "não há nada mais a ser pago pelos serviços que deverão ser prestados até o dia 04/02/2020."

Assim, acolho o parecer do Ministério Público e indefiro o pedido do AJ de complementação de honorários formulado às fls. 366.144/366.152.

Cumpra-se. Intimem-se todos, e dê-se ciência pessoal ao MP.

Rio de Janeiro, 06/03/2020.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **48DN.6HKK.1CKP.V8M2**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR - CRC - Lei 8.666/93

Nº DO CADASTRO:	90897	SITUAÇÃO:	Ativo	VALIDADE:	30/04/2021
-----------------	-------	-----------	-------	-----------	------------

LEGISLAÇÃO

Este cadastro é regido pela Lei 8.666/1993 e Decreto nº 47.524/2018. Demais exigências elencadas no processo de contratação, não contempladas neste cadastro, ou documentos com vigência expirada deverão ser apresentados no ato da licitação/contratação.

IDENTIFICAÇÃO

Inscrito no CAFIMP	Não	Inscrito no CADIN	Sim
CNPJ	05.423.963/0001-11	Data de Abertura	09/05/2013
Nome Empresarial	OI MOVEL S/A "EM RECUPERACAO JUDICIAL"		
Nome Fantasia	OI		
Natureza Jurídica	Sociedade Anônima	Porte da Empresa	Outro

Contatos

Telefone(s) do Fornecedor

Tipo de Telefone	Telefone
Celular/Whatsapp	(31)8522-8805
Principal	(48)3401-1186

Página de Internet	www.oi.com.br
E-mail Principal	alessandraaraujo@oi.net.br

Representante(s) Legal(is)

CPF	Nome	Tipo de Assinatura
045.050.176-05	GUILHERME NAPOLEAO PORTELA SOUZA	Em Conjunto
105.112.858-76	BERNARDO KOS WINIK	Em Conjunto
131.562.505-97	EURICO DE JESUS TELES NETO	Em Conjunto
087.165.546-20	JACQUELYNE BIA ARAUJO SOUZA	Em Conjunto
034.455.116-40	MITSUO ORLANDO NONAKA	Em Conjunto

ENDEREÇO

SETOR COMERCIAL NORTE, QD 03, BL A, SN, ASA NORTE, BRASILIA, DF, CEP: 70.713-900

CONTRATO SOCIAL

Objetivo Social	PRESTACAO DE SERVICOS DE TELECOMUNICACOES NO BRASIL E NO ESTRANGEIRO EM QUAISQUER DE SUAS MODALIDADES E AMBITOS INCLUSIVE A PRESTACAO DE SERVICOS MOVEL PESSOAL - SMP DO SERVICO MOVEL CELULAR- SMC DO SERVICO DE TELEFONICO FIXO COMUTADO - STFC E DO SERVICO DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - SCM A COMPANHIA PODERA INCORPORAR AO SEU PATRIMONIO OUTROS BENS E DIREITOS DE TERCEIROS BEM COMO: PARTICIPAR DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES COMERCIAIS OU CIVIS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS COMO QUOTISTA OU ACIONISTA CONTROLADORA OU NAO PROMOVER A IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE BENS E EQUIPAMENTOS RELACIONADOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES PRESTAR SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E DE CONSULTORIA PERTINENTE AO RAMO ELABORAR
-----------------	--



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

	PROJETOS EXECUTAR IMPLEMENTAR COMERCIALIZAR OPERAR EXECUTAR A MANUTENCAO E FATURAR SISTEMAS RELACIONADOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES PRESTAR SERVICOS DE VALOR ADICIONADO E EXERCER OUTRAS ATIVIDADES AFINS E CORRELATAS AO SEU OBJETO SOCIAL		
LINHA(S) DE FORNECIMENTO			
A Linha de Fornecimento não substitui os atestados de capacidade técnica que devem ser apresentados quando solicitados no processo licitatório.			
Código	Descrição		
506	LOCACAO DE CANAIS PARA TRANSMISSAO DE SINAIS VIA SATELITE		
603	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS, PERIODICOS E TV POR ASSINATURA		
641	SERVICOS DE TELEFONIA FIXA, MOVEL E COMUNICACAO DE DADOS		
1618	SERVICO DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA		
DOCUMENTAÇÃO			
Credenciamento do Representante		Validade	Situação
CPF do representante do fornecedor		-	Aceito
Identidade do representante do fornecedor		-	Aceito
Procuração para credenciamento do representante do fornecedor		-	Aceito
Habilitação Jurídica		Validade	Situação
Declaração de menores e fato superveniente		-	Aceito
Estatuto Social e sua última alteração registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei		-	Aceito
Última Ata de eleição dos diretores/gerentes/administradores, registrada na Junta Comercial ou estabelecimento competente, na forma da lei		-	Aceito
Regularidade Fiscal Básica		Validade	Situação
Certificado de Regularidade de Situação - CRS (FGTS)		11/07/2020	Vigente
Inscrição no CNPJ		-	Aceito
Prova de quitação com a Fazenda Estadual (ICMS), do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica		14/05/2020	Vigente
Regularidade Fiscal Complementar e Trabalhista		Validade	Situação
Certidão de Débitos Tributários - CDT (SEF-MG)		14/05/2020	Vigente
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT)		16/10/2020	Vigente
Prova de Inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica		-	Aceito
Prova de quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa)		14/05/2020	Vigente
Prova de quitação com a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica		14/05/2020	Vigente
Qualificação Econômico-Financeira		Validade	Situação
Certidão Negativa de Falência, Insolvência Civil ou Recuperação Judicial da Empresa, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa		14/05/2020	Vigente
Balço Patrimonial e Demonst. Contábeis registrado na Junta Comercial ou estabelecimento		30/04/2021	Vigente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO
Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD

competente, na forma da lei					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ano de Referência	2019	Índice:			
		Liquidez Geral	0.57	Liquidez Corrente	0.96
DADOS DA UNIDADE CADASTRADORA					
Sigla	CAGEF/SEPLAG	Nome	CADASTRO DE FORNECEDORES/SCSCLP		
Endereço	RODOVIA PAPA JOAO PAULO II, 4001				
Telefone	3916-9755				
A aceitação deste certificado está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.compras.mg.gov.br					
Código de verificação: 01486679191					

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONSOLIDADO DE

Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Oi Móvel S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

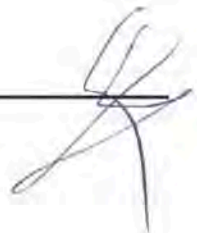
COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

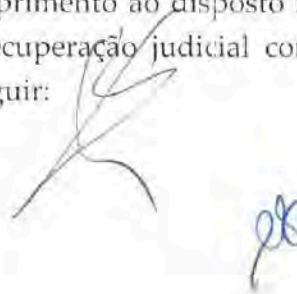
PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE BV – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Oi BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF UA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

20 de Dezembro de 2017



OI S.A. – Em Recuperação Judicial (“OI”), sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070; **TELEMAR NORTE LESTE S.A. – Em Recuperação Judicial (“TELEMAR”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070; **OI MÓVEL S.A. – Em Recuperação Judicial (“OI MÓVEL”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com sede e principal estabelecimento no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), Brasília - DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; **COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“COPART 4”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 4º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004; **COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“COPART 5”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 5º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004; **PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”)**, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e **OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – Em Recuperação Judicial (“OI COOP”)**, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.770.090/0001-30, com sede em Amsterdam, Schiphol Boulevard 231,B tower, 5th floor, 1118 BH Schiphol, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (sendo OI, TELEMAR, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP em conjunto doravante denominadas como “GRUPO OI” ou “RECUPERANDAS”), apresentam, nos autos do processo de recuperação judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001, em curso perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital-RJ (“Recuperação Judicial”), em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005 (“LFR”), o presente plano de recuperação judicial conjunto (“Plano” ou “PRJ”), nos termos e condições dispostos a seguir:



1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1.1. **Definições.** Os termos e expressões utilizados neste Plano em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no **Anexo 1.1**.

1.2. Regras de Interpretação.

1.2.1. O Plano deve ser lido e interpretado conforme as regras dispostas nesta **Cláusula 1.2** e seus anexos.

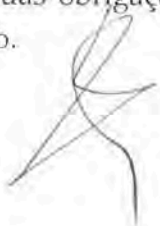
1.2.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Plano serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.

1.2.3. Os cabeçalhos e títulos das cláusulas deste Plano servem apenas a título informativo de referência e não limitarão ou afetarão o significado das cláusulas, parágrafos ou itens aos quais se aplicam.

1.2.4. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano, os anexos e documentos mencionados neste Plano são partes integrantes do Plano para todos os fins de direito e seu conteúdo é vinculativo. Referências a quaisquer documentos ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições e consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa neste Plano.

1.2.5. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano, referências a capítulos, cláusulas, itens ou anexos aplicam-se a capítulos, cláusulas, itens e anexos deste Plano.

1.2.6. Nos termos da legislação aplicável, exceto se disposto expressamente de forma diversa neste Plano, todas as referências às RECUPERANDAS devem ser interpretadas de forma a incluir as pessoas jurídicas que as sucederem em suas obrigações, em razão de reorganização societária prevista neste Plano.



- 1.2.7. A utilização dos termos “inclusive”, “incluindo” e outros termos semelhantes no presente Plano seguidos de qualquer declaração, termo ou matéria genérica não poderá ser interpretada de forma a limitar tal declaração, termo ou matéria aos itens ou matérias específicos inseridos imediatamente após tal palavra — bem como a itens ou matérias similares —, devendo, ao contrário, ser considerada como sendo referência a todos os outros itens ou matérias que poderiam, razoavelmente, ser inseridos no escopo mais amplo possível de tal declaração, termo ou matéria, e tais termos serão sempre interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”.
- 1.2.8. As referências a disposições legais e a Leis devem ser interpretadas como referências a tais disposições legais e Leis tais como vigentes na data deste Plano ou na data especificamente determinada pelo contexto.
- 1.2.9. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma prevista no art. 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, e, se o termo final cair em dia que não seja DIA ÚTIL, será prorrogado, automaticamente, para o DIA ÚTIL imediatamente posterior.
- 1.2.10. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano: (a) na hipótese de haver conflito entre cláusulas deste Plano, a cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposições genéricas; (b) na hipótese de conflito entre as disposições dos anexos e/ou dos documentos mencionados neste Plano e as disposições deste Plano, o Plano prevalecerá; e (c) na hipótese de haver conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas em quaisquer contratos celebrados pelas RECUPERANDAS e/ou suas Afiliadas antes da Data do Pedido, o Plano prevalecerá.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 2.1. **GRUPO Oi e suas Operações.** O GRUPO Oi iniciou suas atividades com a prestação de serviços de telefonia fixa, mas ao longo dos anos, acompanhando os ciclos



tecnológicos e a demanda do mercado, expandiu sua atuação também para as áreas de telefonia móvel, *internet* e TV por assinatura, dentre outros.

Atualmente, as RECUPERANDAS prestam serviço de telecomunicações de forma integrada sob uma só marca – “Oi” –, oferecendo uma variedade de produtos convergentes, tanto para telefonia fixa quanto para móvel. O GRUPO Oi é hoje o maior prestador de serviço de telefonia fixa no Brasil (e um dos maiores da América Latina), com 13,4 milhões de linhas em operação, representativa de *market share* de 34,1% do total do país, atendendo a residências, empresas e telefonia de uso público. Além disto, é um dos maiores conglomerados no segmento de telefonia móvel, com um *market share* de 17,4% nesse setor.

As operações do GRUPO Oi abrangem, ainda, serviços de banda larga fixa e móvel, *Wi-Fi*, TV e telefonia pública, sendo que sua estratégia de oferta de serviços convergentes e de forma integrada vem se mostrando exitosa e necessária, tendo em vista que ajuda na fidelização dos usuários.

O GRUPO Oi também presta, com exclusividade, serviços de telefonia e comunicação de dados a 100% das unidades do exército localizadas na fronteira seca do Brasil, além de operar o sistema de telecomunicações da estação Comandante Ferraz, na Antártica, em convênio com o Ministério da Marinha.

A relevância social do GRUPO Oi é refletida nos expressivos números relacionados à arrecadação tributária e geração de empregos; somente no período de 2013 a 2016, o GRUPO Oi recolheu, aproximadamente, R\$34 bilhões aos cofres públicos em tributos, contando hoje com mais de 131,3 mil postos de trabalho diretos e indiretos no Brasil. Ainda, o GRUPO Oi (i) está engajado em iniciativas e projetos sociais, tais como “Oi Futuro”, instituto de responsabilidade social criado em 2001, com projetos nas áreas de educação, sustentabilidade, esporte e cultura, bem como (ii) participa da condução de políticas públicas, como o Plano Nacional de Banda Larga e Banda Larga nas Escolas.

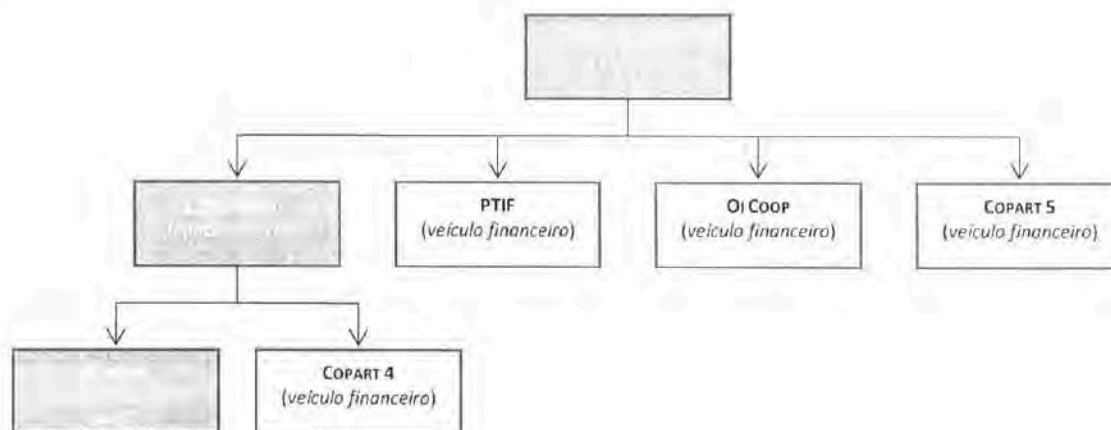
Adicionalmente, o GRUPO Oi viabiliza a apuração eletrônica de votos nas eleições municipais e estaduais realizadas no país, proporcionando a integração entre as informações provenientes das 2.113 distritos eleitorais e 12.244 seções eleitorais dos

Tribunais Regionais Eleitorais, o que possibilita a transmissão de tais informações ao Tribunal Superior Eleitoral.

As operações do GRUPO Oi estão concentradas nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (descritas na petição inicial da Recuperação Judicial), e todos os serviços de telecomunicações prestados dependem de prévia outorga da ANATEL, seja por meio de concessões, autorizações, licenças ou registros.

Em suma, o GRUPO Oi é um dos maiores conglomerados empresariais do país, presente em todos os 5.570 municípios brasileiros e atende a mais de 63 milhões de clientes. Nesse contexto, é inquestionável a importância do GRUPO Oi não apenas para o sistema de telecomunicações brasileiro, mas também e especialmente para a população no âmbito nacional, sendo fundamental o seu soerguimento e preservação.

2.2. Estrutura do GRUPO Oi. A estrutura societária do GRUPO Oi está representada no organograma abaixo:



Conforme destacado na petição inicial da Recuperação Judicial, as atividades do GRUPO Oi são desenvolvidas de forma coordenada e sob o controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial único da Oi, que atua como entidade *holding* (além de ser titular de concessão de “Serviço Telefônico Fixo Comutado” – STFC na Região II) do grupo e cujas ações são listadas na B3 e na NYSE (neste último caso, com negociação no formato de ADR).

A OI MÓVEL e COPART 4 são subsidiárias integrais da TELEMAR, que, por sua vez, é subsidiária integral da controladora OI, assim como PTIF, OI COOP e COPART 5.

As operações de telefonia fixa são desempenhadas pela TELEMAR, concessionária do serviço público em questão, enquanto a prestação dos serviços de TV a cabo está a cargo da OI MÓVEL, que é também detentora da autorização para a exploração dos serviços de telefonia móvel.

A PTIF, OI COOP, COPART 4 e COPART 5 são sociedades de investimento do GRUPO OI. As duas primeiras entidades, constituídas de acordo com as Leis da Holanda, são veículos financeiros do GRUPO OI, constituídos para captação de recursos no mercado internacional, os quais são vertidos, por meio de empréstimos, para financiamento das atividades das sociedades operacionais do GRUPO OI no Brasil, sendo esta estrutura comumente utilizada por diversos conglomerados brasileiros. Já as duas últimas são proprietárias de alguns dos principais imóveis locados para o GRUPO OI no Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Razões da Crise. A atual situação financeira do GRUPO OI decorre de uma série de fatores. Contribuíram para o agravamento da situação financeira do GRUPO OI a retenção de vultosa soma de recursos em depósitos judiciais decorrentes de discussões nos âmbitos regulatório, trabalhista, fiscal e cível, com impacto imediato na liquidez do GRUPO OI, bem como a imposição de elevadas multas administrativas, particularmente pela ANATEL.

A alteração nos padrões de consumo de serviços de telecomunicações, devido à evolução tecnológica, agravou ainda mais este cenário de dificuldade financeira. Com a oferta massificada de serviços de telefonia móvel, TV a cabo e *internet*, a atratividade do serviço de telefonia fixa entrou em declínio, resultando na queda da base de assinantes do GRUPO OI nesse segmento.

Não obstante, o nível dos objetivos e metas relativas às obrigações de universalização do serviço de telefonia fixa (consolidadas no Plano Geral de Metas de Universalização, conforme previsto na Lei Geral de Telecomunicações) permanece estabilizado desde

ds

[Assinatura]

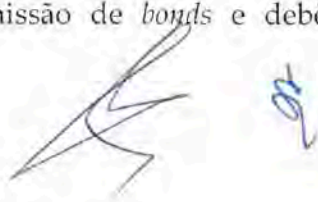
1998, ano em que foram assinados os contratos de concessão em vigor. Em razão disso, no contexto das referidas obrigações de universalização, o GRUPO Oi encontra-se obrigado a realizar pesados investimentos em determinadas regiões e locais remotos, com baixa densidade demográfica e população de baixo poder aquisitivo, auferindo, em contrapartida, retorno financeiro pequeno quando comparado com a exigência regulatória de tais investimentos.

Como exemplo dessa desproporção entre as obrigações impostas às RECUPERANDAS no âmbito das exigências de universalização vis-à-vis sua contrapartida financeira, destacam-se os números relativos aos telefones de uso público (popularmente conhecidos como “orelhões”): o GRUPO Oi opera atualmente cerca de 641.000 (seiscentos e quarenta e um mil) telefones públicos em todo o Brasil (exceto São Paulo), a um custo anual de aproximadamente R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de Reais), ao passo que a receita anual gerada por tais telefones públicos é de apenas R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil Reais) em 2016 (tendo-se observado ainda uma queda de mais de 90% entre 2009 e 2016).

Some-se a isso o fato de que os custos para captação de recursos pelo GRUPO Oi – dadas as altas taxas de juros praticadas nacionalmente, bem como a necessidade e custo de proteção cambial para captações no exterior – são mais elevados do que os custos de captação de seus competidores diretos, que são *players* internacionais, o que também contribuiu para a deterioração da situação financeira do GRUPO Oi.

Por outro lado, é notório que o cenário econômico do País vem se deteriorando nos últimos anos, impactando diretamente as operações desempenhadas pelo GRUPO Oi e afetando negativamente sua liquidez. Além disso, o perfil do mercado atendido pelas concessionárias de telefonia fixa que são concorrentes das RECUPERANDAS é mais homogêneo e o poder econômico dos seus usuários é materialmente maior do que aqueles atendidos pelo GRUPO Oi na sua área de atuação (maior e mais heterogênea que a área de atuação de suas concorrentes).

A conjunção desses fatores impossibilitou o cumprimento de diversas obrigações, mormente aquelas assumidas em razão de operações de empréstimos financeiros e captações de recursos por meio da emissão de *bonds* e debêntures, cujos saldos



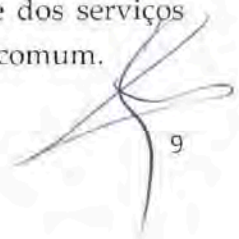
representam a maior parte do atual endividamento do GRUPO Oi, culminando com o pedido de Recuperação Judicial.

2.4. Medidas Prévias Adotadas. Desde os primeiros sinais de deterioração de sua saúde financeira, o GRUPO Oi vem trabalhando em conjunto com assessores financeiros e jurídicos externos, no Brasil e no exterior, para auxiliá-lo no processo de negociação com credores e de avaliação de alternativas viáveis à sua recuperação.

Nos últimos trimestres, o GRUPO Oi vem implementando um projeto de reestruturação interna = denominado “Plano de Transformação” – que compreende mais de 370 (trezentas e setenta) iniciativas, a grande maioria já executada ou em fase de execução, que, em linhas gerais, têm por objetivo o aumento da sua competitividade no mercado, o aumento de produtividade, a redução de custos e despesas, o aumento da eficiência operacional e a melhoria da qualidade dos serviços.

Como resultado, podemos destacar neste período: (i) o lançamentos de planos inovadores, como o Oi Livre na telefonia móvel e o Oi Total Play no segmento residencial; (ii) a melhoria substancial dos indicadores operacionais, como, por exemplo, a redução de 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) do tempo médio para resolução de defeitos e a redução de 31,3% (trinta e um vírgula três por cento) do tempo médio para a instalação de serviço, ambos no segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016; (iii) a redução de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de Reais) de custos e despesas no primeiros seis meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 e (iv) a melhoria em diversos indicadores de qualidade, como redução de 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) na entrada de reclamações na ANATEL, redução de 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) na entrada de reclamações no Procon e a redução de 58,7% (cinquenta e oito vírgula sete por cento) na entrada de ações por reclamação no Juizado Especial Cível (JEC), todos no segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016.

2.5. Razões para o Plano Conjunto. O GRUPO Oi é composto de sociedades sob o controle comum da Oi com relevante interligação econômica e operacional que decorre, em especial, da interdependência e complementaridade das atividades e dos serviços que prestam e de gestão dos recursos das sociedades em prol do interesse comum.



9

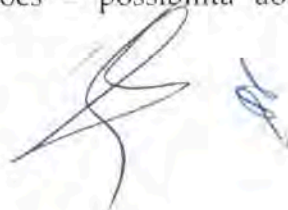
As decisões gerenciais, administrativas e financeiras do GRUPO OI emanam da controladora, a OI. Por outro lado, a organização e os processos internos e corporativos do GRUPO OI são também integrados e plenamente unificados.

Adicionalmente, a essa direção única e consolidada das atividades convergentes e integradas, e do vínculo direto operacional e comercial, as RECUPERANDAS possuem estreita relação econômica e financeira fortemente interligada entre si, em virtude de contratos, garantias e obrigações que as vinculam e as tornam dependentes financeiramente entre si.

As RECUPERANDAS possuem diversos contratos de mútuo *intercompany* celebrados em razão da gestão dos recursos do GRUPO OI em prol do interesse comum. Além disso, há diversos contratos de dívida firmados entre OI, TELEMAR e OI MÓVEL junto a instituições financeiras, havendo ainda inúmeras garantias outorgadas por uma sociedade do grupo em favor da outra. Dentre outras operações que demonstram a vinculação econômica e financeira entre as RECUPERANDAS merecem destaque: (i) a emissão no mercado internacional de *bonds* (títulos de dívida) pela PTIF e OI COOP, tendo a OI comparecido como garantidora integral em tais operações, bem como a emissão no mercado internacional de *bonds* pela OI, tendo a TELEMAR comparecido como garantidora de algumas das séries dos referidos *bonds*; e a (ii) emissão pela COPART 4 e COPART 5 de Cédulas de Crédito Imobiliário com lastro nos recebíveis correspondentes aos alugueis dos imóveis locados para a OI e a TELEMAR, sendo que a OI figura como devedora e a TELEMAR como garantidora no contrato firmado pela COPART 5.

Ademais, o centro de operações de onde é feito o monitoramento remoto de toda a rede do GRUPO OI está localizado em imóveis de propriedade da COPART 4 e COPART 5 e locados ao GRUPO OI.

Sob a perspectiva comercial e operacional, a OI, TELEMAR e OI MÓVEL compartilham da mesma infraestrutura física e logística, utilizando-se de redes "multisserviço" por onde trafegam comunicações e dados relativos a diferentes outorgas do GRUPO OI (telefonia fixa, móvel, *internet* e sinal de TV). Esse modelo de negócios – que consiste em prática consolidada no setor de telecomunicações – possibilita ao GRUPO OI oferecer e



comercializar diversos planos de pacotes integrados que incluem serviços convergentes sob a marca única "Oi", o que estimula a fidelização dos usuários, reduz a taxa de desligamento dos consumidores em relação a cada um dos serviços contratados e possibilita a competição do GRUPO OI com as demais operadoras de serviços de telecomunicações. Logo, grande parte dos ativos operacionais é dedicada ao provimento de serviços variados, o que tornaria inviável uma eventual separação de acordo com a empresa proprietária.

Considerando, portanto, o modelo de negócios adotado pelo GRUPO OI, com integração e convergência na prestação de serviços de telecomunicações, as inúmeras garantias cruzadas e a consolidação do controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial na OI, a solução da crise econômico-financeira deve-se dar de forma conjunta e consolidada, sob pena de colocar em risco a reestruturação do GRUPO OI, que exerce importantíssima função social, em evidente prejuízo aos Credores e demais titulares de interesses (inclusive sociais) que as cercam, todos interessados na resolução da presente situação (governo, investidores, instituições financeiras, empregados, fornecedores, consumidores, etc).

Pressupor que alguma das entidades do GRUPO OI poderá não ser objeto de recuperação enquanto outras se recuperam implica ignorar a consequência danosa que se oporia à atividade remanescente, à luz das complexidades jurídicas e práticas que o insucesso de uma das empresas poderia criar, visto que o soerguimento de uma entidade do GRUPO OI depende da recuperação de todo o grupo conjuntamente, conforme exposto neste Plano e na petição inicial da Recuperação Judicial.

2.6. Viabilidade Econômico-Financeira e Operacional do GRUPO OI. Não obstante as dificuldades e fatores que acometem o GRUPO OI, culminando com o pedido de Recuperação Judicial, a atual situação financeira é temporária e passageira, possuindo o GRUPO OI todas as condições para revertê-la, diante de sua magnitude econômica.

As atividades desempenhadas pelas RECUPERANDAS são rentáveis e viáveis, gerando em 2016 para o GRUPO OI receita bruta de R\$ 45.000.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões de Reais) e líquida de cerca de R\$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de Reais). Além disso, eventos recentes reforçam a conclusão quanto à rentabilidade das atividades das



11

RECUPERANDAS e viabilidade do GRUPO Oi. Com o lançamento da nova marca "Oi", observou-se até o momento (i) o crescimento na venda dos novos planos "Oi Total", (ii) o aumento significativo do denominado RGU (unidade geradora de receita, equivalente a cada serviço contratado), (iii) incremento na eficiência operacional, e (iv) a diminuição da taxa de desligamento de serviços.

Ademais, é público que se encontram em estágio avançado discussões entre ANATEL e Ministério das Comunicações para mudanças no ambiente regulatório, que poderão resultar na transformação das concessões em autorizações, bem como na alteração do regime jurídico dos bens reversíveis, desonerando as concessionárias de muitas de suas obrigações e tornando-as mais competitivas em relação às concorrentes que operam sob o regime de autorização. Há, inclusive, Projetos de Lei em tramitação avançada, voltados, justamente, a conferir maior segurança à mudança de modelo, que beneficiará todas as concessionárias e não apenas aquelas vinculadas ao GRUPO Oi. Tais mudanças impactarão positivamente a situação das RECUPERANDAS e, portanto, são também consideradas como importantes para o efetivo soerguimento do GRUPO Oi, com a preservação de suas atividades empresariais e, conseqüentemente, a manutenção da fonte produtora e de postos de trabalho, promovendo a função social da empresa e o estímulo à atividade econômica, objetivos expressamente declarados na LFR e expressos em cláusulas pétreas da Constituição da República.

A viabilidade do Plano e das medidas nele previstas para a recuperação do GRUPO Oi é atestada e confirmada pelos Laudos, nos termos do art. 53, incisos II e III, da LFR, os quais constam do **Anexo 2.6** a este Plano.

3. PRINCIPAIS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

3.1. **Visão Geral.** O GRUPO Oi propõe a adoção das medidas elencadas abaixo como forma de superar a sua atual e momentânea crise econômico-financeira, as quais estão detalhadas nas seções específicas do presente Plano, nos termos da LFR e demais Leis aplicáveis:

3.1.1. **Reestruturação dos Créditos:** o GRUPO Oi realizará uma reestruturação e equalização de seu passivo relativo a Créditos Concurais e, a critério do




GRUPO OI, a Créditos Extraconcursais cujos titulares desejem se submeter aos efeitos deste Plano, nos termos da **Cláusula 4** deste Plano. Os Credores Concursais continuarão a ser credores da RECUPERANDA que era a sua respectiva devedora original, ressalvadas eventuais alterações derivadas de reorganizações societárias realizadas nos termos deste Plano ou disposição específica em sentido diverso neste Plano, e observado em qualquer caso o disposto na **Cláusula 3.1.1.2** deste Plano.

3.1.1.1. As RECUPERANDAS envidarão seus melhores esforços para cancelar os respectivos títulos emitidos e existentes atualmente, observado o disposto nas legislações aplicáveis a cada uma das jurisdições das RECUPERANDAS, e poderão tomar todas as providências cabíveis e necessárias em toda e qualquer jurisdição aplicável, incluindo Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido, a fim de cumprir com as respectivas legislações aplicáveis e implementar as medidas previstas no presente Plano, podendo, nestes casos, consultar terceiros relacionados aos títulos de dívida emitidos no exterior, como, por exemplo, instituições depositárias, de forma a assegurar que as medidas a serem implementadas estão em conformidade com as legislações das respectivas jurisdições, ressalvado o disposto na **Cláusula 11.4**.

3.1.1.2. Em decorrência da natureza consolidada deste Plano, as RECUPERANDAS serão solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste Plano.

3.1.2. Mediação/Conciliação/Acordo: o GRUPO OI poderá instaurar procedimentos de Mediação/Conciliação/Acordo com seus Credores constantes da Relação de Credores do Administrador Judicial durante a Recuperação Judicial, nos termos da **Cláusula 4.4**, na forma das decisões judiciais proferidas sobre o tema.

3.1.3. Alienação de Bens do Ativo Permanente: como forma de levantamento de recursos, o GRUPO OI poderá promover a alienação dos bens que integram o ativo permanente (não circulante) das RECUPERANDAS que se



13

encontram listados no **Anexo 3.1.3**, bem como de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do seu ativo permanente, na forma da **Cláusula 5.1** e do art. 66 da LFR, desde que observadas eventuais exigências, autorizações ou limitações regulatórias necessárias, notadamente no que diz respeito à ANATEL.

3.1.4. Aumento de Capital – Novos Recursos: o GRUPO Oi realizará na forma da **Cláusula 6** deste Plano e observado o disposto no Contrato de Backstop um aumento de capital de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), de forma a assegurar os recursos mínimos necessários para fazer os investimentos necessários de CAPEX e modernização de sua infraestrutura visando a implementação do plano de negócios contemplado neste Plano.

3.1.5. Novos Recursos: o GRUPO Oi também poderá prospectar e adotar medidas, inclusive durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos nos termos da **Cláusula 5.3**, mediante a implementação de eventuais aumentos de capital ou outras formas de captação no mercado de capitais, a serem aprovados nos termos deste Plano e dos respectivos estatutos sociais das sociedades do GRUPO Oi e desde que observado o disposto neste Plano e nos arts. 67, 84 e 149 da LFR. Eventuais novos recursos captados no mercado de capitais terão natureza extraconcursal para fins do disposto na LFR, exceto no que diz respeito a eventuais aumentos de capital, uma vez que não representam obrigações de pagamento.

3.1.6. Reorganização Societária: o GRUPO Oi poderá realizar Reorganização Societária, nos termos da **Cláusula 7** deste Plano, visando à obtenção de uma estrutura mais eficiente e adequada à implementação das propostas previstas neste Plano e à continuidade de suas atividades, ou qualquer outra reorganização societária que venha a ser oportunamente definida pelas RECUPERANDAS, desde que não cause um Efeito Adverso Relevante nas sociedades integrantes do GRUPO Oi.



3.1.7. **Alterações Transitórias na Governança:** De modo a garantir a execução das medidas previstas neste Plano e considerando os diversos interesses envolvidos no âmbito da Recuperação Judicial, este Plano contém regras transitórias de governança corporativa relativas à criação de um Conselho de Administração Transitório e formação de um Novo Conselho de Administração, para assegurar a estabilidade institucional do Grupo Oi e a implementação deste Plano.

3.1.8. **Depósitos Judiciais:** Após a Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI poderá efetuar o imediato levantamento do valor integral dos Depósitos Judiciais que não tenham sido utilizados para pagamento, nas formas previstas neste Plano.

4. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

4.1. **Créditos Trabalhistas.** Observado o disposto nas **Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3** abaixo, os Créditos Trabalhistas, conforme valores indicados na Relação de Credores do Administrador Judicial, serão pagos em moeda corrente nacional, após o decurso do prazo de carência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido acima, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, mediante Depósito Judicial nos autos do Processo em que seja parte o Credor Trabalhista ou caso o Credor Trabalhista não seja parte em Processo judicial, observado o disposto na **Cláusula 13.4**.

4.1.1. Os Créditos Trabalhistas ainda não reconhecidos na data prevista para a realização do primeiro pagamento estabelecida na **Cláusula 4.1** acima serão pagos da seguinte forma, após serem reconhecidos:

- (a) se de titularidade de Credores Trabalhistas que não sejam da categoria de Credor Trabalhista Depósito Judicial, seu pagamento será efetuado, mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo, após o trânsito em julgado da decisão que encerrar o Processo e homologar o valor devido sem restar margem para impugnação pelo GRUPO OI, na forma da **Cláusula 4.1**, iniciando-se o



15

prazo de 180 (cento e oitenta) dias de carência na data em que a referida decisão transitar em julgado, vencendo-se a primeira parcela no último Dia Útil do prazo de carência referido acima e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; ou

- (b) se de titularidade de Credores Trabalhistas Depósito Judicial (ou que venham a se enquadrar, caso algum Depósito Judicial seja efetuado pelo GRUPO OI no respectivo Processo em que se discuta o Crédito Trabalhista em questão após a apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial), seu pagamento será efetuado na forma da **Cláusula 4.1.2** abaixo.

4.1.2. Credores Trabalhistas Depósito Judicial. Os Créditos Trabalhistas de titularidade dos Credores Trabalhistas Depósito Judicial serão pagos mediante o levantamento do valor do Depósito Judicial pelo respectivo Credor Trabalhista Depósito Judicial, após a Homologação Judicial do Plano, até o limite do valor do referido Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial.

4.1.2.1. Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.1.2** acima ser superior ao valor do respectivo Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o valor excedente será levantado pelo GRUPO OI.

4.1.2.2. Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.1.2** acima ser comprovadamente inferior ao valor do respectivo Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o saldo remanescente do respectivo Crédito Trabalhista será pago mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo, em moeda corrente nacional, após a decisão do Juízo Trabalhista que homologar o valor devido e depois do decurso do prazo de carência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido acima, e as demais



no mesmo dia dos meses subsequentes, sempre mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo.

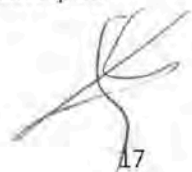
4.1.2.3. Observado o disposto na **Cláusula 4.1.2.1** acima, o valor do Crédito Trabalhista de titularidade do Credor Trabalhista Depósito Judicial será pago a título de verba indenizatória, compreendendo todos e quaisquer honorários dos respectivos Advogados Trabalhistas ou de outros profissionais, bem como custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Trabalhista Depósito Judicial em questão.

4.1.3. **Crédito Trabalhista Fundação Atlântico.** Observado o valor constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o Crédito Trabalhista Fundação Atlântico será pago nas seguintes condições:

4.1.3.1. **Carência:** período de carência de amortização de principal de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano.

4.1.3.2. **Parcelas:** amortização do principal em 6 (seis) parcelas anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido na **Cláusula 4.1.3.1** acima.

4.1.3.3. **Juros/atualização monetária:** INPC + 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que (i) os juros/atualização monetária incidentes ao longo dos 5 (cinco) primeiros anos a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados ao valor do principal anualmente; e (ii) os juros incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos anualmente a partir do último Dia Útil do mês em que se completar o decurso do prazo referido no item (i) acima, juntamente com as parcelas de amortização do valor principal.



17

4.2. Créditos com Garantia Real. Os Créditos com Garantia Real serão agrupados e pagos da seguinte forma:

4.2.1. Carência: período de carência de amortização de principal de 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano.

4.2.2. Principal: o valor do principal será pago em 108 (cento e oito) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 15º (décimo quinto) dia do 73º (septuagésimo terceiro) mês contado da Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia a cada mês subsequente, a partir do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor principal descritos na tabela progressiva abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72ª	0,0%
73ª a 132ª	0,33%
133ª a 179ª	1,67%
180ª	1,71%

4.2.3. Juros: TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que:

- (i) os juros incidentes ao longo dos 4 (quatro) primeiros anos a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal, de modo que o saldo do principal ao final de cada ano seja o saldo inicial do período somado dos juros capitalizados no período em questão, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{saldo final do período} = \text{saldo inicial do período} \times (1+t)^{DC/360},$$

em que t representa a taxa de juros/atualização monetária contratadas originalmente e DC representa dias corridos; e

- (ii) a partir do 15º (décimo quinto) dia do 49º (quadragésimo novo) mês contado da Homologação Judicial do Plano, os juros incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos mensalmente, em moeda corrente nacional, até o pagamento total do principal nos termos deste Plano.

4.2.4. Demais condições contratuais: as RECUPERANDAS obrigam-se a cumprir, até o pagamento integral dos Créditos com Garantia Real, os termos e condições descritos no **Anexo 4.2.4.**

4.3. Créditos Quirografários.

4.3.1. Pagamento e Reestruturação dos Créditos Quirografários: Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, cada Credor Quirografário poderá optar, à sua discricionariedade, por ter a totalidade de seus respectivos Créditos Quirografários pagos na forma prevista na **Cláusula 4.3.1.1** ou reestruturados através das opções previstas nas **Cláusulas 4.3.1.2 e 4.3.1.3** abaixo, sem possibilidade de divisão voluntária do valor do crédito entre as referidas opções e observados os respectivos limites de Créditos Quirografários.

4.3.1.1. Pagamento Linear de Créditos Quirografários: Exceto se disposto de forma contrária neste Plano:

- (i) Credores Quirografários titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III no valor igual ou inferior a R\$1.000,00 (mil Reais): Os Credores Quirografários que escolherem a forma de pagamento de créditos prevista nesta **Cláusula 4.3.1.1** terão seus respectivos Créditos pagos em uma única parcela até o 20º (vigésimo) Dia Útil a contar da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, limitado ao valor do respectivo Crédito constante da Relação de Credores do Administrador Judicial;

- (ii) Credores Quirografários titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III em valor superior a R\$1.000,00 (mil Reais): Os Credores Quirografários poderão optar, através de plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, pelo recebimento nos termos desta **Cláusula 4.3.1.1** desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (mil Reais) como pagamento integral do seu respectivo Crédito Quirografário, conforme aplicável, compreendendo, quando for o caso, todos e quaisquer honorários advocatícios ou de outros profissionais, bem como custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Quirografário em questão. Nesse contexto, o pagamento será feito até o 20º (vigésimo) Dia Útil contado do término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, e nem o Credor ME/EPP ou Classe III, conforme aplicável, nem seus advogados farão jus ao recebimento de qualquer valor adicional àquele indicado nesta **Cláusula 4.3.1.1**.

4.3.1.2. Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III poderão optar pela Opção de Reestruturação I, pela qual seus respectivos Créditos Quirografários serão reestruturados em até 6 (seis) meses contados da data da Homologação Judicial do Plano, conforme os termos da **Cláusula 4.3.1.2.1** e observados os limites previstos nos itens (a) e (b) abaixo para Créditos Quirografários em Reais e Dólares Norte-Americanos, respectivamente:

- (a) Parte dos Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III será representada em Reais pelo valor dos Créditos Quirografários em Reais que optarem pela Opção de

Reestruturação I, até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de Reais), sendo que cada Credor Quirografário poderá escolher uma das seguintes opções de pagamento: (i) reestruturação do Crédito Quirografário em Reais, conforme os termos e condições previstos no **Anexo 4.3.1.2(a1)**; (ii) debêntures privadas, conforme termos e condições previstos no **Anexo 4.3.1.2(a2)**; ou (iii) debêntures públicas, nos mesmos termos e condições das debêntures privadas; e

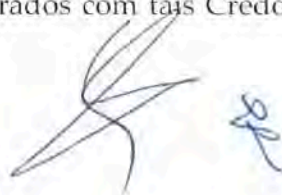
- (b) Parte dos Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III será representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos Quirografários em Dólares Norte-Americanos que optarem pela Opção de Reestruturação I, observado o disposto no art. 50, § 2º, da LFR, até o limite máximo de USD1.150.000.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos) e paga nos termos e condições previstos no **Anexo 4.3.1.2(b)**, com assunção, pelas Recuperandas, dos ônus relativos aos tributos porventura incidentes no Brasil incluindo, mas não se limitando, ao ônus do imposto de renda retido na fonte (*gross up*). Caso as escolhas dos Credores Quirografários da opção de pagamento prevista na **Cláusula 4.3.1.3** não atinjam o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3**, eventual saldo remanescente será automaticamente será acrescido ao limite estabelecido nesta **Cláusula 4.3.1.2(b)**.

- 4.3.1.2.1. Obedecida a alocação proporcional dos Créditos Quirografários que escolham a Opção de Reestruturação I frente à totalidade dos Créditos ME/EPP ou Classe III a serem pagos dentro dos limites estabelecidos nos itens (a) e (b) da **Cláusula 4.3.1.2**, conforme o caso, os Créditos ME/EPP ou Classe III em questão serão reestruturados da seguinte forma:

- (a) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 60 (sessenta) meses, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.
- (b) **Principal:** o valor do principal será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (c) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10º	0%
11º a 20º	2,0%
21º a 33º	5,7%
34º	5,9%

- (c) **Juros:** (A) para os Créditos ME/EPP ou Classe III denominados originalmente em Reais, incidirão juros correspondentes à taxa anual de 80% (oitenta por cento) do CDI; e (B) para os Créditos ME/EPP ou Classe III denominados originalmente em Dólares Norte-Americanos, juros de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, sendo que os juros serão capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano.
- (d) **Cessão de Direitos:** Os instrumentos contratuais que vierem a ser celebrados com tais Credores Quirografários



ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, e quaisquer reivindicações no âmbito de tais instrumentos contratuais e quaisquer direitos legais, equitativos ou quaisquer outros interesses econômicos previstos em tais instrumentos contratuais ou deles decorrentes, somente poderão ser transferidos, cedidos, contribuídos, disponibilizados ou de outra forma alienados (no todo ou em parte), mediante notificação às RECUPERANDAS, nos termos do artigo 290 do Código Civil, e desde que observados (i) o Código de Ética do Grupo Oi disponível nesta data no endereço <http://ri.oi.com.br> e (ii) que a respectiva cessão não envolva pessoas físicas ou jurídicas indicadas na lista do *Office of Foreign Assets Control (OFAC)*, do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América.

4.3.1.2.2. Uma vez atingido o limite estabelecido no item (a) da **Cláusula 4.3.1.2** acima para Créditos Quirografários a serem reestruturados em Reais ou o limite estabelecido no item (b) da **Cláusula 4.3.1.2** acima para Créditos Quirografários a serem reestruturados em Dólares Norte-Americanos, os Credores titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III que tenham escolhido a Opção de Reestruturação I terão parte de seus Créditos Quirografários pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

4.3.1.3. **Opção de Reestruturação II:** Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III poderão optar pela Opção de Reestruturação II, pela qual seus respectivos Créditos Quirografários serão reestruturados pelo valor dos Créditos Quirografários em Dólares Norte-Americanos

que optarem pela Opção de Reestruturação II, em até 6 (seis) meses contados da data da Homologação Judicial do Plano, conforme os termos da **Cláusula 4.3.1.3.1** e observados o limite máximo de USD 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos) para Créditos Quirografários.

4.3.1.3.1. Obedecida a alocação proporcional dos Créditos Quirografários que escolham a Opção de Reestruturação II frente à totalidade dos Créditos ME/EPP ou Classe III a serem pagos dentro do limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3**, os Créditos ME/EPP ou Classe III em questão serão reestruturados da seguinte forma:

- (a) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 60 (sessenta) meses, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.
- (b) **Principal:** o valor do principal será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (c) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10º	0%
11º a 20º	2,0%
21º a 33º	5,7%
34º	5,9%

- (c) **Juros:** juros de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, sendo que os juros serão capitalizados anualmente



ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano, sendo que:

- (i) 10% (dez por cento) dos juros incidentes ao longo dos 60 (sessenta) primeiros meses a partir da Homologação Judicial do Plano serão pagos semestralmente em dinheiro no 25º (vigésimo-quinto) dia do mês de cada período de juros;
- (ii) os 90% (noventa por cento) restantes dos juros/atualização monetária incidentes ao longo dos 60 (sessenta) primeiros meses a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal, de modo que o saldo do valor do principal a cada final de ano seja o saldo inicial do período somado dos juros capitalizados no período; e
- (iii) a partir do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano, 100% (cem por cento) dos juros/atualização monetária incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos semestralmente, no 25º (vigésimo-quinto) dia do mês de cada período de juros.

4.3.1.3.2. Cessão de Direitos: Os instrumentos contratuais que vierem a ser celebrados com tais Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, e quaisquer reivindicações no âmbito de tais instrumentos contratuais e quaisquer direitos legais, equitativos ou quaisquer outros interesses econômicos previstos em tais instrumentos contratuais ou deles decorrentes, não poderão ser transferidos, cedidos, contribuídos, disponibilizados ou de outra forma alienados (no todo ou em parte), incluindo, mas não se limitando, a título de sub-

participação ou desconto de quaisquer de tais instrumentos contratuais, de forma a alterar seu beneficiário final, sem o prévio consentimento por escrito das RECUPERANDAS e de todos os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II. Adicionalmente, nenhum ônus ou gravame, ou qualquer outro direito previsto, em tais instrumentos contratuais poderá ser concedido ou transferido por quaisquer dos Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II, sem o prévio consentimento por escrito das RECUPERANDAS e de todos os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II.

4.3.1.3.3. Uma vez atingido o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3** acima para Créditos Quirografários, os Credores titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II terão parte de seus Créditos Quirografários pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

4.3.1.3.4. Caso as escolhas dos Credores Quirografários desta opção de pagamento não atinjam o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3** acima, eventual saldo remanescente automaticamente será acrescido ao limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.2(b)**. Da mesma forma, caso as escolhas dos Credores Quirografários da opção de pagamento prevista na **Cláusula 4.3.1.2(b)** não atinjam o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.2(b)**, eventual saldo remanescente será automaticamente acrescido ao limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3**.



4.3.1.3.5. Demais condições contratuais: As demais condições aplicáveis ao pagamento dos Créditos Quirografários na forma prevista na **Cláusula 4.3.1.3** estão descritas no **Anexo 4.3.1.3.5**, com assunção, pelas Recuperandas, dos ônus relativos aos tributos porventura incidentes no Brasil incluindo, mas não se limitando, ao ônus do imposto de renda retido na fonte (*gross up*).

4.3.2. Pagamento de Créditos Quirografários Depósitos Judiciais: Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, os Créditos ME/EPP de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros ME/EPP Depósitos Judiciais e os Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósitos Judiciais constantes da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecidos pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, serão pagos mediante o levantamento do valor do Depósito Judicial pelo respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, após a Homologação Judicial do Plano, até o limite do valor do referido Crédito Quirografário, conforme o caso, constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**.

4.3.2.1. Sem prejuízo do disposto na **Cláusula 4.3.2** acima, o pagamento dos Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósitos Judiciais será feito de acordo com os seguintes percentuais de deságio do valor do referido Crédito Classe III constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, conforme descrito na tabela progressiva abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0,0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00;	15,0%

R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20,0%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

4.3.2.2. Os Créditos Quirografários, conforme aplicável, ainda não reconhecidos na data prevista para a realização da escolha pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, e que, após serem reconhecidos, sejam de titularidade de Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III que sejam Credores Quirografários Parceiros ME/EPP Depósito Judicial ou Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósito Judicial, conforme aplicável, serão pagos na forma da **Cláusula 4.3.2** acima e, conforme aplicável, também observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1** acima. Nesta hipótese, o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão (i) não poderá apresentar impugnação ou questionar de qualquer outra forma o valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente ou, (ii) caso o GRUPO Oi apresente impugnação ao valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente, deverá concordar com o valor indicado na respectiva impugnação do GRUPO Oi.

4.3.2.3. Caso, após a apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, algum Depósito Judicial seja efetuado pelo GRUPO Oi no respectivo Processo em que se discuta o Crédito Quirografário em questão, e o Credor Quirografário em questão aceite as condições previstas nas **Cláusulas 4.3.2 e 4.3.2.1**, conforme aplicável, de modo que seu Crédito Quirografário se enquadre no conceito previsto na **Cláusula 4.3.2.2** acima, tais Créditos Quirografários também poderão ser pagos na forma da **Cláusula 4.3.2** acima e, conforme aplicável, também observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1** acima. Nesta hipótese, o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão (i) não

poderá apresentar impugnação ou questionar de qualquer outra forma o valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente ou, (ii) caso o GRUPO Oi apresente impugnação ao valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente, deverá concordar com o valor indicado na respectiva impugnação do GRUPO Oi.

- 4.3.2.4. Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.3.2** acima ser superior ao valor do respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III (neste último caso apurado após a dedução do deságio indicado **Cláusula 4.3.2.1**) constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, o valor excedente será levantado pelo GRUPO Oi.
- 4.3.2.5. Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.3.2** acima ser comprovadamente inferior ao valor do respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III (neste último caso apurado após a dedução do deságio indicado **Cláusula 4.3.2.1**) constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, o saldo remanescente do respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, conforme o caso, será pago em moeda corrente nacional, após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido, na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.
- 4.3.2.6. Para fins do disposto nas **Cláusulas 4.3.2** e **4.3.2.4** acima, em até 20 (vinte) Dias Úteis dias a contar do término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão, juntamente com todos os seus advogados

constituídos nos autos, inclusive aqueles titulares de honorários de sucumbência, e a RECUPERANDA deverão apresentar Petição Conjunta ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, requerendo ao Juízo competente (i) a expedição dos respectivos alvarás judiciais para levantamento do Depósito Judicial, na forma descrita nas **Cláusulas 4.3.2 e 4.3.2.4** acima, conforme aplicável, e (ii) a extinção, baixa da distribuição e arquivamento definitivo do Processo. O levantamento do Depósito Judicial, em qualquer circunstância, somente poderá ocorrer após a homologação pelo Juízo competente do valor devido, nos termos da Petição Conjunta ME/EPP ou Classe III, conforme aplicável.

4.3.2.7. Observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.4** acima, o valor do Crédito ME/EPP ou Classe III de titularidade do Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, conforme aplicável, será considerado como compreendendo todos e quaisquer honorários advocatícios (desde que os honorários advocatícios não estejam já constando na Classe I na Relação de Credores do Administrador Judicial) ou de outros profissionais, bem como custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão. Nesse contexto, nem o respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, nem seus advogados farão jus ao recebimento de qualquer valor adicional àquele constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2** (e, conforme aplicável, observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1**), para o respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III.

4.3.3. Reestruturação de Bonds: Dada a natureza dos seus Créditos Quirografários, representados por títulos emitidos e negociados no exterior e regulados por leis estrangeiras, bem como sujeitos às leis e demais normas aplicáveis nas jurisdições onde tais títulos são negociados, e ainda, dada a complexidade procedimental para implementar a

reestruturação dos seus Créditos Quirografários em comparação aos demais Credores Quirografários, os Credores Quirografários Bondholders terão os seus Créditos Quirografários dos Bondholders reestruturados exclusivamente de acordo com o disposto nesta **Cláusula 4.3.3**. A depender da emissão e do valor dos seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders, os Credores Quirografários Bondholders deverão manifestar expressamente a opção pela reestruturação de seus Créditos Quirografários dos Bondholders em uma das formas previstas nas **Cláusulas 4.3.3.1** ou **Cláusula 4.3.3.2** abaixo, observado o procedimento disposto na **Cláusula 4.5.5** deste Plano:

4.3.3.1. Opção Créditos Quirografários dos Bondholders Não-

Qualificados: Os Credores Quirografários Bondholders Não-Qualificados que, no ato de sua opção por meio do envio da Notificação Opção de Pagamento, declararem e comprovarem que são titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders com valor máximo de até USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos) (ou o equivalente em Reais convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão), terão seus respectivos Créditos reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.3.1** e suas subcláusulas abaixo:

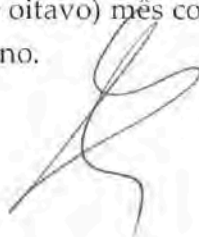
- (a) **Limite de Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados:** O valor máximo e o total de Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados a serem reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.3.1** estará limitado a USD500.000.000,00 (quinhentos milhões de Dólares Norte-Americanos).
- (b) **Deságio:** A reestruturação de Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados prevista na **Cláusula 4.3.3.1** implicará na redução do respectivo Crédito Quirografário dos Bondholders Não-Qualificados no percentual de 50% (cinquenta por cento). Para todos os fins, o deságio será aplicado primeiramente aos juros, e, apenas posteriormente,

à parcela do principal que compõe os Créditos Quirografários dos Bondholders submetidos à **Cláusula 4.3.3.1.**

- (c) **Carência:** Período de carência de amortização de principal de 6 (seis) anos, contatos a partir da data da Homologação Judicial do Plano.
- (d) **Principal:** O valor do principal será equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos), e será amortizado em 12 (doze) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 15º (décimo quinto) dia do 78º (septuagésimo oitavo) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (d) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 12º	0%
13º a 18º	4,0%
19º a 23º	12,66%
24º	12,70%

- (e) **Juros:** Incidência de juros de 6% (seis por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, a partir da data da Homologação do Plano, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos anualmente a partir do 15º (décimo quinto) dia do 78º (septuagésimo oitavo) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano.




(f) Demais condições contratuais: as demais condições aplicáveis à reestruturação dos Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados na forma prevista na **Cláusula 4.3.3.1** estão descritas no **Anexo 4.3.3.1(f)**.

4.3.3.1.1. Caso o Credor Quirografário Bondholder Não-Qualificado (x) não manifeste expressa e tempestivamente sua opção para receber o pagamento de seu respectivo Crédito Quirografário dos Bondholders Não-Qualificados na forma da **Cláusula 4.3.3.1**; e/ou (y) não comprove o atendimento da condição estabelecida nos termos da **Cláusula 4.3.3.1**, tal Credor Quirografário Bondholder Não-Qualificado terá a integralidade do seu Crédito Quirografário dos Bondholders Não-Qualificados integralmente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6**.

4.3.3.1.2. Caso seja atingido o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.3.1(a)** acima, os Credores Quirografários Bondholders Não-Qualificados titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados cujos créditos sejam reestruturados na forma prevista nesta **Cláusula 4.3.3.1** terão parte de seus Créditos Quirografários dos Bondholders Não-Qualificados pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário do Bondholder Não-Qualificado. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

4.3.3.2. Opção Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados: Observadas as Condições Precedentes indicadas no **Anexo 4.3.3.5(c)**, os Credores Quirografários Bondholders Qualificados titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados em montante acima de USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos) (ou o equivalente em

Reais convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) que expressa e tempestivamente elegerem opção de pagamento estabelecida nesta **Cláusula 4.3.3.2** por meio de envio da Notificação Opção de Pagamento terão seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados reestruturados e pagos mediante a entrega de pacote composto por Novas *Notes*, Ações PTIF, Novas Ações Ordinárias – I e Bônus de Subscrição, na forma das **Cláusulas 4.3.3.3, 4.3.3.4, 4.3.3.5 e 4.3.3.6** abaixo:

- (i) ações ordinárias de emissão da Oi detidas pela PTIF, sob a forma de ADRs;
- (ii) um pacote com (a) Novas *Notes*, (b) Novas Ações Ordinárias - I sob a forma de ADRs e (c) Bônus de Subscrição; a serem emitidos pela Oi;

sendo certo que a diferença entre o valor total dos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados e o preço global das ações de emissão da Oi detidas pela PTIF, Novas *Notes*, Novas Ações Ordinárias - I e Bônus de Subscrição será utilizada para absorção de prejuízo à conta de acionistas, nos termos do art. 64, §3º do Decreto-Lei 1598 de 1977 e do Parecer Normativo CST nº 04 de 1981. A diferença que não puder ser absorvida dessa maneira será considerada como tendo sido objeto de remissão, como o primeiro passo na implementação da presente **Cláusula 4.3.3.2**, e terá sido aplicada primeiramente aos juros, e, apenas posteriormente, à parcela do principal que compõe os Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados.

4.3.3.2.1. Razões de Troca: Para cada USD 664.573,98 (seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três Dólares Norte-Americanos e noventa e oito centavos de Dólares Norte-Americanos) em Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados, convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão, o



respectivo Credor Quirografário Bondholder Qualificado receberá cumulativamente:



- (i) 9.137 (nove mil, cento e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Oi detidas pela PTIF, sob a forma de ADRs, atualmente mantidas pela Oi em tesouraria;
- (ii) um pacote com:
 - (a) Novas *Notes* emitidas ao preço global de emissão USD 145.262,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois Dólares Norte-Americanos), o qual compreende o valor de face de USD 130.000,00 (cento e trinta mil Dólares Norte-Americanos) e um prêmio na emissão de USD 15.262,00 (quinze mil, duzentos e sessenta e dois Dólares Norte-Americanos), justificado pela atratividade, nos termos das **Cláusulas 4.3.3.3**;
 - (b) 119.017 (cento e dezenove mil e dezessete) Novas Ações Ordinárias - I sob forma de ADRs, como resultado de Aumento de Capital Capitalização de Créditos após a Homologação Judicial do Plano, nos termos das **Cláusulas 4.3.3.5**; e
 - (c) 9.155 (nove mil, cento e cinquenta e cinco) Bônus de Subscrição de emissão da Oi como vantagem adicional ao resultado do Aumento de Capital Capitalização de Créditos após a Homologação Judicial do Plano, nos termos das **Cláusulas 4.3.3.6**.

4.3.3.2.1.1. As razões de troca previstas na **Cláusula 4.3.3.2.1** pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferencias de emissão da Oi na data deste Plano é de 825.760.902. Na hipótese de eventual aumento de número de ações de emissão da Oi, as quantidades de ações

recebidas pelos Credores Quirografários Bondholders Qualificados decorrentes das razões de troca deverão ser proporcionalmente ajustadas.

4.3.3.3. Novas Notes. As *Novas Notes* serão emitidas por Oi ou uma subsidiária integral de Oi e, na qualidade de garantidoras e devedoras solidárias, pelas demais RECUPERANDAS, até 31 de julho de 2018. As *Novas Notes* serão emitidas em múltiplos de USD1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos) e os montantes em créditos que não atingirem o referido múltiplo de USD 1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos) serão desconsiderados para fins desta **Cláusula 4.3.3.3**, não havendo fracionamento ou recebimento proporcional. Para fins de esclarecimento, hipoteticamente, se um Credor Quirografário Bondholder Qualificado tiver um crédito para recebimento de *Novas Notes* equivalente a USD131.500,00 (cento e trinta e um mil e quinhentos Dólares Norte-Americanos), ele receberá somente *Novas Notes* com valor de face equivalente a USD131.000,00 (cento e trinta e um mil Dólares Norte-Americanos), sendo desconsiderado para os fins desta **Cláusula 4.3.3.3** o valor residual de USD500,00 (quinhentos Dólares Norte-Americanos). A emissão das *Novas Notes* observará os seguintes termos e condições:

- (a) **Valor limite da emissão:** As *Novas Notes* serão emitidas na forma da **Cláusula 4.3.3.3**, em Dólares Norte-Americanos, e terão o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000,00 (seis bilhões e trezentos milhões de Reais), convertido pela Taxa de Câmbio Conversão, o que equivale ao valor de face máximo de USD 1.918.100.167,45 (um bilhão, novecentos e dezoito milhões, cem mil, cento e sessenta e sete Dólares Norte-Americanos e quarenta e cinco centavos de Dólares Norte-Americanos).



- (b) **Vencimento**: O vencimento das Novas *Notes* se dará no 7º (sétimo) ano após a Data de Emissão das *Notes*.
- (c) **Principal**: O valor do principal das Novas *Notes* será pago em parcela única com vencimento no 5º (quinto) dia do 84º (octogésimo quarto) mês após a Data de Emissão das *Notes*.
- (d) **Juros**: A incidência e o pagamento dos juros poderão ocorrer mediante uma das formas previstas nos itens (i) e (ii) abaixo, a exclusivo critério da Oi:
- (i) Incidência de juros de 10% (dez por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, a partir da data da Homologação do Plano, os quais serão pagos semestralmente em dinheiro, no 5º (quinto) dia do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão das *Notes* e os demais pagamentos a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento de juros; ou
- (ii) Durante os 3 (três) primeiros anos contados da data da Homologação Judicial do Plano a incidência e o pagamento dos juros ocorrerão conforme previsto no item (x) abaixo e a partir do 4º (quarto) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência e o pagamento dos juros ocorrerão conforme previsto no item (y) abaixo:
- (x) Até o 3º (terceiro) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência de juros de 12% (doze por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, pagos semestralmente na forma prevista nos itens "a" e "b" abaixo;



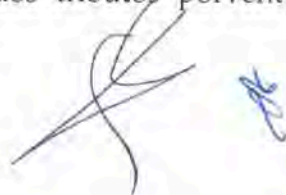
a. 8% (oito por cento) dos juros anuais pagos em dinheiro, no 5º (quinto) dia do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão das Notes e os demais pagamentos a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento de juros; e

b. Os 4% (quatro por cento) restantes capitalizados semestralmente ao valor do principal, sendo a primeira capitalização no 5º (quinto) dia do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão das Notes e pagos no 5º (quinto) dia do 36º (trigésimo sexto) mês após a Data de Emissão das Notes, de modo que o saldo do valor do principal ao final do 3º (terceiro) ano seja o saldo inicial somado dos juros capitalizados no período.

(y) A partir do 4º (quarto) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência de juros de 10% (dez por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, os quais serão pagos semestralmente em dinheiro, no 5º (quinto) dia mês de cada período de juros.

(e) O direito dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados de receber as Novas Notes será sempre limitado ao percentual que seu respectivo Crédito Quirografário Bondholder Qualificado representa da soma total dos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados que venham a tempestivamente eleger a opção nos termos da Cláusula 4.3.3.2.

(f) Demais condições contratuais: as Novas Notes serão emitidas sob legislação de Nova York para livre negociação no mercado internacional, com assunção, pelas Devedoras, dos ônus relativos aos tributos porventura incidentes no



Brasil incluindo, mas não se limitando, ao ônus do imposto de renda retido na fonte (*gross up*), observando-se e sem prejuízo às condições aplicáveis às Novas *Notes* descritas no Anexo 4.3.3.3.(f).

4.3.3.4. **Ações PTIF:** As Ações PTIF serão distribuídas aos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, na proporção dos respectivos Créditos Quirografários Bondholders Qualificados até 31 de julho de 2018, condicionada à aprovação de plano de composição a ser oferecido por qualquer das RECUPERANDAS perante a justiça holandesa.

4.3.3.5. **Aumento de Capital – Capitalização de Créditos:** As Novas Ações Ordinárias – I serão emitidas pela Oi em aumento de capital por subscrição privada, mediante a capitalização de parte dos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados que tiverem tempestivamente eleito a opção da **Cláusula 4.3.3.2** na forma deste Plano, observadas as normas regulamentares aplicáveis, e conferirão os mesmos direitos conferidos pelas demais ações ordinárias de emissão da Oi em circulação. A emissão das Novas Ações Ordinárias – I observará o disposto no artigo nº 171, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e os seguintes termos e condições:

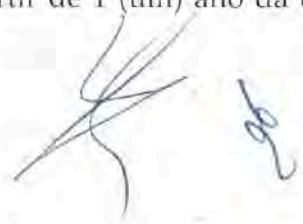
- (a) **Valor limite da emissão:** Serão emitidas até 1.756.054.163 (um bilhão, setecentas e cinquenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e três) Novas Ações Ordinárias – I, com um preço unitário de emissão entre R\$ 6,70 (seis Reais e setenta centavos) e R\$ 7,00 (sete Reais), de modo que o montante total do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos será entre R\$ 11.765.562.892,10 (onze bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois Reais e dez centavos) e R\$ 12.292.379.141,00 (doze bilhões, duzentos e noventa e dois

milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e um Reais), integralizado mediante a capitalização de parte dos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados e sujeito ao direito de preferência dos atuais acionistas da Oi na forma prevista abaixo.

- (b) **Direito de Preferência:** A emissão das Novas Ações Ordinárias – I deverá observar, conforme aplicável, o direito de preferência previsto no art. 171 e seus §§ 2º e 3º da Lei das S.A., de 15 de dezembro de 1976. Nesse contexto, se exercido o direito de preferência pelos atuais acionistas da Oi, as importâncias por eles pagas serão entregues aos Credores Quirografários Bondholders Qualificados titulares dos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados a serem capitalizados.
- (c) **Condições Precedentes – Aumento de Capital Capitalização de Créditos:** O Aumento de Capital Capitalização de Créditos ocorrerá tão logo quanto possível, até 31 de julho de 2018, mas desde que verificadas ou expressa e formalmente dispensadas pelos Credores Quirografários Bondholders Qualificados em Reunião de Credores prevista na **Cláusula 8.1**, conforme previsto no **Anexo 8.1**, as Condições Precedentes para o Aumento de Capital – Capitalização de Créditos estabelecidas no **Anexo 4.3.3.5(c)**

4.3.3.6. Bônus de Subscrição de emissão da Oi: Os Bônus de Subscrição serão emitidos pela Oi, como vantagem adicional à emissão das Novas Ações Ordinárias – I como resultado do Aumento de Capital Capitalização de Créditos capitalização de créditos prevista na **Cláusula 4.3.3.5**, observadas as normas aplicáveis e nos seguintes termos e condições:

- (a) **Prazo de Exercício:** Os Bônus de Subscrição serão exercíveis a qualquer momento a partir de 1 (um) ano da data da sua



emissão, por um prazo de 90 (noventa) dias. O início do prazo de exercício será antecipado nas seguintes hipóteses: (i) divulgação de Fato Relevante sobre a realização do Aumento de Capital Novos Recursos previsto na **Cláusula 6** e no Contrato de Backstop; ou (ii) na hipótese de realização de qualquer operação que implique na alteração do Controle da Oi, o que ocorrer primeiro. Para os fins do item (i), a Oi informará o mercado, por meio de Fato Relevante, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da assembleia geral de acionistas ou reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre Aumento de Capital Novos Recursos de forma que os seus titulares possam ter um prazo suficiente para exercer os Bônus de Subscrição e ser-lhes assegurado o direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital Novos Recursos.

- (b) **Direito de Receber Ações Ordinárias:** Os bônus de subscrição serão atribuídos gratuitamente como vantagem adicional aos subscritores das ações emitidas conforme a **Cláusula 4.3.3.5** e conferirão aos seus titulares o direito de receber ações ordinárias de emissão da Oi, mediante o pagamento de um valor em Reais não superior a USD0,01 (um centavo de Dólares Norte-Americanos) por Nova Ação Ordinária – I para exercício do Bônus de Subscrição, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada Bônus de Subscrição.
- (c) **Número de Bônus de Subscrição:** Serão emitidos até 135.081.089 (cento e trinta e cinco milhões, oitenta e um mil, oitenta e nove) Bônus de Subscrição.

4.3.3.7. O Grupo Oi obriga-se a entregar ao Trustee dos Bonds as Novas Ações Ordinárias – I sob a forma de ADRs, conforme o caso, em pagamento aos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados de titularidade dos Credores Quirografários

Bondholders Qualificados que elegeram a opção para reestruturação dos seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados na forma da **Clausula 4.3.3.2**, nos termos das Escrituras de Emissão dos Bonds ou outro procedimento que venha a ser acordado entre o Grupo Oi, o Trustee dos Bonds e aprovado pelos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados em Reunião de Credores convocada para essa finalidade, de forma a viabilizar a entrega das Novas Ações Ordinárias – I ou dos ADRs ao Trustee dos Bonds para a sua ulterior transferência aos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, sendo os custos específicos relativos aos serviços previstos nesta cláusula arcados pelo Grupo Oi. A ulterior transferência das Novas Ações Ordinárias – I ou dos ADRs, das Novas *Notes* e dos Bônus de Subscrição pelo Trustee dos Bonds aos respectivos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, conforme o caso, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, implicará no cancelamento das Escrituras de Emissão dos Bonds.

4.3.3.8. A efetiva entrega das Ações PTIF, Novas *Notes*, Novas Ações Ordinárias – I e Bônus de Subscrição aos respectivos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, nos termos previstos **Clausula 4.3.3.2**, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, representará pagamento dos Créditos Quirografários Bondholders Qualificados, com a consequente Quitação, na forma da **Cláusula 11.10** deste Plano, sem prejuízo da **Cláusula 11.4**.

4.3.3.9. A Aprovação do Plano seguida da Homologação Judicial do Plano dará poderes à Oi, por meio de seus Diretores Transição, para tomar todas as medidas necessárias para a implementação do Plano, inclusive, do ponto de vista societário, para assinar os boletins de subscrição e representar em assembleia geral de acionistas, em nome e para o benefício dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados que reestruturarem



seus Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados na forma prevista na **Cláusula 4.3.3.2**, relativos às Novas Ações Ordinárias – I a serem emitidas e entregues pela Oi sob a forma de ADRs em pagamento de tais Créditos Quirografários Bondholders Qualificados, sem prejuízo da **Cláusula 11.4**.

4.3.3.10. A Aprovação do Plano seguida da Homologação Judicial do Plano representa a expressa concordância dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados com as medidas necessárias para a implementação do Plano, notadamente em relação ao Aumento de Capital Novos Recursos, de sorte que todos os titulares das Novas Ações Ordinárias – I desde já consentem e obrigam-se de maneira irrevogável e irretratável a comparecer e votar favoravelmente ao Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos e condições estabelecidos na **Cláusula 6** deste Plano, na assembleia geral de acionistas convocada para essa finalidade, caso seja necessária, conferindo desde já aos Diretores Transição da Oi todos os poderes necessários para representá-los em assembleia geral de acionistas, em nome e para o benefício dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados e/ou qualquer terceiro titular das Novas Ações Ordinárias – I ao tempo da referida assembleia geral de acionistas, sem prejuízo da **Cláusula 11.4**.

4.3.3.11. Os Credores Quirografários Bondholders Qualificados que (i) não manifestarem expressa e tempestivamente sua opção pela reestruturação de seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados nos termos da **Cláusula 4.3.3.2**, ou (ii) não se enquadrem na condição de Bondholder Qualificado prevista neste Plano; terão seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders integralmente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6**.

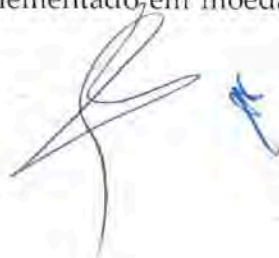
4.3.3.12. Entrega em Depositary Receipts: Na implementação do Aumento de Capital Capitalização de Créditos, a Oi entregará (i)

2/6



as Ações PTIF, (ii) as Novas Ações Ordinárias - I e (iii) Bônus de Subscrição aos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, os quais poderão ser livremente negociáveis na máxima extensão permitida nos termos da legislação aplicável. As Ações PTIF e as Novas Ações Ordinárias - I serão emitidas sob a forma de ADRs, por meio do Programa de DRs de ações ordinárias patrocinado pela Oi e registrado perante a *U.S. Securities & Exchange Commission*. As ações ordinárias emitidas mediante o exercício dos Bônus de Subscrição serão emitidas sob a forma de ADRs, por meio do Programa de DRs de ações ordinárias patrocinado pela Oi e registrado perante a *U.S. Securities & Exchange Commission* e poderão ser livremente negociáveis até o limite máximo permitido nos termos da legislação aplicável. A Oi será responsável por: (i) obter às suas expensas todos os eventuais registros ou dispensas de registro exigidos pela legislação de valores mobiliários dos Estados Unidos da América; (ii) realizar todos os registros, operações de câmbio e cadastramentos necessários perante as autoridades brasileiras; e (iii) arcar com todos e quaisquer tributos ou despesas decorrentes do depósito das ações na custódia do Programa DRs e da correspondente emissão do ADRs.

- 4.3.4. Pagamento de Créditos Concursais Agências Reguladoras.** Os Créditos Concursais Agências Reguladoras Líquidos serão novados por força deste Plano e quitados em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, a contar de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª à 60ª prestação: 0,160% (cento e sessenta milésimos por cento); (ii) da 61ª à 120ª prestação: 0,330% (trezentos e trinta milésimos por cento); (iii) da 121ª à 180ª prestação: 0,500% (quinhentos milésimos por cento); (iv) da 181ª à 239ª prestação: 0,660% (seiscentos e sessenta milésimos por cento); e (v) 240ª prestação: saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas através da conversão em renda de valores depositados em dinheiro judicialmente para garantia desses créditos. No mês em que o valor dos depósitos judiciais não for suficiente para pagar a integralidade de uma parcela, tal pagamento será complementado em moeda corrente. A partir



do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação da SELIC, e serão pagas sempre no último Dia Útil de cada mês. Aos Créditos Concursais Agências Reguladoras Líquidos serão aplicados os seguintes descontos: (i) 50% (cinquenta por cento) dos juros; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) de multa de mora.

4.3.4.1. Os Créditos Concursais Agências Reguladoras Ilíquidos, se e quando liquidados por decisão final transitada em julgada, serão pagos na forma da **Cláusula 4.3.6.** deste Plano..

4.3.4.2. Na hipótese de superveniência de norma legal que regule forma alternativa para a quitação dos Créditos Agências Reguladoras Líquidos ou Ilíquidos, as Recuperandas poderão aderir ao novo regime, observados os termos e condições previstos no estatuto social da Oi.

4.3.5. Pagamento de Créditos de Credores Fornecedores Parceiros.

Considerando a importância de que seja mantido o fornecimento de bens e serviços ao GRUPO OI, todos os Credores Fornecedores Parceiros que escolham a opção de pagamento de seus respectivos Créditos Quirografários ME/EPP ou Classe III que não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao GRUPO OI prevista na presente Cláusula através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, serão pagos na forma descrita abaixo, exceto pelo disposto na **Cláusula 4.3.5.3** abaixo:

4.3.5.1. Até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais) (ou o equivalente em Dólares Norte-Americanos ou Euros), e sempre observado o limite dos respectivos valores dos Créditos ME/EPP ou Classe III para os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III em questão, os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros serão pagos em uma única parcela, no 20º (vigésimo) Dia Útil após o término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo

respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br.

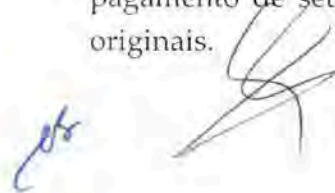
4.3.5.2. O saldo dos Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros que remanescer após o pagamento realizado nos termos da **Cláusula 4.3.5.1** acima será pago com desconto de 10% (dez por cento) em 04 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% (meio por cento) ao ano, caso os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros sejam em Reais; e (ii) 0,5% (meio por cento) ao ano, caso os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros sejam em Dólares Norte-Americanos ou em Euros, em qualquer caso incidentes sobre o montante líquido de tributos do saldo remanescente e a contar da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, vencendo-se a primeira parcela no último Dia Útil do primeiro ano após o término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br e as demais parcelas no mesmo dia e mês dos anos subsequentes.

4.3.5.3. Serão pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo, (i) o Credor Fornecedor Parceiro que, uma vez solicitado por qualquer das RECUPERANDAS, se recusar a fornecer bens e/ou serviços nos mesmos termos e condições praticados até a Data do Pedido pelo respectivo Credor Fornecedor Parceiro para as RECUPERANDAS; e (ii) os créditos de titularidade de Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III que não decorrentes de fornecimento de bens e serviços ao GRUPO Oi.



4.3.6. **Modalidade de Pagamento Geral.** Os Créditos Quirografários (ou os respectivos e eventuais saldos remanescentes) indicados na **Cláusula 4.3.6.1** abaixo serão pagos conforme descrito a seguir:

- (a) **Valor Principal:** O valor principal total dos Créditos a serem reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.6** estará limitado a R\$70.000.000.000,00 (setenta bilhões de Reais), subtraído o valor dos Créditos Concursais que forem reestruturados de outra forma nos termos deste Plano, em Reais ou convertidos para Reais conforme Taxa de Cambio Conversão.
- (b) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.
- (c) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido no item (a) desta **Cláusula 4.3.6**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (d) **Juros/atualização monetária:**
 - a. TR ao ano, caso o titular de Créditos Quirografários opte por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais (ou respectivos e eventuais saldos remanescentes); incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, sendo que o valor total dos juros/atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela referida no item (c) desta **Cláusula 4.3.6**. No caso dos Credores Concursais direcionados para esta **Cláusula 4.3.6**, o pagamento de seus créditos serão realizados em suas moedas originais.



- b. sem incidência de juros, caso o titular de Créditos Quirografários opte por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou em Euros (ou respectivos e eventuais saldos remanescentes);
- (e) **Opção de Pré-Pagamento:** A Oi terá a opção de, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, quitar antecipadamente os valores devidos na forma desta **Cláusula 4.3.6**, por meio do pagamento de 15% (quinze por cento) do valor do principal e juros capitalizados até a data de exercício da opção.
- (f) **Limite de Pagamentos:** Caso o valor total dos Créditos Quirografários que forem reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.6** supere o valor estabelecido na **Cláusula 4.3.6(a)**, cada Crédito Quirografário será reduzido proporcionalmente (*pro rata*) em relação aos Créditos Quirografários que fazem jus aos pagamentos previstos nesta **Cláusula 4.3.6**, de forma que o valor total a ser pago pelas RECUPERANDAS jamais excederá o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.6(a)**. O valor residual dos Créditos Quirografários que excederem o valor estabelecido na **Cláusula 4.3.6(a)** será considerado remido, nos termos do artigo 385 do Código Civil.
- 4.3.6.1.** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, a modalidade geral de pagamento prevista na **Cláusula 4.3.6** se aplica aos Credores Quirografários cujos Créditos Quirografários não possam ser pagos por qualquer das demais modalidades previstas neste Plano, notadamente nas hipóteses de (i) serem atingidos os limites previstos para as opções de pagamento estabelecidas nas **Cláusulas 4.3.1.2 e 4.3.1.3** acima e ainda remanescerem saldos de Créditos Quirografários; (ii) o Credor Quirografário não indicar tempestivamente a opção de pagamento de seu respectivo Crédito Quirografário, na forma da **Cláusula 4.5** abaixo; (iii) o Credor Quirografário não poder se enquadrar nas hipóteses de pagamento previstas nas **Cláusulas 4.3.1.2, 4.3.1.3 e 4.3.3**; (iv) o Credor Quirografário Bondholder não

se enquadrar na condição de Bondholder Qualificado prevista neste Plano; (v) haver a materialização de Créditos Ilíquidos nos termos da **Cláusula 4.7** abaixo; (vi) haver a habilitação de Créditos Retardatários nos termos da **Cláusula 4.9**; (vii) haver a majoração de Créditos nos termos da **Cláusula 4.10** abaixo; (viii) haver a reclassificação dos Créditos na forma da **Cláusula 4.11**; (ix) haver saldo remanescente de Créditos Quirografários Depósitos Judiciais após o levantamento dos respectivos Depósitos Judiciais; ou (x) o Credor Fornecedor Parceiro em relação à parcela do seu crédito que não se enquadre na forma de pagamento da **Cláusula 4.3.5** acima.

4.4. Mediação/Conciliação/Acordo com Credores: Conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, as RECUPERANDAS ofereceram a todos os Credores Concursais a opção de participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO OI antes da instalação da Assembleia Geral de Credores. De acordo com o plano de Mediação/Conciliação/Acordo, as RECUPERANDAS se comprometeram a antecipar até R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) dos seus Créditos, com o pagamento em 02 (duas) parcelas da seguinte forma: (i) 90% (noventa por cento) do valor total da parcela do respectivo Crédito a ser pago em até 10 (dez) Dias Úteis após a assinatura do termo de acordo no âmbito da Mediação/Conciliação/Acordo; e (ii) 10% (dez por cento) remanescentes do valor total da parcela do respectivo Crédito a ser pago em até 10 (dez) dias após a Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.

4.4.1. Para os Credores Concursais que decidiram participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO OI, as RECUPERANDAS cumprirão os termos previstos na **Cláusula 4.4** acima, devendo depositar na conta indicada pelo respectivo Credor o valor total da segunda parcela, no montante equivalente a 10% (dez por cento) do montante de até R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) em até 10 (dez) dias após a Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.



4.4.2. Caso o Credor Concursal que decidiu participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO Oi seja titular de um Crédito Concursal em montante superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais), as RECUPERANDAS efetuarão o pagamento do saldo remanescente do respectivo Crédito Concursal de acordo com as condições aplicáveis à respectiva classe de credores e com a opção escolhida pelo Credor Concursal, se aplicável.

4.5. **Escolha de Opção de Pagamento.** Para fins do disposto na **Cláusula 4**, os Credores Concursais deverão, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da Homologação Judicial do Plano, escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos referidas neste Plano através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, bem como informar os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o pagamento, conforme o caso, não se responsabilizando as RECUPERANDAS por qualquer desconformidade com a escolha e informações fornecidas através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br, ou pela escolha intempestiva, hipótese na qual estarão as RECUPERANDAS eximidas da obrigação de realizar o respectivo pagamento e será aplicado o disposto na **Cláusula 13.4.1** abaixo.

4.5.1. Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, em especial o disposto na **Cláusula 4.5.1.1** abaixo, considerando o caráter alternativo das opções de pagamento estabelecidas na **Cláusula 4** acima, a escolha de cada Credor Concursal deverá necessariamente se restringir a apenas uma das referidas opções, com exceção de Credores Financeiros que detenham instrumentos de crédito de naturezas diferentes.

4.5.1.1. Os agentes, que representem mais de um Credor Concursal, poderão escolher diferentes opções de pagamento aplicáveis aos seus representados, sendo certo que cada Credor Concursal representado não poderá voluntariamente receber o pagamento de seus respectivos Créditos Concursais, através de mais de uma opção de pagamento, ressalvado o disposto na **Cláusula 4.5.1**.



- 4.5.2. A escolha manifestada pelo respectivo Credor Concursal na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br será irrevogável e irretratável, não podendo ser posteriormente alterada por qualquer razão, a menos que haja expressa concordância das RECUPERANDAS.
- 4.5.3. O Credor Concursal que estiver impossibilitado ou não conseguir realizar a escolha da opção de pagamento de seus respectivos créditos através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br poderá enviar a escolha da opção de pagamento pelo correio para a caixa postal da Oi nº 532, CEP 20.010-974, Rio de Janeiro-RJ, devendo informar os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o pagamento de seu respectivo Crédito.
- 4.5.4. O Credor Concursal que não realizar a escolha da opção de pagamento de seus respectivos créditos no prazo e formas estabelecidos neste Plano receberá seu respectivo Crédito Concursal na forma prevista na **Cláusula 4.3.6** acima.
- 4.5.5. O disposto nas **Cláusulas 4.5.3 e 4.5.4** não se aplicará aos (i) Credores Quirografários Bondholders Qualificados e (ii) Credores Quirografários Bondholders Não-Qualificados com créditos em montante acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais), cujas escolhas entre as opções de pagamento para fins desta **Cláusula 4.5** somente serão consideradas válidas caso (x) o respectivo Credor Quirografário Bondholder Qualificado ou Credor Quirografário Bondholder Não-Qualificado tenha procedido perante o Juízo da Recuperação ao processo de individualização dos respectivos Créditos Quirografário Bondholder Qualificado ou Créditos Quirografário Bondholder Não-Qualificado, conforme procedimento estipulado pela Decisão Bondholder; e, cumulativamente, (y) GRUPO Oi receba a (i) Notificação Opção de Pagamento, conforme modelo previsto no **Anexo 4.5.5**; e (ii) cópia dos documentos que evidenciam a titularidade e montante dos *bonds* detidos pelo respectivo Credor Quirografário Bondholder Qualificado ou Credor Quirografário Bondholder Qualificado, conforme individualizados perante o Juízo da Recuperação em observação

à Decisão Bondholder. Os Bondholders que já tiverem formalizado seu direito de voz, voto e petição nos termos da Decisão Bondholder e foram, portanto, autorizados a votar na Assembleia de Credores, estão dispensados de enviar a documentação descrita no item (x) e (y) acima, sem prejuízo do envio da Notificação Opção de Pagamento, desde que declarem ao GRUPO Oi que não houve alteração no valor dos seus respectivos *bonds* ou, tendo havido alguma alteração, enviem cópia do *Screen Shot* necessário para comprovar o valor atualizado dos respectivos Bonds.

4.6. **Créditos Intercompany:**

4.6.1. **Créditos Intercompany em Reais:** As RECUPERANDAS poderão convencionar forma alternativa de extinção dos Créditos Intercompany em Reais nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas na forma da lei, em até 60 (sessenta) dias contados da Homologação Judicial do Plano. Os Créditos Intercompany em Reais remanescentes serão quitados a partir de 20 (vinte) anos após o término do pagamento dos Créditos previsto na forma da **Cláusula 4.3.6** conforme abaixo:

- (a) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do término do prazo previsto na **Cláusula 4.6.1**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (b) **Juros/atualização monetária:** TR ao ano incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros/atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela referida no item (a) desta **Cláusula 4.6.1**.
- (c) Os Créditos Intercompany reestruturados na forma da **Cláusula 4.6.1** poderão ser quitados, a critério da Oi, mediante formas alternativas de extinção e/ou pagamento, inclusive com o encontro de contas na

forma da lei ou alteração das condições de pagamento previstas nesta **Cláusula 4.6.1** a fim de ajustar o fluxo de caixa das RECUPERANDAS para cumprimento das obrigações assumidas neste Plano.

4.6.2. Créditos Intercompany em Dólares Norte-Americanos ou Euros: As RECUPERANDAS quitarão os Créditos Intercompany denominados em Dólares Norte-Americanos ou em Euros, a partir de 20 (vinte) anos após o término do pagamento dos Créditos previsto na forma da **Cláusula 4.3.6**, conforme abaixo:

- (a) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do término do prazo previsto na **Cláusula 4.6.2**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (b) **Juros/atualização monetária:** sem incidência de juros.
- (c) Os Créditos Intercompany reestruturados na forma da **Cláusula 4.6.2** poderão ser quitados, a critério da Oi, mediante formas alternativas de extinção e/ou pagamento, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas na forma da lei ou alteração das condições de pagamento previstas nesta **Cláusula 4.6.2** a fim de ajustar o fluxo de caixa das RECUPERANDAS para cumprimento das obrigações assumidas neste Plano.

4.7. Créditos Ilíquidos. Os Créditos Ilíquidos se sujeitam integralmente aos termos e condições deste Plano e aos efeitos da Recuperação Judicial. Uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial ou arbitral que os tornem líquidos, transitada em julgado, ou por acordo entre as partes, inclusive fruto de Mediação, desde que com base em critérios estabelecidos pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, os Créditos Ilíquidos serão pagos na forma prevista na **Cláusula 4.3.6**, exceto quando disposto de forma distinta neste Plano.



4.8. A Oi poderá realizar, após a Homologação Judicial do Plano, procedimento de Mediação, a ser implementado com o propósito específico de realizar acordos de modo a tornar líquidos Créditos atualmente Ilíquidos.

4.9. **Créditos Retardatários.** Na hipótese de reconhecimento de Créditos por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à data de apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, serão eles considerados Créditos Retardatários e deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual os Créditos Retardatários em questão devam ser habilitados e incluídos, sendo certo que, na hipótese de os Créditos Retardatários envolverem Créditos Quirografários, seus respectivos pagamentos deverão ser realizados na forma prevista na **Cláusula 4.3.6.**

4.10. **Modificação do Valor de Créditos.** Na hipótese de modificação do valor de qualquer dos Créditos já reconhecidos e inseridos na Relação de Credores do Administrador Judicial por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, o valor alterado do respectivo Crédito deverá ser pago nos termos previstos neste Plano, sendo certo que, caso determinado Crédito Quirografário tenha sido majorado, a parcela majorada do Crédito Quirografário em questão deverá ser paga nos termos da **Cláusula 4.3.6.**

4.11. **Reclassificação de Créditos.** Caso, por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, seja determinada a reclassificação de qualquer dos Créditos para Créditos Quirografários, o Crédito reclassificado deverá ser pago nos termos e condições previstos na **Cláusula 4.3.6.**

5. RECURSOS PARA PAGAMENTO DE CREDITORES

5.1. **Alienação de Ativos.** Após a Aprovação do Plano, como forma de levantamento de recursos, o GRUPO Oi poderá promover, independentemente de nova aprovação dos Credores Concursais, a alienação dos bens do ativo permanente (não circulante) das RECUPERANDAS listados no **Anexo 3.1.3** a este Plano e dos Ativos Não Relevantes, desde que aprovada pela Conselho de Administração Transitório ou pelo Novo Conselho de Administração, conforme o momento, e dos Ativos Relevantes, desde que aprovada

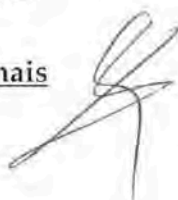
pela Conselho de Administração Transitório ou pelo Novo Conselho de Administração, conforme o momento, e aprovada pelo Juízo da Recuperação Judicial.

5.1.1. Com o objetivo de gerar liquidez e proporcionar uma melhora em seu fluxo de caixa, as RECUPERANDAS empreenderão seus melhores esforços com o objetivo de se beneficiarem de oportunidades de participar de processos de consolidação do mercado de telecomunicações brasileiro e de alienação de ativos, inclusive decorrentes de eventuais alterações no modelo regulatório, sempre observado o disposto na **Cláusula 5.1** e o interesse das próprias RECUPERANDAS, sem prejuízo do cumprimento de obrigações ainda pendentes perante credores, objeto do Plano de Recuperação Judicial.

5.2. **Geração de Caixa Excedente (Cash Sweep)**. Durante os 5 (cinco) primeiros exercícios fiscais contados da data da Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI destinará o montante equivalente a 100% da Receita Líquida da Venda de Ativos que exceder USD200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares Norte-Americanos) para investimentos em suas atividades. A partir do 6º (sexto) exercício fiscal contado da data da Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI destinará aos seus Credores Quirografários e Credores com Garantia Real o montante equivalente a 70% (setenta por cento) do Saldo de Caixa que exceder o Saldo do Caixa Mínimo.

5.2.1. **Distribuição dos recursos do Cash Sweep**. A distribuição dos valores relativos ao *Cash Sweep* descritos na **Cláusula 5.2** acima ocorrerá de forma proporcional (*pro rata*) aos pagamentos previstos nas **Cláusulas 4.2, 4.3.1.2 e 4.3.1.3**, conforme aplicável, com a consequente redução proporcional do saldo dos respectivos créditos e limitado ao valor do crédito de cada Credor com Garantia Real e Quirografário conforme constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. O saldo remanescente dos Créditos com Garantia Real e Quirografários após o pagamento decorrente do Cash Sweep será recalculado e ajustado nos termos do presente Plano e seu pagamento observará o disposto na **Cláusula 4.2, Cláusula 4.3** e suas subcláusulas, conforme o caso.

5.3. **Formas de Financiamento Adicionais**



5.3.1. Além dos recursos obtidos com o Aumento de Capital – Novos Recursos, a Companhia poderá buscar, caso necessário, em até 2 (dois) anos da data da Homologação Judicial do Plano, novos recursos no mercado de capitais, no montante total de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de Reais).

5.3.1.1. Estas captações serão realizadas em condições atrativas para viabilizar a capitalização dos recursos necessários à consecução das atividades do GRUPO Oi, podendo ser realizadas, entre outras formas, mediante a emissão de pública de ações ordinárias ou de novos instrumentos de dívida, incluindo dívidas com garantia.

5.3.2. Com a aprovação do Plano e a readequação de sua estrutura de capital, as RECUPERANDAS envidarão os seus melhores esforços para a obtenção de abertura de novas linhas de crédito para importação de equipamentos no valor potencial de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de Reais), inclusive à luz da indicação preliminar recebida de assessor financeiro de agências de crédito à exportação (*Export Credit Agencies*).

6. AUMENTO DE CAPITAL – NOVOS RECURSOS

6.1. Aumento de Capital. Diante das necessidades de novos recursos para retomada de investimentos em CAPEX e implementação do seu plano de negócios, o Grupo Oi obriga-se a realizar na forma deste Plano, do Contrato de Backstop e observada a legislação aplicável, tão logo quanto possível após a conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos previsto na Cláusula 4.3.3 e em qualquer caso até 28 de fevereiro de 2019, o Aumento de Capital - Novos Recursos, observado o seguinte:

(a) Estrutura do Aumento de Capital. O Aumento de Capital - Novos Recursos será realizado por meio da emissão privada de Novas Ações Ordinárias – II de emissão da Oi;



(b) **Montante do Aumento de Capital:** O montante total do Aumento de Capital será de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de Reais), conforme estabelecido neste Plano e no Contrato de Backstop;

(c) **Preço de Emissão.** O preço de emissão das Novas Ações Ordinárias – II no Aumento de Capital – Novos Recursos será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de Reais) pelo número de ações da Oi em circulação no Dia Útil imediatamente anterior ao Aumento de Capital Novos Recursos, ressalvados eventuais ajustes no preço de emissão conforme previsto no Contrato de Backstop;

(d) **Registro do Aumento de Capital – Novos Recursos:** A Oi registrará as Novas Ações Ordinárias – II emitidas em decorrência da implementação do Aumento de Capital – Novos Recursos perante a *U.S. Securities & Exchange Commission*, de forma que os acionistas residentes fora do país possam participar do referido Aumento de Capital – Novos Recursos, livremente negociar seus direitos de subscrição e adquirir Novas Ações Ordinárias – II sob a forma de ADRs, por meio do Programa de DRs de ações ordinárias patrocinado pela Oi e registrado perante a *U.S. Securities & Exchange Commission*. A Oi será responsável por: (i) obter às suas expensas todos os eventuais registros ou dispensas de registro exigidos pela legislação de valores mobiliários dos Estados Unidos da América; (ii) realizar todos os registros, operações de câmbio e cadastramentos necessários perante as autoridades brasileiras; e (iii) arcar com todos e quaisquer tributos ou despesas decorrentes do depósito das ações na custódia do Programa DRs e da correspondente emissão do ADRs.

(e) **Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171, §2º da Lei 6.404/76, os acionistas da Oi por ocasião do Aumento de Capital - Novos Recursos terão direito de preferência para a subscrição das ações emitidas; e

(f) **Condições Precedentes – Aumento de Capital – Novos Recursos:** O Aumento de Capital Novos Recursos ocorrerá tão logo quanto possível, até no máximo 28 de fevereiro de 2019, mas desde que verificadas ou expressa e formalmente dispensadas pelos Investidores Backstoppers, as

Condições Precedentes para o Aumento de Capital – Novos Recursos, conforme estabelecidas no Contrato de Backstop.

6.1.1.1. Após o término do período de direito de preferência do Aumento de Capital - Novos Recursos, as eventuais sobras de ações serão rateadas entre os acionistas que manifestarem interesse na reserva de sobras no respectivo boletim de subscrição. O Acionista que desejar subscrever sobras poderá, ainda, no ato de subscrição das sobras a que fizer jus, solicitar um número adicional de sobras de ações não subscritas, sujeito à disponibilidade de sobras. Caso o total de ações objeto de pedidos de sobras adicionais exceda ao montante de sobras disponíveis, será realizado o rateio entre os Acionistas, que tiverem solicitado reserva de sobras adicionais, na proporção prevista no Contrato de Backstop. A colocação integral das sobras de ações será garantida pelos Investidores Backstoppers, nos termos do Contrato de Backstop.

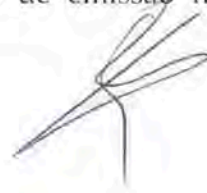
6.1.1.2. Aprovação e Condições para o Aumento de Capital Mediante Novos Recursos: Até 15 de janeiro de 2019, o GRUPO OI deverá chamar assembleia geral de acionistas e/ou reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, para aprovação da emissão das Novas Ações Ordinárias – II, para fins de cumprimento deste Plano e do Contrato de Backstop. Havendo qualquer empecilho a essa aprovação, ele poderá ser suprido por decisão do Juízo da Recuperação Judicial, sem prejuízo aos direitos e medidas dos Investidores Backstoppers para execução específica das obrigações relacionadas ao Aumento de Capital – Novos Recursos contratadas neste Plano e no Contrato de Backstop.

6.1.1.3. Prêmio de Compromisso: Em função do compromisso firme prestado pelos Investidores Backstoppers de garantir a subscrição da totalidade do Aumento de Capital Novos Recursos nos termos do Contrato de Backstop, a Oi obriga-se a pagar aos Investidores Backstoppers, nas condições previstas no Contrato



de Backstop, proporcionalmente ao valor do respectivo compromisso, o prêmio de compromisso contratado nos termos do Contrato de Backstop correspondente a (i) 8% (oito por cento) do montante garantido pelos Investidores Backstoppers, devido e pagável em Dólares Norte-Americanos; ou (ii) 10% (dez por cento) do montante garantido pelos Investidores Backstoppers, devido e pagável em novas ações ordinárias emitidas pela Oi, a critério dos Investidores Backstoppers, observado o disposto nas **Cláusulas 6.1.1.3.1 e 6.1.1.3.2** abaixo e o Contrato de Backstop, ressalvado que os valores do prêmio de compromisso podem ser majorados, nos termos e condições do Contrato de Backstop, caso o Grupo Oi exerça a opção de extensão do período de validade do compromisso de Backstop.

- 6.1.1.3.1.** Caso o preço médio ponderado por volume das ações ordinárias de emissão da Oi nos 30 (trinta) dias que antecederem o Aumento de Capital Novos Recursos seja superior a **R\$10,00** (dez Reais) por ação, a escolha da forma de pagamento do Prêmio de Compromisso será da Oi; caso seja inferior, a escolha será feita individualmente por cada um dos Investidores Backstoppers, conforme estabelecido no Contrato de Backstop.
- 6.1.1.3.2.** Caso haja agrupamento de ações, o montante de **R\$ 10,00** (dez reais) por ação deverá ser multiplicado pela quantidade de ações que forem agrupadas em cada nova ação. Da mesma maneira, caso haja desmembramento de ações, o montante de **R\$ 10,00** (dez reais) por ação deverá ser dividido pela quantidade de ações objeto de desmembramento para cada ação antiga da Oi.
- 6.1.1.3.3.** Para fins do pagamento do Prêmio de Compromisso em ações, o valor das ações a serem entregues aos Investidores Backstoppers será o seu preço de emissão no Aumento de



Capital – Novos Recursos, conforme estabelecido no Contrato de Backstop.

6.1.1.3.4. Pagamento do Prêmio de Compromisso: As RECUPERANDAS declaram e reconhecem para os fins de direito que o Prêmio de Compromisso é devido pelas Recuperandas nos termos do Contrato de Backstop. As RECUPERANDAS obrigam-se por este Plano, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar o Prêmio de Compromisso na data da conclusão do Aumento de Capital - Novos Recursos ou em qualquer caso de descumprimento do Contrato de Backstop pelas RECUPERANDAS, conforme estabelecido no Contrato de Backstop.

7. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

7.1. Além das operações de reorganização societária descritas no **Anexo 7.1**, as RECUPERANDAS poderão realizar operações de reorganização societária, tais como cisão, fusão, incorporação de uma ou mais sociedades, transformação, dissolução ou liquidação entre as próprias RECUPERANDAS e/ou quaisquer de suas Afiliadas, sempre com o objetivo de otimizar as suas operações e incrementar os seus resultados, contribuindo assim para o cumprimento das obrigações constantes deste Plano, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração Transitório ou o Novo Conselho de Administração, conforme o momento e as regras de governança da **Cláusula 9**.

8. REUNIÃO DE CREDORES

8.1. Reunião de Credores. Dadas as especificidades próprias dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, determinadas matérias que afetem apenas os direitos dos Credores Quirografários Bondholders Qualificados, conforme estabelecido neste Plano, serão deliberadas por eles em Reunião de Credores, observados os termos do **Anexo 8.1**.

9. GOVERNANÇA DA OI DURANTE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



9.1. **Governança Corporativa.** A administração do GRUPO Oi deverá observar, na condução das suas atividades, as melhores práticas de governança corporativa, além de todos os termos, condições e limitações constantes deste Plano e dos demais instrumentos relacionados com a Recuperação Judicial.

9.1.1. **Regras Especiais de Transição.** A partir da Aprovação do Plano, serão aplicáveis as seguintes regras especiais de transição de governança das RECUPERANDAS, com prevalência sobre as disposições de seus respectivos Estatutos Sociais, de forma a conferir estabilidade institucional aos seus órgãos sociais e administradores para fins de cumprimento deste Plano, nos seguintes termos:

(i) **Diretoria - Estabilização:** Durante o Período de Transição (i) os Diretores Transição serão (x) mantidos nos mesmos cargos e funções em que atuam nesta data, com a manutenção e renovação dos compromissos contratuais atuais, incluindo, mas sem limitar, as indenizações previstas contratualmente atualmente existentes e vedada a sua destituição e alteração das competências dos Diretores Transição, (y) exclusivamente responsáveis pela execução e implementação do Plano até o encerramento da Recuperação Judicial, observado o disposto no item (iii) abaixo; e (ii) os Diretores Conselheiros exercerão seus respectivos cargos com as atribuições operacionais a serem fixadas em reunião da Diretoria da Oi, devendo se abster de interferir, direta ou indiretamente, de qualquer modo em questões relacionadas à Recuperação Judicial, inclusive e especialmente em relação à implementação do Plano, podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração Transitório ou Novo Conselho de Administração, conforme o caso.

(ii) **Diretoria - Operações:** As RECUPERANDAS contratarão em até 60 (sessenta) Dias Úteis após a Aprovação do Plano o Diretor de Operações, que ficará responsável pela preparação da Oi em sua nova fase de transformação e pela ação integrada das áreas comercial e operacional das RECUPERANDAS. O Diretor de Operações não poderá ser destituído ou substituído durante o Período de Transição.

a. **Processo de Seleção do Diretor de Operações:** As RECUPERANDAS deverão contratar a Consultoria de RH em até 15 (quinze) Dias Úteis após a Aprovação do Plano. A Consultoria de RH deverá apresentar ao Conselho de Administração Transitório, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis após a sua contratação, uma lista de potenciais candidatos ao cargo de Diretor de Operações. O Conselho de Administração Transitório deverá apresentar ao atual Diretor Presidente, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, uma lista triplíce de potenciais candidatos ao cargo de Diretor de Operações. O Diretor Presidente selecionará o Diretor de Operações no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis e as RECUPERANDAS contratarão imediatamente o Diretor de Operações.

(iii) **Nova Diretoria:** Após o Período de Transição, o Conselho de Administração Transitório ou Novo Conselho de Administração, conforme o caso, poderá deliberar livremente sobre a composição da Diretoria das RECUPERANDAS, observado que o atual Diretor Presidente e Diretor de Finanças e Relações com Investidores serão reconduzidos e mantidos até o encerramento da Recuperação Judicial aos cargos de Diretor Jurídico e de Diretor sem designação específica com funções administrativo-financeiras, com as mesmas atribuições e competências atuais, estrutura administrativa, alçadas de decisão e com a manutenção e renovação dos compromissos contratuais atuais, incluindo, mas sem limitar, às indenizações previstas contratualmente. Na hipótese de destituição do Diretor Jurídico e do Diretor sem designação específica com funções administrativo-financeiras pelo Conselho de Administração Transitório ou Novo Conselho de Administração, conforme o caso, antes do encerramento da Recuperação Judicial, as RECUPERANDAS obrigam-se por este Plano a cumprir integralmente os pacotes de remuneração atualmente existentes.

9.2. **Conselho de Administração Transitório.** De modo a assegurar o efetivo cumprimento do objeto social das RECUPERANDAS e das medidas previstas neste Plano e sujeito às aprovações regulamentares aplicáveis, a partir da Aprovação do Plano e até a





ulterior investidura dos membros do Novo Conselho de Administração, na forma deste Plano, devidamente aprovada pelas autoridades regulatórias competentes, as RECUPERANDAS terão um Conselho de Administração Transitório composto por um total de 9 (nove) membros titulares, sem suplentes, identificados no **Anexo 9.2.**, sendo:

- 6 (seis) membros do atual Conselho de Administração;
- 3 (três) novos membros, os quais serão empossados por força e operação deste Plano, nos termos do artigo 50, IV da LRF.

9.2.1. As deliberações do Conselho de Administração Transitório obedecerão ao disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Oi, sendo todas as deliberações tomadas por maioria simples dos presentes. Na hipótese de qualquer impasse nas Deliberações do Conselho de Administração Transitório, o Presidente do Conselho de Administração Transitório terá o voto de qualidade, de acordo com o artigo 30 do Estatuto Social da Oi.

9.2.2. Os demais membros do atual Conselho de Administração, que não sejam nomeados como membros do Conselho de Administração Transitório nos termos da **Clausula 9.2** acima, sejam eles titulares ou suplentes, terão todas as suas funções, inclusive em Comitês de assessoramento à administração da Oi, suspensas, não podendo participar de qualquer reunião do Conselho de Administração Transitório e (a) serão formalmente substituídos por força deste Plano, nos termos do artigo 50, IV da LRF, após a posse do Novo Conselho de Administração, na forma deste Plano, ou (b) terão seus mandatos encerrados por decurso do prazo, o que ocorrer primeiro.

9.2.3. A Oi envidará seus melhores esforços para obter as aprovações regulatórias necessárias à efetiva posse dos membros do Conselho de Administração Transitório que não compõem o atual Conselho de Administração.



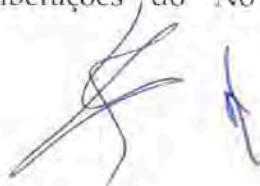
9.2.4. Os membros do Conselho de Administração Transitório não poderão ser destituídos até a investidura dos membros do Novo Conselho de Administração.

9.3. **Novo Conselho de Administração.** Em até 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis após a conclusão do Aumento de Capital Capitalização de Créditos, por força e operação deste Plano, na forma do artigo 50, IV da LRF, as RECUPERANDAS terão um Novo Conselho de Administração, formado por 11 (onze) membros titulares, sem suplentes, constantes da Chapa Consensual, com mandato de 2 (dois) anos, cuja eleição será ratificada em sede de Assembleia Geral de Acionistas convocada para essa finalidade, na forma da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Oi, em cumprimento a este Plano.

9.3.1. **Formação da Chapa Consensual.** A Chapa Consensual para o Novo Conselho de Administração será formada exclusivamente por conselheiros independentes, conforme definido no Estatuto Social da Oi, observado que 1 (um) dos Conselheiros Independentes será o Sr. Eleazar de Carvalho Filho. Os demais conselheiros independentes e seus suplentes serão escolhidos pelo voto da maioria simples do Conselho de Administração Transitório. A Consultoria de RH deverá apresentar ao Conselho de Administração Transitório, em até 90 (noventa) Dias Úteis após a Aprovação do Plano, lista contendo ao menos 22 (vinte e dois) candidatos a membros do Novo Conselho de Administração, para seleção dos 10 (dez) conselheiros independentes e formação da Chapa Consensual.

9.3.2. **Eleição do Novo Conselho de Administração.** Imediatamente após e em qualquer caso em até 5 (cinco) Dias Úteis após a conclusão do Aumento de Capital Capitalização de Créditos, o Conselho de Administração Transitório deverá convocar Assembleia Geral de Acionistas para eleição e investidura do Novo Conselho de Administração e seus respectivos conselheiros na forma da Chapa Consensual.

9.4. As deliberações do Novo Conselho de Administração obedecerão ao disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Oi, sendo tomadas por maioria simples dos presentes. Na hipótese de qualquer impasse nas Deliberações do Novo Conselho de



Administração, o Presidente do Novo Conselho de Administração terá o voto de qualidade, de acordo com o artigo 30 do Estatuto Social da Oi.

9.5. Os membros do Novo Conselho de Administração não poderão ser destituídos, exceto por erro grosseiro, dolo, culpa grave, abuso de mandato ou violação dos respectivos deveres fiduciários, na forma da legislação aplicável.

9.6. Na hipótese de vacância observar-se-á o disposto no artigo 150 da Lei das S.A.

9.7. Conselho de Administração. Após o encerramento do mandato do Novo Conselho de Administração na forma deste Plano, poderá ser convocada nova Assembleia Geral de Acionistas para deliberação e eleição de novos membros para o conselho de administração da Oi, autorizada a recondução, observado o disposto no Estatuto Social da Oi e na Lei das S.A.

9.8. Curso normal das atividades. As RECUPERANDAS e sua administração comprometem-se a conduzir os negócios do Grupo Oi de acordo com o curso ordinário de suas operações e com o previsto neste Plano até a investidura do Novo Conselho de Administração.

9.9. Obrigações de Fazer e Não-Fazer: Durante o Período de Transição, as RECUPERANDAS e suas administrações, incluindo a Diretoria atual e o Conselho de Administração Transitório obrigam-se a fazer e a não-fazer o disposto no **Anexo** Erro! Fonte de referência não encontrada..

10. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

10.1. Restrição a Pagamentos de Dividendos.

10.1.1. Até o 6º (sexto) ano da data de Homologação Judicial do Plano, as RECUPERANDAS não poderão declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo

65

qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer RECUPERANDA).

10.1.1.1. Estão excetuados das restrições descritas na **Cláusula 10.1.1** acima, a declaração ou pagamento de:

- (a) dividendos, retorno de capital ou outras distribuições exclusivamente de uma RECUPERANDA para outra RECUPERANDA;
- (b) pagamentos por qualquer RECUPERANDA para acionistas dissidentes de acordo com a legislação aplicável realizados após a data da Homologação Judicial do Plano; ou
- (c) qualquer pagamento de dividendos realizado de acordo com este Plano.

10.1.2. Após o 6º (sexto) aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo as Recuperandas) somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi (isto é, Créditos Financeiros, deduzidos de Caixa, acrescido dos créditos Anatel) / EBITDA do exercício social encerrado imediatamente anterior à declaração ou do pagamento, for igual ou inferior a 2 (dois). Após a realização do Aumento de Capital com Capitalização de Créditos e do Aumento de Capital Novos Recursos, a realização de pagamentos de dividendos, retorno de capital ou qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), será autorizada se o quociente dívida financeira líquida consolidada da Oi (isto é, Créditos Financeiros, deduzidos de Caixa) / EBITDA do exercício social encerrado imediatamente anterior à declaração ou pagamento for igual ou inferior a



2 (dois), sendo certo que não haverá qualquer restrição à distribuição de dividendos após o integral pagamento dos Créditos Financeiros.

10.1.2.1. Estão excetuados das restrições descritas na **Cláusula 10.1.2** acima, a declaração ou pagamento de:

- (a) dividendos, retorno de capital ou outras distribuições exclusivamente de uma RECUPERANDA para outra RECUPERANDA;
- (b) pagamentos por qualquer RECUPERANDA para acionistas dissidentes de acordo com a legislação aplicável realizados após a data da Homologação Judicial do Plano; ou
- (c) qualquer pagamento de dividendos realizado de acordo com este Plano ou determinado pela legislação aplicável, incluindo o dividendo obrigatório.

10.2. Suspensão de Obrigações. Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) (para fins desta cláusula, referido período denominado "Período de Suspensão"), o Grupo Oi: (i) estará desobrigado a realizar resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente, na forma da **Cláusula 5.2**; e (ii) poderá realizar pagamento de dividendos livre de qualquer restrição prevista na **Cláusula 10.1** deste Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas").

10.2.1. Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) dentre as seguintes Agências de Rating (Standard and Poors, Moodys ou Fitch Ratings) classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas na **Cláusula 10.2** estarão suspensas (para fins desta Cláusula, "Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente (para fins desta Cláusula, "Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as Agências de Rating cancelar os ratings de grau de investimento ou reduzir os ratings da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltam a ser aplicáveis.



10.3. Aumento do Capital Autorizado. Como forma de possibilitar a aprovação das emissões de ações e bônus de subscrição previstas neste Plano independentemente de reforma estatutária, a Oi se compromete a convocar, assim que possível após a Homologação Judicial do Plano, assembleia geral de acionistas para deliberar sobre o aumento do limite do seu capital autorizado em quantidade suficiente para fazer frente a tais emissões, se necessário for. Se houver qualquer empecilho a essa aprovação, ele poderá ser suprido por decisão do Juízo da Recuperação Judicial.

10.4. Obrigações de Fazer. Por meio deste Plano, as RECUPERANDAS comprometem-se a, durante o curso da Recuperação Judicial, (a) conduzir os negócios do GRUPO Oi de acordo com o curso ordinário de suas operações; (b) observar todos os termos, condições e limitações estabelecidos neste Plano; e (c) cumprir com todas as obrigações assumidas neste Plano.

11. EFEITOS DO PLANO

11.1. Vinculação do Plano. A partir da Homologação Judicial do Plano, as disposições deste Plano vinculam as RECUPERANDAS, seus acionistas e sócios, os Credores Concursais e respectivos cessionários e sucessores, nos termos do art. 59 da LFR.

11.1.1. Observado o disposto na **Cláusula 11.4**, a Aprovação do Plano constitui autorização e consentimento vinculante concedidos pelos Credores Concursais para que as RECUPERANDAS possam, dentro dos limites da Lei e dos termos deste Plano, adotar todas e quaisquer providências que sejam apropriadas e necessárias para a implementação das medidas previstas neste Plano, inclusive (i) obtenção de medida judicial, extrajudicial ou administrativa (seja de acordo com qualquer lei de insolvência ou no âmbito de qualquer procedimento de natureza principal ou incidental) pendente ou a ser iniciado pelas RECUPERANDAS, qualquer dos representantes das RECUPERANDAS ou qualquer representante da Recuperação Judicial em qualquer jurisdição que não seja o Brasil com o propósito de conferir força, validade e efeito ao Plano e sua implementação e (ii) o estabelecimento de procedimentos para (ii.a) Credores não residentes no Brasil manifestarem sua escolha quanto à opção para pagamento de seus respectivos Créditos Concursais, sem



prejuízo do disposto nas **Cláusulas 4.5, 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5**; (ii.b) pagamento dos Créditos de titularidade dos referidos Credores não residentes no Brasil na forma aplicável, conforme prevista neste Plano; e (ii.c) para garantir o tratamento equitativo dos Credores, deduzir dos valores dos Créditos a serem pagos pelas RECUPERANDAS, nos termos deste Plano, aos Credores, residentes ou não no Brasil, indicados na Relação de Credores do Administrador Judicial, todo e qualquer valor recebido por tais credores das RECUPERANDAS e/ou decorrente da eventual alienação, liquidação ou excussão dos seus ativos em outras jurisdições, conforme aplicável.

11.1.1.1. Em consonância com o acima exposto, dentro dos limites da Lei e dos termos deste Plano, os Credores que aprovarem o Plano expressamente declaram que se comprometem a aprovar qualquer outro instrumento de composição entre credores e quaisquer das RECUPERANDAS em outra jurisdição, a ser submetido à aprovação de credores em qualquer jurisdição, inclusive, mas não se limitando a, um plano de composição a ser oferecido por qualquer das RECUPERANDAS perante a justiça holandesa, bem como a celebrar todo e qualquer instrumento necessário para efetivar tal composição de credores, ressalvado o disposto na **Cláusula 11.4**.

11.2. Novação. Exceto pelo disposto na **Cláusula 11.2.1** abaixo e no caso de acordo específico entre o Credor com Garantia Real e o GRUPO OI, bem como observado o disposto na **Cláusula 4.2.4**, a Homologação Judicial do Plano implicará na novação de todos os Créditos Concurais, nos termos do art. 59 da LFR, os quais serão pagos na forma estabelecida neste Plano. Por força da novação, todas as obrigações, *covenants* contratuais, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias de quaisquer naturezas assumidas ou prestadas pelas RECUPERANDAS ficam extintas, sendo substituídas, em todos os seus termos (exceto quando disposto de forma diversa neste Plano), pelas previsões deste Plano.

11.2.1. Tendo em vista a importância das garantias vigentes constituídas pelas sociedades do GRUPO OI para manutenção de outorgas de uso de

radiofrequência, conforme exigido pelas Autoridades Governamentais, bem como manutenção de ativos e direitos necessários à prestação de serviços no âmbito das referidas outorgas, fica expressamente ressalvado que as referidas garantias não serão afetadas pela novação prevista na **Cláusula 11.2** acima.

11.3. Extinção das Ações. Observado o disposto na **Cláusula 11.4**, a partir da Homologação Judicial do Plano, enquanto este Plano estiver sendo cumprido, e observado o disposto nas **Cláusulas 4.1.2 e 4.3.2**, os Credores Concursais, salvo os Credores Trabalhistas, não mais poderão (i) ajuizar ou prosseguir em toda e qualquer ação judicial ou Processo de qualquer natureza contra as RECUPERANDAS relacionado a qualquer Crédito Concursal, excetuado o disposto no art. 6º, §1º, da LFR relativamente a Processos em que se estejam discutindo Créditos Ilíquidos; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as RECUPERANDAS relacionada a qualquer Crédito Concursal; (iii) penhorar ou onerar quaisquer bens do GRUPO Oi para satisfazer seus respectivos Créditos Concursais ou praticar qualquer outro ato construtivo contra o patrimônio das RECUPERANDAS; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre os bens e direitos das RECUPERANDAS para assegurar o pagamento de Crédito Concursal; (v) reclamar qualquer direito de compensação de seu respectivo Crédito Concursal contra qualquer crédito devido às RECUPERANDAS; (vi) buscar a satisfação de seu Crédito Concursal por qualquer outro meio, que não o previsto neste Plano. Com a Homologação Judicial do Plano, todas as execuções e outras medidas judiciais em curso contra o GRUPO Oi relativas aos Créditos Concursais serão extintas, e as penhoras e constrições judiciais liberados, sendo igualmente liberados em favor do GRUPO Oi o saldo de Depósitos Judiciais que não tenham sido empregados no pagamento de Credores nos termos das **Cláusulas 4.1.2 e 4.3.2** acima.

11.4. O disposto nas **Cláusulas 3.1.1.1, 4.3.3.8, 4.3.3.10, 11.1.1, 11.1.1.1, 11.3, 11.10, 11.11, 11.12, 11.12.1, 11.12.1.1, 11.12.1.2, 13.2.1, 13.10.1 e 13.10.2** acima não se aplica aos Litigantes Atuais e não representa renúncia de direito, dispensa de obrigação ou quitação por parte dos Litigantes Atuais, bem como não afeta quaisquer litígios, atuais ou futuros, ou causas de litígio dos Litigantes Atuais, em quaisquer jurisdições, ficando preservados seus direitos de tomar qualquer ação que entender necessária relativamente ao Plano, o DIP Financing, qualquer contrato, instrumento ou outro documento criado ou firmado em relação a este Plano ou o DIP Financing, incluindo



sem limitação o direito de rescindir tais contratos ou ingressar com litígios em quaisquer jurisdições para proteção e eficácia dos direitos deste Plano ou do DIP Financing ou para exigir esses direitos, ações ou causas de ações ligadas, decorrentes ou relacionadas ao desrespeito de quaisquer termos e condições pelas RECUPERANDAS, contidos neste Plano, no DIP Financing ou em qualquer contrato, instrumento ou outro documento criado ou firmado e relacionado a este Plano, ou ao DIP Financing, pelo qual tal parte é obrigada.

11.4.1. Até a data da Homologação Judicial do Plano ou 15 de janeiro de 2018, o que ocorrer primeiro (para fins desta cláusula, o "Período de Suspensão Litígios"), cada uma das RECUPERANDAS e os Litigantes Atuais devem abster-se de perseguir em qualquer jurisdição (inclusive no Brasil, nos Estados Unidos da América, nos Países Baixos, em Portugal ou no Reino Unido) quaisquer disputas, ações ou causas de ação contra as RECUPERANDAS ou quaisquer dos Litigantes Atuais ou as Partes Protegidas.

11.4.2. Durante o Período de Suspensão Litígios, as RECUPERANDAS e os Litigantes Atuais devem coordenar seus esforços para tomar qualquer medida necessária ou apropriada para suspender as Ações Pendentes e não devem realizar qualquer ajuste em suas ações, pedidos, apelações, recursos para reconsideração ou ação semelhante, exceto se necessário para preservar a Ação Pendente ou evitar o decurso do prazo prescricional. Especificamente, as partes devem requerer: (i) a suspensão, durante o Período de Suspensão Litígios, das ações judiciais em que são partes nos Estados Unidos da América, na Holanda e nas Ilhas Cayman, conforme o caso; (ii) ao Sr. Jasper Berkenbosch, *trustee* nomeado no processo de falência da COOP em curso na Holanda, que requeira, durante o Período de Suspensão Litígios, a suspensão da *avoidance proceeding* por ele ajuizada; e (iii) à Corte Distrital de Amsterdam em que tem curso a *avoidance proceeding*, a suspensão desta ação durante o Período de Suspensão Litígios.

11.4.3. Nada neste Plano previne os Litigantes Atuais de perseguir ou continuar perseguindo pedidos de reconsideração, alteração, vacatur, recursos ou

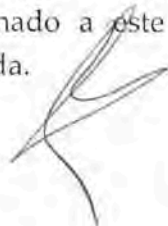


qualquer outra medida similar ou uma apelação de memorando escrito de decisão da Corte Norte-Americana de Falência datada de 4 de dezembro de 2017, protocolo número 17-11888, registro número 130, ou qualquer outra ordem relativa a tal decisão.

11.4.4. As RECUPERANDAS e os Litigantes Atuais podem tomar medidas legais cabíveis estritamente necessárias para preservar seus direitos, apelações ou direito de apelação, desde que as RECUPERANDAS e os Litigantes Atuais tomem as medidas estritamente necessárias para preservação de direito.

11.4.5. Qualquer prazo de prescrição, de suspensão ou preemptivo, ou qualquer outro recurso temporal, incluindo renúncias, dispensas ou abdições mútuas, previstas em lei, estatuto, contrato, por equidade ou qualquer outro meio, que podem ser arguidos pelas RECUPERANDAS ou pelo Litigante Atual ficam interrompidos até que ocorra: (i) a conclusão da negociação para o encerramento das Ações Pendentes, as operações previstas neste Plano para reestruturação dos créditos ou (ii) 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de suspensão das Ações Pendentes previsto na **Cláusula 11.4.4** acima; o que ocorrer primeiro.

11.4.6. Nada neste Plano deve limitar ou restringir os direitos dos Litigantes Atuais, sendo certo que, exceto pela obrigação de suspender ações prevista nesta cláusula, qualquer Litigante Atual deve ter preservado o seu direito de tomar qualquer ação que entender necessária relativamente ao Plano, o DIP Financing, qualquer contrato, instrumento ou outro documento criado ou firmado em relação a este Plano ou o DIP Financing, incluindo sem limitação o direito de rescindir tais contratos ou ingressar com litígios em quaisquer jurisdições para proteção e eficácia dos direitos deste Plano ou do DIP Financing ou para exigir esses direitos, ações ou causas de ações ligadas, decorrentes ou relacionadas ao desrespeito de quaisquer termos e condições pelas RECUPERANDAS, contidos neste Plano, no DIP Financing ou em qualquer contrato, instrumento ou outro documento criado ou firmado e relacionado a este Plano, ou ao DIP Financing, pelo qual tal parte é obrigada.



11.4.7. As RECUPERANDAS e os Litigantes Atuais envidarão seus melhores esforços de forma comercialmente razoável para negociar de boa-fé o encerramento das Ações Pendentes em termos mutuamente aceitáveis nos Estados Unidos da América, nos Países Baixos e nas Ilhas Cayman, conforme o caso. Nada neste Plano deve ser interpretado como uma obrigação das RECUPERANDAS ou dos Litigantes Atuais em encerrar tais Ações Pendentes.

11.4.8. A Aprovação do Plano não impede os Credores Concurais e/ou as RECUPERANDAS de perseguir em qualquer jurisdição (inclusive no Brasil, nos Estados Unidos da América, nos Países Baixos, em Portugal ou no Reino Unido) quaisquer disputas, ações ou causas de ação contra os Litigantes Atuais, tampouco implica renúncia aos direitos ou remédios que os Credores Concurais e/ou as RECUPERANDAS tenham contra os Litigantes Atuais.

11.5. **Reconstituição de Direitos.** Verificada a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas previstas na **Cláusula 12** e desde que o GRUPO OI não tenha obtido as dispensas necessárias nos termos da **Cláusula 12.2** e/ou hipótese de convação da Recuperação Judicial em falência durante o prazo estabelecido no artigo 61 da LFR, os Credores Concurais terão reconstituídos integralmente todos os seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, como se o Plano não tivesse sido aprovado, sendo restabelecidas todas as ações e pretensões contra o GRUPO OI, e assegurado o direito de ajuizar ou prosseguir com qualquer ação judicial ou extrajudicial contra o GRUPO OI, deduzidos os valores eventualmente pagos na forma deste Plano e no curso da Recuperação Judicial e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da Recuperação Judicial e deste Plano, observado o disposto nos artigos 61, § 2º e 74, da LFR.

11.6. **Formalização de Documentos e Outras Providências.** O GRUPO OI, os adquirentes de quaisquer ativos de propriedade de qualquer das RECUPERANDAS e os Credores e seus representantes e advogados deverão praticar todos os atos e firmar



todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprimento e implementação do disposto neste Plano.

11.7. Modificação do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostas a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam (i) submetidos à votação na Assembleia de Credores, observando-se o quórum requerido pelos artigos 45 e 58, caput e §1º, da LFR.

11.7.1. Efeito Vinculativo das Modificações do Plano. Os aditamentos, alterações ou modificações ao Plano vincularão o GRUPO Oi, seus Credores Concursais e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pela Assembleia de Credores na forma dos artigos 45 ou 58 da LFR.

11.8. Manutenção do Direito de Petição e Voz e Voto em Assembleia de Credores. Para fins deste Plano e enquanto não verificado o encerramento da Recuperação Judicial, os Credores --- inclusive os Credores Quirografários Bondholders Qualificados que venham a converter parte de seus Créditos Quirografários Bondholders Qualificados em capital da Oi na forma do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos--- preservarão o valor e quantidade de seus Créditos Concursais para fins de direito de petição, voz e voto em toda e qualquer Assembleia de Credores posterior à Homologação Judicial do Plano, independentemente da conversão dos Créditos Quirografários Bondholders Qualificados em Novas Ações Ordinárias – I e respectiva quitação.

11.9. Equivalência econômica no cumprimento do Plano. Na hipótese de qualquer das operações previstas no presente Plano, que não envolva pagamento em dinheiro aos Credores Concursais, não ser possível de ser implementada pelas RECUPERANDAS para qualquer Credor Concursal, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as RECUPERANDAS adotarão as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os Credores Concursais.



11.10. Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática, proporcional ao valor efetivamente recebido e independente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, rasa, irrevogável e irretratável de todo e qualquer Crédito Concursal contra as RECUPERANDAS, seja por obrigação principal ou fidejussória, inclusive em relação a Encargos Financeiros, de modo que os Credores Concursais nada mais poderão reclamar contra as RECUPERANDAS relativamente aos Créditos Concursais, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele.

11.11. Ratificação de Atos. A Aprovação do Plano pela Assembleia Geral de Credores implicará a aprovação e ratificação de todos os atos regulares de gestão praticados e medidas adotadas pelas RECUPERANDAS no curso da Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando aos atos necessários à reestruturação na forma proposta neste Plano, a celebração do Contrato de Backstop, bem como todos demais atos e ações necessárias para integral implementação e consumação deste Plano e da Recuperação Judicial, os quais ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito, inclusive e especialmente dos artigos 66, 74 e 131 da LFR.

11.12. Isenção de Responsabilidade e Renúncia.

11.12.1. Isenção de Responsabilidade e Renúncia das Partes Isentas. Em decorrência da Aprovação do Plano, os Credores expressamente liberam as Partes Isentas de toda e qualquer responsabilidade pelos atos regulares de gestão praticados e obrigações contratadas antes ou depois da Data do Pedido até a data da Aprovação do Plano, inclusive com relação à reestruturação prevista neste Plano, conferindo às Partes Isentas quitação ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável de todos os direitos e pretensões patrimoniais, penais e morais porventura decorrentes dos referidos atos a qualquer título, observado o disposto na **Cláusula 11.4.**

11.12.1.1. A Aprovação do Plano representa igualmente expressa e irrevogável renúncia por parte dos Credores aos direitos em que se fundam quaisquer reivindicações, ações ou direitos de ajuizar, promover, dar prosseguimento ou reivindicar, judicial ou extrajudicialmente, a qualquer título e sem reservas ou ressalvas,



em quaisquer jurisdições, a reparação de danos e/ou outras ações ou medidas promovidas contra as Partes Isentas em relação aos atos praticados e obrigações assumidas pelas Partes Isentas, inclusive em virtude de e/ou no curso da Recuperação Judicial. Os Credores, conforme aplicável, tomarão as medidas cabíveis para que os *trustees* nomeados nos processos de falência holandeses da OI COOP e da PTIF encerrem todos os litígios contra as Partes Isentas ou façam com que tais litígios sejam encerrados, observado o disposto na **Cláusula 11.4**.

11.12.1.2. Isenção de Responsabilidade e Renúncia dos Investidores

Backstoppers. Em decorrência da Aprovação do Plano, cada uma das sociedades integrantes do GRUPO OI e seus sucessores, e o Credores, expressamente liberam as Partes Isentas Investidores Backstoppers de toda e qualquer responsabilidade pelos atos praticados, incluindo a celebração do Contrato de Backstop, e obrigações contratadas antes ou depois da Data do Pedido até a data da Aprovação do Plano, inclusive com relação à reestruturação prevista neste Plano, ressalvando-se as obrigações previstas no presente Plano e no Contrato de Backstop, conferindo às Partes Isentas Investidores Backstoppers quitação ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável de todos os direitos e pretensões patrimoniais, penais e morais porventura decorrentes dos referidos atos a qualquer título.

12. CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DO PLANO

12.1. Condições Resolutivas. São condições resolutivas do Plano, cuja ocorrência acarretará a resolução automática do Plano e de suas estipulações, com a consequente manutenção e/ou reconstituição dos direitos e garantias dos Credores nas condições originariamente contratadas, como se o Plano não tivesse sido aprovado, nos termos desta **Cláusula 12.1**:

- (i) a inoccorrência da reestruturação dos Créditos Quirografários Bondholders Qualificados na forma da **Cláusula 4.3.3.2** até 31 de julho de 2018;



(ii) a inocorrência do Aumento de Capital Capitalização de Créditos conforme o disposto na **Cláusula 4.3.3.5** até 31 de julho de 2018; e

(iii) a inocorrência do Aumento de Capital Novos Recursos conforme o disposto na **Cláusula 6** até 28 de fevereiro de 2019.

12.2. Dispensa das Condições Resolutivas. Os Credores podem, em deliberação dos titulares da maioria simples dos Créditos presentes à Assembleia de Credores convocada para essa finalidade, aprovar a dispensa ou modificação, total ou parcial, da(s) condição(ões) resolutiva(s) descritas na **Cláusula 12.1** acima.

12.3. Resolução do Plano. Caso resolvido o Plano, caberá à Assembleia de Credores deliberar (i) sobre a aprovação de modificação ao Plano, observado o quórum de aprovação de Plano estabelecido nos artigos 45 e 58, § 1º, da LFR, ou (ii) pela decretação da falência pelo Juízo da Recuperação.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Condições suspensivas. A eficácia deste Plano está condicionada a (i) Aprovação do Plano; e (ii) Homologação Judicial do Plano e a eficácia da implementação das medidas previstas neste Plano está condicionada ao cumprimento das exigências e condições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis.

13.2. Obrigações de Fazer e Não-Fazer. Por meio deste Plano, as RECUPERANDAS comprometem-se a, durante o curso da Recuperação Judicial, (a) conduzir os negócios do GRUPO OI de acordo com o curso ordinário de suas operações; (b) observar todos os termos, condições e limitações estabelecidos neste Plano; e (c) cumprir com todas as obrigações assumidas neste Plano.

13.2.1. Sem prejuízo do disposto na **Cláusula 13.2** acima, as RECUPERANDAS obrigam-se a adotar as medidas que estejam ao seu alcance e sejam necessárias para que este Plano seja reconhecido como eficaz, exequível e



vinculante nas jurisdições estrangeiras aplicáveis, na medida em que tal reconhecimento se faça necessário para a implementação das medidas previstas neste Plano em relação aos respectivos Credores, observado o disposto na **Cláusula 11.4**.

13.3. Encerramento da Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial será encerrada mediante a verificação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano que se vencerem até 2 (dois) anos contados da Homologação Judicial do Plano.

13.4. Meios de Pagamento. Exceto para os Credores Trabalhistas partes em Processos, que sempre receberão mediante depósito judicial nos autos dos respectivos Processos, salvo se houver previsão diversa no Plano, os valores devidos aos Credores Concurais serão pagos mediante (a) a transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor Concursal, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), ou de transferência eletrônica disponível (TED), (b) por Ordem de Pagamento a ser sacada diretamente no caixa de instituição financeira pelo respectivo Credor Concursal, conforme o caso, servindo o comprovante da referida operação financeira como prova de quitação do respectivo pagamento; ou, ainda, (c) outros meios necessários para pagamento dos Créditos Concurais Agências Reguladoras.

13.4.1. Os pagamentos previstos neste Plano serão realizados somente após a disponibilização e envio pelos Credores Concurais, com exceção dos Credores Trabalhistas partes em Processos, de seus dados cadastrais atualizados e informações de conta bancária na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico www.recjud.com.br. Caso o Credor Concursal não disponibilize e envie as referidas informações em tempo hábil para que as RECUPERANDAS possam realizar o respectivo pagamento, nas datas e prazos previstos neste Plano, não será considerado descumprimento de Plano. Não haverá incidência de multas, atualização monetária ou encargos moratórios em relação aos pagamentos que não tenham sido efetuados nas datas e prazos previstos neste Plano em virtude de os Credores Concurais não terem disponibilizado e enviado tempestivamente as referidas informações.



13.5. Datas de Pagamento. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista neste Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação poderá ser realizado ou satisfeito, conforme o caso, no Dia Útil imediatamente seguinte, sem que isso caracterize impontualidade das RECUPERANDAS ou implique incidência de Encargos Financeiros. Da mesma forma, tendo em vista eventuais obrigações de pagamento dependentes de atos ainda não performados, as RECUPERANDAS envidarão todos os esforços para realizar os pagamentos na data mais breve possível, de acordo com a sistemática deste Plano.

13.6. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao GRUPO Oi, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por e-mail com comprovante de entrega, observando-se os dados de contato a seguir:

Oi S.A.

Rua Humberto de Campos, 425
Protocolo – Recuperação Judicial
Leblon
Rio de Janeiro – RJ
CEP 22430-190
E-mail: rjoi@oi.net.br

13.7. Divisibilidade das Previsões do Plano. Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação Judicial, a validade e eficácia das demais disposições não serão afetadas, devendo as RECUPERANDAS propor novas disposições para substituírem aquelas declaradas inválidas, nulas ou ineficazes, de forma a manter o propósito do estabelecido neste Plano.

13.8. Cessão de Créditos. Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, os Credores poderão ceder seus Créditos Concursais a outros Credores ou a terceiros, e a cessão somente produzirá efeitos desde que (i) as RECUPERANDAS, o Administrador

Jo



Judicial e o Juízo da Recuperação Judicial sejam informados; e (ii) os cessionários firmem declaração por escrito atestando o recebimento de uma cópia do Plano e reconhecendo que o Crédito Concursal cedido estará sujeito às disposições do Plano. O disposto nos itens “i” e “ii” acima não se aplica aos Créditos Quirografários Bondholders Qualificados nem às Novas Notas, que poderão ser cedidos livre e independentemente de prévia notificação e/ou concordância das RECUPERANDAS.

13.9. Alterações Anteriores à Aprovação do Plano. As Recuperandas se reservam o direito, na forma da Lei, de alterar este Plano até a data da Aprovação do Plano, inclusive de modo a complementar o protocolo com documentos adicionais e traduções de documentos correlatos.

13.10. Poderes do GRUPO Oi para implementar o Plano

13.10.1. A Aprovação do Plano seguida da Homologação Judicial do Plano dará poderes à Oi, por meio de seus representantes legais, para tomar todas as medidas necessárias para a implementação do Plano, inclusive, do ponto de vista societário, para assinar os boletins de subscrição, em nome e para o benefício dos Credores Quirografários Bondholders que reestruturarem seus Créditos na forma prevista na **Cláusula 4.3.3.1.1**, relativos às ações a serem emitidas e entregues pela Oi sob a forma de ADRs em pagamento de tais Créditos, observado o disposto na **Cláusula 11.4**.

13.10.2. Após a Homologação Judicial do Plano, o GRUPO Oi fica desde já autorizado a adotar todas as medidas necessárias para (i) submeter a Aprovação do Plano ao processo de insolvência em curso perante a *Bankruptcy Court of the Southern District of New York (Chapter 15)*, com o objetivo de conferir efeitos ao Plano em território norte-americano, vinculando os Credores ali domiciliados e estabelecidos, bem como (ii) iniciar e/ou dar andamento a outros procedimentos judiciais, extrajudiciais ou administrativos, sejam de insolvência ou de outra natureza, em outras jurisdições além da República Federativa do Brasil, incluindo no território norte-americano e holandês, conforme necessário, para a implementação deste Plano, incluindo, mas não se limitando, aos processos de insolvência

ou procedimentos necessários à implementação das disposições deste Plano, notadamente nos termos da legislação aplicável dos Estados Unidos da América, das Ilhas Virgens Britânicas e da Holanda. Os processos auxiliares no exterior não poderão alterar os termos e as condições deste Plano, observado o disposto na **Cláusula 11.4**.

13.11. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que os Créditos sejam regidos pelas leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicadas.

13.12. Resolução de Conflitos e Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano, incluindo pretensões de Credores relativas ao valor dos seus respectivos Créditos Concurais, poderão ser previamente submetidas a procedimento de Mediação, na forma do regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas/RJ ou alternativamente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Litígios do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Caso as controvérsias ou disputas em questão não sejam solucionadas na Mediação, serão elas resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação Judicial, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial com trânsito em julgado da decisão homologatória; e (ii) por qualquer juízo empresarial do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial com trânsito em julgado da decisão homologatória.

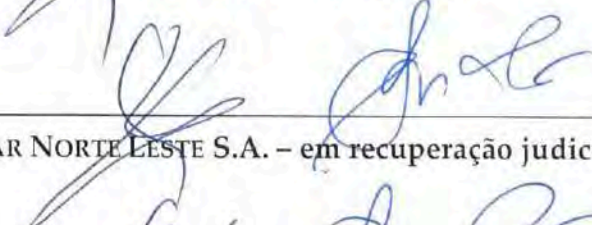


O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos do GRUPO Oi.

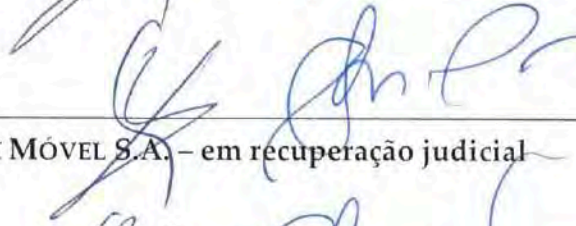
Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2017.



Oi S.A. – em recuperação judicial



TELEMAR NORTE LESTE S.A. – em recuperação judicial



Oi Móvel S.A. – em recuperação judicial



COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial



COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial



PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – em recuperação judicial



OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – em recuperação judicial

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**TERMO DE POSSE E
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **Antonio Reinaldo Rabelo Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº. 505251906, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 917.413.785-91, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretor, sem designação específica, na função de Diretor Jurídico** da **Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (v) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do *US Foreign Corrupt Practices Act*, lei americana anticorrupção. Declara, ainda, que renuncia à percepção de remuneração pelo exercício deste cargo.

Brasília, 06 de janeiro de 2020.


Antonio Reinaldo Rabelo Filho

**TERMO DE ADESÃO ÀS POLÍTICAS ADOTADAS PELA OI MÓVEL S.A. – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Pelo presente instrumento, **Antonio Reinaldo Rabelo Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº. 505251906, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 917.413.785-91, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominado simplesmente “Declarante”, na qualidade de **Diretor, sem designação específica, na função de Diretor Jurídico** da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes das seguintes Políticas: (i) Política de Doação; (ii) Política de Investimentos; (iii) Política de Hedge; (iv) Política de Captações; (v) Política de Reposição de Perdas; (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários e da Política de Divulgação de Informações, que disciplinam políticas internas da Companhia quanto ao uso e divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários da Companhia; e (vii) Política para transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses da Companhia, cujas cópias recebeu. Ademais, o Declarante assume expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações, obrigando-se a pautar suas ações referentes à Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às penalidades cabíveis em caso de falta de cumprimento das obrigações assumidas.

O Declarante firma o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 06 de janeiro de 2020.



Antonio Reinaldo Rabelo Filho

Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

CPF:

2.

Nome:

RG:

CPF:

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**TERMO DE POSSE E
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da carteira de identidade nº 08046038-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 016748137-16, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, eleita em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretora de Finanças da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara que: (i) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) não está impedida de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (v) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção. Declara, ainda, que renuncia à percepção de remuneração pelo exercício deste cargo.

Brasília, 01 de novembro de 2019.


Camille Loyo Faria

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

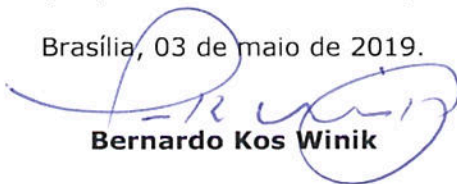
CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**TERMO DE POSSE E
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **Bernardo Kos Winik**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15.931.845-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.112.858-76, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica, na função de Diretor Comercial**, da **Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara, em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/02, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (v) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (vi) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção. Declara, ainda, que renuncia à percepção de remuneração pelo exercício deste cargo.

Brasília, 03 de maio de 2019.



Bernardo Kos Winik

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**TERMO DE POSSE E
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **José Cláudio Moreira Gonçalves**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 068859297, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.469.547-47, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica, na função de Diretor de Operações**, da **Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara, em atendimento ao disposto no art. 2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/02, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (v) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (vi) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção. Declara, ainda, que renuncia à percepção de remuneração pelo exercício deste cargo

Brasília, 03 de maio de 2019.

José Cláudio Moreira Gonçalves

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11

NIRE: 53300006989

**TERMO DE POSSE E
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, **RODRIGO MODESTO DE ABREU**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº. 12.754-381 expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 116.437.828-78, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica, na função de Chief Operacional Office** da **Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial**, sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 05.423.963/0001-11 ("Companhia"), toma posse através da assinatura do presente termo que ficará arquivado na sede da Companhia e declara que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, como estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) não está impedido de exercer comércio ou administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente direta da Companhia e de suas controladas, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (v) não exerce função, não ocupa cargo e não está em posição que represente violação à legislação de telecomunicações brasileira ou sua regulamentação. Adicionalmente, declara que: (a) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do Código de Ética da Companhia; e (b) conhece, cumprirá e fará cumprir os termos do US Foreign Corrupt Practices Act, lei americana anticorrupção. Declara, ainda, que renuncia à percepção de remuneração pelo exercício deste cargo.

Brasília, 22 de novembro de 2019.


RODRIGO MODESTO DE ABREU

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:

cap07vemp@tjrj.jus.br

21/2020/VP



Processo Nº: 0203711-65.2016.8.19.0001 Distribuído em: 20/06/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A. e outros Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS e outros

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Mônica Pinto Ferreira, Chefe de Serventia Judicial do Juízo de Direito da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro*****

Certifica a pedido da parte interessada que, revendo em seu poder e cartório os assentamentos virtuais referentes à AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de OI S.A.—EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, distribuída a este juízo, em 20/06/2016, pelo 4º Ofício do Registro de Distribuição, registrada sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, que permanece em vigor a decisão exarada às fls. 89.330/89.336 e ratificada no item II do dispositivo da decisão de fls. 89.496/89.525 que dispensou da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionadas às Recuperandas acima mencionadas. Às fls. 305.745/305.750 consta decisão que, ao tratar da substancial evolução no Patrimônio Líquido das Recuperandas, dispensou o Grupo OI de apresentar certidão de qualificação financeira para participar dos procedimentos licitatórios, sendo esta objeto de Embargos de Declaração no qual foi decidido da seguinte forma: *"Cuida-se de Embargos de Declaração propostos pelo Ministério Público em face da decisão que, acolhendo novo pedido das recuperandas, estendeu os efeitos da decisão de fls.298.568/298.579, para conceder as suas participações em novos certames licitatórios. Alega o MP haver obscuridade, pois ao acolher integralmente o pedido foi integralizada a anterior decisão a expressão "ou de outras regras de natureza similar", a qual não estava contida no pedido inicial analisado e deferido, e que, se mantida, pode gerar interpretação extensiva e genérica. Assiste razão ao Parquet. Isto porque, a fundamentação das decisões proferidas a toda evidência, objetivaram resguardar a participação das devedoras em processos licitatórios, independentemente do alcance dos critérios de verificação econômico-financeira. Destarte, ao incluir ao novo pedido expressão genérica, mesmo que seja para resguardar situações similares, pode esta sim acarretar obscuridades e interpretações difusas, que a decisão concessiva, que excepciona regra legal, não deve conter. Isso posto, recebo os Embargos eis que tempestivos, e dou-lhes provimento, para subtrair da concessão autorizativa da participação em processo de licitação, a expressão "ou de outras regras de natureza similar", mantida os demais termos."*; Certifico ainda que a Assembleia Geral de Credores foi realizada no dia 19/12/2017; a decisão que homologou o Plano Judicial e concedeu a Recuperação Judicial foi proferida em 08/01/2018, publicada no D.O.E.R.J de 05/02/2018, estando atualmente o processo em fase de cumprimento do aludido plano recuperacional. Integra a presente certidão as cópias de fls. 89.330/89.336, fls. 89.496/89.525, fls. 305.745/305.750 dos referidos autos, cuja autenticidade, ora atesto. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dado e passado nesta cidade aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte. Eu, Mônica Pinto Ferreira, Matr. 01/23655, Chefe de Serventia, digitei e assino. Custas



MONICA PINTO FERREIRA:23655

Assinado em 09/03/2020 16:50:06
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

recolhidas através da GRERJ nº 30203902536-83 no valor de R\$ 21,14.



Rio de Janeiro, 09 de março de 2020.

Monica Pinto Ferreira Responsável pelo Expediente - Matr. 01/23655
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4JKE.QCYT.RFJJ.ABM2**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

DADOS DA EMPRESA**Nome da Empresa:**

OI MOVEL S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL

Endereço do Empreendimento:

SETOR COMERCIAL NORTE QUADRA 03 BL A, SN, SCN, RA BRASÍLIA, 71215-000, BRASILIA, ED. ESTACAO TELEFONICA TERREO PARTE 2

Número de Registro:

53300006989

CNPJ:

05.423.963/0001-11

Inscrição Estadual:

0744135600193

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Porte da Empresa:

OUTROS

Consulta por QR Code**MEI:** NÃO**PARECER DA VIABILIDADE****Área Utilizada (m²):**

20,0

Área Total Edificação (m²):

1907,0

Utiliza área Pública:☐ Sim ☒ Não**Executa música ao vivo, mecanizada e/ou eletrônica:**☐ Sim ☒ Não**Dias de****Horário**

Segunda-Feira

08:00h às 22:00h

Terça-Feira

08:00h às 22:00h

Quarta-Feira

08:00h às 22:00h

Quinta-feira

08:00h às 22:00h

Sexta-Feira

08:00h às 22:00h

Sábado

08:00h às 22:00h

Atividade Principal

- 6120-5/01 Telefonia movel celular

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6120501 - TELEFONIA MOVEL CELULAR

Atividades Secundárias

- 5920-1/00 Atividades de gravacao de som e de edicao de musica

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

5920100 - ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

- 4652-4/00 Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

4652400 - COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO

- 4752-1/00 Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

4752100 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO

- 4751-2/01 Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

- 6204-0/00 Consultoria em tecnologia da informacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6204000 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO

- 6201-5/01 Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6201501 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

- 6202-3/00 Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6202300 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS

- 6203-1/00 Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6203100 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

- 6462-0/00 Holdings de instituicoes nao-financeiras

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6462000 - HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO-FINANCEIRAS

- 4713-0/02 Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

4713002 - LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES

- 6141-8/00 Operadoras de televisao por assinatura por cabo

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6141800 - OPERADORAS DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR CABO

- 6143-4/00 Operadoras de televisao por assinatura por satellite

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6143400 - OPERADORAS DE TELEVISAO POR ASSINATURA POR SATELITE

- 6190-6/99 Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6190699 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

- 7320-3/00 Pesquisas de mercado e de opiniao publica

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

7320300 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA

- 6319-4/00 Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6319400 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET

- 6190-6/01 Provedores de acesso as redes de comunicacoes

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6190601 - PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

- 4619-2/00 Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

4619200 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIALIZADO

- 1830-0/01 Reproducao de som em qualquer suporte

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

1830001 - REPRODUCAO DE SOM EM QUALQUER SUPORTE

- 1830-0/02 Reproducao de video em qualquer suporte

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

1830002 - REPRODUCAO DE VIDEO EM QUALQUER SUPORTE

- 6120-5/99 Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6120599 - SERVICOS DE TELECOMUNICACOES SEM FIO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

- 6209-1/00 Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6209100 - SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO

- 6311-9/00 Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA para escritório administrativo ou de representação confira o campo complemento.

Complemento

6311900 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF****Atividades Licenciadas**

CNAE	Descrição	Validade
6120-5/01	Telefonia movel celular	06/06/2023
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica	06/06/2023
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica	06/06/2023
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao	06/06/2023
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	06/06/2023
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis	06/06/2023
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis	06/06/2023
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras	06/06/2023
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	06/06/2023
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo	06/06/2023
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite	06/06/2023
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente	06/06/2023
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica	06/06/2023
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet	06/06/2023
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes	06/06/2023
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado	06/06/2023
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte	06/06/2023
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte	06/06/2023
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente	06/06/2023
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao	06/06/2023
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet	06/06/2023

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

**SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO
DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL****Atividades Licenciadas**

CNAE	Descrição	Validade
6120-5/01	Telefonia movel celular	06/06/2023
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica	06/06/2023
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica	06/06/2023
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao	06/06/2023
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	06/06/2023
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis	06/06/2023
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis	06/06/2023
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras	06/06/2023
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	06/06/2023
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo	06/06/2023
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite	06/06/2023
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente	06/06/2023
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica	06/06/2023
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet	06/06/2023
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes	06/06/2023
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado	06/06/2023
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte	06/06/2023
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte	06/06/2023
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente	06/06/2023
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao	06/06/2023
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet	06/06/2023

VENTVRIS VENTIS

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

SUBSECRETARIA DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL - SUSDEC**Atividades Licenciadas**

CNAE	Descrição	Validade
6120-5/01	Telefonia movel celular	31/10/2023
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica	31/10/2023
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao	31/10/2023
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao	31/10/2023
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica	31/10/2023
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao	31/10/2023
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	31/10/2023
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis	31/10/2023
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis	31/10/2023
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras	31/10/2023
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	31/10/2023
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo	31/10/2023
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite	31/10/2023
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente	31/10/2023
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica	31/10/2023
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet	31/10/2023
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes	31/10/2023
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado	31/10/2023
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente	31/10/2023
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao	31/10/2023
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet	31/10/2023

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM**Atividades Licenciadas**

CNAE	Descrição	Validade
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica	06/06/2023
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes electronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao	06/06/2023
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica	06/06/2023
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao	06/06/2023
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	06/06/2023
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis	06/06/2023
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis	06/06/2023
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras	06/06/2023
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	06/06/2023
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo	06/06/2023
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite	06/06/2023
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente	06/06/2023
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica	06/06/2023
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet	06/06/2023
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes	06/06/2023
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado	06/06/2023
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte	06/06/2023
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte	06/06/2023
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente	06/06/2023
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao	06/06/2023
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet	06/06/2023

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
6120-5/01	Telefonia movel celular

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

CNAE	Descrição
6120-5/01	Telefonia movel celular
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet

Emissão do Documento

24/04/2020 11:59:03

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

CNAE	Descrição
6120-5/01	Telefonia movel celular
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes electronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

CNAE	Descrição
6120-5/01	Telefonia movel celular
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - VISADF**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

CNAE	Descrição
6120-5/01	Telefonia movel celular
5920-1/00	Atividades de gravacao de som e de edicao de musica
4652-4/00	Comercio atacadista de componentes electronicos e equipamentos de telefonia e comunicacao
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informacao
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizaveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador nao-customizaveis
6462-0/00	Holdings de instituicoes nao-financeiras
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
6141-8/00	Operadoras de televisao por assinatura por cabo
6143-4/00	Operadoras de televisao por assinatura por satellite
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opiniao publica
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
6190-6/01	Provedores de acesso as redes de comunicacoes
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral nao especializado
1830-0/01	Reproducao de som em qualquer suporte
1830-0/02	Reproducao de video em qualquer suporte
6120-5/99	Servicos de telecomunicacoes sem fio nao especificados anteriormente
6209-1/00	Suporte tecnico, manutencao e outros servicos em tecnologia da informacao
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de servicos de aplicacao e servicos de hospedagem na internet



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.423.963/0001-11
Certidão nº: 10290934/2020
Expedição: 05/05/2020, às 09:09:14
Validade: 31/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.423.963/0001-11**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0010388-85.2013.5.01.0055 - TRT 01ª Região *
0010346-47.2015.5.01.0061 - TRT 01ª Região **
0000106-14.2010.5.01.0242 - TRT 01ª Região *
0000953-65.2014.5.01.0342 - TRT 01ª Região **
0002028-65.2012.5.02.0057 - TRT 02ª Região **
0000198-23.2013.5.03.0018 - TRT 03ª Região *
0001047-22.2015.5.05.0033 - TRT 05ª Região *
0000329-83.2014.5.06.0016 - TRT 06ª Região **
0001689-35.2014.5.06.0022 - TRT 06ª Região **
0006539-36.2011.5.12.0034 - TRT 12ª Região *
0010455-04.2014.5.18.0003 - TRT 18ª Região *
0010781-21.2017.5.18.0241 - TRT 18ª Região **
0010021-46.2016.5.18.0261 - TRT 18ª Região **
0086900-36.2007.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0158800-79.2007.5.24.0005 - TRT 24ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 15.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.360.305/0001-04, através de sua Gerencia de Filial Logística em Brasília – GILOG/BR, situada no SEP 512, CJ, “C”, LT 9/10 – Asa Norte – Brasília - DF, CEP 70760-500, Brasília/DF, declara, a pedido da interessada, que mantém com a empresa **OI MÓVEL S.A.**, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, situada no SCN, Qd. 03, BL. A - Andar Térreo-Parte 2 Ed. Estação Tel. Centro Norte, o **contrato de nº 3907/2013** referente ao **Processo Administrativo nº 7066.01.5498.01/2013**, conforme discriminado a seguir:

OBJETO

Prestação de serviços de telecomunicações com fornecimento de circuitos backbone, extranet e administrativo, em nível nacional, destinados a suportar aplicações TCP/IP, incluindo, ainda, instalação, manutenção e suporte – ESCOPO A.

SERVIÇOS PRESTADOS

Serviços de telecomunicações utilizando as tecnologias SDH, Metro Ethernet, DWDM, IP e xDSL, com acessos atendidos por Fibra Óptica utilizando caminhos distintos e circuitos Satélite.

- **PERÍODO DO CONTRATO:** 16/12/2013 até 16/12/2018;
- **PERÍODO EXECUTADO:** 16/12/2013 até 16/12/2018;
- **ENDEREÇO DA OBRA E/OU SERVIÇO:** SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTE 3 / 4 – Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70.092-900; e demais prédios da CAIXA.
- **VALOR DA OBRA E/OU SERVIÇO:** R\$ 32.914.080,00
- **PRAZO DE INSTALAÇÃO:** Em até 120 dias
- **REGIME DE OPERAÇÃO:** Diariamente, durante as 24 horas do dia;
- **DISPONIBILIDADE MENSAL DO SERVIÇO:** 99,9%
- **RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CONTRATANTE:** CESAR AUGUSTO BARROS DA SILVA - REGISTRO NO CREA: 33250/D.
- **QUANTIDADE DE CIRCUITOS DE DADOS:**

VELOCIDADE	TECNOLOGIA	INTERESTADUAL	INTRAESTADUAL	VIGÊNCIA
64 KBPS	SDH	1	3	16/12/2013 a 16/12/2018
128 KBPS	SDH		1	
256 KBPS	SDH	1	2	
400 KBPS	xDSL		1	
512 KBPS	xDSL		1	
512 KBPS	SDH		1	
1 MBPS	xDSL		13	
1 MBPS	SDH	5	5	
2 MBPS	xDSL		19	
2 MBPS	SDH	4	7	
2 MBPS	SATÉLITE		49	

5 MBPS	xDSL		63
10 MBPS	xDSL		74
10 MBPS	SDH / METRO	2	24
15 MBPS	xDSL		12
20 MBPS	SDH / METRO		5
34 MBPS	SDH / METRO		4
100 MBPS	SDH / METRO	8	8
155 MBPS	SDH / METRO	3	
1 GBPS	SDH / METRO	5	4
5 GBPS	DWDM INFINIBAND-DDR		22
8 GBPS	DWDM FIBRE CHANNEL		30
10 GBPS	DWDM ETHERNET	1	1
Total Geral	-	30	349

• **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA CONTRATADA:**

Nome: ROGERIO FIUME PINHEIRO

Títulos: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Carteira: 7719/D-GO e CPF: 589.411.931-68


Data de início da resp. técnica: 21/09/2016

Atribuições: RES 218/73 ART 08 e RES 218/73 ART 09

Declaramos também que o Contrato foi assinado em 16/12/2013 e que a empresa vem cumprindo com as obrigações assumidas, não havendo nada que a desabone com relação à quantidade, qualidade e prazos na prestação dos serviços, ressalvada a penalidade conforme abaixo:

Advertência aplicada em 20/10/2014 – Descumprimento contratual.

Brasília, 27 de novembro de 2017.


Leandro Barbosa da Mota França
Coordenador
GILOG/BR – Gestão Formal de TI

ATESTADO**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

ATESTAMOS, para fim exclusivo de participação em licitação, que a empresa **OI S.A.**, localizada na Rua General Polidoro nº 99 - 5º andar - Botafogo - CEP 22.280-003 – Rio de Janeiro (RJ), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o número **76.535.764/0001-43**, contratada através de Consórcio BRASIL TELECOM S/A E TNL PCS S/A, composto pelas empresas **BRASIL TELECOM S/A** (CNPJ MF: 76.535.764/0001-43) e **TNL PCS S/A** (CNPJ MF: 04.164.616/0001-59), presta/prestou os serviços abaixo relacionados ao Banco do Brasil S.A.

01. CONTRATO: 201085580319

SERVIÇO: Contratação para prestação de serviços de conectividade em IP dedicado, para acesso à internet suportado por fibras óticas, através de sua líder TNL PCS S.A. ("Oi"), presta serviço de conectividade IP, com links dedicados para acesso à rede Internet Mundial, com banda contratadas de 2 Mbps, 10 Mbps, 100 Mbps, 1 Gbps e 10 Gbps, com os seguintes aspectos de Segurança:

- Manutenção nos quadros técnicos de especialistas em segurança para provimento de serviços e informações específicas para os processos de prevenção e respostas a incidentes de segurança. Esses serviços estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana e serão acionados pela equipe de segurança do CONTRATANTE.
- Aplicação imediata e mediante pedido formal do CONTRATANTE, filtros, regras e outros controles no tráfego entrante e saiente, de forma a preservar a segurança das comunicações do CONTRATANTE com a Internet.
- Adoção de políticas, práticas e processos que garantam a segurança na operação dos serviços fornecidos ao CONTRATANTE, inclusive com a prevenção de ataques que possam afetar os serviços.
- Manutenção de serviço de proteção contra ataques *DDoS (Distributed Denial of Service)* no tráfego direcionado ao CONTRATANTE.

Início do contrato: 3 de setembro de 2010

Final do contrato: 3 de setembro de 2014

Dependência atendida: 9905-8 Ditec/UOS/Gesit – Gerências de Suporte e Infraestrutura 1 e 2 – Brasília – DF.

Quantidade e unidade contratada: uma USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

02. CONTRATO: 201474210026

SERVIÇO: Contratação para prestação de serviços de comunicações de dados por meio de IP (*Internet Protocol*), que permita a comunicação de longa distância entre os PEP's (Pontos Eletrônicos de Presença) do banco e os pontos centrais de processamento de dados do contratante em Brasília.

Início do contrato: 3 de fevereiro de 2014

Final do contrato: 3 de fevereiro de 2019

Dependência atendida: 8592-8 - Direção DF – Diretoria de Distribuição DF – Brasília – DF.

Quantidade e unidade contratada: 6.120 serviços de comunicação de dados.

03. CONTRATO: 201374192453

SERVIÇO: Contratação de serviços de interligação das dependências da rede Intrabancária na região metropolitana de Curitiba (PR), tendo como origem a CABB SJP - prédio 1.

Início do contrato: 20 de setembro de 2013

Final do contrato: 20 de setembro de 2018

Dependência atendida: 8905-2 - Ditec/UOS/CABB-SJP – Ditec/Núcleo de Suporte da Central de Atendimento Banco do Brasil CABB – São José dos Pinhais – PR.

Quantidade e unidade contratada: 6 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

04. CONTRATO: 201296000194

SERVIÇO: Contratação de serviços de telecomunicações *Frame Relay*, compreendendo acessos, portas e circuitos de comunicações entre o Banco e usuários externos.

Início do contrato: 12 de julho de 2012

Final do contrato: 12 de julho de 2016

Dependência atendida: 9905-8 Ditec/UOS/Gesit – Gerências de Suporte e Infraestrutura 1 e 2 – Brasília – DF.

Quantidade e unidade contratada: 3 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

05. CONTRATO: 201196000384

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de migração dos equipamentos de propriedade da Brasil Telecom S.A., utilizados na prestação dos serviços de comunicações de dados, relativos a acessos ópticos, redes DWDM, redes SDH e

E1, atualmente instalados no Edifício Sede IV, para o novo data center denominado: ICI - II.

Início do contrato: 12 de outubro de 2011

Final do contrato: 9 de abril de 2012

Dependência atendida: 9903-1 Ditec/Tecnologia DF – Diretoria de Tecnologia DF – Brasília – DF.

Quantidade e unidade contratada: uma USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

06. CONTRATO: 201074192919

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de instalação e fornecimento de circuitos digitais tipo Link de telefonia de 3 Mbps, protocolo/sinalização da linha R2 digital com facilidade de Discagem Direta a Ramal - DDR, contendo canais digitais, com disponibilização de ramais, para atendimento às dependências do Contratante, por meio de acesso para fornecimento/instalação do link: Fibra ótica, mux eletro-ótico, pares metálicas, rádio ou modem.

Início do contrato: 1 de setembro de 2010

Final do contrato: 1 de setembro de 2011

Dependência atendida: várias dependências do Conglomerado do Banco do Brasil na Região Sul.

Quantidade e unidade contratada: 3 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

07. CONTRATO: 200974193627

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de instalação e fornecimento de circuitos digitais tipo Link de telefonia de 2 Mbps, protocolo/sinalização da linha R2 digital com facilidade de Discagem Direta a Ramal - DDR, contendo canais digitais, com disponibilização de ramais, para atendimento às dependências do Contratante.

Início do contrato: 29 de outubro de 2009

Final do contrato: 30 de outubro de 2011

Dependência atendida: várias dependências do Conglomerado do Banco do Brasil na Região Sul.

Quantidade e unidade contratada: 23 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

08. CONTRATO: 200974192463

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de instalação e fornecimento de circuitos digitais tipo Link de telefonia de 2 Mbps, protocolo/sinalização da linha R2 digital com facilidade de Discagem Direta a Ramal - DDR, contendo canais digitais, com disponibilização de ramais, para atendimento às dependências do Contratante.

Início do contrato: 4 de setembro de 2009

Final do contrato: 4 de setembro de 2011

Dependência atendida: várias dependências do Conglomerado do Banco do Brasil na Região Sul.

Quantidade e unidade contratada: 2 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

09. CONTRATO: 200974190780

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de instalação e fornecimento de circuitos digitais tipo Link de telefonia de 2 Mbps, protocolo/sinalização da linha R2 digital com facilidade de Discagem Direta a Ramal - DDR, contendo canais digitais, com disponibilização de ramais, para atendimento às dependências do Contratante.

Início do contrato: 1 de abril de 2009

Final do contrato: 1 de abril de 2012

Dependência atendida: 7425-X Genop Porto Alegre – Centro de Serviços - Gerência Regional de Apoio aos Negócios e Operações – Porto Alegre – RS.

Quantidade e unidade contratada: uma USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

10. CONTRATO: 200974190779

SERVIÇO: Contratação de prestação de serviços de instalação e fornecimento de circuitos digitais tipo Link de telefonia de 2 Mbps, protocolo/sinalização da linha R2 digital com facilidade de Discagem Direta a Ramal - DDR, contendo canais digitais, com disponibilização de ramais, para atendimento às dependências do Contratante.

Início do contrato: 1 de abril de 2009

Final do contrato: 1 de abril de 2012

Dependência atendida: 8521-9 – PAE Posto de Atendimento Bancário Eletrônico Shopping Bela Vista - Porto Alegre – RS.

Quantidade e unidade contratada: uma USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

11. CONTRATO: 200985580212

SERVIÇO: Contratação de prestação de telefonia móvel nas modalidades SMP e STFC, para comunicação de voz e dados.

Início do contrato: 3 de agosto de 2009

Final do contrato: 3 de agosto de 2014

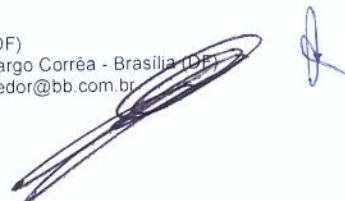
Dependência atendida: várias dependências do Conglomerado do Banco do Brasil em todo o território nacional.

Quantidade e unidade contratada: 5.321 USTIBB (Unidade de Serviço de Tecnologia de Informação do Banco do Brasil).

Outras informações:

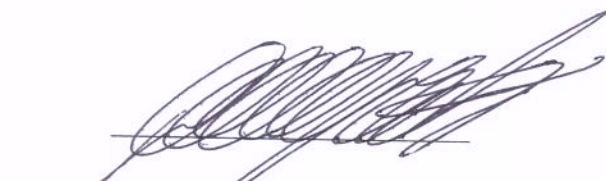
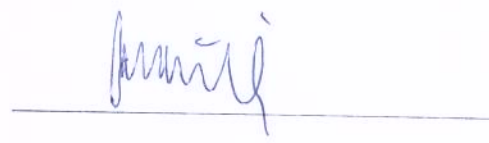
. Aplicação de multa no valor de R\$ 1.126,11, referente ao Processo Administrativo 2009/011 do contrato 2008/8558.0193.

. Aplicação de multa por não cumprimento dos valores estipulados em Contrato. Processo Administrativo nº 2008/7419-0335 – CSL Curitiba.



Brasília- DF, 28 de maio de 2014.

BANCO DO BRASIL S.A.
CENTRO DE SERVIÇO DE LOGÍSTICA BRASÍLIA
CNPJ: 00.000.000/5844-01


Gerente
Jeanine Cunha Freitas
Gerente de Setor
Matr. 3.564.519-5
Gerente
Ronaldo Arantes
Gerente



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420170005766
Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional JULIO CESAR FARIA SANTOS..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: JULIO CESAR FARIA SANTOS.....
Registro: 04.0.0000073829..... RNP: 1413972691.....
Título Profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA.....

Número ART: 1420170000003922692 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART... Registrada em: 21/7/2017
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: OI MOVEI S.A.....

Contratante: MINISTERIO PÚBLICA DE MINAS GERAIS/PGJ-MG..... CPF/CNPJ: 20971057000145.
Logradouro: AVENIDA ALVARES CABRAL..... Nº: 1690..
Complemento: Bairro: LOURDES.....
Cidade: BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30170-001
Contrato: 038/2016..... celebrado em Vinculado à ART: 1420170000003831868
Valor do contrato: R\$ 4779158,42..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....
Ação institucional: ÓRGÃO PÚBLICO.....
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DIVERSOS..... Nº:
Complemento: Bairro: DIVERSOS.....
Cidade: BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30170-001

Início: 7/6/2016.. Situação: ATIVIDADE EM ANDAMENTO Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: MINISTERIO PÚBLICA DE MINAS GERAIS/PGJ-MG..... CPF/CNPJ: 20971057000145.
Atividade Técnica: CONSULTORIA INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNICAÇÃO E
TELECOMUNICAÇÃO REDE DE TELECOMUNICACOES , Quantidade 5,00 , Unidade a.....

Observações
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE ACESSO A INTERNET INCLUINDO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TECNICO.....

Informações Complementares
.....

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 292256 a 292257, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420170005766/2017

11/08/2017, 08:32:02

1420170005766

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Certificamos, a requerimento da interessada, que a empresa **OI Móvel S/A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.423.963/0001-11, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 03-BL.A S/N Asa Norte, Brasília/Distrito Federal, CEP 70.713-900, firmou com o **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**, inscrita sob o n.º CNPJ 20.971.057/0001-45, com sua sede localizada na Av. Álvares Cabral, n.º 1690, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-001, o **Contrato n.º 038/2016**, SIAD n.º 9055531, referente Processo Licitatório Siad n.º 1091040 024/2016, lote 2, cujo objeto consisti na “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade de acesso à internet, incluindo o fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte técnico, a ser executado de forma contínua, nas diversas unidades do Ministério Público de Minas Gerais”, com vigência no período de 12/06/2016 a 11/06/2019, bem como respectivo Termo Aditivo (1º).

Certificamos, ainda, que os serviços são atendidos com padrões de SLA conforme indicadores:

IDA – Índice de Disponibilidade de Acesso: 99,4%

Descrição: percentual do tempo de disponibilidade em relação ao tempo total calculado no mês.

ICA – Índice de Chamados Atendidos: 98%

Descrição: percentual de chamados atendidos dentro do prazo (4 horas) em relação ao total de chamados recebidos no mês.

ICR – Índice de Chamados Resolvidos: 98%

Descrição: percentual de chamados resolvidos dentro do prazo de (7 horas) em relação ao total de chamados recebidos no mês.

ITE – Índice de Taxa de Erros: 95%

Descrição: percentual de pacotes IP sem erros/perdas em relação ao total de pacotes IP trafegados no mês.

ITR – Índice de Tempo de Resposta: 95%

Descrição: percentual de pacotes IP trafegados dentro do limite de atraso (100 ms) em relação ao total de pacotes IP trafegados no mês.

Macrorregião de atendimento dos links: Central, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata, Noroeste, Norte, Rio Doce e Sul.

links		
Item	Quant.	Velocidade
1	200	2 Mbps
2	40	4 Mbps
3	4	6 Mbps
4	1	8 Mbps
5	1	10 Mbps
TOTAL	246	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Responsável Técnico da OI Móvel S/A: Engenheiro Eletricista, Júlio César Faria Santos, CREA-MG 73829/D – RNP: 1413972691

Eu, Marco Aurélio Belchior (Marco Aurélio Belchior), MAMP 4457, acompanho a execução e declaro que os serviços, até a presente data, estão sendo realizados em condições satisfatórias ao serviço público, conforme informações supra e obrigações previstas no instrumento contratual e subscrevo o presente atestado.

Certificamos, por fim, que inexistente nesta Diretoria de Contratos e Convênios, até este momento, qualquer registro acerca da instauração de procedimento administrativo visando à apuração de irregularidade no cumprimento das obrigações assumidas pela contratada. Eu, Rosana Soares de Assis (Rosana Soares de Assis), MAMP 1174, realizei pesquisas junto aos registros da Diretoria de Contratos e Convênios, bem como certifico a informação supra. Eu, Juliana Caetano de Paula (Juliana Caetano de Paula), MAMP 3086, Coordenadora da Diretoria de Contratos e Convênios, aprovo as informações supra e subscrevo o presente atestado.

Eu, Clarissa Duarte Martins, Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, considerando as informações supra, registro que as obrigações assumidas pela contratada estão sendo cumpridas de forma satisfatória, até esta data, e emito o presente atestado para os fins de direito.

Belo Horizonte, 30 de março de 2017.

Clarissa Duarte Martins
Diretora-Geral



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Leinº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via da Obra/Serviço
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201700000003831868
SUBSTITUTA À ART
14201700000003753803

1. Responsável Técnico

JULIO CESAR FARIA SANTOS

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1413972691

Registro: 04.0.0000073829

Empresa contratada:

OI MOVEI S.A.

Registro: 60117

2. Dados do Contrato

Contratante: **MINISTERIO PÚBLICA DE MINAS GERAIS/PGJ-MG**

CNPJ: 20.971.057/0001-45

Logradouro: **AVENIDA ALVARES CABRAL**

Nº: 001690

Cidade: **BELO HORIZONTE**

Bairro: **LOURDES**

Contrato: **038/2016**

UF: **MG**

Celebrado em: **12/06/2016**

CEP: 30170001

Valor: **4.779.158,42**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação institucional: **ÓRGÃO PÚBLICO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **AVENIDA DIVERSOS**

Nº: 000000

Cidade: **BELO HORIZONTE**

Bairro: **DIVERSOS**

Data de início: **07/06/2016** Previsão de término: **11/06/2019**

UF: **MG**

CEP: 30170001

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**

Proprietário: **MINISTERIO PÚBLICA DE MINAS GERAIS/PGJ-MG**

CNPJ: 20.971.057/0001-45

4. Atividade Técnica

1 - CONSULTORIA

Quantidade:

Unidade:

PROJETO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

5.00

a

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE ACESSO A INTERNET INCLUINDO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Bele Horizonte de 30 de MAIO de 2017

JULIO CESAR FARIA SANTOS

RNP: 1413972691

MINISTERIO PÚBLICA DE MINAS GEF CNPJ: 20.971.057/0001-45

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ **R\$4.779.158,42.** ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 0,00

Registrada em: **30/05/2017**

Valor Pago: **0,00**

Nosso Número: **0000000000000000**

ISENTO CONFORME RESOLUÇÃO N.º 1.067/15 DO CONFEA E DECISÃO PLENÁRIA - PL-1.096/16 DO CONFEA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 026/2008

Declaramos, a pedido da interessada, para fins de participação em licitações e Cadastramento, junto aos órgãos da Administração Pública e Privada, que a empresa TNL PCS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.164.616/0001-59, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jangadeiros, 48 – Ipanema, doravante denominada Oi, presta à PRODEMGE Serviços de Provimento de acesso à Internet com capacidade máxima de 1 Gbps. O serviço é prestado através de acessos de fibra óptica e com redundância. Os roteadores associados ao serviço de acesso Internet são também fornecidos em conjunto com a solução.

Atestamos ainda, que os serviços estão sendo prestados satisfatoriamente, com manutenção preventiva e corretiva, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta técnica e/ou comercial.

Contrato: PS-541/07

Período de contrato: 19 de Junho de 2007 a 18 de Junho de 2009

Responsável técnico da TNL PCS S/A - Oi pelo serviço: Eng.º Arnaldo Leite Fonseca, n.º registro no CREA 26790/D

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2008


Celina Rosalia Lana R. Silva
Superintendente de Infra-Estrutura

CREA-MG	
VINCULADO À CERTIDÃO	
Número	Expedida em:
007.476/08	22 DEZ 2008

ASS: 

Cia. de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge
CNPJ : 16.636.540 / 0001-04 INSC. ESTADUAL : 062.908.129.00-52
Rua da Bahia, 2.277 - B. Sto. Antônio - Cep : 30160-012 - Belo Horizonte / MG
Fone: 31-3339-1221 e-mail: compras@prodemge.gov.br

ARQUIVO
RUA 09, 1155 - JARDIM TRAILO DO SOL, SETOR OESTE, GOIÂNIA
AUTENTICAÇÃO
DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FE





CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600, Stº Agostinho, Belo Horizonte - MG
30170-001, www.crea-mg.org.br, tel: 31.3299-8700,
0800.28 30273 (Ouvidoria) / 0800 31 2732 (Atendimento)

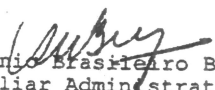
CERTIDAO : 007.476/08

FOLHA: 0001/0003


O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, **CERTIFICA**, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE O PROFISSIONAL "ARNALDO LEITE FONSECA", ENGENHEIRO EM ELETRONICA E ENGENHEIRO DE TELECOMUNICACOES, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL Nº 26790/D-CREA-MG, ENQUANTO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA CONTRATADA "TNL PCS S.A", EFETIVOU O REGISTRO DAS ANOTACOES DE RESPONSABILIDADE TECNICA-ARTS, A SEGUIR RELACIONADAS.....: ESTA CERTIFICACAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE AS ATIVIDADES TECNICAS ANOTADAS NAS ARTS CERTIFICAMOS AINDA QUE, CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 4º DA RESOLUCAO Nº 317/86 DO CONFEA: "O ACERVO TECNICO DE UMA PESSOA JURIDICA E REPRESENTADO PELOS ACERVOS TECNICOS DOS PROFISSIONAIS DO SEU QUADRO TECNICO E DE SEUS CONSULTORES TECNICOS DEVIDAMENTE CONTRATADOS" E, EM SEU PARAGRAFO UNICO: "O ACERVO TECNICO DE UMA PESSOA JURIDICA VARIARA EM FUNCAO DA ALTERACAO DO ACERVO TECNICO DO SEU QUADRO DE PROFISSIONAIS E CONSULTORES".....: INTEGRA A PRESENTE CERTIDAO O ATESTADO EMITIDO PELA "PRODEMGE", A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELAS INFORMACOES QUE NELE CONSTA E CUJA COPIA ENCONTRA-SE NUMERADA, DEVIDAMENTE AUTENTICADA E CHANCELADA NO CREA-MG.....:

ESTA CERTIDAO CONTEM 0003 FOLHAS.

Elaborado por:


Antônio Brasileiro Barbosa
Auxiliar Administrativo
Nº de Matrícula: 1115
REG METROPOLITANA
CREA-MG

Aprovado por:


Sirley do Espírito Santo
Assistente Administrativo
Portaria nº 042/2005
REG METROPOLITANA
CREA-MG

CERTIDAO VALIDA SOMENTE COM AS ASSINATURAS E CHANCELA DO CREA-MG

CÓD. 100120

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
RUA 09, 1155, ED. ATON, PRACA DO SOL, SETOR OESTE, GOIÂNIA-GO

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO
DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FÉ

24 MAR 2011





CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600, Stº Agostinho, Belo Horizonte - MG
30170-001, www.crea-mg.org.br, tel: 31.3299-8700,
0800.28 30273 (Ouvidoria) / 0800 31 2732 (Atendimento)

CERTIDAO: 007.476/08 (CONTINUACAO) FOLHA: 0002/0003

PROFISSIONAL:

NOME : ARNALDO LEITE FONSECA
TI TULO : ENGENHEIRO EM ELETRONICA
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICACOES
REGISTRO : 0400000026790

ATRIBUICOES:

ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO
CONFEA.
ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427
DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

CONTRATADA : TNL PCS S.A


REGISTRO: 029065

NRO DA ART: 1-5067768600 DATA ANOTACAO : 10/12/2008 DATA BAIXA : 00/00/0000

MOTIVO DA BAIXA :

CONTRATANTE : PRODEMGE
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO
PROPRIETARIO : PRODEMGE
CIDADE : BELO HORIZONTE - MG
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):
2628 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / TELECOMUNICACAO

FINALIDADE : 57190 REDE DE TELECOMUNICACOES
QUANTIFICACAO : 1,00 NUMERO DE CIRCUITOS
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 4.949.000,00
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00
TIPO DE CONTRATO : PRESTACAO DE SERVICOS
DESCRICAO COMPLEMENTAR: SERVICO DE ACESSO A INTERNET COM
CAPACIDADE DE 1GBPS


Antonio Brasiliro Barbosa
Auxiliar Administrativo
REG METROPOLITANA
CREA-MG

CÓD. 100120

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
RUA 09, 1155, ED. ATON, PRACA DO SOL, SETOR OESTE, GOIÂNIA-GO
AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO
DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FE





CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600, Stº Agostinho, Belo Horizonte - MG
30170-001, www.crea-mg.org.br, tel: 31.3299-8700,
0800.28 30273 (Ouvidoria) / 0800 31 2732 (Atendimento)

CERTIDAO: 007.476/08 (CONTINUACAO) FOLHA: 0003/0003

PROFISSIONAL:

NOME : ARNALDO LEITE FONSECA
TITULO : ENGENHEIRO EM ELETRONICA
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICACOES
REGISTRO : 0400000026790

ATRIBUICOES:

ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO
CONFEA.
ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427
DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

CONTRATADA : TNL PCS S.A

REGISTRO: 029065

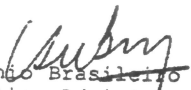
NRO DA ART: 1-5067798100 DATA ANOTACAO : 18/12/2008 DATA BAIXA : 00/00/0000


MOTIVO DA BAIXA :

CONTRATANTE : PRODEMGE
LOCAL DA OBRA/SERVICO : RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO 0
PROPRIETARIO : PRODEMGE
CIDADE : BELO HORIZONTE - MG
ATIVIDADE(S) TECNICA(S):
2628 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / TELECOMUNICACAO
3328 MANUTENCAO DE EQ./INSTALACAO / TELECOMUNICACAO
FINALIDADE : 57190 REDE DE TELECOMUNICACOES
QUANTIFICACAO : 1,00 NUMERO DE CIRCUITOS
VALOR OBRA / SERVICO : R\$ 760.835,16
CONTRATO/HONORARIOS : R\$ 0,00
TIPO DE CONTRATO : EMPREITADA
DESCRICAO COMPLEMENTAR: PRIMEIRO TA AO CONTRATO PS-541/07
VALOR MENSAL:63402,93 E PRORROGACAO DE
PRAZO.

BELO HORIZONTE

22 DE DEZEMBRO DE 2008.


Antonio Brasileiro Barbosa
Auxiliar Administrativo
REG METROPOLITANA
CREA-MG


Sirley do Espírito Santo
Assistente Administrativo
REG METROPOLITANA
CREA-MG

CÓD. 100120





CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Stº Agostinho - Belo Horizonte/MG
30 170-001 - www.crea-mg.org.br - Tel.: 31.3299-8700
0800 28 30 273 (Ouvidoria) - 0800 31 27 32 (Atendimento)

ART NÚMERO

1 - 50677686

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART MATRIZ OBRA / SERVIÇO

CONTRATADO

04 Nome do profissional responsável pela Obra ou Serviço

ARNALDO LEITE FONSECA

05 Registro no CREA

MG-26790/D

07 CPF

229.094.866-72

06 Título(s) do Profissional

ENGENHEIRO EM ELETRONICA

09 Endereço residencial do Profissional

RUA CALIFORNIA 858 APTO 102 SION BELO HORIZONTE MG

10 CEP

30315-500

08 Telefone

(31) 3285-2190

11 Nome da empresa contratada

TNL PCS S.A.

12 Registro no CREA

29065

13 CNPJ

04.164.616/0003-10

14 Capital Social

141.291.620,06

15 Telefone

(31) 3299-4721

16 Endereço para correspondência

AFONSO PENA, 4.001 11 ANDAR SERRA BELO HORIZONTE MG

17 CEP

30130-008

CONTRATANTE

18 Nome do contratante

PRODEMGE

19 CPF ou CNPJ

16.636.540/0001-04

20 Endereço para correspondência

RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO

21 CEP

30160-012

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

22 Nome do proprietário

PRODEMGE

23 CPF ou CNPJ

16.636.540/0001-04

24 Endereço da obra ou serviço

RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO

25 Município

BELO HORIZONTE-MG

26 CEP

30160-012

28 Atividade Técnica

01 Geral Tipo

26 28

02 Geral Tipo

03 Geral Tipo

04 Geral Tipo

05 Geral Tipo

06 Geral Tipo

07 Geral Tipo

08 Geral Tipo

09 Geral Tipo

10 Geral Tipo

33 Finalidade

57190

34 Ent. Classe

0086

35 Quantificação

1,00

36 Unidade

18

37 Valor da obra/serviço

4.949.000,00

38 Honorários

39 Tipo contrato

7

40 Descrição complementar

SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM CAPACIDADE DE 1GBPS

VINCULAÇÃO LEGAL

A ART é regida pela Lei 498/77 e, na falta de outro documento, vale para todos os efeitos legais, com caráter obrigatório.

LEMBRETE

Em: 19/11/08
Concluída a obra ou serviço, há a necessidade de solicitar baixa da ART no CREA-MG. Cada ART baixa-se mediante o acerto técnico do profissional, do qual pode-se obter certidão mediante requerimento. O acervo técnico é documento de grande valor principalmente como currículo para participação de licitações e comprovações junto à previdência para efeito de aposentadoria.
INSPECTORIA DE BELO HORIZONTE
As informações constantes nesta ART são de exclusiva responsabilidade do profissional.

41 Responsabilizamos-nos pela veracidade das informações prestadas

LOCAL E DATA

PROFISSIONAL

CONTRATANTE

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

42 Data do pagamento

43 Valor da taxa de ART

750,00

Esta ART foi verificada eletronicamente pelo CREA-MG em 19/11/2008
Documento válido após a comprovação do pagamento. É de responsabilidade do profissional o envio da via do CREA-MG para fins de registro no acervo técnico.

AUTENTICAÇÃO

CARTÓRIO INDIO ARTIAGA
RUA 09, 1155 - JARDIM SANTA CRUZ, GOIÂNIA-GO

VIA PROFISSIONAL
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FÉ



24 MAR. 2011

Selo de Autenticação
Corregedoria Geral da Justiça
AUTENTICAÇÃO
03070627025
Tabelionato de Notas
Robson Ferreira Ramos
Daniel Rodrigues de Souza
Escrivente



Telemar Norte Leste S/A Lista de pagamentos da execução progr.pgto.
10.12.2008/LM001 16.12.2008 /17:01:33
Rio de Janeiro
U28249
Empresa: TLM

Usuário:

Pág.: 1

Pagamento BancEmpr ID conta P Explicação (no idioma do país) Titular da conta
Montante pago Moeda
Div Empr N° doc. Tipo Data doc. Data base CPgt CL Montante bruto ME Total
deduções ME Mont.líquido ME Moeda Er.

Fornecedor 0000100055
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITET
S.A. SANTO AGOSTINHO
URA E AGRON MG
AV ALVARES CABRAL 1600
30170-001 BELO HORIZONTE-SANTO AGOSTINHO
BRASIL

Dados bancários
BANCO DO BRASIL

Cód.bancário: 00191629
N° conta: 601450

2001361546 001 RJ000 U Transf.bancária B.BRASIL- COMP CONSELHO
REGIONAL DE ENGENHARIA ARQ 750,00- BRL
MZ00 TLM 5102077705 RE 28.11.2008 04.12.2008 0001 31 750,00-
0,00 750,00- BRL

*

750,00- 0,00 750,00- BRL

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
RUA 09, 1155, ED. ATON, PRAÇA DO SOL, SETOR OESTE, GOIÂNIA-GO
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO
DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FÉ



24 MAR. 2011

Tabelionato de Notas
Robson Ferreira Ramos
Daniel Rodrigues de Souza
Escrevente



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Stº Agostinho - Belo Horizonte/MG
30170-001 - www.crea-mg.org.br - Tel.: 31.3299-8700
0800 28 30 273 (Ouvidoria) - 0800 31 27 32 (Atendimento)

ART NÚMERO
1 - 50677981

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART
MATRIZ OBRA / SERVIÇO

CONTRATADO

04 Nome do profissional responsável pela Obra ou Serviço

ARNALDO LEITE FONSECA

05 Registro no CREA

MG-26790/D

07 CPF

229.094.866-72

06 Título(s) do Profissional

ENGENHEIRO EM ELETRONICA

09 Endereço residencial do Profissional

RUA CALIFORNIA 858 APTO 102 SION BELO HORIZONTE MG

10 CEP

30315-500

08 Telefone

(31) 3285-2190

11 Nome da empresa contratada

TNL PCS S.A

12 Registro no CREA

29065

13 CNPJ

04.164.616/0003-10

14 Capital Social

141.291.620,06

15 Telefone

(31) 3299-4721

16 Endereço para correspondência

AFONSO PENA, 4.001 11 ANDAR SERRA BELO HORIZONTE MG

17 CEP

30130-008

CONTRATANTE

18 Nome do contratante

PRODEMGE

19 CPF ou CNPJ

16.636.540/0001-04

20 Endereço para correspondência

RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO

21 CEP

30160-012

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

22 Nome do proprietário

PRODEMGE

23 CPF ou CNPJ

16.636.540/0001-04

24 Endereço da obra ou serviço

RUA DA BAHIA 2277 SANTO ANTONIO

25 Município

BELO HORIZONTE-MG

26 CEP

30160-012

28 Atividade Técnica

01 Geral Tipo

26

02 Geral Tipo

33

03 Geral Tipo

28

04 Geral Tipo

05 Geral Tipo

06 Geral Tipo

07 Geral Tipo

08 Geral Tipo

09 Geral Tipo

10 Geral Tipo

33 Finalidade

57190

34 Ent. Classe

0060

35 Quantificação

1,00

36 Unidade

18

37 Valor da obra/serviço

760.835,16

38 Honorários

39 Tipo contrato

4

40 Descrição complementar

PRIMEIRO TAO CONTRATO PS-541/07 VALOR MENSAL: 63402,93 E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VINCULAÇÃO LEGAL

A ART é regida pela Lei 6496/77 e, na falta de outro documento, vale para todos os efeitos legais, como contrato entre as partes.

LEMBRETE

Concluída a obra ou serviço, há a necessidade de solicitar baixa da ART no CREA-MG. Cada ART baixada incorpora-se ao acervo técnico do profissional, do qual pode-se obter certidão mediante requerimento. O acervo técnico é documento de grande valia, principalmente como currículo, para participação de licitações e comprovações junto à previdência para efeito de aposentadoria.

As informações constantes nesta ART são de exclusiva responsabilidade do profissional.

41 Responsabilizamos-nos pela veracidade das informações prestadas

LOCAL E DATA

**CONTRATO APRESENTADO
CONFERIDO E DEVOLVIDO**

CONTRATADO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

42 Data do pagamento

43 Valor da taxa de RT

15,00

Esta ART foi verificada eletronicamente pelo CREA-MG em 11/1/2008. Documento válido após a comprovação do pagamento e de responsabilidade do profissional o envio da via do CREA-MG para fins de registro no acervo técnico.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

INSPECTORIA DE BELO HORIZONTE

CREA-MG

VIA PROFISSIONAL

CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FE



AUTENTICAÇÃO

03070627057

Arbiterato de Notas

Robson Ferreira Ramos

Paulo Rodrigues de Souza

Escriturante

24 MAR. 2011



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Stº Agostinho - Belo Horizonte/MG
30170-001 - www.crea-mg.org.br - Tel.: 31.3299-8700
0800 28 30 273 (Ouvidoria) - 0800 31 27 32 (Atendimento)

Recibo
do
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3394-4 / 005780-0	Vencimento 19/12/2008
Sacado ARNALDO LEITE FONSECA		Número do documento 15067798100	Nosso número 00000015067798100
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor (=) Valor do documento 15,00	(-) Dedução
Demonstrativo		(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART ELETRÔNICA: Profissional: MG-26790/D Tipo: Matriz - Número: 0050677981 ATENÇÃO: Não receber após a data de vencimento.			

BANCO DO BRASIL		001-9	00194.58652 90000.001504 67798.100219 1 00000000001500	
Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO			Vencimento 19/12/2008	
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MG			Agência / Código Cedente 3394-4/005780-0	
Data do Documento 19/11/2008	Número do Documento 15067798100	Espécie Documento RC	Aceite N	Data Processamento 19/11/2008
Nº Conta / Respo.	Carteira 18	Espécie Moeda R\$ (Real)	Quantidade	Valor X
Instruções ART ELETRÔNICA: Profissional: MG-26790/D Tipo: Matriz - Número: 0050677981 ATENÇÃO: Não receber após a data de vencimento.			1 (=) Valor Documento 15,00	
			2 (-) Desconto / Abatimento	
			3 (-) Outras Deduções	
			4 (+) Mora / Multa	
			5 (+) Outros Acréscimos	
			6 (=) Valor Cobrado	
Sacado: ARNALDO LEITE FONSECA RUA CALIFORNIA, 858 - APTO 102 - SION - BELO HORIZONTE / MG Sacador / Avalista:				



Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

RUA 09, 1155, ED. ATOM, PRAÇA DO SOF, SETOR OESTE, GOIÂNIA-GO

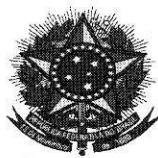
AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO
DOCUMENTO ORIGINAL, QUE ME FOI APRESENTADO. DOU FÉ

24 MAR. 2011



Delegado de Notas
Robson Ferreira Ramos
Daniel Rodrigues de Souza
Escrevente



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO
(SRME_x / 1915 - C Infor Nº 11 / 1966)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Centro Integrado de Telemática do Exército - CITE_x inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.518.297/0001-20, situado na Avenida Duque de Caxias s/nº, Brasília-DF, atesta para os devidos fins que a Empresa **OI MÓVEL S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.423.963/0001-11**, sediada no SCN, Qd. 03, BL. A – Andar Térreo - Parte 2 ED. Estação Tel. Centro Norte, CEP 70.713-900, nesta Capital, forneceu com excelência e tempestivamente a este CENTRO, os serviços descritos abaixo, objeto do contrato 09/2014-CITE_x, originados do processo licitatório da modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2014 – CITE_x, gerenciado por este Centro, UASG – 160091.

• Serviço de comunicação de dados que permita o tráfego de dados, voz e vídeo entre Pontos de Presença (PP) de abrangência nacional, por meio de uma rede IP multisserviços, em *Multi Protocol Label Switching* (MPLS):

- Implantação, configuração, administração, criptografia, gerenciamento e monitoramento;
- Quantidade de acessos contratados: 190 Pontos de Presença com bandas de 1 Mbps a 100 Mbps;
- Última milha disponibilizada em fibra ótica, par metálico, rádio enlace ou satélite;
- Acesso com dupla abordagem por rotas distintas em fibra ótica para o site central, Centros de Telemática de Área e Centros de Telemática, localizados em 12 capitais nacionais;
- Ativação de 2 (dois) *keyserver's*, principal e redundante;
- Disponibilidade da Solução de Gerência de Rede de 99,90%; e
- Disponibilidade do Enlace:
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,90% para enlaces de 16 Mbps a 250 Mbps;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,80% para enlaces de 1 Mbps a 8 Mbps e enlaces satelitais com banda garantida;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,70% para enlaces de 256 kbps e 512 kbps; e

• Serviço de comunicação de dados de abrangência nacional que permita o tráfego de dados destinados à rede mundial de computadores (Internet), por meio de uma rede IP multisserviços, em *Multi Protocol Label Switching* (MPLS):

- Implantação, configuração, administração, gerenciamento e monitoramento;
- Quantidade de acessos contratados: 173 Pontos de Presença com bandas de 1 Mbps a 250 Mbps;
- Última milha disponibilizada em fibra ótica, par metálico, rádio enlace ou satélite;
- Disponibilidade da Solução de Gerência de Rede de 99,90%; e
- Disponibilidade do Enlace:
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,90% para enlaces de 16 Mbps a 250 Mbps;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,80% para enlaces de 1 Mbps a 8 Mbps e enlaces satelitais com banda garantida;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,70% para enlaces de 256 kbps e 512 kbps; e

• Enlaces de acesso à internet a serem implantados em 12 (doze) Centros de Telemática de Área/Centros de Telemática (CTA/CT), no CITEx e, eventualmente, em algumas Organizações Militares do Exército Brasileiro no território nacional:

- Implantação, configuração, administração, gerenciamento e monitoramento;
- Quantidade de acessos contratados: 21 Pontos de Presença com bandas de 2 Mbps a 250 Mbps;
- Última milha disponibilizada em fibra ótica, par metálico, rádio enlace ou satélite;
- Implantação, manutenção e monitoramento de serviço de proteção contra ataques DDoS nos enlaces contratados com banda maior que 8 Mbps;
- Disponibilidade da Solução de Gerência de Rede de 99,90%; e
- Disponibilidade do Enlace:
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,90% para enlaces de 16 Mbps a 250 Mbps;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,80% para enlaces de 1 Mbps a 8 Mbps e enlaces satelitais com banda garantida;
 - Disponibilidade mensal mínima de 99,70% para enlaces de 256 kbps e 512 kbps; e

Responsável Técnico da Oi Móvel S/A: JOÃO MARCELO GORI PALKA – CREA/PR 24497/D-PR.

Todos os serviços foram fornecidos em conformidade com as especificações contidas nos Anexos e no Edital do processo licitatório que originou a contratação.

Atestamos, ainda, que até o presente momento não há nada que desabone a contratada.

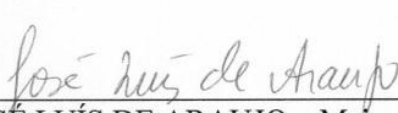
Responsável pelas informações:

Brasília, 17 de fevereiro de 2016.



NÍCOLAS ROCHA E SILVA - Maj

Fiscal Requisitante – contrato 09/2014-CITEx



JOSÉ LUÍS DE ARAUJO – Major
Ordenador de Despesas do CITEx

**CREA-RO**Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Rondônia

Certidão N°:

00019167

Autenticidade: 72478-62F4F-CC6B7-CCC4D-F9699

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

Protocolo: PRO-00161657/18	Selo: A-015 116 - A-015 116	Emissão: 04/10/2018
Carteira: 3620D RO	Profissional: MOISÉS DOS SANTOS CABRAL	Folha: 1
C.P.F.: 68746458204	Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA /	

CERTIFICAMOS QUE O PROFISSIONAL ACIMA QUALIFICADO REGISTROU A "ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA-ART", CONSTANTE DA PRESENTE CERTIDAO, TENDO SIDO COMPROVADA A EXECUCAO E CONCLUSAO DA OBRA E/OU SERVICO INDICADO CONFORME DESCRICAO ABAIXO:

Nº ART: 8300138062	Registrada em: 13/07/2018	Baixada em: 04/10/2018
Endereço Obra: AV. FARQUAR, 2986	Bairro: PEDRINHAS	
CEP: 76.801-470	Cidade: PORTO VELHO	UF: RO
Proprietário/Contratante: O ESTADO DE RONDONIA - SEFIN		
Empresa: 2719EMRO OI MOVEL S.A		
Atividade Técnica Execução de Obra ou Serviço	Área de Competencia SISTEMAS DE	Tipo de Obra OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Valor do Contrato 5.611.878,88	Número do Contrato 145/PGE-2016	Dimensão 0
Participação Técnica INDIVIDUAL	Motivo NORMAL	Vínculo EMPREGADO

ART REFERENTE AOS ITENS DO CONTRATO 145/PGE-2016 VINCULADO NA ART Nº 8300132154, LISTADOS ABAIXO:

>> 02 - LINKS DE INTERNET 200MBPS, COM SOLUÇÃO ANTIDDOIS, COM INTERLIGAÇÃO DO BACKBONE A OUTROS 2 (DOIS) SISTEMAS AUTÔNOMOS (AS - AUTONOMOUS SYSTEMS) NACIONAIS, ONDE A SOMA DA BANDA DE PASSAGEM É SUPERIOR A 300MBPS E OUTRA INTERLIGAÇÃO A 1 (UM) SISTEMA AUTÔNOMO (AS - AUTONOMOUS SYSTEMS) INTERNACIONAL, ONDE A BANDA DE PASSAGEM É SUPERIOR A 100MBPS;

>> REDUNDÂNCIA LOCAL DE MEIO FÍSICO POR CAMINHOS DISTINTOS E ROTEADORES USANDO PROTOCOLOS BGP E HSRP NO NOS CIRCUITOS IP;

>> SUPORTE TÉCNICO PARA TODA A SOLUÇÃO.

ESTE DOCUMENTO FOI EMITIDO POR MEIOS ELETRONICOS. SUA AUTENTICIDADE DEPENDE DO CODIGO ACIMA ESPECIFICADO. PARA VERIFICACAO CONSULTE O SITE WWW.CREARO.ORG.BR, CLIQUE EM CERTIDOES E INFORME O CODIGO.



SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
GERÊNCIA DE INFORMÁTICA



CONVITE Nº 2094367.17.8 / OPORTUNIDADE Nº 7001940692
Rev. 26/01/2017

ANEXO T1.1
(MODELO DE CARTA DE REFERÊNCIA DE CLIENTE)

SERVIÇOS
ATESTADO TÉCNICO

A Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia, atesta para os devidos fins que a empresa **Oi Móvel S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, estabelecida ao Setor Comercial Norte, Qd. 03, BL. A - Andar Térreo-Parte 2 ED. Estação Tel. Centro Norte, prestou satisfatoriamente os serviços abaixo relacionados:

Data da prestação do serviço	Escopo do Serviço (Conforme Contrato de nº 145/PGE-2016)
Início em 25/05/2016, prorrogável por até 60 meses.	<ul style="list-style-type: none">➤ 02 links de Internet 200 Mbps, com solução Anti DDoS, com interligação do backbone a outros 2 (dois) sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais, onde a soma da banda de passagem é superior a 300 Mbps e outra interligação a 1 (um) sistema autônomo (AS-Autonomous Systems) internacional, onde a banda de passagem é superior a 100 Mbps;➤ Redundância local de meio físico por caminhos distintos e roteadores usando protocolos BGP E HSRP nos circuitos IP;➤ Suporte técnico para toda a solução;

Gleison Gleison Silva de Franco
Gerente de Controle de Informação
Mat. 300098311

Porto Velho, 20 de Julho de 2018

Rafael Simões de Souza
GEINF/CRE/SEFIN
Rafael Simões de Souza
Analista de Suporte
GEINF / CRE / SEFIN
Mat. 300130992

Diego Fontana Rogini
CREA - 4308-D

Marcelo Hagge Siqueira
Secretário de Finanças - Adjunto
Matrícula: - 300023998



Atestamos para fins exclusivos de participação em licitações, que a empresa **OI MÓVEL S/A.** situada no Setor Comercial Norte, Qd. 03, BL. A - Andar Térreo-Parte 2 ED. Estação Tel. Centro Norte – Brasília / DF, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.423.963/0001-11 e no CREA-DF sob o No 6476/RF, vem prestando para a **CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 03.795.072/0001-60, o serviço de dados TC DATA, sobre fibra ótica, a partir de canais de dados Fibre Channel, Fast Ethernet e Giga Ethernet, utilizando rede DWDM com as seguintes características:

1. **Nº CONTRATO GERAL:** GC-Sul/066/2009
2. **PERÍODO DO CONTRATO:** 36 meses renováveis automaticamente
3. **PÉRIODO EXECUTADO:** 16/11/2009 à “Em andamento”.
4. **EMPRESA CONTRATADA:** OI MÓVEL S.A. - CNPJ 05423963/0001-11.
5. **EMPRESA CONTRATANTE:** CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI - CNPJ 03795072/0001-60.
6. **PROPRIETÁRIO:** CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI - CNPJ 03795072/0001-60.
7. **ART DO CONTRATO:** 9291357
8. **OBJETO:** Prestação de STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado e/ou SCM - Serviço de Comunicação Multimídia pela OI Móvel ao Contratante.
9. **ORDEM DE SERVIÇO:** ANEXO VIII AO TERMO ADITIVO 001/2009 AO CONTRATO GERAL GC-SUL/066/2009.
 - 9.1 **OBJETOS da O.S ANEXO VIII AO TERMO ADITIVO 001/2009 AO CONTRATO GERAL GC-SUL/066/2009:** Prestação de TC DATA/ DATA LINK, Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, através de cabos óticos e equipamentos que utilizam a tecnologia DWDM.
 - 9.2 **PERÍODO DA OS:** Início em 23/03/2015 e conclusão em 23/03/2018.
 - 9.3 **ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO TÉCNICO:** Av. Assis Brasil, 3940 – Jardim Lindóia - Porto Alegre/RS e Rua Eng. Afonso Cavalcante, 100 – Bela Vista - Porto Alegre/RS
 - 9.4 **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Engenheiro Eletricista Claudio Renato Abe / Registro CREA-RS 086829, CPF nº 609.839.810-00, RNP 2200788959.
 - 9.5 **ATIVIDADES EXECUTADAS SOB A SUA RESPONSABILIDADE TÉCNICA:** Elaboração, implantação e execução de projeto de sistemas relacionados aos serviços de telecomunicações.
 - 9.6 **ART DA OS:** 9230102.
 - 9.7 **QUANTIDADES DE CIRCUITOS INSTALADOS:** 02 (dois)
 - 9.8 **PRAZO DE INSTALAÇÃO:** 90 dias
 - 9.9 **REGIME DE OPERAÇÃO:** Diariamente, durante as 24 horas do dia
 - 9.10 **DISPONIBILIDADE MENSAL DO SERVIÇO:** 99,9%



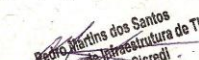
O referido serviço é prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta e satisfatória, com qualidade técnica suficiente, não havendo fatos que desabonem sua idoneidade técnica até a presente data.

Outrossim, informamos que a citada empresa cumpriu os prazos de instalação, com antecedência, e vem cumprindo os termos do contrato firmado.

Declaramos, ainda, que os serviços pós-venda vêm sendo prestados satisfatoriamente.



Porto Alegre (RS), 21 de setembro de 2017.


~~Coordenador de Infraestrutura de TI~~
~~Confederação Sicredi~~

Pedro Martins dos Santos

Coordenador de Gestão Telecom e Redes

CONFEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI

CNPJ 03795072000160

Av. Assis Brasil, 3940 – Bairro Jardim Lindoia – Porto Alegre - RS

Fone: 51 3358 8797

E-mail: pedro_dossantos@sicredi.com.br



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA - RS

Página 1
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1653305

ATIVIDADE EM ANDAMENTO

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **CLÁUDIO RENATO ABÊ** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **CLÁUDIO RENATO ABÊ**
Registro: **RS086829** RNP: 2200788959
Título Profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA

1 / 2

Número de ART: **9291357** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 29/09/2017 Baixada em: / /
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal
Empresa Contratada: NENHUMA EMPRESA
Contratante: OI MÓVEL S.A. CPF/CNPJ: 05423963000545
Rua: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS Nº: 512
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: PORTO ALEGRE UF: RS CEP: 90020022
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R\$ 105.104,10
Ação Institucional: Nº: 0
Endereço da obra/Serviço: CONFORME RESUMO DO CONTRATO
Complemento: Bairro: Nº: 0
Cidade: PORTO ALEGRE UF: RS CEP: 91010003
Data de Início: 16/11/2009 Conclusão efetiva: / / Coordenadas Geográficas:
Finalidade: Código: MPOG:
Proprietário: CONFEDER. INTEREST. DAS COOPER. LIGADAS AO SICREDI CPF/CNPJ: 03795072000160
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço: Quant: Und:
1. EXECUÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO 0,00 Ind.
2. EXECUÇÃO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA 0,00 Ind.
3. EXECUÇÃO EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO/TELECOMUNICAÇÃO 0,00 Ind.
4. EXECUÇÃO REDE DE TELEFONIA 0,00 Ind.

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

CONTRATO GERAL GC-SUL/0066/2009

Objeto do contrato: Prestação de STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e/ou SCM Serviço de Comunicação Multimídia pela OI ao Contratante.

Endereços da prestação do serviço: Av. Assis Brasil, 3940 - Jardim Lindóia - Porto Alegre - RS.

Rua Eng. Afonso Cavalcante, 100 - Bela Vista - Porto Alegre - RS.

2 / 2

Número de ART: **9293885** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 28/09/2017 Baixada em: / /
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal
Empresa Contratada: OI MÓVEL S.A. CPF/CNPJ: 03795072000160
Contratante: CONFEDER. INTEREST. DAS COOPER. LIGADAS AO SICREDI Nº: 3940
Rua: AVENIDA ASSIS BRASIL Bairro: JARDIM LINDÓIA
Cidade: PORTO ALEGRE UF: RS CEP: 91010003
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R\$ 3.936.751,83
Ação Institucional: Nº: 0
Endereço da obra/Serviço: DE ACORDO COM RESUMO DO CONTRATO
Complemento: Bairro: Nº: 0
Cidade: PORTO ALEGRE UF: RS CEP: 91010003
Data de Início: 23/03/2015 Conclusão efetiva: / / Coordenadas Geográficas:
Finalidade: Código: MPOG:
Proprietário: CONFEDER. INTEREST. DAS COOPER. LIGADAS AO SICREDI CPF/CNPJ: 03795072000160
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço: Quant: Und:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

Página 2

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1653305

ATIVIDADE EM ANDAMENTO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

1-EXECUÇÃO

SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS COM FO EM DWDM.

2,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Prestação de serviço de transmissão de dados através de cabos e equipamentos que utilizam a tecnologia DWDM.

Quantidade de circuitos instalados: 2

Número contrato: GC-Sul/066/2009 - aditivo 001/2009

Endereços da prestação do serviço:

Ponta A: Av Assis Brasil, 3940 - Jardim Lindoia - Porto Alegre, RS

Ponta B: Rua Eng. Afonso Cavalcante, 100 - Bela Vista - Porto Alegre, RS

ART 9293885 substitui a ART 9230102.

Observações

A ART 9293885 substitui a ART 9230102.

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2017064462 , está registrado com as CAT's número(s):

1653305

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 78042 a 78043 o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1653305

2 de Outubro de 2017 Hora: 10:57:30

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS (www.crea-rs.org.br), em Serviços - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS.

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver vinculado à essa pessoa jurídica.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

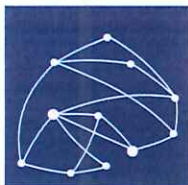
A CAT é válida em todo o território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Rua : São Luís , 77, CEP: 90620-170
Tel: (51) 3320-2100, E-mail: crears@crea-rs.org.br



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Rio Grande do Sul

**RNP**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a **TNL PCS S/A**, pertencente ao grupo Oi, situada na Rua Jangadeiros, nº 48 – Ipanema, Rio de Janeiro, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº 04.164.616/0001-59, executa serviço de transmissão de dados em 30 circuitos nas velocidades de 3 Gb/s e 10 Gb/s, sendo todos eles circuitos determinísticos. Seguem abaixo algumas das localidades atendidas:

Ponta A	Ponta B	Capacidade RNP (Gb/s)
Florianópolis	São Paulo	10
Curitiba	São Paulo	10
São Paulo	Belo Horizonte	10
Belo Horizonte	Brasília	10
Brasília	Rio de Janeiro	10
São Paulo	Rio de Janeiro	10
João Pessoa	Campina Grande	10

Nº Contrato: PROJETO DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA Nº 001/10

Período do Contrato: entre 2010 e 2020

Objeto do Contrato: Infraestrutura de rede (*backbone*)

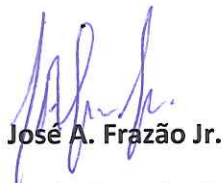
Quantidade de circuitos instalados: 30 circuitos (diversas velocidades)

Regime de Operação: 24h x 7d

Contratante do Objeto: REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP

CNPJ contratante: 03.508.097/0001-36

Outrosim, informamos que a citada **empresa** cumpriu os termos do contrato firmado, prestando o serviço de forma satisfatória, incluindo as atividades de pós-venda, não havendo fatos que desabonem sua idoneidade técnica operacional.



José A. Frazão Jr.

Diretor Adjunto de Engenharia e Operações

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2013

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e dos Aditivos Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Oi Móvel é uma das principais provedoras de serviços de telefonia móvel na Região II, compreendendo o Distrito Federal e nove estados localizados nas regiões Norte (Acre e Rondônia), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins) e Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).

	2019	2018	Var. %
PLANTA MÓVEL REGIÃO II	7.230	7.247	-0,2%
PRÉ-PAGO	4.601	5.100	-9,8%
PÓS-PAGO	2.629	2.147	22,4%

Em milhares

Com aproximadamente 7,2 milhões de clientes ao final de 2019 a Oi Móvel apresentou redução de 0,2% no total de assinantes, com uma participação no mercado de 13,0% segundo a ANATEL (*).

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2019.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida do exercício foi de R\$ 10.901 milhões em 2019, um acréscimo de 2,7% % em relação ao ano anterior.

A Oi Móvel registrou EBITDA de R\$ 2.567 milhões em 2019, um acréscimo de 68,5% no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA de R\$ 1.524 milhões.

A Companhia encerrou 2019 com um prejuízo de R\$ 985 milhões representando uma redução no resultado anterior da Companhia de 115,1%, em relação ao lucro de 2018, que foi de R\$ 6.526.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2019.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	374.686	2.180.050	Fornecedores	17	4.034.141	2.869.717
Aplicações financeiras	8	3.034	5.122	Salários, encargos sociais e benefícios	18	101.130	90.064
Contas a receber	9	4.150.040	4.811.594	Empréstimos e financiamentos	18	6.819	12.722
Estoques		26.927	19.063	Tributos correntes a recolher	10	23.825	906
Tributos correntes a recuperar	10	138.432	198.984	Outros tributos	11	370.079	414.623
Outros tributos	11	279.247	178.702	Dividendos e juros sobre capital próprio	26	656.781	663.778
Depósitos e bloqueios judiciais	12	23.740	72.756	Autorizações a pagar	19	58.582	29.530
Despesas antecipadas	13	431.152	334.475	Arrendamentos a pagar	20	945.314	
Dividendos e juros sobre capital próprio	26	841.518	833.996	Programa de refinanciamento fiscal	21	6.434	6.060
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	246	458	Provisões	22	85.919	89.599
Demaís ativos		359.687	424.963	Demaís obrigações	23	597.391	910.734
		6.628.709	9.060.163			6.886.415	5.087.733
Não circulante				Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	26	338	316	Fornecedores	17	7.342.885	471.695
Aplicações financeiras	8	29.115	32.127	Empréstimos e financiamentos	18	1.558.938	1.302.536
Tributos diferidos a recuperar	10	113.383	27.298	Outros tributos	11	240.317	55.914
Outros tributos	11	1.362.310	194.369	Arrendamentos a pagar	20	4.367.189	
Depósitos e bloqueios judiciais	12	514.603	482.254	Programa de refinanciamento fiscal	21	24.663	29.289
Despesas antecipadas	13	314.606	239.303	Provisões	22	487.236	261.807
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	3.765		Demaís obrigações	23	2.302.536	1.095.901
Demaís ativos	14	48.273	6.777			9.065.174	3.217.142
Investimentos	15	33.937	173.484	Patrimônio líquido	24		
Intangível	16	15.982.004	8.847.149	Capital social		7.342.885	7.377.436
		19.992.971	11.702.994	Reservas de lucros		3.322.976	5.080.174
		26.621.679	20.762.257	Outros resultados abrangentes		4.229	(228)
				Total do patrimônio líquido		10.670.090	12.457.382
				Total do passivo e patrimônio líquido		26.621.679	20.762.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Incentivos fiscais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
			investimentos	reservas				
Em 1 de janeiro de 2018	7.262.991					(976.295)	2.664	6.291.026
Aumento de capital	114.445							114.445
Aumento de capital em controlada						53.283		53.283
Incorporação de controlada						(8.303)		(8.303)
Efeitos da adoção inicial dos IFRS 9 e 15						202.286		202.286
Lucro líquido do exercício						6.526.304		6.526.304
Outros resultados abrangentes						1.972	(2.892)	(920)
Destinação do lucro do exercício:								
Reserva Legal		289.962				(289.962)		
Reserva de lucros a realizar				986.396		(986.396)		
Reserva de incentivos fiscais					604.873	(604.873)		
Reserva de investimentos			3.197.277			(3.197.277)		
Dividendos mínimos obrigatórios						(341.000)		(341.000)
Deliberação de juros sobre capital próprio						(379.739)		(379.739)
Em 31 de dezembro de 2018	7.377.436	289.962	3.197.277	988.062	604.873	(228)	12.457.382	12.457.382
Redução de capital	(34.551)							(34.551)
Cisão parcial						69		69
Prejuízo do exercício						(984.584)		(984.584)
Outros resultados abrangentes							4.457	4.457
Realização de reserva de investimentos				(770.802)		770.802		
Realização de outras reservas					(986.396)	986.396		
Deliberação de juros sobre capital próprio						(772.683)		(772.683)
Em 31 de dezembro de 2019	7.342.885		3.322.976			4.229	10.670.090	10.670.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel” ou “Companhia”), sediada no Brasil, no Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, Térreo – Parte 2, é uma companhia de capital fechado e subsidiária integral da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”). Foi constituída em 10 de dezembro de 2002, tendo por objeto a exploração da telefonia móvel celular. Em 2004 concluiu todos os processos necessários à sua operação comercial, que teve início no quarto trimestre.

Em 1 de fevereiro de 2014 a TNL PCS S.A. (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel no Brasil.

Para a exploração do SMP – Serviço Móvel Pessoal a Companhia adquiriu termos de autorização desse serviço junto à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, bem como autorizações de uso de radiofrequências que garantem a exploração do SMP, nas tecnologias 2G, 3G e 4G pelos próximos anos, em abrangência nacional. A mobilidade no acesso ao SMP, aos clientes da Companhia em determinados municípios do País, é viabilizada através de acordos de “roaming”, firmados com operadoras de telefonia móvel de outras regiões. Acordos celebrados com operadoras internacionais permitem a cobertura de principais rotas de deslocamentos turísticos na região do Mercosul, América do Norte, Europa e Japão.

A Companhia adota para a execução de suas atividades operacionais as tecnologias padronizadas pelo 3GPP – “3rd Generation Partnership Project” e suas evoluções. Dentre elas: o GSM – “Global System for Mobile Communications” para o 2G, o HSPA – “High Speed Packet Access” para o 3G e o LTE – “Long Term Evolution” para o 4G, garantindo escala, robustez, segurança e serviços globais com mais de 95% de cobertura mundial e mais de 9 bilhões de conexões. Os serviços prestados pela Companhia aos seus clientes são ofertados tanto à forma de pagamento, sob três modalidades: pós-pago, pré-pago e controle. Neste último plano, o cliente paga um valor mensal pré-determinado e pode adquirir créditos pré-pagos quando tiver necessidade de consumo adicional.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento extraordinário com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar ter sido sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas tendo sido revogadas as obrigações anteriormente imputadas às empresas do Grupo Oi.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de abril de 2020.

Reorganização societária – BrT Multimídia

Em 22 de março de 2018 a controladora Telemar e a Oi Móvel celebraram um Termo de Quitação de Contrato de Abertura de Linha de Crédito, no qual a Telemar se obrigou a transferir 446.244 quotas do capital social da BrT Multimídia para Oi Móvel. Nesse processo a Companhia passou a ser controladora da BrT Multimídia com 99,99% do capital social e o restante de 0,01% pertence a Telemar.

Incorporação da Oi Internet na Oi Móvel

Em 1 de março de 2018 a Oi Internet (operadora baseada no provimento de acesso à Internet, realizado de forma discada e por banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial, incluindo o acelerador de conexão à Internet) foi incorporada pela Oi Móvel. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, a Companhia, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, (“Copart 4” incorporada pela Oi), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5” incorporada pela Oi), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi”) ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi instalada, tendo o plano de recuperação judicial sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital – Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Oi concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital – Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Oi, suas controladas e os Investidores “Backstoppers”.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e American Depositary Warrants – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Oi iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados. O Reverso preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso.

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Oi iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto a SEC nos termos do “Securities Act”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “American Depositary Shares” e o “The Bank of New York Mellon”, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	Nota	2019	2018
Receita de vendas e/ou serviços	4	10.901.065	10.612.114
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(7.199.772)	(7.221.358)
Lucro bruto		3.701.293	3.390.756
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	14	(204.981)	(42.423)
Despesas com vendas	5	(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	5	(744.749)	(689.301)
Outras receitas operacionais	5	1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	5	(2.239.148)	(1.668.645)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(150.397)	(463.869)
Receitas financeiras	6	912.037	8.608.561
Despesas financeiras	6	(1.826.830)	(2.024.779)
Resultado financeiro	6	(914.793)	6.583.782
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		(1.065.190)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7	(5.479)	324.466
Diferido	7	86.085	81.925
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(984.584)	6.526.304
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	24(d)	(70.84)	469.59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	2019	2018
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(984.584)	6.526.304
Ganhos (perdas) atuariais	4.457	(228)
Total do resultado abrangente do exercício	(980.127)	6.526.076

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	2019	2018
Atividades operacionais	(1.065.190)	6.119.913
Lucro (prejuízo) antes das tributações		
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	894.627	1.336.755
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	10.092	(6.943.404)
Ajuste a valor justo de outros passivos	28.021	(96.652)
Depreciação e amortização (Nota 5)	2.717.826	1.987.693
Obrigações onerosas	1.230.820	1.211.138
Perdas esperadas em contas a receber de clientes (Nota 5)	348.129	426.677
Provisões (Nota 5)	246.411	76.234
Equivalência patrimonial (Nota 5)	204.981	42.423
Provisão para fundos de pensão	(52)	42
Perda na venda de ativos não circulantes	40.717	1.853
Participação de empregados e administradores	68.980	61.572
Recuperação de tributos	(1.370.393)	
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas	(22)	
Atualização monetária de provisões (Nota 6)	275.433	(10.631)
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	1.62	1.626
Outros	(12.329)	198.414
Mutações patrimoniais	319.613	4.419.635
Contas a receber	313.425	2.176.289
Tributos	(21.727)	(192.994)
Estoques	191.676	1.815
Aplicações financeiras	(107.347)	(476.750)
Resgate de aplicações financeiras	115.389	531.601
Fornecedores	400.044	(1.741.168)
Salários, encargos sociais e benefícios	(57.914)	(55.595)
Provisões	(73.994)	(113.509)
Outras contas ativas e passivas	(685.162)	(589.724)
Encargos financeiros pagos - Divida	74.390	(460.035)
Encargos financeiros pagos - Outros	(1.532)	(3.868)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(4)	(247)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(58.266)	(176.011)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(48.867)	(38.550)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(108.669)	(828.277)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	3.585.334	2.912.647
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.768.182)	(2.055.102)
Aumento/Redução de investimentos permanentes	98.628	(632.219)
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberamentos		13.591
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos		211.357
Recursos obtidos na venda de bens		3.013
Aumento de capital em controlada		(

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro de 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Oi emitiu 1.530.457.536 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Oi emitiu 93.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de ações de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Oi emitiu, aos investidores "Backsponsors", em uma colocação privada, 1.604.288.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões ("Saldo de Ações"). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Oi concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.805.411 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Oi no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Oi emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinada aos Investidores "Backsponsors", bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Oi passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Financiamento Extraordinário - Cláusula 5.3 do Plano

Em 23 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão da 1ª debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente). A emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e o vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures contarão com garantias reais e fiduciárias prestadas pela Oi Móvel, pela Oi e pela Telemar.

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informado aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R\$ 2.500.000.000,00.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano e está inserida no contexto de um financiamento extraordinário, na modalidade "Debt in Possession Financing" ("DIP Financing").

Prorrogação da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial pedido requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completa dois anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi, o que não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maioria parte dos processos de recuperação judicial. Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação das Empresas Oi, o requerimento apresentado ao Juízo da Recuperação Judicial circunstanciais relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências ainda a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação ("Plano Estratégico"), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Oi para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que: (i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e

(ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão acima foi publicada em 11 de março de 2020, as Empresas Oi deverão apresentar ao Juízo o aditamento ao PRJ até 08 de setembro de 2020, tendo a Nova AGC prevista de ocorrer em 06 de novembro de 2020.

A proposta de aditamento ao PRJ terá o objetivo de dar maior flexibilidade ao mesmo, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando à maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus "stakeholders". Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Empresas subsidiárias da Companhia

As controladas diretas e indiretas da Companhia são sediadas no Brasil e as participações nas empresas estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2019	Indireta 2019	Direta 2018	Indireta 2018
Pago Empreendimentos S.A. ("Pago")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100,00%		100,00%	
Pago Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Pago Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pago Administradora Ltda. ("Pago Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Dommo Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	0,01%		0,01%	
SERDE - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de Rede	0,88%		0,88%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BTr Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%		99,99%	
BTr Card Serviços Financeiros Ltda. ("BTr Card")	Serviços financeiros	0,01%		0,01%	
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	40,00%		40,00%	
VEX USA Inc.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Bryophyta SP Participações Ltda. ("Bryophyta") (i)	Investimentos em propriedades	0,20%		0,20%	
(ii) Em 27 de fevereiro de 2018, com a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, a Oi Móvel passou a ser sócia da Bryophyta					

As participações em empreendimentos controlados em conjunto estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2019	Indireta 2019	Direta 2018	Indireta 2018
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financiária		50,00%		50,00%
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadores	29,90%		29,90%	

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os emprestadores e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras providências das Empresas Oi. As Empresas Oi têm obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuar em operação.

Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 10.670.090, o prejuízo do exercício montava R\$ 984.584 e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 257.706. Em 31 de dezembro de 2018, o total do patrimônio líquido é de R\$ 12.457.382, o lucro líquido do exercício é de R\$ 6.526.304 e o capital circulante líquido é de R\$ 3.972.430.

As demonstrações e suas controladas não identificaram, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19, e ainda não é possível prever a extensão dos impactos de médio e longo prazos nos mercados e no cenário econômico mundial e brasileiro. No entanto, como a extensão da duração e efeitos desta crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas, em especial da Fibra.

Adicionalmente, a Controladora Oi e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha estas condições em bases trimestrais e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

O não atingimento desses indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido a dívidas. Como decorrência da pandemia do COVID-19 e a grande volatilidade ocorrida no câmbio, a Companhia, preventivamente, iniciou conversas junto a seus credores e obteve, com sucesso, um "waiver" caso eventualmente não logre cumprir com determinados "covenants" contratuais ao longo de 2020, de forma a evitar as consequências contratuais previstas para o não atingimento dos níveis estabelecidos para estes índices. Vide mais informações nas Notas 3 e 18.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board". Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

(b) Principais políticas contábeis

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia atua, como operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (i) Ativos reconhecidos sob o custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "sim-cards" e acessórios. A provisão para perdas com contas a receber é mensurada por um montante igual às perdas de crédito esperadas para vida inteira dos créditos, conforme permitido pelo IFRS 9 (Nota 9).

Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos, basicamente, incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável (Nota 14).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, os custos capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 15).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de "software" adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os "softwares" e a fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de "softwares" são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças (Nota 16).

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional. Para o teste de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios para a qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de capital alheio à Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento

financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursuais, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 18).

Na data da reestruturação / renovação dos passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconheceu os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9 CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, foi calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no fim do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 22).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos têm individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências são:

(a) Modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civil estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensuradas sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 25).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de substituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre bens ou serviços aos clientes em um montante que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfatória a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços contratados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidos no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização (Notas 4 e 5).

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que compõem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente comissões sobre vendas, são reconhecidos ao resultado em base sistemática consistente com a transferência dos bens e serviços aos clientes.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros sobre empréstimos com partes relacionadas e juros sobre créditos fiscais.

As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras (Notas 5 e 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e benefícios fiscais são reconhecidos no resultado.

continua ->

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício (Nota 24 (d)).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Após preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e conta a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e o direito a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrança dessas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de despesas de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

As perdas esperadas em contas a receber de clientes são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis e é preparada com base em taxas históricas de inadimplência e projeções de condições futuras que impactem as cobranças. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 22.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entendem ser adequados, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos e tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução do valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderia resultar em provisão para redução do valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou algumas reclassificações na demonstração do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essas reclassificações não afetaram o resultado do exercício e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

	Apresentação atual 2018	Apresentação original 2018
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.221.358)	(6.809.283)
Despesas com vendas	(1.956.588)	(2.195.458)
Outras despesas operacionais	(1.668.645)	(1.841.850)

(d) Normas novas, alterações e interpretações de normas**(d.1) Normas adotadas em 1º de janeiro de 2019**

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017 1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos 1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda 1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa 1 de janeiro de 2019
Alteração no IAS 19	Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios definidos. 1 de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures" 1 de janeiro de 2019
Entre as normas, alterações e interpretações citadas acima, apenas o IFRS 16 / CPC 06 (R2) teve impacto material na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme detalhamento a seguir:	

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reconhecer o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento com um ajuste do ativo de direito de uso.

Transição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com duração não próximos de 12 meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma taxa de desconto para arrendamentos com características semelhantes e excluir certos direitos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis e sites (espaco físico) e podem ser observados nas Notas 15 e 20.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente. A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade ("impairment") quando tais indicadores existem, considerando o conceito do grupo de formação de ativos para fins de teste de recuperabilidade.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa, pagamentos de juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avalia individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação".

Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três características principais: O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;

A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e

A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia reconheceu, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento a pagar, no montante de R\$ 5,6 bilhões (Notas 15 e 20). Em 31 de dezembro de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são R\$ 5,1 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, respectivamente.

A Companhia reconhece os impactos de diferenças temporárias do impacto de renda e da contribuição social diferidos provenientes da nova norma IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 2019	Ajustes	Saldo em 2019	Saldo em 2018
(com IFRS 16)	IFRS 16		(sem IFRS 16)	2018
Receitas de vendas e/ou serviços	10.901.065		10.901.065	10.612.114
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.199.772)	(406.293)	(7.606.065)	(7.221.358)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.701.293	(406.293)	3.295.000	3.390.756
Receitas (despesas) operacionais	(204.981)		(204.981)	(42.422)
Despesas com vendas	(2.047.616)		(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	(744.749)	(3.001)	(747.750)	(689.301)
Outras receitas operacionais	1.384.804		1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	(2.239.148)		(2.239.148)	(1.668.645)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(150.397)	(409.294)	(559.691)	(463.869)
Despesas financeiras	912.037		912.037	8.608.561
Despesas financeiras	(1.826.830)	642.213	(1.184.617)	(2.024.779)
Resultado financeiro	(914.793)	642.213	(272.580)	6.583.782
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(1.065.190)	232.919	(832.271)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(5.479)		(5.479)	324.466
Diferido	86.085		86.085	81.925
Lucro (Prejuízo) do exercício	(984.584)	232.919	(751.665)	6.526.304

IFRS 22 / CPC 23 - Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro

A aplicação da norma sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em situações em que há tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia, no que diz respeito a: (i) se uma entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente, (ii) estimativas que uma entidade deve fazer sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades tributárias, (iii) como uma entidade determina lucro tributável ou prejuízo fiscal, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas, e (iv) como uma entidade considera mudanças em fatos e circunstâncias.

A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, realizou avaliações acerca do tema e concluiu que não há impacto significativo para as demonstrações contábeis da Companhia.

(d.2) Normas novas, interpretações ainda não adotadas

As novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020:

	Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Erros	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Contábeis (Emenda - Definição de Material)	1 de janeiro de 2020
IFRS 3	Combinações de negócios (alteração - definição de negócio)	1 de janeiro de 2020

A Companhia está avaliando o impacto dessas alterações nas normas contábeis.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Mensuração do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis).

Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "inputs" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, diretas ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços para ativos em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado no dia efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um

valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da nova emissão de passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente, conforme orientações contábeis no IFRS 9 / CPC 48.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos passivos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são resumidos como segue:

	2019		2018	
	Mensuração contábil	Valor justo	Mensuração contábil	Valor justo
Ativos				
Equivalentes de caixa	Valor justo	304.914	304.914	2.128.007
Aplicações financeiras	Valor justo	32.149	32.149	37.249
Contas a receber (i)	Custo amortizado	4.150.040	4.150.040	4.811.594
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	338	338	316
Passivos				
Fornecedores (i)	Custo amortizado	4.118.436	4.118.436	3.341.412
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	1.565.757	1.565.757	1.315.258
Dividendos	Custo amortizado	656.781	656.781	663.778
Autorizações a pagar (iii)	Custo amortizado	58.582	58.582	29.530
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	31.097	31.097	35.349
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	5.312.503	5.312.503	

Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, teriam seus créditos recebíveis em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento, que se encerrou em 26 de fevereiro de 2018. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor justo.

(ii) Para o exercício encerrado em 2018, parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, que não possuem mercado, e por isso, não são percebidos ajustes significativos de valor justo. No ano-calendário de 2019, alguns dos passivos registrados foram contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRI.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

O nívelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras avaliadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são detalhados abaixo.

	Valor justo		Valor justo	
	Hierarquia do valor justo	2019	Hierarquia do valor justo	2018
Ativos				
Equivalentes de caixa	Nível 2	304.914	304.914	2.128.007
Aplicações financeiras	Nível 2	32.149	32.149	37.249

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças, Diretor de Regulação, Atacado e Assuntos Internacionais, Diretor Jurídico, Diretor de Compliance, Diretor de Contabilidade, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de "Hedge" e Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRI, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros.

3.2.1. Risco de mercado**(a) Risco de taxa de juros****Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia também possui títulos de renda fixa (CDIs) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal - PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente a 95% da taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional, vinculados ao indexador TJLP e ao CDI, bem como empréstimos e financiamentos a taxas fixas. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira. O risco inerente aos passivos em TJLP e CDI surge em razão da possibilidade de existir flutuação nessas taxas. Não há passivos financeiros atrelados ao câmbio.

Os ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	304.914	304.914	2.128.007	2.128.007
Aplicações financeiras	32.149	32.149	37.249	37.249
Créditos com partes relacionadas	338	338	316	316
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.565.757	1.565.757	1.315.258	1.315.258

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP.

O TJLP manteve-se estável em 7,0% a.a. de 1 de abril a 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março, 6,6% a.a. de abril a junho e 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018. De outubro a dezembro de 2018, por sua vez, a taxa sofreu elevação para 6,98% a.a. e, de janeiro a março de 2019, subiu para 7,03%, voltando a ser reduzida novamente de abril a junho, para 6,26%, de julho a setembro para 5,95% e de outubro a dezembro para 5,57%. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

Vale ressaltar que após o fechamento do exercício de 2019 a Companhia emitiu R\$ 1.890 milhões em debêntures simples cuja remuneração inclui, além de taxa fixa, a variação do dólar norte-americano. No período que segue o fechamento desta Demonstração, portanto, a Companhia também passará a ter risco cambial em seus passivos financeiros.

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contradas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

No início de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ. Com este aumento foram aportados R\$ 4,0 bilhões na Oi S.A., que foram alocados no Plano de CAPEX incremental das empresas do grupo, direcionados à expansão de infraestrutura móvel e fixa, mas centrado principalmente no projeto de fibra óptica. Adicionalmente ao aumento de capital, para financiar o CAPEX incremental associado ao Plano Estratégico, a Companhia planeja desinvestir ativos não essenciais e liberar caixa através de eventos não operacionais como, por exemplo créditos fiscais. Soma-se a isso a emissão de até R\$ 2,5 bilhões em debêntures simples pela Companhia, não conversíveis em ações, um financiamento extraconceitual, na modalidade de "Debt in Possession Financing" ("DIP Financing"), em linha com o previsto na Cláusula 5.3 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e avançamento financeiro que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua avançamento financeira e gestão da dívida. Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA entre 2x e 4,0x
Índice de cobertura de juros (*) maior que 1,75
(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplência em alguns dos instrumentos de dívida da controladora Oi e de suas controladas poderia acarretar o vencimento antecipado de outros contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia, neste momento, não antecipa risco de descumprimento de nenhuma de suas obrigações pecuniárias regulares.

O risco de vencimento antecipado, decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, está detalhado na Nota 18, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2019	2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	15.023.697	15.179.861
Deduções da receita bruta	(4.122.632)	(4.567.747)
Tributos	(2.753.607)	(3.012.699)
Outras deduções	(1.369.025)	(1.555.048)
Receita de vendas e/ou serviços	10.901.065	10.612.114

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	2019	2018
Recetas de vendas e/ou serviços	10.901.065	10.612.114
Recetas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(304.508)	(395.837)
Pessoal	(522.696)	(457.120)
Serviços de terceiros	(3.492.827)	(3.227.250)
Serviço de manutenção da rede	(167.323)	(153.495)
Custo de aparelhos e outros	(33.829)	(5.451)
Publicidade e propaganda	(336.834)	(228.451)
Aluguéis e seguros (i)	(1.422.614)	(2.309.126)
Provisões / Reversões	(246.411)	(76.234)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(348.129)	(426.677)
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(1.458.489)	(1.808.649)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(8.333.636)	(9.088.290)
Depreciação e amortização	(2.717.826)	(1.987.693)
Total das despesas operacionais	(11.051.462)	(11.075.983)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(150.397)	(463.869)
Resultado financeiro:		
Recetas financeiras	912.037	8.608.561
Despesas financeiras	(1.826.830)	(2.024.779)
Total do resultado financeiro	(914.793)	6.583.782
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(1.065.190)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social	80.606	406.391
Lucro (Prejuízo) do exercício	(984.584)	6.526.304
Despesas operacionais por função:		
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.199.772)	(7.221.358)
Despesas com vendas	(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	(744.749)	(689.301)
Outras receitas operacionais	1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	(2.239.148)	(1.668.645)
Resultado de equivalência patrimonial	(204.981)	(42.423)
Total das despesas operacionais	(11.051.462)	(11.075.983)

(i) O comparativo do exercício foi impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16/CPIC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019 (Notas 2(d), 15 e 20).

(ii) Em 2019, refere-se, principalmente a: (a) ao registro contábil de outras receitas com créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, no montante de R\$ 727.224 (Nota 11) e (b) reconhecimento de despesa com provisão relativa a contrato oneroso decorrente de fornecimento de capacidade satelital, no montante de R\$ 1.230.820 (Nota 23). Em 2018, refere-se, substancialmente a despesa com provisão relativa a reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade de cabos submarinos, no montante de R\$ 1.211.138.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Recetas financeiras		
Ajuste a valor justo	1.909	81.306
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas (i)	144.306	7.075.720
Rendimentos de aplicações financeiras	47.012	103.293
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (ii)	681.975	78.315
Outras receitas financeiras (iii)	36.835	1.269.927
Total	912.037	8.608.561
Despesas financeiras e outros encargos		
a) Despesas com empréstimos e financiamentos		
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros (iv)	(94.367)	32.290
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas (i)	(304.834)	(1.843.408)
Apropriação do ajuste a valor justo	(4.959)	(4.223)
Sub-total:	(404.160)	(1.815.341)
b) Outros encargos		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(262.951)	89.143
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(275.433)	10.631
Impostos sobre operações financeiras e encargos bancários (v)	(197.913)	(167.803)
Juros sobre impostos e contribuições		
parcelados - refinanciamento fiscal	(1.562)	(1.674)
Juros sobre arrendamentos (vi)	(642.306)	(82.545)
Outras despesas financeiras	(42.505)	(57.190)
Sub-total:	(1.422.670)	(209.438)
Total	(1.826.830)	(2.024.779)
Resultado financeiro	(914.793)	6.583.782

(i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo líquido no montante de R\$ 6.866 milhões, reversão de juros ativos no montante de R\$ 962 milhões e variação cambial negativa de

R\$ 745 milhões.

(ii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 643 milhões, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, conforme descrito na Nota 11.

(iii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior à homologação do plano e outras receitas no montante de R\$ 733 milhões e ajuste a valor justo de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 314 milhões.

(iv) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de IRRF sobre o mútuo da Oi Coop x Oi Móvel no montante de R\$ 115 milhões.

(v) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

(vi) Representado, principalmente, pelo ajuste a valor justo de Uso de Torres.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Tributos correntes	(5.479)	324.466
Tributos diferidos	86.085	81.925
Total	80.606	406.391

Lucro (prejuízo) antes das tributações

IRPJ E CSLL

	2019	2018
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	362.165	(2.080.770)
Equivalência patrimonial	(69.694)	(14.424)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	259.703	123.341
Incentivos fiscais	731	
Exclusões (adições) permanentes (i)	(9.328)	2.241.821
Provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(462.971)	136.423
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	80.606	406.391

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, receita da redução de multa e juros do parcelamento referente a Lei nº 12.996/2014 e baixa de créditos fiscais não recuperáveis e Valor Justo Financeiro (AVJ).

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e contas bancárias	69.772	52.043
Equivalentes de caixa	304.914	2.128.007
Total	374.686	2.180.050
Operações compromissadas	209.817	1.617.700
Títulos privados	21.592	426.197
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	2.765	83.043
Outros	740	1.067
Equivalentes de caixa	304.914	2.128.007

(b) Aplicações financeiras

	2019	2018
Títulos privados (i)	29.119	33.494
Títulos públicos	3.030	3.755
Aplicações financeiras	32.149	37.249
Circulante	3.034	5.122
Não circulante	29.115	32.127
(i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") mantidos como caução de financiamentos (vide Nota 18).		

9. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Serviços faturados	2.908.491	3.385.022
Serviços a faturar	316.883	298.403
Aparelhos, acessórios e outros ativos	1.181.936	1.382.815
Subtotal (i)	4.407.310	5.066.240
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(257.270)	(254.646)
Total	4.150.040	4.811.594

(i) Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 26.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2019	2018
A vencer	3.382.877	3.954.622
Vencidas até 60 dias	230.395	241.100
Vencidas de 61 a 90 dias	46.050	48.043
Vencidas de 91 a 120 dias	44.038	53.370
Vencidas de 121 a 150 dias	33.356	48.936
Vencidas acima de 150 dias	670.594	720.169
Total	4.407.310	5.066.240

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	2019	2018
Saldo em 01/01/2018	(135.971)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(426.677)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	410.940	
Adoção CPC 48/IFRS 9 (*)	(102.938)	
Saldo em 2018	(254.646)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(348.129)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	345.505	
Saldo em 2019	(257.270)	

(*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido.

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	2019	2018
Tributos correntes a recuperar		
IR a recuperar (i)	95.200	107.627
CS a recuperar (i)	28.632	47.556
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	14.600	43.801
Total circulante	138.432	198.984
Tributos diferidos a recuperar		
IR e CS sobre diferenças temporárias	113.383	27.298
Total não circulante	113.383	27.298
PASSIVO		
Tributos correntes a recolher		
IR a pagar	17.372	666
CS a pagar	6.453	240
Total circulante	23.825	906
(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.		
(ii) A Companhia registra créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuos, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.		

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2019
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Provisões	62.987	71.971		134.958
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	8.341	33.528		41.869
Provisões para fundos de pensão	589		(1.413)	(824)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	98.864	(450)		98.414
Participação nos lucros	30.931	3.737		34.668
Variação cambial	230.663	49.192		279.855
Outras adições e exclusões temporárias	87.424	119.145		206.569
Provisão ao valor de recuperação	(849.815)	(630.000)	1.413	(1478.402)
Obrigação onerosa	378.925	412.325		791.250
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo	(56.620)	56.620		
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(7.711)	116.068		108.357
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	379.714	(53.891)		325.823
Provisão ao valor de recuperação	(344.705)	23.908		(320.797)
Total de tributos diferidos ativos	27.298	86.085		113.383
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo	(653.846)	(86.501)		(740.347)
Provisão ao valor de recuperação	597.226	143.121		740.347
Diferenças temporárias e IR e CS Ativo	56.620	(56.620)		
Total de tributos diferidos passivos				

11. OUTROS TRIBUTOS

	2019	2018
ICMS a recuperar (i)	426.537	363.640
PIS/COFINS (ii)	1.174.899	6.841
Outros (iii)	40.121	2.590
Total	1.641.557	373.071
Circulante	279.247	178.702
Não circulante	1.362.310	194.369

	2019	2018
ICMS	246.747	219.997
ICMS Convênio nº 69/1998	86.841	8.782
PIS e COFINS	154.069	74.259
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	102.651	101.382
Outros	20.088	66.117
Total	610.396	470.537

Circulante 370.079 414.623
Não circulante 240.317 55.914

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

A Oi Móvel, e sua controladora Telemar, junto com a Oi, possuem ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro/2019, de modo que a Cia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho/2019. O montante total apurado do crédito foi de R\$ 1,4 bilhões.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

(iv) A Oi Móvel, em litisconsórcio com as suas controladoras, Oi e Telemar ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias,

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

Controladas	Patrimônio líquido	Capital social integralizado	Lucro (Prejuízo) do exercício	2019			
				Qtde. milhares de		Participação - %	
				Ações Ordinárias	Cotas	Capital total	Capital votante
Paggo	(189.948)	1.451.467	(168.461)	191.001.500		100,00	100,00
Brt Multimídia	140.133	346.246	6.164		346.245	99,99	99,99
Pointer	(3.745)	39.395	(132)	701.261		100,00	100,00
Sercede	(316.820)	1.987.888	(184.123)	1.222.986		0,88	0,88
Controladas	Patrimônio líquido	Capital social integralizado	Lucro (Prejuízo) do exercício	2018			
				Qtde. milhares de		Participação - %	
				Ações Ordinárias	Cotas	Capital total	Capital votante
Paggo	(21.488)	1.451.467	(131.471)	191.001.500		100,00	100,00
Brt Multimídia	242.518	446.246	6.470		446.245	99,99	99,99
Pointer	(913)	39.395	5.504	701.261		100,00	100,00
Sercede	(132.696)	1.987.888	103.244	1.222.986		0,88	0,88

15. IMOBILIZADO

Controladas	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros (i)	Direito de uso - Arrendamentos			Total
				Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	
Paggo	(168.461)		189.948	(130.171)			21.488
Oi Internet				92.964			
Brt Multimídia	6.164		140.133	2.047		242.518	
Pointer	(2.832)			2.829			1.287
Sercede	(1.620)			174			1.168
Gamecorp	(789)			(587)			
Lucro não realizado	(37.162)		(121.816)	(9.679)		(84.654)	
Total	(204.699)		18.317	196.855	(42.423)	157.864	23.943
Custo do imobilizado (valor bruto)	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018	Saldo em 01/01/2018
Incorporação de controlada	559.336	3.412.728	15.303.754	131.788	70.099	1.465.234	20.942.939
Adições	1.902.827		136.921	532	4.472	70.449	75.453
Baixas	(3.535)		(40.008)			1.793	(43.543)
Transferências	(1.767.142)	49.493	1.486.527	156.397	3.809	70.916	22.988.912
Saldo em 2019	691.486	3.462.221	16.887.194	261.239	78.380	1.608.392	22.988.912
Ciclo parcial				(50.351)			(50.351)
Adição inicial IFRS 16				5.648.463			5.648.463
Modificações contratuais				63.058			63.058
Adições	3.656.234		67.480	(3.186)		1.513	3.760.682
Baixas	(36.505)		(10.898)			(250)	(37.753)
Transferências	(3.377.265)	114.740	3.016.591	128.214	7.987	109.733	109.733
Saldo em 2019	933.950	3.576.961	19.960.367	335.916	86.367	1.719.388	32.300.340
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2018		(2.399.405)	(9.079.797)	(108.272)	(23.405)	(1.025.211)	(12.636.090)
Incorporação de controlada				(4.472)		(57.583)	(62.055)
Despesas de depreciação		(181.204)	(1.062.359)	(80.967)	(1.838)	(157.450)	(1.483.818)
Baixas			35.708				35.708
Transferências				1	63	(64)	
Saldo em 2018		(2.580.609)	(10.106.448)	(189.644)	(29.652)	(1.235.390)	(14.141.763)
Ciclo parcial				15.869			15.869
Despesas de depreciação		(184.276)	(1.225.534)	(93.455)	(2.288)	(611.522)	(2.203.063)
Baixas			6.932			3.683	3.683
Transferências				26	171	(203)	
Saldo em 2019		(2.764.885)	(11.325.044)	(267.224)	(31.769)	(607.839)	(16.318.336)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2018	691.486	881.612	6.780.746	71.575	48.728	373.002	8.847.149
Saldo em 2019	933.950	812.076	8.635.323	68.692	54.598	5.079.552	15.982.004
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	9%	7%	8%	11%

(i) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

Em dezembro de 2019 foi deliberado em AGE a Cisão Parcial da Companhia com a incorporação das torres de telefonia móvel pela Dommo. Esta operação constitui etapa do processo de reestruturação societária prevista no plano de recuperação judicial das Empresas Oi e propiciará a otimização da gestão de determinados ativos e sua exploração comercial pela Dommo.

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

Controladas	Torres	Espaço físico	Imóveis	Total
Saldo em 2018				
Adição inicial IFRS 16	5.341.283	266.508	40.672	5.648.463
Modificações contratuais	57.641	100	5.317	63.058
Adições	18.907	17.802	1.932	38.641
Baixas	(18.805)	(43.766)	(200)	(62.771)
Saldo em 2019	5.399.026	240.644	47.721	5.687.391
Depreciação acumulada				
Saldo em 2018				
Despesas de depreciação	(559.840)	(44.198)	(7.484)	(611.522)
Baixas	1.576	2.063	44	3.683
Saldo em 2019	(558.264)	(42.135)	(7.440)	(607.839)
Direito de uso líquido				
Saldo em 2018				
Saldo em 2019	4.840.762	198.509	40.281	5.079.552

16. INTANGÍVEL

Controladas	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	4.958	3.387.681	3.812.808	1.173.172	8.378.619
Incorporação de controlada		146.419	13.430	16.542	176.391
Adições	255.856	46		73.436	329.338
Transferências	(243.996)	225.975		18.021	
Saldo em 2018	16.818	3.760.121	3.826.238	1.281.171	8.884.348
Adições	356.359	5.812		44.212	406.383
Transferências	(371.450)	334.565		36.885	
Saldo em 2019	1.727	4.100.498	3.826.238	1.362.268	9.290.731
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2018		(2.650.848)	(2.861.934)	(1.008.676)	(6.521.458)
Incorporação de controlada		(130.162)	(13.430)	(16.406)	(159.998)
Despesas de amortização		(259.883)	(148.986)	(95.006)	(503.875)
Saldo em 2018		(3.040.893)	(3.024.350)	(1.120.088)	(7.185.331)
Despesas de amortização		(273.046)	(147.563)	(94.154)	(514.763)
Saldo em 2019		(3.313.939)	(3.171.913)	(1.214.242)	(7.700.094)
Intangível líquido					
Saldo em 2018	16.818	719.228	801.888	161.083	1.699.017
Saldo em 2019	1.727	786.559	654.325	148.026	1.590.637
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

17. FORNECEDORES

Controladas	2019	2018
Serviços	2.867.457	2.751.966
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção de planta	1.010.012	835.618
Aluguel de postes e direito de passagem	17.625	86.867
ANATEL AGU	80.981	76.436
Ajuste a valor justo	(306.973)	(338.826)
Outros	449.336	(70.649)
Total	4.118.436	3.341.412
Circulante	4.034.141	2.869.717
Não circulante	84.295	471.695
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial (i)	675.641	630.849
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	3.442.795	2.710.563
Total	4.118.436	3.341.412

(i) A redução ocorrida nesta rubrica considera valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos da rubrica de provisão e serão pagos nos termos do PRJ.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza					
2019	2018	Vencimento Contratual	Principal	Juros	Total
Instituições Financeiras Moeda Nacional					
BNDES	1.165.108	1.067.385	Mar/2024 a Fev/2033	Semestral	
Outros	181.105	182.951	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral	
Oferta Geral					
Moeda nacional	29	29	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única	
Mútuo e Debêntures com controladoras	7.153.410	7.008.924			
Subtotal	8.499.652	8.259.289			
Custo de transação incorrido	(583)	(627)			
Ajuste a valor justo (*)	(6.933.312)	(6.943.404)			
Total	1.565.757	1.315.258			
Circulante	6.819	12.722			
Não circulante	1.558.938	1.302.536			

(*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por

taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

Controladas	2019	2018
Instituições financeiras	583	627
Total	583	627
Não circulante	583	627

Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)

Controladas	2019	2018
Reais	1.271.924	1.172.935
Euro (i)	293.833	142.323
Total	1.565.757	1.315.258

(i) Referência a mútuo com partes relacionadas (Nota 26).

Composição da dívida por indexador

Controladas	Indexador/Taxa	2019	2018
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	1.164.525	1.066.758
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. - 10,00% a.a.	322.794	183.312
CDI	80,00% CDI	78.435	65.186
TR	0,00%	3	2
Total		1.565.757	1.315.258

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Divida de longo prazo	Custo de transação
	2019	
2021	1,925	44
2022	751	44
2023	5,739	44
2024	56,855	44
2025 e exercicios seguintes	8,427,563	407
Total	8,492,833	583

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da sua controladora indireta Oi no montante de R\$ 1.165 milhões.

"Covenants"

A controladora Oi e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A controladora Oi e suas controladas acompanham estas condições em bases trimestrais e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controladora Oi e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos. O não atingimento desses indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido de dívidas. Como decorrência da pandemia do COVID-19 e a grande volatilidade ocorrida no câmbio, a controladora Oi e suas controladas, preventivamente, iniciaram conversas junto a seus credores e obtiveram, com sucesso, um "waiver" caso eventualmente não logre cumprir com determinados "covenants" contratuais ao longo de 2020, de forma a evitar as consequências contratuais previstas para um não atingimento dos níveis estabelecidos para estes índices.

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

Controladas	2018	2019	variação monetária e cambial	Juros e Apropriação	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	2019
Empréstimos e Financiamentos	1.315.258	238.853	10.092	(12.921)	(4)	14.479	1.565.757	
19. AUTORIZAÇÕES A PAGAR								
SMP								1.025
Autorizações de SMP								28.505
Total								29.530
Circulante								29.530

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas autorizações de prestação de SMP, obtidas através de leilões.

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Arrendamentos de SMP		
Total	58.582	29.530
Circulante	58.582	29.530
Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas autorizações de prestação de SMP, obtidas através de leilões.		
20. ARRENDAMENTOS A PAGAR		
	2019	2018
Torres	5.062.815	
Espaço físico	207.367	
Imóveis	42.321	
Total	5.312.503	
Circulante	945.314	
Não circulante	4.367.189	
Movimentação dos arrendamentos a pagar		

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

22. PROVISÕES			
Composição do saldo			
Natureza	2019	2018	
Trabalhista			
(i) Horas extras	9.256	9.408	
(ii) Adicionais diversos	3.630	2.283	
(iii) Estabilidade / Reintegração	2.630	2.919	
(iv) Indenizações	2.613	3.505	
(v) Honorários advocatícios/periciais	1.669	816	
(vi) Verbas rescisórias	1.416	1.238	
(vii) Diferenças salariais	963	745	
(viii) FGTS	377	358	
(ix) Multas trabalhistas	351	416	
(x) Demais ações	612	762	
Total	23.517	22.450	
Tributária			
(i) ISS	1.530	1.635	
(ii) ICMS	133.878	119.394	
(iii) Demais ações	5.879	5.932	
Total	141.287	126.961	
Cível			
(i) Juízo Especial	37.498	53.585	
(ii) ANATEL	70.328	58.808	
(iii) Demais ações	300.525	89.602	
Total	408.351	201.995	
Total das provisões	573.155	351.406	
Circulante	85.919	89.599	
Não circulante	487.236	261.807	

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registra transição contábil, é a seguinte:

	2019	2018
Trabalhista	54.368	47.561
Tributária	7.853.115	7.592.877
Cível	528.125	275.272
Total	8.435.608	7.915.710

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Trabalhista	Tributária	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2018	22.864	129.694	284.217	436.775
Atualização monetária	(3.388)	4.533	(11.776)	(10.631)
Adições / (Reversões) (i)	9.075	10.801	56.358	76.234
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(16.869)	(21.309)	(128.583)	(166.761)
Incorporação de controlada	10.768	3.242	1.779	15.789
Saldo em 2018	22.450	126.961	201.995	351.406
Atualização monetária (ii)	5.046	4.603	265.784	275.433
Adições / (Reversões) (iii)	(1.245)	233.537	14.119	246.411
Baixas por pagamentos / encerramentos	(2.734)	(223.814)	(73.547)	(300.095)
Saldo em 2019	23.517	141.287	408.351	573.155

(i) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ.

(ii) A Companhia realizou o monitoramento contínuo dos seus processos e revisou a metodologia do cálculo de estimativas da provisão, considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda realizado pela Administração suportada por seus assessores legais.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões
A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(i) Horas extras - reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

(ii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base no artigo 193 da CLT, em razão de suporte risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência.

(iii) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial de emprego, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(iv) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doenças do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(v) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

(vi) Verbas rescisórias - representada por verbas devidas e não quitadas quando da rescisão contratual dos ex-empregados, incluindo indenização prevista no PIRC - Plano Incentivado de Rescisão Contratual.

(vii) Diferenças salariais - representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/requadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.

(viii) FGTS - reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante.

(ix) Multas trabalhistas - multas previstas na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho pela inobservância de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado.

(x) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a vínculo empregatício, adicionais diversos, honorários advocatícios/periciais, pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Tributárias
As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo PRJ.

(i) ISS - refere-se a provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicional, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(ii) ICMS - a provisão refere-se a exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto.

(iii) Demais ações - refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cíveis
(i) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(ii) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 810 milhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 608 milhões em processos judiciais e R\$ 202 milhões em processos ilíquidos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências reguladoras, passando a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor desta provisão era de R\$ 49 milhões.

Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos.

A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interpo o agravo de instrumento nº 001068-32/2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi provido pela 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telemar com o objetivo de que fossem quitadas as 6 (seis) primeiras parcelas

do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRJ. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL foram transferidos para o contas a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ.

(iii) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e ex-representantes comerciais, entre outros.

Passivo contingente
A Companhia também possui diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista
Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 54.368 (2019 - R\$ 47.561).

Tributária
As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 549.103 (2018 - R\$ 695.102);

(ii) ICMS - diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante de R\$ 2.681.519 (2018 - R\$ 2.458.674);

(iii) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 4.622.493 (2018 - R\$ 4.439.101).

Cível
As principais causas existentes estão representadas por ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos materiais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 528.125 (2018 - R\$ 275.272).

Garantias
A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 861.727 (2018 - R\$ 1.019.301). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Obrigação onerosa (*)

Valores a pagar partes relacionadas

Contestações

Adiantamentos de clientes

Consignações a favor de terceiros

Total

Circulante

Não circulante

(*) A Companhia mantém um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrato o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente, em 2019, no montante de R\$ 1,2 bilhão do contrato de transmissão satelital (TV DTH) e em 2018, no montante de R\$ 1,1 bilhão do contrato de transmissão via cabos submarinos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em AGE realizada em 2 de dezembro de 2019, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 34.551 passando o mesmo de R\$ 7.377.436 para R\$ 7.342.885, em razão da Cisão Parcial, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia.

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 7.342.885 (2018 - R\$ 7.377.436), na data de encerramento dos exercícios apresentados a composição abaixo descrita, representado por ações com direito a voto e sem valor nominal:

	2019	2018
Total de ações	13.897.760	13.897.760
Ordinária	13.897.760	13.897.760

Valor patrimonial por ação (R\$)

	2019	2018
Ordinária	767,76	896,36

(b) Reserva de lucros

Reserva legal

Destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio. Os recursos foram aplicados em investimentos na planta de telefonia móvel.

Outras reservas

Composta basicamente pelo montante do lucro não distribuído em dividendos e constituída para reserva de lucros a realizar em função da recuperação judicial.

Reserva de incentivos fiscais

Constituída através da destinação da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 984.584. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO - Assembleia Geral Ordinária, o saldo do prejuízo do exercício será destinado reduzido do ganho com a cisão parcial das partes no valor de R\$ 69 e acrescido de Juros sobre Capital Próprio no valor bruto de R\$ 772.683, sobre o qual incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 115.993 que se dará da seguinte forma: (i) aborção da reserva de lucros a realizar de R\$ 984.584; e (ii) aborção da reserva de investimento em R\$ 770.892.

(d) Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(984.584)	6.526.304
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)	13.898	13.898

Ações ordinárias - básicas e diluídas

Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):

Ações ordinárias - básicas e diluídas

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2019.

Planos de benefícios

TELEPAR

FATIL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIC Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2019	2018
Plano PBS-TNC	3.264	
Plano TCSPREV	524	259
Plano CELPREV	223	199
Total	4.011	458
Circulante	246	458
Não circulante	3.765	

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FATIL

A FATIL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipilão, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) **TelemarPrev**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação; e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) **TCSPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BrTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios BrTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários na data anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporado) corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação (SP), de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo então Plano de Benefícios BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporado), cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Credito e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados - do Plano de Benefícios PBS-TCS para o Plano de Benefícios TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Credito na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporados) corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BrTPREV, desde que não inferior a 1 (uma) UP/TCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a 1 (uma) UP/BrT (Unidade Previdenciária BrT), respectivamente. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) **PBS-TNC**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no

Oi MÓVEL S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

de hospedagem e refeições e, em alguns casos, à dificuldade de organizar o transporte entre as cidades, devido às restrições de saúde pública. Entretanto, como resultado da determinação de que o setor de telecomunicações é um serviço essencial, as restrições gerais de saúde pública aplicáveis à população em geral não se aplicam aos seus técnicos de campo.

A Companhia continua mantendo comunicações regulares com seus fornecedores de equipamentos

para avaliar os impactos da pandemia em sua produção e estoques de modo a garantir que as entregas dos equipamentos continuem a ser feitas em tempo hábil. Até a data do presente relatório anual, a Companhia não sofreu nenhum impacto negativo em sua cadeia de suprimento de equipamentos e não foi avisada da previsão de eventuais interrupções significativas.

A Companhia continua monitorando os efeitos da COVID-19 e as medidas de saúde pública

adotadas no Brasil sobre seus resultados e fluxos de caixa operacionais para avaliar se houve uma redução em seu valor recuperável de algum de seus ativos. Até a data do presente relatório anual, o histórico com as operações da Companhia durante uma pandemia e sujeitas às respectivas medidas de saúde pública é insuficiente para avaliar se será necessário reconhecer uma perda adicional de valor recuperável de seus ativos.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Rodrigo Modesto de Abreu – Diretor Presidente
Camille Loyo Faria – Diretora de Finanças
Antonio Reinaldo Rabelo Filho – Diretor
José Claudio Moreira Gonçalves – Diretor
Bernardo Kos Wink – Diretor

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ 083.182

DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO

David Tavares Neves Nunes
CRC-RJ 069.013

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e na Lei nº 11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do novo plano estratégico apresentado ao mercado em julho de 2019; (iii) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (*covenants*); Em 06 de março de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido da Companhia para a realização de Nova Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação de adiamento ao PRJ para flexibilização de determinadas condições financeiras e operacionais e para extensão do prazo da recuperação judicial, que se encerrará em 4 de fevereiro de 2021. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levar à dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, as receitas de vendas e/ou serviços reconhecidas pela Companhia totalizaram o montante de R\$10.901.065 mil em 31 de dezembro de 2019.

O reconhecimento de receita da Companhia é complexo e altamente dependente de sua estrutura de tecnologia da informação, que envolve o uso de múltiplos sistemas complexos para processar, reconhecer e mensurar um grande volume de transações, decorrentes de suas operações de vendas e/ou prestação de serviços de telecomunicações, nas demonstrações contábeis.

Neste contexto, a receita de serviços é reconhecida no período de competência que incorre, conforme os ciclos de fechamento mensais da Companhia, antes do evento de faturamento ao cliente e classificada no grupo contendo de “serviços a futuro”, nas contas a receber, conforme descrito na Nota Explicativa nº9, cujo montante é determinado com base nos cálculos de apuração da estimativa da receita a futuro no próximo ciclo de fechamento mensal.

Devido à complexidade no processo de reconhecimento de receita, incluindo a dependência significativa da estrutura de tecnologia da informação, e a existência de risco de distorção relevante na estimativa do cálculo de receita a futuro, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Avaliação e teste de controles internos relevantes relacionados ao ciclo de reconhecimento de receita, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas relevantes na geração de informação para o processo de faturamento; (ii) aplicação de testes de controles internos relevantes ligados com a segurança da informação, gestão de acessos, rotinas, privilégios, segregação de perfis e gestão de mudanças de softwares com impacto nas demonstrações contábeis; (iii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita; (iv) teste de “*reperformance*” de ligações de telefonia móvel e fixa (“*running tel*”);
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de vendas e serviços faturados, analisando a referida documentação suporte que evidência a existência da transação;
- Revisão do cálculo da estimativa de receita a futuro reconhecida em 31 de dezembro de 2019, bem como a avaliação da razoabilidade da referida estimativa, que inclui a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente, após o encerramento do exercício de 2019;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as estimativas adotadas pela Administração no ciclo de reconhecimento de receita e as divulgações realizadas em Nota Explicativa, considerando os controles internos mantidos pela Administração e pela consistência das informações refletidas nas demonstrações contábeis.

Provisão para contingências

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, a Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas trabalhista, tributária e cível, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui assuntos de natureza tributária e cível em discussão em várias esferas processuais, com probabilidade de perda considerada provável e possível, no montante total de R\$7.994.402 mil e R\$936.476 mil, respectivamente, sendo que R\$141.287 mil e R\$408.351 mil, respectivamente, estão provisionados, referentes aos processos com provável saída de recursos, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

Considerando a relevância dos valores envolvidos, do ambiente legal, regulatório e do julgamento crítico referente à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, qualquer mudança de prognóstico, evolução da jurisprudência e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Por esses aspectos, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Reavaliação do ambiente de controles internos, incluindo o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos tributários, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações, bem como obtenção de opinião legal, por meio da administração, de especialistas tributários para determinados processos com mudança de estimativa de perda relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

• Obtenção de carta de confirmação externa, por amostragem, junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos cíveis e trabalhistas com grande volume, para confirmar a existência dos processos;

• Aplicação de teste, por meio de amostragem, para avaliação da base dos processos com grande volume, cuja mensuração dos processos é realizada pelo sistema interno da Companhia;

• Avaliação da adoção inicial da Interpretação ICPIC 22/ IFRIC 23 com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, que contemplou: (i) reuniões com a administração para avaliar suas conclusões sobre eventuais impactos na adoção da referida interpretação, incluindo avaliação legal de assessor jurídico externo da Companhia; (ii) entendimento dos controles internos para identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (iii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº 22.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº22, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia reconheceu ao longo do exercício de 2019, créditos tributários federais no montante de R\$ 1,4 bilhões no balanço patrimonial, relacionados a processos judiciais que transitarão em julgamento, nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro), proferindo decisões favoráveis e definitivas que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do Cofins para os períodos abrangidos nos referidos processos judiciais.

Os referidos créditos tributários foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal, concedendo o direito à Companhia de procederem, desde junho de 2019, a quitação de débitos de tributos federais correntes.

Dada a complexidade do assunto, o julgamento significativo relacionado ao período de reconhecimento, critério adotado pela Administração para mensuração dos valores a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis e ao prazo estimado de realização, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses créditos tributários federais como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

• Análise da documentação legal, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação aos processos judiciais transados em julgamento;

• Discussões com a Administração da Companhia para avaliar suas conclusões sobre o adequado momento de reconhecimento dos créditos tributários após a obtenção das decisões favoráveis em trânsito em julgamento, bem como os valores envolvidos;

• Entendimento e avaliação das premissas relevantes adotadas pela Companhia para mensuração dos créditos tributários reconhecidos nas demonstrações contábeis;

• Avaliação dos cálculos elaborados pela Companhia, com o envolvimento dos nossos especialistas, para mensurar os valores dos referidos créditos tributários e as atualizações monetárias incidentes, considerando o período de origem dos processos judiciais;

• Avaliação da projeção estimada pela administração da Companhia para segregação dos créditos tributários entre curto e longo prazo para fins de apresentação nas demonstrações contábeis;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº11.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e as premissas adotados pela Administração no reconhecimento e mensuração dos créditos tributários federais, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº11, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24 (I), a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases (“CPC06(R2)IFRS16”), aplicando a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da implementação inicial reconhecida na data da aplicação. Em 1ª de janeiro de 2019, a adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento, no balanço patrimonial, de ativos de direito de uso, no ativo não circulante, e passivo de arrendamento, no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 5.648.463 mil. A Administração da Companhia concluiu a avaliação sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações contábeis, que envolveu:

(i) análise detalhada do volume significativo de contratos de arrendamento, com maior foco na natureza das transações inerentes ao setor de telecomunicações; (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos; (iii) estimativa do prazo do arrendamento, definindo um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de prorrogar o prazo do arrendamento, quando esse período depender apenas da Companhia; (iv) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos; (v) uso de julgamento significativo na definição das premissas-chave no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato.

Devida a complexidade do assunto, ao volume significativo de contratos, alto grau de julgamento inerente ao processo de mensuração, principalmente à taxa de desconto, consideramos a adoção inicial do CPC 06(R2)IFRS 16 nas demonstrações contábeis como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Entendimento dos controles internos relevantes para: (i) identificação e monitoramento dos contratos de arrendamento; (ii) captura das informações-chave dos referidos contratos;
- Avaliação das premissas relevantes e julgamentos significativos da Administração da Companhia, com o envolvimento de nossos especialistas, para determinação das taxas de descontos, além de assegurar a conformidade com a norma;
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, sobre a base de contratos definidos como arrendamentos, para avaliar a integridade dos dados utilizados pela Companhia na mensuração dos referidos contratos, quando comparados aos contratos originais, bem como avaliação e recálculo dos contratos selecionados;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as despesas de aluguéis reconhecidas nas demonstrações contábeis, para avaliar a existência de contratos que não estão sendo considerados como arrendamentos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as principais premissas, estimativas e julgamentos adotados pela Administração no processo de reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamento, bem como as referidas divulgações em Nota Explicativa, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, embora a Companhia tenha desenhado, implementado e mantido controles internos sobre o reconhecimento, mensuração, exatidão e divulgação dos contratos de arrendamento nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, determinados controles internos não foram considerados efetivos no contexto da nossa auditoria. Consequentemente, consideramos tal assunto como “deficiência significativa” de controles internos, conforme a norma de auditoria NBC TA 265 Comunicação de Deficiências de Controles e pelas orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimento na Operação Mapa da Mina

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 28(a), em 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal (“PF”) realizou buscas e apreensões na sede da Companhia, com mandado autorizado a partir de evidências obtidas na 24ª fase da Operação Lava Jato. Pelo contexto, iniciou-se processo investigativo conduzido pela Polícia Federal (“PF”) e pelo Ministério Público Federal (“MPF”), relativos à 69ª fase da Lava-jato denominado “Operação Mapa da Mina”, cujo objetivo da investigação é apurar, dentre outros, supostos repasses financeiros realizados pela Companhia às empresas do Grupo Gol Mobile e a Game Corp, ambas ligadas, segundo o MPF e a PF, a agentes públicos.

Em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia, a administração da Companhia determinou a realização de certos procedimentos de avaliação, conduzido por um Comitê Multidisciplinar formado por membros da diretoria, reportando diretamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”).

Dentre as avaliações realizadas, foi contratado um escritório de advocacia especializado e independente em relação à Companhia para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF, onde concluiu, em fevereiro de 2020, que não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF que está em andamento.

Em virtude de supostas práticas de atos ilegais (fraude) pela Companhia, das incertezas inerentes às investigações ainda em andamento pelo MPF e PF e de potenciais efeitos de reconhecimento,

mensuração e divulgação sobre as demonstrações contábeis acerca dos fatos relacionados à Companhia, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Revisão (“*shadowing*”), com o envolvimento dos nossos especialistas, da investigação independente interna conduzida por escritório de advocacia especializado e independente, considerando a metodologia aplicada e a abrangência das avaliações;
- Avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas, dos relatórios elaborados pelos assessores jurídicos externos da Companhia, sobre eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação em andamento pelo do MPF e PF, incluindo as conclusões da investigação independente interna do escritório de advocacia especializado;
- Reuniões com o Comitê Multidisciplinar, escritório de advocacia especializado e assessores jurídicos externos para discutir o resultado da investigação independente interna e avaliar eventuais impactos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis, se aplicável, no contexto da investigação “Operação Mapa da Mina”;
- Aplicação de teste de controles internos relevantes sobre o ciclo de contratação de fornecedores de bens e serviços;
- Aplicação de teste documental sobre determinadas transações relevantes ao contexto da investigação, por amostragem, inspecionando a documentação suporte correspondente;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis a metodologia de investigação independente interna realizada por escritório de advocacia especializado, contratado pela administração da Companhia, que não identificou indicativos que pudessem comprovar que a Companhia praticou ilegalidades, no contexto da investigação conduzida pelo MPF e PF, conforme refletido na divulgação das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que a determinam como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, contorção, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira

Contador CRC 1 SP 109628/O-8 – S – RJ

Laiz Gustavo Pereira dos Santos

Contador CRC 1 SP 258849/O-9



Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e dos Aditivos Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Oi Móvel é uma das principais provedoras de serviços de telefonia móvel na Região II, compreendendo o Distrito Federal e nove estados localizados nas regiões Norte (Acre e Rondônia), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins) e Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).

	2019	2018	Var. %
PLANTA MÓVEL REGIÃO II	7.230	7.247	-0,2%
PRÉ-PAGO	4.601	5.100	-9,8%
PÓS-PAGO	2.629	2.147	22,4%

Em milhares

Com aproximadamente 7,2 milhões de clientes ao final de 2019 a Oi Móvel apresentou redução de 0,2% no total de assinantes, com uma participação no mercado de 13,0% segundo a ANATEL (*). (*): A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2019.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida do exercício foi de R\$ 10.901 milhões em 2019, um acréscimo de 2,7% % em relação ao ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	374.686	2.180.050	Fornecedores	17	4.034.141	2.869.717
Aplicações financeiras	8	3.034	5.122	Salários, encargos sociais e benefícios	18	101.130	90.064
Contas a receber	9	4.150.040	4.811.594	Empréstimos e financiamentos	18	6.819	12.722
Estoques		26.927	19.063	Tributos correntes a receber	10	23.825	906
Tributos correntes a recuperar	10	138.432	198.984	Outros tributos	11	370.079	414.623
Outros tributos	11	279.247	178.702	Dividendos e juros sobre capital próprio	26	656.781	663.778
Depósitos e bloqueios judiciais	12	23.740	72.756	Autorizações a pagar	19	58.582	29.530
Despesas antecipadas	13	431.152	334.475	Arrendamentos a pagar	20	945.314	
Dividendos e juros sobre capital próprio	26	841.518	833.996	Programa de refinanciamento fiscal	21	6.434	6.060
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	246	458	Provisões	22	85.919	89.599
Demaís ativos		359.687	424.963	Demaís obrigações	23	597.391	910.734
		6.628.709	9.060.163			6.886.415	5.087.733
Não circulante				Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	26	338	316	Fornecedores	17	7.342.885	471.695
Aplicações financeiras	8	29.115	32.127	Empréstimos e financiamentos	18	1.558.938	1.302.536
Tributos diferidos a recuperar	10	113.383	27.298	Outros tributos	11	240.317	55.914
Outros tributos	11	1.362.310	194.369	Arrendamentos a pagar	20	4.367.189	
Depósitos e bloqueios judiciais	12	514.603	482.254	Programa de refinanciamento fiscal	21	24.663	29.289
Despesas antecipadas	13	314.606	239.303	Provisões	22	487.236	261.807
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	3.765		Demaís obrigações	23	2.302.536	1.095.901
Demaís ativos	14	48.273	6.777			9.065.174	3.217.142
Investimentos	15	33.937	173.484	Patrimônio líquido	24		
Intangível	16	15.982.004	8.847.149	Capital social		7.342.885	7.377.436
		19.992.971	11.702.984	Reservas de lucros		3.322.976	5.080.174
		26.621.679	20.762.257	Outros resultados abrangentes		4.229	(228)
				Total do patrimônio líquido		10.670.090	12.457.382
				Total do passivo e patrimônio líquido		26.621.679	20.762.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Incentivos fiscais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2018	7.262.991					(976.295)	2.664	6.291.026
Aumento de capital	114.445							114.445
Aumento de capital em controlada						53.283		53.283
Incorporação de controlada						(8.303)		(8.303)
Efeitos da adoção inicial dos IFRS 9 e 15						202.286		202.286
Lucro líquido do exercício						6.526.304		6.526.304
Outros resultados abrangentes						1.972	(2.892)	(920)
Destinação do lucro do exercício:								
Reserva Legal		289.962				(289.962)		
Reserva de lucros a realizar			986.396			(986.396)		
Reserva de incentivos fiscais				604.873		(604.873)		
Reserva de investimentos			3.197.277			(3.197.277)		
Dividendos mínimos obrigatórios						(341.000)		(341.000)
Deliberação de juros sobre capital próprio						(379.739)		(379.739)
Em 31 de dezembro de 2018	7.377.436	289.962	3.197.277	988.062	604.873	(228)	12.457.382	12.457.382
Redução de capital	(34.551)							(34.551)
Cisão parcial						69		69
Prejuízo do exercício						(984.584)		(984.584)
Outros resultados abrangentes							4.457	4.457
Realização de reserva de investimentos						770.802		770.802
Realização de outras reservas						986.936		986.936
Deliberação de juros sobre capital próprio						(772.683)		(772.683)
Em 31 de dezembro de 2019	7.342.885		3.322.976				4.229	10.670.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel” ou “Companhia”), sediada no Brasil, no Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, Térreo – Parte 2, é uma companhia de capital fechado e subsidiária integral da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”). Foi constituída em 10 de dezembro de 2002, tendo por objeto a exploração da telefonia móvel celular. Em 2004 concluiu todos os processos necessários à sua operação comercial, que teve início no quarto trimestre.

Em 1 de fevereiro de 2014 a TNL PCS S.A. (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel no Brasil.

Para a exploração do SMP – Serviço Móvel Pessoal a Companhia adquiriu termos de autorização desse serviço junto à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, bem como autorizações de uso de radiofrequências que garantem a exploração do SMP, nas tecnologias 2G, 3G e 4G pelos próximos anos, em abrangência nacional. A mobilidade no acesso ao SMP, aos clientes da Companhia em determinados municípios do País, é viabilizada através de acordos de “roaming”, firmados com operadoras de telefonia móvel de outras regiões. Acordos celebrados com operadoras internacionais permitem a cobertura de principais rotas de deslocamentos turísticos na região do Mercosul, América do Norte, Europa e Japão.

A Companhia adota para a execução de suas atividades operacionais as tecnologias padronizadas pelo 3GPP – “3rd Generation Partnership Project” e suas evoluções. Dentre elas: o GSM – “Global System for Mobile Communications” para o 2G, o HSPA – “High Speed Packet Access” para o 3G e o LTE – “Long Term Evolution” para o 4G, garantindo escala, robustez, segurança e serviços globais com mais de 95% de cobertura mundial e mais de 9 bilhões de conexões. Os serviços prestados pela Companhia aos seus clientes são ofertados tanto à forma de pagamento, sob três modalidades: pós-pago, pré-pago e controle. Neste último plano, o cliente paga um valor mensal pré-determinado e pode adquirir créditos pré-pagos quando tiver necessidade de consumo adicional.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento extraordinário com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar ter sido sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas tendo sido revogadas as obrigações anteriormente imputadas às empresas do Grupo Oi.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de abril de 2020.

Reorganização societária – BrT Multimídia

Em 22 de março de 2018 a controladora Telemar e a Oi Móvel celebraram um Termo de Quitação de Contrato de Abertura de Linha de Crédito, no qual a Telemar se obrigou a transferir 446.244 quotas do capital social da BrT Multimídia para Oi Móvel. Nesse processo a Companhia passou a ser controladora da BrT Multimídia com 99,99% do capital social e o restante de 0,01% pertence a Telemar.

Incorporação da Oi Internet na Oi Móvel

Em 1 de março de 2018 a Oi Internet (operadora baseada no provimento de acesso à Internet, realizado de forma discada e por banda larga. Também provê serviços de valor agregado voltado para o mercado residencial e empresarial, incluindo o acelerador de conexão à Internet) foi incorporada pela Oi Móvel. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, a Companhia, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, (“Copart 4” incorporada pela Oi), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5” incorporada pela Oi), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi”) ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi instalada, tendo o plano de recuperação judicial sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital – Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Oi concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital – Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Oi, suas controladas e os Investidores “Backstoppers”.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e American Depositary Warrants – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Oi iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados. O referido preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso.

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Oi iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto a SEC, nos termos do “Securities Act”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “American Depositary Shares” e o “The Bank of New York Mellon”, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

A Oi Móvel registrou EBITDA de R\$ 2.567 milhões em 2019, um acréscimo de 68,5% no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA de R\$ 1.524 milhões.

A Companhia encerrou 2019 com um prejuízo de R\$ 985 milhões representando uma redução no resultado anterior da Companhia de 115,1%, em relação ao lucro de 2018, que foi de R\$ 6.526.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2019.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	Nota	2019	2018
Receita de vendas e/ou serviços	4	10.901.065	10.612.114
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(7.199.772)	(7.221.358)
Lucro bruto		3.701.293	3.390.756
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	14	(204.981)	(42.423)
Despesas com vendas	5	(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	5	(744.749)	(689.301)
Outras receitas operacionais	5	1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	5	(2.239.148)	(1.668.645)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos		(150.397)	(463.869)
Receitas financeiras	6	912.037	8.608.561
Despesas financeiras	6	(1.826.830)	(2.024.779)
Resultado financeiro	6	(914.793)	6.583.782
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		(1.065.190)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7	(5.479)	324.466
Diferido	7	86.085	81.925
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(984.584)	6.526.304
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	24(d)	(70,84)	469,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro de 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Oi emitiu 1.530.457.536 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Oi emitiu 93.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de ações de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Oi emitiu, aos investidores "Backsponsors", em uma colocação privada, 1.604.288.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões ("Saldo de Ações"). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Oi concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.805.411 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Oi no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Oi emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinada aos Investidores "Backsponsors", bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Oi passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Financiamento Extraordinário - Cláusula 5.3 do Plano

Em 23 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de emissão da 1ª debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única, para colocação privada, no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente). A emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e o vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures contarão com garantias reais e fiduciárias prestadas pela Oi Móvel, pela Oi e pela Telemar.

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informado aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R\$ 2.500.000.000,00.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Cláusula 5.3 do Plano e está inserida no contexto de um financiamento extraordinário, na modalidade "Debt in Possession Financing" ("DIP Financing").

Prorrogação da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial pedido requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completa dois anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi, o que não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maioria parte dos processos de recuperação judicial. Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação das Empresas Oi, o requerimento apresentado ao Juízo da Recuperação Judicial circunstanciais relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências ainda a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), um aditamento ao Plano objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação ("Plano Estratégico"), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Oi para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que: (i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e

(ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão acima foi publicada em 11 de março de 2020, as Empresas Oi deverão apresentar ao Juízo o aditamento ao PRJ até 08 de setembro de 2020, tendo a Nova AGC prevista de ocorrer em 06 de novembro de 2020.

A proposta de aditamento ao PRJ terá o objetivo de dar maior flexibilidade ao mesmo, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando à maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus "stakeholders". Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Empresas subsidiárias da Companhia

As controladas diretas e indiretas da Companhia são sediadas no Brasil e as participações nas empresas estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2019	Indireta 2019	Direta 2018	Indireta 2018
Pago Empreendimentos S.A. ("Pago")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100,00%		100,00%	
Pago Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Pago Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pago Administradora Ltda. ("Pago Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Dommo Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	0,01%		0,01%	
SERDE - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de Rede	0,88%		0,88%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BTr Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%		99,99%	
BTr Card Serviços Financeiros Ltda. ("BTr Card")	Serviços financeiros	0,01%		0,01%	
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	40,00%		40,00%	
VEX USA Inc.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi	100,00%		100,00%	
Bryophyta SP Participações Ltda. ("Bryophyta") (i)	Investimentos em propriedades	0,20%		0,20%	
(ii) Em 27 de fevereiro de 2018, com a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, a Oi Móvel passou a ser sócia da Bryophyta					

As participações em empreendimentos controlados em conjunto estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2019	Indireta 2019	Direta 2018	Indireta 2018
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financiaria		50,00%		50,00%
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadores	29,90%		29,90%	

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os emprestadores e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras providências das Empresas Oi. As Empresas Oi têm obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 10.670.090, o prejuízo do exercício montava R\$ 984.584 e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 257.706. Em 31 de dezembro de 2018, o total do patrimônio líquido é de R\$ 12.457.382, o lucro líquido do exercício é de R\$ 6.526.304 e o capital circulante líquido é de R\$ 3.972.430.

As demonstrações e suas controladas não identificaram, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19, e ainda não é possível prever a extensão dos impactos de médio e longo prazos nos mercados e no cenário econômico mundial e brasileiro. No entanto, como a extensão da duração e efeitos desta crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas, em especial da Fibra.

Adicionalmente, a Controladora Oi e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha estas condições em bases trimestrais e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

O não atingimento desses indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido a dívidas. Como decorrência da pandemia do COVID-19 e a grande volatilidade ocorrida no câmbio, a Companhia, preventivamente, iniciou conversas junto a seus credores e obteve, com sucesso, um "waiver" caso eventualmente não logre cumprir com determinados "covenants" contratuais ao longo de 2020, de forma a evitar as consequências contratuais previstas para o não atingimento dos níveis estabelecidos para estes índices. Vide mais informações nas Notas 3 e 18.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board". Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requereu o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

(b) Principais políticas contábeis

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia atua, como operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (i) Ativos reconhecidos sob o custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "sim-cards" e acessórios. A provisão para perdas com contas a receber é mensurada por um montante igual às perdas de crédito esperadas para vida inteira dos créditos, conforme permitido pelo IFRS 9 (Nota 9).

Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos, basicamente, incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável (Nota 14).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, os custos capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 15).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de "software" adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os "softwares" e a fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de "softwares" são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças (Nota 16).

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional. Para o teste de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios para a qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de capital alheio à Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento

financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 18).

Na data da reestruturação / renovação dos passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconheceu os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9 CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, foi calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no fim do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 22).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos têm individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências são:

(a) Modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civil estratégico. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensuradas sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 25). Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de substituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre bens ou serviços aos clientes em um montante que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfatória a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços contratados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidos no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização (Notas 4 e 5).

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que compõem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente comissões sobre vendas, são reconhecidos ao resultado em base sistemática consistente com a transferência dos bens e serviços aos clientes.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros sobre empréstimos com partes relacionadas e juros sobre créditos fiscais. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras (Notas 5 e 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e

continua ->

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício (Nota 24 (d)).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Após preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e conta a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e o direito a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de despesas de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas esperadas em contas a receber de clientes

As perdas esperadas em contas a receber de clientes são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A estimativa de perdas esperadas em contas a receber de clientes é reconhecida em um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses recebíveis e é preparada com base em taxa histórica de inadimplência e projeções de condições futuras que impactem as cobranças. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Arrendamentos

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente de nossos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 22.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entendem ser adequados, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos e tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução do valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderia resultar em provisão para redução do valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou algumas reclassificações na demonstração do resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essas reclassificações não afetaram o resultado do exercício e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

	Apresentação atual 2018	Apresentação original 2018
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.221.358)	(6.809.283)
Despesas com vendas	(1.956.588)	(2.195.458)
Outras despesas operacionais	(1.668.645)	(1.841.850)

(d) Normas novas, alterações e interpretações de normas**(d.1) Normas adotadas em 1º de janeiro de 2019**

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
Alteração na IAS 19	Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios definidos.	1 de janeiro de 2019
Alteração na IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures"	1 de janeiro de 2019
Entre as normas, alterações e interpretações citadas acima, apenas o IFRS 16 / CPC 06 (R2) teve impacto material na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme detalhado a seguir:		

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reconhecer o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento com um ajuste do ativo de direito de uso.

Transição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com duração não próximos de 12 meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir certos direitos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis e sites (espaco físico) e podem ser observados nas Notas 15 e 20.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente. A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade ("impairment") quando tais indicadores existem, considerando o conceito do grupo de formação de ativos para fins de teste de recuperabilidade.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontadas usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa, pagamentos de juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avalia individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação".

Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três características principais: O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;

A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do contrato; e

A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia reconheceu, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento a pagar, no montante de R\$ 5,6 bilhões (Notas 15 e 20). Em 31 de dezembro de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são R\$ 5,1 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, respectivamente.

A Companhia reconhece os impactos de diferenças temporárias do impacto de renda e da contribuição social diferidos provenientes da nova norma IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 2019	Ajustes	Saldo em 2019	Saldo em 2018
(com IFRS 16)	IFRS 16		(sem IFRS 16)	2018
Receitas de vendas e/ou serviços	10.901.065		10.901.065	10.612.114
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.199.772)	(406.293)	(7.606.065)	(7.221.358)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.701.293	(406.293)	3.295.000	3.390.756
Receitas (despesas) operacionais	(204.981)		(204.981)	(42.422)
Despesas com vendas	(2.047.616)		(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	(744.749)	(3.001)	(747.750)	(689.301)
Outras receitas operacionais	1.384.804		1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	(2.239.148)		(2.239.148)	(1.668.645)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(150.397)	(409.294)	(559.691)	(463.869)
Despesas financeiras	912.037		912.037	8.608.561
Despesas financeiras	(1.826.830)	642.213	(1.184.617)	(2.024.779)
Resultado financeiro	(914.793)	642.213	(272.580)	6.583.782
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(1.065.190)	232.919	(832.271)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(5.479)		(5.479)	324.466
Diferido	86.085		86.085	81.925
Lucro (Prejuízo) do exercício	(984.584)	232.919	(751.665)	6.526.304

IFRS 22 / CPC 32 - Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro

Aplique-se a tributos sobre o lucro do CPC 32 / IAS 12, o qual rege situações em que há tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia, no que diz respeito a: (i) se uma entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente, (ii) estimativas que uma entidade deve fazer sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades tributárias, (iii) como uma entidade determina lucro tributável ou prejuízo fiscal, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas, e (iv) como uma entidade considera mudanças em fatos e circunstâncias.

A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, realizou avaliações acerca do tema e concluiu que não há impacto significativo para as demonstrações contábeis da Companhia.

(d.2) Normas novas, interpretações ainda não adotadas

As novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020:

	Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Erros	1 de janeiro de 2020
IAS 8	Contábeis (Emenda - Definição de Material)	1 de janeiro de 2020
IFRS 3	Combinações de negócios (alteração - definição de negócio)	1 de janeiro de 2020

A Companhia está avaliando o impacto dessas alterações nas normas contábeis.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Mensuração do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis).

Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "inputs" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, diretas ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado no dia efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um

valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da nova emissão de passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente, conforme orientações contábeis no IFRS 9 / CPC 48.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos passivos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são resumidos como segue:

	2019		2018	
	Mensuração contábil	Valor justo	Mensuração contábil	Valor justo
Ativos				
Equivalentes de caixa	Valor justo	304.914	304.914	2.128.007
Aplicações financeiras	Valor justo	32.149	32.149	37.249
Contas a receber (i)	Custo amortizado	4.150.040	4.150.040	4.811.594
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	338	338	316
Passivos				
Fornecedores (i)	Custo amortizado	4.118.436	4.118.436	3.341.412
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	1.565.757	1.565.757	1.315.258
Dividendos	Custo amortizado	656.781	656.781	663.778
Autorizações a pagar (iii)	Custo amortizado	58.582	58.582	29.530
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	31.097	31.097	35.349
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	5.312.503	5.312.503	

Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, teriam seus créditos recebíveis em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento, que se encerrou em 26 de fevereiro de 2018. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor justo.

(ii) Para o exercício encerrado em 2018, parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, que não possuem mercado, e por isso, não são percebidos ajustes significativos de valor justo. No ano-calendário de 2019, alguns dos passivos registrados foram contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRI.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

O nívelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras avaliadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são detalhados abaixo.

	Valor justo		Valor justo	
	Hierarquia do valor justo	2019	Hierarquia do valor justo	2018
Ativos				
Equivalentes de caixa	Nível 2	304.914	2.128.007	
Aplicações financeiras	Nível 2	32.149	37.249	
Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018.				
Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes.				

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças, Diretor de Regulação, Atacado e Assuntos Internacionais, Diretor Jurídico, Diretor de Compliance, Diretor de Contabilidade, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de "Hedge" e Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRI, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros.

3.2.1. Risco de mercado**(a) Risco de taxa de juros****Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia também possui títulos de renda fixa (CDIs) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal - PRO-DF, sendo a remuneração desses títulos equivalente a 95% da taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional, vinculados ao indexador TJLP e ao CDI, bem como empréstimos e financiamentos a taxas fixas. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira. O risco inerente aos passivos em TJLP e CDI surge em razão da possibilidade de existir flutuação nessas taxas. Não há passivos financeiros atrelados ao câmbio.

Os ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	304.914	304.914	2.128.007	2.128.007
Aplicações financeiras	32.149	32.149	37.249	37.249
Créditos com partes relacionadas	338	338	316	316
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.565.757	1.565.757	1.315.258	1.315.258

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP.

O TJLP manteve-se estável em 7,0% a.a. de 1 de abril a 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março, 6,6% a.a. de abril a junho e 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018. De outubro a dezembro de 2018, por sua vez, a taxa sofreu elevação para 6,98% a.a. e, de janeiro a março de 2019, subiu para 7,03%, voltando a ser reduzida novamente de abril a junho, para 6,26%, de julho a setembro para 5,95% e de outubro a dezembro para 5,57%. Antes do encerramento do trimestre

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

Vale ressaltar que após o fechamento do exercício de 2019 a Companhia emitiu R\$ 1.890 milhões em debêntures simples cuja remuneração inclui, além de taxa fixa, a variação do dólar norte-americano. No período que segue o fechamento desta Demonstração, portanto, a Companhia também passará a ter risco cambial em seus passivos financeiros.

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contradas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

No início de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ. Com este aumento foram aportados R\$ 4,0 bilhões na Oi S.A., que foram alocados no Plano de CAPEX incremental das empresas do grupo, direcionados à expansão de infraestrutura móvel e fixa, mas centrado principalmente no projeto de fibra óptica. Adicionalmente ao aumento de capital, para financiar o CAPEX incremental associado ao Plano Estratégico, a Companhia planeja desinvestir ativos não essenciais e liberar caixa através de eventos não operacionais como, por exemplo créditos fiscais. Soma-se a isso a emissão de até R\$ 2,5 bilhões em debêntures simples pela Companhia, não conversíveis em ações, um financiamento extraconstrual, na modalidade de "Debt in Possession Financing" ("DIP Financing"), em linha com o previsto na Cláusula 5.3 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e avançamento financeiro que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua avançamento financeira e gestão da dívida. Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA entre 2x e 4,0x
Índice de cobertura de juros (*) maior que 1,75
(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplência em alguns dos instrumentos de dívida da controladora Oi e de suas controladas poderia acarretar o vencimento antecipado de outros contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia, neste momento, não antecipa risco de descumprimento de nenhuma de suas obrigações pecuniárias regulares.

O risco de vencimento antecipado, decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, está detalhado na Nota 18, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2019	2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	15.023.697	15.179.861
Deduções da receita bruta	(4.122.632)	(4.567.747)
Tributos	(2.753.607)	(3.012.699)
Outras deduções	(1.369.025)	(1.555.048)
Receita de vendas e/ou serviços	10.901.065	10.612.114

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	2019	2018
Recetas de vendas e/ou serviços	10.901.065	10.612.114
Recetas (despesas) operacionais:		
Interconexão	(304.508)	(395.837)
Pessoal	(522.696)	(457.120)
Serviços de terceiros	(3.492.827)	(3.227.250)
Serviço de manutenção da rede	(167.323)	(153.495)
Custo de aparelhos e outros	(33.829)	(5.451)
Publicidade e propaganda	(336.834)	(228.451)
Aluguéis e seguros (i)	(1.422.614)	(2.309.126)
Provisões / Reversões	(246.411)	(76.234)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(348.129)	(426.677)
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(1.458.489)	(1.808.649)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(8.333.636)	(9.088.290)
Depreciação e amortização	(2.717.826)	(1.987.693)
Total das despesas operacionais	(11.051.462)	(11.075.983)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(150.397)	(463.869)
Resultado financeiro:		
Recetas financeiras	912.037	8.608.561
Despesas financeiras	(1.826.830)	(2.024.779)
Total do resultado financeiro	(914.793)	6.583.782
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(1.065.190)	6.119.913
Imposto de renda e contribuição social	80.606	406.391
Lucro (Prejuízo) do exercício	(984.584)	6.526.304
Despesas operacionais por função:		
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.199.772)	(7.221.358)
Despesas com vendas	(2.047.616)	(1.956.588)
Despesas gerais e administrativas	(744.749)	(689.301)
Outras receitas operacionais	1.384.804	502.332
Outras despesas operacionais	(2.239.148)	(1.668.645)
Resultado de equivalência patrimonial	(204.981)	(42.423)
Total das despesas operacionais	(11.051.462)	(11.075.983)

(i) O comparativo do exercício foi impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16/CPG 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019 (Notas 2(d), 15 e 20).

(ii) Em 2019, refere-se, principalmente a: (a) ao registro contábil de outras receitas com créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, no montante de R\$ 727.224 (Nota 11) e (b) reconhecimento de despesa com provisão relativa a contrato oneroso decorrente de fornecimento de capacidade satelital, no montante de R\$ 1.230.820 (Nota 23). Em 2018, refere-se, substancialmente a despesa com provisão relativa a reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade de cabos submarinos, no montante de R\$ 1.211.138.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Recetas financeiras		
Ajuste a valor justo	1.909	81.306
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas (i)	144.306	7.075.720
Rendimentos de aplicações financeiras	47.012	103.293
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (ii)	681.975	78.315
Outras receitas financeiras (iii)	36.835	1.269.927
Total	912.037	8.608.561
Despesas financeiras e outros encargos		
a) Despesas com empréstimos e financiamentos		
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros (iv)	(94.367)	32.290
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas (i)	(304.834)	(1.843.408)
Apropriação do ajuste a valor justo	(4.959)	(4.223)
Sub-total:	(404.160)	(1.815.341)
b) Outros encargos		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(262.951)	89.143
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(275.433)	10.631
Impostos sobre operações financeiras e encargos bancários (v)	(197.913)	(167.803)
Juros sobre impostos e contribuições		
parcelados - refinanciamento fiscal	(1.562)	(1.674)
Juros sobre arrendamentos (vi)	(642.306)	(82.545)
Outras despesas financeiras	(42.505)	(57.190)
Sub-total:	(1.422.670)	(209.438)
Total	(1.826.830)	(2.024.779)
Resultado financeiro	(914.793)	6.583.782

(i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo líquido no montante de R\$ 6.866 milhões, reversão de juros ativos no montante de R\$ 962 milhões e variação cambial negativa de

R\$ 745 milhões.

(ii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 643 milhões, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, conforme descrito na Nota 11.

(iii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior à homologação do plano e outras receitas no montante de R\$ 733 milhões e ajuste a valor justo de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 314 milhões.

(iv) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de IRRF sobre o mútuo da Oi Coop x Oi Móvel no montante de R\$ 115 milhões.

(v) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

(vi) Representado, principalmente, pelo ajuste a valor justo de Uso de Torres.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Tributos correntes	(5.479)	324.466
Tributos diferidos	86.085	81.925
Total	80.606	406.391

Lucro (prejuízo) antes das tributações

IRPJ E CSLL

	2019	2018
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	362.165	(2.080.770)
Equivalência patrimonial	(69.694)	(14.424)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	259.703	123.341
Incentivos fiscais	731	
Exclusões (adições) permanentes (i)	(9.328)	2.241.821
Provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(462.971)	136.423
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	80.606	406.391

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, receita da redução de multa e juros do parcelamento referente a Lei nº 12.996/2014 e baixa de créditos fiscais não recuperáveis e Valor Justo Financeiro (AVJ).

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e contas bancárias	69.772	52.043
Equivalentes de caixa	304.914	2.128.007
Total	374.686	2.180.050
Operações compromissadas	279.817	1.617.700
Títulos privados	21.592	426.197
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	2.765	83.043
Outros	740	1.067
Equivalentes de caixa	304.914	2.128.007

(b) Aplicações financeiras

	2019	2018
Títulos privados (i)	29.119	33.494
Títulos públicos	3.030	3.755
Aplicações financeiras	32.149	37.249
Circulante	3.034	5.122
Não circulante	29.115	32.127
(i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") mantidos como caução de financiamentos (vide Nota 18).		

9. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Serviços faturados	2.908.491	3.385.022
Serviços a faturar	316.883	298.403
Aparelhos, acessórios e outros ativos	1.181.936	1.382.815
Subtotal (i)	4.407.310	5.066.240
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(257.270)	(254.646)
Total	4.150.040	4.811.594

(i) Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 26.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2019	2018
A vencer	3.382.877	3.954.622
Vencidas até 60 dias	230.395	241.100
Vencidas de 61 a 90 dias	46.050	48.043
Vencidas de 91 a 120 dias	44.038	53.370
Vencidas de 121 a 150 dias	33.356	48.936
Vencidas acima de 150 dias	670.594	720.169
Total	4.407.310	5.066.240

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	2019	2018
Saldo em 01/01/2018	(135.971)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(426.677)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	410.940	
Adoção CPC 48/IFRS 9 (*)	(102.938)	
Saldo em 2018	(254.646)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(348.129)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	345.505	
Saldo em 2019	(257.270)	

(*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido.

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	2019	2018
Tributos correntes a recuperar		
IR a recuperar (i)	95.200	107.627
CS a recuperar (i)	28.632	47.556
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	14.600	43.801
Total circulante	138.432	198.984
Tributos diferidos a recuperar		
IR e CS sobre diferenças temporárias	113.383	27.298
Total não circulante	113.383	27.298
PASSIVO		
Tributos correntes a recolher		
IR a pagar	17.372	666
CS a pagar	6.453	240
Total circulante	23.825	906

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) A Companhia registra créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuos, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Reconhecido no resultado 2018	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido 2018	Reconhecido no resultado 2019
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Provisões	62.987	71.971	134.958
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	8.341	33.528	41.869
Provisões para fundos de pensão	589		(1.413)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	98.864	(450)	98.414
Participação nos lucros	30.931	3.737	34.668
Variação cambial	230.663	49.192	279.855
Outras adições e exclusões temporárias	87.424	119.145	206.569
Provisão ao valor de recuperação	(849.815)	(630.000)	1.413
Obrigação onerosa	378.925	412.325	791.250
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo	(56.620)	56.620	
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(7.711)	116.068	108.357
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL			
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	379.714	(53.891)	325.823
Provisão ao valor de recuperação	(344.705)	23.908	(320.797)
Total de tributos diferidos ativos	27.298	86.085	113.383
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo	(653.846)	(86.501)	(740.347)
Provisão ao valor de recuperação	597.226	143.121	740.347
Diferenças temporárias e IR e CS Ativo	56.620	(56.620)	
Total de tributos diferidos passivos			

11. OUTROS TRIBUTOS

	2019	2018
ICMS a recuperar (i)	426.537	363.640
PIS/COFINS (ii)	1.174.899	6.841
Outros (iii)	40.121	2.590
Total	1.641.557	373.071
Circulante	279.247	178.702
Não circulante	1.362.310	194.369

	2019	2018
ICMS	246.747	219.997
ICMS Convênio nº 69/1998	86.841	8.782
PIS e COFINS	154.069	74.259
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	102.651	101.382
Outros	20.088	66.117
Total	610.396	470.537

Circulante 370.079 414.623
Não circulante 240.317 55.914

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações de créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

A Oi Móvel, e sua controladora Telemar, junto com a Oi, possuem ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro/2019, de modo que a Cia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho/2019. O montante total apurado do crédito foi de R\$ 1,4 bilhões.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

(iv) A Oi Móvel, em litisconsórcio com as suas controladoras, Oi e Telemar ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

☆ continuação

Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

22. PROVISÕES			
Composição do saldo			
Natureza	2019	2018	
Trabalhista			
(i) Horas extras	9.256	9.408	
(ii) Adicionais diversos	3.630	2.283	
(iii) Estabilidade / Reintegração	2.630	2.919	
(iv) Indenizações	2.613	3.505	
(v) Honorários advocatícios/periciais	1.669	816	
(vi) Verbas rescisórias	1.416	1.238	
(vii) Diferenças salariais	963	745	
(viii) FGTS	377	358	
(ix) Multas trabalhistas	351	416	
(x) Demais ações	612	762	
Total	23.517	22.450	
Tributária			
(i) ISS	1.530	1.635	
(ii) ICMS	133.878	119.394	
(iii) Demais ações	5.879	5.932	
Total	141.287	126.961	
Cível			
(i) Juízo Especial	37.498	53.585	
(ii) ANATEL	70.328	58.808	
(iii) Demais ações	300.525	89.602	
Total	408.351	201.995	
Total das provisões	573.155	351.406	
Circulante	85.919	89.599	
Não circulante	487.236	261.807	

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registra transição contábil, é a seguinte:

	2019	2018
Trabalhista	54.368	47.561
Tributária	7.853.115	7.592.877
Cível	528.125	275.272
Total	8.435.608	7.915.710

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Trabalhista	Tributária	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2018	22.864	129.694	284.217	436.775
Atualização monetária	(3.388)	4.533	(11.776)	(10.631)
Adições / (Reversões) (i)	9.075	10.801	56.358	76.234
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(16.869)	(21.309)	(128.583)	(166.761)
Incorporação de controlada	10.768	3.242	1.779	15.789
Saldo em 2018	22.450	126.961	201.995	351.406
Atualização monetária (ii)	5.046	4.603	265.784	275.433
Adições / (Reversões) (iii)	(1.245)	233.537	14.119	246.411
Baixas por pagamentos / encerramentos	(2.734)	(223.814)	(73.547)	(300.095)
Saldo em 2019	23.517	141.287	408.351	573.155

(i) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ.

(ii) A Companhia realizou o monitoramento contínuo dos seus processos e revisou a metodologia do cálculo de estimativas da provisão, considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto do PRJ, bem como, na avaliação do risco de perda realizado pela Administração suportada por seus assessores legais.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões
A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(i) Horas extras - reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

(ii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base no artigo 193 da CLT, em razão de suporte risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência.

(iii) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial de emprego, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(iv) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doenças do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(v) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

(vi) Verbas rescisórias - representada por verbas devidas e não quitadas quando da rescisão contratual dos ex-empregados, incluindo indenização prevista no PIRC - Plano Incentivado de Rescisão Contratual.

(vii) Diferenças salariais - representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/requadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.

(viii) FGTS - reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante.

(ix) Multas trabalhistas - multas previstas na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho pela inobservância de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado.

(x) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a vínculo empregatício, adicionais diversos, honorários advocatícios/periciais, pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Tributárias
As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo PRJ.

(i) ISS - refere-se a provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicional, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(ii) ICMS - a provisão refere-se a exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto.

(iii) Demais ações - refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cíveis
(i) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(ii) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 810 milhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 608 milhões em processos judiciais e R\$ 202 milhões em processos ilíquidos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências reguladoras, passando a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor desta provisão era de R\$ 49 milhões.

Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos.

A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interpo o agravo de instrumento nº 001068-32/2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi provido pela 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telemar com o objetivo de que fossem quitadas as 6 (seis) primeiras parcelas

do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRJ. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL foram transferidos para o contas a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ.

(iii) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e ex-representantes comerciais, entre outros.

Passivo contingente
A Companhia também possui diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista
Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 54.368 (2019 - R\$ 47.561).

Tributária
As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 549.103 (2018 - R\$ 695.102);

(ii) ICMS - diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante de R\$ 2.681.519 (2018 - R\$ 2.458.674);

(iii) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativos, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 4.622.493 (2018 - R\$ 4.439.101).

Cível
As principais causas existentes estão representadas por ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos materiais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 528.125 (2018 - R\$ 275.272).

Garantias
A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 861.727 (2018 - R\$ 1.019.301). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Obrigação onerosa (*)

	2019	2018
Valores a pagar partes relacionadas	2.327.206	1.114.486
Contratações	39.630	447.087
Contratações	234.075	237.331
Adiantamentos de clientes	36.050	47.032
Consignações a favor de terceiros	13.182	10.225
Outras	249.784	150.474
Total	2.899.927	2.006.635
Circulante	597.391	910.734
Não circulante	2.302.536	1.095.901

(*) A Companhia mantém um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrato o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente, em 2019, no montante de R\$ 2,1 bilhão do contrato de transmissão satelital (TV DTH) e em 2018, no montante de R\$ 1,1 bilhão do contrato de transmissão via cabos submarinos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social**
Em AGE realizada em 2 de dezembro de 2019, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 34.551 passando o mesmo de R\$ 7.377.436 para R\$ 7.342.885, em razão da Cisão Parcial, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia. O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 7.342.885 (2018 - R\$ 7.377.436), na data de encerramento dos exercícios apresentados a composição abaixo descrita, representado por ações com direito a voto e sem valor nominal:

	2019	2018
Total de ações	13.897.760	13.897.760
Ordinária	13.897.760	13.897.760
Total	13.897.760	13.897.760

Valor patrimonial por ação (R\$)

	2019	2018
Ordinária	767,76	896,36

(b) Reserva de lucros
Reserva legal
Destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de investimentos
A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio. Os recursos foram aplicados em investimentos na planta de telefonia móvel.

Outras reservas
Composta basicamente pelo montante do lucro não distribuído em dividendos e constituída para reserva de lucros a realizar em função da recuperação judicial.

Reserva de incentivos fiscais
Constituída através da destinação da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 984.584. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO - Assembleia Geral Ordinária, o saldo do prejuízo do exercício será destinado reduzido do ganho com a cisão parcial das partes no valor de R\$ 69 e acrescido de Juros sobre Capital Próprio no valor bruto de R\$ 772.683, sobre os quais incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 115.993 que se dará da seguinte forma: (i) aborção da reserva de lucros a realizar de R\$ 984.584; e (ii) aborção da reserva de investimento em R\$ 770.892.

(d) Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.
O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro (prejuízo) básico por ação.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(984.584)	6.526.304
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)	984.584	6.526.304
Ações ordinárias - básicas e diluídas	13.898	13.898
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):	(70,84)	469,59

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
(a) Fundos de pensão
A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2019.

Planos de benefícios	Gestor
TCSPREV	FATIL
TelemarPrev	FATIL
CELPREV	FATIL
PBS-TNC	FATIL

FATIL - Fundação Atlântico de Seguridade Social
A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as avaliações atuárias foram realizadas pela PREVIC Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2019	2018
Plano PBS-TNC	3.264	
Plano TCSPREV	524	259
Plano CELPREV	223	199
Total	4.011	458
Circulante	246	458
Não circulante	3.765	

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FATIL
A FATIL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipilão, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) TelemarPrev
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação; e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BrTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios BrTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporado) corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação (SP), de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo então Plano de Benefícios BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporado), cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados - do Plano de Benefícios PBS-TCS para o Plano de Benefícios TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes dos grupos TCSPREV e BrTPREV (incorporados) corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BrTPREV, desde que não inferior a 1 (uma) UP/PCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a 1 (uma) UP/BrT (Unidade Previdenciária BrT), respectivamente. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPJ sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

Oi MÓVEL S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 05.423.963/0001-11

de hospedagem e refeições e, em alguns casos, à dificuldade de organizar o transporte entre as cidades, devido às restrições de saúde pública. Entretanto, como resultado da determinação de que o setor de telecomunicações é um serviço essencial, as restrições gerais de saúde pública aplicáveis à população em geral não se aplicam aos seus técnicos de campo.

A Companhia continua mantendo comunicações regulares com seus fornecedores de equipamentos

para avaliar os impactos da pandemia em sua produção e estoques de modo a garantir que as entregas dos equipamentos continuem a ser feitas em tempo hábil. Até a data do presente relatório anual, a Companhia não sofreu nenhum impacto negativo em sua cadeia de suprimento de equipamentos e não foi avisada da previsão de eventos intercorrências significativas.

A Companhia continua monitorando os efeitos da COVID-19 e as medidas de saúde pública

adotadas no Brasil sobre seus resultados e fluxos de caixa operacionais para avaliar se houve uma redução em seu valor recuperável de algum de seus ativos. Até a data do presente relatório anual, o histórico com as operações da Companhia durante uma pandemia e sujeitas às respectivas medidas de saúde pública é insuficiente para avaliar se será necessário reconhecer uma perda adicional de valor recuperável de seus ativos.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Rodrigo Modesto de Abreu – Diretor Presidente
Camille Loyo Faria – Diretora de Finanças
Antonio Reinaldo Rabelo Filho – Diretor
Seu Claudio Moreira Gonçalves – Diretor
Bernardo Kos Wink – Diretor

CONTADOR
Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ 083.182

DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO
David Tavares Neves Nunes
CRC-RJ 069.013

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e na Lei nº 11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do novo plano estratégico apresentado ao mercado em julho de 2019; (iii) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (*covenants*); Em 06 de março de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido da Companhia para a realização de Nova Assembleia Geral de Credores (AGC) para deliberação de adiamento ao PRJ para flexibilização de determinadas condições financeiras e operacionais e para extensão do prazo da recuperação judicial, que se encerrará em 4 de fevereiro de 2021. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levar à dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, as receitas de vendas e/ou serviços reconhecidas pela Companhia totalizaram o montante de R\$10.901.065 mil em 31 de dezembro de 2019.

O reconhecimento de receita da Companhia é complexo e altamente dependente de sua estrutura de tecnologia da informação, que envolve o uso de múltiplos sistemas complexos para processar, reconhecer e mensurar um grande volume de transações, decorrentes de suas operações de vendas e/ou prestação de serviços de telecomunicações, nas demonstrações contábeis.

Neste contexto, a receita de serviços é reconhecida no período de competência que incorre, conforme os ciclos de fechamento mensais da Companhia, antes do evento de faturamento ao cliente e classificada no grupo contábil de “serviços a futuro”, nas contas a receber, conforme descrito na Nota Explicativa nº9, cujo montante é determinado com base nos cálculos de apuração da estimativa da receita a futuro no próximo ciclo de fechamento mensal.

Devido à complexidade no processo de reconhecimento de receita, incluindo a dependência significativa da estrutura de tecnologia da informação, e a existência de risco de distorção relevante na estimativa do cálculo de receita a futuro, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Avaliação e teste de controles internos relevantes relacionados ao ciclo de reconhecimento de receita, contemplando: (i) avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os sistemas relevantes na geração de informação para o processo de faturamento; (ii) aplicação de testes de controles internos relevantes ligados com a segurança da informação, gestão de acessos, rotinas, privilégios, segregação de perfis e gestão de mudanças de softwares com impacto nas demonstrações contábeis; (iii) teste de integridade dos lançamentos contábeis relacionados ao ciclo de receita; (iv) teste de “*reperformance*” de ligações de telefonia móvel e fixa (“*running tel*”);
- Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, para as receitas de vendas e serviços faturados, analisando a referida documentação suporte que evidência a existência da transação;
- Revisão do cálculo da estimativa de receita a futuro reconhecida em 31 de dezembro de 2019, bem como a avaliação da razoabilidade da referida estimativa, que inclui a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente, após o encerramento do exercício de 2019;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as estimativas adotadas pela Administração no ciclo de reconhecimento de receita e as divulgações realizadas em Nota Explicativa, considerando os controles internos mantidos pela Administração e pela consistência das informações refletidas nas demonstrações contábeis.

Provisão para contingências

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, a Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas trabalhista, tributária e cível, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui assuntos de natureza tributária e cível em discussão em várias esferas processuais, com probabilidade de perda considerada provável e possível, no montante total de R\$7.994.402 mil e R\$936.476 mil, respectivamente, sendo que R\$141.287 mil e R\$408.351 mil, respectivamente, estão provisionados, referentes aos processos com provável saída de recursos, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

Considerando a relevância dos valores envolvidos, do ambiente legal, regulatório e do julgamento crítico referente à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, qualquer mudança de prognóstico, evolução da jurisprudência e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Por esses aspectos, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Reavaliação do ambiente de controles internos, incluindo o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos tributários, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações, bem como obtenção de opinião legal, por meio da administração, de especialistas tributários para determinados processos com mudança de estimativa de perda relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

• Obtenção de carta de confirmação externa, por amostragem, junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos cíveis e trabalhistas com grande volume, para confirmar a existência dos processos;

• Aplicação de teste, por meio de amostragem, para avaliação da base dos processos com grande volume, cuja mensuração dos processos é realizada pelo sistema interno da Companhia;

• Avaliação da adoção inicial da Interpretação ICPIC 22/ IFRIC 23 com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, que contemplou: (i) reuniões com a administração para avaliar suas conclusões sobre eventuais impactos na adoção da referida interpretação, incluindo avaliação legal de assessor jurídico externo da Companhia; (ii) entendimento dos controles internos para identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (iii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº 22.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº22, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Creditos tributários federais originados de processos judiciais transitados em julgado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia reconheceu ao longo do exercício de 2019, créditos tributários federais no montante de R\$ 1,4 bilhões no balanço patrimonial, relacionados a processos judiciais que transitarão em julgado, nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro), proferindo decisões favoráveis e definitivas que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do Cofins para os períodos abrangidos nos referidos processos judiciais.

Os referidos créditos tributários foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal, concedendo o direito à Companhia de proceder, desde junho de 2019, a quitação de débitos de tributos federais correntes.

Dada a complexidade do assunto, o julgamento significativo relacionado ao período de reconhecimento, critério adotado pela Administração para mensuração dos valores a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis e ao prazo estimado de realização, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses créditos tributários federais como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

• Análise da documentação legal, com o envolvimento dos nossos especialistas, com relação aos processos judiciais transitados em julgado;

• Discussões com a Administração da Companhia para avaliar suas conclusões sobre o adequado momento de reconhecimento dos créditos tributários após a obtenção das decisões favoráveis em trânsito em julgado, bem como os valores envolvidos;

• Entendimento e avaliação das premissas relevantes adotadas pela Companhia para mensuração dos créditos tributários reconhecidos nas demonstrações contábeis;

• Avaliação dos cálculos elaborados pela Companhia, com o envolvimento dos nossos especialistas, para mensurar os valores dos referidos créditos tributários e as atualizações monetárias incidentes, considerando o período de origem dos processos judiciais;

• Avaliação da projeção estimada pela administração da Companhia para segregação dos créditos tributários entre curto e longo prazo para fins de apresentação nas demonstrações contábeis;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº11.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e as premissas adotadas pela Administração no reconhecimento e mensuração dos créditos tributários federais, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº11, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24 (I), a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases (“CPC06(R2)IFRS16”), aplicando a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da implementação inicial reconhecida na data da aplicação. Em 1ª de janeiro de 2019, a adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento, no balanço patrimonial, de ativos de direito de uso, no ativo não circulante, e passivo de arrendamento, no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 5.648.463 mil. A Administração da Companhia concluiu a avaliação sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações contábeis, que envolveu:

(i) análise detalhada do volume significativo de contratos de arrendamento, com maior foco na natureza das transações inerentes ao setor de telecomunicações; (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos; (iii) estimativa do prazo do arrendamento, definindo um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de prorrogar o prazo do arrendamento, quando esse período depender apenas da Companhia; (iv) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos; (v) uso de julgamento significativo na definição das premissas-chave no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato.

Devida a complexidade do assunto, ao volume significativo de contratos, alto grau de julgamento inerente ao processo de mensuração, principalmente à taxa de desconto, consideramos a adoção inicial do CPC 06(R2)IFRS 16 nas demonstrações contábeis como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

• Entendimento dos controles internos relevantes para: (i) identificação e monitoramento dos contratos de arrendamento; (ii) captura das informações-chave dos referidos contratos;

• Avaliação das premissas relevantes e julgamentos significativos da Administração da Companhia, com o envolvimento de nossos especialistas, para determinação das taxas de descontos, além de assegurar a conformidade com a norma;

• Aplicação de teste documental, por meio de amostragem, sobre a base de contratos definidos como arrendamentos, para avaliar a integridade dos dados utilizados pela Companhia na mensuração dos referidos contratos, quando comparados aos contratos originais, bem como avaliação e recálculo dos contratos selecionados;

• Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as despesas de aluguéis reconhecidas nas demonstrações contábeis, para avaliar a existência de contratos que não estão sendo considerados como arrendamentos;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis as principais premissas, estimativas e julgamentos adotados pela Administração no processo de reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamento, bem como as referidas divulgações em Nota Explicativa, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, embora a Companhia tenha desenhado, implementado e mantido controles internos sobre o reconhecimento, mensuração, exatidão e divulgação dos contratos de arrendamento nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, determinados controles internos não foram considerados efetivos no contexto da nossa auditoria. Consequentemente, consideramos tal assunto como “deficiência significativa” de controles internos, conforme a norma de auditoria NBC TA 265 Comunicação de Deficiências de Controles e pelas orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimento na Operação Mapa da Mina

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 28(a), em 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal (“PF”) realizou buscas e apreensões na sede da Companhia, com mandado autorizado a partir de evidências obtidas na 24ª fase da Operação Lava Jato. Pelo contexto, iniciou-se processo investigativo conduzido pela Polícia Federal (“PF”) e pelo Ministério Público Federal (“MPF”), relativos à 69ª fase da Lava-jato denominado “Operação Mapa da Mina”, cujo objetivo da investigação é apurar, dentre outros, supostos repasses financeiros realizados pela Companhia às empresas do Grupo Gol Mobile e a Game Corp, ambas ligadas, segundo o MPF e a PF, a agentes públicos.

Em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia, a administração da Companhia determinou a realização de certos procedimentos de avaliação, conduzido por um Comitê Multidisciplinar formado por membros da diretoria, reportando diretamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”).

Dentre as avaliações realizadas, foi contratado um escritório de advocacia especializado e independente em relação à Companhia para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF, onde concluiu, em fevereiro de 2020, que não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF que está em andamento.

Em virtude de supostas práticas de atos ilegais (fraude) pela Companhia, das incertezas inerentes às investigações ainda em andamento pelo MPF e PF e de potenciais efeitos de reconhecimento,

mensuração e divulgação sobre as demonstrações contábeis acerca dos fatos relacionados à Companhia, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem:

• Revisão (“*shadowing*”), com o envolvimento dos nossos especialistas, da investigação independente interna conduzida por escritório de advocacia especializado e independente, considerando a metodologia aplicada e a abrangência das avaliações;

• Avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas, dos relatórios elaborados pelos assessores jurídicos externos da Companhia, sobre eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação em andamento pelo do MPF e PF, incluindo as conclusões da investigação independente interna do escritório de advocacia especializado;

• Reuniões com o Comitê Multidisciplinar, escritório de advocacia especializado e assessores jurídicos externos para discutir o resultado da investigação independente interna e avaliar eventuais impactos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis, se aplicável, no contexto da investigação “Operação Mapa da Mina”;

• Aplicação de teste de controles internos relevantes sobre o ciclo de contratação de fornecedores de bens e serviços;

• Aplicação de teste documental sobre determinadas transações relevantes ao contexto da investigação, por amostragem, inspecionando a documentação suporte correspondente;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia em Nota Explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis a metodologia de investigação independente interna realizada por escritório de advocacia especializado, contratado pela administração da Companhia, que não identificou indicativos que pudessem comprovar que a Companhia praticou ilegalidades, no contexto da investigação conduzida pelo MPF e PF, conforme refletido na divulgação das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que a determinam como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, contorção, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Deservevamos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira

Contador CRC 1 SP 109628/O-8 – S – RJ

Laiz Gustavo Pereira dos Santos

Contador CRC 1 SP 258849/O-9

BDO

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2020/00000124

Nome: MARCELO ANTONIO LEAL GOMES CPF: 023.372.847-35

CRC/UF n.º RJ-083182/O Categoria: CONTADOR

Validade: 04.05.2020

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 023.372.847-35 Controle : 1861.2489.2489.2803

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:

cap07vemp@tjrj.jus.br

21/2020/VP



Processo Nº: 0203711-65.2016.8.19.0001 Distribuído em: 20/06/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A. e outros Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS e outros

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Mônica Pinto Ferreira, Chefe de Serventia Judicial do Juízo de Direito da Sétima Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro*****

Certifica a pedido da parte interessada que, revendo em seu poder e cartório os assentamentos virtuais referentes à AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de OI S.A.—EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, distribuída a este juízo, em 20/06/2016, pelo 4º Ofício do Registro de Distribuição, registrada sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, que permanece em vigor a decisão exarada às fls. 89.330/89.336 e ratificada no item II do dispositivo da decisão de fls. 89.496/89.525 que dispensou da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância relacionadas às Recuperandas acima mencionadas. Às fls. 305.745/305.750 consta decisão que, ao tratar da substancial evolução no Patrimônio Líquido das Recuperandas, dispensou o Grupo OI de apresentar certidão de qualificação financeira para participar dos procedimentos licitatórios, sendo esta objeto de Embargos de Declaração no qual foi decidido da seguinte forma: *"Cuida-se de Embargos de Declaração propostos pelo Ministério Público em face da decisão que, acolhendo novo pedido das recuperandas, estendeu os efeitos da decisão de fls.298.568/298.579, para conceder as suas participações em novos certames licitatórios. Alega o MP haver obscuridade, pois ao acolher integralmente o pedido foi integralizada a anterior decisão a expressão "ou de outras regras de natureza similar", a qual não estava contida no pedido inicial analisado e deferido, e que, se mantida, pode gerar interpretação extensiva e genérica. Assiste razão ao Parquet. Isto porque, a fundamentação das decisões proferidas a toda evidência, objetivaram resguardar a participação das devedoras em processos licitatórios, independentemente do alcance dos critérios de verificação econômico-financeira. Destarte, ao incluir ao novo pedido expressão genérica, mesmo que seja para resguardar situações similares, pode esta sim acarretar obscuridades e interpretações difusas, que a decisão concessiva, que excepciona regra legal, não deve conter. Isso posto, recebo os Embargos eis que tempestivos, e dou-lhes provimento, para subtrair da concessão autorizativa da participação em processo de licitação, a expressão "ou de outras regras de natureza similar", mantida os demais termos."*; Certifico ainda que a Assembleia Geral de Credores foi realizada no dia 19/12/2017; a decisão que homologou o Plano Judicial e concedeu a Recuperação Judicial foi proferida em 08/01/2018, publicada no D.O.E.R.J de 05/02/2018, estando atualmente o processo em fase de cumprimento do aludido plano recuperacional. Integra a presente certidão as cópias de fls. 89.330/89.336, fls. 89.496/89.525, fls. 305.745/305.750 dos referidos autos, cuja autenticidade, ora atesto. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dado e passado nesta cidade aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte. Eu, Mônica Pinto Ferreira, Matr. 01/23655, Chefe de Serventia, digitei e assino. Custas



MONICA PINTO FERREIRA:23655

Assinado em 09/03/2020 16:50:06
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 7ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

recolhidas através da GRERJ nº 30203902536-83 no valor de R\$ 21,14.



Rio de Janeiro, 09 de março de 2020.

Monica Pinto Ferreira Responsável pelo Expediente - Matr. 01/23655
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Código para Consulta do Documento/texto no portal do TJERJ: : **4JKE.QCYT.RFJJ.ABM2**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

